

AMBIENTES

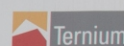
REVISTA DE GEOGRAFIA
E ECOLOGIA POLÍTICA

Volume 7

Número 1

2025

ISSN: 2674-6816



Ternium de Portas Abertas

Venha nos visitar e conhecer de perto
o **nosso Compromisso Ambiental.**



AMBIENTES

Revista de Geografia e Ecologia Política

Volume 7 – Número 1 – 2025

Coordenação Editorial

Marcelo Lopes de Souza (UFRJ)
Luciano Zanetti Pessoa Candiottto (UNIOESTE/Francisco Beltrão)

Comissão Editorial

Edson dos Santos Dias (UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon)
Luciano Zanetti Pessoa Candiottto (UNIOESTE/Francisco Beltrão)
Marcelo Lopes de Souza (UFRJ)
Thiago Roniere Rebouças Tavares (UERJ)
Wagner Costa Ribeiro (USP)

Conselho Científico

Adriana Filgueira Leite
(UFF/campus Campos dos Goytacazes)
Adryane Gorayeb Nogueira (UFC)
Cleder Fontana (IFRS/campus Sertão)
Cristiano Quaresma de Paula (FURG)
Deivison Carvalho Molinari (UFAM)
Dilermando Cattaneo da Silveira
(UFRGS/campus Litoral Norte)
Efraín León Hernández
(Universidad Nacional Autónoma de México)
Enrique Leff
(Universidad Nacional Autónoma de México)
Fabiano de Oliveira Bringel (UEPA)
Gerd Kohlhepp (Universität Tübingen)
Guilherme Hissa Villas Boas (UFRJ)
Horacio Alejandro César Machado Aráoz
(Universidad Nacional de Catamarca)
Hugo Ivan Romero Aravena
(Universidad de Chile)
Jesús Raúl Navarro-García
(Consejo Superior de Investigaciones)

José Ángel Quintero Weir
(Universidad de Zulia)

Luciana Aparecida Iotti Ziglio (FLACSO/Brasil)
Luís Paulo Batista da Silva (UFF)
Luiz Fernando Scheibe (UFSC)
Klemens Augustinus Laschefski (UFMG)
Márcia Aparecida da Silva Pimentel (UFPA)
Marcos Antônio Pedlowski (UENF)
Marcos Leandro Mondardo (UFGD)
María Gabriela Merlinsky
(Universidad de Buenos Aires)
María Luisa Torregrosa y Armentia
(FLACSO/México)
Maya Constance Manzi Delaporte (UFRB)
Miguel Fernandes Felipe (UFJF)
Rafael Luiz Leite Lessa Chaves (Colégio Pedro II)
Rafael Zilio Fernandes (UFOPA/Santarém)
Rebeca Steiman (UFRJ)
Richard J. White
(Sheffield Hallam University)
Roberto Verdum (UFRGS)
Shirley Cristina dos Santos (UFMA)
Simon Springer
(University of Newcastle)
Valter do Carmo Cruz (UFF/Niterói)

Projeto gráfico

Cristiano Quaresma de Paula (FURG)

Finalização da capa

Raquel Alves Meira (UNIOESTE/Francisco Beltrão)

Apoio editorial

Vinicius Rezende Carvalho (UFRJ)

AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política é uma publicação semestral sob responsabilidade da **Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental / RP-G(S)A**, com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIOESTE/Francisco Beltrão.

Para as instruções de submissão de trabalhos, consulte o **Guia de Orientação para os Autores** na página da revista:

<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/issue/view/1118/115>

Catálogo na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE

A492 Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política. / Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão. – v. 1, n.1 (2019 -). – Francisco Beltrão, Unioeste, 2019.

Semestral

ISSN: 2674-6816

Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental.

1. Geografia. 2. Ecologia Política. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão.

CDD 20. ed.– 333.7098162

Sandra Regina Mendonça CRB – 9/1090

A **Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental/RP-G(S)A** é formada por pesquisadores de várias universidades brasileiras. Ela foi criada em abril de 2017 com o objetivo de estimular o estudo e difundir os resultados de pesquisas nos campos da Geografia Ambiental e da Ecologia Política.

Coordenador da RP-G(S)A (2023-2027): Thiago R. Rebouças Tavares (**UERJ**)



<https://geografia-socio-ambiental.webnode.com/>

Fotos da capa: Érica da Cruz Moreira e Thiago Roniere Rebouças Tavares.

Sumário

- EDITORIAL: Cinza que te quero verde: As várias faces do “empresarialismo ecológico”** 06

Marcelo Lopes de Souza

DOSSIÊ AMBIENTALISMOS CORPORATIVOS

- APRESENTAÇÃO: Ambientalismos corporativos: Captura, instrumentalização e controle sócio-espacial** 12

Thiago Roniere Rebouças Tavares, Raquel Giffoni Pinto e Maíra Sertã Mansur

ARTIGOS

- Capitalismo e as políticas de resignação** 24

Peter Benson e Stuart Kirsch

- Gerencialismo Ambiental: Uma face da ambientalização corporativa analisada por meio de práticas ESG** 110

Thiago Roniere Rebouças Tavares

- A investida do agronegócio na educação: Análise do discurso ambiental da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)** 144

Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo Cordeiro

- Diálogos sobre sustentabilidade: Análise da concepção de sustentabilidade no material de comunicação da**

- Anglo American com as comunidades afetadas pelo empreendimento Minas-Rio** 178
Julia Theodoro Soares
- Método corporativo-estatal no setor mineral: Discursos e práticas no contexto da transição energética** 207
Lucas Zenha Antonino e Valdirene Santos Rocha Sousa
- A Costa Rica na moral internacional da descarbonização: Interações políticas multiescalares** 251
Andrés Gerardo Jiménez Corrales
- La transformación del tramo inferior de la cuenca del Río Desaguadero en La Pampa, Argentina, durante los últimos 140 años** 289
Maria Laura Langhoff
- Importância estratégica da Bacia do Rio São Marcos (MG, GO e Distrito Federal): Disputas pela água entre agentes hegemônicos regionais e intranacionais** 328
Fernando Bueno Oliveira e Manoel Calaça
- A influência da sojicultura transgênica na degradação ambiental do Pampa gaúcho** 366
Henrique Rudolfo Hettwer
- As estratégias do setor imobiliário-turístico e a incorporação de medidas socioambientais no litoral do Brasil** 397
Alexandre Queiroz Pereira

**Movimentos sociais e enfrentamento à crise ambiental
no século XXI: Considerações sobre a intersecção
entre ambientalismo e combate às desigualdades sociais
a partir de dois casos**

422

Giuliana Franco Leal e Matheus Thomaz da Silva

**DIRETO DA LUTA: Paulo Baltazar: “Nosso Marco é ancestral”:
Direito à luta territorial e à preservação ambiental no
Território Indígena de Taunay/Ipegue
“Hoenaxovope Voxú’ikene”:
Kaxunákovoti ya Poké’exa ûti motovâti vitópea yoko
kátarakeano ra Poké’exa Tone/Ipeakaxoti**

(depoimento colhido por Marcos Mondardo)

447

RESENHA: Fronteiras e águas transfronteiriças na Bacia do Prata

458

Pedro César Nogueira Marques

Editorial

Cinza que te quero verde: As várias faces do “empresarialismo ecológico”

Marcelo Lopes de Souza

“Verde que te quiero verde” é, com certeza, o verso mais conhecido de um dos poemas mais famosos do espanhol Federico García Lorca, *Romance sonámbulo*. Apesar de ser um poema trágico, a evocação da natureza é reiterada no poema. “Verde que te quero verde” é uma construção que chegou a virar sinônimo de devoção à natureza, culto de idílio arcadiano ou bandeira de luta pela proteção ambiental; com o tempo, caiu no senso comum e foi apropriada até como nome de loja de produtos de jardinagem ou de cafeteria “ecológica”. Um destino que, seguramente, García Lorca jamais teria imaginado.

O mais inusitado – será mesmo inusitado?... –, contudo, é quando os agentes promotores de atividades essencialmente antiecológicas, “antiverde”, se desenvolvem e propagam um discurso em que se travestem de campeões da “sustentabilidade”. Como em uma grotesca paródia, a frase-símbolo bem poderia ser: “cinza que te quero verde”, com o “cinza” sendo utilizado metonimicamente para representar a poluição do ar, do solo e das águas – do material particulado (as “cinzas”, aliás...) aos gases, dos líquidos contaminantes ao lixo tóxico.

O tema do dossiê temático trazido por este número de **AMBIENTES**, organizado por **Thiago Roniere Rebouças Tavares**, **Raquel Giffoni Pinto** e **Maíra Sertã Mansur**, se intitula “Ambientalismos corporativos: Captura, instrumentalização e controle sócio-es-

pacial”. O dossiê traz seis artigos, um deles correspondendo a uma tradução – generosamente financiada por um dos autores – de um artigo originalmente publicado em inglês, mas que foi considerado pelos organizadores do dossiê como uma contribuição seminal para a compreensão do papel das empresas nesse contexto (o artigo vem, aliás, juntamente com os comentários à versão original e as respostas dos autores aos comentários). Em seu conjunto, trata-se de uma relevante contribuição de nossa revista para um debate essencial, pois gira em torno da necessidade de avaliar criticamente e desmascarar uma tremenda operação de mistificação ideológica. Um exemplo entre milhões foi oferecido, recentemente, pela *Folha de São Paulo*, que noticiou, em edição de 18 de junho, estar brindando seus leitores com mais uma “*masterclass*” em sua plataforma: “‘Combate ao aquecimento global pode ser atividade rentável’, diz ex-presidente do Itaú na CasaFolha”, para logo abaixo complementar com este gancho: “Em curso na plataforma, Candido Bracher mostra oportunidades da agenda ambiental”. Isso mostra a rápida popularização e a quase febril difusão da agenda “ESG” (*Environmental, Social, Governance*) no mundo corporativo – e entre aqueles que o admiram.

A “agenda” (ou, antes, ideologia) “ESG” possui, no entanto, antecedentes, e ela própria não esgota o assunto. Desde os famosos “selos verdes” até exercícios ainda mais elaborados (ou mais cínicos) de envernizamento de atividades empresariais com uma película de preocupação ambiental, muitas têm sido, pelo mundo afora, as formas adotadas pelas empresas para se tornarem mais simpáticas aos olhos dos consumidores, das agências regulatórias que supervisionam atividades empresariais e zelam pelos interesses de acionistas e investidores (como a “United States Securities and Exchange Commission”, a Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos) e, em última análise, da “opinião pública” (filtrada, obviamente, pela grande imprensa). Essas práticas vão desde gastos vultosos com “*greenwashing*”, em que firmas muitas vezes gastam mais com publicidade sobre suas “virtudes ecológicas” que com medidas práticas de proteção ambiental ou redução da poluição, até propaganda enganosa, omissão de informações, financiamento

de campanhas de desinformação, cooptação de “formadores de opinião” e adoção de providências meramente parciais ou paliativas.

Nada disso elimina, por certo, a possibilidade de que, antecipando-se a exigências ou temendo penalidades, algumas empresas atuem com alguma consistência, sem recorrer a subterfúgios desabonadores. Por óbvio, o emprego de tecnologias menos “suas” e a utilização de filtros industriais e outros equipamentos de redução de poluição, entre outros exemplos, também ocorrem. No terreno da “modernização ecológica”, nem tudo é jogo de cena ou mera enganação. Todavia, quais são os limites das estratégias empresariais? Uma vez que nenhuma atividade capitalista pode deixar de ter no lucro – e não em metas sociais ou ecológicas – a sua razão primária de existir, qualquer preocupação com proteção ambiental, redução de emissões de gases de efeito estufa etc. só terá vez se vier atrelada a possibilidades de vantagens para a própria empresa, seja diretamente (aumento de vendas e redução de custos), seja, pelo menos, indiretamente (evitar sanções de órgãos reguladores, do Ministério Público e da Justiça, como Termos de Ajustamento de Conduta [TACs], multas e processos). Ou, nas sábias palavras do ex-presidente do maior banco privado brasileiro, se a atividade se mostrar rentável. Até que ponto, contudo, é possível alguma coisa como um “capitalismo sustentável”, promessa embutida na ideologia “ESG”? Não será uma expressão como “capitalismo sustentável”, no fundo, um oxímoro, um paradoxismo, especialmente no longo prazo e globalmente?



Além do dossiê, temos, no presente número, cinco outros artigos, além de contribuições para duas outras seções. Os artigos de fora do dossiê temático são “La transformación del tramo inferior de la cuenca del Río Desaguadero en La Pampa, Argentina, durante los últimos 140 años”, de **María Laura Langhoff**, doutora em Geografia pela Universidad Nacional del Sur e bolsista de pós-doutorado (IADO-CONICET). Em seu artigo, ela

aborda a transformação do trecho inferior da bacia de Desaguadero, na Argentina, especificamente na província de La Pampa, até o século XX. Trata-se de uma bacia que se encontra em uma região árida da América do Sul. O objetivo do trabalho consistiu em mostrar as consequências do uso intensivo da água e como esse uso impacta a bacia.

Fernando Bueno Oliveira e **Manoel Calaça**, respectivamente doutor em Geografia e professor da Educação Básica (Secretaria de Estado da Educação de Goiás e Secretaria Municipal de Educação de Goiânia) e doutor em Geografia e professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG), nos oferecem o artigo intitulado “Importância estratégica da Bacia do Rio São Marcos (MG, GO e Distrito Federal): Disputas pela água entre agentes hegemônicos regionais e intranacionais”. A partir do conceito de hidropolítica, o artigo busca demonstrar a importância estratégica da bacia hidrográfica do Rio São Marcos em relação à dinâmica hídrica do Centro-Sul brasileiro; na esteira disso, os autores mostram que os critérios de uso da água, em última instância, resultam de deliberações e regulações advindas do Estado. Eles iluminam os conflitos hídricos entre agentes hegemônicos regionais e intranacionais, sem cuja análise não é possível compreender as candentes questões relativas à distribuição e proteção dos recursos hídricos que estão em jogo.

“A influência da sojicultura transgênica na degradação ambiental do Pampa gaúcho” é o título do artigo de **Henrique Rudolfo Hettwer**, doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM) e professor nas redes públicas municipal e estadual (e, também, na rede privada) de ensino do Rio Grande do Sul. Seu oportuno artigo discute alguns dos impactos ambientais da sojicultura transgênica em cinco municípios produtores do estado do Rio Grande do Sul, que ocupam o domínio morfoclimático e fitogeográfico do Pampa, o qual vem sendo impiedosamente desmatado nas últimas décadas no país, visando à sua conversão à sojicultura transgênica. O autor conclui que a sojicultura transgênica provoca diversos impactos ambientais, nos marcos de um modelo que ignora o custo ambiental dos problemas por ele ocasionados, ameaçando o Pampa e suas formas de vida.

Alexandre Queiroz Pereira, doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Professor Associado no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), é o autor do artigo seguinte, intitulado “As estratégias do setor imobiliário-turístico e a incorporação de medidas socioambientais no litoral do Brasil”. É fácil constatar, como diz o autor que as atividades turístico-imobiliárias têm se mostrado cada vez mais presentes (e impactantes) no litoral brasileiro. Situadas, como ele sublinha, “geralmente, em ambientes com características socioambientais complexas, cuja proteção ambiental é uma obrigação legal e apresenta apelo social, os empreendedores desse setor têm se apropriado de estratégias para potencializar seus negócios”, ele avança a tese de que “a produção da nova geração de estações turísticas (compostas por complexos, resorts e condomínios de praia) se realiza com uso intenso dos zoneamentos e de restrições ambientais em seu favor, tanto em razão do aumento da renda de monopólio quanto pela exclusividade espacial derivada das ‘barreiras’ ambientais.” Provocativamente, ele observa que “é possível afirmar que se instalam nas zonas de praia mecanismos de proteção ambiental forjados a partir de princípios de mercado, sobretudo os do setor imobiliário-turístico, como demonstram os modelos baseados na ocupação residencial de baixa densidade, inacessíveis aos estratos de menor renda da sociedade.” Mais que um exemplo gritante de injustiça social e espacial, portanto, podemos dizer que se trata, ao mesmo tempo, de um exemplo de injustiça ambiental, dada a apropriação e o acesso desiguais a “amenidades naturais”.

No que se refere aos artigos, por fim, temos “Movimentos sociais e enfrentamento à crise ambiental no século XXI: Considerações sobre a intersecção entre ambientalismo e combate às desigualdades sociais a partir de dois casos”, de **Giuliana Franco Leal** e **Matheus Thomaz da Silva**, respectivamente professora no Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação da Universidade Federal do Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), *campus* de Campos dos Goytacazes (RJ). Seu artigo tem como objetivo geral compreender as inter-

secções entre os temas do ambientalismo e as lutas contra as desigualdades territoriais, de raça e classe; eles almejam um diálogo com a teoria, mas fazem isso com a ajuda da análise de dois movimentos sociais ligados a pautas alimentares, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o *Slow Food* Brasil. Os autores perceberam que o MST, ao longo de quatro décadas de existência, ambientalizou-se ao longo do tempo, ao incorporar a agroecologia à luta de classes, e aproximou-se assim de saberes camponeses; já o *Slow Food* foi fundado, na Itália, com preocupações ambientais desde o início, mas, ao chegar ao nosso país, incorporou mais intensamente preocupações com a igualdade social e aproximou-se de lutas de classe e pautas decoloniais.

Na seção *Direto da Luta*, este número de **AMBIENTES** oferece não apenas uma relevante contribuição, mas também uma inovação de grande alcance político e simbólico: trata-se do depoimento de Paulo Baltazar, do povo Terena. Geógrafo premiado, professor universitário e ativista, Paulo nos brinda com duas versões de seu relato: uma, em português; outra, em terena, sua língua materna. Acreditamos que, com esse gesto simples de prestigiar a voz de uma liderança indígena no idioma de seu próprio povo, **AMBIENTES** aponta um dos caminhos possíveis rumo a um maior respeito pela diversidade étnica e cultural que caracteriza nosso país, e que vem se fazendo cada vez mais presente no próprio mundo acadêmico.

Por fim, a revista traz uma resenha, de autoria de **Pedro César Nogueira Marques**, da coletânea *Fronteiras e águas transfronteiriças na Bacia do Prata*, organizada por Flávia Darre Barbosa e Wagner Costa Ribeiro. A obra é composta, como nos informa o autor da resenha, por nove artigos, que versam sobre a problemática da complexa gestão territorial em bacias hidrográficas que atravessam fronteiras internacionais, o que acarreta toda uma série de dificuldades de comunicação, entendimento e harmonização de legislação e padrões de gestão territorial.

Dossiê

Ambientalismos corporativos: Captura, instrumentalização e controle sócio-espacial

Apresentação

12

Thiago Roniere Rebouças Tavares

Raquel Giffoni Pinto

Maíra Sertã Mansur

Desde o processo de redemocratização no Brasil, observa-se a ampliação e o fortalecimento de demandas por direitos historicamente negados ou que, até então, não encontravam condições políticas para emergir na arena pública. As reivindicações por reconhecimento de direitos (socio)ambientais conquistaram um espaço relevante na formulação de políticas públicas. Paralelamente, a intensificação das denúncias sobre práticas empresariais que violam direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, no Brasil

e em outras partes do mundo, tem comprometido a imagem corporativa de diversas empresas, afetando, em maior ou menor grau, suas relações com órgãos públicos, agentes financiadores, mercados consumidores e acionistas (Giffoni Pinto, 2013).

Em resposta a essas pressões, têm-se observado a profusão de iniciativas empresariais voltadas à incorporação da agenda ambiental. Tais ações incluem a publicação de relatórios de sustentabilidade, elaboração de manuais de boas práticas, a busca por certificações e premiações, bem como a implementação de programas denominados de responsabilidade social e ambiental ou, no léxico atual, iniciativas de ESG (*Environmental, Social and Governance*). Esse conjunto de práticas, orientado pela busca de ganhos de reconhecimento social e pela legitimação da atuação empresarial, pode ser interpretado como uma contraofensiva corporativa frente às críticas dos movimentos sociais e às pressões regulatórias do Estado (Lopes, 2006).

Através desses repertórios, os agentes corporativos (empresas, consultorias, entidades patronais, organizações setoriais etc.) também atuam na produção de sentidos sobre as questões socioecológicas, influenciando a forma como são percebidas e tratadas no espaço público (Bronz e Bezerra, 2014). Nesse processo de “ambientalização” (Lopes, 2006), tais agentes ingressam nas disputas classificatórias para definir quais práticas são consideradas ambientalmente legítimas ou ilegítimas, em um movimento que tem se consolidado por meio de iniciativas voluntárias e mecanismos de autorregulação empresarial (Acsegrad, 2010).

É desta maneira que as corporações logram, frequentemente, se distanciar e se eximir da responsabilidade por efeitos nocivos e amplamente perceptíveis que elas próprias provocam, como a poluição atmosférica, a emissão de gases de efeito estufa, a contaminação hídrica e do solo, o desmatamento, a expulsão de povos e comunidades tradicionais de seus territórios, o derramamento de toneladas de rejeitos em rios e de óleo nos oceanos etc.

O caso das mudanças climáticas é emblemático neste sentido. Os mecanismos de mercado, tais como o comércio de emissões de carbono, as emissões líquidas zero

(netzero) e programas de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), são apresentados como as soluções mais eficientes para mitigar os efeitos do aquecimento global. Sob o discurso da “sustentabilidade”, o setor corporativo fortalece e resguarda seu lugar de controle no cenário global de alterações climáticas. Ou seja, os danos e os riscos ambientais são reconhecidos por seus agentes produtores, direta ou indiretamente, até o ponto em que as respostas a esses processos e dinâmicas não ameacem o modelo de produção e consumo dominante.

Em franca contraposição a esse ambientalismo, situam-se os saberes e práticas ambientais articulados pela Ecologia Política. Esta, enquanto lugar de conhecimento e ativismo ambiental busca “realçar as relações de poder subjacentes a esses processos (agentes, interesses, classes e grupos sociais, conflitos etc.), em marcos histórico-geográfico-culturais, concretos e específicos” (Souza, 2019, p. 98). Agentes, interesses e conflitos que, uma vez explicitados, revelariam os objetivos subjacentes ao ambientalismo consensual e despolitizado, o que explica os esforços dos seus promotores em evitar que tais dimensões venham à tona.

Diversos autores e autoras têm oferecido contribuições significativas para a compreensão da atuação das corporações em contextos de conflito ambiental no Brasil (Ramalho *et al*, 2013; Furtado, 2015; Bronz, 2016; Castro e Castro, 2017; Gaviria, 2015; Santos e Milanez, 2017; Acselrad, 2018; Zhouri *et al*, 2018; Milanez *et al*, 2018; Scotto, 2018; Giffoni Pinto, 2019; Hazeu e Rodrigues, 2019; Malheiro, 2019; Pompeia, 2020; Zucarelli, 2021; Eusébio e Magalhães, 2022; Laschefski, 2023; Tavares, 2024). No entanto, diante da amplitude e complexidade das iniciativas corporativas, do envolvimento de diversos atores e dos múltiplos efeitos destas ações nos territórios, ainda há um vasto campo para investigação.

É nesse contexto que se insere o **Dossiê Ambientalismos corporativos: Captura, instrumentalização e controle sócio-espacial**, ao reunir artigos que analisam experiências concretas, investigam dinâmicas locais e ampliam o entendimento sobre os modos de

atuação empresarial em contextos de conflitos ambientais. A partir de distintos territórios e diferentes setores empresariais, os artigos aqui reunidos revelam as semelhanças entre as estratégias sociais¹ e de controle territorial das corporações e fornecem um panorama instigante sobre como as corporações interpretam e respondem à contestação social.



O artigo que abre este dossiê, “Capitalismo e Políticas da Resignação”, é a tradução de um texto dos antropólogos **Peter Benson** e **Stuart Kirsch**, publicado originalmente em 2010 na revista *Current Anthropology*. O artigo é uma referência incontornável para pesquisadores(as) dedicados(as) aos estudos das corporações, e temos a satisfação de apresentá-lo agora em português, ampliando seu acesso e circulação no meio acadêmico brasileiro.² A tradução inclui, ainda, os comentários críticos de diversos pesquisadores e a resposta dos autores, compondo um debate fecundo.

Benson e Kirsch baseando-se em suas pesquisas empíricas nos setores do tabaco e da mineração, respectivamente, propõem um modelo analítico que busca compreender a relação dialética entre crítica social e resposta corporativa. Nesse modelo, os autores identificam três fases da resposta corporativa perante a contestação social. A primeira fase corresponde à negação da crítica, por meio da produção e disseminação de uma contra-ciência financiada pelas próprias empresas, com o propósito de semear dúvidas e incertezas na percepção pública dos riscos de suas atividades. A segunda admite, ainda que parcialmente, a existência de um problema, oferecendo respostas limitadas, geral-

¹ Chamamos de estratégia social corporativa a influência exercida pelas corporações sobre os padrões emocionais, cognitivos e de agência da sociedade civil (Santos; Milanez, 2017, p. 12). Essa influência pode se manifestar por meio de ações nomeadas como “relacionamento com comunidades” ou “responsabilidade social”, com o objetivo de reduzir a hostilidade social diante de suas atividades.

² Agradecemos em especial a Stuart Kirsch, tanto pela articulação que viabilizou esta publicação quanto pela generosidade em assumir os custos dos direitos autorais, o que tornou possível compartilhar este texto com o público de língua portuguesa.

mente pautadas por gestos simbólicos de compensação ou mitigação. A terceira fase refere-se ao gerenciamento da crise por meio da incorporação seletiva de discursos e práticas dos próprios movimentos críticos. Essa estratégia se materializa, por exemplo, na adoção de programas de certificação, iniciativas de monitoramento ambiental, parcerias com organizações da sociedade civil e até na contratação de ativistas.

Essas respostas corporativas colaboram para o que os autores chamam de “política da resignação”, uma estrutura de sentimento dominante na modernidade tardia, caracterizada pelo descontentamento e certo cinismo na vida política. A política da resignação é, em parte, expressão de um processo no qual o poder corporativo contribui para normalizar o risco e o dano como aspectos inexoráveis da modernidade, e não como relações historicamente construídas entre corporações, corpos e territórios que podem ser transformadas e reconfiguradas. Ainda assim, os autores destacam que essa resignação não implica necessariamente desistência ou consentimento. Trata-se, antes, da expressão de um descontentamento generalizado com as práticas corporativas, que pode, em determinados contextos, ser convertida em uma força política com potencial transformador.

No artigo “Gerencialismo Ambiental: uma face da ambientalização corporativa analisada por meio de práticas ESG”, **Thiago Roniere Rebouças Tavares** apresenta o conceito de *Gerencialismo Ambiental*. Essa abordagem permite compreender, na atualidade, as estratégias e táticas de captura e subordinação das discussões e práticas sobre a natureza por meio de uma “eficiência gerencial”, cujo objetivo é interditar qualquer tipo de crítica. Antecipando algumas das contestações, a empresa assume a “vanguarda” da preservação ambiental por meios que não são “políticos”, mas gerenciais, o que torna os agentes privados protagonistas e não a “sociedade”. O autor discorre sobre como o debate do *gerencialismo* passa, muitas vezes, despercebido entre os pesquisadores da ciência geográfica que se dedicam à análise das práticas corporativas.

Com foco na dimensão ambiental, o autor desenvolveu um caminho reflexivo para abordar o gerencialismo ambiental a partir das ações previstas pela cartilha ESG e sua

efetivação por uma grande empresa siderúrgica instalada na periferia da cidade do Rio de Janeiro (RJ). Em relação à cartilha ESG, o autor apresenta as origens e desenvolvimento desta política, assim como os significados e usos do conceito de “sustentabilidade”, tão enfatizado pelos entusiastas dessa prática. Para completar, seu estudo de caso aborda as ações educacionais abrigadas pela política ESG da empresa, com o objetivo de afastar o empreendimento de problemas ambientais no bairro, produzidos por ela mesma, e de antecipar-se a possíveis críticas e crises.

Também no campo das práticas corporativas voltadas à educação, o artigo “A investida do agronegócio na educação: análise do discurso ambiental da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)”, de **Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo Cordeiro**, lança luz sobre o esforço de difusão ideológica do agronegócio na educação brasileira. A autora analisa, em particular, o Programa Educacional Agronegócio na Escola, desenvolvido há mais de duas décadas pela Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto, em São Paulo (ABAG/RP). O programa é direcionado a todos os níveis da educação básica e apresenta notável inserção na rede pública de ensino, alcançando milhares de professores e estudantes em todo o país.

A análise revela que, embora o programa não se apresente explicitamente como uma iniciativa de educação ambiental, o meio ambiente constitui o eixo central dos conteúdos abordados em seus módulos. Estes conteúdos, marcados por informações imprecisas e pela omissão de dados científicos relevantes, demonstram o caráter propagandístico do programa, que constrói uma imagem sustentável do agronegócio. A partir das evidências examinadas, a autora demonstra que a chamada Educação Ambiental Empresarial do Agronegócio configura um evidente conflito de interesses, contribuindo para a despolitização da questão ambiental e violando os princípios legais e pedagógicos que regem a educação ambiental no Brasil.

Nesse mesmo movimento de reconfiguração da imagem institucional, insere-se também o setor de mineração, que tem investido sistematicamente na construção de uma imagem favorável, especialmente após os desastres-crimes da Vale/Samarco/BHP

Billiton na bacia do rio Doce (2015) e da Vale na bacia do rio Paraopeba (2019). O artigo “Diálogos sobre sustentabilidade: Análise da concepção de sustentabilidade no material de comunicação da Anglo American com as comunidades afetadas pelo empreendimento Minas-Rio”, de **Julia Theodoro Soares**, contribui para esse debate ao analisar como essas estratégias comunicacionais são mobilizadas pela Anglo American em sua interlocução com as comunidades afetadas pelo empreendimento Minas-Rio.

A partir da análise das publicações “Diálogo” e “Mineroduto ao porto” da Anglo American, direcionadas às comunidades atingidas pelo projeto Minas-Rio, em Minas Gerais, a autora descreve e discute os diferentes significados atribuídos ao conceito de sustentabilidade pela mineradora, evidenciando como essa noção é construída e mobilizada nos esforços de legitimação do empreendimento.

A autora situa o discurso da Anglo American em um contexto histórico mais amplo, no qual o setor extrativo, e especialmente, as mineradoras ambientalizaram seus discursos. Em um contexto marcado pela denúncia das graves violações socioambientais provocadas pelo setor extrativo, determinadas ações dos sujeitos coletivos críticos às práticas empresariais conseguem impor danos reputacionais e, em certa medida, econômicos às corporações. Esse processo é compreendido como um tipo de risco para o empreendimento, os chamados riscos sociais (Giffoni Pinto, 2019). Nesse sentido, a autora observa que o uso recorrente da noção de 'sustentabilidade' por parte da Anglo American não se configura como uma estratégia voltada à gestão dos riscos impostos pelo empreendimento às comunidades, mas, sobretudo, como uma forma de administrar os riscos que essas comunidades representam para a viabilidade do próprio empreendimento. No caso do empreendimento Minas-Rio, contudo, o texto conclui que a tentativa de projetar uma imagem de 'mineração sustentável', consensual e harmoniosa, contrasta de forma flagrante com a realidade marcada por conflitos ambientais, nos quais as comunidades atingidas denunciam os danos aos quais são submetidas.

Também no tema da mineração, o artigo “Método corporativo-estatal no setor mineral: Discursos e práticas no contexto da transição energética”, de **Lucas Zenha Antoino** e **Valdirene Santos Rocha Sousa**, investiga de que forma o setor, em articulação com atores estatais, justifica e legitima a expansão da fronteira mineral na Bahia em termos de bem comum, associando-a à mitigação das mudanças climáticas.

Os autores apresentam o cenário de expansão das autorizações de pesquisa mineral na Bahia, com um aumento de 35,8% entre 2021 e 2025. Impulsionado pela demanda por minerais da “transição energética” (Alumínio, Cobalto, Cobre, Grafita, Lítio, Manganês, Nióbio, Níquel, Vanádio, Terras Raras e Urânio), esse avanço tem sido acompanhado pela intensificação dos conflitos fundiários, já nas etapas iniciais de pesquisa.

O agenciamento entre empresas privadas do setor mineral e órgãos e empresas públicas baseiam-se, segundo os autores, na concentração de poder, no controle institucional e no uso intensivo de capital. Esse modelo privilegia decisões corporativas e estatais centradas em interesses privados de curto prazo, favorecendo grupos hegemônicos por meio da formação de oligopólios, lobby legislativo, influência no Judiciário e respaldo técnico-científico.

Sob o discurso modernizador centrado no avanço tecnológico e inovação, ocultam-se práticas historicamente consolidadas de concentração fundiária, destinação desigual de terras públicas e desapropriação de territórios tradicionalmente ocupados.

Encerrando este dossiê, apresentamos o artigo “A Costa Rica na moral internacional da descarbonização: Interações políticas multiescalares”, de **Andrés Gerardo Jiménez Corrales**. O texto oferece uma relevante contribuição para os campos da ecologia política e da sociologia das mudanças climáticas, ao analisar a descarbonização como expressão de uma nova moral ambiental global. Como estudo de caso, se dedica à análise do Plano Nacional de Descarbonização da Costa Rica, oficializado em 2019, que tem por objetivo alcançar uma economia de zero emissões líquidas até 2050. O autor revela como essa moralidade promove soluções tecnocráticas que desconsideram responsabilidades históricas e aprofundam desigualdades ambientais.

A Costa Rica é apresentada como um exemplo de como essa moral ambiental é instrumentalizada para reforçar sua posição internacional como um Estado “verde exemplar”, convertendo compromissos climáticos em estratégias de inserção em mercados verdes e de obtenção de vantagens geoeconômicas. A moral da descarbonização, ao ser tratada como “única solução desejada”, insere-se em uma estrutura moral e ideológica que oculta interesses políticos e econômicos, reproduz uma lógica colonial que evita questionar o modelo dominante de crescimento e restringe o campo de possibilidades para ações mais justas e efetivas no enfrentamento da crise climática.

Com este dossiê, buscamos ampliar as pesquisas acadêmicas que têm como foco as estratégias adotadas por agentes corporativos no campo ambiental. Ao examinar os diferentes mecanismos de desmobilização empregados para desviar e conter as reivindicações por justiça ambiental, também pretendemos oferecer subsídios analíticos que fortaleçam as resistências territoriais.

Referências

- ACSELRAD, Henri. **Políticas territoriais, empresas e comunidades**: O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. pp. 33-60.
- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, nº 68, pp. 103-119, 2010.
- BRONZ, Deborah; BEZERRA, Marcos Otávio. DOSSIÊ: “Grandes empreendimentos”, administração pública e populações. **Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia**, nº 37, pp. 131-136, 2015.
- BRONZ, Deborah. **Nos bastidores do licenciamento ambiental**: Uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- CASTRO, Raifran A.; CASTRO, Edna. Os ritos empresariais na relação com comunidades rurais da amazônia maranhense. **Cadernos CRH** v. 30, nº 79, 2017.

- EUSÉBIO, Albino José; MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Neoextrativismo, violências e conflitos ambientais: O projeto Onça Puma e as estratégias empresariais de ocupação e controle do território. In: ACSELRAD, Henri. (org.). **Neoextrativismo e autoritarismo**: Afinidades e convergências. Rio de Janeiro: Garamond, 2022, pp. 267-310.
- FURTADO, Fabrina. **Em nome do clima**. Instituições e práticas na ambientalização das finanças no Brasil. Tese (doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. 359 pp.
- GAVIRIA, Edwin. A “licença social para operar” na indústria da mineração: Uma aproximação a suas apropriações e sentidos. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos e Regionais**, v. 2, nº 17, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2015v17n2p138>>. Acesso em 16/02/2025.
- GIFFONI PINTO, Raquel. O poder da crítica: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental. **Estudos de Sociologia**, v. 18, nº 35, 2013.
- GIFFONI PINTO, R. **Conflitos Ambientais, corporações e políticas do risco**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.
- HAZEU, Marcel; RODRIGUES, Jondison Cardoso. Capitalismo financeirizado e acumulação por despossessão na Amazônia: A mineradora Imerys em Barcarena, Nordeste do Pará. **Revista Científica Foz**, v. 2, nº 1, pp. 86-119, 2019.
- LASCHEFSKI, Klemens. O Extrativismo 4.0 e o “Regime ambiental coronelista”: A articulação de sistemas ambientais brasileiros com esquemas de governança multistakeholder global. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 3, nº 2, pp. 107-161, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.48075/amb.v3i2.28409>>. Acesso em 07/03/2025.
- LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, nº 25, pp. 31-64, 2006.
- MALHEIRO, Bruno. **O que Vale em Carajás?** Geografias de exceção e r-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- MILANEZ, Bruno, SANTOS, Rodrigo; MAGNO, Lucas; WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maíra; GIFFONI, Raquel; GONÇALVES, Ricardo; COELHO, Tádzio. A Estratégia Corporativa da Vale S.A.: Um modelo analítico para Redes Globais Extrativas. **Versos** -

Textos para Discussão PoEMAS, v. 2, nº 2, pp. 1-43, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.13140/RG.2.2.17430.60483>>. Acesso em 19/03/2025.

POMPEIA, Caio. “Agro é tudo”: Simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horizontes antropológicos**, nº 56, pp. 195-224, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832020000100009>>. Acesso em 24/02/2025.

RAMALHO, José Ricardo; SANTOS, Rodrigo; Lima, Raphael. Estratégias de Desenvolvimento Industrial e Dinâmicas Territoriais de Contestação Social e Confronto Político. **Sociologia & Antropologia**. nº 3, pp. 175-200, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752013v357>>. Acesso em 01/03/2025.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira; MILANEZ, Bruno. Apresentação: Estratégias corporativas no setor extrativo: Uma agenda de pesquisa para as ciências sociais. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 5, nº 1, pp. 1-26, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.24305/cadecs.v5i1.2017.17876>>. Acesso em 24/02/2025.

SCOTTO, Gabriela. Narrativas contemporâneas na propaganda corporativa das empresas mineradoras transnacionais: elementos para a análise do “espírito” da mineração. **Cuadernos Del Instituto Nacional De Antropología Y Pensamiento Latinoamericano**, v. 27, nº 2, pp. 37-54, 2018.

22

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios**: Uma introdução à Ecologia Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

TAVARES, Thiago Roniere Rebouças. O que é o capitalismo stakeholder da ESG? Reflexões a partir dos estudos de ecologia política e da conformação de uma zona de sacrifício. In: **A geografia ibero-americana no contexto contemporâneo**: Um balanço crítico. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024, v. 1, pp. 877-898.

ZUCARELLI, Marcos. **A matemática da gestão e a alma lameada**: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco. Campina Grande/PB: EDUEPB, 2021.

ZHOURI, Andrea; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max. O desastre no Rio Doce: Entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: ZHOURI, Andréa (org.). **Mineração, violências e resistências**: Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, 2018.

Thiago Roniere Rebouças Tavares é doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor do Departamento de Geografia Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/Campus Maracanã) e pós-doutorando Júnior do convênio CNPq-FAPERJ na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). **E-mail:** thiagoroniere@gmail.com

Raquel Giffoni Pinto é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professora Adjunta do Departamento de Análise Geoambiental da Universidade Federal Fluminense (UFF), e pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Extensão PoEMAS – Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade e do Coletivo de pesquisa Desigualdade Ambiental, Economia e Política. **E-mail:** raquelgiffoni@id.uff.br

Maíra Sertã Mansur tem pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Extensão PoEMAS – Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade, e bolsista de Pós-doutorado júnior (PDJ 2023) concedida pelo CNPq na instituição Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). **E-mail:** anadido@gmail.com

Artigo

Capitalismo e as políticas de resignação¹

Peter Benson

Stuart Kirsch

Resumo

Desde a década de 1990, antropólogos têm dedicado mais atenção ao Estado e à governamentalidade do que a uma das formas de poder mais influentes de nosso tempo: a corporação. A desatenção ao papel das corporações revela-se particularmente problemática quando os danos que elas provocam são evidentes e significativos. Propomos uma reorientação do estudo do poder na antropologia, com foco nas estratégias que as corporações utilizam em resposta aos seus críticos e em como essas estratégias facilitam a perpetuação do dano. Identificamos três fases principais da resposta corporativa à crítica: negação, reconhecimento e acomodações simbólicas e engajamento estratégico. Por meio de estudos de caso das indústrias do tabaco e da mineração, mostramos como as respostas corporativas aos seus críticos protegem esses setores de uma possível deslegitimação e permitem que continuem operando em ambientes regulatórios favoráveis. Por fim, relacionamos essas estratégias corporativas a sentimentos generalizados de descontentamento com o presente e à percepção de impotência diante da possibilidade de mudar o futuro. Embora as corporações normalmente se beneficiem da política da resignação, argumentamos que a insatisfação generalizada com as práticas corporativas representa um ponto de partida importante para a mudança social.

Palavras-chave: Corporação; Poder; Subjetividade.

¹ No original: *Capitalism and the Politics of Resignation*. *Current Anthropology*, v. 51, n° 4, p. 459-486, 2010. Tradução e revisão de Raquel Giffoni Pinto, professora do Departamento de Análise Geoambiental da Universidade Federal Fluminense/UFF (raquelgiffoni@id.uff.br) e Fabrina Furtado, professora do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) (f.furtado7@gmail.com). Agradecemos ao Professor Stuart Kirsch, tanto pela articulação que viabilizou esta publicação quanto pela generosidade em assumir os custos relacionados aos direitos autorais, o que tornou possível compartilhar este texto com o público de língua portuguesa. Estendemos também nosso agradecimento ao Professor Henri Acselrad e à Fundação Ford, cujo apoio foi fundamental para a realização da tradução e revisão deste artigo.

Capitalism and the politics of resignation

Abstract

Anthropologists since the 1990s have paid greater attention to the state and governmentality than to one of the most consequential forms of power in our time, the corporation. The lack of attention to corporations is especially problematic when the harm they cause is readily apparent and substantial. We propose to reorient the study of power in anthropology to focus on the strategies corporations use in response to their critics and how this facilitates the perpetuation of harm. We identify three main phases of corporate response to critique: denial, acknowledgement and token accommodation, and strategic engagement. In case studies of the tobacco and mining industries, we show how corporate responses to their critics protect these industries from potential delegitimization and allow them to continue operating in favorable regulatory environments. Finally, we connect these corporate strategies to pervasive feelings of discontent about the present and the perceived inability to change the future. Although corporations usually benefit from the politics of resignation, we argue that widespread dissatisfaction with corporate practices represents an important starting point for social change.

Keywords: Corporation; Power; Subjectivity.

Capitalismo y las políticas de resignación

25

Resumen

Desde la década de 1990, los antropólogos han prestado más atención al Estado y la gubernamentalidad que a una de las formas de poder más influyentes de nuestro tiempo: la empresa. La falta de atención a las empresas es especialmente problemática cuando el daño que causan es evidente y sustancial. Proponemos reorientar el estudio del poder en la antropología para centrarse en las estrategias que utilizan las empresas en respuesta a sus críticos y cómo esto facilita la perpetuación del daño. Identificamos tres fases principales de la respuesta corporativa a las críticas: negación, reconocimiento y acomodación simbólica, y compromiso estratégico. En estudios de caso de las industrias tabacalera y minera, mostramos cómo las respuestas corporativas a sus críticos protegen a estas industrias de una posible deslegitimación y les permiten seguir operando en entornos normativos favorables. Por último, relacionamos estas estrategias corporativas con los sentimientos generalizados de descontento sobre el presente y la percepción de la imposibilidad de cambiar el futuro. Aunque las empresas suelen beneficiarse de las políticas de resignación, sostenemos que el descontento generalizado con las prácticas corporativas representa un importante punto de partida para el cambio social.

Palabras clave: Corporación; Poder; Subjetividad.

Uma das obras mais influentes da década de 1990 é *Seeing Like a State*, de James C. Scott (1998). Scott demonstra como os projetos de cunho modernizador-radical estão condenados ao fracasso por não considerarem as circunstâncias e os saberes locais. Seu trabalho nos ajuda a compreender os efeitos simplificadores do Estado, que reduz a complexidade a um conjunto de problemas que são mais suscetíveis a uma gestão eficiente. No entanto, como observa Fernando Coronil (2001) em sua resenha crítica, dinheiro, mercados e capital desempenham papel muito mais decisivo na conformação do mundo moderno do que Scott reconhece. Neste artigo, argumentamos que essa omissão é sintomática de uma tendência mais ampla na disciplina, em que antropólogos dedicam maior atenção ao Estado e à governamentalidade do que às formas pelas quais as corporações moldam o mundo com vistas à obtenção de lucro, crescimento e legitimidade. A falta de atenção às corporações se torna particularmente problemática em contextos nos quais os danos que elas produzem são evidentes e substanciais. Em razão disso, propomos uma ampliação do olhar antropológico sobre o exercício do poder corporativo e, em particular, sobre as estratégias corporativas utilizadas em resposta às críticas e como elas facilitam a perpetuação do dano.

Por muitos anos, a academia tem operado de acordo com um paradigma dominante segundo o qual o capitalismo teria vencido.² Figuras intelectuais de destaque na esfera pública como Francis Fukuyama (1992), Dinesh D'Souza (2003), Hernando De Soto (2003) e Fareed Zakaria (2008) celebram a dominância do capitalismo. A pesquisa antropológica recente sobre o capitalismo se apoia em duas tradições analíticas distintas. Trabalhando com uma perspectiva predominantemente foucaultiana, autores como Aihwa Ong (1998, 2003, 2006) tratam o capitalismo como um sistema de governamentalidade que reproduz estruturas e subjetividades neoliberais. A tradição neo-marxista, representada por estudiosos como David Harvey (1992, 2005), lamenta tanto o domínio do capita-

² Este artigo foi concluído antes que a plena dimensão da crise financeira de 2008–2009 se tornasse evidente. Embora haja um amplo reconhecimento de que são necessárias mudanças regulatórias sistemáticas para enfrentar as causas desses problemas, também observamos que a resposta inicial do Estado foi a de sustentar as instituições que haviam assumido os maiores riscos na economia da bolha, em vez de proteger as pessoas mais vulneráveis à crise financeira.

lismo quanto as formas pelas quais o neoliberalismo aprofundou, em vez de resolver, suas contradições centrais (ver também Boltanski; Chiapello, 2005). Consequentemente, o arcabouço teórico predominante na antropologia combina uma análise da governamentalidade com uma sensibilidade crítica proveniente do marxismo.³ Ainda que estudiosos já tenham demonstrado como as corporações podem funcionar como Estados, ao estenderem seu poder sobre produtores e consumidores, raramente se examina como essas empresas exploram sua posição privilegiada na ordem mundial capitalista global (ver, porém, Gibson-Graham 1996).⁴ Em nossa perspectiva, tanto as contradições estruturais do capitalismo descritas por Marx – a exploração do trabalho, a alienação e o fetichismo da mercadoria que obscurece as relações sociais de produção – quanto as novas contradições associadas às ameaças à saúde humana e ao meio ambiente são insuficientemente problematizadas pela literatura sobre governamentalidade.

Ao empreender uma breve análise genealógica das correntes intelectuais da antropologia, podemos considerar que as sensibilidades marxistas, predominantes na antropologia dos anos 1970 (Nugent, 2007), teriam ido para a clandestinidade. De um ponto de vista estritamente foucaultiano, o estudo do poder e da subjetividade deve ser conduzido em um espírito de agnosticismo moral que trata o poder como uma relação a ser

³ Argumentamos que antropólogos deveriam dedicar maior atenção à forma como as corporações respondem à crítica, além das formas clássicas pelas quais o capitalismo é analisado nas abordagens marxistas e neomarxistas (Godelier, 1977; Roseberry, 1997; Terray, 1972). Uma tradição da antropologia marxista tem se concentrado nos modos de produção, na organização político-econômica das sociedades e na constituição das ideologias, a ponto de argumentar que a cultura opera como uma consciência coletiva a serviço dos interesses do capital (Ortner, 1984, p. 139-140). Outra vertente da antropologia inspirada em Marx seguiu os caminhos da teoria dos sistemas-mundo e das teorias da dependência (Gunder Frank, 1967; Wallerstein, 1976), preocupando-se com a imposição de forças externas sobre as comunidades (Ortner, 1984, p. 141). Nessa cisão da antropologia marxista, percebemos a emergência dos binarismos dominantes entre o local e o global e entre heterogeneidade e homogeneidade, que moldaram grande parte da literatura sobre globalização nos anos 1990.

⁴ Ortner (2005, p.43) descreve a visão neoliberal do desenvolvimento econômico e do sujeito, segundo a qual os produtores devem tornar-se cidadãos flexíveis, capazes de atender melhor às necessidades do capital em relação à força do trabalho, e os consumidores devem tornar-se sujeitos despolitizados, cuja identidade ou propósito central não é uma relação com o Estado ou um dever de participação política, mas a capacidade de consumir informações e produtos. A agência individual torna-se o meio através do qual o poder é exercido. Mesmo quando questões econômicas são abordadas na grande mídia, o *ethos* neoliberal predominante faz com que “atos pessoais de poupança e consumo” sejam geralmente destacados “em detrimento do que acontece no local de trabalho nas cúpulas corporativas...” (Berlant, 1997, p. 8).

compreendida e renegociada (ver Deleuze, 1988; Foucault, 1979, 1994; Rabinow, 1996).⁵ No entanto, a governamentalidade é frequentemente retratada de forma negativa por ampliar o poder do Estado. A atenção dos acadêmicos à governamentalidade tem sido intelectualmente produtiva em muitos aspectos, especialmente em sua especificação da relação da cidadania e da subjetividade com as formas institucionalizadas de poder. Um subtexto recorrente dessa literatura é que a governamentalidade inibe a resistência às formas normativas do poder institucional, do mesmo modo que a ideologia, sob a ótica marxista, impede o reconhecimento e a contestação das estruturas de classe. As sensibilidades críticas da tradição marxista permanecem latentes na antropologia, conforme indicado pela suposição de que o poder pacifica a resistência, o que contrasta com o argumento foucaultiano de que o poder e a resistência se produzem mutuamente. O resultado é uma etnografia que trata as corporações principalmente como extensões da governamentalidade, ou como máquinas anti-políticas (Ferguson, 1994), ignorando amplamente os processos políticos pelos quais as corporações promovem seus próprios interesses. As táticas autoritárias do poder corporativo desaparecem sob formas sutis do poder pastoral, que produzem sujeitos governáveis. A literatura sobre governamentalidade também negligencia a possibilidade de que a regulação e o controle estatal possam ajudar a conter os interesses corporativos.

Neste artigo, propomos uma reorientação mais produtiva do estudo do poder corporativo, a partir da análise das táticas e estratégias utilizadas pelas corporações para responder às críticas que recebem.⁶ Acreditamos que esse enfoque é mais compatível com a forma como Foucault concebeu o poder: como um campo de estratégias e relações (Lazzarato, 2002). Nosso objetivo é abrir caminho para uma análise mais rigorosa do papel crucial que as corporações desempenham na política moderna. Propomos uma etnografia do capitalismo que se concentre especificamente nos danos causados pelas indús-

⁵ Sobre a relação entre política e moralização na obra de Foucault, ver Rabinow (1996, p. 21, 138) e Shiner (1982).

⁶ Em outro trabalho, descrevemos o poder de oxímoros corporativos como “cigarros seguros” e “mineração sustentável”, que transmitem uma mensagem política destinada a tranquilizar o consumidor que, de outro modo, seria crítico (Benson; Kirsch, 2010).

trias e nas formas pelas quais as corporações moldam a gestão social desses danos. Sugerimos que as respostas corporativas à crítica contribuem para uma estrutura de sentimento dominante em nosso tempo, que denominamos “política da resignação”. Especificar como o poder corporativo opera é necessário para localizar uma fonte importante do descontentamento moral generalizado que permeia as sensibilidades políticas contemporâneas e para superar a suposição predominante de que nada pode ser feito diante dessas preocupações.⁷ Sustentamos que há uma conexão direta entre as táticas e estratégias corporativas e o sentimento generalizado de impotência que caracteriza a vida política atual e, mais ainda, que as corporações cultivam ativamente essa sensibilidade e se beneficiam dela. A política estatal e os meios de comunicação também estão profundamente implicados na prevalência do cinismo e da resignação. No entanto, essa resignação é frequentemente mal compreendida quando confundida com capitulação: argumentamos que, sob determinadas condições, ela pode se converter na base para uma política transformadora.

Os antropólogos fariam bem em procurar os efeitos do poder corporativo em todos os lugares e em praticamente tudo o que estudamos. Por exemplo, a etnografia das práticas de troca e dádiva na Melanésia, historicamente tão influente na teoria antropológica, foi revitalizada por sua interface com os estudos sobre empresas mineradoras na Papua-Nova Guiné (cf. Biersack, 2006; Crook, 2004; Filer; Macintyre, 2006; Halvaksz, 2008; Jacka, 2001; Kirsch, 2006, 2007, 2008; Weiner; Rumsey, 2004). A economia capitalista pode não ter atingido todos os locais do mundo com a mesma intensidade (Coronil, 2000; Ortner 1984, p. 142-144), mas o “slot selvagem” (Trouillot, 1991) é uma invenção do imaginário pré-iluminista e o estudo das corporações transnacionais é tão necessário nas florestas tropicais da Nova Guiné quanto nas zonas industriais do Norte global. Nossos estudos de caso sobre a indústria de tabaco dos Estados Unidos e a indús-

⁷ Como observa o historiador da medicina Allan Brandt (2007, p. 399), “O amplamente documentado declínio da confiança pública nas instituições, da presidência à corporação, ofereceu um clima corrosivo para acusações e denúncias. Cada vez mais, acusações de que as companhias de tabaco haviam mentido eram recebidas com antecipação cínica: bem, é claro que mentiram.”

tria transnacional de mineração em Papua Nova Guiné representam exemplos arquetípicos de contextos disciplinares polarizados, tradicionalmente tratados como opostos, para os quais se supunha a necessidade de metodologias e objetos de pesquisa completamente distintos. No entanto, o foco nas corporações revela que os dois contextos podem ter mais em comum do que se supunha anteriormente.

A antropologia do capitalismo que propomos aqui não pretende retomar ou reformular a clássica distinção entre posições formalistas e substantivistas que há muito tempo ocupa os antropólogos econômicos e outros estudantes de economia política (cf. Cook, 1982; Polanyi, 1968). Tampouco se concentra necessariamente no trabalho e nas dinâmicas do ambiente laboral (Burawoy, 1979), ou na construção cultural dos processos econômicos e dos mecanismos de troca (Gudeman, 1986). Embora essas abordagens sigam relevantes, chamamos atenção para a necessidade de estudos empíricos sobre o “capitalismo realmente existente”, com foco nos atores, instituições e situações específicas nas quais o capitalismo é constituído (Bahro, 1978).⁸ Em outras palavras, propomos um estudo sobre como as empresas operam, como se relacionam com os Estados e com os públicos, e como os problemas de saúde humana e ambientais são negociados.

Embora esse ponto de partida possa parecer evidente, ou até mesmo senso comum, as corporações geralmente permanecem fora do escopo da pesquisa antropológica. Por exemplo, uma recente coletânea de ensaios sobre globalização faz apenas referências pontuais às corporações, em vez de tratá-las como importantes temas etnográficos (Inda; Rosaldo, 2008). As corporações são mencionadas apenas algumas vezes em alguns dos principais textos da antropologia econômica (Gudeman, 1986; Wilk, 2007). O subcampo da antropologia política mudou drasticamente nos últimos anos para refletir as tendências empíricas observadas em diversas partes do mundo; o que costumava ser um campo focado no estudo de estruturas políticas, processos rituais e direito consuetudinário agora complementa esses focos com atenção aos regimes jurídicos internacionais

⁸ Rudolf Bahro (1978) e Michael Burawoy e János Lukács (1992) pediram pela primeira vez o estudo do “socialismo realmente existente”, em contraste com tradição marxista de comparar a ideologia socialista com o “capitalismo realmente existente”.

e aos direitos humanos, à governamentalidade e aos contextos sociopolíticos da formação de sujeitos coloniais e pós-coloniais. Em contraste, a antropologia econômica ainda não passou por uma atualização e ampliação comparáveis às que ocorreram em outros subcampos, permanecendo centrada em seu foco tradicional sobre dádivas, mercadorias e trocas. Falta-lhe, portanto, uma atenção sistemática a uma das formas mais consequentes de poder em nosso tempo: a corporação. Seguimos nessa direção perguntando: Como as corporações contribuem para a formação de estruturas de sentimento generalizadas? Quais são as estratégias específicas que as empresas usam para engajar seus críticos? Começamos com uma breve revisão das abordagens dominantes ao capitalismo na antropologia contemporânea. Em seguida, discutimos trabalhos etnográficos exemplares sobre corporações. Por fim, introduzimos alguns conceitos que consideramos úteis para o estudo do capitalismo. O primeiro deles é o de “indústria do dano”. Com isso, nos referimos a empresas capitalistas que se baseiam em práticas destrutivas ou prejudiciais às pessoas e ao meio ambiente: o dano é parte inerente de seu funcionamento normal. O segundo conceito que propomos é o de política da resignação. Inspirando-nos em Slavoj Žižek (1989) e outros autores (como Sloterdijk, 1983), referimo-nos a uma estrutura de sentimento característica da modernidade tardia, marcada por uma tendência ao cinismo na vida política. Na formulação influente de Raymond Williams (1977, p. 132-133), as estruturas de sentimento são amplamente determinadas pela economia política. Ele argumenta que há, frequentemente, uma disjunção entre os afetos dominantes e os afetos ordinários da vida cotidiana (Stewart, 2007). Daí sua referência ao “assentimento formal com dissenso privado” (Williams, 1977, p. 132), expressão que orienta nossa discussão sobre a política da resignação. Esta política atua como um importante facilitador do capitalismo contemporâneo, ao legitimar o poder corporativo como inevitável ou amplamente imutável. Essa atitude é exemplificada no popular vernáculo americano “*whatever*” (tanto faz), que transmite a sensação de que não há escolhas políticas reais

Por fim, apresentamos dois estudos de caso, baseados em trabalho de campo etnográfico sobre as indústrias do tabaco e da mineração, que ilustram esses conceitos.

Embora essas indústrias se destaquem pela capacidade de causar danos à vida humana e ao meio ambiente, não as consideramos como casos isolados nem exceções: revelam dinâmicas fundamentais do poder corporativo.⁹ Em cada caso, mostramos como essas “indústrias do dano” lucram com o sofrimento humano e a degradação ambiental – não podem existir sem isso —, ainda que promovam amplamente discursos sobre os benefícios sociais de suas atividades, seu compromisso com a legalidade, sua disposição para colaborar com governos e ONGs e sua suposta responsabilidade como “cidadãos corporativos”. No caso da produção de tabaco, analisamos não apenas os impactos do tabagismo na saúde, mas também a convergência paradoxal entre os interesses da indústria do tabaco e as políticas públicas de saúde. Quanto à indústria da mineração, descrevemos como as empresas frequentemente minimizam ou negam os impactos reais de suas operações até que seja tarde demais para proteger o meio ambiente. Esses estudos de caso também fornecem uma ilustração detalhada de nosso terceiro conceito, que é um modelo processual de resposta corporativa à crítica, organizado em três fases que estruturam o debate público e as percepções dos danos.

O triunfo inquestionável do capitalismo não pode ser explicado satisfatoriamente por argumentos sobre o “esmaecimento do afeto, perda da crença ou alienação”, para usar as palavras de Brian Massumi (2002, p. 43).¹⁰ Da mesma forma, sugerimos que a política de resignação se baseia parcialmente no reconhecimento generalizado de que há problemas fundamentais com o comportamento corporativo, como fica evidente na natureza generalizada do discurso cínico. Os recentes escândalos em Wall Street apenas exacerbaram e tornaram mais visíveis tais preocupações. A política da resignação é uma prova das deficiências de um modo de disciplina e controle que busca inocular o corpo político contra a crítica e promover a satisfação com a escolha do consumidor e modos

⁹ Consulte o volume editado por Singer e Baer (2009) sobre “commodities assassinas” e a “produção corporativa de danos”, que foi publicado após a conclusão deste ensaio.

¹⁰ Os escritos de Massumi (1992, 2002) são inspirados no trabalho de Gilles Deleuze e, portanto, estão, em muitos aspectos, em desacordo com a crítica da ideologia apresentada por Žižek. Enquanto Žižek conceitua a subjetividade política em termos de contradições que são perpetuamente rearticuladas pela mediação simbólica, Deleuze, assim como Foucault, entende a subjetividade política em termos de disciplina e outras forças institucionais (cf. Deleuze; Guattari, 1983, 26-27; Žižek, 2003, 2006).

flexíveis de acumulação.¹¹ As corporações são eficazes em suturar as contradições e redirecionar as energias críticas, deixando o público e os governos resignados com os danos que as corporações produzem. A política de resignação é, em parte, um sintoma do processo pelo qual o poder corporativo normaliza e naturaliza o risco e o dano como condições inevitáveis da modernidade, e não como relações entre corporações, corpos e ambientes que podem ser potencialmente reorganizados e alterados (ver Kirsch, 2008).¹²

Concluimos propondo uma antropologia do capitalismo “sem garantias”, que ofereça novas possibilidades de responsabilizar as corporações pelos danos que causam. Acreditamos que a especificação empírica de como as corporações operam, incluindo como elas promovem a resignação, tem implicações importantes para combater uma política na qual o status quo parece inevitável. Como escreveu um de nós em outro lugar, o que está em jogo “não é apenas acertar ou mesmo constituir uma academia que seja continuamente desafiada pelo mundo em vez de isolada dele, mas, em última instância, uma política que reconheça um leque mais amplo de possibilidades analíticas” (Kirsch, 2001, p. 195).

A Antropologia do Capitalismo

Os tempos mudaram desde que Sherry Ortner (1984), em seu memorável artigo sobre a teoria na antropologia desde os anos 1960, lamentou o domínio de uma “visão

¹¹ Luc Boltanski e Eve Chiapello (2005) descrevem como as empresas reorganizaram as práticas de gestão desde a década de 1960, usando a linguagem da contracultura para promover novas práticas de trabalho e meios mais sutis de controle do local de trabalho. Embora os autores se concentrem nas preocupações tradicionais marxistas sobre exploração, em vez de problemas relacionados à saúde humana e ao meio ambiente, eles fornecem outro exemplo de como as corporações mitigam as críticas à alienação cotidiana por meio de táticas de apropriação.

¹² Outra característica importante dos setores farmacêuticos é como o desenvolvimento contínuo de novas tecnologias cria novos riscos (Adam, 1998; Beck, 1992). Consequentemente, as empresas de uma ampla gama de setores enfrentam a situação difícil de estar sempre à beira de uma crítica pública que é potencialmente incontrolável.

de mundo centrada no capitalismo”. A autora qualificou essa perspectiva como “questionável... especialmente para a antropologia” e, ao menos naquela época, contestava a ideia de que “praticamente tudo o que estudamos já foi tocado... pelo sistema mundial capitalista e que, portanto, muito do que vemos em nosso trabalho de campo e descrevemos em nossas monografias deve ser compreendido como tendo sido moldado em resposta a esse sistema” (Ortner, 1984, p. 142-143). Ortner estava compreensivelmente preocupada com a representação da mudança social e da história como algo que vinha de fora, implicando uma cisão entre tradição e modernidade, entre o local e o global (ver também Wolf, 1982). Também argumentava que a etnografia tendia a retratar os efeitos do capitalismo de forma excessivamente homogeneizante. Em contraste com o foco econômico da teoria dos sistemas-mundo e do materialismo cultural, Ortner (1984, p. 142) defendia uma maior atenção às “relações de poder, dominação, manipulação [e] controle”. Seu apelo por um estudo do poder em suas diversas formas foi amplamente acolhido por antropólogos, culminando no enfoque contemporâneo sobre governamentalidade. Dado o ritmo acelerado da globalização e a intensificação do poder corporativo desde a publicação do artigo de Ortner, apoiamo-nos em suas percepções para argumentar que os antropólogos precisam especificar como o capital responde à crítica, à resistência e à oposição. Nesta seção, revisamos algumas das abordagens mais populares e influentes ao estudo do capitalismo e identificamos uma tensão central entre as abordagens culturais e a literatura mais materialista sobre violência estrutural. Um foco nas corporações e em suas práticas estratégicas nos obriga a considerar ambas as dimensões do capitalismo.

Dado que estudiosos marxistas se concentram principalmente em classe, trabalho e produção, o trabalho de Arjun Appadurai (1986, 1996) preenche uma lacuna importante ao estudar os processos de consumo e sua relação com a identidade. Sua discussão sobre a globalização baseia-se em seu trabalho anterior sobre fluxos de mercadorias, demonstrando como ideias e identidades coletivas circulam de forma comparável ao movimento de mercadorias. Seu foco na importância do consumo e da agência do consumidor as-

sume hoje uma relevância ainda maior, considerando que estratégias de resistência ao capitalismo frequentemente tomam a forma de consumo ético, como consumir alimentos locais, construir edificações sustentáveis e de “investimentos socialmente responsáveis”. No entanto, a celebração da agência, implícita na literatura mais ampla sobre consumo, negligencia o poder das corporações em moldar a imaginação do consumidor e promover formas particulares de autoconstituição e identificação política.¹³

Outra tendência da antropologia do capitalismo examina as diferenças regionais na organização e nas práticas das corporações. Essa literatura sobre capitalismo vernacular segue a tradição polanyiana de entender as práticas econômicas como cultural e socialmente enraizadas. Por exemplo, antropólogos estudaram as particularidades culturais e econômicas de uma empresa familiar italiana (Yanagisako, 2002), da indústria de bebidas em Trinidad (Miller, 1997), de uma fábrica de alimentos infantis na Polônia pós-socialista (Dunn, 2004), da publicidade na Índia (Mazzarella, 2003) e das fábricas de tricô na Índia (Chari, 2004). Outros estudiosos iniciaram pesquisas etnográficas sobre instituições e práticas financeiras, revelando os mundos sociais, culturais e morais de financistas e corretores da bolsa, em contraste com a suposta operação neutra dos mercados (Fisher; Downey, 2006; Hart, 2001; Ho, 2005; LiPuma; Lee, 2004; Maurer, 2005; Miyazaki, 2003; Zaloom, 2003).

Nesses estudos, a abstração do capitalismo global é reconfigurada de forma útil em termos de “capitalismos globais” situados em contextos específicos (Ho, 2005). Essa literatura aborda variações locais e regionais para articular uma crítica teórica e política às premissas formalistas da economia neoclássica. No entanto, um foco substantivista nas economias enraizadas (*embedded*), pode desviar a atenção do fato de que corporações transnacionais atravessam múltiplos mundos locais. Essas corporações exploram

¹³ Um caso clássico de como as empresas moldam a consciência do consumidor vem do setor farmacêutico. Na análise de Joseph Dumit (2002) sobre o marketing de “drogas para a vida toda”, a medicação é concebida não como uma cura, mas como uma forma de manutenção vitalícia. Isso faz parte de uma mudança mais ampla no capitalismo, de uma transação singular de mercadorias para o estabelecimento de relacionamentos duradouros com marcas ou serviços (por exemplo, telefones celulares gratuitos são fornecidos em troca de contratos de serviço de longo prazo).

estrategicamente as diferenças culturais para obter vantagens políticas e econômicas, construindo ou objetificando ativamente essas diferenças, ao invés de simplesmente adaptarem-se a elas (Ong, 1987). Um exemplo disso é a forma como a McDonald's Corporation desenvolveu com sucesso mercados no Leste Asiático por meio de pesquisas sobre comportamento do consumidor, demografia, estruturas familiares e os significados culturais dos alimentos e da alimentação (Watson, 2006). Os resultados dessas pesquisas foram utilizados para codificar seus produtos com valores culturalmente importantes e para criar restaurantes voltados especialmente a jovens e idosos. A McDonald's também treinou consumidores nos modos de comer *fast food* (por exemplo, limpar sua própria mesa, mover-se rapidamente nas filas e não permanecer no local após a refeição), mecanismos de autorregulação necessários para tornar o negócio eficiente e lucrativo.

Boa parte da antropologia do capitalismo concentra-se no neoliberalismo. As políticas de ajuste estrutural promovidas pelo Banco Mundial, que moldaram de forma significativa os mercados e as transações financeiras, vieram acompanhadas por transformações na experiência subjetiva e na natureza da cidadania. Uma forma assumida pela dialética entre transformação estrutural e psicologia social foi a versão de capitalismo de cassino que Jean e John L. Comaroff (2000) chamam de “capitalismo milenar”.¹⁴ A especulação era desenfreada, e os mercados eram regidos por mecanismos financeiros tão complexos que nem mesmo os próprios operadores conseguiam explicá-los. Ficar rico rapidamente por meio da loteria tornou-se uma metáfora dominante da época. Como notaram outros antropólogos, o neoliberalismo não é apenas um processo econômico (Hale, 2005). É também uma estrutura de sentimento, na qual o otimismo permanente transforma desigualdades e contradições em promessas de um futuro que se afirma já estar em curso. Os Comaroff descrevem como a cultura do neoliberalismo, especialmente a aura de expectativa, cria um contexto sociopolítico favorável às maquinações e depre-

¹⁴ A indústria de mineração em Papua Nova Guiné foi comparada de forma semelhante a esquemas de investimento pirâmides chamadas *moni rain*, ou chuva de dinheiro, que sugere que o dinheiro cairá do céu como chuva (Post Courier, 2002). Os papua-neoguineenses tratam as rendas de recursos das empresas de mineração como formas fáceis, quase mágicas, de ganhar dinheiro. Entretanto, isso só é verdade se não forem levados em conta os custos externalizados da mineração (ver Kirsch, 2006, p. 210).

dações do capital: as solidariedades baseadas em classe são fragmentadas pelo consumismo individual, pelas lógicas de responsabilização pessoal e pela promoção de identidades étnicas e minoritárias mercantilizadas (Comaroff; Comaroff, 2000, 2004). Essas especulações do capitalismo milenar estavam envoltas em um brilho ilusório e acompanhadas de formas culturais que desviavam a atenção das crescentes desigualdades e também dos riscos ambientais produzidos pela indústria (Beck, 1992). No entanto, o colapso das hipotecas subprime, a crise da dívida em Wall Street e o consenso emergente sobre a ameaça das mudanças climáticas globais nos colocaram em um novo momento do capitalismo, que talvez ainda seja milenar, mas de um tipo bastante diferente.

Uma área da pesquisa antropológica que se concentrou nos aspectos negativos e prejudiciais da indústria é a literatura da antropologia médica sobre violência estrutural, a qual se refere a arranjos sociais que sistematicamente expõem grupos subordinados e desfavorecidos aos danos, colocando-os em risco por diversas formas de sofrimento (Farmer, 2004, p. 307-308). O conceito de violência estrutural está intimamente associado a outros termos-chave, como “sofrimento social” (Bourdieu, 2000; Kleinman, Das e Lock, 1997; Singer, 2006), “violência cotidiana” (Scheper-Hughes, 1992) e o “curso social” do sofrimento (Benson, 2008b; Kleinman *et al.*, 1995).

A literatura sobre violência estrutural enfatiza as dimensões institucionais e estruturais do sofrimento, incluindo o papel dos mercados, governos e instituições. No trabalho de Amartya Sen (2001) sobre a fome, por exemplo, o sofrimento é demonstrado como resultado de processos políticos que mantêm a distribuição desigual de recursos. Um objetivo comum entre antropólogos tem sido o de “ressocializar” a violência, o sofrimento e as desigualdades estruturais ao identificar suas causas sociopolíticas e econômicas subjacentes (Farmer, 2004; ver também Benson, 2008a; Benson; Fischer; Thomas, 2008; Kirsch, 2001).

A literatura sobre violência estrutural foi concebida especificamente como um afastamento do estudo das dimensões culturais dos processos econômicos, em favor de

uma ênfase no risco, na desigualdade e no dano.¹⁵ No entanto, a abordagem da violência estrutural tende a objetificar o dano sem considerar os processos culturais, como as estruturas de sentimento, que influenciam as respostas ao dano industrial. Nem a abordagem cultural do capitalismo, nem o paradigma da violência estrutural dedicam atenção suficiente à corporação, mas vemos valor em articular elementos de ambas as abordagens. Da perspectiva da violência estrutural, resgatamos a atenção às desigualdades e aos danos, frequentemente ausentes da abordagem cultural. Da perspectiva cultural, consideramos essencial a preocupação com a natureza dinâmica do poder, as relações entre corporações, Estados e pessoas, e a forma como as ideologias corporativas moldam o comportamento do consumidor e administram a crítica.

Uma abordagem combinada, que articule sensibilidade às dinâmicas culturais com atenção aos processos estruturais, conduz a uma concepção da antropologia do capitalismo como um projeto empírico voltado a estudar como as corporações operam e os danos que causam, incluindo as formas como moldam a política em torno desses danos. Consequentemente, recomendamos um foco nos impactos biológicos, sociais e ambientais concretos causados pelo capital corporativo, bem como nas táticas e estratégias adotadas pelas corporações para evitar ou gerir os passivos daí decorrentes. A antropologia do capitalismo não deve negligenciar o elemento fundamental, ou seja, não apenas a capacidade de lucro, mas a previsão de lucros sobre a violência estrutural e a degradação ambiental. As formas de dano corporal, comunitário e ambiental perpetradas por corporações são convenientemente omitidas das campanhas de relações públicas e dos materiais de marketing, e apenas por meio de ações judiciais essas formas de dano passam a figurar como passivos ou ativos nos balanços contábeis (Pietz, 1999).¹⁶

¹⁵ Farmer (2004, p. 308) adverte contra o materialismo vulgar e enfatiza a "materialidade do social", referindo-se às maneiras dinâmicas pelas quais as representações culturais, os imaginários espaciais e os padrões de experiência coletiva informam as economias políticas e os processos sociais e institucionais.

¹⁶ Como observa William Pietz, o direito civil reestrutura as relações sociais sob a forma de dívida monetária: "Nesta era do capitalismo global, o valor sagrado da vida humana é reconhecido no que alguns podem considerar como técnicas esotéricas do direito civil"; mas, no caso dos danos causados pela indústria, "essa pode ser a única salvação em uma sociedade totalmente civilizada" (Pietz, 1999, p. 79).

Etnografia das corporações

Há alguns estudos etnográficos sobre corporações que examinam o tipo de relacionamento entre a indústria e seus críticos que abordamos neste artigo. Em sua etnografia sobre trabalho e política nas minas de estanho da Bolívia, June Nash (1979) descreve o choque entre estratégias sindicais e políticas nacionalistas, e como os povos indígenas utilizam a política simbólica para interpretar sua subordinação e exploração. O trabalho de Kim Fortun (2001) sobre a Union Carbide e o desastre de Bhopal mostra como as corporações trabalham para manter os desastres industriais à distância, mesmo depois que ocorrem. James Ferguson (1999) descreve como os baixos salários dos mineiros na Faixa de Cobre da Zâmbia e a receita limitada para o Estado impedem que as promessas da modernidade se concretizem. O trabalho de Adriana Petryna (2005, 2007) mostra como corporações privadas de pesquisa médica buscam, internacionalmente, locais com regimes de monitoramento menos restritivos, acelerando ensaios clínicos de medicamentos voltados para consumidores ricos em seus países de origem. A etnografia de Kaushik Sunder Rajan (2006) sobre a indústria biotecnológica foca nos aspectos textuais das relações públicas corporativas, como a hipervalorização de novas pesquisas e desenvolvimentos. Por fim, a recente discussão de Robert Foster (2008) sobre o ativismo de consumidores e acionistas em relação à Coca-Cola talvez se aproxime mais das preocupações aqui tratadas, ao considerar de que forma os direitos políticos são cada vez mais restringidos pela participação em uma “democracia do consumidor”.

O estudo das indústrias do dano são inerentemente multissituados (Marcus, 1998). Envolve pesquisa etnográfica dentro e ao redor das corporações, desde as salas de reuniões onde decisões importantes são tomadas até os tribunais, ações dos investidores e protestos públicos onde as corporações enfrentam resistência, além das fazendas, fábricas e mercados onde a produção e o consumo ocorrem. Antropólogos podem considerar a realização de trabalho de campo em escritórios corporativos como uma forma de “estudar os de cima” (*studying up*), no sentido convencional (Nader, 1969). Tais estratégias

implicam riscos de cooptação, uma vez que a tendência dos etnógrafos a empatizar e se identificar com seus interlocutores pode limitar suas descobertas ou postura crítica. No entanto, a etnografia das corporações tem o potencial de oferecer *insights* sobre os pressupostos, expectativas e motivações que são socializados entre pessoas que trabalham em corporações. Tal análise pode revelar como as estratégias corporativas são concebidas e implementadas, incluindo dissensos, desacordos e complicações entre atores corporativos. Estudos antropológicos sobre corporações também podem sugerir táticas e estratégias para ONGs e ativistas promoverem reformas corporativas.

Existem modos alternativos de “estudar os de cima” que não envolvem inserção etnográfica na corporação, como a análise de campanhas de relações públicas, etnografia das interações corporativas com trabalhadores e sindicatos, e documentação das discrepâncias entre discursos oficiais e práticas reais.¹⁷ Antropólogos estão particularmente bem posicionados para analisar os paradoxos que sustentam as alegações e práticas de responsabilidade social corporativa (Smith, 2009, p. 360-408; Welker, 2009). Ao conectar estudos etnográficos aprofundados de comunidades a questões mais amplas de política social e pública, antropólogos podem fornecer uma perspectiva crítica sobre como as reivindicações de responsabilidade social são legitimadas em múltiplos níveis, frequentemente com o apoio de governos, apesar da contestação por parte de diversos atores, ONGs e movimentos sociais. Por exemplo, um estudo sobre a Philip Morris e suas estratégias para manter o tabaco no mercado exige exame etnográfico dos trabalhadores que produzem tabaco e das pressões que enfrentam em razão da mudança nos significados sociais do fumo, das regulamentações sanitárias e das transformações do mercado internacional (Benson, 2008b). O estudo de movimentos políticos indígenas que denunciam os impactos ambientais de projetos de mineração também deve considerar as respostas

¹⁷ Somos gratos a um revisor anônimo por chamar nossa atenção para o trabalho de Michael Schudson (1986) sobre publicidade, que descreve como os consumidores se protegem contra afirmações de anunciantes que reconhecem ser falsas e como os anunciantes estão cientes disso. O exemplo clássico vem dos famosos comerciais da Isuzu do final da década de 1980, nos quais um personagem fictício faz afirmações bizarras, reconhecendo a ficção compartilhada pela qual a publicidade opera.

da indústria da mineração ao inesperado sucesso dessas novas formas de resistência (Kirsch, 2007, 2008).

A análise textual de corporações – incluindo leituras críticas de anúncios publicitários e campanhas de marketing, como nos trabalhos de Timothy Burke (1996), Kim Fortun (2001) e William Mazzarella (2003) – constitui outra estratégia possível para o estudo das indústrias do dano. Antropólogos podem investigar como as corporações colaboram para estabelecer frentes estratégicas coordenadas e se organizam em torno de uma oposição comum à crítica, ou trabalham para moldar regulações de maneira mais favorável ao capital. Isso pode incluir tanto a análise de materiais de relações públicas corporativas quanto de documentos internos de empresas e da indústria. Tanto no setor de mineração quanto no de tabaco, esses documentos revelam inconsistências entre o conhecimento que as corporações possuem – e protegem cuidadosamente – sobre os danos e as formas estratégicas com que enquadram ou amenizam os riscos e perigos em suas comunicações públicas. Esses documentos também podem revelar como as empresas veem seus críticos e fornecer evidências convincentes de que as empresas entendem como as ONGs, os governos e os públicos trabalham e podem ser manipulados (sobre revelações nos arquivos da indústria do tabaco, ver Brandt, 2007).

Políticas neoliberais de desregulamentação frequentemente transferem às corporações a responsabilidade de monitorar seus próprios impactos, o que suscita questões sobre como as indústrias instrumentalizam a ciência, moldam a expertise e a experimentação, e comprometem o debate público. Isso é mais claramente observado na indústria do tabaco, mas também aparece em críticas recentes à indústria farmacêutica (Petryna, 2005, 2007; Sunder Rajan, 2006). As práticas corporativas são cada vez mais contestadas por meios legais e outros, como demonstram o estudo de Suzana Sawyer (2004) sobre a resistência indígena às petroleiras no Equador; o trabalho de Melissa Checker (2005) sobre poluição urbana e um movimento de justiça ambiental no sul dos Estados Unidos; a análise de Sarah Lochlann Jain (2004) sobre ações judiciais contra a indústria do tabaco por práticas de marketing racializado; e as pesquisas etnográficas e de *advocacy* de Stuart

Kirsch (2006) sobre campanhas indígenas contra os impactos ambientais destrutivos da mineração. Ações judiciais e processos legais não apenas visam à obtenção de justiça ou compensação, mas também revelam as engrenagens do capital que, de outro modo, permaneceriam encobertas ou ocultas.

Indústria do Dano

Quando pensamos nas formas industriais de dano, muitas imagens vêm à mente: nuvens escuras de fumaça saindo de usinas termelétricas movidas a carvão sulfurado em Pequim; pilhas de componentes internos de microcomputadores na Nigéria, onde crianças de rua derretem o cobre e o ouro valiosos; petróleo vazando no estreito de Prince William, vinte anos após o derramamento do Exxon Valdez; calotas polares derretendo, ameaçando práticas de caça indígena e populações animais; e as propriedades potencialmente cancerígenas dos plásticos com bisfenol A, presentes em toda parte – desde madeiras até as garrafas de água onipresentes nas cidades. A simples abundância de problemas como esses parece avassalador e paralisante. Sua complexidade também faz com que pareçam condições intratáveis às quais as pessoas devem se resignar a conviver.

Eventos impactantes suscitaram indignação pública contra a indústria, como a publicação, em 1964, do relatório do Cirurgião-Geral dos Estados Unidos sobre tabagismo e câncer, que alterou substancialmente as percepções e significados populares do ato de fumar, ou o lançamento de *Silent Spring* (1962), de Rachel Carson, marco na crítica em larga escala ao sistema alimentar industrializado (ver McWilliams, 2008). Esses “pontos de inflexão” têm o potencial de impulsionar o ativismo social, no que Ulrich Beck (1992, p. 78) chama de “poder capacitador das catástrofes”. No entanto, esses eventos nem sempre representam uma ameaça plena às corporações, que reagem disseminando dúvidas e respondendo de modos que promovem um sentimento de resignação política. Quando bem-sucedidas, essas respostas corporativas fragmentam movimentos sociais e

formas de crítica que se formam em torno desses pontos de inflexão, levando a mudanças políticas voltadas para reformas pontuais, e não para uma reestruturação abrangente da sociedade e da economia.

Nesta seção, identificamos três fases da resposta corporativa à crítica social e governamental. No entanto, queremos enfatizar que o modelo proposto é dinâmico, que as corporações podem avançar e retroceder entre as diferentes fases de resposta, e que as indústrias podem passar por esses ciclos mais de uma vez. A fase 1 da resposta corporativa envolve a ausência de engajamento com as externalidades, que pode evoluir para uma negação explícita de que a crítica seja ou de que exista um problema legítimo. Até recentemente, a indústria do petróleo ainda negava a relação entre o consumo de combustíveis fósseis, a acumulação de dióxido de carbono e o aquecimento global. Ainda nos anos 1990, a indústria do tabaco negava a existência de uma ligação causal direta entre o tabagismo e doenças. Como sugerimos anteriormente, a negação frequentemente envolve a criação de uma “contraciência” financiada pela própria indústria, destinada a sustentar sua posição (ver Beck, 1992, p. 32). O núcleo da fase 1 é a recusa em engajar-se publicamente com os críticos.

O objetivo da fase 1 é limitar a responsabilidade pelas externalidades. Por exemplo, se as multas por operar de modo danoso ao meio ambiente ou que coloque em risco a segurança dos trabalhadores não forem suficientemente severas, as corporações podem internalizá-las como um custo de operação, sem mudar suas práticas. O custo total de reparação dos danos corporativos pode não apenas corroer a lucratividade, como também levantar questões sobre a legitimidade da empresa e ameaçar sua continuidade. Por isso, a fase 1 tende a ser o status quo da maioria das corporações: a negação da gravidade dos problemas como forma de evitar os custos associados às externalidades e a ameaça de deslegitimação pública.

Uma estratégia-chave da fase 1 é a proliferação da dúvida. Essa abordagem foi utilizada de forma pioneira pela indústria do tabaco, que criou seu próprio conselho de pesquisa para sustentar a alegação de que a relação entre tabagismo e doenças não estava

cientificamente comprovada (Brandt, 2007; Proctor, 1996). A fabricação da incerteza tornou-se prática padrão em diversos setores industriais (Davis 2002; Michaels 2008). A promoção da dúvida pelas corporações tem influência central na percepção do risco, e a ambiguidade resultante está diretamente relacionada à estrutura de sentimento que denominamos resignação. Etnógrafos podem rastrear as formas como essas estratégias da indústria, baseadas na dúvida e na incerteza, são absorvidas pela consciência popular ou confrontadas por movimentos sociais e consumidores ativistas.

A fase 2 da resposta corporativa à crítica envolve o reconhecimento de que existe um problema, de que algo é defeituoso ou nocivo, e de que a base da crítica possui alguma validade científica ou ética. No entanto, as respostas da fase 2 limitam-se, em grande parte, a gestos simbólicos de compensação ou mitigação. Mesmo enquanto continuavam negando que os problemas de saúde fossem causados pelo tabagismo, nos anos 1950 as empresas de tabaco passaram a introduzir tecnologias de filtragem e a utilizar descrições enganosas como “light” e “baixo teor de alcatrão” para aliviar a ansiedade dos consumidores e manter sua legitimidade (Fairchild; Colgrove, 2004). A indústria da mineração é apenas uma entre muitas que pagaram compensações a demandantes legais sem interromper ou modificar radicalmente os processos industriais responsáveis pelos danos (Kirsch, 1997). O cerne das respostas corporativas de fase 2 à crítica está no esforço de evitar assumir integralmente os custos para resolver os problemas que elas mesmas causaram.

Enquanto os riscos da fase 2 são limitados para as corporações, a fase 3 caracteriza-se pela gestão de crise. Ela é definida pelo risco de que os problemas enfrentados por determinada empresa ou setor ganhem proporções financeiras e sociais tão grandes que se tornem inadministráveis. A ameaça de perdas catastróficas, falência, colapso do setor ou perda total de legitimidade leva as corporações a adotar uma resposta da fase 3. Nessa fase, a empresa é forçada a engajar-se ativamente com seus críticos e a participar da formação de políticas que resultem na regulação e gestão dos problemas vinculados às suas atividades. Por exemplo, depois que se estabeleceu que o amianto causava câncer de

pulmão e outras doenças respiratórias, ações legais contra a indústria levaram a processos de falência. Fabricantes de tinta enfrentaram custos semelhantes devido aos efeitos do chumbo sobre o sistema nervoso infantil. Contudo, a ameaça de insolvência financeira levou à negociação de acordos inovadores que permitiram que essas empresas continuassem operando, para que pudessem realizar reparações parciais pelos danos causados. Outros custos, relativos ao amianto e ao chumbo, foram socializados por meio de sua transferência ao Estado ou aos indivíduos afetados – inclusive consumidores, responsabilizados pela limpeza de propriedades contaminadas por esses materiais tóxicos (Brodeur, 1985; Warren, 2001).

A resposta corporativa de Fase 3 à crítica assume diversas formas. Pode envolver a apropriação do discurso e das estratégias de movimentos de oposição, como o uso, pela indústria da mineração, do conceito de desenvolvimento sustentável. Pode incluir o desenvolvimento de programas de certificação que revestem os processos de produção e consumo com um selo de aprovação pública. Vemos isso especialmente em parcerias estratégicas entre indústrias e autoridades regulatórias governamentais, como evidenciado na indústria do tabaco, na indústria madeireira e, mais recentemente, na campanha contra os “diamantes de sangue” na indústria da mineração. As corporações também podem assimilar seus críticos por meio da incorporação às suas estruturas, formando parcerias ou recrutando ativistas para integrarem conselhos de administração ou atuarem como consultores de relações públicas, reduzindo sua capacidade e motivação para promover reestruturações radicais e mudanças profundas. A resposta corporativa de Fase 3 frequentemente envolve a promoção estratégica de uma ideologia de “harmonia”, que inclui valores como compromisso e responsabilidade, com o objetivo de retratar os críticos como encenqueiros ineficazes e justificar reformas limitadas em vez de transformações estruturais abrangentes (Nader, 1997). Outra forma assumida pela resposta corporativa de Fase 3 é o surgimento do que tem sido chamado de “cultura da auditoria” (Strathern, 2002; ver também Power, 1997), o desenvolvimento de regimes de monitoramento e responsabilização que não produzem mudanças reais.

O cerne da resposta corporativa de Fase 3 é a gestão estratégica do engajamento crítico e o estabelecimento de um ponto de contenção (*topping point*), um limite a partir do qual a reforma é apresentada como sensata e razoável.¹⁸ Esses limites geralmente são definidos pelos interesses econômicos da indústria e são governados com segurança pelos rituais da cultura da auditoria, pelas regulamentações dos programas de certificação, pelos valores do compromisso harmonioso e pela aparência de benevolência quando uma corporação reconhece algum grau de risco ou dano. As corporações também podem visualizar a possibilidade de ganho competitivo e a conquista de um novo tipo de legitimidade por meio de sua participação em processos regulatórios. Abaixo, fornecemos evidências de um caso desse tipo relacionado à indústria do tabaco; da mesma forma, o apoio ao Processo de Kimberley, referente às restrições ao comércio dos chamados diamantes de sangue provenientes de zonas de conflito, também teve valor estratégico para a De Beers, que controla a maior parte do comércio mundial de diamantes e se beneficia das restrições à oferta que mantêm os preços altos.

Em suma, a Fase 1 é geralmente a posição mais lucrativa para as corporações ocuparem, pois evita a responsabilidade financeira por externalidades onerosas. As corporações resistem à transição para a Fase 2 devido aos custos acrescidos pela negociação; no entanto, em algumas circunstâncias, pode ser estrategicamente vantajoso para elas moverem-se preventivamente para a Fase 2 a fim de manter o controle sobre sua relação com os críticos. Esse processo é promovido por consultores do setor e pela indústria de relações públicas; manuais sobre relações públicas corporativas instruem as empresas a encontrarem e educarem seus críticos potenciais antes que haja conflito ou mesmo reconhecimento público de um problema (por exemplo, Deegan, 2001; Hance; Chess; Sandman, 1990). Isso permite que as corporações valorizem seu status como “cidadãos corporativos responsáveis” ou “empresas socialmente responsáveis”, sem se engajarem em interações que possam levá-las a mudar seus processos de produção ou reduzir sua

¹⁸ Para saber mais sobre os pontos de contenção (*stopping points*) do poder, consulte Fischer e Benson (2006, p. 18-19, 80-82).

rentabilidade econômica. A resposta corporativa de Fase 3 à crítica é geralmente um último recurso para corporações ameaçadas pelo espectro do colapso, da falência ou da ilegitimidade que compromete a continuidade de sua operação.¹⁹

As indústrias passam por essas fases em ritmos diferentes; corporações concorrentes dentro de um mesmo setor podem responder de maneiras distintas à crítica e, assim, podem estar localizadas em fases diferentes, e as três fases coexistem no capitalismo em um mesmo momento. Por exemplo, em meados de 2008, a indústria de plásticos com bisfenol A estava localizada na negação da Fase 1 (Layton, 2008; ver Bisphenol A Organization, 2008). No entanto, prevemos que, num futuro próximo, a indústria de plásticos se moverá para a Fase 2, engajando-se com seus críticos. De fato, muitas empresas que antes usavam plásticos como componentes de seus produtos já reconheceram a inevitabilidade de uma crise de Fase 3, levando-as a mudar para alternativas não plásticas – por exemplo, cafeterias que passaram a utilizar copos feitos de amido de milho reciclável.

Nossos dois estudos de caso mostram como as estratégias de produção em determinadas indústrias são fundamentadas no sofrimento humano e na degradação ambiental. Estas são indústrias do dano. Empresas de tabaco fabricam e comercializam um produto de consumo – o cigarro – responsável por mais mortes do que qualquer outro. A indústria da mineração movimenta um volume de terra maior do que qualquer outra atividade humana, frequentemente despejando seus resíduos em rios e oceanos e, às vezes, gerando drenagem ácida de minas que persistirá praticamente para sempre. No entanto, também sugerimos que a delimitação de determinadas indústrias é, em última instância, artificial; a maioria, senão todas as corporações, está de alguma forma implicada no dano. Em termos deleuzianos, o dano pode ser compreendido tanto como “atual” – efeitos que podem ser especificados e atribuídos diretamente a uma fonte particular – quanto como

¹⁹ O desenrolar da crise fiscal do final de 2008 e do início de 2009 mostra a rapidez com que os setores podem transitar entre diferentes fases de resposta: o setor financeiro passou da fase 1 de negação para a fase 2 de aceitação minimalista das regulamentações sobre transparência e então para a fase 3 de reconhecimento da ameaça de colapso catastrófico e aceitação da intervenção do governo e de novas formas de regulamentação, tudo isso dentro de um único ciclo fiscal.

“virtual”, no sentido de que o dano é uma relação que atravessa indústrias e é central para os modos capitalistas de produção (Deleuze, 1990, 1995; Massumi 1992, p. 36-37; ver também Beck, 1992; Massumi, 2002). Essas formas virtuais de dano não são menos reais ou concretas, mesmo que as relações causais sejam menos diretamente especificáveis. No caso da indústria da mineração, os metais que ela produz são utilizados em outras indústrias que, à primeira vista, podem não parecer prejudiciais. Produtos de tabaco são itens-chave para lojas de conveniência e postos de gasolina, enquanto o patrocínio financeiro da indústria do tabaco há muito beneficia diversas instituições e organizações, incluindo entidades esportivas profissionais e grandes universidades de pesquisa.

O estudo das indústrias do dano e das três fases de resposta corporativa à crítica que acabamos de delinear não deve, portanto, ser limitado apenas aos exemplos mais extremos. Pelo contrário, o conceito de indústria do dano nos impele a buscar efeitos de dano semelhantes, respostas corporativas e estratégias de busca por lucro em todo o sistema capitalista. Também sugerimos que uma indústria do dano deve ser definida não apenas em termos das externalidades negativas que produz, mas também em termos de suas relações com a crítica e com a política da resignação.

A Política da Resignação

As pesquisas e escritos sobre o capitalismo frequentemente envolvem uma avaliação de seus correlatos culturais – as estruturas de sentimento, hegemonias e ideologias que acompanham e sustentam seu funcionamento (Williams, 1977). Parte-se da premissa de que há uma superestrutura ou um processo de mediação que inibe a formação da crítica e sutura continuamente – ou rearticula – contradições estruturais, conflitos sociais e subjetividades alienadas (Hall, 1986). O que Fredric Jameson (1984) e David Harvey (1992) denominam pós-modernismo é descrito como uma condição de fragmentação social que desestabiliza as metanarrativas da modernidade, mina as solidariedades de classe e per-

mite formas cada vez mais flexíveis de acumulação capitalista em um contexto de crítica política limitada.

Žižek (1989) propõe argumento semelhante ao afirmar que o cinismo é a contrapartida ideológica do capital e a ideologia dominante dos tempos pós-modernos.²⁰ Žižek vai além da definição marxista tradicional de ideologia como falsa consciência – a antinomia entre a realidade social e sua representação distorcida. Seu conceito de “distanciamento cínico” sustenta que os sujeitos professam conscientemente sua descrença na legitimidade do status quo, desconfiando das imagens e ideias ilusórias que supostamente explicam a realidade, mas ainda assim continuam agindo como se essas ilusões fossem reais (Johnston, 2004; Žižek, 1989, p. 33).²¹ O distanciamento cínico não diz respeito ao reconhecimento de verdades ocultas ou à revelação das ilusões que sustentam o capitalismo. Baseia-se, antes, em um erro de reconhecimento, pois o sujeito toma suas próprias sensibilidades críticas (por exemplo, a ironia) como se fossem um ponto de vista exterior ao capitalismo. Consequentemente, tais gestos de consciência crítica acabam contribuindo para a manutenção das estruturas fundamentais do capitalismo, ao restringir a crítica ao espaço pessoal da resignação política. O sujeito que “sabe das coisas” continua sendo o sujeito que age de acordo com o status quo.

Um exemplo elucidativo de distanciamento cínico é a análise de Žižek sobre as risadas enlatadas em seriados televisivos. Segundo ele, essas risadas nos aliviam até do dever de rir... “[Mesmo] que, cansados de um dia de trabalho estúpido, passamos a noite inteira apenas olhando sonolentos para a tela da TV, ainda assim podemos dizer depois que, objetivamente, através do meio do outro [isto é, o sistema capitalista], nos divertimos bastante” (Žižek, 1989, p. 35). De modo semelhante, manchetes sobre má conduta corporativa deveriam colocar em questão verdades fundamentais sobre o capitalismo,

²⁰ Žižek distingue entre cinismo e “kynismo”, este último se referindo a formas populares de ironia e sarcasmo por meio das quais as pessoas comuns rejeitam a cultura oficial ou a ordem social. Em contraste, a distância cínica e a política resignada geralmente sustentam a ordem social reconhecendo as reivindicações ilusórias do poder, mas, em última análise, mantendo o status quo (Žižek, 1989, p. 28-30).

²¹ Em outras palavras, o “sujeito cínico tem plena consciência da distância entre a máscara ideológica e a realidade social, mas ainda assim insiste na máscara” (Žižek, 1989, p. 29).

mas transmitem notícias que já não surpreendem. As pessoas reviram os olhos e perguntam: “O que esperávamos?” Essa reação parece extrair um prazer irônico da confirmação cínica de expectativas negativas. Assim como a risada enlatada isenta o público de rir, as manchetes negativas isentam os sujeitos do ônus da crítica política. O erro de reconhecimento aqui reside na ideia de que uma consciência crítica é, por si só, uma resposta suficiente às circunstâncias relatadas pela mídia. As pessoas assumem uma postura irônica, encolhendo os ombros ou até rindo, como se isso as diferenciase de uma política que reconhece a gravidade das denúncias veiculadas nos jornais e os danos causados pelo capitalismo corporativo.

Consideramos útil a noção de cinismo de Žižek para compreender como o poder corporativo permanece, em grande medida, inquestionado. Afetos ordinários como cinismo, ironia, sarcasmo e resignação diante do estado político das coisas podem ser os principais recursos disponíveis às pessoas sob condições políticas repressivas (Boyer; Yurchak, 2008; Fischer; Benson, 2005; Yurchak, 2003).²² O termo norte-americano “*whatever*” (tanto faz) expressa de maneira semelhante uma frustração política que não encontra saída e deixa poucas alternativas. Sua popularidade é indício do status normativo da política da resignação nos Estados Unidos. No entanto, também sugerimos que o cinismo não é apenas sinal de conformismo e obediência. Nesse sentido, Thomas Dumm (1998) insiste que a resignação nem sempre é desmobilizadora. Ele distingue entre um estado passivo de resignação ao destino e uma forma de desafio que expressa sentimentos de descontentamento. Atos deliberados de resignação estão “o mais distantes possível dos termos do consentimento” (Dumm, 1998, p. 74). Ainda que as pessoas pareçam aceitar o modo como as corporações operam, isso não significa, necessariamente, que tenham dado seu consentimento; a resignação política expressa descontentamento mesmo quando tal sentimento não se traduz em formas mais ativas de oposição. A resignação indica que as expectativas quanto a um futuro positivo foram anuladas, e que sua

²²No contexto socialista, Alexi Yurchak (2003) argumenta que a ironia, ao indicar a lacuna entre a reprodução semântica e pragmática das formas socialistas, tornou possível o colapso da União Soviética.

reparação está além da capacidade ou controle do sujeito resignado (Dumm, 1998, p. 71). A política cotidiana da resignação implica o reconhecimento não apenas de que as coisas estão erradas, mas também de que, na prática, pouco se pode fazer a respeito. A resignação também pode indicar o reconhecimento de que limitações estruturais impedem a capacidade de promover mudanças. O que é particularmente interessante na política da resignação é que ela opera numa negociação entre, para usar os termos de Scott (1992), os discursos públicos e os ocultos; ela expressa uma crítica que é profundamente constrangida. Em outras palavras, apresentamos uma leitura mais otimista da obra de Žižek ao sugerir que a resignação é um sentimento coletivo que evidencia um descontentamento generalizado com o capital, em vez de uma aceitação de sua vitória monolítica.

Nos estudos de caso que se seguem, destacamos como as corporações buscam produzir resignação e sufocar a crítica. Em particular, mostramos como as diferentes fases da resposta corporativa à crítica se articulam com a política da resignação. Ao mesmo tempo, a persistência da resignação revela descontentamento com o status quo, e não uma conformidade iludida pela retórica da responsabilidade social corporativa.

Tabaco

A indústria do tabaco é um caso exemplar do que entendemos por indústria do dano. O tabagismo é a principal causa evitável de doenças nos Estados Unidos e internacionalmente. No século XX, ocorreram 100 milhões de mortes relacionadas ao tabaco, e estima-se que até 1 bilhão de pessoas morrerão devido ao tabaco no século atual. A maioria dessas mortes ocorrerá no mundo em desenvolvimento, onde as empresas de tabaco atuam intensamente para limitar controles sobre a venda de tabaco, associar o hábito de fumar a imagens de glamour e modernidade e direcionar suas campanhas ao público jovem (Brandt, 2007; Proctor, 2001; World Health Organization, 2008). Até hoje, os movimentos antitabagistas nos Estados Unidos concentraram-se principalmente em

questões de saúde do consumidor, mas há também sérios problemas sociais e de saúde relacionados à agricultura do tabaco, incluindo a exposição de agricultores e trabalhadores rurais a pesticidas (Arcury; Quandt, 2006; Benson, 2008b). Benson (2008a, 2008b) estudou a relação entre os problemas enfrentados por agricultores e trabalhadores do setor e a reorganização da indústria em uma era marcada pelo fervor antitabagista.

A indústria do tabaco é indicativa de como corporações e setores industriais lidam de forma eficaz com críticas ou com a conscientização pública sobre danos, de modo a sustentar sua comercialização, limitar a intervenção estatal e manter um mínimo de legitimidade. Uma maneira de compreender o tabaco como uma indústria do dano é analisar a série de justificativas e racionalizações em constante mudança que o setor tem apresentado para defender que os produtos derivados do tabaco permaneçam não apenas legais, mas relativamente pouco regulados quando comparados a outros produtos nocivos. O ciclo de respostas das empresas de tabaco à crítica começou de forma mais contundente nos anos 1950, quando o significado social do cigarro foi repentinamente revertido após novas evidências científicas ligarem o tabagismo ao câncer.²³ O relatório do *Surgeon General* de 1964 consolidou um amplo consenso científico e médico sobre os efeitos do cigarro na saúde, levando a novas intervenções governamentais destinadas a regular a venda de cigarros, como a inclusão de advertências nos rótulos. No entanto, por meio de uma variedade de respostas astutas, a indústria do tabaco conseguiu semear dúvidas sobre a relação entre o cigarro e a doença, tranquilizando os fumantes e sustentando o consumo.

A primeira fase da resposta corporativa à nova ciência sobre o tabagismo foi a negação. A indústria patrocinou seus próprios estudos científicos e financiou ONGs (a mais notória sendo o *Tobacco Institute*) para divulgar relatórios favoráveis apresentados como se fossem resultado de pesquisa científica neutra. Até os anos 1990, a indústria negava

²³ É certo que as respostas da indústria do tabaco às ansiedades dos consumidores sobre o fumo e a saúde são anteriores às descobertas epidemiológicas das décadas de 1950 e 1960. Um exemplo clássico foi o uso de médicos em propagandas de cigarros nas décadas anteriores à guerra; o endosso de médicos era uma forma estratégica de comercializar produtos considerados menos "irritantes" para os consumidores que estavam preocupados com o impacto do fumo em sua saúde (Gardner; Brandt, 2006).

publicamente os danos do fumo e contestava o fato de que a nicotina é uma droga fortemente viciante. A indústria também lançou campanhas de marketing para desencorajar os fumantes a se preocuparem com os problemas de saúde, notadamente com a campanha do *Marlboro Man*, da Philip Morris, que “prometia controle e autonomia em um mundo onde esses valores estavam se perdendo” (Brandt, 2007, p. 263-264).

Essa resposta da fase 1 se sobrepôs aos esforços da fase 2 para abordar preocupações específicas relacionadas a risco e dano (Benson, 2010). Durante as décadas de 1950 e 1960, a indústria do tabaco introduziu uma série de produtos, como os cigarros com filtro, que eram apresentados como mais seguros do que os cigarros convencionais. Esses novos produtos foram comercializados como uma forma do que uma das empresas chamou de “proteção à saúde”. Essas campanhas de marketing reconheciam implicitamente que os produtos derivados do tabaco estavam causando danos. Publicidades subsequentes, que continuaram até os anos 1980, sugeriam indiretamente que os cigarros “light” ou de “baixa emissão de alcatrão” eram uma opção mais segura (Pollay; Dewhirst, 2002). No entanto, era de conhecimento comum dentro da indústria que esses novos produtos forneciam uma falsa sensação de segurança. As empresas decidiram não divulgar que esses produtos entregavam quantidades semelhantes de alcatrão e nicotina em relação aos cigarros sem filtro. O marketing agressivo desses produtos perpetuou a dependência do tabaco, pois os fumantes migraram para essas opções acreditando equivocadamente que eram menos arriscadas (Fairchild; Colgrove, 2004).²⁴ Notavelmente, nos anos 1970, apesar das evidências esmagadoras sobre os riscos do fumo, quase metade dos adultos norte-americanos ainda fumava regularmente (Brandt, 2007, p. 4-5), o que atesta o poder da resposta de fase 2 da indústria do tabaco.

Outro elemento central da resposta de fase 2 da indústria foi o argumento econômico protecionista. A indústria e seus aliados políticos nos estados produtores de tabaco

²⁴ A participação de mercado dos cigarros light aumentou de 4% em 1970 para 50% em 1990 e, com campanhas publicitárias agressivas, para 80% em 1998. As pessoas “acreditavam, e ainda acreditam, que esses produtos apresentam menos riscos à saúde do que outros cigarros” (Institute of Medicine, 2001, p. 26).

alegavam que o tabaco deveria permanecer legal e que as medidas de controle deveriam ser limitadas, uma vez que comunidades agrícolas rurais e cidades dependentes da manufatura de tabaco dependiam das receitas geradas pelo setor. O uso desse argumento intensificou-se nas décadas de 1980 e 1990, à medida que a indústria passou a ser mais visada pelo movimento nacional antitabagista e por litígios em larga escala. Embora o tabaco tenha sido, historicamente, uma importante fonte de subsistência no Sul dos EUA – nos anos 1960, havia cerca de meio milhão de famílias produtoras espalhadas por mais de uma dúzia de estados —, essa justificativa era estrategicamente enganosa. A retórica em defesa dos agricultores ignorava o êxodo massivo da agricultura do tabaco nas décadas de 1980 e 1990, motivado pelas dificuldades econômicas decorrentes da globalização da produção, que minou as pequenas propriedades familiares promovidas como justificativa para a proteção da indústria. A imagem romantizada da fazenda familiar ameaçada também encobria as realidades de diferenciação racial e de classe nas comunidades rurais e suas relações com trabalhadores migrantes (Benson, 2008b; White, 1988). A indústria utilizou o apoio aos agricultores como uma forma de assegurar sua própria legitimidade, desconsiderando o fato de que programas governamentais poderiam ter reduzido o consumo de tabaco ao mesmo tempo que ajudassem os agricultores a superar a dependência das receitas provenientes dessa cultura.

A partir da década de 1990, a ameaça de litígios contra a indústria do tabaco se intensificou nos Estados Unidos. Esses processos indicam o que chamamos de “ponto de inflexão”, quando os problemas enfrentados por uma indústria se tornam potencialmente incontroláveis, levantando dúvidas sobre sua continuidade. O custo de se defender de ações coletivas movidas simultaneamente por diversos municípios norte-americanos seria devastador para as empresas. Ao mesmo tempo, suas chances de sucesso nos tribunais diminuiriam substancialmente com a divulgação pública, em processos anteriores, de documentos internos que revelavam um histórico de engano sobre os perigos do fumo. Esses fatores combinados forçaram a indústria a entrar na fase 3, na qual a negação já não é uma resposta viável, e as corporações devem engajar-se ativamente com seus

críticos, frequentemente participando da formulação de políticas relacionadas aos seus produtos. No início dos anos 1990, a Philip Morris considerou abandonar o setor de cigarros, pois as crescentes pressões legais ameaçavam suas subsidiárias de alimentos e bebidas (como a Kraft Foods). Em vez disso, a empresa optou por se envolver com comunidades de saúde pública e, posteriormente, criou uma estrutura jurídica protetiva, incorporando suas atividades com tabaco como entidades separadas (Smith; Malone, 2003a, 2003b).

Embora as empresas de tabaco continuem recrutando fumantes em mercados internacionais pouco regulamentados, nos Estados Unidos elas vêm mudando de estratégia ao reconhecer explicitamente que pertencem a uma indústria do dano. Essa transição é mais evidente na recente reformulação da imagem da Philip Morris como um “cidadão corporativo responsável”, conforme apresentado em seu site institucional, onde a companhia declara, de forma enfática: “Não existe cigarro seguro”. Este site corporativo é uma das fontes mais abrangentes de informações sobre os problemas de saúde relacionados ao tabagismo atualmente disponíveis. A campanha midiática da empresa também inclui comerciais de televisão e anúncios impressos que divulgam os riscos associados ao cigarro. Essas ações não apenas visam à reabilitação da imagem da empresa, desgastada por décadas de deslegitimação que fizeram da indústria do tabaco um ícone da má conduta corporativa, mas fazem parte de uma estratégia mais ampla para proteger a indústria contra novos litígios por meio de parcerias com o governo federal (Benson, 2008b).

Historicamente, a Philip Morris se opôs à possibilidade de que a Food and Drug Administration (FDA) regulasse os produtos de tabaco, e recorreu ao judiciário para bloquear a tentativa da FDA, em 1996, de regulamentar a nicotina como uma droga. Mais recentemente, porém, a empresa reverteu sua posição, apoiando o que passou a chamar de “regulamentação significativa do tabaco”. Argumenta que a regulamentação promove consumidores mais bem informados devido à divulgação dos ingredientes, permite o desenvolvimento de cigarros mais seguros e reforça os limites de idade para a compra de cigarros (McDaniel; Malone, 2005; Philip Morris USA, 2008). A partir de 2000, diversas

tentativas foram feitas para aprovar a legislação da FDA no Congresso. A Philip Morris teve participação ativa na redação da linguagem dos projetos de lei e na gestão do debate público. Embora o governo Bush sempre tenha sinalizado sua oposição ao projeto, alegando, como muitas empresas de tabaco, que a medida sobrecarregaria a FDA e seria difícil de implementar, a recente mudança de poder no nível federal tornou possível sua aprovação. A legislação foi aprovada por ampla maioria no Congresso em junho de 2009, em uma decisão celebrada tanto por grupos de saúde pública quanto pela Philip Morris. A lei conferiu à FDA poderes para proibir a venda de qualquer produto de tabaco que não tenha sido aprovado pela agência e para restringir substancialmente o marketing de produtos de tabaco. Os ganhos para a Philip Morris foram consideráveis: a legislação pode limitar sua responsabilidade legal e impede que a FDA proíba a venda de tabaco para adultos ou exija que os níveis de nicotina sejam reduzidos a zero. A redação da lei também pode dificultar qualquer tentativa significativa da FDA de reduzir o teor de nicotina (Siegel, 2004, p. 440). Essas disposições legais asseguram, na prática, o “direito” do adulto de fumar cigarros viciantes (Givel, 2007; McDaniel; Malone, 2005). A lei beneficia economicamente a Philip Morris, pois as novas restrições de marketing limitam a concorrência, garantindo assim a continuidade da dominância da marca Marlboro no mercado interno. Por esse motivo, outras empresas de cigarro se referiram à lei como o “Ato do Monopólio Marlboro” (Hsu, 2001).

Uma das críticas mais importantes feitas pela área da saúde pública à nova regulamentação da FDA diz respeito à redução de danos. Curiosamente, a FDA já vinha regulamentando a nicotina desde meados dos anos 1980, quando aprovou o uso de gomas de nicotina e outros tratamentos medicinais como terapias de curto prazo para dependência. A autorização da venda desses produtos sem prescrição, em 1996, sinalizou uma mudança no significado médico da dependência de nicotina. As primeiras diretrizes clínicas, desenvolvidas no mesmo ano, classificou a dependência e a abstinência de nicotina como distúrbios e recomendaram o uso terapêutico da nicotina como tratamento. Em 2000, um relatório do Serviço de Saúde Pública norte-americano enquadrado a dependência do

tabaco como uma “condição crônica que requer tratamento repetido até que se alcance a abstinência de longo prazo ou permanente”, equiparando-a à hipertensão, colesterol alto, diabetes e depressão maior (Fairchild; Colgrove, 2004, p. 198-199). Um relatório do Instituto de Medicina (2001) concluiu que não havia base científica para afirmar que produtos modificados de tabaco apresentassem riscos menores à saúde, mas endossou tais produtos como parte “viável” de uma estratégia de redução de danos. Esse relatório foi refutado pelo Instituto Nacional do Câncer, que levantou sérias dúvidas sobre a adequação da redução de danos, dada a história de enganos da indústria e seu contínuo envolvimento estratégico com os ambientes regulatórios de um produto inerentemente nocivo (Fairchild; Colgrove, 2004, p. 192).

O uso clínico e pessoal de produtos medicinais à base de nicotina como estratégia de redução de danos ou cessação do tabagismo (Hatsukami; Henningfield; Kotlyar, 2004) foi aproveitado pela indústria do tabaco como uma oportunidade para perpetuar o mito do “cigarro seguro” (Pierce, 2002). Enquanto dispositivos medicinais liberam doses controladas de nicotina, as empresas lançaram uma série de novos produtos derivados do tabaco, como cigarros sem fumaça, que afirmam reduzir os danos para consumidores que não querem ou não conseguem parar de fumar. Produtos medicinais de nicotina podem de fato beneficiar um grande número de fumantes. No entanto, a redução de danos continua sendo um conceito controverso nas comunidades médica e de saúde pública, porque “a indústria do tabaco gostaria que o movimento de controle do tabaco adotasse a estratégia da redução de danos, para que pudesse usá-la na promoção de seus sistemas alternativos de entrega de nicotina que incluem o tabaco” (Pierce, 2002, p. S53). Na verdade, existem poucos dados científicos verificados ou replicados sobre os novos produtos (Shiffman *et al.*, 2002, p. 121-122).

Embora a nova legislação da FDA conceda poderes aos reguladores federais para controlar o padrão de marketing enganoso da indústria do tabaco, permanece incerto como a agência irá regular as alegações de redução de danos em produtos de tabaco modificados. Críticos do campo da saúde pública temem que as empresas possam comer-

cializar legitimamente produtos com alegações de menor toxicidade, mesmo quando esses produtos não reduzam efetivamente os riscos à saúde (Givel, 2007). Como comentou recentemente a Philip Morris, a legislação “criará um arcabouço para a busca de produtos de tabaco menos nocivos do que os cigarros convencionais” (Montopoli, 2009). É possível que as empresas de tabaco continuem usando o risco como ponto de venda, promovendo melhorias no design dos produtos e explorando a ansiedade em relação aos riscos à saúde para aumentar sua participação no mercado de dependência de nicotina.

A resposta de fase 3 da indústria do tabaco revela a dependência do capitalismo contemporâneo em relação à política da resignação. Uma das formas pelas quais a indústria continua legitimando sua operação é promovendo uma ideologia da assunção individual de risco, que se articula com uma aceitação mais ampla da escolha do consumidor. A ideia de que os consumidores escolhem fumar permite que uma indústria que causa danos extensos continue operando, desde que seja regulamentada. “Em um mundo ideal, baniríamos todos os cigarros”, reconheceu um congressista. “Mas a dura realidade é que há muitos empregos que dependem disso. E, mais importante, há muitas pessoas por aí que são viciadas e precisam da sua dose” (Saul, 2008, p. C3). No entanto, a única reforma que faz sentido do ponto de vista da saúde pública – e que estaria à altura do mandato constitucional do governo federal de proteger o bem-estar geral – é a proibição. O cigarro é o primeiro produto aprovado para consumo pela FDA que é letal quando utilizado conforme o indicado. O que impede uma resistência eficaz ao tabaco e a imposição de uma proibição progressiva é o fato de que a indústria ingressou na fase 3 de resposta corporativa. Para evitar uma nova onda catastrófica de litígios, a Philip Morris agora participa da formulação de regulamentações voltadas a impedir o início do tabagismo entre jovens – embora apenas nos Estados Unidos. Entretanto, a regulamentação pela FDA não aborda a epidemia global do tabagismo e, ao reduzir a ameaça de processos judiciais graves, pode inclusive contribuir para a sustentação do mercado internacional (Givel, 2007; Siegel, 2004). Na prática, a Philip Morris está adotando uma estratégia de troca: aceita regulamentações no mercado interno para limitar sua responsabilidade legal e garantir a

continuidade da empresa – o que não é novidade para a comunidade de saúde pública. A nova legislação representa, em grande medida, um caso de resignação pragmática: grupos antitabagistas aceitaram negociar o melhor acordo possível, diante da aceitação tácita da legalidade do tabaco, resultado de décadas de influência da indústria na cultura. O Wall Street Journal (2009) chegou a descrever a lei como puro cinismo: “Permite que os políticos finjam estar punindo a Big Tobacco enquanto, na verdade, aprofundam sua parceria financeira”.

A própria dependência do governo em relação às receitas do tabaco é outro fator poderoso que limita o ímpeto político para a proibição. O Master Settlement Agreement de 1998 resolveu uma grande quantidade de ações coletivas movidas por estados norte-americanos contra a indústria, buscando recuperar os gastos públicos com saúde. Foi o maior acordo civil da história dos EUA, com a indústria comprometendo-se a pagar mais de 200 bilhões de dólares, ao longo de 25 anos, para cobrir despesas médicas e iniciativas de saúde pública, em troca de proteção contra futuras ações judiciais movidas por entidades públicas (embora sem afetar o direito de cidadãos privados de moverem suas próprias ações). O acordo foi controverso: grande parte da comunidade de saúde pública se opôs a ele, pois impunha apenas restrições modestas à propaganda de cigarros e não seria suficiente para cobrir os custos totais das doenças relacionadas ao tabagismo. Os recursos do acordo raramente foram utilizados pelos estados para os fins originalmente propostos (Brandt, 2007, p. 420-434). Muitos estados venderam títulos lastreados em recursos futuros do acordo, criando fluxo de caixa imediato que reduziu o valor total das indenizações e facilitou o desvio dos recursos para projetos não relacionados. Como consequência, os estados passaram a ter interesse em proteger a indústria do tabaco. Alguns estados chegaram a propor limites para ações judiciais pendentes, pois pagamentos irrestritos a indivíduos também ameaçariam o orçamento público. Em uma “reviravolta notável”, nas palavras de Alan M. Brandt, alguns governos estaduais passaram a “defender a indústria e seu bem-estar econômico”. Longe de ter derrubado a indústria, o acordo

provou ser “uma das vitórias mais surpreendentes da indústria em sua longa história de confrontos com a saúde pública” (Brandt, 2007, p. 435-436).

A regulamentação pela FDA é um meio conveniente de conciliar o fato de que o tabaco deveria ser banido com o reconhecimento da ampla dependência da nicotina e a necessidade de equilibrar os orçamentos estaduais com os recursos oriundos de litígios contra a indústria do tabaco. Podemos compreender por que grandes segmentos da comunidade de saúde pública apoiam a regulamentação da FDA – ainda que a Philip Morris também a apoie. No entanto, essa regulamentação institucionaliza uma ideologia segundo a qual fumar é uma escolha feita por um “adulto informado”, ideologia essa que há muito beneficia a indústria e está presente nas três fases da resposta corporativa. Cynismo e resignação sobre o tabagismo são evidentes entre fumantes viciados, que reconhecem prontamente os danos do hábito, mas falam constantemente sobre o desejo de parar. No entanto, esse substrato de atitudes resignadas nunca se transforma em uma força política ampla que impeça a FDA de legitimar um produto inerentemente nocivo e que exija uma intervenção imediata e eficaz para ajudar os fumantes a parar. A política cotidiana da resignação, tão presente no hábito de fumar, não se converteu na base de uma política alternativa que enfrente a causa do problema. Assim, tanto fumantes quanto o público em geral permanecem na aceitação da legalidade do tabaco, que orienta a política pública e reproduz um status quo evidentemente problemático. As empresas de tabaco não são inocentes nesse estado de coisas; ao contrário, continuam lucrando com ele, moldando de forma eficaz as políticas e atitudes públicas, mesmo enquanto sua legitimidade é cada vez mais questionada.

Mineração

A mineração é outro exemplo evidente de indústria do dano, tanto pela transformação destrutiva do meio ambiente quanto pela exposição tóxica de trabalhadores e de

populações vizinhas à ameaças à saúde, provocadas pelos próprios minerais – como chumbo, amianto e urânio – ou pelos produtos químicos utilizados no processamento mineral, como o cianeto e o mercúrio. Um consultor da indústria, de longa atuação, observou que “é difícil identificar qualquer outro setor industrial... que apresente níveis tão baixos de confiança e uma história tão marcada por divisão, conflito e ressentimento como as indústrias extrativas” e que “algumas pesquisas de opinião mostravam que a indústria [de mineração] era ainda menos respeitada do que a do tabaco” (Danielson, 2006, p. 26, 52). Assim como a continuidade das atividades da indústria do tabaco tem sido justificada por meio de uma série de racionalizações e reivindicações de legitimidade em constante mutação, a mineração é defendida tanto por argumentos econômicos – como a geração de riqueza e de empregos – quanto por argumentos tecnológicos – como a necessidade e o uso disseminado dos metais. Projetos de mineração também são promovidos como forma de desenvolvimento que contribui para a redução da pobreza, embora as empresas do setor frequentemente operem como enclaves econômicos, retornando muito pouco ao Estado ou às comunidades locais (Ferguson, 2006). O Banco Mundial continua apoiando novos projetos de mineração, apesar da avaliação negativa apresentada por sua própria revisão sobre indústrias extrativas (Moody, 2007), em parte porque vê a mineração como um instrumento para promover o investimento estrangeiro direto, elemento-chave das políticas econômicas neoliberais (Danielson, 2006, p. 16). A justificativa mais recente da indústria minerária é sua suposta contribuição ao desenvolvimento sustentável, redefinido em termos do potencial de benefícios econômicos contínuos, em vez de limitar os impactos do desenvolvimento sobre o meio ambiente (Kirsch, 2010b).

Nas últimas duas décadas, a indústria da mineração tem enfrentado uma resistência crescente por parte das populações que vivem nas áreas de influência de minas já existentes e de projetos propostos. Esses grupos frequentemente se articulam a redes mais amplas de ONGs e de pessoas afetadas pela mineração (Kirsch, 2007). As reações da indústria e de empresas mineradoras específicas a essas mobilizações seguem as três fa-

ses de resposta corporativa que identificamos neste artigo. Há vinte anos, Kirsch estuda os impactos a jusante da mina de cobre e ouro Ok Tedi, na Papua-Nova Guiné, e tem colaborado com grupos que contestam os impactos ambientais provocados pela mina (Kirsch, 2002). Embora a avaliação de impacto ambiental original para a mina Ok Tedi previsse a construção de uma barragem de rejeitos, a estrutura nunca foi edificada, devido a um deslizamento de terra ocorrido no local das obras. Consequentemente, desde meados da década de 1980, a mina despeja mais de 1 bilhão de toneladas métricas de estéril e rejeitos – material finamente moído que sobra após a extração do minério valioso – nos rios Ok Tedi e Fly, causando uma degradação ambiental massiva nas áreas a jusante.

Apesar dos alertas precoces sobre as consequências desastrosas do despejo de rejeitos diretamente em rios (*riverine tailings disposal*) (Hyndman, 1988; Kirsch, 1989; Townsend, 1988), de fins da década de 1980 a meados da década de 1990 a Ok Tedi Mining continuou negando que o projeto teria impactos significativos, a fim de minimizar seus gastos com controles ambientais. Em 1991, por exemplo, o Departamento de Meio Ambiente e Relações Públicas da empresa distribuiu um cartaz com um céu azul sobre montanhas e grama verde, uma flor vermelha e uma borboleta laranja. Em tok pisin, a língua crioula da Melanésia, o cartaz dizia: “Ambiente: a empresa protege o rio, a floresta e a vida selvagem. Você não será prejudicado pela poluição oriunda do ouro e do cobre lançados no rio”.²⁵ Na época, a mineradora argumentava que “tanto os seus próprios estudos quanto estudos ambientais independentes demonstraram que haverá pouco impacto real em um sistema fluvial que já transporta grandes volumes de sedimentos” (*Mining Journal*, 1989). A empresa chegou a estabelecer um laboratório científico de ponta na cidade montanhosa de Tabubil e monitorava os impactos do projeto sobre o rio a jusante. Mais tarde, foi alegado que os estudos resultantes foram alterados por funcionários da mineradora antes da publicação, o que levou vários cientistas envolvidos no projeto a se demitirem. Esses atos de negação corporativa quanto aos problemas ambi-

²⁵ O texto original em Tok Pisin diz: “Environment: Kampani lukautim wara, bus, na abus. Nogen kisim bagarap taim pipia bilong gold na kopa go daun long wara.”

entais causados pela mina podem ser entendidos como uma resposta às preocupações das populações que vivem a jusante dos rios Ok Tedi e Fly, que vinham se manifestando de forma cada vez mais incisiva sobre o desmatamento, a redução das terras agrícolas devido ao acúmulo de rejeitos nas margens dos rios e a diminuição da pesca (Kirsch, 1995). Trata-se de um exemplo da resposta corporativa de fase 1, em que a estratégia central consiste em negar a existência de um problema e, com isso, evitar os custos plenos das externalidades – neste caso, os impactos da mineração sobre o ambiente e sobre os modos de subsistência das populações ribeirinhas.

Em 1994, o escritório de advocacia australiano Slater & Gordon entrou com uma ação judicial em nome de 30 mil pessoas afetadas pela mina Ok Tedi contra a Broken Hill Proprietary (BHP), empresa australiana majoritária e operadora da mina. Durante os dois anos seguintes de litígio, a BHP tentou desarticular a coalizão de demandantes por meio de diversas táticas coercitivas, incluindo ameaças legais, processos criminais e ofertas de emprego e compensação. A publicidade negativa gerada pelo caso afetou a imagem pública da BHP, contribuiu para o cancelamento de seu projeto de cobre no Caribe e pôs em risco uma concessão de diamantes avaliada em bilhões de dólares no Canadá (Kirsch, 2007; Nader, 1996). Os custos crescentes para defender a sua posição na mina Ok Tedi levaram a BHP a adotar uma resposta corporativa de fase 3, resultando em um acordo extrajudicial estimado em US\$ 500 milhões em compromissos de compensação e contenção de rejeitos (Banks; Ballard, 1997), um dos maiores acordos de indenização por danos ambientais da época.

No entanto, alguns anos após o acordo, a mineradora recuou para uma resposta de fase 2, alegando que nenhuma das alternativas propostas para limitar a poluição da mina era economicamente viável. A atenção da mídia e das ONGs em relação à mina havia diminuído, e o Estado não demonstrava interesse em arcar com sua parte das medidas de mitigação ambiental, o que permitiu à BHP evitar o cumprimento integral dos termos do acordo. Em vez disso, a empresa instalou uma draga no baixo curso do rio Ok Tedi, que rebaixa o leito do rio e reduz as inundações e o desmatamento, mas remove apenas

metade dos rejeitos produzidos pela mina e 20% do volume total de resíduos despejados no sistema fluvial. Essa resposta de fase 2 reconheceu que o projeto havia causado sérios problemas ambientais a jusante e que as críticas externas à sua operação possuíam validade científica e moral. No entanto, uma resposta corporativa de fase 2 limita-se, sobretudo, a gestos simbólicos de reparação e mitigação, ao invés de comprometer os recursos necessários para solucionar o problema – neste caso, o já substancial dano ambiental causados pela mina e o risco de agravamento desse dano caso a operação da mina prosiga sem a implementação de métodos menos prejudiciais de descarte dos rejeitos e resíduos da mineração.

Em 1999, a Ok Tedi Mining divulgou os resultados de estudos ambientais exigidos pelo acordo anterior, relatando que os efeitos da mina seriam “muito maiores e mais danosos do que o previsto” (OTML, 1999). O espectro de uma nova onda de críticas públicas forçou a empresa controladora, a BHP, a retornar a uma resposta de fase 3, na qual anunciou que o projeto “não era compatível com nossos valores ambientais” (Economist, 1999, p. 58). A pressão continuou aumentando quando o Banco Mundial, que havia apoiado financeiramente o projeto durante sua fase de construção, passou a defender o fechamento antecipado da mina (World Bank, 2000). Uma segunda ação judicial foi movida em 2000, acusando a empresa de violar o acordo firmado em 1996 ao não interromper a poluição dos rios Ok Tedi e Fly. A fusão da 52com a Billiton, em 2001, criou a maior empresa de mineração do mundo, que demonstrou interesse em resolver o litígio e pôr fim aos problemas associados à mina Ok Tedi (ver Gilbertson, 2002).

Quando os demais sócios do projeto, incluindo o governo da Papua-Nova Guiné, decidiram manter a operação da mina, a BHP Billiton articulou sua saída. Em troca de imunidade legal por impactos ambientais futuros, a empresa transferiu sua participação de 52% no projeto para um fundo fiduciário em Singapura, que se comprometeu a destinar sua parte dos lucros da mina a projetos de desenvolvimento na Papua-Nova Guiné.²⁶ A

²⁶ A empresa australiana de relações públicas contratada pela BHP Billiton para mitigar a publicidade negativa associada à sua saída da mina de Ok Tedi descreveu a vantagem estratégica de trabalhar em um ambiente no qual a

saída da BHP Billiton do projeto da mina Ok Tedi encerrou a ação judicial em curso nos tribunais australianos, resultando na perda de aproximadamente US\$ 1 bilhão em lucros durante os últimos anos de operação da mina. Essa perda de receita representou o custo de oportunidade para a BHP Billiton de continuar operando em outras localidades.

No entanto, para que as populações que vivem a jusante da mina possam se beneficiar de pagamentos adicionais de compensação e investimentos em desenvolvimento, a mina Ok Tedi precisa continuar operando – e, conseqüentemente, continuar poluindo os rios Ok Tedi e Fly. Estimativas recentes da empresa indicam que mais de 3.000 km² de floresta tropical serão afetados pela poluição da mina, e que os danos perdurarão por pelo menos 60 anos ao longo do rio Ok Tedi e por vários séculos em partes dos cursos médio e inferior do rio Fly (OTML, 2005, p. 12). As pessoas que vivem a jusante da mina não veem esperança de sobrevivência nesse ambiente degradado a não ser que aceitem os benefícios econômicos prometidos pela mineradora (Kirsch, 2007). Elas se resignaram ao seu destino, o que significa que sua aceitação da compensação as implica em uma destruição ambiental continuada, compromete a vida de suas futuras gerações e aprofunda sua dependência em relação ao empreendimento responsável por esses problemas (Kirsch, 2008). A mina Ok Tedi é um “cálice envenenado” – uma metáfora apropriada para o capitalismo em uma era marcada pela política da resignação.

Para a BHP Billiton, livrar-se da mina Ok Tedi foi um processo de purificação. A alienação de projetos problemáticos tornou-se uma estratégia comum da indústria mineradora, como no caso da Placer Dome, que se desfez de seus interesses na desastrosa mina Marcopper, nas Filipinas, após o despejo acidental de mais de 20 milhões de toneladas de rejeitos nas águas locais (Coumans; Nettleton, 2002). Ao cortar sua ligação com a problemática mina Ok Tedi, a BHP Billiton reposicionou-se estrategicamente na fase 2 da resposta corporativa, na qual o reconhecimento da existência de problemas é acompanhado

"complexidade das questões significava que poucos críticos estavam preparados para fornecer conteúdo à mídia" (Offor Sharp, 2006).

pela garantia de que a empresa está empenhada em superá-los. Durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2002 na África do Sul, o CEO da BHP Billiton declarou que a empresa havia aprendido lições importantes com sua experiência na mina Ok Tedi e prometeu que “não investiria mais em nenhum novo projeto de mineração que utilizasse descarte de rejeitos em rios” (Gilbertson, 2002). Ao retornar à fase 2, a BHP Billiton protegeu suas operações de formas de crítica potencialmente destabilizadoras. Como sugere a perda de uma receita bilionária, os custos de uma resposta corporativa de fase 3 à crítica podem ser substanciais.

O processo judicial envolvendo a mina Ok Tedi e vários outros conflitos de grande repercussão entre empresas mineradoras e comunidades indígenas, ocorridos por volta do mesmo período, podem ser interpretados como pontos de inflexão na relação mais ampla entre a indústria da mineração e o público (Ballard; Banks, 2003). Western Mining e a Placer Dome responderam à “crise de confiança” (Danielson, 2006, p. 7) geral na indústria de mineração produzindo uma literatura que redefine a mineração como uma forma de “desenvolvimento sustentável”, argumentando que as receitas dos projetos de mineração podem ser usadas para criar oportunidades de negócios que gerem empregos e renda mesmo após o fechamento do projeto (Danielson, 2002). Contudo, o uso do termo “sustentabilidade” pela indústria mineradora ignora completamente a referência original do conceito ao meio ambiente. Para essa indústria, sustentabilidade é um conceito puramente econômico, embora transmita de forma enganosa uma sensação de responsabilidade ambiental.

A indústria de mineração estabeleceu posteriormente uma nova organização para representar seus interesses, o International Council on Mining and Metals (ICMM), e patrocinou um projeto de pesquisa no valor de US\$10 milhões para analisar os problemas enfrentados pelo setor (Danielson, 2002). Essas instituições mantêm a indústria em uma resposta de fase 2, permitindo-lhe gerir melhor os debates públicos sobre mineração. Em contraste com a situação da Philip Morris, que foi obrigada a reconhecer que não existe cigarro seguro, a indústria de mineração tem se disposto a admitir os danos causados

apenas caso a caso, projeto por projeto. A retórica da mineração sustentável ajuda a encobrir os verdadeiros impactos ambientais da indústria e a impedir o surgimento de formas mais rigorosas de regulamentação governamental (Szablowski, 2007). As reivindicações da indústria sobre responsabilidade ambiental também geraram capital simbólico na forma de alianças estratégicas com várias das maiores e mais influentes ONGs ambientais, incluindo o World Wide Fund for Nature (WWF) e a International Union for the Conservation of Nature (IUCN).

A indústria de mineração também buscou capital simbólico por meio de alianças com a academia. Apesar de sua responsabilidade pelo desastre ambiental na mina Ok Tedi, a BHP Billiton foi recentemente nomeada para o conselho externo de consultores do Graham Environmental Sustainability Institute, na Universidade de Michigan. Quando o *Chronicle of Higher Education* reportou esses acontecimentos, o diretor interino do instituto, um professor de administração de empresas, defendeu os critérios que embasaram a escolha da BHP Billiton nos seguintes termos:

Não existe empresa pura por aí... Não tenho razão para duvidar de que essa empresa realmente ferrou muita gente, assim como praticamente toda empresa é “injusta com as pessoas” em algum momento... Essas organizações fazem parte do problema, e também fazem parte da solução. (Brian Talbot, citado por Blumenstyk, 2007)

Esses comentários expressam o que se poderia chamar de resignação pragmática. No entanto, tais estratégias de acomodação requerem uma análise mais precisa de como elas beneficiam as corporações. Instituições como o novo Centro de Sustentabilidade Ambiental da Universidade de Michigan funcionam como refúgios seguros para corporações que buscam institucionalizar a política da fase 2. Ao colaborar com essas instituições, as empresas podem ser vistas como respondendo às preocupações da sociedade ao mesmo tempo em que atuam para limitar a responsabilização efetiva e influenciar o debate público de maneira favorável à sustentabilidade de seus lucros, e não a proteção do meio ambiente e da vida humana.

É especialmente revelador observar como a política da resignação afeta, simultaneamente, pessoas das florestas tropicais da Papua-Nova Guiné e integrantes de um dos mais prestigiados programas de administração de empresas dos Estados Unidos. Pessoas que, normalmente, ocupariam posições estruturais completamente distintas em relação ao capital multinacional – povos indígenas e professores de administração – encontram-se resignadas aos danos corporativos, mesmo quando os criticam, como no caso dos habitantes a jusante da mina Ok Tedi, ou quando pretendem reformular o capitalismo corporativo em uma versão mais “verde”, como no caso do instituto de sustentabilidade ambiental. No entanto, há uma diferença essencial entre essas duas posições: após anos de oposição política, os afetados pela mina estão, em grande medida, resignados ao dano causado pela BHP Billiton, porque já é tarde demais para salvar o rio e as florestas ao redor. Em contraste, o professor demonstra resignação diante dos danos causados pela BHP Billitone de forma mais ampla, diante dos danos inerentes à atuação de todas as corporações; e só consegue conceber a possibilidade de mudar o status quo por meio de uma relação de colaboração com a empresa mineradora. Ambas as posições são fortemente condicionadas pela política da resignação.

Conclusão

A característica definidora do capitalismo contemporâneo é a resposta corporativa à crítica. O capital administra a crítica de tal forma que o reconhecimento do dano e o descontentamento em relação a ele são convertidos em estruturas de sentimento que promovem o cinismo quanto à possibilidade de transformar as estruturas sociais, fazendo da resignação o modo dominante de ação política. As indústrias conseguem sistematicamente gerenciar crises, processos judiciais que ameaçam sua capacidade de continuar operando e a mobilização de seus opositores ao reconhecer estrategicamente certo grau de risco, estabelecendo parcerias com governos ou ONGs e cooptando a linguagem

da crítica. Mesmo um dos movimentos sociais definidores de nossa época, a resposta à crise ambiental contemporânea, foi convertido em uma oportunidade de ganhar mais dinheiro.²⁷ O movimento ambientalista foi ressignificado como uma forma de consumo verde que não apenas se acomoda ao capitalismo corporativo, mas que o beneficia substancialmente.²⁸ Embora o consumo verde permita que os sujeitos façam exigências específicas às corporações e manifestem descontentamento por meio de práticas de consumo, tais atividades ocorrem, em geral, à custa de uma reflexão mais ampla sobre a responsabilidade estrutural da indústria pela situação ambiental atual.²⁹ A fonte do descontentamento popular presente no cotidiano – o que aqui chamamos de política da resignação – talvez não seja o reconhecimento de que o capitalismo opera como um cassino que amplia cada vez mais as desigualdades entre vencedores e perdedores, mas, sim, a sensação difusa de que nenhuma forma de crítica tem efeito. No entanto, a recente crise em Wall Street – que pode muito bem ter sido o último prego no caixão do neoliberalismo – mostra, mais uma vez, que o capitalismo semeia as sementes de sua própria ruína.

Em um período anterior, Stuart Hall (1986) propôs uma forma de crítica que ele chamou de marxismo “sem garantias”. Hall estava profundamente comprometido com um problema clássico do marxismo: como ideias sociais surgem e se tornam influentes, e como se relacionam com estruturas de produção material – em suma, o problema da ideologia. Mas Hall também buscava ultrapassar os aspectos deterministas da crítica marxista. Ao utilizar o termo “sem garantias”, Hall enfatizava que o poder hegemônico dos

²⁷ Como observa Beck (1992, p. 46), “os riscos não são mais o lado sombrio das oportunidades, eles também são oportunidades de mercado”.

²⁸ Um membro do establishment ambiental descreve o consumismo verde como uma mudança fundamental na forma como o capital opera, de uma era de regulamentação legislativa para uma era de regulamentação do consumidor, embora ele simultaneamente mitifique a primeira e valorize e simplifique a segunda: “Antigamente, o modelo era simples: o governo regulamentava, as empresas obedeciam. Agora há várias pressões das partes interessadas sobre a corporação. Elas abrem uma gama de melhores resultados além da simples conformidade, incluindo menos problemas que exigem regulamentação, novos produtos para mercados de sustentabilidade e melhor comportamento corporativo em arenas políticas e de políticas” (Speth, 2008, p. 176).

²⁹ Nessa linha, Foster (2008, p. 236) questiona: “Pode haver uma política do consumidor que comece pelas relações sociais, em vez de indivíduos isolados, e que defenda a cooperação mútua e o cuidado, em vez da liberdade de escolha?” Ele sugere que o “objetivo de uma política do conhecimento centrada no produto” deve ser estabelecer uma espécie de ética do cuidado entre “colegas participantes de uma economia moral geograficamente distante, mas compartilhada”.

sistemas sociais não garante sua estabilidade. Assim como nosso foco sobre o capitalismo realmente existente, Hall estimulava os estudiosos a abordar o funcionamento concreto dos processos e estruturas econômicas. Essa perspectiva oferece um “horizonte aberto” de teorização crítica, um reconhecimento honesto da força dominante das estruturas sociais, mas sem o fatalismo (ou resignação) da imutabilidade (Hall, 1986, p. 43). A abordagem de Hall conduz a uma política pragmática que difere do pragmatismo resignado, o qual pode beneficiar as corporações: trata-se de proibir, em vez de regulamentar os produtos comerciais de tabaco; de se opor, em vez de colaborar com empresas mineadoras. Sua insistência de que a luta política e o descontentamento estão presentes até mesmo na ordem social mais estável é um antídoto importante contra o cinismo ativamente promovido pelas respostas corporativas à crítica.

Inspirando-nos em Hall, propomos uma abordagem que poderíamos chamar de uma antropologia do capitalismo sem garantias. Por essa expressão, queremos dizer que as transições entre as fases da resposta corporativa à crítica que descrevemos aqui estão longe de serem garantidas ou certas. A análise de como as corporações se mobilizam para alcançar legitimidade e conter responsabilidades revela um certo grau de vulnerabilidade e contingência que pode ser contestado.³⁰ O acompanhamento das respostas corporativas à crítica evidencia oportunidades estratégicas para responsabilizar as empresas, mobilizar o descontentamento político frente à evasão de responsabilidade corporativa e estabelecer novos critérios de legitimidade. Nosso enfoque na dialética entre produção capitalista e a crítica social também complementa tanto a ênfase marxista tradicional na produção e na alienação quanto a atenção antropológica aos vínculos entre produção e consumo. Isso nos permite articular diferentes escolas de pensamento – aquelas centradas na materialidade da produção e aquelas voltadas para as dimensões culturais da economia – em novos debates sobre o capitalismo realmente existente.

³⁰ A atual crise financeira pode ainda ser um ponto de inflexão para uma reflexão crítica sobre a motivação pelo lucro, o neoliberalismo e a desregulamentação do mercado. No entanto, as empresas inevitavelmente se envolverão com quaisquer formas de crítica que surgirem da crise, e essa interação, e não as ações governamentais ou as críticas populistas aos sistemas financeiros, acabará por definir os resultados estruturais.

Uma antropologia do capitalismo sem garantias também reconhece que a academia já não ocupa uma posição privilegiada em relação à crítica. Nas últimas décadas, o capital se mostrou surpreendentemente hábil em se apropriar e se adaptar às perspectivas críticas que emergem da pesquisa acadêmica. O capital agora avança por meio de muitas das mesmas estratégias analíticas que antes definiam a academia e a diferenciavam. Bruno Latour (2004) identificou um problema semelhante na relação entre crítica e ciência. Ao desnaturalizar os pressupostos da ciência e mostrar como o conhecimento científico é construído, a sociologia da ciência inadvertidamente questionou a noção de que há verdades sobre o mundo que podemos compreender progressivamente. O capitalismo pode se beneficiar de tais desafios ao positivismo, como se vê na proliferação artificial de dúvidas em torno do aquecimento global, que serve para legitimar a inação governamental. Enquanto o aquecimento global for apresentado como controverso, empresas de petróleo e fabricantes de automóveis não precisam mudar suas práticas. A resposta de Latour ao sequestro da crítica é propor a criação de novas estruturas sociais e institucionais, em vez de simplesmente desmontar, examinar ou desconstruir as estruturas existentes. Ele escreve: “O crítico é... aquele que reúne [...],... aquele que oferece aos participantes arenas onde se encontrar” (Latour, 2004, p. 246). O trabalho acadêmico pode oferecer aos movimentos sociais uma compreensão mais aprofundada do que estão enfrentando, tanto em relação às respostas corporativas à crítica quanto os “efeitos corporativos” da resignação política na sociedade em geral. Como as estratégias corporativas estão em constante movimento e como as corporações se apropriam ativamente das táticas de oposição, não podemos especificar quais estratégias de *advocacy* e oposição serão mais eficazes. No entanto, compreender como o poder corporativo opera constitui um ponto de partida promissor para o engajamento político

Ao focarmos nas estratégias corporativas, também reorientamos nossa análise do sofrimento para o dano. Um dos pilares da perspectiva da violência estrutural é a ocultação intencional do agente específico responsável pelo dano, em favor de uma abordagem que socializa o sofrimento a tal ponto que toda uma estrutura social ou trajetória histó-

rica passa a ser vista como agente responsável (Farmer, 2004). Essa abordagem constitui um contraponto útil às abordagens éticas que tendem a atribuir louvor ou culpa a indivíduos por problemas sociais, de saúde ou ambientais. Como sugerimos, a ideologia da responsabilidade individual há muito beneficia a indústria do tabaco e outras indústrias do dano. A perspectiva da violência estrutural, contudo, atenua o papel das corporações específicas como agentes produtores de riscos à saúde, desigualdades e danos ambientais. Muito mais do que a noção de sofrimento, o termo dano capta a qualidade agente dos impactos que as corporações exercem sobre populações e ambientes. A atenção ao dano também se mostra mais compatível com uma política que busca reparar os problemas causados pela indústria, pois evidencia como determinados agentes têm procurado escapar da responsabilização. A consciência histórica sobre as origens profundas dos problemas sociais é valiosa (Farmer, 2004), mas também o é uma perspectiva que não vê os resultados como historicamente garantidos, por mais poderosas que sejam as forças de longo prazo. Nossa abordagem enfatiza a possibilidade de mudança ao revelar momentos de vulnerabilidade em que as corporações tentam ocultar seus interesses estratégicos nas respostas que oferecem à crítica.

Em meio à política da resignação, precisamos de um novo ponto de partida. Como desfazer os braços cruzados do cinismo? Sugerimos que uma resposta pode ser encontrada em uma crítica do capital que enfatize a evasão da responsabilidade ética da indústria pelos danos causados aos seres humanos e ao meio ambiente. Em um mundo em que as empresas gerenciam a crítica de forma tão eficaz, talvez não seja suficiente fornecer informações adicionais sobre os danos industriais. O projeto de transformação das estruturas sociais requer novas ferramentas analíticas, como o modelo de resposta corporativa à crítica que apresentamos aqui, o qual demonstra que o dano não é inevitável, embora seja uma parte fundamental do funcionamento do capital na atualidade. Concentrar-se em problemas e respostas circunscritos – por exemplo, apenas o tabaco ou apenas a mineração – ignorando as estratégias intersetoriais que tornam esses problemas aparentemente insolúveis e fazem com que soluções limitadas pareçam aceitáveis é o

tipo de política que as corporações desejam, justamente porque são altamente hábeis em manejá-la. Mostrar como a resignação política é produzida e funciona cria uma oportunidade para que as pessoas repensem sua relação com o capital e adotem novas estruturas de sentimento. Compreender como as corporações produzem danos e administram a crítica pode transformar a resignação em uma força política mais positiva. A falha em explicitar como as corporações gerenciam a crítica resulta em uma antropologia sem atrito, sem ancoragem, sem tração e, mais importante, sem a gravidade necessária para explicar como a celebração do capitalismo vitorioso ignora os danos que ele causa.

Agradecimentos

Este artigo foi escrito enquanto éramos bolsistas de pós-doutorado no Programa de Estudos Agrários da Universidade Yale e se beneficiou de muitas discussões estimulantes com James C. Scott, K. Sivaramakrishnan e os demais bolsistas do programa, embora assumamos plena responsabilidade pelos argumentos aqui apresentados. Agradecemos aos oito pareceristas anônimos e ao editor da *Current Anthropology* por seus comentários perspicazes, a Kedron Thomas por suas sugestões construtivas e a Will Benson pela pergunta que motivou este projeto.

Comentários

Jedrzej George Frynas – Middlesex University Business School, The Burroughs, Londres NW4 4BT, United Kingdom (g.frynas@mdx.ac.uk) 3 de dezembro de 2009.

O artigo de Benson e Kirsch analisa as respostas corporativas às críticas com base em evidências empíricas sólidas. Os autores direcionam nossa atenção para o papel das

empresas na criação de sérios problemas sociais e ambientais, mas a pesquisa vai além de grande parte da literatura existente ao vincular as ações corporativas visíveis às estruturas políticas e sociais subjacentes. A literatura atual sobre responsabilidade social corporativa (RSC) e as próprias empresas tendem a retratar a RSC como apolítica. Benson e Kirsch demonstram que, mesmo iniciativas corporativas de sustentabilidade ou responsabilidade social que aparentam ser benignas possuem uma agenda política mais ampla. Concordando-se ou não com a análise sobre “a política da resignação”, Benson e Kirsch acertadamente apontam o perigo de que o discurso corporativo em torno de iniciativas de RSC em nível micro possa restringir tanto a regulamentação governamental quanto os debates sobre soluções macro para problemas complexos que afetam toda a sociedade.

Para contextualizar, o investimento privado tornou-se extremamente importante para muitos países em desenvolvimento e comunidades pobres. Segundo consta, o investimento estrangeiro direto supera a ajuda oficial ao desenvolvimento em um fator de três. As corporações são frequentemente bem-vindas como fontes de empregos, investimentos e arrecadação de impostos. Por exemplo, em 2008, a BHP Billiton pagou quase 8 bilhões de dólares em impostos e royalties a governos e quase 24 bilhões de dólares a contratados e fornecedores. Portanto, o estudo das corporações não é apenas de interesse acadêmico, mas de imensa importância para comunidades, países e para toda a comunidade internacional.

Uma contribuição importante do artigo é revisar as contribuições existentes e potenciais da antropologia para o estudo das corporações e da ordem econômica global. A revisão da literatura feita por Benson e Kirsch demonstra que muitos estudos interessantes já foram conduzidos sobre empresas específicas, processos de consumo ou “violência estrutural”. Mais importante ainda, os autores demonstram que a antropologia ainda tem muito a oferecer.

O foco do artigo nas “indústrias do dano” é metodologicamente útil no sentido de delimitar com clareza os contornos da investigação, mas também introduz um viés me-

etnológico. As indústrias do tabaco e da mineração são, sem dúvida, algumas das mais nocivas. Fica a dúvida de como essa análise se apresentaria para setores com impactos mais ambíguos, como o processamento de alimentos ou a eletrônica. Em outro extremo, a antropologia também poderia igualmente contribuir para o estudo do empreendedorismo social – empresas criadas com um propósito social específico (como a Fairtrade Foundation). Em vez de focar no dano desde o início, seria mais útil compreender em que circunstâncias as empresas podem produzir diferentes tipos de impactos.

Os estudos de caso apresentados no artigo e o uso do conceito das “três fases de resposta corporativa” conduzem à suposição equivocada de que os executivos corporativos são sempre cínicos ao se envolverem com causas sociais, e de que as ações corporativas são sempre uma reação a pressões sociais e políticas externas ou a “crises”. Estudos anteriores sugerem que as empresas podem igualmente adotar causas sociais em resposta a pressões internas (iniciativas sociais e ambientais utilizadas para motivar funcionários), por um processo de osmose (práticas sociais e ambientais tornam-se institucionalizadas e amplamente aceitas como normas dentro de um país, setor ou área temática específica), ou ainda por um desejo genuíno de “fazer a coisa certa”. Benson e Kirsch fazem certas suposições sobre as motivações corporativas, mas não parecem particularmente interessados em investigar os processos internos de tomada de decisão entre os executivos. Embora seja importante estudar as comunidades locais afetadas pelas corporações, os antropólogos poderiam também desempenhar um papel de destaque no estudo das motivações dos executivos corporativos e das normas prevalentes nas comunidades empresariais.

Quaisquer que sejam as limitações deste artigo, Benson e Kirsch acertadamente destacam a importância de trazer as corporações para o centro da pesquisa antropológica. Se quisermos entender o mundo moderno, as corporações precisam ser tratadas como sujeitos etnográficos relevantes.

Chris Hann Max Planck Institute of Social Anthropology, Postfach 110351, 06017 Halle/Saale, Alemanha (hann@eth.mpg.de) 29 de dezembro de 2009.

Seria difícil exagerar a importância das corporações capitalistas no mundo contemporâneo. Por que “uma das formas de poder mais influentes de nosso tempo” atraiu relativamente pouca atenção antropológica, especialmente em comparação com o Estado? Além de apresentarem casos empíricos impressionantes, as diversas teorias discutidas por Benson e Kirsch estimulam reflexões sobre a natureza da nossa disciplina e suas subdivisões, bem como sobre a economia política global. Os autores defendem que se vá além da “governamentalidade”, que se revigorem abordagens materialistas, que se privilegie o conceito de dano em vez do de sofrimento, e que se estabeleçam vínculos causais com corporações específicas, em vez de fazer afirmações genéricas sobre “violência estrutural”. Tudo isso é muito atrativo e convincente, mas também tenho algumas críticas.

Primeiramente (refletindo meus próprios interesses), me chamou atenção a referência ocasional dos autores ao mundo do socialismo soviético, como um contraponto ao foco na “resignação” dos sujeitos capitalistas. Eles citam o conceito de Bahro, dos anos 1970, e o estudo recente de Yurchak sobre o período socialista tardio. De fato, os cidadãos da RDA (Alemanha Oriental) e da URSS enfrentavam detentores de poder com aspirações muito mais abrangentes do que as de qualquer corporação capitalista. Estariam eles igualmente paralisados por uma “estrutura dominante de sentimento”? Se sim, como explicar as ações corajosas de certos grupos nos anos da perestroika e na RDA em 1989? Que novas formas de resignação podem ser encontradas nesses países hoje? Em 2008, Barack Obama foi eleito para suceder a George W. Bush, assim como Mikhail Gorbachev e depois Boris Yeltsin substituíram a velha guarda no Kremlin. Não houve revolução em Washington, mas a política eleitoral normal trouxe uma mudança de clima, especialmente em relação ao setor financeiro. Apesar de toda a ênfase final dos autores de que a resignação pode conter novas forças de agência, me parece que Benson e Kirsch oferecem uma leitura excessivamente pessimista, no estilo pré-perestroika.

Mas, claro, Obama mal tocou no funcionamento das corporações capitalistas, foco deste artigo. Aqui tenho diversas críticas mais específicas. Os problemas específicos dos dependentes de nicotina podem realmente ser equiparados às queixas dos grupos indígenas na Papua-Nova Guiné? Até que ponto esses dois setores da “indústria do dano” podem representar as corporações capitalistas em geral? Haveria espaço, em sua “antropologia do capitalismo”, para a análise, por exemplo, da The Body Shop ou da Reed Elsevier? A tipologia que os autores elaboram sobre as respostas corporativas às críticas parece admirável, mas senti falta de uma tentativa de investigar a agência dentro da própria corporação. Quem são os atores? Sabemos, não apenas pela sociologia e pelos estudos de administração, mas também por um gênero consolidado da “antropologia organizacional”, que as empresas capitalistas se assemelham a outras organizações por serem caracterizadas por tensões e conflitos em múltiplos níveis. Alguns empregados (ou “stakeholders”) provavelmente têm uma bússola moral não tão distante da de Benson e Kirsch. Em que circunstâncias eles também sucumbem à resignação? Os autores defendem trabalho de campo multissituado e análise textual – e isso é o que oferecem no artigo —, mas acredito que uma ênfase mais forte na etnografia corporativa deva permanecer como marca distintiva de uma abordagem antropológica.

Por fim, me intriga o fato de os autores considerarem seu artigo uma contribuição à revitalização da antropologia econômica. Em termos das atuais linhas de demarcação da disciplina, os situaria mais como buscando expandir o domínio das abordagens foucaultianas modificadas, que se tornaram dominantes dentro da antropologia política. Ademais, a antropologia econômica não desapareceu nas décadas em que autores como Žižek, Hall, Latour e Deleuze exerceram tanta influência na antropologia anglófona. Por exemplo, existe um paradigma agressivo de data semelhante, conhecido como “novo institucionalismo”, que afirma ter muito a dizer sobre como funcionam as corporações capitalistas. Infelizmente, o faz recorrendo a noções como “escolha racional” e “evolução”. Benson e Kirsch tiveram diversas oportunidades de dialogar com essas teorias – por exemplo, ao se referirem à internalização de externalidades e aos jogos de ponto de

inflexão –, mas se abstiveram de fazê-lo. Acho isso uma pena, pois as questões de poder e dominação levantadas neste artigo são, de fato, importantes para qualquer antropologia econômica contemporânea imaginável, inclusive para a etnografia organizacional. Em última instância, uma economia política revitalizada teria de transcender a fronteira entre o político e o econômico, englobando tanto os Estados quanto as corporações. Essa síntese deveria ir além da crítica radical ao capitalismo (*Kapitalismuskritik*) rumo a uma refutação intelectual de estudiosos contemporâneos (inclusive ganhadores recentes do Prêmio Nobel) que merecem ser levados tão a sério quanto os marxistas ocidentais que inspiram grande parte deste artigo.

Os antropólogos econômicos devem então aceitar com resignação a afirmação dos autores de que “a característica definidora do capitalismo contemporâneo é a resposta corporativa à crítica”? Ou podemos fazer mais? Minha resposta é: “Sim, nós podemos!”.

Gustavo Lins Ribeiro – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal 70910-900, Brasil (gustavor@unb.br). 5 de janeiro de 2010.

Esta é uma contribuição bem-vinda à antropologia crítica marxista contemporânea. O modelo de resposta corporativa à crítica é particularmente útil. No entanto, há diversas questões que precisam ser levantadas. Passo a elas de imediato, não porque não reconheça as muitas qualidades do artigo, mas por falta de espaço.

O artigo apresenta uma característica estilística bastante comum: é escrito como se “antropologia” significasse, de fato, apenas a antropologia do Atlântico Norte. A revisão e crítica da antropologia feita por Benson e Kirsch expressa a produção, as posições e as perspectivas dos centros hegemônicos da disciplina, como se não houvesse comunidades acadêmicas em outras partes do mundo pesquisando e publicando sobre questões relacionadas. O uso do termo não marcado “antropologia”, em vez de “antropologia americana”, por autores que, presumo, são simpáticos ao projeto de antropologias mundiais (ver Ribeiro e Escobar 2006), é um sinal de que a luta por abrir o discurso antro-

lógico a um conjunto muito mais amplo e diverso de autores e perspectivas ainda tem um longo caminho a percorrer.

O argumento seguinte deriva parcialmente do anterior. A suposição de que a “política da resignação” é uma “estrutura de sentimento dominante em nosso tempo” é problemática. Sem entrar em detalhes, posso dizer que a política da resignação não é uma estrutura dominante, por exemplo, na Bolívia, no Equador ou na Venezuela. Ademais, a ênfase na política da resignação pode reduzir a atenção dedicada a movimentos de oposição e resistência que moldam políticas públicas, como o movimento indígena nos países andinos e o movimento dos sem-terra no Brasil, ou agentes políticos transnacionais alternativos, como aqueles envolvidos nos movimentos anti e alterglobalização (Ribeiro, 2009). Em termos teóricos, estender em demasia a capilaridade da política da resignação pode aproximá-la de noções como hegemonia. Isso me leva a pensar que não se prestou atenção ao conceito de hegemonia e senso comum de Gramsci, desenvolvido para lidar com questões semelhantes.

Algumas passagens supervalorizam aquilo que seriam contribuições inéditas e subestimam esforços anteriores, enquanto outras simplificam a literatura existente. A revisão da antropologia do capitalismo, mesmo que dedicada a algumas das abordagens mais “populares e influentes” sobre o tema, é um exemplo disso. O marxismo na antropologia internacional – em áreas como a antropologia do trabalho, a antropologia da globalização e a antropologia econômica – produziu muito mais críticas do que os autores reconhecem. Senti falta, por exemplo, de um engajamento mais forte com a crítica antropológica ao desenvolvimento. Como sabemos, o “desenvolvimento” – nome fantasioso da expansão capitalista – foi causa de danos para milhões de pessoas nas últimas cinco ou seis décadas (ver, por exemplo, Escobar, 1995). Um problema relacionado é que a interpretação do livro de Wolf (1982) como focado em “rupturas” é discutível. Trata-se explicitamente de uma obra sobre interconexões. Além disso, a suposição de que os ajustes estruturais “foram acompanhados por transformações na experiência subjetiva e na natureza da cidadania” exageram o poder das políticas econômicas de determinar subjeti-

vidades, reflete premissas inquestionadas e na moda na antropologia norte-americana, e precisa ser relativizada, pois dificilmente pode ser considerada universal. O mesmo vale para afirmações como “a característica definidora do capitalismo contemporâneo é a resposta corporativa à crítica” ou a frase final que vincula o futuro da antropologia crítica à sua capacidade de “explicitar como as corporações lidam com a crítica”.

Benson e Kirsch reconhecem o chamado de Nader (1969) para estudar “de cima”, mas ainda assim o artigo transmite a impressão de que fazer trabalho de campo em escritórios corporativos é uma novidade. Ao mesmo tempo, eles apontam “riscos de cooperação, porque a tendência dos etnógrafos a empatizar e identificar-se com seus sujeitos pode limitar suas descobertas ou sua postura crítica”. Tendo eu mesmo feito trabalho de campo em escritórios corporativos algumas vezes – por exemplo, para entender as concepções e redes de agentes poderosos envolvidos em uma grande indústria do dano, a construção de barragens (Ribeiro, 1994), e para compreender a política cultural da meca do desenvolvimento, a sede do Banco Mundial em Washington (Ribeiro, 2002) – penso que o que está em jogo aqui são outras posturas éticas e políticas, raramente discutidas por antropólogos, mais do que uma espécie de empatia automática com os sujeitos que estudamos.

Por fim, gostaria de contribuir para uma definição mais ampla de indústria do dano, incluindo a indústria da engenharia civil e seus projetos de infraestrutura em larga escala. Nesse sentido, seria interessante observar a literatura antropológica sobre reassentamentos forçados e impactos ambientais e sociais, especialmente trabalhos escritos de forma independente em defesa das populações locais, nos quais se encontrará uma crítica tanto às corporações quanto às agências estatais e às relações entre elas. Gostaria também de sugerir a consideração da invenção e disseminação da “responsabilidade social” como uma das mais amplas e eficazes táticas corporativas para lidar com os críticos.

Erica Schoenberger – Departamento de Geografia e Engenharia Ambiental, Universidade Johns Hopkins, Baltimore, Maryland 21218, EUA (ericas@jhu.edu). 24 de dezembro de 2009.

Parece-me que há duas linhas adicionais de análise a serem incorporadas aqui, apesar da abordagem já multifacetada oferecida por Benson e Kirsch. A primeira é a competição, e a segunda é o lobby. Espero conectar as duas ao explorar antídotos à política da resignação.

Embora as pessoas geralmente se concentrem em produção, trabalho e classe nas análises marxistas, é a competição que move o sistema – tanto para Marx quanto para Darwin. A competição é o que força os capitalistas a investir sem considerar o mercado, é o que impele os banqueiros a conceder empréstimos onde não há justificativa para tanto, e é o que transforma decisões individualmente racionais em desastres coletivos. A competição também empurra pessoas bastante comuns para posições de grande poder para causar dano.

Marx tem muitas críticas aos capitalistas, mas sua análise não depende de que eles sejam pessoas más. Parte de sua genialidade está em mostrar que o sistema produz injustiça mesmo quando está funcionando bem. Além disso, ele reconhece que o sistema não produz apenas danos. A competição promove o dinamismo tecnológico e ganhos de produtividade enormes, que poderiam sustentar uma sociedade mais justa e sustentável.

A etnografia corporativa precisa captar como as corporações pensam, como elas elaboram suas estratégias e como entendem o terreno competitivo em que atuam. As pessoas que dirigem corporações têm histórias e identidades conectadas com quem são e com o que acreditam ser a natureza particular de sua empresa – e essas percepções moldam o que elas consideram ser um comportamento aceitável. A etnografia corporativa precisa acessar essas dinâmicas subjacentes e estar presente muito antes das decisões que resultam em dano serem tomadas. Essas decisões não são discretas, nem são votadas em salas de reunião – elas são produzidas ao longo de uma história longa e com-

plexa, e a partir de um conjunto intricado de relações e entendimentos. A etnografia corporativa é exatamente o que se precisa para desvendar esses emaranhados.

Se aceitarmos, no entanto, que mesmo cidadãos indignados não estão prestes a abolir o capitalismo tão cedo, precisamos enfrentar a questão de saber se é possível canalizar a competição de formas que reduzam a necessidade e a capacidade das corporações de causar danos. A regulamentação eficaz, em escala nacional e supranacional, é claramente parte da resposta – e é aí que entra a etnografia do lobby.

Suspeito que a política da resignação tem tanto a ver com a sensação de que as pessoas não têm voz política significativa quanto com a percepção de que as corporações são simplesmente inalcançáveis – mas trata-se de um tipo confuso de resignação. As pessoas meio que sabem que a política foi comprada e paga, mas também meio que acreditam que há ideologias de princípios envolvidas. Uma etnografia do lobby que acompanhasse os lobistas e seu dinheiro até os escritórios do Congresso, e mostrasse em detalhes como o dinheiro é absolutamente a única voz política que conta – e como isso é absolutamente generalizado – poderia fazer diferença. Poderia, por exemplo, levar ao financiamento público das campanhas políticas. Isso, por sua vez, poderia produzir as condições que permitissem uma regulamentação significativa do sistema – o tipo de regulamentação que inibisse a propensão ao comportamento nocivo e encorajasse a competição por bases mais desejáveis: reduzir custos não pela destruição de ambientes e uso de trabalho infantil, mas com base na inovação de produtos, qualidade e ativos reputacionais.

As corporações simplesmente se mudariam para outro lugar? Surpreendentemente, não. A maior parte do investimento estrangeiro direto em manufatura circula entre os países industrializados avançados, em vez de fluir destes para o Sul global. Estar no mercado importa de maneira extraordinária, e, havendo um conjunto razoavelmente equivalente de padrões regulatórios e custos – mesmo que apenas para América do Norte e União Europeia – não há grande incentivo para se deslocar. No setor de mineração, a geologia importa, de modo que as regulamentações teriam que ser estruturadas

para seguir as empresas, em vez de estarem atreladas a jurisdições específicas. O regime internacional de comércio teria que permitir a discriminação contra bens produzidos em condições inaceitáveis, não importando de onde venham. Não tenho ideia do que fazer com o tabaco.

O projeto de Benson e Kirsch de uma antropologia que desafie o sistema é admirável e inspirador. Talvez nunca possa ser plenamente realizado, mas pode funcionar como um poderoso princípio organizador da pesquisa e como ponte entre a academia e o “mundo real”. Acredito que esse projeto precisa ser mais amplo do que uma etnografia do dano corporativo e que pode exigir uma mudança na forma como uma agenda de pesquisa disciplinar – e possivelmente interdisciplinar – é desenvolvida e posta em prática. Seria necessário encontrar uma forma de conectar entre si as etnografias corporativas e também com a etnografia do lobby – e isso requer um modo de reunir pesquisadores em uma espécie de colaboração flexível, que não tem sido típica da antropologia. Aproveitando a ocasião, talvez devêssemos considerar também uma etnografia de economistas.

Ajantha Subramanian – Departamento de Antropologia, Universidade de Harvard, 384 William James Hall, 33 Kirkland Street, Cambridge, Massachusetts 02138, U.S.A. (subram@fas.harvard.edu). 13 de janeiro de 2010.

A última década tem testemunhado uma enxurrada de escritos antropológicos sobre o capitalismo do final do século XX e início do século XXI. Pesquisas importantes iluminaram a formação de sujeitos neoliberais, o esvaziamento da esfera pública e a adoção de funções estatais por parte do capital transnacional. Duas abordagens principais se destacam: a primeira equipara capitalismo a neoliberalismo (por exemplo, Ong, 2006; Rofel, 2007), caracterizado como uma condição epistêmica que gera práticas e sensibilidades; a segunda entende o capitalismo como uma formação político-econômica que impõe constrangimentos sociais (por exemplo, Ferguson 2006; Mbembe 2001). Enquanto a primeira se preocupa mais com a produção de sujeitos e sentimentos, a segunda foca em

mecanismos estruturais – mas ambas tratam o capitalismo como uma lógica sistêmica. Ambas representam um deslocamento da consideração de agentes e estratégias para um foco nas condições e efeitos.

O ensaio de Benson e Kirsch oferece um caminho promissor para o estudo antropológico do capitalismo contemporâneo que também representa um retorno aos agentes e estratégias. Segundo os autores, já é mais que hora de os antropólogos direcionarem sua lente crítica para esse veículo crucial da transformação capitalista – a corporação – que revela com clareza as manobras estratégicas e intencionais do capitalismo. Destacarei algumas intervenções importantes feitas no ensaio antes de apresentar algumas sugestões.

Em primeiro lugar, os autores defendem que se vá além da governamentalidade para considerar as “táticas autoritárias do poder corporativo” e as tensões entre Estado e capital que poderiam permitir a disciplina não apenas de cidadãos, mas também das corporações. Ao privilegiarem a coerção em relação à disciplina, eles ajudam a identificar os agentes do dano social e ambiental, bem como as colaborações que sustentam suas práticas.

Em segundo lugar, os autores propõem que se preste atenção à dialética entre produção capitalista e crítica social. Em vez de tratar a hegemonia capitalista como uma condição estável, eles iluminam as estratégias pelas quais as corporações gerenciam a opinião pública para assegurar seus lucros. Com base em sua pesquisa sobre o tabaco e a mineração, eles delineiam um modelo processual de resposta corporativa à crítica social e da vigilância necessária para evitar boicotes de consumidores e regulações governamentais prejudiciais aos negócios. O que temos é um retrato das manobras corporativas que reformula uma força sistêmica como um conjunto de relações sociais dinâmicas e põe em xeque a percepção do poder corporativo como absoluto e incontrolável.

Em terceiro lugar, os autores propõem uma produção acadêmica que ocupe o espaço intermediário entre abordagens estruturais e culturais do capitalismo. Seu foco na corporação como um agente institucional situado entre o sistema e o sujeito oferece um

caminho para isso. Ao nos ajudar a ver o trabalho cultural de gestão de imagem feito pelas corporações como um complemento necessário à violência estrutural da produção industrial, os autores argumentam por uma compreensão da cultura capitalista como produto arduamente conquistado da estratégia corporativa – e não como efeito automático da produção capitalista.

Tenho duas sugestões para fortalecer o projeto de etnografia corporativa dos autores. A primeira diz respeito ao tratamento da corporação como um ator unitário. Embora eu aprecie o foco na estratégia corporativa, fica-se com a impressão de que a corporação é uma unidade coesa de intenção e ação. Isso pode até ser verdade do ponto de vista jurídico, onde a corporação goza de personalidade legal, mas a etnografia requer outra abordagem. Aqui, eu sugeriria retomar os estudos sobre o Estado que advogam por sua desagregação (por exemplo, Abrams, 1988 [1977]; Gupta, 1995; Gupta; Ferguson, 2002; Mbembe, 1992; Mitchell, 1991; Nugent, 1997). Uma maneira de desagregar a corporação seria estender a dialética entre produção e crítica para incluir as relações internas. Em outras palavras, poderíamos iluminar essa dialética não apenas nos termos da relação entre a corporação e seus exteriores, mas também como algo intrínseco às relações entre trabalho, gestão e acionistas. Embora os autores abordem a crítica dos consumidores e a regulação estatal como reações ao lucro corporativo, seria possível recuar essa dinâmica para revelar contracorrentes desde o primeiro momento, como, por exemplo, a expropriação de terras. Aplicando o conceito de duplo movimento de Polanyi,³¹ veríamos essa reação como uma tentativa de reenraizar a corporação em cada ponto onde o poder é exercido. Tal ampliação da dialética exigiria a síntese entre pesquisas sobre a relação da corporação com terra e trabalho (por exemplo, Striffler 2002, 2005) ou sobre ações judiciais de acionistas, com estudos sobre a gestão da imagem corporativa.

³¹ Benson e Kirsch interpretam a noção de capitalismo vernacular como uma manifestação do duplo movimento de Polanyi. Para Polanyi, no entanto, o reenraizamento (*reembedding*) do mercado estava menos relacionado ao reconhecimento de sua especificidade cultural do que a um movimento de reação contra a desregulamentação capitalista. De modo semelhante, este ensaio parece, em última instância, tratar do re enraizamento da corporação — e não apenas de ver o capital como algo culturalmente particular.

Minha segunda sugestão diz respeito à noção de resignação. Os autores têm o cuidado de distinguir resignação de crença, recorrendo ao trabalho de Žižek para argumentar que a resignação é uma espécie de consentimento consciente. Eles ainda insistem que a resignação é inerentemente instável e pode se tornar a base de uma política transformadora. Quando combinada ao argumento de que a crítica social constitui um estado permanente de provocação que força a corporação a adotar uma postura reativa, a resignação parece ser mais um projeto de consolidação corporativa do que sua realização plena (Li, 2007). No entanto, há uma tensão no ensaio entre ver a resignação como uma política aberta e vê-la como uma estrutura epifenomênica de sentimento.

Benson e Kirsch interpretam a noção de capitalismo vernacular como uma manifestação do duplo movimento de Polanyi. Para Polanyi, no entanto, reenraizar o mercado tinha menos a ver com reconhecer sua especificidade cultural do que com um contramovimento à desregulação capitalista. Da mesma forma, este ensaio parece, em última instância, tratar de reenraizar a corporação – e não apenas de ver o capital como culturalmente específico.

Acredito que uma antropologia política da corporação seria mais frutífera se construída com base na primeira interpretação e mais coerente com o importante projeto de Benson e Kirsch. Trabalhos como o deles oferecem uma compreensão sofisticada da reestruturação capitalista que, esperamos, possa permitir o desenvolvimento de uma política de oposição mais robusta.

Resposta

Estamos satisfeitos que os comentaristas de nosso artigo apoiem o apelo por uma atenção mais cuidadosa às estratégias corporativas. Também reconhecemos e endossamos o desejo de identificar antídotos à resignação. No entanto, acreditamos que compreender por que os esforços para reformar práticas corporativas muitas vezes não al-

cançam seus objetivos – e por que mais pessoas não participam de movimentos sociais contra práticas corporativas nocivas – requer mais do que a análise de como as corporações influenciam os sistemas políticos. É necessário também analisar como as corporações influenciam a sociedade por meio do engajamento com críticos, campanhas de relações públicas e uso estratégico da ciência.³² Consequentemente, argumentamos que a relação dialética entre crítica e resposta corporativa é uma dinâmica fundamental do capitalismo contemporâneo.

Frynas levanta um ponto valioso ao afirmar que as corporações no movimento de responsabilidade social corporativa (RSC) geralmente representam sua atuação como apolítica. Vamos além, sugerindo que as corporações são “máquinas antipolíticas” (Ferguson, 1994). Os estudos de caso que apresentamos apenas arranham a superfície dos esforços corporativos para conter movimentos sociais e reduzir a interferência política. Considere, por exemplo, a reação amplamente documentada da indústria química ao livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson (1962). A ideia de que a sociedade civil deve ter voz em questões ambientais e de saúde fundamentais é central aos movimentos sociais que criticam as corporações. A indústria química e seus equivalentes agora reconhecem ter aprendido uma importante lição com Carson e com o movimento ambientalista, mas esse reconhecimento vem acompanhado da insistência de que tais lições já foram incorporadas em seus procedimentos operacionais, tornado, portanto, desnecessária qualquer contribuição contínua da sociedade civil (Hoffman, 1997). Um ingrediente central da antropologia do capitalismo deve ser a análise histórica e etnográfica das estratégias corporativas para transformar potenciais pontos de inflexão em marcos regulatórios ou programas de certificação que sustentem limites à responsabilidade corporativa e contenham a crítica.

³² Em outro lugar, descrevemos uma das técnicas pelas quais as empresas promovem a resignação, o oxímoro corporativo (Benson; Kirsch, 2010), como “cigarros seguros” (Benson, 2010) e “mineração sustentável” (Kirsch, 2010b). Os oxímoros corporativos promovem uma política de resignação ao sugerir que algum grau de dano corporativo é comum, aceitável e talvez até necessário.

Assim como nós, Schoenberger vê a regulação estatal como um possível freio ao dano corporativo. O estudo etnográfico do lobby nos ajudaria a compreender os limites, lacunas e fracassos passados do poder regulatório bem como as condições políticas que sustentam formas frágeis de regulação industrial. No entanto, também incentivamos uma abordagem histórica para compreender por que longas lutas sociais têm sido frequentemente necessárias para implementar regulamentações sobre riscos cientificamente conhecidos (Davis, 2002). No caso do tabaco, por exemplo, prevê-se um aumento de dez vezes na mortalidade relacionada ao tabaco em escala global, apesar de mais de 50 anos de sólida pesquisa epidemiológica documentando os efeitos letais do tabagismo.

Reconhecemos a observação de Frynas de que nosso foco em determinados exemplos de indústrias do dano influencia nossa análise. No entanto, é instrutivo observar mais de perto os exemplos que ele sugere como pontos de partida alternativos: as indústrias de processamento de alimentos e de eletrônicos de consumo. O crescimento explosivo da literatura que identifica os danos embutidos nos alimentos que consumimos sugere que a indústria alimentícia não é muito diferente das indústrias do tabaco e da mineração. Trabalhos recentes em antropologia médica abordam o impacto de dietas inadequadas sobre o aumento dos custos médicos e o fardo de doenças nos países desenvolvidos. Nesses exemplos, vemos também tentativas conhecidas por parte da indústria e do governo de transferir a responsabilidade pelo risco e pelo dano para os consumidores individuais (Nichter, 2008). No caso dos eletrônicos, há esforços encorajadores para melhor gerenciar os resíduos – notadamente o foco em designs que facilitam a reciclagem eventual –, mas a indústria ainda se baseia em um modelo financeiro de ciclos de substituição cada vez mais curtos. O número de celulares descartados – um produto de consumo de massa relativamente novo – já deve estar na casa dos bilhões. Além disso, os eletrônicos de consumo estão explicitamente ligados a alguns dos piores conflitos minerais, incluindo a extração de coltan em territórios sem lei na República Democrática do Congo. Os eletrônicos de consumo dependem de cadeias de fornecimento do tipo

“não pergunte, não conte”, nas quais os fazem vista grossa para a origem de suas matérias-primas.

Implícito na resposta de Frynas está o receio de que tenhamos uma generalização excessiva do conceito de “indústria do dano”. A visão de Adam Smith de que o mercado tende a promover o bem público, é desafiada pela impressionante variedade de mercadorias identificadas como nocivas: amianto, mamadeiras, automóveis, diamantes de zonas de conflito, linhas de transmissão elétrica, peixes contaminados por mercúrio, tintas com chumbo, leite com hormônios de crescimento, plásticos, protetor solar, produtos de tabaco etc. O volume de riscos à saúde e ao meio ambiente se aproxima do ponto da incapacidade de reação. Como cantou Joe Jackson: “Everything gives you cancer. There’s no cure, there’s no answer”.³³ Mas, como Subramanian aponta, a resignação diante da prevalência dos danos corporativos está longe de significar despolitização; na verdade, ela é o ponto de partida necessário para a crítica à corporação como disseminadora agressiva de visões utópicas – incluindo a alegação de que todo problema industrial possui uma solução técnica aceitável e acessível

Tanto Frynas quanto Ribeiro escrevem como se desenvolvimento e investimento estrangeiro direto fossem domínios distintos. No entanto, obras públicas estão sendo cada vez mais privatizadas, e muitos investimentos internacionais recebem apoio de agências estatais destinadas a fomentar o investimento em países em desenvolvimento e mercados emergentes, oferecendo garantias de empréstimo ou seguros contra riscos políticos, entre outros mecanismos. O Banco Mundial e outros bancos regionais fazem o mesmo. Essas agências desempenharam papéis importantes na promoção de reformas, incluindo restrições a impactos sociais e ambientais e exigências de transparência. No entanto, nos últimos anos, investidores têm desenvolvido estratégias para evitar essas restrições. Antes da recente crise econômica – e possivelmente contribuindo para ela —, inúmeros fundos de investimento buscaram obter vantagens econômicas ao contornar a supervisão regulatória de bancos de desenvolvimento e mercados financeiros. Um fe-

³³ Da música “Cancer”, do álbum *Night and Day* (1982).

nômeno relacionado é a ascensão do capital estatal, ou fundos soberanos nacionais, mais notavelmente os da China, que nem sempre seguem as diretrizes impostas pelas bolsas de valores ou bancos. Uma geração de trabalho reformista que levou ao aumento da regulação internacional está agora ameaçada por essas novas estratégias de investimento.

Embora estejamos defendendo uma maior atenção etnográfica às estratégias corporativas (e não apenas mais etnografia sobre corporações), estudar as dinâmicas internas das corporações só aumenta a compreensão sobre o poder corporativo. Endossamos a sugestão de Subramanian de recorrer à literatura sobre o Estado que enfatiza a desagregação e, conseqüentemente, reconhecemos a necessidade de mapear as relações entre trabalho, gestão e acionistas. Essas relações podem ser bastante complexas. Por exemplo, a TIAA-CREF – empresa que administra os fundos de aposentadoria de muitos acadêmicos nos EUA – opera um fundo de “responsabilidade social” que seus próprios gestores agora usam para desencorajar o ativismo de acionistas. O argumento é que, se alguém discorda de certas empresas nas quais a TIAA-CREF investe, pode aplicar recursos em fundos de escolha social. Assim, uma iniciativa de acionistas para forçar a TIAA-CREF a se desfazer de suas ações na Freeport-McMoRan – empresa que opera o projeto mineador Grasberg, na Papua Ocidental, Indonésia, amplamente criticado por seus impactos ambientais e apoio financeiro às forças armadas indonésias (Kirsch, 2010a) – foi recusada pela administração da TIAA-CREF.

Schoenberger aponta com precisão que as decisões corporativas mais importantes não são votadas em reuniões de diretoria, mas resultam de longas e complexas negociações e relações. Frynas faz uma observação semelhante sobre a agência dos funcionários corporativos, destacando que, embora possam favorecer práticas ambientais mais responsáveis, muitas vezes estão à mercê de decisões executivas orientadas por metas de lucro e objetivos de responsabilidade limitada. De fato, argumentamos que a existência de diferenciação interna na corporação não implica necessariamente diferenciação externa em termos de resultados. Boas intenções podem não ser suficientes. Um elemento chave aqui é a cultura corporativa, que tem sido mais estudada por não antropó-

logos interessados em temas como criatividade no design de novos produtos ou nos padrões organizacionais de comunicação. O que ainda não foi examinado com o mesmo rigor, como sugere Schoenberger, é como culturas corporativas permitem ou facilitam o dano. Vemos a cultura corporativa como um espaço crucial onde o capitalismo é reafirmado em várias formas – incluindo o valor da responsabilidade social como uma espécie de movimento social disfarçado e uma forma de política identitária.

Reconhecemos a preocupação de que nosso ensaio possa soar excessivamente cí-nico quanto às motivações dos funcionários corporativos. No entanto, acreditamos que precisamos de avaliações mais honestas sobre o que as corporações querem e as estratégias que usam para alcançar esses objetivos. Se isso implica os que trabalham nelas, é porque, como a maioria de seus contemporâneos, os funcionários corporativos são obrigados a vender sua força de trabalho em condições de restrição – e não como agentes livres que possam expressar dissenso e promover mudanças a todo instante. Para dizer de forma mais incisiva: não nos interessam as motivações, mas sim as consequências e os resultados. Estamos preocupados com os modos pelos quais as corporações disciplinam ideias e empregados – e, nesse sentido, nos parece extremamente pertinente a pergunta de Hann sobre as circunstâncias sob as quais os trabalhadores corporativos sucumbem à resignação. Também sugerimos a necessidade de mais pesquisas sobre como perspectivas críticas dentro das corporações podem gerar mudanças positivas.

A sugestão de Ribeiro, de que atentemos às antropologias globais, pode ser mobilizada produtivamente para o estudo da corporação global, tanto no que diz respeito às diferentes formas que ela assume em distintos países, quanto para investigar como cadeias produtivas do tipo “não pergunte, não conte”, ocultam processos e pontos de produção de dano. Reconhecemos sua observação de que os governos se relacionam de forma distinta com corporações e movimentos populares em diferentes regiões do mundo. No entanto, ainda que Bolívia e Equador reivindicuem ser Estados de movimento social, nem Evo Morales nem Rafael Correa estão adotando políticas para as indústrias extrativas muito diferentes das de seus predecessores neoliberais (Bebbington, 2009).

Além das colaborações internacionais, também endossamos o apelo de Schoenberger por uma colaboração interdisciplinar. Para entender os danos corporativos, os antropólogos precisam trabalhar com toxicologistas, químicos, profissionais de saúde e outros cientistas. Nos Estados Unidos, uma abordagem renovada dos quatro campos da antropologia – reunindo etnografia e análise cultural, estudos linguísticos sobre formas textuais e semióticas da resposta corporativa, e antropologias médica, biológica e ambiental – poderia produzir uma compreensão mais holística da produção e dos custos dos danos corporativos.

Nossa noção de resignação foi formulada explicitamente a partir de questões relacionadas aos movimentos sociais – tema que um de nós estuda. Nosso objetivo não era desprezar nem minimizar a importância dos movimentos sociais e políticos que varrem a América Latina, mas questionar por que a participação nesses movimentos não é mais ampla. Lembramos o alerta de Marc Edelman (2001), de que os antropólogos frequentemente estudam movimentos progressistas enquanto ignoram os movimentos políticos de direita. Queremos ir além dessa crítica, argumentando que, se os antropólogos estudam movimentos sociais, também devem se perguntar sobre aqueles que optam por não participar – bem como sobre as formas sociais, como a responsabilidade social corporativa, que funcionam como movimentos sociais substitutos, nos quais identidades, lealdades e valores fundamentais são reproduzidos.

Há certa confusão sobre nossa noção de política da resignação. Fomos especialmente influenciados por Thomas Dumm (1998), que argumenta que a resignação nem sempre significa desistência. Pode ser, em si, uma forma de protesto – como no caso de alguém que renuncia a um cargo político por discordar das políticas da instituição. Gostamos dessa leitura agente da resignação e acreditamos que ela se encaixa bem em nossa compreensão da política contemporânea. Também levamos a sério a preocupação de Ribeiro de que um foco na resignação possa reforçar a hegemonia. Aqui, a leitura de Subramanian resume melhor o que pretendíamos: “a resignação é inerentemente instável e pode se tornar a base de uma política transformadora” – sendo a pergunta evidente

que tipo de política ou análise pode tornar isso possível. Apoiamos o argumento de Subramanian de que a resignação deve ser vista como um projeto em constante reelaboração – tanto por parte das corporações quanto de seus críticos – e não como uma conquista ou um fracasso. Esse senso de processo inacabado reflete nossa compreensão da relação dialética entre crítica e resposta corporativa – e, por isso, a necessidade de novas formas de análise sobre corporações e capitalismo.

Peter Benson e Stuart Kirsch

Referências

- ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the state. **Journal of Historical Sociology**, v.1, nº1, p. 58–89, 1988 (1977). [Referência indicada por Ajantha Subramanian].
- ADAM, Barbara. **Timescapes of Modernity: The Environment and Invisible Hazards**. Nova Iorque: Routledge, 1998.
- APPADURAI, Arjun. **The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- APPADURAI, Arjun. **Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- ARCURY, Thomas; QUANDT, Sara. Health and social impacts of tobacco production. **Journal of Agromedicine**, v. 11, nº 3-4, pp. 71-81, 2006.
- BAHRO, Rudolf. **The Alternative in Eastern Europe**. Tradução de David Fernbach. Nova Iorque: NLB, 1978.
- BALLARD, Chris; BANKS, Glenn. Resource wars: The anthropology of mining. **Annual Review of Anthropology**, v. 32, pp. 287-313, 2003.
- BANKS, Glenn; BALLARD, Chris (org.) The Ok Tedi settlement: Issues, outcomes and implications. **Pacific Policy Papers**, nº 27. Canberra: National Centre for

Development Studies and Resource Management in Asia-Pacific, Australian National University, 1997.

BEBBINGTON, Anthony. The new extraction: Rewriting the political ecology of the Andes. **NACLA Report on the Americas**, v. 42, n° 5, pp. 12-20, 2009.

BECK, Ulrich. 1992. **Risk Society: Towards a New Modernity**. Nova Iorque: Sage, 1992.

BENSON, Peter. El campo: Faciality and structural violence in farm labor camps. **Cultural Anthropology**, v. 23, n° 4, pp. 589-629, 2008a.

BENSON, Peter. Good clean tobacco: Philip Morris, biocapitalism, and the social course of stigma in North Carolina. **American Ethnologist**, v. 35, n° 3, pp. 357-379, 2008b.

BENSON, Peter. 2010. Safe cigarettes. **Dialectical Anthropology**, v. 34, n°1, pp. 49-56, 2010.

BENSON, Peter; FISCHER, Edward; THOMAS, Kedron. Resocializing suffering: Neoliberalism, accusation, and the socio political context of Guatemala's new violence. **Latin American Perspectives**, v. 35, n° 5, pp. 38-58, 2008.

94

BENSON, Peter; KIRSCH, Stuart. Corporate oxymorons. **Dialectical Anthropology**, v. 34, n° 1, pp. 45-48, 2010.

BERLANT, Lauren. **The Queen of America Goes to Washington City**. Durham: Duke University Press, 1997.

BIERSACK, Aletta. Red river, green war: The politics of place along the Porgera River. In: BIRSACK, Aletta; GREENBERG, James (orgs.). **Reimagining Political Ecology**. Durham: Duke University Press, 2006, pp. 233-280.

BISPHENOL A ORGANIZATION. **Are the myths about polycarbonate bottles true?** New information supports the safe use of polycarbonate bottles, 2008. Disponível em: <<http://www.bisphenol-a.org/whatsNew/20080205.html>>. Acesso em 28/05/2008.

BLUMENSTYK, Goldie. Mining company involved in environmental disaster now advises sustainability institute at U. of Michigan. **Chronicle of Higher Education**, v. 54, n° 15, 2007.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **The New Spirit of Capitalism**. Tradução de Gregory Elliot. Nova Iorque: Verso, 2005.

- BOURDIEU, Pierre. **The Weight of The World**: Social Suffering in Contemporary Society. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- BOYER, Dominic; YURCHAK, Alexei. Postsocialist studies, cultures of parody and American stio. **Anthropology News**, v. 49, nº 8, pp. 9-10, 2008.
- BRANDT, Alan. **The Cigarette Century**: The Rise, Fall, and Deadly Persistence of the Product that Defined America. Nova Iorque: Basic, 2007.
- BRODEUR, Paul. **Outrageous Misconduct**: The Asbestos Industry on Trial. Nova Iorque: Pantheon, 1985.
- BURAWOY, Michael. The anthropology of industrial work. **Annual Review of Anthropology**, v. 8, pp. 231-266, 1979.
- BURAWOY, Michael; LUKÁCS, János. **The Radiant Past**: Ideology and Reality in Hungary's Road to Capitalism. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- BURKE, Timothy. **Lifebuoy Men, Lux Women**: Commodification, Consumption and Cleanliness in Modern Zimbabwe. Durham: Duke University Press, 1996.
- CARSON, Rachel. **Silent Spring**. Boston: Houghton Mifflin, 1962.
- CHARI, Sharad. **Fraternal Capital**: Peasant-workers, Self-made Men, and Globalization in Provincial India. Stanford, CA: Stanford University Press, 2004.
- CHECKER, Melissa. **Polluted Promises**: Environmental Racism and the Search for Justice in a Southern Town. Nova Iorque: New York University Press, 2005.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Millennial capitalism and the culture of neoliberalism: First notes on a second coming. **Public Culture**, v, 12, nº 2, pp. 291-343, 2000.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Policing culture, cultural policing: Law and social order in postcolonial South Africa. **Law & Social Inquiry**, v. 29, nº 3, pp. 513-545, 2004.
- COOK, Scot. Economic anthropology: Problems in theory, method, and analysis. In: HONIGMANN, John (org.) **Handbook of Social and Cultural Anthropology**. Chicago: Rand McNally, 1982.

- CORONIL, Fernando. Toward a critique of globalcentrism: Speculations on capitalism's nature. **Public Culture**, v. 12 nº 2, pp. 351-374, 2000.
- CORONIL, Fernando. Smelling like a market. **American Historical Review**, v. 106, nº 1, pp. 119-129, 2001.
- COUMANS, Catherine; NETTLETON, Geoffrey. The Philippines: Centuries of mining. In: **Undermining the Forest**. Oxford: The Forest Peoples Programme, 2002, pp. 56-70.
- CROOK, Tony. Transactions in perpetual motion. In: HIRSCH, Erich; STRATHERN, Marilyn (orgs.) **Transactions and Creations: Property Debates and the Stimulus of Melanesia**. Nova Iorque: Berghahn, 2004, pp. 110-131.
- DANIELSON, Luke (org.) **Breaking New Ground: Mining, Minerals and Sustainable Development**. Londres: Earthscan, 2002.
- DANIELSON, Luke. **Architecture for Change: An Account of the Mining, Minerals, and Sustainable Development Project**. Berlin: Global Public Policy Institute, 2006. Disponível em: http://info.worldbank.org/etools/library/view_p.asp?lprogram=107&objectid=238483. Acesso em 15/03/2008.
- DAVIS, Devra. **When Smoke Ran Like Water: Tales of Environmental Deception and the Battle Against Pollution**. Nova Iorque: Basic, 2002.
- DEEGAN, Denise. **Managing Activism: A Guide to Dealing with Activists and Pressure Groups**. Institute of Public Relations PR in Practice Series. Londres: Kogan Page, 2001.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Seán Hand. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.
- DELEUZE, Gilles. **Bergsonism**. Tradução de Hugh Tomlinson and Barbara Habberjam. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990.
- DELEUZE, Gilles. **Difference and Repetition**. Tradução de Paul Patton. Nova Iorque: Columbia University Press, 1995.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Anti-Oedipus**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983.

- DE SOTO, Hernando. **The Mystery of Capital: Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else**. Nova Iorque: Basic, 2003.
- D'SOUZA, Dinesh. **What's so Great about America?** Nova Iorque: Penguin, 2003.
- DUMIT, Joseph. Drugs for life. **Molecular Interventions**, v. 2, pp. 124-127, 2002.
- DUMM, Thomas. Resignation. **Critical Inquiry**, v. 25, nº 1, pp. 56-76, 1998.
- DUNN, Elizabeth. **Privatizing Poland: Baby Food, Big Business, and the Remaking of Labor**. Ithaca: Cornell University Press, 2004.
- ECONOMIST. **Mea copper, mea culpa**: Australia's Broken Hill Proprietary may pull out of New Guinea. 19 Ago. 1999. Disponível em: <<https://www.economist.com/business/1999/08/19/mea-copper-mea-culpa>>. Acesso em 30/06/2025.
- EDELMAN, Marc. Social movements: Changing paradigms and forms of politics. **Annual Review of Anthropology**, v. 31, pp. 469-496, 2001.
- ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995. [Referência indicada por Gustavo Lins Ribeiro]
- FAIRCHILD, Amy; COLGROVE, James. Out of the ashes: the life, death, and rebirth of the "safer" cigarette in the United States. **American Journal of Public Health**, v. 94 nº 2, pp. 192-204, 2004.
- FARMER, Paul. An anthropology of structural violence. **Current Anthropology**, v. 45, nº 3, pp. 303-325, 2004.
- FERGUSON, James. **The Anti-politics Machine: "Development," Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- FERGUSON, James. **Expectations of modernity: Myths and Meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt**. Berkeley: University of California Press, 1999.
- FERGUSON, James. **Global Shadows: Africa in the Neoliberal World Order**. Durham: Duke University Press, 2006.
- FILER, Colin; MACINTYRE, Martha. Grass roots and deep holes: Community responses to mining in Melanesia. **The Contemporary Pacific**, v. 18 nº 2, pp. 215-231, 2006.

- FISCHER, Edward; BENSON, Peter. Something better: Hegemony, resistance and desire in Guatemalan export agriculture. **Social Analysis**, v. 49, nº 1, pp. 3-20, 2005.
- FISCHER, Edward; BENSON, Peter. **Broccoli and Desire: Global Connections and Maya Struggles in Postwar Guatemala**. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- FISHER, Melissa; DOWNEY, Greg. **Frontiers of Capital: Ethnographic Reflections on the New Economy**. Durham: Duke University Press, 2006.
- FORTUN, Kim. **Advocacy after Bhopal: Environmentalism, Disaster, New Global Orders**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.
- FOSTER, Robert. **Coca-globalization: Following Soft Drinks from New York to New Guinea**. Nova Iorque: Palgrave-Macmillan, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Discipline and Punish: The Birth of the Prison**. Tradução de Alan Sheridan. Nova Iorque: Vintage, 1979.
- FOUCAULT, Michel. The subject and power. In: FAUBION (org.) **Power: Essential Works of Foucault**, v. 3. Nova Iorque: New Press, 1994, pp. 326–348.
- FUKUYAMA, Francis. **The End of History and the Last Man**. Nova Iorque: Avon, 1992.
- GARDNER, Martha; BRANDT, Alan. “The doctor’s choice is America’s choice”: The physician in U.S. cigarette advertisements 1930–1953. **American Journal of Public Health**, v. 96 nº 2, pp. 222-232, 2006.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. **The End of Capitalism (as we Knew it): A Feminist Critique of Political Economy**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- GILBERTSON, Brian. Speech to the World Business Council for Sustainable Development/International Institute for Economy Development, Mining, Minerals and Sustainable Development meeting. **World Summit on Sustainable Development, Johannesburg**. Ago. 30, 2002. Disponível em: <<http://www.qni.com.au/bbContentRepository/Presentations/WorldSummit.pdf>>. Acesso em 15/09/2008.
- GIVEL, Michael. FDA legislation. **Tobacco Control**, v. 16, pp. 217-218, 2007.
- GODELIER, Maurice. **Perspectives in Marxist Anthropology**. Tradução de Robert Brain. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

- GUDEMAN, Stephen. **Economics as Culture: Models and Metaphors of Livelihood**. Londres: Routledge, 1986.
- GUNDER FRANK, Andre. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. Nova Iorque: Monthly Review, 1967.
- GUPTA, Akhil. Blurred boundaries: The discourse of corruption, the culture of politics and the imagined state. **American Ethnologist**, v. 22, nº 2, pp. 375-402, 1995. [Referência indicada por Ajantha Subramanian]
- GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Spatializing states: Towards an ethnography of neoliberal governmentality. **American Ethnologist**, v. 29, nº 4, pp. 981-1002, 2002. [Referência indicada por Ajantha Subramanian]
- HALE, Charles. Neoliberal multiculturalism: The remaking of cultural rights and racial dominance in Central America. **PoLAR: Political and Legal Anthropology Review**, v. 28, nº 1, pp. 10-28, 2005.
- HALL, Stuart. The problem of ideology: Marxism without guarantees. **Journal of Communication Inquiry**, v. 10, nº 2, pp. 28-44, 1986.
- HALVAKSZ, Jamon Alex. Whose closure? Appearances, temporality, and mineral extraction in Papua New Guinea. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 14, nº 1, pp. 21-37, 2008.
- HANCE, Billie; CHESS, Caron; SANDMAN, Peter. **Industry Risk Communication Manual: Improving Dialogue with Communities**. Boca Raton: Lewis, 1990.
- HART, Keith. **Money in an Unequal World: Keith Hart and his Memory Bank**. Londres: Profile, 2001.
- HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity: An Inquiry Into the Origins of Cultural Change**. Londres: Wiley-Blackwell, 1992.
- HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HATSUKAMI, Dorothy, HENNINGFIELD, Jack; KOTLYAR, Michael. Harm reduction approaches to reducing tobacco-related mortality. **Annual Review of Public Health**, v. 25, pp. 377-395, 2004.
- HO, Karen. Situating global capitalisms: A view from Wall Street investment banks. **Cultural Anthropology**, v. 20 nº 1, pp. 68-96, 2005.

- HOFFMAN, Andrew. **From Heresy to Dogma: An Institutional History of Corporate Environmentalism**. San Francisco: New Lexington, 1997.
- HSU, Spenser. Davis's bill on tobacco is criticized; Philip Morris stands to benefit, foes say. **Washington Post**, Jun. 22, sec. B, 2001.
- HYNDMAN, David. Ok Tedi: New Guinea's disaster mine. **Ecologist**, v. 18, pp. 24-29, 1988.
- INDA, Jonathan Xavier; ROSALD, Renato (orgs.) **The anthropology of globalization: A reader**. Nova Iorque: Blackwell, 2007.
- INSTITUTE OF MEDICINE. **Clearing the Smoke: Assessing the Science Base for Tobacco Harm Reduction**. Washington: National Academy Press, 2001.
- JACKA, Jerry. Coca-Cola and kolo: Land, ancestors, and development. **Anthropology Today**, v. 17 n° 4, pp. 3-8, 2001.
- JAIN, Sarah Lochlann. "Come up to the Kool taste": African American upward mobility and the semiotics of menthols. **Public Culture**, v. 15, n° 2, pp. 295-322, 2004.
- JAMESON, Frederic. Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism. **New Left Review**, v. 146, p. 53-92, 1984.
- JOHNSTON, Adrian. The cynic's fetish: Slavoj Žižek and the dynamics of belief. **Psychoanalysis, Culture, and Society**, v. 9, n° 3, pp. 259-283, 2004.
- KIRSCH, Stuart. Ok Tedi River a sewer. **Times of Papua New Guinea**, pp. 3, 1989.
- KIRSCH, Stuart. 1995. Social impact of the Ok Tedi mine on the Yonggom villages of the North Fly, 1992. **Research in Melanesia**, 19: 23-102.
- KIRSCH, Stuart. Is Ok Tedi a precedent? Implications of the lawsuit. In: BANKS, Glenn; BALLARD, Chris (orgs.) **The Ok Tedi Settlement: Issues, Outcomes and Implications**. Pacific Policy Papers, n°. 27. Canberra: National Centre for Development Studies and Resource Management in Asia-Pacific, Australian National University, 1997, pp. 118-140.
- KIRSCH, Stuart. Lost worlds: Environmental disaster, "culture loss," and the law. **Current Anthropology**, v. 42, n° 2, pp. 167-198, 2001.
- KIRSCH, Stuart. Anthropology and advocacy: A case study of the campaign against the Ok Tedi mine. **Critique of Anthropology**, v. 22, n° 2, pp. 175-200, 2002.

- KIRSCH, Stuart. **Reverse Anthropology**: Indigenous Analysis of Social and Environmental Relations in New Guinea. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- KIRSCH, Stuart. Indigenous movements and the risks of counter globalization: tracking the campaign against Papua New Guinea's Ok Tedi Mine. **American Ethnologist**, v. 34, nº 2, p. 303-321, 2007.
- KIRSCH, Stuart. Social relations and the green critique of capitalism in Melanesia. **American Anthropologist**, v. 110, nº 3, pp. 288-298, 2008.
- KIRSCH, Stuart. 2010a. Ethnographic representation and the politics of violence in West Papua. **Critique of Anthropology**, 30: 1-20.
- KIRSCH, Stuart. Sustainable mining. **Dialectical Anthropology**, v. 34, nº 1, pp. 87-93, 2010b.
- KLEINMAN, Arthur. DAS, Vena; LOCK, Margaret (orgs.) **Social Suffering**. Berkeley: University of California Press, 1997.
- KLEINMAN, Arthur; WANG, Wen-Zhi; LI, Shi-Chuo; CHENG, Xue-Ming; DAI, Xiu-Ying; LI, Kun-Tun; KLEINMAN, Joan. The social course of epilepsy: Chronic illness as social experience in interior China. **Social Science and Medicine**, v. 40, pp. 1319-1330, 1995.
- LATOUR, Bruno. Why has critique run out of steam? From matters of fact to matters of concern. **Critical Inquiry**, v. 30, nº 2, pp. 225-248, 2004.
- LAYTON, Lyndsey. Studies on chemical in plastics questioned: Congress examines role of industry in regulation. **Washington Post**, Abr. 27, 2008. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/04/26/AR2008042602126.html>>. Acesso em 27/04/2008.
- LAZZARATO, Maurizio. From biopower to biopolitics. **Pli: Warwick Journal of Philosophy**, v. 13, pp. 100-111, 2002.
- LI, Tania. **The Will to Improve**: Governmentality, Development, and the Practice of Politics. Durham: Duke University Press, 2007. [Referência indicada por Ajantha Subramanian].
- LIPUMA, Ed; LEE, Ben. **Financial Derivatives and the Globalization of Risk**. Durham: Duke University Press, 2004.

- MARCUS, George. **Ethnography Through Thick and Thin**. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- MASSUMI, Brian. **A User's Guide to Capitalism and Schizophrenia**: Deviations from Deleuze and Guattari. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.
- MASSUMI, Brian. **Parables for the Virtual**: Movement, Affect, Sensation. Durham: Duke University Press, 2002.
- MAURER, William. **Mutual Life, Limited**: Islamic Banking, Alternative Currencies, Lateral Reason. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- MAZZARELLA, William. **Shoveling Smoke**: Advertising and Globalization in Contemporary India. Durham: Duke University Press, 2003.
- MBEMBE, Achille. The banality of power and the aesthetics of vulgarity in the postcolony. **Public Culture**, v. 4, nº 2, pp. 1-30, 1992. [Referência indicada por Ajantha Subramanian].
- MBEMBE, Achille. **On the Postcolony**. Berkeley: University of California Press, 2001. [Referência indicada por Ajantha Subramanian].
- MCDANIEL, Patricia; MALONE, Ruth. Understanding Philip Morris's pursuit of U.S. government regulation of tobacco. **Tobacco Control**, v. 14, pp. 193-200, 2005.
- MCWILLIAMS, James. **American Pests**: The Losing War on Insects from Colonial Times to DDT. Nova Iorque: Columbia University Press, 2008.
- MICHAELS, David. **Doubt is their Product**: How Industry's Assault on Science Threatens Your Health. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- MILLER, Daniel. **Capitalism**: An Ethnographic Approach. Londres: Berg, 1997.
- MINING JOURNAL. **Fly in Ointment for Ok Tedi?** Dez. 8, 1989. Acesso em 09/07/2007.
- MITCHELL, Timothy. The limits of the state: Beyond statist approaches and their critics. **American Political Science Review**, v. 85 nº 1, pp. 77-96, 1991. [Referência indicada por Ajantha Subramanian].
- MIYAZAKI, Hirokazu. The temporalities of the market. **American Anthropologist**, v. 105, nº 2, pp. 255-265, 2003.

- MONTOPOLI, Brian. Tobacco bill's big winner: Philip Morris? **CBS News**, Jun. 11, 2009. Disponível em: < <https://www.cbsnews.com/news/tobacco-bills-big-winner-philip-morris/> >. (Acesso em 30/06/ 2025).
- MOODY, Roger. **Rocks and Hard Places: The Globalization of Mining**. Nova Iorque: Zed, 2007.
- NADER, Laura. Up the anthropologist: Perspectives gained from studying up. In: HYMES, Dell (org.) **Reinventing Anthropology**. Nova Iorque: Pantheon, 1969, pp. 285–311.
- NADER, Laura. Controlling processes: Tracing the dynamic components of power. **Current Anthropology**, v. 38, nº 5, pp. 711-738, 1997.
- NADER, Ralph. BHP still stained by Ok Tedi runoff. **Australian Financial Review**, Set. 24, pp. 19, 1996.
- NASH, June. **We Eat the Mines and the Mines Eat Us: Dependency and Exploitation in Bolivian Tin Mines**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1979.
- NICHTER, Mark. Coming to our senses: Appreciating the sensorial in medical anthropology. **Transcultural Psychiatry**, v. 45, nº 2, pp. 163-197, 2008.
- NUGENT, David. **Modernity at the Edge of Empire: State, Individual and Nation in the Northern Peruvian Andes, 1885–1935**. Stanford: Stanford University Press, 1997. [Referência indicada por Ajantha Subramanian].
- NUGENT, Stephen. Some reflections on anthropological structural Marxism. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 13, nº 2, pp. 419-431, 2007.
- OFFOR SHARP. **Homepage**. Disponível em: <<http://www.offorsharp.com.au>>. Acesso em 17/07/2008.
- ONG, Aihwa. **Spirits of Resistance and Capitalist Discipline**. Albany: State University of New York Press, 1987.
- ONG, Aihwa. **Flexible Citizenship: The Cultural Logics of Transnationality**. Durham: Duke University Press, 1998.
- ONG, Aihwa. **Buddha is Hiding: Refugees, Citizenship, the New America**. Berkeley: University of California Press, 2003.

- ONG, Aihwa. **Neoliberalism as Exception: Mutations in Citizenship and Sovereignty**. Durham: Duke University Press, 2006.
- ORTNER, Sherry. Theory in anthropology since the Sixties. **Comparative Studies in Society and History**, v. 26, nº 1, pp. 126-166, 1984.
- ORTNER, Sherry. Subjectivity and cultural critique. **Anthropological Theory**, v. 5, nº 1, pp. 31-52, 2005.
- OTML [Ok Tedi Mining, Ltd.]. **MineWaste Management Status Report**. Media release. 4 de jun., 1999.
- OTML [Ok Tedi Mining, Ltd.]. **CMCA Environmental Predictions Update**. Tabubil, Papua New Guinea: OTML, 2005.
- PETRYNA, Adriana. Ethical variability: Drug development and globalizing clinical trials. **American Ethnologist**, v. 32, nº 2, pp. 183-197, 2005.
- PETRYNA, Adriana. Experimentality: On the global mobility and regulation of human subjects research. **PoLAR: Political and Legal Anthropology Review**, v. 30, nº 2, pp. 288-304, 2007.
- PHILIP MORRIS USA. **Good agricultural practices**, 2008. Disponível em: <http://www.philipmorrisusa.com/en/our_initiatives/business_partners/tobacco_farmer_partnering/good_agricultural_practices.asp>. Acesso em fev. 2008.
- PIERCE, John. Harm reduction or harm maintenance? **Nicotine and Tobacco Research**, v. 4, pp. S53-S54, 2002.
- PIETZ, William. The fetish of civilization: Sacrificial blood and monetary debt. In: PELS, Peter; SALEMINK, Oscar (orgs.) **Colonial Subjects: Essays on the Practical History of Anthropology**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999, pp. 53-81.
- POLANY, Karl. The economy as instituted process. In: LECLAIR, Edward; SCHNEIDER, Harold (orgs.) **Economic Anthropology**. Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston, 1968.
- POLLAY, Richard; DEWHIRST, Timothy. The dark side of marketing seemingly “light” cigarettes: Successful images and failed fact. **Tobacco Control**, v. 11, pp. 18-31, 2002.
- POST COURIER. Closing all mines good for us: expert. **Post Courier of Papua New Guinea**, Set. 20-22, 2002.

- POWER, Michael. **The Audit Society: Rituals of Verification**. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- PROCTOR, Robert. **Cancer Sars: How Politics Shapes What We Know and Don't Know about Cancer**. Nova Iorque: Basic, 1996.
- PROCTOR, Robert. Tobacco and the global lung cancer epidemic. **Nature Reviews Cancer**, v. 1, nº 1, pp. 82-86, 2001.
- RABINOW, Paul. **Essays on the Anthropology of Reason**. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. **Transnational Capitalism and Hydropolitics in Argentina**. Gainesville: University Press of Florida, 1994. [Referência indicada por Gustavo Lins Ribeiro].
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Diversidad étnica en el planeta banco: Cosmopolitismo y transnacionalismo en el Banco Mundial. **Nueva Sociedad**, v. 178, pp. 70–88, 2002. [Referência indicada por Gustavo Lins Ribeiro].
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Non-hegemonic globalizations: Alter-native transnational processes and agents. **Anthropological Theory**, v. 9, nº 3, pp. 297-329, 2009. [Referência indicada por Gustavo Lins Ribeiro].
- RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo (orgs.) **World Anthropologies: Disciplinary Transformations Within Systems of Power**. Oxford: Berg, 2006. [Referência indicada por Gustavo Lins Ribeiro].
- ROFEL, Lisa. **Desiring China: Experiments in Neoliberalism, Sexuality, and Public Culture**. Durham: Duke University Press, 2007. [Referência indicada por Gustavo Lins Ribeiro].
- ROSEBERRY, William. Marx and anthropology. **Annual Review of Anthropology**, v. 26, nº pp. 25-46, 1997.
- SAUL, Stephanie. Bill to regulate tobacco as a drug is approved by a House committee. **New York Times**, 3 de abr., 2008.
- SAWYER, Suzana. **Crude Chronicles: Indians, Multinational Oil, and Neoliberalism in Ecuador**. Durham: Duke University Press, 2004.

- SCHEPER-HUGHES, Nancy. **Death Without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil**. Berkeley: University of California Press, 1992.
- SCHUDSON, Michael. **Advertising, the Uneasy Persuasion: Its Dubious Impact on American Society**. Nova Iorque: Basic, 1986.
- SCOTT, James. **Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts**. New Haven: Yale University Press, 1992.
- SCOTT, James. **Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed**. New Haven: Yale University Press, 1998.
- SEN, Amartya. **Development as Freedom**. Nova Iorque: Knopf, 2001.
- SHIFFMAN, Saul; GITCHELL, Joe; WARNER, Kenneth; SLADE, John, HENNINGFIELD, Jack; PINNEY, John. Tobacco harm reduction: Conceptual structure and nomenclature for analysis and research. **Nicotine and Tobacco Research**, v. 4, pp. S113–S129, 2002.
- SHINER, Larry. Reading Foucault: Anti-method and the genealogy of power-knowledge. **History and Theory**, v. 21, nº 3, pp. 382-398, 1982.
- SIEGEL, Michael. Food and Drug Administration regulation of tobacco: Snatching defeat from the jaws of victory. **Tobacco Control**, v. 13, pp. 439-441, 2004.
- SINGER, Merrill. **The Face of Structural Violence: Life History of a Street Drug Addict**. Prospect Heights: Waveland, 2006.
- SINGER, Merrill; BAER, Hans. **Killer Commodities: Public Health and the Corporate Production of Harm**. Lanham: AltaMira, 2009.
- SLOTERDIJK, Peter. **Critique of Cynical Reason**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983.
- SMITH, Elizabeth; MALONE, Ruth. Altria means tobacco: Philip Morris's identity crisis. **American Journal of Public Health**, v. 93, pp. 553-556, 2003a.
- SMITH, Elizabeth; MALONE, Ruth. Thinking the “unthinkable”: Why Philip Morris considered quitting. **Tobacco Control**, v. 12, pp. 208-213, 2003b.
- SMITH, Jessica. **Putting kinship to work: Gender and relatedness in a Wyoming coal mining community**. Dissertação (Doctor of Philosophy) University of Michigan, Ann Arbor, 2009.

- SPETH, James Gustave. **The Bridge at the Edge of the World: Capitalism, the Environment, and Crossing from Crisis to Sustainability.** New Haven, CT: Yale University Press, 2008.
- STEWART, Kathleen. **Ordinary Affects.** Durham: Duke University Press, 2007.
- STRATHERN, Marilyn (org.) **Audit Cultures: Anthropological Studies in Accountability, Ethics and the Academy.** Nova Iorque: Routledge, 2002.
- STRIFFLER, Steve. **In the Shadows of State and Capital: The United Fruit Company, Popular Struggle, and Agrarian Restructuring in Ecuador, 1900–1995.** Durham: Duke University Press, 2002. [Referência indicada por Ajantha Subramanian].
- STRIFFLER, Steve. **Chicken: The Dangerous Transformation of America's Favorite Food.** New Haven: Yale University Press, 2005. [Referência indicada por Ajantha Subramanian].
- SUNDER RAJAN, Kaushik. **Biocapital: The Constitution of Postgenomic Life.** Durham: Duke University Press, 2006.
- SZABLOWSKI, David. **Transnational Law and Local Struggles: Mining, Communities and the World Bank.** Hart Monographs in Transnational and International Law. Oxford: Hart, 2007.
- TERRAY, Emmanuel. **Marxism and "Primitive" Societies.** Tradução de Mary Klopfer. Nova Iorque: Monthly Review, 1972.
- TOWNSEND, William. Giving away the river: Environmental issues in the construction of the Ok Tedi mine, 1981–84. In: PERNETTA, John (org.) **Potential Impacts of Mining on the Fly River.** UNEP Regional Seas Reports and Studies, nº 99, e SPREP (South Pacific Regional Environment Programme), nº 33. Nairobi: United Nations Environment Programme, 1988, pp. 107-119.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. Anthropology and the savage slot: The poetics and politics of otherness. In: FOX, Richard (org.) **Recapturing Anthropology: Working in the Present.** Santa Fe, NM: School of American Research, 1991, pp. 18-44.
- WALL STREET JOURNAL. **Washington's marlboro men: Congress loves big tobacco enough to regulate it.** Jun. 13, 2009. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB124484664398811283.html>>.

- WALLERSTEIN, Emmanuel. **The Modern World System**. Nova Iorque: Academic Press, 1976.
- WARREN, Christian. **Brush with Death: A Social History of Lead Poisoning**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- WATSON, James (org.) **Golden Arches East: McDonald's in East Asia**. 2nd edition. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- WEINER, James; RUMSEY, Alan. **Mining and Indigenous Lifeworlds in Australia and Papua New Guinea**. Oxford: Sean Kingston, 2004.
- WELKER, Marina. "Corporate security begins in the community": Mining, the corporate responsibility industry, and environmental advocacy in Indonesia. **Cultural Anthropology**, v. 24 n° 1, pp. 142-179, 2009.
- WHITE, Larry. **Merchants of Death: The American Tobacco Industry**. Nova Iorque: William Morrow, 1988.
- WILK, Richard. **Economies and Cultures: Foundations of Economic Anthropology**. 2.ed. Boulder: Westview, 2007.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxism and Literature**. Oxford: Oxford University Press, 1977.
- WOLF, Eric. **Europe and the People Without History**. Berkeley: University of California Press, 1982.
- WORLD BANK. **Ok Tedi Mining, Ltd.:** Mine waste management project risk assessment and supporting documents, 2000. Disponível em: <<http://www.abc.net.au/4corners/content/2000/worldbankreview.doc>>. Acesso em fev. 2007.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO report on the global tobacco epidemic, 2008: The MPOWER package**. Geneva: World Health Organization, 2008.
- YANAGISAKO, Sylvia Junko. **Producing Culture and Capital: Family Firms in Italy**. Berkeley: University of California Press, 2002.
- YURCHAK, Alexei. Soviet hegemony of form: Everything was forever until it was no more. **Comparative Studies in Society and History**, v. 45, n° 3, pp. 480-510, 2003.
- ZAKARIA, Fareed. **The Post-American World**. Nova Iorque: Norton, 2008.

ZALOOM, Caitlin. Ambiguous numbers: Trading technologies and interpretation in financial markets. **American Ethnologist**, v. 30, nº2, pp. 258-272, 2003.

ŽIŽEK, Slavoj. **The Sublime Object of Ideology**. Londres: Verso, 1989.

ŽIŽEK, Slavoj. **Organs Without Bodies: On Deleuze and Consequences**. Londres: Routledge, 2003.

ŽIŽEK, Slavoj. **The Parallax View**. Cambridge: MIT Press, 2006.

Peter Benson é Ph.D. em Antropologia Social na Universidade de Harvard, Cambridge, MA/EUA. Professor e Chefe do Departamento de Antropologia da Universidade de Delaware. É autor dos livros: *Stuck Moving: Or, How I Learned to Love (and Lament) Anthropology* (University of California Press, 2023), *Tobacco Capitalism: Growers, Migrant Workers, and the Changing Face of a Global Industry* (Princeton University Press, 2012) e *Broccoli and Desire: Global Connections and Maya Struggles in Postwar Guatemala*, em co-autoria com Edward F. Fischer (Stanford University Press, 2006). **Email:** pbenson@udel.edu

109

Stuart Kirsch é PhD em antropologia pela University of Pennsylvania/EUA. Professor Titular Roy A. Rappaport de Antropologia na Universidade de Michigan. É autor dos livros *Reverse Anthropology: Indigenous Analysis of Social and Environmental Relations in New Guinea* (Stanford University Press, 2006), *Mining Capitalism: The Relationship between Corporations and their Critics* (University of California Press, 2014) e *Engaged Anthropology: Politics beyond the Text* (University of California Press, 2018). **Email:** skirsch@umich.edu

Artigo enviado em 19/03/2025 e aprovado em 13/06/2025.

Artigo

Gerencialismo Ambiental: Uma face da ambientalização corporativa analisada por meio de práticas ESG

Thiago Roniere Rebouças Tavares

Resumo

110

O objetivo deste trabalho é compreender em que medida as transformações das formas de funcionamento das políticas e tecnologias do *gerencialismo* produziram mudanças profundas no modo de relacionamento que setores corporativos e estatais possuem com a questão ambiental, bem como seus rebatimentos sócio-espaciais e econômicos. Aquilo que chamamos de gerencialismo ambiental se refere às estratégias e táticas, na contemporaneidade, de captura e subordinação das discussões e práticas sobre a natureza – e sua transfiguração – sob as intencionalidades do mercado, por meio de exercícios e técnicas escrupulosamente treinadas para seu controle e instrumentalização, ou, também, de seu escamoteamento. O gerencialismo ambiental trata da configuração que o modelo privado de gerenciar a empresa capitalista assume, ao incorporar a questão ambiental. Esta irá interferir e produzir formas políticas – bem como “políticas públicas” – de administração e comando, competentes e necessárias para a sua intromissão em um objeto tão amplo e diverso. Em nosso caso, vamos focar nas práticas anotadas na cartilha ESG de uma grande empresa siderúrgica. Para realização deste trabalho fizemos um levantamento bibliográfico sobre autores que estudaram formatos e artifícios gerenciais. Nosso levantamento incluiu publicações nacionais e internacionais, e por uma viabilidade operacional, considerou parte da literatura mais crítica sobre este fenômeno. Também nos debruçamos sobre relatórios e dados secundários produzidos por instituições públicas e privadas para compreender de forma qualitativa a aplicação e os rebatimentos da cartilha ESG, albergadas pela empresa Ternium Brasil e seus interesses.

Palavras-chave: ESG; Gerencialismo; Ambientalização; Gerencialismo Ambiental; Financeirização; Ternium.

Environmental Managerialism: A dimension of corporate environmentalization analyzed through ESG practices

Abstract

This study will examine to what extent the transformations in the functioning of managerial policies and technologies induce changes in the relationship between corporate and state sectors regarding environmental issues, as well as the social, spatial, and economic repercussions. Environmental managerialism discusses the strategies and tactics of capturing and subordinating discussions and practices about nature – and its transformations – to market intentions, through trained exercises and techniques for its control and instrumentalization, or also, its concealment. Environmental managerialism addresses the configuration that a private model of managing the capitalist enterprise takes when incorporating environmental issues. This will interfere with and produce political forms – as well as "public policies" – of administration and command, competent and necessary for its intrusion into such a broad and diverse object. The text will discuss the practices of the ESG guidelines of a large steel company. To achieve the objectives of the paper, we conducted a literature review on authors who studied managerial formats and devices. We covered national and international publications, considering part of the critical literature on this subject. We researched reports and secondary data produced by public and private institutions. We qualitatively understood the application and repercussions of the ESG guidelines implemented by the company Ternium Brasil.

111

Key words: ESG; Managerialism; Environmentalization; Environmental Managerialism; Financialization; Ternium.

Gestión Ambiental: Un aspecto de la ambientalización de corporativa analizada por las prácticas ESG

Resumen

El objetivo de este artículo es comprender hasta qué punto las transformaciones en el funcionamiento de las políticas y tecnologías gerenciales han producido cambios tan profundos en la forma en que los sectores corporativo y estatal se relacionan con las cuestiones ambientales, así como en sus repercusiones socioespaciales y económicas. Lo que denominamos gerencialismo ambiental se refiere a las estrategias y tácticas para capturar y subordinar las discusiones y prácticas sobre la naturaleza – y su transfiguración – a las intenciones del mercado, mediante ejercicios y técnicas cuidadosamente entrenadas para su control e instrumentalización, o incluso su ocultación. El gerencialismo ambiental aborda la configuración que asume un modelo privado de gestión de una empresa capitalista al incorporar la cuestión ambiental. Esto interferirá y producirá formas políticas – así como “políticas públicas” – de administración y

mando, competentes y necesarias para su injerencia en un objeto tan amplio y diverso. En nuestro caso, nos centraremos en las prácticas señaladas en el manual ESG de una gran empresa siderúrgica. Para llevar a cabo este trabajo, realizamos una revisión bibliográfica de autores que estudiaron los formatos y artificios de gestión. Nuestra encuesta incluyó publicaciones nacionales e internacionales y, para su viabilidad operativa, consideramos parte de la literatura más crítica sobre este fenómeno. También analizamos informes y datos secundarios elaborados por instituciones públicas y privadas para comprender cualitativamente la aplicación y las repercusiones de la guía ESG, gestionada por la empresa Ternium Brasil y sus intereses.

Palabras claves: ESG; Gerencialismo; Ambientalización; Gerencialismo Ambiental; Financiarización; Ternium.

Introdução

"Se a natureza fosse um banco, já teria sido salva."
Eduardo Galeano – *Os filhos dos dias* (2012)

Durante a realização de um Trabalho de Campo,¹ tive a oportunidade de visitar parte do setor produtivo, administrativo e portuário da usina siderúrgica Ternium Brasil, localizada nas margens da Baía de Sepetiba-RJ, extremo oeste carioca. Na ocasião, para fazer o traslado entre o setor produtivo e o porto, o ônibus percorreu aquela que é considerada a segunda maior ponte do Brasil, com 3,825 km de extensão, ficando atrás apenas da *Ponte Rio-Niterói*. A ponte da usina, em que toneladas de placas de aço semiacabadas são transportadas para os navios atracados no porto, está sob mais de 160 hectares de mangue² geridos pela empresa. O consultor ambiental da siderúrgica que nos guiava, neste momento do trajeto, ao apontar para cercas de arame cortadas que podiam ser observadas, dispara: *fazemos de tudo pra proteger o mangue, mas os moradores insistem em entrar para coletar madeira aqui dentro*.³

¹ Trabalho realizado em 12 de setembro de 2019, juntamente com alunos do curso de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e uma professora da Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos de Goytacazes).

² Correspondente a mais de 224 campos de futebol.

³ Entrevista realizada com consultor ambiental, que terá sua identidade mantida em anonimato.

A fala do consultor é apenas mais uma das frases tão comuns entre os representantes corporativos, que ilustram como este setor lida com aquilo que se alberga sobre a “*área ambiental*”, o “*meio-ambiente*”⁴, etc. Noções que se estabelecem sem constrangimentos e se tornam tão banais, que a inversão de papéis, entre uma empresa reconhecidamente poluidora e moradores afetados por seus danos, passa a ser assimilada, não somente sem questionamentos, mas sem perceber seus interesses, origens, e maiores rebatimentos. Termos presentes na frase, como “*proteção*” – do mangue –, bem como tantos outros, a exemplo de *conservação*, *sustentabilidade ambiental*, combinados com *planejamento*, *gestão*, *administração*... podem nos ajudar a compreender toda uma imbricação entre certas concepções de correntes ambientalistas, suas propostas, abordagens e modelos de gerenciar a “*natureza*”.

O objetivo deste trabalho é compreender em que medida as transformações das formas de funcionamento das políticas e tecnologias do *gerencialismo* produziram mudanças tão profundas no modo de relacionamento que setores corporativos e estatais possuem com a questão ambiental, bem como seus rebatimentos sócio-espaciais e econômicos. Para isso, chamamos de *gerencialismo ambiental* as estratégias e táticas visando a instrumentalização da natureza, por diferentes caminhos, na contemporaneidade. Em nosso caso, vamos focar nas práticas anotadas na cartilha ESG de uma grande empresa siderúrgica, sobretudo nas atividades voltadas para construção das relações entre usina e comunidade, sob o ponto de vista da empresa, e de sua perspectiva educaci-

⁴ Para ilustrar os rebatimentos possíveis do uso de alguns destes termos, corroboramos com Souza (2019; 2020; 2022) ao apresentar seus usos limitantes, como é o caso do “*meio-ambiente*”, por exemplo. Segundo este autor: “O que é, todavia, o *ambiente*? Se o entendermos como “*meio ambiente*”, o esvaziaremos de seu conteúdo social. Isso porque, na tradição semântica das línguas neolatinas ibéricas, o “*meio ambiente*” (e seus equivalentes em castelhano, catalão e galego) é usualmente tomado como sinônimo de “*ambiente natural*” (o *natural environment* dos anglófonos). Em outras palavras, a sociedade é vista como algo exterior ao ambiente (ao passo que o ambiente, de sua parte, é encarado como algo que meramente “*envolve*” a sociedade); na melhor das hipóteses, a sociedade é tida como um fator entre outros, um abstrato “*fator antrópico*” – sem que se enxerguem contradições sociais, assimetrias estruturais, classes e frações de classe, clivagens raciais e de gênero, e por aí vai. Claro está que essa acepção, lamentavelmente hegemônica, é demasiado restritiva. Para contornar essa leitura mutiladora, há quem anteponha o prefixo “*socio*” ao adjetivo “*ambiental*” em algumas circunstâncias (impactos “*socioambientais*”, conflitos “*socioambientais*” etc.). Não chega a ser uma aberração, pois se compreende a louvável intenção; o resultado, porém, não deixa de ser o de incorrer em uma redundância. O remédio empregado é um paliativo que, ao fim e ao cabo, contribui para o agravamento da doença” (Souza, 2022, p.3).

onal. A empresa, objeto de análise, é a mesma que ilustra a abertura deste texto, na ocasião do trabalho de campo. Acerca deste objeto de estudo, também nos debruçaremos sobre as estratégias de financeirização que ocorrem simultaneamente à “preocupação” por parte do setor corporativo com a “sustentabilidade”.

Partimos da hipótese que algo têm mudado na forma de relacionamento entre os empreendimentos e os sujeitos coletivos afetados por seus impactos. A mudança, nos parece, ocorre pelos termos definidos pela empresa privada. Mas não é algo tão simplório. É algo com raízes históricas e que se desenvolve com objetivo de anular as críticas, interditar o debate e desmobilizar conflitos, pelo acionamento de ferramentas que antecipem contestações, resignificando entendimentos sobre o *ambiente*, por exemplo.

Lançamos mão do uso de termos não tão comuns, e que soam estranhos quando associados à discussão ambiental. Não sabemos se, talvez por um “esquecimento acadêmico”, por uma “prisão disciplinar”, ser ofuscado por outras categorias consagradas, ou outro motivo que seja, o *gerencialismo* é um termo não utilizado para estudar a questão que nos propomos, tratada como uma das faces da *ambientalização do setor corporativo*, sobretudo na ciência geográfica. Como poderá ser visto, empregamos ele para tratar de técnicas e de uma ideologia que parecem convir bem à *sustentabilidade* dos negócios, sobretudo pela aplicação da agenda ESG. Tragtenberg (2005[1980]), tocando na construção histórica e no desenvolvimento daquilo que ficou conhecido como *management*, já alertava que seus procedimentos e fins passavam pelo escamoteamento de conflitos, justificadas pela neutralidade das técnicas de gerir as empresas. Caminharemos por este trajeto de forma sucinta, para alcançar os objetivos de nosso trabalho.

Para realização deste texto fizemos um levantamento bibliográfico sobre autores que estudaram formatos e artifícios gerenciais. Neste processo, observamos uma menor quantidade de trabalhos voltados a concatenar este assunto com a questão ambiental, bem como o papel estratégico exercido por seus instrumentos e técnicas. Nosso levantamento incluiu publicações nacionais e internacionais, e por uma viabilidade operacional, considerou parte da literatura mais crítica sobre este fenômeno. Para fugir de algu-

mas fragilidades que nossa temática poderia nos proporcionar, também nos debruçamos sobre relatórios e dados secundários produzidos por instituições públicas e privadas para compreender de forma qualitativa a aplicação e os rebatimentos da cartilha ESG, albergadas pela empresa Ternium Brasil e seus interesses.

Estruturamos nosso texto em três seções. Na primeira, intitulada *Gerencialismo Ambiental: uma proposta “de cima” para atuar sobre a crise ambiental*, apresentamos a definição de Gerencialismo Ambiental, bem como o caminho percorrido para chegar nessa categoria. A segunda seção, sob o título *ESG: salvando o capitalismo do capitalismo*, apresenta as origens e objetivos da ESG, enfatizando alguns dos seus principais agentes, seus apelos, interesses, e entendimento sobre a sustentabilidade. Na terceira seção, nomeada por *ESG: a medianeira do gerencialismo ambiental praticado pela Ternium Brasil*, destacamos o papel da empresa, que é nosso objeto de análise, para fundamentar as hipóteses do trabalho. Logo após, apresentamos nossas considerações finais, com subtítulo de *O greenwashing do capitalismo*.

1. Gerencialismo Ambiental: Uma proposta “de cima” para atuar sobre a crise ambiental

Aquilo que estamos chamando de *gerencialismo ambiental* não é somente mais um termo, tal qual outros utilizados desde os anos 1970, quando o debate ambiental é inserido com mais ênfase em espaços institucionais, ou mesmo outra expressão tão presentemente observada no senso comum, à semelhança de “proteção ambiental”, “desenvolvimento sustentável”, “ambientalmente sustentável”, entre outras. Suas origens podem ser circunscritas ao que foi denominada de *ambientalização corporativa*, vista como fruto de um processo histórico em que os grupos empresariais demonstram maior “preocupação” com as questões ambientais, desde a eficiência produtiva, de marca e legitimidade no mercado e na sociedade, bem como a criação de selos de qualidade, entre

outras normatizações que legitimam a empresa privada (Leite Lopes, 2004; Acselrad, 2010). Não obstante, outras ações e elementos dessa ambientalização podem ser notadas atualizando esse processo.

Inscrita no meio empresarial, mas não se restringindo a ele, o gerencialismo ambiental se refere às estratégias e táticas de captura e subordinação das discussões e práticas sobre a natureza – e sua transfiguração – sob as intencionalidades do mercado, por meio de exercícios e técnicas escrupulosamente treinadas para seu controle e instrumentalização, ou, também, de seu escamoteamento. O gerencialismo ambiental trata da configuração que o modelo privado de gerenciar a empresa capitalista assume, ao incorporar a questão ambiental. Esta irá interferir e produzir formas políticas – bem como “políticas públicas” – de administração e comando, competentes e necessárias para a sua intromissão em um objeto tão amplo e diverso.

Esse “envolvimento ambiental” se dá, sobretudo, pelo entendimento que esta questão pode ser geradora de conflitos suficientemente fortes e intensos para prejudicar seus negócios – empreendimentos, comércios e finanças – mas não somente por isso. Esta questão também pode ser vista como potencialmente capaz de produzir retornos econômicos desde que “bem gerenciada”; para isso, a inversão do lugar que empreendimentos ocupariam na sociedade deveriam ser modificados, por exemplo, de poluidores para protagonistas na defesa de causas (sócio)ambientais, por meio de projetos que comprovassem sua coexistência harmônica com comunidades direta e indiretamente afetadas, mediante iniciativas devotadas e benevolentes, auxiliadas por um forte apelo publicitário.

O gerencialismo ambiental é um esforço para nomear a inclusão de temas que versam sobre a *natureza no gerencialismo*.⁵ Esta é uma categoria mais abrangente, com diferentes definições e formatos gerenciais que partem do setor administrativo da empresa

⁵ A origem do termo “gerencialismo” é datada de 1940, presente no livro *The Managerial Revolution*, de autoria do filósofo estadunidense James Burnham. Assim como foi sua trajetória filosófica, passando do marxismo de base trotskista, de quem foi grande amigo, para intelectual da direita estadunidense, liderando o movimento conservador americano, em seu livro, Burnham assume as críticas de Marx ao capitalismo, mas discorda ao pensar o modelo de sociedade que a substituiria. No lugar do socialismo, Burnham defende uma sociedade gerencialista.

privada, mas que adentram na administração pública, podendo ser identificado, em alguns casos, um hibridismo no que diz respeito a criação, organização e condução de monitoramentos, bem como ao fazimento de legislações.

A inserção do modelo gerencialista da empresa privada na esfera estatal é destacada por diferentes autores. Segundo Klikauer (2013), a origem desse ingresso pode ser ilustrada pela seguinte fórmula: *Gestão + Ideologia + Expansão = Gerencialismo*. A ideologia nessa elaboração cumpre o papel de escamotear seu conteúdo de classe, por meio do entendimento difuso sobre as origens, as formas, e do exercício de administrar. Já a expansão seria o “impulso necessário para expandir as técnicas gerenciais muito além dos domínios das organizações gerenciais, disseminando o gerencialismo para as esferas econômica, social, cultural e política mais amplas” (Chauvière and Mick, 2013, p.139, apud Klikauer, 2013, p. 3).⁶

Contudo, antes de apresentar melhor algumas marcações históricas e alguns dos rebatimentos do gerencialismo, vale alertar para distinção do que poderia equivocadamente ser chamada de *gestão*, e que, em nosso caso, poderia ser confundindo com a *gestão ambiental*. *Gestão* é um conceito que Souza (2001 [2011]) ao diferenciá-lo da noção de *planejamento*⁷, indica que o significado de *gerir* é “[...] administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas” (p. 46). O autor continua nos informando que esta administração se refere ao tempo “[...] do presente com a ajuda da vontade e da criatividade e, também, em face dos condicionamentos herdados do passado” (p. 54). Densamente discutida em seu livro *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*, *gestão* e *planejamento*, para o autor, não seriam necessariamente expressões vinculadas a único mo-

⁶ No original: “Its third ingredient is its drive to expand managerial techniques far beyond the realms of managerial organizations, spreading managerialism into the wider economic, social, cultural, and political sphere” (Chauvière; Mick, 2013, p. 139, apud Klikauer, 2013, p. 3).

⁷ Souza apresenta a definição de *Planejamento* enquanto algo que remete ao futuro. Em suas palavras, planejar “significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios” (Souza (2001[2011], p. 46).

delo de regime social. Com essa ressalva, vale esclarecer que a *gestão* que nosso corte analítico se debruça, e se diferencia do gerencialismo, diz respeito a *gerência* da empresa privada.

Em busca de nomear o *choque* (Klein, 2008) que provocou diferentes transformações culturais e políticas observadas inicialmente na ditadura chilena de Pinochet nos anos de 1970, mas que depois se efetiva na Grã-Bretanha de Margaret Thatcher e nos EUA por Reagan, alguns autores denominaram de *Estado gerencial* a influência da teoria gerencialista sobre os Estados nacionais. Nos termos delimitados e fundamentados por Newman *et al.*,

Falamos a respeito de um estado *gerencial* porque queríamos localizar o gerencialismo como uma formação cultural e um conjunto distinto de ideologias e práticas que formavam um dos sustentáculos do novo acordo político que vimos emergindo. O período thatcheriano, sustentado por uma mistura instável de ideologia neoconservadora e teoria econômica hayekiana, pode ser encarado como uma resposta ao que era comumente compreendido como uma crise econômica e política: a combinação de recessão econômica e exaustão de um governo trabalhista prévio. Esta combinação era vista como dismantelando o acordo político-econômico anterior entre capital e trabalho que tinha sido institucionalizado no estado de bem-estar keynesiano (Newman *et al.*, 2012, p. 355)

Este Estado gerencial, que possui como algumas de suas finalidades aumentar a poder do setor privado sobre a administração pública, desde o *lobby* sobre projetos, a influência sobre políticos e a criação de leis, a redução ou fim do pagamento de impostos pelo setor privado, entre outras ingerências, foram caracterizadas por muitos autores como aspectos do regime neoliberal. No caso do Estado brasileiro, embora possa haver contestações, um marco é a reforma promovida pelo economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, que no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso – período entre 1995 a 2003 –, promoveu a modernização da máquina pública por meio da transformação do modelo administrativo, calcado sobre a justificativa de tornar o estado mais enxuto, competitivo e eficiente.

As transformações na administração estatal neste período foram também chamadas de “Nova Gestão Pública”⁸, e tratavam de mudar a rotina do serviço público a partir de uma nova cultura organizacional, em que os cidadãos seriam tratados enquanto clientes, tal qual empresas privadas tratam seus consumidores. A justificativa para aplicação desta forma de gerir parte do entendimento que o foco da administração deve girar em torno dos resultados obtidos por meio de uma série de procedimentos. A referência seria a noção difundida no meio administrativo sob o termo *accountability* (Souza, 2016).

Tais procedimentos estão difundidos em nosso cotidiano e podem ser observados em diferentes esferas de “relacionamento”, como a avaliação de atendimentos no setor privado, realizados em lojas, farmácias, mas também em repartições públicas, efetivados na classificação da assistência prestada pelos servidores, com objetivo de mensurar a satisfação dos usuários (Souza, 2016). Na atualidade, diferentes instrumentos são categorizados sob o rótulo de inovadores, quando servem para o aprimoramento do desempenho da empresa, que podem ir desde as chamadas *plataformas colaborativas*, até da chamada *economia comportamental* (behavioral economics) e suas práticas.

Para tratar a relação entre gerencialismo e neoliberalismo, Misoczky (2017) parte da definição de que o gerencialismo se constitui enquanto uma racionalidade que “justifica e propõe a reprodução da lógica de mercado em todas as dimensões da vida associada, operando como uma matriz teórico-ideológica subsidiária do neoliberalismo, com uma função organizadora das práticas sob a égide do mercado” (p. 187).

A interpretação de Misoczky, que coloca o gerencialismo como um tipo de extensão do neoliberalismo não é algo pacífico entre pesquisadores da área. Ao contrário disso, tensões interpretativas podem ser vistas, sobretudo pelo entendimento do que é o neoliberalismo, do que se ocupa, e como isso o diferenciaria do gerencialismo. Klikauer (2013), por exemplo, vai compreender o gerencialismo enquanto um programa com objetivos definidos, voltados à transferência da sua ideologia – reacionária – desenvolvida na empresa privada para a sociedade como um todo. Este processo, segundo seus ter-

⁸ Conhecida internacionalmente como *New Public Management* (NPM).

mos, se daria pela colonização de instituições sociais, pois seu objetivo final é promover a gestão do capitalismo e da sociedade à sua imagem, guiadas por técnicas de gestão. Em sua avaliação, o neoliberalismo trataria da economia e da política; o gerencialismo, de sua parte, estaria ocupado principalmente das corporações e sua gestão e da função de ambas dentro do que seria chamado de *capitalismo gerencial*. Estas diferenças estariam acentuadas no que diz respeito também à democracia,

Em suma, o neoliberalismo trata da democracia, enquanto para o gerencialismo o extermínio da democracia não passa de um efeito colateral – embora bem-vindo. Dentro do projeto neoliberalista, a democracia e a política permanecem importantes. Dentro do gerencialismo, não há democracia nem política. Para o gerencialismo, não há soluções democráticas para os problemas, apenas soluções gerenciais. Da mesma forma, o gerencialismo não se refere à *volonté générale* do povo de Rousseau, mas a uma abordagem de engenharia gerencial para problemas sociais que foram convertidos em tecnicismos (Klikauer, 2013, p. 5).⁹

As afirmações de que o regime gerencial não é democrático são perceptíveis caso olhemos para os espaços de gestão corporativa. Mas até que ponto é possível pensar o regime neoliberal como democrático?

Traçando uma *genealogia do liberalismo autoritário*, Chamayou (2021) apresenta as mutações e influências que o neoliberalismo assumirá, enquanto racionalidade que vai além dos elementos econômicos. Seu foco inicial parte da atuação dos gestores do capital para contenção das agudas revoltas localizadas nos anos 1970, presentes em um quadro de rebeldia e indisciplina disseminada em diversos ambientes, sobretudo no mundo do trabalho. Esse contexto possibilitou ao autor evidenciar as articulações existentes entre autoritarismo e liberalismo por meio de todo arsenal movido pelas classes “de cima” para conter o que era entendido como ingovernabilidade.

⁹ No original: “In sum, neo-liberalism is about democracy while for managerialism the extermination of democracy is no more than an – albeit welcomed – side effect. Inside the neo-liberalist project, democracy and politics remain important. Inside managerialism, no democracy and no politics exist. For managerialism, there are no democratic solutions to problems, only managerial ones. Equally, managerialism is not about Rousseau’s *volonté générale* of the people but about a managerial-engineering approach to societal problems that have been converted into technicalities.” (Klikauer, 2013, p. 5)

As reflexões de Chamayou sobre as estratégias e todo expediente tático empregado para contenção dos conflitos compõem parte de um campo de debate constituído por autores que têm se debruçado a discutir o neoliberalismo e seus desdobramentos sociais. Com base em Foucault (2008), e sua famosa obra, *Nascimento da Biopolítica* (2008), sobretudo a partir das discussões que envolvem a *arte de governar – neoliberal* –, autores como Dardot e Laval (2014), elaboram interrogações, e possíveis caminhos analíticos, sobre como mesmo após retrocessos políticos e sociais, entre outras consequências de proporções devastadoras, conduzidas por políticas neoliberais, “essas mesmas políticas vem se desenvolvendo e se aprofundando, sem encontrar resistências suficientemente substanciais para coloca-las em xeque” (Dardot et al., 2014, p. 14).

Entre as chaves analíticas foucaultianas utilizadas tanto por Chamayou (2021) quanto Dardot e Laval (2014), a *governamentalidade*, conformada por um conjunto de técnicas e instrumentos de Estado, foi inserida “precisamente para significar as múltiplas formas dessa atividade pela qual homens, que podem ou não pertencer a um governo, buscam conduzir a conduta de outros homens, isto é, governá-los” (Dardot et al., 2014, p. 14). Tocante ao entendimento das formas de condução que o neoliberalismo tem efetivado para tratar das crises de nível global que o capital apresenta, ambos os autores não tem se dedicado a investigar profundamente uma de suas dimensões, que poderíamos resumir como a *gerência das crises*, fora de aspectos subjetivos de uma racionalidade que se constitui historicamente, como é o caso de Dardot e Laval, e ambientais, tal com Chamayou.

Luc Boltanski e Eve Chiapello (2009) se encontram próximos desta discussão, ao refletirem e denominarem de “novo espírito do capitalismo” o novo quadro ideológico que proporcionou transformações no capitalismo. Um quadro que tem entre suas características, a *recuperação* de algumas concepções e críticas anticapitalistas, resignificando estas de diferentes formas, em alguns momentos pelo marketing, em outros via projetos, etc. No entanto, essa recuperação, é alvo de crítica pelo próprio Chamayou (2021) quando fala que Boltanski e Chiapello acertam ao insistirem na capacidade do ca-

pitalismo de absorver e recuperar seus críticos, mas se equivocam ao compreenderem esta aptidão como um processo de mão única. Assim, o autor nos diz que

É preciso apontar igualmente a capacidade dos contestatários de retomar, eles também, para melhor ou para pior, os discursos de legitimação do capitalismo a fim de regurgitá-los em seguida sob uma forma modificada. ‘O entusiasmo das empresas pela RSE [responsabilidade social empresarial]’, constatado desde os anos 2000, foi, segundo a hipótese de Chiapello, o signo ‘da entrada do capitalismo em um novo ciclo de recuperação de sua crítica que leva a sério a crítica ecológica’ (Chiapello 2009). Mas, nesse ciclo de recuperação, esse é apenas o último episódio de uma longa série. Longe de ser recente, o discurso sobre responsabilidade social aparece nos Estados Unidos no começo do século XX como uma ideologia gerencial (Chamayou, 2021, p. 144).¹⁰

A partir do diálogo entre estes autores, notamos como o gerencialismo pode ser um caminho que ajuda no desenho do quadro das mudanças do capitalismo. Mas para isso, é necessário que ele seja fruto de investigações que explicitem alguns pontos, nem sempre enfatizados nas pesquisas, vide sua correspondência se endereçar à gerência das crises, desde sua antecipação, sobretudo, pela condição estrutural que assumem. Isso não significa que estaríamos tratando de algo que poderia ser chamado de *gerencialidade*, como se fosse completamente filiada ou incorporada à *governamentalidade* foucaultiana, embora possa ser um caminho teórico-metodológico. No entanto, acreditamos estar tratando de questões sistêmicas do ponto de vista que escapam, em alguma medida, da abordagem da própria governamentalidade focada na austeridade e na gestão dos indivíduos. O gerencialismo parte da concepção de que, contemporaneamente, diferentes crises estariam estabelecidas, e que, de uma forma ou de outra, o papel do dos

¹⁰ No original: We also need to point out the ability of protesters to adopt, for better or worse, capitalism’s discourses of legitimation so as to regurgitate them in a modified form. ‘Business’s passion for CSR’ that was noted from the early 2000s onwards was, as Chiapello surmises, the sign that capitalism ‘had entered a new cycle of recuperation of criticism of it, one that takes ecological criticism seriously’ (Chiapello, 2009). But, in this cycle of recuperation, this is only the latest in a longer series. Far from being recent, the discourse on social responsibility appeared in the United States in the early twentieth century as a managerial ideology (Chamayou, 2021, p. 144).

agentes do capital é interditar quaisquer contestações por meio de suas técnicas de gestão.

Entre as formas de promover o impedimento às contestações, o gerencialismo se ampara sob a sutileza dos discursos apresentados como isentos, e reforçam a imparcialidade na condução de seus procedimentos. Tragtenberg (2005[1980]), ilustra bem quando analisa o pensamento dos ideólogos do gerencialismo, expressando como “[...] é muito importante que o controle atue de forma neutra e tecnocrática, coordenando os vários grupos, desenvolvendo uma política pública. Em última análise, o grupo de controle desenvolveria um tipo de racionalidade que incluiria as determinações socioeconômicas” (p. 13).

No caso do gerencialismo ambiental, esta elaboração se desenvolve conforme o contexto marcado pela chamada crise ambiental – usualmente associada diretamente a um dos seus aspectos, denominada de crise climática, ou mudança climática –, e pode ser compreendido pela escala global de seu alcance. Deste modo, nos parece que ao passo que a recorrência de catástrofes, desastres, entre outros fenômenos causadores de efeitos extensamente devastadores têm ocorrido de forma mais constante, os meios para “enfrentar” estes eventos e seus efeitos têm se desenvolvido, às vezes, de modo a anteceder e bloquear certas críticas. Com objetivo de alcançar estas afirmações, nos debruçaremos sobre o exame das práticas de controle e interdição mediante a gestão da crise ambiental, conhecidas como ESG, na próxima seção de nosso trabalho.

2. ESG: *salvando o capitalismo do capitalismo*

A sigla ESG tem sido cada vez mais observada nas propagandas de corporações internacionais e nacionais de grande e médio porte, dos mais diferentes setores. Ela pode ser vista desde o setor minerário e sua cadeia siderúrgica, como em empresas do agronegócio, no ramo de exploração de gás e petróleo, em bancos públicos e privados, e até

mesmo em setores da mídia. A sigla tem se disseminado de forma rápida nos últimos anos, e tem como referências de sua difusão a crise financeira de 2008, marcada pela falência do banco de investimentos *Lehman Brothers*, e o contexto da pandemia de covid-19, no ano de 2020.

ESG é o acrônimo de *Environmental, Social and Governance*¹¹, e o suas origens estão assinaladas pela divulgação de um documento produzido pelo *Banco Mundial* e pelo *Pacto Global*, lançado em 2004, sob o título de *Who Cares Wins*, que poderia ser traduzido livremente como “Quem se importa vence”. Esta publicação surge do “desafio” realizado pelo então secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, sobre como integrar o mercado de capitais que eles geriam, com fatores ambientais, de governança e sociais aos 50 CEOs – *Chief Executive Officers* – das maiores instituições financeiras do mundo. A proposta, resumida no título bem sugestivo, teve poucos interessados inicialmente. Entre 2004 e 2020, pouco se ouviu falar de ESG. A proposta que relacionava diretamente três importantes dimensões, tão comumente vistas enquanto pontos de contestação em inúmeros casos, como é o caso da questão *ambiental, social* e o *modelo de governança* das empresas, começa a receber mais atenção quando o setor financeiro entra em campo e pressiona pela sua inserção na política das empresas.

Uma das iniciativas marcantes deste processo advém da maior gestora de ativos do mundo, a companhia de fundos *BlackRock*. O papel desempenhado pela *BlackRock* não foi trivial, visto que sua enorme influência repousava na administração de mais de 10 trilhões de dólares no ano de 2020¹², e que serviram como meio de pressionar as empresas localizadas na bolsa valores a rever suas práticas. Isso significa dizer que o fundo

¹¹ Não existe no Brasil outra sigla ou tradução para a ESG. A tradução ao pé da letra para o português de ESG significa, respectivamente Ambiental, Social e Governança. Esta tem sido utilizada por agentes corporativos do setor privado e público, sem nenhum tipo de transposição para outro idioma, situação que pode ser notada em outros países. Uma hipótese é que isso se deve a um dos seus principais objetivos, que é inserir a questão ambiental no mercado financeiro, o que, necessariamente, seria facilitada pela padronização da sigla e seu reconhecimento em diferentes lugares.

¹² Na avaliação do 4º Trimestre, em 2024, a *BlackRock* atingiu o recorde de US\$11,6 Trilhões em Ativos sob sua Gestão. Registrando uma alta de 21% em seu lucro, com a receita de comissões impulsionada por mercados de ações (FORBES, 2025. Mais informações podem ser acessadas em: Leia mais em: <<https://forbes.com.br/forbes-money/2025/01/blackrock-atinge-recorde-de-us116-trilhoes-em-ativos-sob-gestao-no-4o-tri>>.

BlackRock, a partir daquele contexto, informava que aplicaria seus investimentos somente nas empresas que seguissem a estratégia das “boas práticas” orientadas pelo documento lançado pelo Banco Mundial e pelo Pacto Global.

Contudo, o ingresso e influência do setor financeiro sobre o comportamento das empresas já tinha sido aventado quando um de seus executivos vaza informações internas da BlackRock, presentes na publicação intitulada *The Secret Diary of a Sustainable Investor*. Dividida em quatro partes, esta publicação produzida por Tariq Fancy informa sobre seus anseios em trabalhar na empresa, mas retrata principalmente suas decepções quando analisava o que se dizia e o que se praticava. Especificamente sobre a ESG, Tariq informa que por meio de seu principal executivo, Larry Fink, a BlackRock protagonizou o que seria a *salvação do capitalismo pelo próprio capitalismo*. Em diferentes momentos a companhia lançava memorandos avaliando como “[...] os governos estão falhando em se preparar para o futuro [...] a sociedade está cada vez mais se voltando para o setor privado e pedindo que as empresas respondam a desafios sociais mais amplos” (Fancy, 2021, p. 37).

125

Não existem dúvidas que diferentes agentes do capital, em tempos atrás, já tivessem políticas voltadas para atender questões sociais, ambientais, educativas, entre outras. A diferença é que, com certo tipo de influência e constrangimento – quem sabe o melhor fosse ameaça e coerção –, as empresas foram “convidadas” a modificar suas condutas frente a questões sensíveis que alcançavam uma escala sistêmica. Isso não é pouco, visto que o setor que impulsiona esse processo representa o capital financeiro, composto não somente pelos fundos de pensão, mas também pelos bancos, companhias de seguro, corporações e seus acionistas etc., representando o modelo de acumulação em sua forma mais avançada.

O ingresso do setor financeiro, deste modo, passa intermediada pelo gerencialismo daquilo que seriam consideradas as “boas práticas” corporativas. Estas “boas práticas” não estão restritas à questão ambiental, mas também comandam as dimensões social e de governança, presentes na sigla ESG. Entretanto, vale notar que nos espaços de

publicidade, como sites e jornais, igualmente influenciados pelo mercado financeiro, a ESG se encontra abrigada, quando não muito, nas abas de sustentabilidade, meio ambiente etc., evidenciando que o relevo temático com maior ênfase parece estar situado na questão ambiental.¹³

A sustentabilidade, nestes termos corporativos, como nos mostra Leff (2023), parte da necessidade de internalizar as bases ecológicas, por meio de expressões voluntaristas, representantes da vontade de poder em sustentar o processo econômico “[...] sem mais restrições que a ‘quantidade de ecologia’ que pudesse assimilar o capital sem contrariar seu processo expansivo. Assim, quando se corrompeu o conceito crítico de sustentabilidade que emergiu da crise ambiental, foi criada a ‘economia verde’” (p. 22).

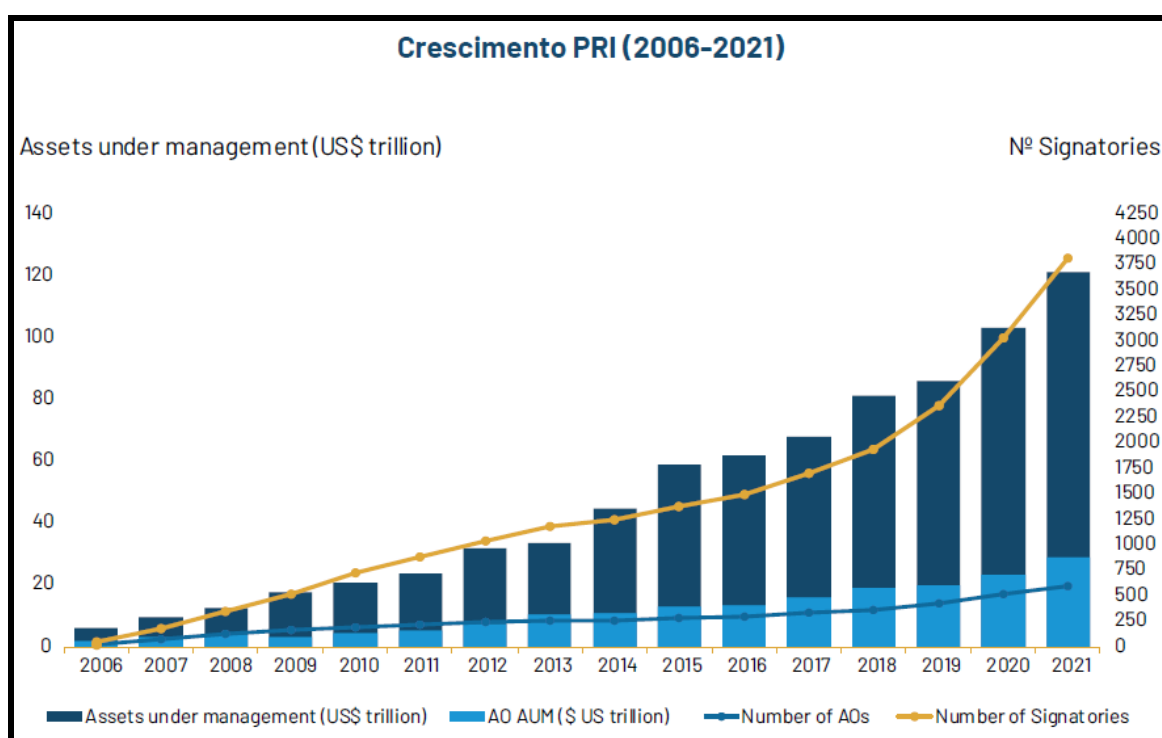
A prática da “economia verde” vem sendo uma das chaves de captura da sustentabilidade pelo setor financeiro, e que pode ser observada na transformação de bens naturais em ativos por meio de mecanismos do mercado capitalista. Gerenciado pela forma ESG aplicada nas empresas, o mercado de carbono, entre outros exemplos, talvez seja uma das propostas mais noticiadas enquanto solução que associa a manutenção do modelo econômico com a diminuição dos “riscos ambientais” e a eficiência de seu uso.

Essa captura da sustentabilidade pelo setor financeiro também abre margem para outras observações sobre o comportamento e os caminhos trilhados pelas empresas que aderem à proposta de gerenciamento pelo modelo ESG. Deste processo, algumas dinâmicas podem ser observadas nos informando que não são apenas os bens naturais controlados pelas empresas que são transformados em ativos no mercado financeiro, mas a

¹³ O que torna a situação bem interessante é que, em 2023, em sua carta anual lançada aos CEOs, Larry Fink, informa que irá deixar de usar a sigla ESG, alegando que a mesma ficou muito politizada no ambiente corporativo estadunidense. Contudo, ele diz ele afirma que não usar a sigla, não significa deixar de defender os princípios da ESG e o seu modelo de capitalismo stakeholder (Forbes, 2013). O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) realizou uma pesquisa com empresas participantes associadas, sobre o uso da sigla ESG, e seus resultados indicaram que “[...] a maioria segue adotando a sigla. As que preferem um caminho mais neutro, usam termos como *Sustentabilidade* ou *Impactos* em suas comunicações sobre as Agendas ESG. Porém, cabe ressaltar que nenhum dos participantes da nossa pesquisa online apontou como negativo o uso da sigla ESG. Em relação à adoção do termo em inglês ou em português (ASG), o mais comum é a adoção da sigla ESG, seguindo um parâmetro internacional, o que gera mais familiaridade com o mercado, com investidores, com a academia e com a sociedade como um todo, ainda que comunicações de massa tragam o termo sustentabilidade mais fortemente para apelo local (CEBDS, 2023, p. 33).

própria empresa em si, gerando o que seria a “sustentabilidade dos negócios”, verificada no aumento de adesões à proposta. Um desdobramento disso é que, com mais empresas envolvidas com este modelo – e sua difusão –, mais ativos ambientais são geridos pelo mercado financeiro. Em outras palavras, a adesão e a propaganda das práticas ESG no meio corporativo promovem a maior valorização da empresa enquanto ativos, bem como aumenta o controle destes pelo mercado de ações (ver **Gráfico 1**).

Gráfico 1 – Crescimento PRI 2006-2021.



Fonte: Principles for Responsible Investment-PRI, 2024. Adaptado pelo autor, 2025.

O gráfico 1 apresenta não somente um crescente número de empresas que aderiram às práticas ESG, mas também o total de US\$120 trilhões em ativos alocados gerados por estas. Mundialmente, estes investidores são orientados por uma instituição chamada de *Principles for Responsible Investment* (PRI) – Princípios para o Investimento Responsável – que se arroga como o principal defensor mundial do investimento responsável. Sua missão parte da crença de que, globalmente, um sistema financeiro “economicamente

eficiente e sustentável é essencial para a criação de valor a longo prazo. Tal sistema recompensará o investimento responsável e de longo prazo e beneficiará o meio ambiente e a sociedade como um todo” (PRI, 2024, p. 1).¹⁴ Ainda mais, com seu foco na ESG, ele informa aos investidores a necessidade de compreenderem as implicações dos investimentos ambientais, sociais e de governança, e se dispõem a dar suporte à rede internacional de signatários destes valores. Para isso, os investidores seguiriam os seguintes princípios:

- Princípio 1: Incorporaremos questões ESG na análise de investimentos e nos processos de tomada de decisão.
- Princípio 2: Seremos proprietários ativos e incorporaremos questões ESG em nossas políticas e práticas de propriedade.
- Princípio 3: Buscaremos divulgação adequada sobre questões ESG pelas entidades nas quais investimos.
- Princípio 4: Promoveremos a aceitação e a implementação dos Princípios no setor de investimentos.
- Princípio 5: Trabalharemos juntos para aumentar nossa eficácia na implementação dos Princípios.
- Princípio 6: Cada um de nós reportará suas atividades e progresso em direção à implementação dos Princípios (PRI, 2025, p. 1).¹⁵

É sob estes termos que a sustentabilidade que engloba a ESG se remeterá à permanência à existência das empresas no mundo dos negócios. Entre os mantras difundidos por meio de documentos publicados no Brasil, como é o caso da *Evolução da ESG no Brasil*, o mesmo é categórico ao afirmar que a “ESG não é uma evolução da sustentabilidade empresarial, mas sim a própria sustentabilidade empresarial (...)” (Rede Brasil do

¹⁴ No original: “We believe that an economically efficient, sustainable global financial system is a necessity for long-term value creation. Such a system will reward long-term, responsible investment and benefit the environment and society as a whole.” (PRI, 2025, p.1)

¹⁵ No original: “Principle 1: We will incorporate ESG issues into investment analysis and decision-making processes. Principle 2: We will be active owners and incorporate ESG issues into our ownership policies and practices; Principle 3: We will seek appropriate disclosure on ESG issues by the entities in which we invest; Principle 4: We will promote acceptance and implementation of the Principles within the investment industry; Principle 5: We will work together to enhance our effectiveness in implementing the Principles; Principle 6: We will each report on our activities and progress towards implementing the Principle.” (PRI, 2025, p. 1)

Pacto Global et al., 2021, p. 3). Somente a BlackRock, em 2022, possuía ações de 30 das 89 empresas do Ibovespa, entre elas Vale, Petrobras, Natura, Itaú, Cemig e Gerdau (CEBDS, 2023). Neste caso, o que podemos observar é que o próprio conceito de sustentabilidade, tão associado à questão ambiental, cada vez mais passa a ser perseguido e empregue pelas empresas, diante de um competitivo, mas, sobretudo, cenário de crise ambiental anunciada. Na próxima seção nos debruçaremos sobre algumas das práticas ESG utilizadas pela empresa Ternium Brasil.

3. ESG: Medianeira do gerencialismo ambiental praticado pela Ternium Brasil

Foram muitas as pesquisas realizadas com objetivos de entender os desdobramentos que a instalação de um grande equipamento siderúrgico poderia gerar na periferia carioca. A Ternium Brasil, nome da antiga empresa chamada THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO – CSA, mas também conhecida pelo nome fantasia TKCSA, inicia sua instalação no bairro de Santa Cruz, Rio de Janeiro-RJ (**Mapa 1**), no ano de 2005 e, desde então, diferentes estudos e escopos analíticos se debruçaram sobre os fenômenos promovidos por esta empresa. Estudos sobre os “atributos” territoriais para operações sídero-logísticas presentes na cidade do Rio de Janeiro (Santos, 2010), investigações sobre os instrumentos extrajudiciais, como o caso dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC), aplicados enquanto solução dos impactos ocorridos (Viegas et al., 2014; 2017), análises sobre os conflitos ambientais desde a perspectiva dos próprios moradores, pescadores e jovens (Silva, 2021), pesquisas sobre as injustiças ambientais por meio da contaminação contínua do ar e das águas (Tavares, 2022; 2019), até pesquisas sobre a percepção de riscos ambientais e à saúde de moradores (Carvalho, 2024).¹⁶

¹⁶ A TKCSA foi anunciada como o maior investimento privado no Brasil das últimas décadas, recebendo aplicações financeiras da ordem de US\$ 8,2 bilhões. Inicialmente formada pela companhia alemã ThyssenKrupp Steel, detentora de 73% das ações, e pela Vale, que a partir de 2009 ampliou sua participação para quase 27% do projeto, a

Mas a chegada da usina siderúrgica no bairro de Santa Cruz não promoveu contestações somente por meio de pesquisas. Movimentos sociais, ativistas ambientais, organizações não governamentais e diferentes atores coletivos estiveram mobilizados – com altos e baixos organizativos – nos últimos 20 anos, para denunciar os diversos efeitos nocivos que a empresa produz(ia) no bairro (PACS, 2012; PACS, FIOCRUZ, REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS – JNT, 2017).

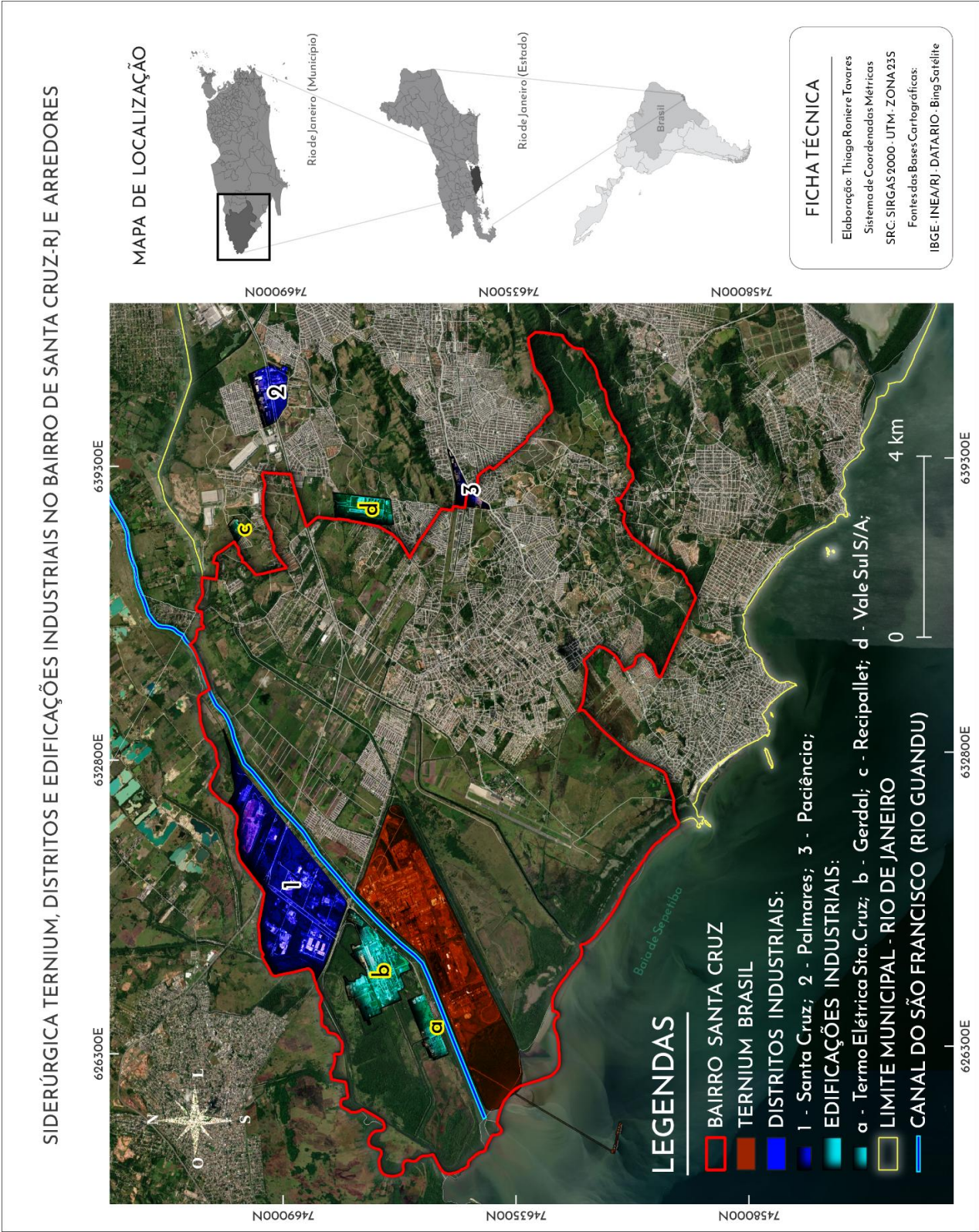
Contudo, os diferentes prejuízos ambientais analisados cientificamente e os protestos e mobilizações sociais não foram suficientes para construir uma contraposição que impedisse o funcionamento da empresa, muito menos que ela mudasse as formas de operar no bairro. O exame sobre as práticas empresarias de controle sócio-espacial é um debate espinhoso e abre margem para caminhos explicativos distintos, mas que não podem ser vistos, necessariamente, como divergentes. A nosso ver, estas práticas corporativas de controle, que podem ocorrer mediante a instrumentalização de temas ambientais, por meio da sua resignificação ou mesmo pelo escamoteamento de problemáticas ocorridas nos territórios que operam, não tem recebido a dedicação merecida. Este processo, exercido pelas práticas ESG em Santa Cruz, obtém maiores investimentos à proporção que menos atenção é dada pelo meio acadêmico e do ativismo ambiental.

A captura e apagamento dos problemas ambientais realizados pela Ternium Brasil ocorrem intermediados por suas ações comunitárias. Estas envolvem projetos volta-

TKCSA atuou como uma *joint venture* e iniciou suas atividades industriais em 2010, com plano de se transformar na maior siderúrgica da América Latina. No hiato de seis anos, sob a gestão da ThyssenKrupp Steel e da Vale (2010 a 2016), a siderúrgica funcionou sem licença, e além dos diversos impactos ambientais negativos intrínsecos às atividades siderúrgicas – sobretudo nos ecossistemas ainda presentes na Baía de Sepetiba, como o manguezal e a Mata Atlântica –, foram identificados problemas de saúde na população advindos de sua exposição a materiais particulados tóxicos emitidos na atmosfera (FIOCRUZ, 2011; 2014). Vale destacar que somente no dia 28 de setembro de 2016 foi concedido à empresa, pela Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, o termo que licenciou ambientalmente suas operações. Decisão controversa, sob o ponto de vista de organizações políticas, movimentos sociais e instituições públicas, como o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Este mesmo proferiu sentença proibindo que a referida reunião do CECA pudesse deliberar e conceder Licença de Operação à siderúrgica sem um novo relatório que avaliasse os problemas causados ao bem-estar da população de Santa Cruz decorrentes do impacto ambiental negativo do empreendimento. No entanto, essa decisão foi revertida pela própria Juíza Natascha Maculan Adum Dazzi, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), decidindo que a CECA poderia conceder a licença ambiental para usina siderúrgica. A empresa recebeu a licença e rapidamente foi vendida para o grupo Ternium (Tavares, 2022).

dos para arte e cultura, educação e lazer, entre outros. Escolinhas de futebol e basquete, aulas de ballet, reforço escolar, bolsas de estudo, são iniciativas que tergiversam os prejuízos ambientais da empresa no bairro. Estas atividades que aparentam construir aproximações entre a empresa e as questões ambientais, na verdade servem para seu distanciamento dos problemas que envolvem este assunto.

Mapa 1 - Localização da Usina siderúrgica Ternium Brasil no bairro de Santa Cruz, Rio de Janeiro-RJ, distritos e outras edificações industriais em seus arredores.



Fonte: IBGE, INEA/RJ. Elaboração: Tavares (2022).

Entre as áreas que recebem maiores investimentos, a educação, tratada pela empresa como a principal “estratégia de relações com a comunidade da Ternium” é quem mais possui projetos e a maior parte do orçamento. Nas unidades produtivas da Ternium localizadas no Brasil, Argentina, Colômbia e México, foram destinados 6,6 milhões em 2019, R\$ 11,1 milhões em 2020, R\$ 17,3 milhões em 2021, R\$ 21,2 milhões em 2022 e R\$ 19,2 milhões em 2023 (Ternium, 2023). Este volume crescente de investimentos possui uma pequena redução entre 2022 e 2023, o que não deixa de ser um valor considerável. Dos 19,2 milhões alocados em 2023, 16,0 milhões foram voltados diretamente para educação (Ternium, 2023).

As bolsas de estudo ofertadas pela empresa acompanham este aumento. No ano de 2019 foram ofertadas 1,079 bolsas, em 2020 1,133, em 2021 foram 1,183, em 2022, 1,188, e em 2023 foram 1,413. Estas bolsas fazem parte do *Programa Gen Técnico Roberto Rocca*, e segundo a empresa, ela apoia estas iniciativas, bem como as escolas técnicas públicas, visando “preencher a lacuna entre a educação de jovens graduados e os requisitos da indústria. A empresa oferece capacitação em competências da Indústria 4.0, facilita estágios e projetos e moderniza equipamentos e infraestrutura escolares (Ternium, 2023, p. 91)”.

No bairro de Santa Cruz está prevista a inauguração da Escola Técnica Roberto Rocca (ver **Imagem 1**) no ano de 2025. Os valores investidos alcançam a cifra de R\$ 210 milhões, e tem como objetivo se tornar um polo educacional na região, aumentando ainda mais a quantidade de pessoas envolvidas com alguns dos seus projetos, que giram em torno de oito mil pessoas diretamente, e trinta mil indiretamente (Ternium, 2019).

Com um total de 576 vagas destinadas às formações técnicas de Mecatrônica e Eletromecânica, a aula inaugural que estava prevista para o início do ano letivo de 2025, não ocorreu. Os alunos terão algum percentual de bolsa que será definida por critérios socioeconômicos. A escola também será um polo educacional, com oferta de capacitação para profissionais da educação da região. Com investimento de R\$ 210 milhões, a escola

integra a rede de Escolas Técnicas Roberto Rocca, e é a terceira do Grupo Techint¹⁷, do qual a Ternium faz parte.

Imagem 1 – Propaganda da empresa no lançamento da pedra fundamental da construção da escola técnica, com o presidente da empresa, o governador do Rio de Janeiro e crianças envolvidas em projetos educacionais do bairro de Santa Cruz.



Fonte: Ternium (2022).

A construção da imagem da empresa como benevolente, por meio da concessão de bolsas, edificação de escolas nos territórios que atuam, inclusive informando que pre-

¹⁷ Grupo Techint é um conglomerado de empresas com sede em Milão, na Itália, e em Buenos Aires, Argentina. Seu fundador é o italiano Agostino Rocca. É composta, além da Ternium, pela Tenaris, Techint ingeniería y construcción, Tenova, Tecpetrol e a Exiros.

enche “uma lacuna do setor público”, faz parte de sua estratégia de gerenciar os “riscos sociais” (Pinto, 2019) possíveis no bairro. Aqui, estamos falando também de um tipo de investida que não necessariamente se expressa pela repressão, perseguição direta, ou ação violenta, mas de formas sofisticadas de interdição das críticas mediante a realização de atividades comunitárias que visem antecipar futuras *crises na relação da empresa com os sujeitos coletivos do bairro*.

Esta antecipação parte do planejamento gerencial astucioso que aborde as questões sociais, ambientais, entre outros temas potencializadores de críticas, por meio de algum tipo de diálogo com a comunidade, em que a comunicação se dá sob seus termos – neste caso, sob sua gerência. Segundo Chamayou (2021) esta é uma forma eficaz, já presente na história, dos empresários em responder a algo que pudesse alimentar qualquer tipo “fogo ativista”. Um *gerenciamento de crise*, que pode ser entendido como “uma *política da verdade*, que procura influenciar tanto a formulação das crises como o estabelecimento dos fatos (...) um tipo de abordagem (...), que não visa somente esconder a realidade, mas produzi-la”, arriscando recorrer a ‘ataques epistêmicos’ massivos” (Chamayou, 2021, p. 209).¹⁸

Esta prática gerencial ainda assume um caráter de prevenção, por meio da vigilância, que, segundo Chamayou (2021), obriga as empresas a

(...) se dotarem de capacidade de vigilância estratégica que lhes permitam identificar os problemas emergentes e seguir sua “trajetória”, com vistas a intervir no momento certo. A esse respeito, a regra de ouro é a seguinte: Quando se trata de questões que ameaçam a sobrevivência e o crescimento de uma empresa, jamais se deve permitir que elas atinjam a etapa crítica. No plano organizacional, as tarefas de gerenciamento de crise devem ser confiadas aos responsáveis pelo planejamento estratégico, mais que a encarregados de relações públicas (p. 209).¹⁹

¹⁸ No original: “(...) a *politics of truth* that seeks to influence the formulation of problems as much as the establishment of the facts. A kind of approach, in Peter Ludlow’s analysis, which is not just about ‘hiding the reality, but producing it’, even if this means resorting to massive ‘epistemic attacks’” (Chamayou, 2021, p. 209).

¹⁹ No original: “Large companies were also advised to acquire strategic intelligence capabilities allowing them to identify emerging problems and follow their ‘trajectory’ so as to intervene at the right moment. In this respect, the golden rule was the following: ‘issues that threaten a corporation’s survival and growth are never allowed to reach

É comum nas empresas o cargo criado para direcionar certos funcionários a trabalharem, direta e indiretamente, com as relações entre empreendimentos e comunidades. No entanto, estes funcionários exercem um papel executivo, já previsto por toda uma lógica de gerenciamento estudada e bem treinada, com experiência inclusive de derrotas em causas ambientais. Geógrafos, sociólogos, antropólogos, por exemplo, são profissionais que representam campos do conhecimento bem requisitados para esta função.

Entre as inúmeras atividades comandadas por este gerencialismo, em seu exercício de *antecipação, vigilância e “produção dos fatos”*, estão a elaboração de relatórios que versam sobre as atividades – positivas – da empresa. Em seus *relatórios de sustentabilidade* lançados anualmente, são apresentadas iniciativas sob as práticas ESG desenvolvidas pela Ternium Brasil. Entre as iniciativas que ilustram suas ações, cita-se a substituição parcial do carvão mineral por carvão vegetal nas operações do Brasil, criação da *Rota da Descarbonização*, voltada a atender o previsto pelo *Acordo de Paris* naquilo que diz respeito à emissão de poluentes, etc. Iniciativas que proporcionaram à usina siderúrgica ser agraciada pelo sétimo ano seguido com o prêmio *Campeões da Sustentabilidade pela Worldsteel em 2025*. Honraria concedida às empresas que demonstram um compromisso sólido e ações concretas em prol do desenvolvimento sustentável na indústria do aço (Ternium, 2025).

Por outro lado, de acordo com os dados do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (PACS, 2022) somente a Ternium Brasil promoveu metade das emissões de gases que acentuam o efeito estufa no Rio de Janeiro, no ano de 2017. Com o valor de 11,63 Milhões de toneladas de CO₂e (MtCO₂e) lançados pela empresa, a cidade toda registrou 20,56 MtCO₂e conforme monitoramento divulgado pela própria prefeitura (PACS, 2022 apud Tavares, 2022).

O “*estabelecimento dos fatos*” por meio de relatórios, premiações e ações nos territórios que opera, produz uma realidade bem distinta do que pode ser constatado nas

crisis stage’. On the organizational level, the problem-managing tasks should be left to the strategic planners rather than the public relations officers” (Chamayou, 2021, p. 209).

iniciativas não vinculadas à empresa, como é o caso dos dados produzidos pelo Fórum supracitado. A neutralidade e a eficiência técnica, presentes enquanto discurso e método para criação desta realidade – própria – pela/da empresa, escamoteiam seus interesses financeiros, travestidos de bondade, crescimento inclusivo, defesa da natureza...

Nestes termos, percebemos como a teoria gerencialista, e sua face ambiental, faz com que as empresas se aproximem e incorporem a temática ambiental para se distanciar das acusações e críticas sobre as problemáticas por elas causadas. Mas a crítica não é somente interdita, a eficiência no gerenciamento dos empreendimentos, acompanhados pela cartilha ESG, é uma das facetas da financeirização da natureza, pois viabiliza as empresas se inserirem no mercado de ações e investimentos verdes.

Considerações finais: O *greenwashing* do capitalismo

137

No cenário de mudanças ambientais, em que a recorrência de eventos extremos vem aumentando, o setor corporativo tem desenvolvido diferentes formas para atuar sobre alguns dos condicionantes para a vida no planeta, e essa atuação pode ser vista nas práticas ESG. Contudo, com o aumento da escala de alcance dos efeitos gerados pela elevação da temperatura do planeta, em virtude da emissão permanente de gases de efeito estufa, produzidos por essas mesmas corporações, outros tipos de impactos poderão também ser notados. Migrações, secas, inundações, escassez de alimentos etc. são alguns dos exemplos previstos.

No cenário crítico, o setor corporativo precisará se preparar para dar respostas não somente no *calor da hora* – um péssimo trocadilho para o cenário de alterações climáticas – mas antes das contestações mais fortes. Na atualidade, parece-nos que isso já está sendo ventilado, sendo chamado de “Natureza Positiva”.

Segundo o caderno da CEBDS (2024) “o conceito de ‘Natureza Positiva’ surgiu de uma crescente conscientização sobre a redução global da biodiversidade e a alarmante

perda da natureza, além do impacto que isso pode ter sobre a raça humana” (p. 14). Obviamente, essa não é uma pauta nova, mas o hasteamento dessa bandeira pode indicar um novo foco, assim como outras ações com objetivo de capturar e manter o controle sobre questões ambientais sensíveis e determinantes para a vida no planeta.

A cartilha ESG possui validade? É possível que sim, pois, a despeito de toda ambientalização social, nada impede que o avanço de governos autoritários se traduza na desconsideração de qualquer pauta ambiental. Ademais, novos questionamentos sobre a ESG devem ser realizados desde o ponto de contestar seus interesses, já claramente identificados com o setor financeiro, mas, também, daquilo que está além do que se vê.

O gerencialismo ambiental que apresentamos neste texto buscou chamar atenção para a carência de reflexões e para dificuldades em se estudar o mundo corporativo, para além dos estudos sobre a responsabilidade social corporativa e as práticas ESG (Tavares, 2023). Há muitas questões em aberto: *até que ponto a desmobilização social é proporcional ao aumento da incorporação da agenda ambiental pelas instituições públicas e privadas?; a cartilha ESG é apenas mais um modelo de greenwashing do mercado financeiro?; estamos saindo de um capitalismo stakeholder e ingressando em um capitalismo gerencial?; quem gerencia o gerencialismo?* Esperamos que novos estudos encontrem caminhos que ajudem a responder às questões, previamente às antecipações corporativas.

Agradecimentos

Agradeço ao meu supervisor de pós-doutorado, Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza. Agradeço a Rafael Zilio e Mateus Viana Junior pela leitura atenta e contribuições na primeira versão do texto. Agradeço também às companheiras que ajudaram na coordenação do dossiê *Ambientalismos corporativos: Captura, instrumentalização e controle sócio-espacial*, Raquel Giffoni Pinto e Maíra Sertã Mansur.

Referências

- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – O caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, nº 68, 2010.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia, Estado social e reforma gerencial. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, nº 1, pp. 112-116, 2010.
- CARVALHO, Vinicius Rezende. **O sofrimento que o “progresso” traz**: Contaminação ambiental e enfermidades referidas nos arredores da siderúrgica Ternium Brasil, em Santa Cruz (Rio de Janeiro). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
- CHAMAYOU, Grégoire. **The ungovernable society**: A genealogy of authoritarian liberalism Medford: Polity Press, 2021.
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS. **Caderno de comunicação da agenda ESG com o mercado e investidores**, 2023. Disponível em: <<https://cebds.org/publicacoes/caderno-de-comunicacao-da-agenda-esg-com-o-mercado-e-investidores>>. Acesso em 13/02/2024.
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS. **Biodiversidade e negócios**: Boas práticas empresariais brasileiras rumo à natureza positiva. Disponível em: <<https://cebds.org/publicacoes/biodiversidade-e-negocios-boas-praticas-empresariais-brasileiras-rumo-a-natureza-positiva/>>. Acesso em 13/02/2024.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANCY, Tariq. The Secret Diary of a “sustainable Investor”. Part 1. 20 de agosto de 2021. In: **Medium**. 2021. Disponível em: <<https://medium.com/@sosofancy/the-secret-diary-of-a-sustainable-investor-part-1-70b6987fa139>>. Acesso em 27/01/2023.
- GALEANO, Eduardo. **Os filhos dos dias**. Porto Alegre: L&PM pocket, 2012.

- INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL – PACS. **Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA: Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro**. 3.ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro, 2012.
- INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL – PACS. **Mudanças climáticas e siderúrgicas**. Rio de Janeiro, 2022.
- INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL – PACS. REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS – JNT; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. **Vigilância Popular em Saúde e Ambiente em áreas próximas de Complexos Siderúrgicos**. Rio de Janeiro, 2017.
- KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: A ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KLIKAUER, Thomas. What is managerialism? **Critical Sociology**, v. 41, nº 7, pp. 1103-119, 2013.
- LEFF, Enrique. Libertando a sustentabilidade da vida. In: LEFF, Enrique. **Ecologia Política**. Unicamp. 2023, pp. 17-35.
- LEITE LOPES, J. S. (Coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane, SILVA, Gláucia (Org.). **A ambientalização dos conflitos sociais: Participação e controle público da poluição industrial**. Rio: Relume Dumará, 2004. (com a participação de Beatriz Heredia, Leandro Piquet Carneiro, Silvia Borges Correia, Myriam Mousinho F. Gomes e Ricardo Rosendo).
- MISOCZKY, Maria; ABDALA, Paulo Ricardo Zilio; DAMBORIARENA, Luiza. A trajetória ininterrupta da reforma do aparelho de Estado no Brasil: Continuidades nos marcos do neoliberalismo e do gerencialismo. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 9, nº 3, pp. 184-193, 2017.
- NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, nº 2, pp. 353-381, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/D9rWCZq8yqtBmtCTQSCjnPk/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 12/03/2025.
- PINTO, Raquel Giffoni. **Conflitos ambientais, corporações e as políticas do risco**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019.

Principles for Responsible Investment (PRI). In: **UNEP Finance Initiative and United Nations Global Compact**, 2024. Disponível em: <<https://www.unpri.org/about-us/about-the-pri>>. Acesso em 03/02/2025.

REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. Nações Unidas. **A evolução do ESG no Brasil**. Stilingue. 2021.

SILVA, Flávio da Rocha Pires da. **Faces de um conflito ambiental**: Uma etnografia das performances e simbolismos na crítica aos megaempreendimentos Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais. 2021.

SOUZA, José dos Santos. O que é gerencialismo? **Blog do Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS)**. Disponível em: <https://trabalhopoliticaesociedade.blogspot.com/2016/10/o-que-e-gerencialismo.html#:~:text=Jos%C3%A9%20dos%20Santos%20Souza*&text=O%20termo%20%E2%80%9CGerencia-lismo%E2%80%9D%20tem%20sido,ingl%C3%AAs%20%E2%80%9CNew%20Public%20Management%E2%80%9D>. Acesso em 02/03/2025.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios**: Uma introdução à Ecologia Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Articulando ambiente, território e lugar: A luta por justiça ambiental e suas lições para a epistemologia e a teoria geográficas. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, nº 1, pp. 16, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. AMBIENTE. **GEOgraphia**, v. 24, nº 53, 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011 (2001).

TAVARES, Thiago Roniere Rebouças. **Sufrimento ambiental por contaminação do ar e da água nos arredores da siderúrgica Ternium, às margens da Baía de Sepetiba (Rio de Janeiro)**: Um estudo sobre injustiça ambiental. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

TAVARES, Thiago Roniere Rebouças. Examinando a injustiça ambiental a partir da contaminação do ar e de inundações nos arredores da Companhia Siderúrgica do Atlântico/Ternium, às margens da Baía de Sepetiba (Rio de Janeiro). **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, nº 2, pp. 211-251, 2019.

- TAVARES, Thiago Roniere Rebouças. Da responsabilidade social corporativa ao ESG: As práticas espaciais da siderúrgica Ternium para ocultação do sofrimento ambiental em Santa Cruz-RJ. **Anais do XIV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77969>>. Acesso em 10/12/2023.
- TERNIUM BRASIL. ESG: Environmental, social and Governance: Ajudando nossas comunidades a prosperar. In: **Relatório de Sustentabilidade 2023**. Disponível em: <<https://br.ternium.com/pt/esg>>. Acesso em 04/01/2025.
- TERNIUM BRASIL. Worldsteel reconhece Ternium pelo compromisso com o desenvolvimento sustentável. **Ternium Brasil Notícias**, 2025. Disponível em: <<https://br.ternium.com/pt/novidades/noticias/worldsteel--08414418225>>. Acesso 12/04/2025.
- TERNIUM BRASIL. **Ternium anuncia plano de investimento ambiental de US\$ 500 milhões**. Rio de Janeiro, 04 de março de 2021. Disponível em: <<https://br.ternium.com/pt/novidades/noticias/ternium-anuncia-plano-de-investimento-ambiental-de--01942950721>>. Acesso em 16/05/2021.
- TRAGTENBERG, Mauricio. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: EDUSP, 3.ed., 2005.
- VIÉGAS, Rodrigo Nuñez; PINTO, Raquel Giffoni; GARZON, Luis Fernando Novoa. **Negociação e acordo ambiental**: O termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll. 2014.
- VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. **Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e o licenciamento ambiental**: Um estudo de caso do processo de licenciamento da siderúrgica ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), no município do Rio de Janeiro, Brasil. In: GT06 Conflitos e desastres ambientais: violação de direitos, resistência e produção do conhecimento. 41º Encontro Anual da ANPOCS, MG- outubro de 2017.

Thiago Roniere Rebouças Tavares é professor do Departamento de Geografia Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/Campus Maracanã) e pós-doutorando Júnior do convênio CNPq-FAPERJ na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). **E-mail:** thiagoroniere@gmail.com

Artigo enviado em 08/03/2025 e aprovado em 10/06/2025.

Artigo

A investida do agronegócio na educação: Análise do discurso ambiental da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo Cordeiro

144

Resumo

A análise da inserção do agronegócio na educação, considerando suas intencionalidades e efeitos, é o objetivo central de nossas investigações. Neste artigo, o recorte analítico teve por foco a dimensão ambiental do discurso deste setor, que pode ser inserido no componente da Educação Ambiental (EA). Para tanto, realizamos uma revisão de literatura sobre a temática, procedendo, em seguida, a uma pesquisa documental por meio do exame da legislação vigente e dos discursos ambientais presentes nos *Módulos do Programa Educacional “Agronegócio na Escola” (PEAE)*, desenvolvido pela Associação Brasileira do Agronegócio da região de Ribeirão Preto (ABAG/RP). O estudo, de abordagem qualitativa, tem por premissa o método materialista histórico e dialético, assim como tem por inspiração contribuições da vertente teórica da Análise Crítica do Discurso (ACD). Como resultado, foi possível verificar que a investida do agronegócio nas escolas públicas do país visa difundir imagens positivas do setor no que se refere à sustentabilidade, desassociando e/ou negando sua relação com os problemas ambientais. Assim sendo, a inserção do agronegócio na educação, incluindo o empresariamento da oferta da EA no ensino formal, mediante uma Educação Ambiental Empresarial do Agronegócio (EAEA) pragmática e conservadora, parece ser um processo em curso e potencialmente adverso, visto esvaziar tanto a educação como a Educação Ambiental do seu potencial crítico.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Agronegócio; Sustentabilidade.

The agribusiness incursion in education: An analysis of the environmental discourse of the Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Abstract

The analysis of the insertion of agribusiness in education, considering its intentions and effects, is the central objective of our investigations. In this article, the analytical focus focused on the environmental dimension of the discourse in this sector, which can be inserted into the Environmental Education (EE) component. To this end, we conducted a literature review on the subject, followed by documentary research through the examination of current legislation and the environmental discourses found in the Módulos do Programa Educacional “Agronegócio na Escola” (PEAE) developed by the Associação Brasileira do Agronegócio da região de Ribeirão Preto (ABAG/RP). The study, with a qualitative approach, is based on the historical and dialectical materialist method, as well as drawing on contributions from the theoretical strand of Critical Discourse Analysis (CDA). As a result, it was possible to verify that the agribusiness investment in the country's public schools aims to spread positive images of the sector in terms of sustainability, disassociating and/or denying its relationship with environmental problems. Thus, the insertion of agribusiness into education, including the entrepreneurial approach of EE provision in formal education, through a pragmatic and conservative conservative Educação Ambiental Empresarial do Agronegócio (EAEA), appears to be an ongoing and potentially adverse process, as it weakens both education and Environmental Education of their critical potential.

145

Keywords: Environmental education. Agribusiness. Sustainability.

La inserción del agronegocio en la educación: Análisis del discurso ambiental de la Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Resumen

El análisis de la inserción de los agronegocios en la educación considerando sus intenciones y efectos, es el objetivo central de nuestras investigaciones. En este artículo, el enfoque analítico se centró en la dimensión ambiental del discurso en este sector, que puede insertarse en el componente de Educación Ambiental (EA). Para tanto, realizamos una revisión bibliográfica sobre el tema, procediendo, además, con una investigación documental, por medio del examen de la legislación vigente en Brasil y de los discursos ambientales presentes en los Módulos do Programa Educacional “Agronegócio na Escola” (PEAE). Tal programa es desarrollado por la Associação Brasileira do Agronegócio da região de Ribeirão Preto (ABAG/RP). Este estudio, con un abordaje cualitativo, se basó en el método materialista histórico y dialéctico, además de que se ha apoyado en el aspecto teórico metodológico del Análisis Crítico del Discurso (ACD). Como resultado de la investigación hecha, pudimos comprobar que la inserción del agronegocio

en las escuelas públicas brasileñas tiene por fin difundir imágenes positivas del sector en cuanto a la sostenibilidad. Así, promoviendo una desvinculación y/o negación de su relación con los problemas ambientales. Por lo tanto, la inserción de los agronegocios en la educación, incluyendo la provisión mercantil de la EA en la educación formal, a través de una Educação Ambiental Empresarial do Agronegócio (EAEA) pragmática y conservadora, apunta para un proceso continuo y potencialmente adverso a lo que presuppone la legislación brasileña. Así que, tal proceso vacía de potencial crítico tanto la educación como la Educación Ambiental.

Palabras clave: Educación Ambiental; Agronegocios; Sostenibilidad.

Introdução

A investida do agronegócio nas esferas educacionais e culturais (Lamosa, 2016; Chã, 2018) vem acendendo o alerta acerca das intenções e dos resultados de sua expansão político-ideológica (Alentejano *et al.*, 2022), inclusive no que se refere ao debate ambiental (Cordeiro, 2023). Neste cenário, entendemos que a emergência de programas de Educação Ambiental (EA) promovidos pelo setor empresarial em escolas da rede pública brasileira, incluindo o agronegócio, revela a necessidade de uma investigação mais apurada acerca de seus propósitos, fundamentos e implicações. Assim sendo, o objetivo central deste estudo é investigar ações de educação vinculadas ao agronegócio, que podem ser articuladas direta ou indiretamente a ações da Educação Ambiental Empresarial (EAE).

Como o setor empresarial é considerado responsável pela promoção da capacitação de trabalhadores/as e recebe incentivo do poder público para desenvolver parcerias com escolas em programas educacionais vinculados à EA não formal (Brasil, 1999), cada vez mais entidades privadas se inserem nessa área. Com efeito, é de interesse da sociedade o exame das ações educativas do agronegócio, para a compreensão de sua inserção em atividades educacionais formais e não formais que atravessam a EA.

Considerando os princípios básicos e os objetivos fundamentais da Educação Ambiental, expressos na Lei nº 9.795/1999 (Brasil, 1999) - que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), cabe interrogar se a EA promovida por setores empresariais

está de acordo com tais princípios norteadores. Com base nesse questionamento, a pergunta que moveu o processo de pesquisa teve o propósito de responder quais as intencionalidades e os possíveis reflexos da inserção do agronegócio na EA. Levantamos, como hipótese, a possibilidade de esvaziamento do seu papel crítico, subsumido em interesses econômicos alheios à sustentabilidade ambiental.

O contexto mundial de mudanças climáticas indica a importância da EA enquanto processo de construção de conhecimentos e atitudes que possam contribuir para o entendimento e o enfrentamento da emergência climática e dos impactos ambientais negativos que fragilizam a Terra (Brasil, 2012). Dado seu grau de relevância, deixar a EA a cargo de setores empresariais poderia, por um lado, promover o compartilhamento de responsabilidades, criando parcerias em prol da “sustentabilidade”; por outro, incorre-se no risco de distorção dos seus princípios e objetivos, retirando-se seu caráter público, político e crítico, em favor de interesses privados e do que se convencionou denominar *greenwashing* - em livre tradução, lavagem ou maquiagem verde.

De acordo com tais considerações, observamos a importância da análise de projetos educacionais empresariais que se articulam com a temática ambiental. No caso específico do agronegócio, estudos vêm problematizando a influência do setor na educação brasileira (Lamosa, 2016; Alentejano *et al.*, 2022; Cordeiro, 2022; Monteiro, 2024), levando em conta seu ingresso na educação pública, em diferentes modalidades e projetos que se inserem ou dialogam com a EA.

Como recorte da pesquisa, optamos pelo estudo do Programa Educacional “Agronegócio na Escola” (PEAE), promovido pela Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto (ABAG/RP). A escolha justifica-se pelo forte componente ambiental do programa, que procura associar o agronegócio à sustentabilidade. Soma-se o fato do programa, desenvolvido desde 2001, possuir um considerável grau de penetração na educação pública, com estrutura, materiais e “metodologias próprias”: entre 2001 e 2024

alcançou 324 mil estudantes, 5,4 mil docentes e 954 escolas, em 282 municípios e 24 estados mais o Distrito Federal.¹

Isto posto, nosso objetivo geral foi analisar a inserção do agronegócio na educação, especialmente no que se refere à EA. No percurso de análise, compreendendo nossos objetivos específicos, procuramos: i) investigar como a temática ambiental é abordada nos *Módulos Agronegócio na Escola* do PEAE; ii) avaliar se o programa em questão está de acordo com os princípios e objetivos da Educação Ambiental (Brasil, 1999, 2012); iii) rastrear, em seu discurso, indícios de suas intencionalidades e de seus possíveis impactos.

Metodologicamente, a pesquisa tem uma abordagem qualitativa, compondo um estudo de caso do *Programa Educacional “Agronegócio na Escola”* (PEAE). Para tanto, nos ancoramos no método materialista histórico e dialético, no qual a historicidade, a contradição e a totalidade são fundamentais para a análise da realidade. Como procedimentos metodológicos, realizamos uma revisão de literatura sobre a temática, bem como uma análise documental dos módulos do PEAE (ABAG/RP, 2023), examinando o tratamento das questões ambientais.

Cabe destacar que, na avaliação dos módulos, nos inspiramos nas contribuições da perspectiva teórica² da Análise Crítica do Discurso (ACD), em que este é encarado como uma prática social. Para identificarmos os aspectos linguísticos relevantes, nos detivemos nas discussões do enfoque funcional, concebendo a modelação da língua conforme as funções sociais a que serve (Fairclough, 2012).

¹ Informações encontradas no site do programa. Disponível em: <https://www.abagrp.org.br/programa-educacional-agronegocio-na-escola>. Acesso em 09/01/2025.

² Tomando por referência Fairclough (2012, p. 307), entendemos que a ACD é “muito mais uma teoria que um método, ou melhor uma perspectiva teórica sobre a língua e, de maneira mais geral sobre a semiose [...]”. Ademais, é uma forma de ciência social crítica com objetivos emancipatórios, que visa evidenciar os problemas, sem deixar de fornecer recursos para sua superação.

Para Fairclough (2012) a semiose³, incluindo a língua, integra-se a processos e práticas sociais materiais, com os seguintes elementos, dialeticamente relacionados: atividade produtiva; meios de produção; relações sociais; identidades sociais; valores culturais; consciência; e semiose.

Vemos a vida social como uma rede interconectada de práticas sociais de diversos tipos (econômicas, políticas, culturais, entre outras), todas com um elemento semiótico. A concepção de práticas sociais nos permite combinar as perspectivas de estrutura e de ação – uma prática é, por um lado, uma maneira relativamente permanente de *agir na sociedade*, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturada; e, por outro, um domínio de ação social e interação que reproduz estruturas, *podendo transformá-las*. Todas são *práticas de produção*, arenas dentro das quais a vida social é produzida, seja ela econômica, política, cultural ou cotidiana (Fairclough, 2012, p. 308, grifos nossos).

O autor considera que a semiose constitui gêneros discursivos, sendo o *discurso* “as várias representações da vida social” (Fairclough, 2012, p. 310). Além disso, pontua que a *ordem social* é constituída na inter-relação particular das práticas sociais, sendo o seu aspecto semiótico a *ordem do discurso*: “uma estruturação social da diferença semiótica, uma ordenação social particular das relações entre os vários modos de construir sentido, isto é, os diversos discursos e gêneros” (Fairclough, 2012, p. 310).

Importante destacar a pertinência do conceito político de *hegemonia* para a análise das ordens de discurso, pois “Uma determinada estruturação social da diversidade semiótica pode ser hegemônica, tornar-se parte do senso comum legitimador que sustenta as relações de dominação” (Fairclough, 2012, p. 311). Por fim, o conceito de *ideologia* também é mobilizado, já que “o discurso é ideológico na medida em que contribui para a manutenção das relações particulares de poder e dominação” (Fairclough, 2012, p. 314).

³ As diferentes formas de construção de sentidos se inserem na semiótica, incluindo a língua, as imagens e a linguagem corporal (Fairclough, 2012). Nesse sentido, “A ACD é a análise das relações dialéticas entre semioses [...] e outros elementos das práticas sociais” (Fairclough, 2012, p. 309).

O discurso é, portanto, um momento da prática social que se relaciona com a dominância, a ideologia e a hegemonia. Com efeito, o método materialista histórico e dialético e as contribuições da ACD fundamentam um estudo que parte da estrutura das relações sociais de produção, reconhecendo as formas e disputas de poder. Em outros termos, procura-se compreender o agronegócio em sua materialidade histórica e econômica, por meio de suas práticas sociais na área da educação, investigando em seus discursos componentes ideológicos e de classe.

1. A inserção do agronegócio na educação e suas implicações na EA

Partimos do pressuposto de que, para uma análise crítica das práticas sociais que envolvem o discurso, é necessário sair do texto tendo em vista o contexto social (Fairclough, 2012). Em razão dessa realidade, procedemos à contextualização da EA e do agronegócio, procurando seus pontos de interconexão.

150

Segundo a PNEA (Brasil, 1999), a EA pode ser entendida como um processo de construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades e competências, bem como atitudes, voltadas à conservação do meio ambiente, por parte dos indivíduos e da coletividade. Considerada um componente essencial e permanente da educação brasileira, a EA é, essencialmente, um direito.

Os princípios básicos desse componente, elencados no Art. 4º, são norteadores para as políticas públicas educacionais, pressupondo pontos fundamentais, sem os quais a EA poderia ser considerada descaracterizada. Destacamos a concepção de totalidade e interdependência, a interdisciplinaridade, a vinculação com o trabalho e as práticas sociais, a abordagem articulada e o respeito à diversidade (Brasil, 1999). Estes seriam pontos centrais que demarcam uma perspectiva que visa prevenir reducionismos e a fragmentação do saber.

A compreensão integrada do meio ambiente, abrangendo as relações políticas e econômicas, tal como o estímulo e fortalecimento de uma consciência crítica, estão entre os objetivos fundamentais da EA, de acordo com o Art. 5º (Brasil, 1999). Consequentemente, observam-se indicativos de uma preocupação com o estabelecimento de uma EA ancorada na visão da totalidade e da criticidade.

A Resolução nº 2/2012 (Brasil, 2012) - que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), demarca um posicionamento ainda mais crítico dessa dimensão da educação nos sistemas de ensino. Ao determinar a EA como um campo político de valores e práticas, as DCNEA defendem o reconhecimento do seu papel transformador e emancipatório.

Vale destacar o Art. 5º, no qual se esclarece que “A Educação Ambiental não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica” (Brasil, 2012, p. 2). O viés crítico igualmente pode ser observado no Art. 6º, no qual orienta-se a adoção de uma abordagem que supere “a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino” (Brasil, 2012, p. 2), distanciando-se de perspectivas supostamente imparciais.

Dito isso, o caráter político, crítico e transformador da EA no Brasil parece encontrar, ao menos em parte, expressão nos textos legais. Contudo, pesquisas apontam a existência de diferentes visões e abordagens nas práticas desenvolvidas no campo da EA, revelando um cenário de disputa. Partindo da noção de *campo social*, que pressupõe um espaço de diversidade e conflito, Layrargues e Lima (2014) identificaram três macrotendências político-pedagógicas na EA brasileira: a *conservacionista*, a *pragmática* e a *crítica*, sendo as duas primeiras compostas por premissas conservadoras.

Para os autores, foi nos anos 1990 que a metodologia de resolução de problemas em nível local ganhou impulso internacionalmente, o que foi acompanhado pela perspectiva de responsabilização individual com base comportamental (Layrargues; Lima, 2014).

Nota-se a influência da hegemonia neoliberal nesse contexto, do qual emerge a perspectiva pragmática, que supera a conservacionista, ao mesmo tempo em que incorpora e dá continuidade ao seu caráter conservador.

A macrotendência pragmática de Educação Ambiental representa uma forma de ajustamento ao contexto neoliberal de redução do Estado, que afeta o conjunto das políticas públicas, entre as quais figuram as políticas ambientais. Essa Educação Ambiental será a expressão do Mercado, na medida em que ela apela ao bom senso dos indivíduos para que sacrifiquem um pouco do seu padrão de conforto e convoca a responsabilidade das empresas para que renunciem a uma fração de seus benefícios em nome da governança geral (Layrargues; Lima, 2014, p. 31).

A conclusão é que a EA pragmática acaba por reduzir as reais possibilidades de enfrentamento político da crise ambiental. Ainda que a participação de empresas privadas seja prevista e até incentivada na PNEA, o avanço de programas de EAE na educação nacional, alavancados por concepções neoliberais, acende o alerta acerca do teor educativo e do real compromisso ambiental destes.

152

O caráter pragmático traz duas características complementares: primeiro, a ausência de reflexão que permita a compreensão contextual e articulada das causas e consequências dos problemas ambientais. Essa ausência de reflexão deriva da crença na neutralidade da ciência e resulta em uma percepção superficial e despolitizada das relações sociais e de suas interações com o ambiente. Segundo, a busca desenfreada por ações factíveis que tragam resultados orientados a um futuro sustentável, embora dentro de um limite que não ultrapasse as fronteiras do realismo político, do economicamente viável, da conservação do *status quo* [...] (Layrargues; Lima, 2014, p. 32).

Tais considerações sugerem que as perspectivas conservacionista e pragmática vão de encontro com as premissas institucionais da EA, na medida em que podem ser caracterizadas como comportamentalistas e individualistas (Layrargues; Lima, 2014). Integram, por isso, uma concepção conservadora da EA, visto que não contribuem para a superação de fato da crise ambiental.

No que diz respeito à EA Crítica, consideramos pertinente delimitar de forma mais precisa o entendimento teórico-metodológico adotado, visto que o referencial *crítico* não é homogêneo na EA. Oliveira, Kaplan e Dawidman (2021) afirmam que existe uma disputa tanto sobre o entendimento do que seria *crítica* quanto do que seria *transformação*. Os autores preocupam-se, fundamentalmente, com as implicações de concepções advindas das teorias pós-modernas para o campo crítico da EA. Observamos que o termo acaba sendo utilizado, muitas vezes, de forma ampla, inclusive na legislação citada, sem se questionar ou até mesmo considerar o modo de produção capitalista. Assim sendo, concordamos com os autores que essa crítica radical, que considera as relações sociais de produção e, conseqüentemente, insere a questão ambiental no contexto da luta de classes, tem como eixo fundamental o materialismo histórico-dialético.

Pedrini e Pelliccione (2007), ao analisarem a Educação Ambiental Empresarial Brasileira (EAEB) na primeira década do século XXI, partem do pressuposto da importância da constatação das características paradigmáticas da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis⁴ (EASS), adotada pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) de 2005. Nestes termos, a adoção do conceito de EASS nas práticas empresariais seria um indicador de qualidade.

A EAEB emergiu em meio a preocupações empresariais, face a respostas demandadas por órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Muitas vezes ela tem sido designada erroneamente a atividades curtas de treinamento ambiental regular do público interno das empresas ou a ações fragmentadas, efêmeras e desarticuladas para o público do seu entorno na forma de: hortas, reciclagem, desfiles, caminhadas em trilhas, ações que muitas vezes são apenas sensibilizações, ou seja, parte de uma proposta de EA. Em outras vezes as ações são encaradas como respostas a Termos de Ajustes de Conduta (TAC) devido a incidentes, acidentes ambientais ou para a certificação ambiental como a busca pela ISO

⁴ A EASS foi adotada pelo ProNEA - documento referência para a implementação do PNEA, por isso, a defesa da adoção dos seus parâmetros para o exame da qualidade conceitual da EA (Pedrini; Pelliccione, 2007). Ademais, vale mencionar que a EASS tem por base o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS), inserindo-se em uma perspectiva de contraposição à Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).

14001. Em geral, esses treinamentos são de eficácia/ efetividade conceitual e metodológica questionáveis por ausência de referencial teórico-prático conceitual e metodológico desde sua concepção até a avaliação final da atividade (Pedrini; Pelliccione, 2007, p. 2).

Tomando por referência a qualidade do conceito de EA presente no ProNEA, os autores adotaram a análise de conteúdo de publicações usando seis Indicadores de Qualidade Conceitual (IQC) para uma EASS, a saber: *emancipatória, transformadora, participativa, abrangente, permanente e contextualizada*. A conclusão foi de que os conceitos eram, em sua maioria, não informados ou inadequados, tornando a EAEB deficiente, com processos que sugerem equívocos e suspeição de qualidade. Por fim, houve a recomendação de estudos de caso aprofundados por empresa, com triangulação e confrontação entre os discursos e a prática empresarial.

Levando em conta o predomínio de abordagens pragmáticas na EA, bem como a disputa pelos sentidos do que seria uma EA crítica, fica evidente a relevância de pesquisas que avaliem a influência de programas empresariais que acabam por impactar na formação docente e discente. Os reflexos dos programas do agronegócio na EA, portanto, merecem ser devidamente examinados, principalmente por conta da relação desse setor com problemas ambientais, o que poderia caracterizar um conflito de interesses.

Para Delgado (2013), apesar de ser definido como um somatório dos negócios que envolvem o “agro”, a economia do agronegócio é uma construção histórica que remete ao processo de modernização da agricultura nos anos 1960, mas que se estabelece de fato nos anos 2000, após a reestruturação neoliberal. Em síntese, o agronegócio pode ser considerado muito mais do que uma estratégia econômica, visto envolver a construção ideológica de “uma hegemonia pelo alto – da grande propriedade fundiária, das cadeias agroindustriais muito ligadas ao setor externo, e das burocracias de Estado (ligadas ao dinheiro e à terra)” (Delgado, 2013, p. 63-64).

Vale destacar as consequências sociais e ambientais desse modelo:

Em tais condições o setor primário fica escalado para *superexplorar recursos naturais* com exportação de “commodities”. Provoca evidentemente *consequências ambientais, que são custos sociais não internalizados na conta do empreendedor, mas completamente detectáveis na conta da sociedade* – desmatamentos e queimadas por um lado, com inegáveis contribuições ao efeito estufa; e intensificação do pacote técnico agroquímico, expandido fortemente, à taxa de 15% a.a. na utilização de agrotóxicos. As contaminações de solos, água superficiais e subterrâneos, alimentos e principalmente pessoas são um caldo de cultura desse estilo de agricultura de monocultivos. O agravante no caso é a relativa desarticulação dos órgãos públicos de prevenção e fiscalização (ANVISA), que não escapam ao crivo de controle político do agronegócio (Delgado, 2013, p. 66, grifos nossos).

Ao tratar da consolidação do agronegócio, Naninni considera que este se utiliza de diferentes *aparelhos ideológicos*, incluindo instituições de ensino, para se consolidar como “modelo produtivo de sucesso, sustentável e eficiente” (2022, p. 74). Salienta ainda que “esse discurso, busca ocultar e negar as próprias contradições e desigualdades sobre as quais se sustenta o sistema capitalista de produção” (*Ibid.*). Com efeito, o discurso de eficiência produtiva, propagado como a única alternativa pela mídia hegemônica, visa legitimar a ideia de *modernização do latifúndio* como solução para as desigualdades e a degradação ambiental, camuflando suas externalidades negativas (Naninni, 2022).

Após esta breve contextualização do agronegócio, cabe a análise de sua inserção no campo da educação. Na revisão de literatura foi possível observar alguns estudos sobre a relação entre agronegócio e educação, desenvolvidos nos últimos anos. Dentre eles, destacamos os que concluíram pela caracterização de uma ofensiva do setor sobre a educação (Alentejano *et al.*, 2022, Cordeiro, 2022, Monteiro, 2024). Neste aspecto, é ilustrativo o entendimento que a “força política cada vez mais evidente do agronegócio tem levado seus representantes a ampliar os campos da vida social nas quais o setor busca ditar os rumos e a educação tem sido uma das frentes dessa ação.” (Alentejano *et al.*, 2021, p. 466).

Monteiro (2024) defende que o agronegócio possui um projeto político de país, no qual existe a intenção de construir uma *agrossociedade*. Para o autor, “o agronegócio

atua em um elo entre cultura e política” (Monteiro, 2024, p. 250) e “utiliza a educação como instrumento favorável para sua expansão em todo o território nacional” (*ibid.*). É possível observar que tais apontamentos corroboram o entendimento acerca da investida do setor na educação, bem como a necessidade de estudos sobre a temática.

No que diz respeito à questão ambiental, Lamosa e Loureiro (2014) concluíram que a ação da ABAG retira o caráter público da escola, tendo em vista seus interesses privados. Logo, o objetivo de valorização da imagem do setor vincula-se a uma difusão ideológica na qual o agronegócio está atrelado à sustentabilidade e à responsabilidade social. Os mesmos autores constataram, em outro estudo, que o programa difunde nas escolas uma visão de sociedade sem conflitos e um consenso sobre o modelo agrário dominante (Lamosa; Loureiro, 2015).

Na mesma direção, Mendes e Talamoni (2018), em estudo sobre a ABAG/RP, relacionaram o neoliberalismo e a EA, demonstrando que a emergência das parcerias público-privadas na educação abriu espaço para o setor empresarial sob o discurso colaborativo, neutro e solidário. Com isso, haveria uma inviabilização de ações críticas de EA e o reforço de ideologias neoliberais que atuam na manutenção das desigualdades socioambientais. Em relação ao PEA, concluíram que há o reforço da adequação dos indivíduos, perdendo-se o papel de formação intelectual e crítica da educação escolar, o que é facilitado pela postura das Secretarias Municipais de Educação que se isentam da responsabilidade de análise ou coadunam com a associação.

Para Mendes e Maia (2020), o programa executado pela ABAG/RP possui um viés utilitarista, resultando no enfraquecimento do desvelamento das reais condições socioambientais do campo brasileiro. Pontuam, ainda, a escassez de formação inicial e continuada de professores em EA como um fator de abertura para o ingresso de diferentes instituições na educação pública, vistas como a única opção formativa para o corpo docente.

O que queremos chamar a atenção é que a apropriação do discurso ambiental por diferentes setores sociais, respaldados pelas políticas públicas –

como é o caso da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (Brasil, 1999) - se inseriu nas escolas sem que se levassem em consideração quais impactos seriam gerados à formação humana dos indivíduos (Saviani; Duarte, 2012), tornando tal discurso como homogêneo numa sociedade que se mantém socialmente desigual devido ao modo de organização da vida (Mendes; Maia, 2020, p. 77-78).

Em estudo anterior sobre os materiais vencedores dos concursos do PEAE em sua etapa digital (2020 a 2022), observamos que a questão agrária, o trabalho docente e a sustentabilidade são pontos centrais do que denominamos de *pedagogia do agronegócio* (Cordeiro, 2023). De acordo com a análise, concluímos que o PEAE acaba por influenciar uma percepção positiva do setor, promovendo a negação ou ocultamento dos seus impactos negativos. Por meio de uma metodologia que envolve concursos, premiações, materiais educativos e capacitação, a autonomia docente parece estar em risco: fato evidenciado pelos planos de aula, vencedores do concurso, que articulam o setor à sustentabilidade ambiental.

Portanto, encontramos evidências de que as ações do agronegócio no campo da educação, especificamente do PEAE da ABAG/RP, podem estar comprometendo o papel educativo da EA no interior das escolas públicas do país. Ao capacitar e formar estudantes de acordo com seus princípios e premissas, o setor empresarial poderia promover um rebaixamento da discussão ambiental, com o esvaziamento dos seus fundamentos críticos e a fragilização da autonomia docente. Logo, os reflexos para a questão ambiental podem ser consideráveis.

2. Análise do Programa Educacional “Agronegócio na Escola” (PEAE)

A análise documental empreendida abrangeu quatro das sete publicações do PEAE, denominadas *Módulos Agronegócio na Escola* (ABAG/RP, 2023).⁵ Os módulos sele-

⁵ Os módulos on-line possuem, além de textos sucintos, imagens, gráficos, mapas, abas “saiba +” e alguns vídeos, sendo que nosso foco foi a parte textual e os vídeos não compuseram a análise. Vale destacar que os módulos

cionados foram os quatro primeiros, que são numerados e mais abrangentes: 1. *Descobrimos a agricultura*; 2. *O que é o agronegócio?*; 3. *O agro e a sustentabilidade*; 4. *Desenvolvimento Sustentável*. Excluímos da análise os três módulos mais específicos - *Cadeia produtiva do café*; *Cooperativismo*; e *Vamos falar de abelhas?* (Figura 1).⁶

Figura 1 – Site da ABAG/RP com os Módulos Agronegócio na Escola.



Fonte: ABAG (2023).

analisados corresponderam ao ano de 2023. Disponível em: <https://www.abagrp.org.br/modulos-agronegocio-na-escola>. Acesso em 27/08/2023 (ABAG/RP, 2023).

⁶ Esta escolha metodológica teve por fundamento tanto a necessidade de recorte da pesquisa pelos limites de análise para a estruturação desta pesquisa/deste artigo, quanto ao fato de serem módulos extras, que tratam de assuntos mais específicos da agropecuária. Portanto, privilegiamos os quatro módulos “base”, que alicerçam os conteúdos e discursos do PEAE/ABAG-RP e que já constituem extenso material de estudo, sem desprezar a pertinência de futuras análises dos demais módulos.

Metodologicamente, procuramos primeiramente ler todo o conteúdo dos módulos, destacando os assuntos e/ou conteúdos ambientais presentes. Com efeito, cotejamos o discurso do material com dados e informações sobre as práticas concretas do agronegócio, além de estudos científicos que corroborariam ou refutariam os discursos encontrados. Em seguida, rastreamos os discursos ausentes, para, então, proceder a uma classificação do discurso textual de acordo com algumas variáveis estabelecidas no campo de estudo da EA. Por fim, procuramos relacionar o discurso, presente e ausente, dos módulos com as *práticas sociais* do agronegócio - para além do elemento semiótico.

Em relação às variáveis utilizadas na análise documental, selecionamos: a classificação de Layrargues e Lima (2014) em *macrotendências*: conservacionista, pragmática e crítica; a divisão da EA em *correntes*, propostas por Sauvé (2005): naturalista, conservacionista/recursista, resolutiva, sistêmica, científica, humanista, moral/ética, holística, biorregionalista, praxica, crítica, feminista, etnográfica, ecoeducação e da sustentabilidade; a identificação de *tipologias* da EAE, conforme Braga (1995): conservadora, legalista e estratégica⁷; os IQC para uma EASS (Pedrini, Pelliccione, 2007); e a classificação em duas grandes *concepções* ou *vertentes*: conservadora e alternativa (Layrargues; Lima, 2014).

Isto posto, apresentamos os pontos centrais da análise empreendida. O módulo 1, *Descobrimos a agricultura*, estrutura-se como uma narrativa sobre o surgimento e o desenvolvimento da agropecuária, tendo por pano de fundo o ideário do progresso, no sentido da forte vinculação entre o setor e o desenvolvimento técnico e científico. Temas da questão ambiental surgem em seis momentos, sempre de forma *marginal* e, em geral, passando-se um entendimento da natureza enquanto recurso e/ou domínio.⁸

⁷ Com base em Braga (1995) e Pedrini e Pelliccione (2007), entendemos que a tipologia *conservadora* teria por intuito desviar a atenção dos impactos ambientais gerados, por meio de *greenwashing*; a *legalista* teria por objetivo atender a pressões de legislações socioambientais com o fim de sensibilizar o público externo; e a *estratégica* teria uma postura mais proativa, proveniente da busca de certificações, produtividade e melhoria de imagem.

⁸ O que pode ser evidenciado quando se diz que no Neolítico parte do sustento passou a ser retirado da terra; na menção a mecanismos de imitação da natureza, como os sistemas de irrigação inteligentes que não desperdiçariam água; e nas descobertas científicas que contribuíram para a agropecuária, como a transgenia e os fertilizantes.

A agricultura brasileira é apresentada como a que possui a maior tecnologia para áreas tropicais, permitindo o emprego de cultivos intensivos, “sempre respeitando o meio ambiente” (ABAG/RP, 2023, s.p.). A pesquisa e a inovação adentram o módulo de forma relacionada à revolução verde, sem contrapontos. A Embrapa é apresentada como responsável por “superar as barreiras que limitavam a agricultura na região tropical” (*ibid.*), permitindo produzir em terras antes consideradas impróprias, como o Cerrado. Em nenhum momento a “abertura de novas áreas” (*ibid.*) é problematizada no que diz respeito aos seus impactos ambientais negativos, tais como o desmatamento do Cerrado, o uso de agrotóxicos e a perda da biodiversidade.

No encerramento do módulo, conclui-se que “com o tempo, as práticas relacionadas à conservação de recursos naturais, principalmente de solo e de água, foram adotadas” (*ibid.*). Tal afirmação sugere que no passado isso foi um problema que, no entanto, já estaria solucionado, não havendo necessidade de maiores aprofundamentos.

No módulo 2, *O que é agronegócio?*, o foco é a sua definição. Este é ligado à noção de cadeia produtiva, compreendendo atividades antes, dentro e depois da porteira, entendimento que, além de poder superestimar economicamente o setor (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021), pode apagar a existência da agricultura familiar/camponesa. Ao abordar a segurança alimentar, as práticas ambientalmente sustentáveis estão incluídas em uma citação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

No que se refere ao aumento da produção de grãos, o Brasil é anunciado como exemplo de sustentabilidade para o mundo, visto que de 1990/1991 para 2020/2021, a produção teria crescido 339%, enquanto a área plantada teria expandido apenas 82%, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Com isso, chega-se à conclusão que a tecnologia avançada do setor evitou a abertura de novas áreas, o que seria denominado de “desmatamento evitado” (ABAG/RP, 2023). Nessa construção discursiva, o agronegócio é alçado, conseqüentemente, à posição de protetor ambiental.

Primeiramente, observamos que os números apresentados são restritos a apenas uma cadeia produtiva, a de grãos, excetuando-se os dados da pecuária e da fruticultura,

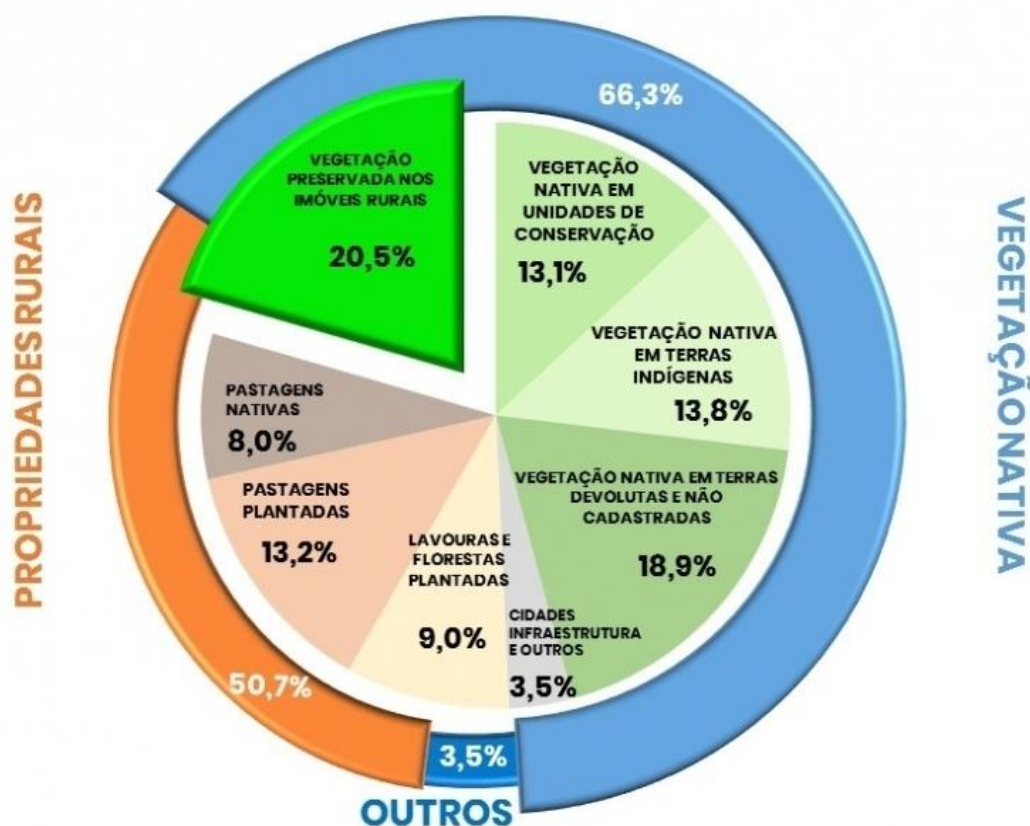
por exemplo. Segundo, e talvez o mais importante, é que todos os grãos de todas as propriedades estão sendo contabilizados como provenientes do agronegócio, ou seja, a produção de pequenas e médias propriedades, incluindo-se a agricultura familiar/camponesa. No mais, não existe indicativo seguro de que os 82% de expansão de área de grãos não compreendem desmatamento ilegal e grilagem de terras. Portanto, esses dados não elucidam, de fato, a realidade do avanço da área plantada e da produção do agronegócio, bem como do desmatamento real e do supostamente “evitado”.

Na seção *uso e ocupação de terras*, os seguintes dados referenciados de um levantamento da Embrapa Territorial são apresentados: ocupação de 30,2% das terras pela agropecuária, sendo 21,2% destas cobertas por pastagens e 1,2% por florestas plantadas; 66,3% de área coberta por vegetação nativa, das quais 25,6% seriam áreas de preservação em propriedades rurais (provavelmente, Áreas de Reserva Legal/ARL). Importante notar que não há aprofundamento sobre essas áreas de preservação e a legislação que as torna obrigatórias.⁹

Portanto, de acordo com os dados apresentados no módulo (**Figura 2**), 50,7% do território seria de propriedade rurais, sendo 30,2% em ocupações produtivas e 20,5% de vegetação preservada nos imóveis rurais. Observamos que, segundo as informações transmitidas, não é possível afirmar se os desmatamentos ilegais realizados pelo setor em áreas de cobertura nativa são contabilizados, bem como as ARL que não atendem às exigências – sujeitas à recomposição ou compensação.

⁹ No módulo 4 há a menção ao Código Florestal e a “milhares de legislações ambientais” federais e estaduais que, segundo o texto, se sobrepõe e contradizem.

Figura 2 – Uso e ocupação de terras no Brasil.



Fonte: Abag (2023).

Além disso, ao apresentar as diferentes formas de agricultura, o material questiona, sutilmente, a capacidade da agricultura orgânica de garantir uma segurança alimentar sustentável. A agricultura familiar/de subsistência é mencionada de forma breve e articulada a menor tecnificação, às comunidades tradicionais e aos assentados da reforma agrária. O módulo é encerrado com a mensagem de que, no Brasil, “os produtores rurais [estão] conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente” (Abag, 2023, s.p.) . Nota-se que esta construção discursiva acaba por deslegitimar as formas não dominantes de discurso, enquanto o agronegócio é representado como um fato incontestável, já que não existiriam alternativas viáveis.

No terceiro módulo, dedicado ao *O agro e a sustentabilidade*, o setor é apresentado como sustentável a partir das diferentes tecnologias aplicadas: plantio direto, que evita

a erosão e emissão de gases do efeito estufa (GEE); rotação de culturas, que melhora a qualidade nutricional do solo e a produtividade; biotecnologia; transgenia, que diminuiria o uso de *agroquímicos*; nanotecnologia; agricultura de precisão, que reduziria “eventuais impactos negativos ao meio ambiente e à saúde dos operadores” (ABAG/RP, 2023, s.p.) pela aplicação precisa de fertilizantes e *defensivos*; agricultura 4.0; e controle biológico, que diminuiria o uso dos *defensivos agrícolas*.

Em seguida, o material faz uma defesa do setor em relação ao uso dos “agroquímicos” (ABAG/RP, 2023), demarcando a necessidade do controle químico e da redução da burocracia e dos custos da aprovação de novos produtos que seriam mais modernos e seguros. Além de enfatizar sua segurança, o material se contrapõe a dados de que o país seria o maior consumidor de *agroquímicos* do mundo.¹⁰ Por fim, há menção à política de logística reversa dessas embalagens, cuja taxa de 94% de reciclagem seria inspiração para outros países.¹¹

Chamam a atenção dois fatos: primeiro, a incorporação de algumas técnicas/tecnologias que são difundidas e disseminadas na agricultura alternativa/sustentável, como largamente empregadas na agricultura convencional/agronegócio, sem menção à agricultura familiar/camponesa; segundo, a ausência do uso da categoria de agrotóxicos, oficial no Brasil (Brasil, 2023), optando-se pelo uso de termos não oficiais, tais como *agroquímicos*, *defensivos agrícolas*, *defensivos* - o que demarca o projeto político do setor em mudar a denominação vigente, devido a seu teor de *marketing* negativo.

No mais, a biotecnologia e a transgenia são introduzidas apenas pelo viés de modernização. Com isso, seus contrapontos não são apresentados, como no caso do

¹⁰ Para entender, de forma introdutória, a controvérsia sobre a afirmação de que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, sugerimos a reportagem da Agência Pública (GRIGORI, 2019), na qual a geógrafa Larissa Bombardi (USP) argumenta que o cálculo feito pela FAO (e usado pelo setor) não reflete a realidade brasileira. Para a discussão acerca da relação entre o uso de agrotóxicos pelo agronegócio e a violência social e ambiental, que provocaria uma *varredura social e ambiental* e um *colonialismo químico* do Sul Global, sugerimos a leitura de Bombardi (2023).

¹¹ Vale ressaltar que a logística reversa é obrigatória para os agrotóxicos, de acordo com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) de 2010.

aumento do uso de agrotóxicos em sementes resistentes e da discussão científica acerca dos riscos à biodiversidade. Depreende-se que o imperativo da tecnologia, por si só, isenta o setor de danos ambientais, atribuindo-lhe automaticamente o adjetivo de sustentável, a despeito de suas *práticas sociais* concretas em suas *atividades produtivas*.

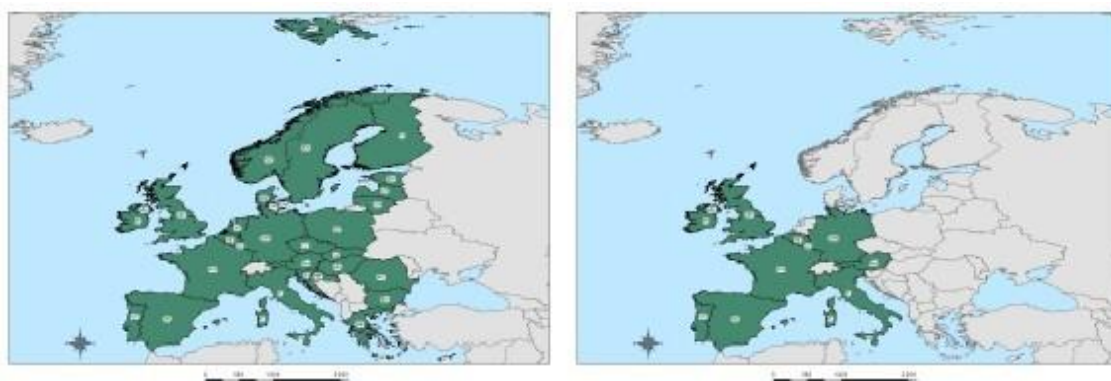
No quarto módulo, *Desenvolvimento Sustentável*, o conceito em questão pressupõe a integração entre as dimensões econômica, social e ambiental, conforme preconizado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Um breve histórico sobre o debate ambiental introduz o tema – tratando de marcos como o Clube de Roma, a questão da Camada de Ozônio e a Eco-92. Ao tratar dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), o agronegócio é apresentado como um grande aliado para a conquista de suas metas.

De forma a articular agronegócio e sustentabilidade, vários exemplos são mobilizados, sem indicação de fontes, dos quais destacamos: a ampliação da produção de alimentos sem aumento, na mesma proporção, do uso de terras; a incorporação de áreas pela conversão de pastagens, evitando o desmatamento; o pioneirismo na geração de energia limpa e renovável e na descontaminação e reciclagem de embalagens vazias de agroquímicos; o emprego de sistemas eficientes de irrigação; o manejo eficaz dos recursos naturais, pelo emprego de alta tecnologia.

Em continuidade, é dito que os agricultores brasileiros seriam os maiores responsáveis pela preservação ambiental do país, já que dos 66,3% de vegetação nativa, cerca de 26% estariam em propriedades rurais, de acordo com o Cadastro Ambiental Rural (CAR).¹² A dimensão da área preservada pelo setor é enfatizada em uma comparação de equivalência em relação a países europeus (**Figura 3**) na seção intitulada “O produtor rural e a preservação ambiental”.

¹² Em uma das abas “saiba +” do módulo, ao se falar sobre o Novo Código Florestal, que seria o mais rígido do mundo, se afirma que este gerou questionamentos jurídicos, logo, insegurança para produtores e proprietários, havendo a necessidade de revisão e modernização. No mais, cabe pontuar que o CAR é um cadastro permanente e declaratório, portanto, apresenta certos limites metodológicos na atualidade.

Figura 3 – Equivalência entre áreas de preservação no país e as áreas de países europeus.



Segundo a Embrapa Territorial, as áreas dedicadas à proteção e à preservação da vegetação nativa no Brasil equivalem a 28 países da Europa: **Irlanda, Reino Unido, Portugal, Espanha, França, Bélgica, Luxemburgo, Alemanha, Áustria, Itália, Holanda, Eslovênia, Dinamarca, Noruega, Suécia, Grécia, Bósnia e Herzegovina, Eslováquia, Eslovênia, República Tcheca, Polônia, Romênia, Bulgária, Chipre, Letônia, Lituânia, Estônia e Finlândia.**

Somente as áreas dedicadas à preservação da vegetação nativa nos imóveis rurais brasileiros equivalem a 10 países da Europa: **Irlanda, Reino Unido, Portugal, Espanha, França, Bélgica, Luxemburgo, Alemanha, Áustria e Itália.**

Fonte: Abag (2023, s.p.).

A questão da água é inserida na defesa de que o seu uso na agricultura não representa perda de recursos, já que esta seria devolvida *limpa* por meio de evaporação, percolação e evapotranspiração, e que a maior parte da água utilizada seria proveniente da chuva. As mudanças climáticas são discutidas no sentido de demonstrar o quanto geram impactos negativos para o setor, concluindo-se pela importância da gestão da água e do melhoramento genético das plantas. Mais uma vez, contrapontos e reflexões acerca dos dados sobre a relação entre o setor, o desmatamento, a questão da água, a poluição e o aquecimento global não são trabalhados.

A questão energética é discutida a partir do uso de fontes renováveis no país, como as hidroelétricas, para então se focar nos biocombustíveis - especialmente o etanol. Sua defesa tem por argumento a menor emissão de GEE, assim como o menor impacto na saúde humana, por evitar a dispersão de material particulado fino (MP 25). Todavia, os impactos negativos da monocultura de cana-de-açúcar, tanto do ponto de vista trabalhista quanto do ambiental, não são apresentados.

O conceito de ESG (*environmental, social, governance*) é apresentado enquanto valores vistos com bons olhos pelo meio empresarial, dando a entender que o agronegócio compartilha tais valores por meio de boas práticas ambientais, de governança e trabalhistas. O módulo é encerrado com a seguinte mensagem:

O agronegócio brasileiro não é sustentável apenas pelos investimentos na área ambiental, como na prevenção de incêndios, por exemplo, mas também pela atenção dada ao pilar social, seja com funcionários, com os clientes ou com toda a sociedade (ABAG/RP, 2023, s.p.).

166

Ignora-se, portanto, os reflexos do setor para a crise climática, bem como suas acusações de violação dos direitos trabalhistas, evidenciados pelos dados de trabalho escravo denunciados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

3. Resultados e discussões

A análise dos discursos mobilizados no material educativo do PEAE demonstra que as ausências no discurso ambiental dos módulos são significativas, visto que o setor não é em nenhum momento implicado como agente de danos ambientais. Neste cenário, a tecnologia parece ser um escudo defensivo em relação a um agronegócio que seria moderno, contrapondo-se a uma agropecuária arcaica, do passado. O apagamento da

agricultura familiar/camponesa, maior responsável pela produção de alimentos básicos do país, somado à recusa ao uso do termo agrotóxicos, a não discussão acerca dos impactos dos transgênicos, bem como dos agrotóxicos e das monoculturas de cana-de-açúcar (etanol), demonstram omissões intencionais.

Identificamos a presença de informações imprecisas e seletivas, além de distorções integrais e parciais. As afirmações acerca do uso da água¹³, por exemplo, parecem omitir ou negar evidências científicas. O tratamento das mudanças climáticas, restrito à matriz energética e à água, nos valida concluir que a ABAG/RP opera omissões que contribuem para um entendimento equivocado da questão ambiental e para o ocultamento dos agentes sociais responsáveis pela degradação do meio ambiente.

Tendo por base os dados divulgados pelo Observatório do Clima (Potenza, 2023), o Brasil é o sétimo maior emissor de GEE do mundo, sendo que a *Mudança de uso da terra e floresta* (MUT) e a *Agropecuária* são as áreas com as maiores emissões de GEE do país. Concluiu-se que, em 2021, a agropecuária em sentido amplo foi responsável por 74% da poluição climática do Brasil - dos quais 25% foram provenientes da agropecuária, especialmente pela emissão de metano na pecuária; e 49% da MUT, principalmente pelo desmatamento associado à pressão por novas áreas agrícolas.¹⁴ O fato destas informações não serem abordadas, evidencia não apenas o descomprometimento com a sustentabilidade, como também demonstra o caráter corporativo e possivelmente negacionista do programa.

¹³ Segundo Montoya e Finamore (2020), a taxa de retorno da água na agropecuária é inferior (30%) à de incorporação/consumo (70%) e 90% do consumo total da água no país seria do agronegócio e agregados, por conta da incorporação de grande parte da água que utilizam em seus produtos. No mais, evidências científicas divulgadas no Dossiê ABRASCO apontam a contaminação por agrotóxicos das águas de consumo humano e até da chuva (Carneiro et al., 2015).

¹⁴ De acordo com o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017): 81% dos estabelecimentos rurais possuem até 50 hectares (ha), mas ocupam apenas 13% da área, em contrapartida 17% possuem acima de 500 ha e ocupam 59% da área; os estabelecimentos considerados de agricultura familiar são um total de 77%, mas ocupam apenas 23% da área; em relação ao uso de agrotóxicos, 33% dos estabelecimentos de até 50 hectares (ha) declararam uso, enquanto esse percentual foi de 43% em estabelecimento de 500 ha a 100 ha, 49% de 1.000 ha a 2.500 ha e 56% acima de 2.500 ha. Parece-nos inequívoco, portanto, que o agronegócio, representado nos dados pelos grandes estabelecimentos, é o maior responsável pelas emissões de GEE (MUT e agropecuária) e pelo uso de agrotóxicos.

Em estudo sobre os impactos da expansão do agronegócio na conservação de recursos naturais, Gomes (2019) destacou que os seus efeitos podem ser irremediáveis a longo prazo, sendo necessário considerá-los nos custos de operação. Isto posto, repensar o atual modelo de desenvolvimento tecnológico seria inadiável para autora, pois

A expansão do agronegócio no Brasil se distancia de caminhos que visam à sustentabilidade dos recursos naturais, em função das suas atividades provocarem a degradação física e a contaminação do solo, por meio de manejos intensivos e uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes, que podem comprometer a qualidade das águas dos sistemas hídricos, incluindo mananciais, nascentes e águas subterrâneas (Gomes, 2019, p. 71).

Ao considerarmos os referidos aspectos na retomada das variáveis da EA selecionadas para análise, foi possível alcançar resultados significativos. Concluímos que a macrotendência do programa em questão seria a *pragmática*, porém um pragmatismo cujo foco não é repassar soluções individuais e/ou propor a resolução de problemas da comunidade, mas sim propagar as alegadas ações ambientais do setor. Desse modo, a tipologia *conservadora* é a que melhor define o programa, visto que seu objetivo se restringe ao *marketing* empresarial, de forma condizente com a prática de maquiagem verde. Entendemos que a corrente que mais diálogo com o material estudado é a *conservacionista/recursista*, que tem um entendimento da natureza como recursos que devem ser bem geridos por serem necessários para a produção ou para se atender à legislação - como nos casos das Reservas Legais, da gestão da água e dos resíduos de embalagens de agrotóxicos. Vale destacar que a mensagem passada não visa difundir comportamentos no público-alvo, mas sim publicizar as alegadas boas práticas do setor.

Retomando os IQC para uma EASS (Pedrini; Pelliccione, 2007), verificamos que apenas o indicador de EA *permanente* poderia ser considerado adequado, já que o programa é uma ação continuada, com edições abertas anualmente. Em contraposição, não possibilita de forma adequada uma formação para a resolução de problemas

ambientais (EA emancipatória); não possibilita mudanças de atitudes para sociedades sustentáveis (EA transformadora); não estimula mobilizações coletivas (EA participativa); não envolve a totalidade dos grupos sociais (EA abrangente); e não age na realidade da coletividade, de modo a alcançar uma dimensão planetária (EA contextualizadora).

Os assuntos e conteúdos abordados são inseridos de forma a omitir e/ou negar seus impactos ambientais nocivos, ao mesmo tempo em que propaga uma imagem limpa e verde, isto é, ambiental e socialmente responsável. As tentativas de dissociação entre o avanço do setor, o desmatamento, as mudanças climáticas, a contaminação por agrotóxicos, entre outros, mostram-se evidentes. Com efeito, o programa, por sua metodologia, acaba por promover a adesão com vistas às premiações via concursos realizados, estimulando uma competição que objetiva a conquista de bens materiais, muitas vezes de difícil acesso para estudantes, docentes e escolas da rede pública. Este fato acaba por estimular uma reprodução acrítica do discurso propagado nos materiais disponibilizados, condizente com os parâmetros dos concursos (Cordeiro, 2023).

Em consonância com a análise dos quatro *Módulos Agronegócio na Escola*, entendemos que ao selecionar temas e assuntos em conformidade com os seus interesses de classe, desconsiderando dados e fatos reais, mas inconvenientes, o PEAE perde qualquer caráter científico e educativo. Tal consideração alinha-se a observação de Naninni que dados de órgãos governamentais, podem ser usados pelo agronegócio “como slogan para a concretude do seu projeto hegemônico” (2022, p. 76). Em contraste, os dados que contradizem seu discurso são ocultados.

Ou seja, o agronegócio, paulatinamente se apresenta como organizador da construção simbólica do poder, ancorando-se no discurso de eficiência produtiva e sustentabilidade. Desse modo, tenta mascarar as mazelas socioambientais resultantes de seu *modus operandi*, e, simultaneamente, consegue o reconhecimento e o prestígio na esfera política e social (Naninni, 2022, p. 102).

Importante pontuar que tais resultados corroboram não apenas com a literatura que trata das relações entre entidades do agronegócio e a EA, como também com as

análises que indicam o estabelecimento de processos de fragilização de abordagens críticas, com a consequente hegemonização do conservadorismo. Neste aspecto, Layrargues defende que sob o signo do antiecológico houve uma colonização da EA pela fórmula neoliberal, que teria assumido o projeto societário capitalista, procedendo a uma “prática pedagógica reducionista, instrumental, normativa, conteudista e totalmente acrítica” (Layrargues, 2018, p. 35).

Portanto, a inserção do agronegócio na educação mostra-se condizente com o movimento de avanço do neoliberalismo neste campo, em que o empresariamento da educação e a subserviência da EA ao capital (Layrargues, 2018) formam um amálgama - para nós evidenciado na EAEA. Nestes termos, defendemos que sua utilização em escolas e seus impactos na EA formal merecem a devida atenção.

Considerações finais

170

O presente trabalho de pesquisa partiu da revisão de literatura pertinente ao seu objeto de estudo, em direção ao estudo de caso do PEAE. Para tanto, procedemos a uma análise documental de quatro *Módulos Agronegócio na Escola*, elaborados pela ABAG/RP. A revisão de literatura apontou para um processo de ofensiva do agronegócio sobre a educação, em que a sua dimensão ambiental é constantemente mobilizada. Com isso, a EA passa a ser alvo de diferentes programas educacionais empresariais do agronegócio, com efeitos que denunciam um tensionamento da função pública da educação e da autonomia docente. Em geral, a análise documental realizada, permeada pela ACD, corroborou as conclusões da bibliografia analisada.

Ainda que o PEAE não se apresente propriamente como uma iniciativa de EA, foi possível apreender que a dimensão ambiental não é somente central, mas que alguns docentes o entendem como parte desse componente (Mendes; Maia, 2019). Diante

desse contexto, o PEAE pode ser inserido na *macrotendência pragmática* da EA, além de se articular com a *tipologia conservadora*. O pragmatismo em questão assume uma forma particular, na qual tanto o meio quanto o fim são a imagem do agronegócio, o que condiz com a *tipologia conservadora* de EAE, devido ao seu descompromisso com o meio ambiente, instrumentalizado para o desvio de atenção de seus impactos. A corrente que parece ser mais condizente com o programa é a *conservacionista/resolutiva*, visto que, ainda que o programa não busque soluções nem prescrições comportamentais, a natureza é tratada como recurso bem gerido pelo capital agrário. Assim sendo, depreende-se que a concepção de EA que orienta o PEAE é a *conservadora*, uma vez que este almeja a manutenção da ordem social vigente, especialmente, a intocabilidade do agronegócio.

No material analisado, a visão da natureza enquanto recurso e domínio é, contraditoriamente, articulada a uma visão de harmonia com o agronegócio. Para tanto, são mobilizados dados e fontes de órgãos oficiais que supostamente sustentam a defesa do setor, em detrimento da ampla literatura que aponta seus efeitos ambientais nefastos.

171

Observamos indícios de que o discurso empresarial pode estar se tornando dominante na EA formal (Loureiro; Lima, 2012), permeada pela presença e expansão de programas como os do agronegócio. No entanto, em suas práticas sociais, a EAEA se coloca enquanto obstáculo à sustentabilidade ambiental, afetando particularmente a materialização de uma EA Crítica. O discurso do agronegócio, pavimentado pela ABAG, age no sentido de colonizar a EA, difundindo a sua *ideologia* e conformando a *hegemonia* do agronegócio para além da esfera econômica, como forma de manutenção de relações de poder e dominação (Fairclough, 2012).

No discurso em questão, o agronegócio é apresentado como um agente social abstrato, que pode ser compreendido, erroneamente, como a totalidade da agropecuária, ao mesmo tempo em que não é apresentado como um ator social responsável pela crise ambiental. Há, portanto, uma dissociação intencional entre agronegócio, grandes proprietários de terra/burguesia agrária e problemas ambientais. Com efeito, instaura-se

um discurso legitimador da *ordem social* preconizada pelo agronegócio, com objetivo de disseminação de sua *ideologia* e fortalecimento da sua *hegemonia* (Fairclough, 2012). Depreende-se, com base na ACD, que o discurso ambiental do agronegócio, que contrasta com suas *práticas sociais* concretas para além da semiose, revela seus interesses de classe e sua *função social* (Fairclough, 2012). Com isso, o setor visaria não apenas a manutenção de suas relações de produção, como também a sua legitimação perante a sociedade.

Ainda que seja apresentado enquanto um texto didático em sua forma, observamos um conteúdo com forte teor propagandístico. Consequentemente, o programa acaba tendo um teor muito mais condizente com a comunicação organizacional, em seu eixo de comunicação mercadológica, do que educacional. Tendo em mente o discurso com viés de propaganda, condizente com a maquiagem verde, como também a observância da relação direta do setor com a problemática ambiental, defendemos a pertinência da discussão sobre o conflito de interesses que permeia as ações do agronegócio no campo da educação.

172

Os resultados expostos evidenciam que a EA preconizada nos módulos do PEAEE vai de encontro à legislação vigente, conformando uma barreira para a compreensão da questão ambiental e sua superação. Assim sendo, a EAEA deve ser submetida ao escrutínio e controle da sociedade, mas, sobretudo, precisa ser responsabilizada quando fere o interesse público devido a seus interesses de classe.

Por fim, vale reforçar que, em consonância com o materialismo histórico e dialético, a ACD permite não apenas o exame de problemas na ordem social, mas também preconiza a identificação de resistências e alternativas para a mudança. Nesse sentido, entendemos que as *práticas sociais* não dominantes de agricultura, como as que defendem a agroecologia e a reforma agrária popular, precisam ser mobilizadas no enfrentamento do agronegócio. No campo da EA, a EA crítica-marxista (Oliveira, Kaplan e Dawidman, 2021) se insere em uma perspectiva de emancipação e transformação estrutural, no sentido de superação da concepção conservadora. No entanto, pontuamos

que outras hegemonias (Gramsci, 2014) só poderão se enraizar e se capilarizar, tanto na educação como um todo quanto no componente da EA, por meio do questionamento do empresariamento da educação, da superação da precarização do trabalho docente, da formação inicial e continuada crítica destes profissionais, bem como pelo financiamento adequado.

Referências

- ABAG/RP. **Módulos agronegócio na escola.** Disponível em: <<https://www.abagrp.org.br/modulos-agronegocio-na-escola>>. Acesso em 27/08/2023.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; CORDEIRO, Tássia; LINES, Roberta; SILVA, Leonam; LINHARES, Ingrid. A dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação: Fechamento de escolas e disputa político-ideológica. **Terra Livre**, v. 2, nº 57, pp. 433-470, 2022. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2320>>. Acesso em 14/09/2022.
- BRAGA, Tania. Educação ambiental, economia internacional e gestão empresarial. In: SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Raquel; BRAGA, Tania. (orgs.) **Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental.** São Paulo: Gaia, 1995, pp. 215-224.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, 1999.
- BRASIL. **Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023.** Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14785.htm#art65>. Acesso em 26/06/2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. São Paulo: Elefante, 2023.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; RIGOTTO, Raquel Maria; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; FRIEDRICH, Karen; BÚRIGO, André Campos (orgs.) **Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CORDEIRO, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e. **A hegemonia do agronegócio do campo à educação: Coerção e consenso na ofensiva contra a luta por terra e por Educação do Campo**. Tese (Doutorado) – Centro de Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

CORDEIRO, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e. Questão agrária, trabalho docente e sustentabilidade no contexto da “Pedagogia do Agronegócio”. **Anais do X Fala Professor(a)! Encontro Nacional de Ensino de Geografia**, Fortaleza, jul., 2023. Disponível em: <https://www.falaprofessor2023.agb.org.br/resources/anais/9/fp2023/1693527753_ARQUIVO_786c3112e189a2ab65f68bcb30061f42.pdf>. Acesso em 06/01/2024.

174

CHÃ, Ana Manuela. **Agronegócio e indústria cultural**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DELGADO, Guilherme Costa. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. **Revista Reforma Agrária**. Edição especial, pp. 61-68, 2013. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2013/10/revista-abra-agronegocio-e-realidade-agraria-no-brasil.pdf>>. Acesso em 14/02/2022.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica (versão para o português Iran Fernando Melo). **Linha d'Água**, v. 25, nº 2, pp. 307-329, 2012.

GOMES, Cecília Siman. Impactos da expansão do agronegócio brasileiro na conservação dos recursos naturais. **Cadernos do Leste**, v. 19, nº 19, pp. 63-78, 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, v. 3, 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

- GRIGORI, Pedro. Afinal, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo? **Agência Pública**. São Paulo, 24 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/06/afinal-o-brasil-e-o-maior-consumidor-de-agrotoxico-do-mundo/>>. Acesso em 03/07/2024.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: Dados definitivos, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos#caracteristicas-estabelecimentos>>. Acesso em 27/12/2023.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente e Sociedade**, v. 18, nº 1, pp. 23-40, 2014.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. Subserviência ao capital: Educação ambiental sob o signo do antiecológico. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 13, nº 1, pp. 28-47, 2018.
- LAMOSA, Rodrigo; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Agronegócio e educação ambiental: Uma análise crítica. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, nº 83, pp. 533-554, 2014.
- LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Educação e agronegócio**: A nova ofensiva do capital nas escolas públicas. Curitiba: Appris, 2016.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAMOSA, Rodrigo. A educação ambiental e o papel das escolas públicas na valorização da imagem do agronegócio. **Comunicações**, ano 22, nº 2, pp. 111-135, 2015.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LIMA, Maria Jaqueline Girão Soares de. A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: Nova estratégia do capital. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, nº 14, pp. 280-294, 2012.
- MENDES, Carolina Borghi; MAIA, Jorge Sobral da Silva. A educação ambiental e a educação do campo diante das interferências do agronegócio: Compreensões de professores de escolas públicas. **Ambiente e Educação**, v. 25, nº 2, pp. 73-103, 2020.
- MENDES, Carolina Borghi; TALAMONI, Jandira Liria Biscalquini. Neoliberalismo e educação ambiental: Uma leitura crítica sobre as relações público-privadas entre escolas e o agronegócio. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 11, nº 2, pp. 67-87, 2018.

- MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: ABRA/FES Brasil, 2021. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>>. Acesso em 23/02/2022.
- MONTOYA, Marco Antonio; FINAMORE, Eduardo Belisário. Os recursos hídricos no agronegócio brasileiro: Uma análise insumo-produto do uso, consumo, eficiência e intensidade. **Revista Brasileira de Economia**, v. 74, nº 4, pp. 441-464, 2020.
- MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques. **Geografias dos Discursos Hegemônicos: Estratégias do agronegócio brasileiro na educação**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
- NANNINI, Warllen Torres. A consolidação do agronegócio como modelo de produção hegemônico no Brasil e as externalidades da sua expansão. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 4, nº 1, pp. 72-127, 2022.
- OLIVEIRA, Ana Carolina Brasil de; KAPLAN, Leonardo; DAWIDMAN, Larissa Nascimento. Por uma educação ambiental crítica-marxista: Pressupostos teórico-metodológicos e implicações políticas no embate com as correntes pós-modernas. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 13, nº 2, pp. 550-574, 2021.
- PEDRINI, Alexandre de Gusmão; PELLICCIONE, Nina Beatriz Bastos. Educação Ambiental Empresarial no Brasil: Uma análise exploratória sobre sua qualidade conceitual. **Mundo & Vida**, v. 8, nº 1, pp. 1-9, 2007.
- POTENZA, Renata Fragoso; QUINTANA, Gabriel; CARDOSO, Anderson; TSAI, David; CREMER, Marcelo; SILVA, Felipe; GRACES, Ingrid; CARVALHO, Kaccnny; COLUNA, Iris; SHIMBO, Julia; SILVA, Camila; SOUZA, Edriano; ZIMBRES, Bárbara; ALENCAR, Ane; ANGELO, Claudio; AZEVEDO, Tasso. **Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil 1970-2021**. Observatório do Clima, 2023. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/SEEG-10-anos-v4.pdf>>. Acesso em 28/01/2024.
- SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das Correntes em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel (orgs.). **Educação Ambiental: Pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. pp. 17-45.

Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo Cordeiro é doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ e professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – Campus Maricá/RJ. **E-mail:** tassia.cordeiro@gmail.com

Artigo enviado em 25/01/2025 e aprovado em 20/05/2025.

Artigo

Diálogos sobre sustentabilidade: Análise da concepção de sustentabilidade no material de comunicação da *Anglo American* com as comunidades afetadas pelo empreendimento Minas-Rio

Julia Theodoro Soares

178

Resumo

Empresas do setor extrativista vêm se aproximando das agendas políticas ambientais desde a década de 2000. No que tange à mineração, essa aproximação se deu diante de uma crise na legitimidade do setor. A incorporação de práticas sustentáveis possui uma ligação com a recuperação da imagem das grandes mineradoras junto à sociedade civil. A partir desse movimento, empresas passam a se utilizar de conceitos como “mineração sustentável” e “boas práticas” para descrever suas formas de atuação. Neste mesmo período, houve, na América Latina, um processo de expansão das fronteiras extrativistas relacionado ao boom das *commodities*, levando a mineração para territórios anteriormente protegidos. É nesse cenário que começam as negociações para a implantação do empreendimento Minas-Rio, na região do Espinhaço Meridional, no estado de Minas Gerais, Brasil. Com a instalação do empreendimento, há também o estabelecimento de diversos conflitos motivados pelas consequências socioambientais de suas operações. As relações entre a mineradora Anglo American e as comunidades estabelecidas na região do Minas-Rio têm sido complexas e marcadas por fortes assimetrias de poder, o que levou a denúncias de violações de direitos fundamentais. Este artigo irá investigar os documentos de comunicação para com as comunidades localizadas no entorno do Minas-Rio. Nesse sentido, a pergunta de pesquisa que orienta este artigo é: Como a Anglo American caracteriza “sustentabilidade” em seu material institucional voltado para as comunidades no entorno do empreendimento Minas-Rio? Para respondê-la, foi feita uma análise de conteúdo do material institucional da empresa voltado para essa comunicação.

Palavras-Chave: Mineração; Desenvolvimento Sustentável; Sustentabilidade; Responsabilidade Social Empresarial.

Dialogues on sustainability: Analysis of the sustainability concept in *Anglo American's* communication materials for the communities affected by the Minas-Rio Project

Abstract

Extractivist sector firms have increasingly engaged with environmental policy agendas. When it comes to the mining sector, this rapprochement unfolded amid a legitimacy crisis. Adopting sustainable practices has, therefore, become intertwined with rebuilding the sector's reputation before civil society. Against this backdrop, corporations began to employ notions such as “sustainable mining” and “best practices” to describe many of their operations. During the same period, Latin America experienced an expansion of the extractive frontiers, closely linked to the commodities boom of the early 2000s, pushing mining activities into previously protected areas. It is in this context that negotiations began for the Minas-Rio Project in the southern Espinhaço region in Minas Gerais, Brazil. The project's installation also generated conflicts stemming from the socio-environmental impacts consequent to its operations. The relations between Anglo American and the communities living in the region have been complex and marked by pronounced power asymmetries from the beginning, leading to violations of the affected population's fundamental rights. This article investigates the company's communication material aimed at the communities living in the region. Accordingly, the proposed question is: How does Anglo American define “sustainability” in its institutional discourse aimed at the surrounding communities of the Minas-Rio Project? To address this question, the study undertakes a content analysis of the firm's community-oriented institutional documents.

Keywords: Mining; Sustainable Development; Sustainability; Corporate Social Responsibility.

Diálogos sobre Sostenibilidad: Análisis del concepto de sostenibilidad en los materiales de comunicación de *Anglo American* con las comunidades afectadas por el Proyecto Minas-Rio

Resumen

Las empresas del sector extractivo se han ido acercando a las agendas políticas ambientales desde la década de 2000. En lo que respecta a la minería, este acercamiento se dio ante una crisis de legitimidad en el sector. La incorporación de prácticas sostenibles está vinculada a la recuperación de la imagen de las grandes empresas mineras ante la sociedad civil. A partir de este movimiento, las empresas comenzaron a utilizar conceptos como “minería sostenible” y “buenas prácticas” para describir sus operaciones. Durante este mismo período, en América Latina, hubo un proceso de expansión de las fronteras extractivas relacionado con el auge de las *commodities*, llevando la minería a territorios previamente protegidos. En este escenario, comenzaron las negociaciones para la implementación del proyecto Minas-Rio en la región del Espinhaço Meridional, en el estado de Minas Gerais, Brasil. Con la instalación del proyecto, surgieron diversos conflictos debido a las consecuencias socioambientales de sus operaciones. Las relaciones entre la empresa minera Anglo American y las comunidades establecidas

en la región de Minas-Rio han sido complejas y marcadas por fuertes asimetrías de poder, lo que llevó a denuncias de violaciones de derechos fundamentales. Este artículo pretende investigar los documentos de comunicación con las comunidades ubicadas en los alrededores de Minas-Rio. En este sentido, la pregunta de investigación que guía este artículo es: ¿Cómo caracteriza Anglo American la “sostenibilidad” en su material institucional dirigido a las comunidades que albergan el proyecto Minas-Rio? Para responder a esto, se realizó un análisis de contenido del material institucional de la empresa dirigido a esta comunicación.

Palabras-clave: Minería; Desarrollo Sostenible; Sostenibilidad; Responsabilidad Social Empresarial.

Introdução

O empreendimento Minas-Rio está localizado na região central do estado de Minas Gerais, nas cidades de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim. Ele é responsável pela produção de 23,1 milhões de toneladas de minério de ferro, escoado por um mineroduto, considerado o maior do planeta do tipo (Anglo American, [s.d.]b). Todavia, a implementação deste empreendimento não se dá sem conflitos ambientais, violações de direitos humanos e efeitos diretos ao ecossistema da Serra da Ferrugem tendo sido reconhecidas (Santos *et al.*, 2018).

A mineradora responsável pelo empreendimento Minas-Rio, a companhia sul-africana Anglo American, possui uma relação histórica com práticas de responsabilidade social empresarial, considerando-as como parte intrínseca de sua formação e cultura (Rajak, 2011). Para efetuar a comunicação com as comunidades no entorno do empreendimento, a empresa possui publicações periódicas chamadas “Diálogo” e “Diálogo Mineroduto ao Porto”.

Com a emergência das questões ambientais nas agendas políticas nacionais e transnacionais, empresas do setor extrativo passaram a ser pressionadas pelos danos causados pelo setor ao ambiente e às comunidades no entorno dos empreendimentos. Assim, cada vez mais empresas passaram a propor práticas de “sustentabilidade” em seus quadros institucionais. Considerando esse cenário, a pergunta que motiva o presente artigo é: Como a Anglo American caracteriza “sustentabilidade” em seu

material institucional voltado para as comunidades que hospedam o empreendimento Minas-Rio? O objetivo principal é analisar quais os significados associados à ideia de sustentabilidade nos documentos produzidos pela Anglo American para a comunicação com as comunidades com o intuito de compreender qual a relação dessas formulações com a ideia de “Mineração Sustentável”.

O presente artigo está organizado em quatro seções para além da introdução. Na primeira seção serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para analisar as publicações da Anglo American. Em seguida, será apresentado o conceito de “mineração sustentável” e as contradições intrínsecas a ele. A seção seguinte visa explorar a história do empreendimento Minas-Rio, os conflitos ao redor da sua implementação e os alguns detalhes importantes sobre sua caracterização. Na seção de número 4, finalmente, serão apresentados os resultados do processo de análise de conteúdo executado.

1. Metodologia de análise

Para a análise dos textos escolhidos, foi feita uma Análise de Conteúdo do material. Visando produzir uma análise sistemática, os textos foram tratados por um processo de codificação com base em Saldaña (2009). É importante colocar que os textos foram lidos em sua totalidade, mas apenas as reportagens focadas em desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e meio-ambiente foram codificadas. Isso porque os temas levantados em outras reportagens, ainda que abordassem temas relevantes para a discussão das práticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), não faziam referências diretas à sustentabilidade ou às práticas de Mineração Sustentável.

Foram codificadas 21 revistas, sendo estas as publicações referentes ao período de janeiro de 2020 e fevereiro de 2023.¹ A escolha do recorte foi feita com base na disponibilidade do material no site da empresa no começo do mês de novembro de 2023.

A utilização do método de Análise de Conteúdo se deu via quatro etapas diferentes. A separação deste processo em etapas é importante para a transparência e sistematização da análise. É importante se considerar que para a execução de uma boa análise, é necessário que as escolhas do pesquisador sejam bem compreendidas e reproduzíveis por seus pares (Krippendorff, 2019).

O primeiro passo foi a definição do tipo de codificação que seria empregada. A codificação é uma técnica de condensação de dados textuais baseado na atribuição de códigos aos trechos do documento relevantes para as pesquisas. Os códigos são pequenas palavras ou frases que encapsulam os significados presentes no conteúdo lido (Saldaña, 2009). Com base na pergunta de pesquisa e no objetivo definido, foi executada uma primeira rodada de codificação descritiva, isto é: a atribuição de códigos que descrevem o conteúdo do texto que estava sendo lido.

182

A etapa seguinte foi a primeira rodada de leitura e codificação. Neste momento, foram separados os números das revistas que não possuíam nenhuma reportagem que tratasse dos temas de interesse deste artigo. Sendo assim, as publicações de título “Diálogo” referentes a janeiro e fevereiro de 2020 e maio e junho de 2020, foram lidas, mas não foram codificadas, logo não estão presentes nessa análise.

A terceira etapa consistiu em uma segunda rodada de leitura e codificação dos documentos. Aqui foi utilizada uma técnica diferente de codificação, cujo objetivo foi criar códigos mais amplos, que, mais tarde, seriam importantes para a identificação das categorias. Sendo assim, a leitura foi focada na formação de padrões presentes no conteúdo do texto.

¹ O Way Back Machine é uma ferramenta que faz parte do acervo do Internet Archive, uma iniciativa sem fins lucrativos que tem por objetivo a formação de um acervo das informações contidas unicamente na internet. A ferramenta Way Back Machine permite o acesso a versões de sites que saíram do ar ou foram substituídas. Como instituição, o Internet Archive faz parte das principais organizações de bibliotecas e acervos internacionais (Internet Archive, [s.d.]).

Na quarta etapa foi feita a análise dos dados levantados através dos códigos e padrões. Essa análise foi de natureza hermenêutica fenomenológica, considerando o objetivo do autor do texto analisado, suas características, o contexto em que as mensagens foram escritas e as características dos receptores (Adu, 2019). Estes elementos são apresentados na **Quadro 1**.

Quadro 1 – Características dos textos.

Características do texto	Objetivo do autor	Contexto em que o texto foi escrito	Características do leitor
Textos jornalísticos descrevendo as ações da empresa e dos funcionários nas cidades onde se localizam o empreendimento Minas-Rio.	Publicizar as práticas da empresa para a população das cidades que recebem as estruturas do empreendimento Minas-Rio.	As publicações são escritas por uma empresa de consultoria e relações públicas. Sendo assim, os documentos são escritos por funcionários ligados à consultoria e não diretamente à Anglo American.	Os leitores pretendidos são pessoas que vivem nos territórios que recebem as estruturas do empreendimento. São chamadas no texto de “comunidades de relacionamento com a Anglo American” (ANGLO AMERICAN, 2020; 2021; 2022; 2023).

183

Fonte: Elaborado pela autora com base em Anglo American (2020; 2021; 2022; 2023).

A partir das duas rodadas de codificação, e tendo em vista os elementos característicos do texto, foram extraídas quatro categorias principais de significados que eram atribuídos à ideia de sustentabilidade e práticas sustentáveis. Essas foram: sustentabilidade como mitigação de impactos negativos; sustentabilidade como ações para as comunidades; sustentabilidade como práticas de RSE; sustentabilidade como aplicação do Plano de Mineração Sustentável.

Se faz importante pontuar também que muitos temas relacionados à sustentabilidade aparecem latentes às reportagens presentes nas publicações analisadas. Isso é: em alguns volumes, há menções a projetos de incentivo a práticas agroflorestais nas comunidades, mas sem mencionar práticas sustentáveis (Anglo

American, 2020b). Também se destaca que alguns projetos relacionados à preservação do patrimônio histórico da região são gerenciados por analistas de desenvolvimento sustentável sem necessariamente referir-se a outras questões ambientais (Anglo American, 2020c). Sendo assim, as categorias encontradas serão melhor descritas e exploradas ao longo do presente artigo.

2. Mineração sustentável e suas contradições

O conceito de “sustentabilidade” ganhou importância nas políticas internacionais e locais com o aumento de discussões impulsionadas pelo ambientalismo nos anos 1960. A degradação ambiental levou a preocupações com a conservação da natureza nas esferas políticas, confrontando-se, contudo, com a continuidade de atividades econômicas industriais e extrativas (Sachs, 1999).

184

A Conferência de Estocolmo de 1972 marcou o início da integração da sustentabilidade nas políticas internacionais e domésticas (Kirsch, 2009). Desde meados dos anos 1970, questões ambientais começaram a ser parte da legislação de países do Norte Global (Sachs, 1999). No Brasil, políticas ambientais entraram na agenda nacional no início dos anos 1980 (Lopes, 2006).

Nas últimas décadas do século XX, o conceito de sustentabilidade na política visava a ideia da manutenção de um ambiente habitável para futuras gerações. Isso inclui a limitação da degradação ambiental e a manutenção de recursos naturais (Kirsch, 2009). O conceito de desenvolvimento sustentável visa criar condições para as pessoas terem acesso a recursos necessários para a realização de suas capacidades e superação da pobreza, mas de maneira a respeitar os limites do ambiente terrestre e manter seus recursos para o futuro (UNCEWD, 1987).

Com base nas pressões sociais e políticas levantadas pelo crescimento da preocupação com o ambiente e, conforme se recrudescem os conflitos sociais

relacionados às formas de apropriação deste (Lopes, 2006), empresas do setor minerário passaram a incluir em seus projetos a noção de mineração sustentável (Kirsch, 2009). Ressalta-se aqui que a partir da década de 2000, transnacionais minerárias se tornam cada vez mais presentes em conferências internacionais sobre o desenvolvimento sustentável (Orozco, 2018).

Porém, como colocado por Kirsch (2009), a mineração se caracteriza por um setor extrativo por natureza, responsável pela retirada de terras que jamais poderão ser reincorporadas aos territórios. Sendo assim, o autor considera o próprio conceito de mineração sustentável como um oxímoro.

A difícil conciliação entre mineração e sustentabilidade nos planejamentos das firmas mineradoras tende a se dar em relação à ideia de fomento na renda de membros das comunidades no entorno e o planejamento do fechamento de mina (Kirsch, 2009). Além disso, Orozco (2018) ressalta que nos planos de mineração sustentável, inclui-se também financiamento de obras nas cidades onde se localizam os empreendimentos e formação de uma relação íntima com as representações do Estado e da administração pública.

Os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não são alheios a críticas, conforme colocado por Sachs (1999). A contribuição da Ecologia Política para os debates sobre sustentabilidade é um ponto importante para considerar o cenário descrito.

2.1 Perspectiva da Ecologia Política sobre sustentabilidade

A Ecologia Política é uma área multidisciplinar de estudos ambientais que propõe a compreensão de que o ambiente e as consequências da degradação deste são experienciadas de formas desiguais por agentes que se encontram em posições diferentes das estruturas de poder. As críticas da Ecologia Política são importantes para

compreender que a relação entre sociedade e natureza não está alheia às desigualdades de poder existentes (Loureiro; Layrargues, 2013).

De acordo com Sachs (1999), a segunda metade do século XX pode ser compreendida como uma "Era do Desenvolvimento". A partir desse período, formou-se, com base em um discurso político do Norte Global, uma divisão do mundo entre áreas "desenvolvidas" e "subdesenvolvidas". As áreas subdesenvolvidas compreenderiam regiões mais pobres, que poderiam alcançar o *status* do desenvolvimento a partir do crescimento econômico.

Com base nessa ligação entre crescimento econômico e superação da pobreza, foram propostas políticas de desenvolvimento transnacionais, muitas vezes capitaneadas por Organizações Internacionais e Instituições Financeiras Internacionais. Este processo resultou em uma acumulação do capital gerado no Norte Global e em elites do Sul, não tendo levado à superação da pobreza prometida. Essa “Era do Desenvolvimento” teve como consequência o aprofundamento de uma “crise da natureza” que afeta principalmente comunidades já empobrecidas (Sachs, 1999). Essa “crise” é gerada pelo fato de que conflitos sociais, cada vez mais, incluem também consequências distributivas desiguais dos impactos da degradação causados pela industrialização e por setores extrativistas (Lopes, 2006).

Nesse sentido, o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, tal como proposto na década de 1980 pelo Relatório Brundtland, propõe uma conjunção da manutenção dos projetos desenvolvimentistas que visam o crescimento econômico com a possibilidade de preservação ambiental. A partir da década de 1990, aquelas mesmas Organizações Internacionais e Instituições Financeiras Internacionais passam a promover projetos focados no desenvolvimento sustentável e no tripé economia-ecologia-equidade (Zhour; Laschefski, 2010).

Porém, Sachs (1999) argumenta que o próprio conceito de desenvolvimento sustentável também se trata de um oxímoro. Isso porque a manutenção da lógica do crescimento econômico que o conceito de desenvolvimento implica é incompatível com

a lógica de preservação. Desta forma, quando tratando de temas que envolvem a difusão das ideias do desenvolvimento sustentável, é necessário se ter em mente que este é um conceito em disputa.

A proposta de desenvolvimento sustentável como ponto central do enfrentamento à crise causada pela degradação ambiental está muito ligada à formação de consensos. Enquanto a ideia de superação de conflitos e da tomada de decisão negociada pode parecer muito positiva, a diferença de poder entre os responsáveis pelos efeitos socioambientais da degradação e quem os sofre, faz com que estes consensos sejam antes impostos pela parte mais forte do que negociados equilibradamente (Zhour; Laschefski, 2010).

2.2 Responsabilidade Social Empresarial e Gestão de Riscos

Os mecanismos de formação de consensos e de negociação dos conflitos se fazem muito importantes para a reflexão aqui proposta. Um instrumento importante neste contexto são as chamadas práticas de *Responsabilidade Social Empresarial*, ou RSE, centrais para as relações entre empresas extrativas e comunidades.

O processo de entrada das questões ambientais para a agenda política e o reconhecimento conflitos sociais ocasionados por estas, levaram a paulatinas crises de legitimidade de alguns setores econômicos. Isso aliado ao processo de descentralização das cadeias de valor faz com que as propostas de desenvolvimento sustentável, governança e formação de consenso entre as partes se tornem um ponto muito importante para a manutenção das operações de empresas (Acselrad, 2018).

Nesse sentido, a RSE consiste em um movimento de empresas transnacionais, em parceria com instituições internacionais tal qual a Organização das Nações Unidas e instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial, para o investimento a serviço do desenvolvimento local de onde se instalam as cadeias de valor (Rajak, 2011). No que tange às indústrias extrativas, há uma preocupação crescente com os

investimentos em RSE a partir da primeira década do século XXI (Gaviria, 2018). Este cenário vai em coincidência com o período do *boom das commodities* e também com um momento de perda da legitimidade do setor para com parte da opinião pública (Orozco, 2018).

Esta perda de legitimidade é impulsionada pelos processos de transnacionalização de movimentos sociais ambientais e pela difusão de informação sobre os impactos da mineração no ambiente e na vida das comunidades no entorno dos empreendimentos (Pinto, 2018). Tais articulações trazem à tona preocupações, como os chamados *riscos sociais*. Pode ser considerado um risco social ações de pressões sociais que podem interromper a cadeia de produção de alguma maneira (Pinto, 2018).

Como resposta aos riscos sociais, e na tentativa de manejo dos territórios no entorno dos empreendimentos, são propostas pelas empresas “estratégias de não-mercado”, entre as quais se localizam a RSE (Acseirad, 2018). Rajak (2011) coloca que no caso da Anglo American, no que tange às suas ações na planta sul-africana, essas estratégias funcionam como um tipo de “teatro da virtude” (Rajak, 2011, p.31)², responsáveis por certificar à empresa acesso aos recursos de governos e comunidades.

Entre as transnacionais minerárias, essa crise de legitimidade levou à formação de um conselho internacional, formado rotativamente pelas empresas membro, responsável por assegurar as boas práticas e a sustentabilidade no campo da mineração. Esse conselho é o *International Council on Mining and Metals*, ICMM. As corporações que compõem o ICMM são responsáveis por aproximadamente 40% da produção global de minério de ferro, além disso, também fazem parte do conselho associações nacionais minerárias de diversos países, expandindo ainda mais o poder do grupo sobre os mercados (Orozco, 2018).

A participação no ICMM está sujeita à aplicação das normas e “boas práticas” acordadas no conselho. Estas últimas são veiculadas em publicações próprias da

² As publicações “Diálogo” referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2022 e de novembro e dezembro de 2022 não estavam disponíveis para download no site da Anglo American até o momento de submissão deste artigo. Por isso, o conteúdo referente a tais não figura na análise aqui apresentada.

instituição e a aplicação de tais é medida a partir de relatórios enviados pelas próprias mineradoras para (Orozco, 2018; Kirsch, 2014).

As práticas alocadas dentro do conceito de RSE são importantes estratégias corporativas sociais³ (Milanez *et al.*, 2019). Estas são mobilizadas para impedir perdas da empresa causadas por movimentos contestatórios. Em um cenário onde as mineradoras dependem cada vez mais de ganhos em bolsas de valores e mercados internacionalizados, o risco de perdas devido a contestações se torna mais relevante, fazendo com que estratégias de controle dos riscos sociais ocupem posições centrais nas empresas (Welker, 2014).

A implementação do empreendimento Minas-Rio se deu diante de muitos conflitos causados pelo não reconhecimento dos efeitos sociais e ambientais da mineração na região. Estes conflitos estão bem documentados nas publicações de Santos *et al.* (2018), Santos, Ferreira e Penna (2017) e Zucarelli e Santos (2016), além de outros estudos focados na mineração na região do Espinhaço Meridional. Porém, para que uma visão mais completa da análise de conteúdo executada, se faz necessária ao menos uma breve contextualização do processo de licenciamento e implementação do empreendimento que será feita na seção a seguir.

3. Empreendimento Minas-Rio e afetações das comunidades locais

Ao longo da porção meridional da Cordilheira do Espinhaço estão localizadas a Serra do Sapo e a Serra da Ferrugem, ambas emoldurando a paisagem da cidade de Conceição do Mato Dentro, na região central do estado de Minas Gerais. Outras duas cidades marcadas por essa paisagem, são Dom Joaquim e Alvorada de Minas, em proximidade umas das outras (Santos *et al.*, 2018). Conforme o Censo de 2022, Conceição

³ Theaters of Virtue.

do Mato Dentro, a maior das três, possui aproximadamente 23 mil habitantes, enquanto Alvorada de Minas e Dom Joaquim possuem aproximadamente 4 mil habitantes cada (IBGE, 2022).

Nessas cidades estão localizadas as estruturas do empreendimento Minas-Rio, que correspondem à segunda maior lavra a céu aberto do mundo (Santos; Ferreira; Penna, 2017). Segundo as plataformas da mineradora Anglo American, as instalações são responsáveis pela produção de 23,1 milhões de toneladas de minério de ferro de base úmida (Anglo American, [s.d.a]). Essa produção é escoada por um mineroduto de 529 quilômetros de extensão, caracterizando-se como o maior do tipo no planeta. O minério é escoado pelo complexo portuário do Açu no litoral do Rio de Janeiro (Santos; Ferreira; Penna, 2017).

A colonização da região ocorreu principalmente nos séculos XVII e XVIII, motivada principalmente pela própria exploração mineral, um processo que se estende por grande parte do estado de Minas Gerais. Formou-se, então, uma população campestre cuja produção agrícola é voltada para o abastecimento desses mercados internos. Com a decadência desse ciclo de exploração mineral, a região passou por uma mudança nas matrizes econômicas, tornando-se focada na produção agrícola (Santos; Ferreira; Penna, *et al.*, 2017).

A partir do século XX, há a conformação da siderurgia como um dos principais setores econômicos do estado de Minas Gerais, e no século XXI, com o *boom* das *commodities*, a fronteira minerária se expandiu para territórios anteriormente protegidos, conforme descrito por Orozco (2015). Desta forma, a mineração volta para a região do Espinhaço, porém agora acompanhada de grandes empreendimentos a céu aberto (Santos; Ferreira; Penna, 2017; Santos *et al.*, 2018).

Inicialmente, o projeto foi pensado pela companhia MMX (Minas Rio Mineração S.A), mas essa foi posteriormente comprada pela Anglo American, que assumiu a efetivação dos empreendimentos em questão. Destaca-se que o licenciamento do complexo minerário e do mineroduto se deu de maneira pulverizada, de forma que

diferentes frações do projeto passaram pelo processo de licenciamento em órgãos ambientais diferentes. Assim, a lavra e as barragens foram licenciadas pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental de Minas Gerais; enquanto o mineroduto foi licenciado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente; e, por último, o porto para escoamento foi licenciado mediante um processo no Instituto Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (Santos; Ferreira; Penna, 2017).

Tal fragmentação levou a um cenário no qual os efeitos socioambientais do projeto nunca foram analisados em conjunto. Assim, os impactos totais não foram concebidos por nenhuma das instituições licenciadoras. Além disso, o licenciamento da fração da mina foi caracterizado por estratégias para a flexibilização e busca por brechas nas normas legais (Zucarelli; Santos, 2016).

É importante salientar que o empreendimento foi responsável por mudanças radicais nos modos de vida dos povoados da região. É relevante destacar que impactos e desastres ambientais não são vivenciados igualmente por todos os grupos sociais de uma mesma região. Pelo contrário, esses tendem a ser mais drásticos em comunidades pobres, negras e indígenas (Santos *et al.*, 2018).

Santos *et al.* (2018) destacam as inúmeras violações de direitos sofridas pelas populações rurais e tradicionais do entorno do empreendimento e a jusante das barragens. Pode-se colocar aqui o interrompimento nos fluxos de trabalho da terra causados pela poluição na região e pela falta de água subsequente à instalação do projeto. Muitas das famílias se viram incapazes de manter seu modo de vida, tornando-se deslocados *in situ*: isto é, pessoas que se mantêm no lugar onde viviam antes dos efeitos socioambientais de um grande projeto, mas que já não conseguem se manter com os recursos disponíveis (Teixeira; Zhouri; Motta, 2020; Santos *et al.*, 2018).

As intervenções no tecido social geraram fortes impactos indiretos, como o aumento dos índices de violência nas comunidades e o crescimento das violações aos direitos das mulheres e aos direitos de organização e manifestação. Além disso, é importante considerar a diminuição na oferta de empregos, causada por uma restrição

das atividades econômicas rurais e de comércio devido à formação de uma relação de minério-dependência das cidades em questão com a mineradora (Santos *et al.*, 2018).

Esse privilégio às atividades econômicas de mineração, porém, não se reflete na geração de empregos no setor. O setor minerador é capital-intensivo, gerando poucos empregos diretos (Orozco, 2018). Santos *et al.* (2018) colocam que grande parte dos cargos relacionados ao Projeto Minas-Rio são custeados por empresas terceirizadas, e são ou voltados para a população urbana, ou se caracterizam por trabalhos braçais de pouco retorno financeiro.

4. Diálogos sobre sustentabilidade: Análise das revistas “Diálogo” e “Mineroduto ao Porto”

192

Para responder à pergunta de pesquisa proposta no presente artigo foram analisados exemplares da publicação “Diálogo” e “Mineroduto e Porto”, produzidos pela empresa Anglo American. Estas publicações têm como principal público alvo a população das cidades anfitriãs do empreendimento Minas-Rio. As revistas “Diálogo” são distribuídas nas “comunidades em relacionamento” com a empresa, e possuem como foco as ações da empresa nas cidades onde se localizam a mina e as estruturas de beneficiamento; as revistas “Mineroduto ao Porto” têm por foco a comunicação com comunidades no entorno as estruturas do mineroduto. As publicações estão disponíveis no site da Anglo American, mas também são distribuídas nas cidades onde estão localizadas as estruturas produtivas do empreendimento.

Através do processo analítico, foi possível pontuar quatro categorias principais que estavam associadas ao conceito de sustentabilidade. Mais de uma categoria pode ser encontrada em uma mesma reportagem. Isso significa que, apesar de estarem apresentadas aqui separadamente, estes significados estão relacionados, e muitas vezes,

são complementares no corpo do texto. As próximas subseções se ocuparão de apresentar estas categorias identificadas e as características atribuídas a elas.

4.1 Sustentabilidade como mitigação de impactos negativos

Durante as leituras feitas, destaca-se a frequência de reportagens ligando a noção de “práticas sustentáveis” às atividades de monitoramento do empreendimento. Os programas de monitoramento incluem desde o monitoramento de indicadores socioeconômicos das populações de Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas (Anglo American, 2023a), até a implantação de planos e programas de monitoramento de impactos relacionados ao funcionamento da mina e do mineroduto (Anglo American, 2022b; 2022c, 2022d, 2022e).

As iniciativas de monitoramento, muitas vezes, fazem parte do conjunto de exigências legais para o empreendimento ter sua licença de operação, e este fato é recorrentemente reconhecido nessas publicações. Outro ponto muito levantado nos textos no que tange ao tópico é a adequação dos procedimentos aplicados a normas internacionais, que surgem como um ponto para a legitimação das práticas. A aderência a tais pode ser compreendida através de uma reflexão de Kirsch (2014) sobre as culturas de auditorias entre transnacionais e de regulação das práticas com base em conselhos como ICMM.

Organizações transnacionais parte do guarda-chuva institucional das Nações Unidas ou instituições financeiras internacionais não são responsáveis por estipular regras para empresas e companhias transnacionais. Esse tipo de normativa tende a derivar de documentos produzidos pelo ICMM e iniciativas associativas de empresas que fazem parte do setor extrativo (Kirsch, 2014). Essas práticas de monitoramento são consideradas parte do Plano de Mineração Sustentável da empresa, elemento central para outra categoria importante levantada durante a análise.

Sustentabilidade como mitigação dos impactos negativos da mineração também surge quando são consideradas as práticas tomadas em relação aos impactos esperados da mineração nos territórios onde estão os empreendimentos. Como colocado nas próprias publicações “atividades de mineração estão relacionadas a aspectos ambientais que podem gerar impactos na água, no ar ou no solo” (Anglo American, 2022d). Também são destacados os impactos do empreendimento nas próprias relações com as comunidades, visto que a implantação de grandes estruturas leva ao deslocamento de moradores e a interrupção de processos sociais, culturais e econômicos. Esses efeitos já atingem as comunidades de Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas, como foi colocado por Santos et al (2018).

Práticas de recuperação de nascentes do Rio Santo Antônio (Anglo American, 2021f; 2022c; 2022d; 2023b), ou implementação de tecnologias para diminuir os ruídos e melhorar a qualidade do ar na região da mina são realçadas como “boas práticas” e alocadas como parte do Plano de Mineração Sustentável da empresa. Além delas, os processos de realocação de moradores atingidos pela mineradora englobam elementos como a inclusão desses em capacitações para práticas agroecológicas e de economia solidária (Anglo American, 2020d).

Também se faz importante destacar que as tecnologias ocupam um ponto importante nas mitigações dos impactos nessas publicações. O uso destas é tratado como uma solução para os efeitos negativos da mineração no ambiente. Essa estratégia pode ser colocada lado-a-lado com o observado por Rajak (2020), das tecnologias como um ponto de adequação das indústrias extrativas para a realidade da degradação causada por elas.

4.2 Sustentabilidade como práticas previstas no “Plano de Mineração Sustentável”

A ideia de sustentabilidade também está intimamente ligada às propostas de ação social da mineradora Anglo American em um de seus documentos institucionais, o Plano de Mineração Sustentável (PMS). Este plano consiste em um conjunto de propostas de práticas empresariais para tornar as atividades extrativas da empresa mais “limpas” e “sustentáveis”. De acordo com o próprio plano, as bases para a construção dessas proposições vêm da proposta de aliar a postura da empresa com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos na Agenda 2030. O PMS também possui uma forte relação com a adoção de novas tecnologias que surgem como respostas para transformar as atividades da empresa em alternativas ambientalmente corretas (Anglo American, S.D.).

Há pouca transparência nos *websites* da empresa estudada em relação ao ano de lançamento do PMS. Com base em uma pesquisa feita com a ferramenta Wayback Machine⁴, foi possível encontrar páginas que tinham por objetivo apresentar o plano em 2019. Além disso, inferências feitas com base na leitura do documento também o localizam entre os anos de 2019 e 2020.

O Plano de Mineração Sustentável tem por base três pilares de ação, chamados “Ambiente Saudável”, “Comunidades Prósperas” e “Líder Corporativo de Confiança”. As publicações analisadas apontam que a implementação dos pontos do PMS se dará até o ano de 2030, e seriam alcançadas mediante acordos com os governos municipais e estaduais (Anglo American, 2022c).

Rajak (2020) destaca como muitos dos planos de sustentabilidade propostos por empresas extrativas são novas encarnações de antigos projetos de RSE. É importante se

⁴ Programa social fomentado pela mineradora Anglo American em que funcionários da empresa apadrinham” iniciativas sociais locais, que concorrem em editais para financiamento promovidos essa (ANGLO AMERICAN, 2022g).

ter em mente que a RSE funciona como um palco para um “teatro da virtude” (Rajak, 2011) cujo objetivo é manejar a reputação da companhia e formar um consenso sobre quais são as maneiras corretas de se perseguir o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades.

4.3 Sustentabilidade como arranjos de governança

A segunda categoria com que sustentabilidade esteve associada nas publicações lidas é a de sustentabilidade como arranjos de governança que envolviam o poder público no âmbito municipal e estadual. Esses arranjos incluem uma relação muito próxima das prefeituras de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim. Essa proximidade se expande para além das questões relacionadas à geração de empregos na mineradora ou controle dos impactos ambientais na cidade, e acaba por englobar questões sobre infraestrutura pública, saúde e educação.

196

Governança pode ser compreendido por “arranjos institucionais cujo propósito é a redistribuição de papéis e responsabilidades entre empresas, governos e populações” (Gaviria, 2018). Em debates sobre a promoção do desenvolvimento sustentável por setores econômicos, considerando especialmente os setores extrativos, a formulação de acordos de governança é tratada como ponto central para o processo ser exitoso.

Arranjos de governança seriam responsáveis por formar arenas para resolução de conflitos através do consenso entre as partes. Ainda que algumas comunidades afetadas possam se beneficiar de arranjos institucionais diversos e robustos, é importante se pensar que essa produção de consensos em relação aos efeitos sociais da mineração tem por base uma assimetria de poder muito grande. É preciso se pensar que essas iniciativas, muitas vezes, são formas de minar estratégias de resistência e participação dos impactados pelas mineradoras (Gaviria, 2018).

Destaca-se que relação próxima entre mineradora e Estado se dá, muitas vezes, no escopo do pilar “Comunidades Prósperas” do Plano de Mineração Sustentável da

empresa. O PMS da Anglo American, assim como colocado por Kirsch (2009) prevê como meta de sustentabilidade comunidades que possuam “meios de subsistência” (Anglo American, 2021f). Nesse sentido, a empresa coloca diversas ações nesse escopo para o estímulo de atividades agrícolas e de artesanato, planejadas em parceria com as secretarias (normalmente da alçada de desenvolvimento sustentável) das prefeituras (Anglo American, 2020b).

As ações resultados desses arranjos são normalmente de três tipos: I) apoios de infraestrutura para os governos municipais como doação de computadores para escolas (Anglo American, 2023b), direcionamentos de recursos para a saúde (Anglo American, 2021f), pavimentação de vias (Anglo American, 2022a), reforma de escolas (Anglo American, 2022c), entre outros; II) o apoio a iniciativas de empreendedoras para os moradores como parcerias para a capacitação de agricultores (Anglo American 2021a), fomento a iniciativas de turismo (Anglo American, 2021d), parcerias com os governos locais para o apoio a cooperativas de artesanato (Anglo American, 2021e); e III) apoio a iniciativas políticas, como o suporte aos prefeitos das cidades em questão na Associação dos Municípios Minerários (Anglo American, 2021a).

Neste ponto, Rajak (2011) chama atenção para o efeito que este tipo de parceria possui na participação política de grandes companhias minerárias. Em muitos casos, é a partir de arranjos público-privados que corporações se aproximam do poder público para perseguir interesses próprios.

A aproximação do Estado por parte da mineradora vai ao encontro do que Milnaez *et al.* (2019) chamam de estratégia corporativa institucional. E está muito relacionada a tentativas de influenciar setores do poder público para a manutenção e facilitação das atividades da empresa. É válido considerar que a aproximação dos setores e agentes públicos é central para o controle dos riscos sociais (Welker, 2014).

4.4 Sustentabilidade como práticas de RSE

A última categoria relacionada ao uso do termo sustentabilidade é a aproximação deste com ações voltadas para a RSE cuja aplicação se dá por práticas ambientalmente adequadas. Vale colocar que esta categoria é extremamente próxima à categoria descrita na seção 3.3. “*Sustentabilidade como práticas previstas no ‘Plano de Mineração Sustentável’*”. Porém, aqui se encaixaram as citações da adoção de programas sociais e práticas voltadas à comunidade que não estavam ligadas ao PMS.

O PMS é citado nos documentos analisados pela primeira vez na publicação de volume 37, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2021. Portanto, várias citações localizadas em números anteriores a esse se encaixam aqui. É importante colocar também que alguns programas sociais apoiados pela empresa citados antes da publicação de número 37 foram posteriormente alocados no escopo do PMS. Entram aqui as iniciativas para a realocação de atingidos e implementação do Plano de Negociação Opcional (Anglo American, 2020d) e os programas sociais Crescer⁵ e Embaixadores do Bem⁶ (Anglo American, 2020b).

O apoio a programas sociais é descrito em todas as unidades analisadas, porém, destaca-se que aqueles ligados a boas práticas ambientais, como reciclagem e o uso de energias limpas, são rotulados como “sustentáveis”. Aqui se destaca o apoio a programas de difusão do ecoturismo com o apoio da prefeitura (Anglo American, 2022b), e a programas voltados para a produção local de produtos alimentícios (Anglo American, 2002b) e artesanais (Anglo American, 2021e).

⁵ Programa social fomentado pela mineradora Anglo American que é implementado pela consultoria Technoserve em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) focando no fomento de setores da agricultura e pecuária, produção de queijos artesanais, apicultura e turismo (Technoserve, 2019)

⁶ O conceito de estratégia definido pelos autores do artigo citado é: “um repertório de ações coordenadas desempenhadas por um ou mais agentes — em grande medida coletivos, que envolve o exercício do poder ou reduzir o poder de outros agentes com o objetivo de: (1) aumentar sua capacidade de ampliar ou capturar valor; (2) ampliar seu poder ou reduzir o poder de outros agentes; ou (3) modificar condições de enraizamento, próprias ou de outros agentes” (Milanez et al., 2019).

As reflexões em relação ao papel da RSE para com o manejo de riscos sociais se mantêm relevantes aqui. É de extrema relevância se considerar que muitos desses projetos sociais estão ligados a questões centrais a alguns conflitos ambientais da região, como os processos de realocação de atingidos e o fomento a atividades de agricultura familiar por comunidades tradicionais da região (Santos et al, 2018).

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar os significados associados ao conceito de sustentabilidade nas publicações “Diálogo” e “Mineroduto e Porto”, promovidas pela mineradora transnacional Anglo American nas regiões do empreendimento Minas-Rio. Neste processo, foram concebidas quatro categorias principais que refletem os significados buscados: “sustentabilidade como mitigação de impactos”; “sustentabilidade como práticas previstas no “Plano de Mineração Sustentável”; “sustentabilidade como arranjos de governança”; “sustentabilidade como ações de RSE”.

Existe um ponto importante que deve ser levantado aqui: as categorias não são mutuamente exclusivas, em vários momentos, as publicações referenciam ações da empresa que se encaixam em diversas categorias, e eram chamadas de sustentáveis. O entrelaçamento entre as relações com agentes públicos, comunidades e planos institucionais da empresa ocupa um lugar central nestas publicações.

A entrada dos setores privados da economia na política ambiental na segunda década do século XXI é muito voltada para as discussões em torno da temática da mudança global do clima e a institucionalização das tecnologias verdes. Rajak (2020) chega a colocar que este é um cenário de mudança total de uma atitude negacionista de setores extrativos em relação à mudança do clima para a incorporação paulatina de temas assim às políticas destas empresas. Esse cenário se torna ainda mais observável a

partir da adoção do Acordo de Paris como principal instrumento internacional sobre questões climáticas.

Neste sentido, o emprego constante da ideia de “sustentabilidade” para se referir às ações da empresa, associadas ou não ao poder público, funcionam como uma estratégia para tratar de um risco social associado a conflitos ambientais. Este risco se torna mais relevante devido ao cenário de uma sociedade com conflitos cada vez mais “ambientalizados”, em especial quando consideramos no horizonte destas publicações os rompimentos de barragem ocorridos em Minas Gerais na última década.

Estas publicações também poder ser compreendidas como uma parte importante das ações de transpor para o extramuros das regiões em questão, as disciplinas empresariais da Anglo American. Isto é: através da comunicação, a empresa, suas práticas, suas ações se tornam ainda mais presente no dia-a-dia das comunidades, para controlar e garantir a continuidade nos processos produtivos (Acselrad, 2018). A extrapolação das ações da empresa para o cotidiano das comunidades ajuda-a a se tornar “onipresente” nas comunidades. A ubiquidade da empresa em comunidades onde são implementados grandes projetos extrativistas é destacada como necessária para a manutenção da segurança da empresa.

Porém, em um caso complexo como o Minas-Rio, é necessário se pensar nessas práticas e no manejo destes riscos, considerando os conflitos ambientais presentes no território após a implementação do empreendimento. O cenário de consenso e cordialidade entre as comunidades atingidas e a administração da empresa não correspondem à realidade de violação de direitos humanos, conflito e resistência do caso.

Referências

ACSELRAD, Henri. Territórios do capitalismo extrativista: A gestão empresarial de “comunidades”. In: ACSELRAD, Henri (org.) **Políticas territoriais, empresas e comunidades**: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”. Rio de

Janeiro: Garamond, 2018. pp. 33-60.

ADU, Philip. **A Step-by-Step Guide to Qualitative Data Coding**. Nova Iorque: Editora Routledge, 2019.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 5, nº 31, 2020a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1zPTu-KV_Bbzb_uX8oUJAWKclhDn97Quh/view>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 5, nº 32, 2020b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1EcajzU5u_nkQwu09oFZrjK4lwThlnXJk/view>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 5, nº 33, 2020c. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1sJzqlgEoHKhFT96pgkGVjzwa7XR6zbaX/view>>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 5, nº 34, 2020d. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1foaaOWntOodgUMh1JQoxn9WgLO9xsvu_/view>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 5, nº 35, 2020e. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/14CLkWJbihbevduZU4BI-V6ODjKWcDPABU/view>>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 5, nº 36, 2021a. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1WBOFcahqlZD4-wSkYRQg-qGRdROQTJfB/view>>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 6, nº 37, 2021b. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1144wjn3OuJP-i8NKOnoZS5TTDvM-LHil/view>>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 6, nº 38, 2021c. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/1f5tgJj2JxUStPIVaufz9A3mzMvGl4rLd/view>>.
Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 6, nº 39, 2021d. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1oqPbCc5lov55gITJQ3ba6A7oSUiYMagR/view>>.
Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 6, nº 40, 2021e. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1Wkza4vfYJCmZ2u-PEaFRmIJdJVtVwupw/view>>.
Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 6, nº 41, 2021f. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1vR-3j11LYyJ1XelcVx9H2YbezE_IU_JR/view>.
Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 6, nº 42, 2021g. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1-lmGjyqD8jllr4lIBhnj5MFcApKgd6rD/view>>.
Acesso em 12/11/2023.

202

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 7, nº 44, 2022a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1r84DSO5iLmT3ZET3TU9ctOk3-l_odkFQ/view>.
Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 7, nº 45, 2022b. Disponível em: <<https://brasil.angloamerican.com/~media/Files/A/Anglo-American-Group-v5/Brazil/imprensa/publicacoes/revista-dialogo-maio-a-junho-de-brasil-2022.pdf>>.
Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 7, nº 46, 2022c. Disponível em: <<https://brasil.angloamerican.com/~media/Files/A/Anglo-American-Group-v5/Brazil/imprensa/publicacoes/revista-dialogo-mina-mdf-julho-a-agosto-de-2022.pdf>>.
Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 7, nº 47, 2022d. Disponível em:

<<https://brasil.angloamerican.com/~media/Files/A/Anglo-American-Group-v5/Brazil/imprensa/publicacoes/revista-dialogo-mina-mdf-setembro-a-outubro-de-2022.pdf>>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 8, nº 48, 2023a. Disponível em: <<https://brasil.angloamerican.com/~media/Files/A/Anglo-American-Group-v5/Brazil/imprensa/publicacoes/revista-iob-anglo-jan-fev.pdf>>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 8, nº 48, 2023b. Disponível em: <<https://brasil.angloamerican.com/~media/Files/A/Anglo-American-Group-v5/Brazil/imprensa/publicacoes/revista-iob-anglo-mar-abr.pdf>>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 2, nº 3, 2022f. Disponível em: <<https://brasil.angloamerican.com/~media/Files/A/Anglo-American-Group-v5/Brazil/imprensa/publicacoes/revista-dialogo-mina-mdf-july-dez-a-outubro-de-2022.pdf>> Acesso em 12/11/2023.

203

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 2, nº 2, 2022e. Disponível em: <<https://brasil.angloamerican.com/~media/Files/A/Anglo-American-Group-v5/Brazil/imprensa/publicacoes/revista-dialogo-maio-a-junho-de-2022-mineroduto-e-porto.pdf>> Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Diálogo**: Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American, ano 1, nº 1, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1EstjFswli_EKRZWnaSjOraQZSdWvcuGf/view>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Embaixadores do Bem**: Projetos Seleccionados no Brasil. 2022g. Disponível em: <<https://brasil.angloamerican.com/pt-pt/imprensa/noticias/2022/29-06-22a>>. Acesso em 12/11/2023.

ANGLO AMERICAN. **Nossa História**. [s.d.]a. Disponível em: <<https://www.angloamerican.com/about-us/history#/PT/category-milestone>>. Acesso em 12/11/2023.

- ANGLO AMERICAN. **Onde Operamos.** [s.d.]b. Disponível em: <<https://brasil.angloamerican.com/pt-pt/quem-somos/onde-operamos>>. Acesso em 12/11/2023.
- COELHO, Nathalia Novaes; CORRÊA, Sarah Cristina Vieira Silva. **Programa Crescer:** Empreendedorismo e sustentabilidade. [s.l.] CEPAL, 2020. Disponível em: <<https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso106-ProgramaCrescer.pdf>>. Acesso em 13/01/2024.
- GAVIRIA, Edwin Muñoz. Apropriações da governança nas estratégias de controle territorial do capitalismo extrativo. In: ACSELRAD, Henri (org.) **Políticas territoriais, empresas e comunidades:** O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. pp. 209-234.
- IBGE. **Censo 2022.** Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html?localidade=BR&tema=1>>. Acesso em 10/01/2024.
- INNES, Duncan. **Anglo American and the Rise of Modern South Africa.** Londres: Heinemann Educational Books, 1984.
- KIRSCH, Stuart. Sustainable Mining. **Dialect Antropology**, v. 34, pp. 87-93, 2009.
- KRIPPENDORFF, Klaus. Conceptual Foundation. In: KRIPPENDORFF, Klaus (org.). **Content analysis:** An introduction to its methodology. Thousand Oaks: Sage Publications, 2019, pp. 89-195.
- LONDON MINING NETWORK. Anglo American, 2021. Disponível em: <<https://londonminingnetwork.org/companies-in-focus-anglo-american/>>. Acesso em 12/12/2023.
- LOPES, José Sérgio Leite. Sobre o processo de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, nº 25, pp. 31-64, 2006.
- LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: Perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, nº 1, pp. 53-71, 2013.
- MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles; MANSUR, Maíra Sertã; COELHO, Tádzio Peters. Buscando conexões para o desastre: Poder e estratégia na rede global de

produção da Vale. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, v. 14, nº 3, pp. 265-285, 2019.

OROZCO, Claudio Garibay. A organização do *Cluster Minerador Global* para a instauração de horizontes de coerção sobre sociedades locais à luz do caso mexicano. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. Rio de Janeiro: Garamond, 2018, pp. 61-106.

PINTO, Raquel Giffoni. Apropriações empresariais das ciências sociais: O caso da “responsabilidade social corporativa” no setor extrativo. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. Rio de Janeiro: Garamond, 2018, pp. 131-158.

RAJAK, Dinah. **In Good Company**. Stanford: Stanford University Press, 2011.

RAJAK, Dinah. Waiting for a deus ex machina: ‘Sustainable extractives’ in a 2°C world. **Critique of Anthropology**, v. 40, nº 4, pp. 471-489, 2020.

SACHS, Wolfgang. **Planet Dialects: Explorations in environment and development**. Londres: Zed Books, 1999.

205

SALDAÑA, Johnny. **The Coding Manual for Qualitative Researchers**. Los Angeles: Sage; 2009.

SANTOS, Ana Flávia Moreira; MILANEZ, Bruno; PRADO, Carlos Henrique; PRATES, Clarissa; LUZ, Fernando Salum; VIEIRA, Larissa Pirchiner; DUARTE, Lívia Ferraz; LEITE, Luciana Costa; WANDERLEY, Luiz Jardim; ANDRADE, Maria Júlia; CARVALHO, Maria Letícia; ASSIS, Mariana Prandini; PENIDO, Marina de Oliveira; COELHO, Tádzio Peters. **Estudo Preliminar: Transformações socioambientais e violações de direitos humanos no contexto do empreendimento Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, Minas Gerais**, 2018. Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2022/04/EstudoPreliminar2018.pdf>>. Acesso em 30/06/2023.

SANTOS, Ana Flávia. Moreira; FERREIRA, Luciana da Silva Sales; PENNA, Vinícius Vilela. Impactos supostos, violências reais: A construção da legalidade na implantação do projeto Minas-Rio. In: ZHOURI, Andréa (org.). **Mineração, Violências e Resistências: Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá: iGuana, 2017, pp. 176-220.

TECNOSERVE, **Programa Crescer.**, s.d. Disponível em: <<https://www.programacrescer.org/o-programa/programa-crescer/>>. Acesso em 01/07/2024.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos; ZHOURI, Andréa; MOTTA, Luana Dias. Os Estudos de Impacto Ambiental e a economia de visibilidades do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, nº 105, pp. 01-18, 2020.

UNCEWD. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future.** 1987. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>>. Acesso em 18/12/2023.

WELKER, Marina. **Enacting the Corporation: An American Mining Firm in Post-Authoritarian Indonesia.** Berkeley: University of California Press, 2014.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflito ambientais: Um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, pp. 11-33.

206

ZUCARELLI, Marcos Cristiano; SANTOS, Ana Flávia Moreira. Mineração e conflitos sociais no contexto urbano: O caso da mineração Minas-Rio, Brasil. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. (orgs.). **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais.** São Paulo: AnnaBlume, 2016. pp. 319-340.

Júlia Theodoro Soares é mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG) e doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **E-mail:** juliathst@ufmg.br

Artigo enviado em 20/01/2024 e aprovado em 27/05/2025.

Artigo

Método corporativo-estatal no setor mineral: Discursos e práticas no contexto da transição energética

Lucas Zenha Antonino

Valdirene Santos Rocha Sousa

207

Resumo

O contexto socioecológico global contemporâneo é marcado por eventos catastróficos associados às mudanças climáticas. Nesse cenário, a corrida por minerais considerados essenciais para a transição energética, intensifica processos de rupturas sociometabólicas em escala ampliada no espaço-tempo. No Brasil, o setor corporativo encontra um ambiente propício para expandir suas atividades minerárias, contando com o apoio substancial do Estado que endossa e viabiliza projetos desenvolvimentistas. Na Bahia, esse processo gera inúmeros conflitos socioambientais e aprofunda a invisibilização histórica dos povos do campo e das comunidades tradicionais. Este artigo analisa o método do setor corporativo e do Estado, especialmente na Bahia, considerando seus discursos e práticas no contexto da transição energética e da demanda global por minerais estratégicos. Especificamente, reflete sobre a expansão, sem precedentes, das pesquisas e prospecções minerais e dos conflitos territoriais decorrentes. Aborda as narrativas do Estado na audiência pública realizada na Assembleia Legislativa da Bahia, com a participação central do Movimento pela Soberania Popular na Mineração, evidenciando contradições a partir das diferentes perspectivas em disputa. Além disso, discute a atuação da empresa estatal de pesquisa mineral, que presta consultoria a mineradoras e reproduz discursos propagados estrategicamente pelo setor midiático-corporativo. A pesquisa adota uma abordagem dialética, sustentada na análise da realidade concreta, seu movimento histórico e suas contradições, utilizando técnicas qualitativas como observação participante em reuniões e espaços de formação dos movimentos sociais, bem como durante a referida audiência pública, e análise documental de matérias jornalísticas e publicações em redes sociais oficiais de mineradoras e governos municipais e estadual. Em linhas gerais, evidencia-se uma arquitetura que envolve mecanismos de controle de poder e instrumentos de dominação: pragmatismo estratégico e hegemonia setorial; desrespeito normativo e captura institucional; estratégias de consenso e controle social; avanço tecnológico e controle da informação; investigação territorial e aparato coercitivo; capital hegemônico e

impactos socioambientais. Por meio dessa estrutura, as táticas corporativas encontram respaldo na máquina pública que atua para neutralizar os entraves políticos e sociais, além de se beneficiarem de um ambiente político favorável à mineração sob o pretexto da descarbonização. Está em curso uma ofensiva incontrolada do capital, compactuada pelo Estado, que afiança a expansão mineral sob o discurso da sustentabilidade e da transição energética, ignorando os impactos socioecológicos sobre os povos do campo, seus territórios e modos de vida.

Palavras-chave: Discursos; Setor Corporativo Mineral; Estado; Mineração; Transição Energética.

Corporate-state method in the mineral sector: Discourses and practices in the context of energy transition

Abstract

The contemporary global socio-ecological context is marked by catastrophic events associated with climate change. In this scenario, the race for minerals considered essential for the energy transition intensifies processes of socio-metabolic disruptions on an expanded scale, in space and time. In Brazil, the corporate sector finds a favorable environment to expand its mining activities, counting on the substantial support of the State, which endorses and facilitates development projects. In Bahia, this process generates numerous socio-environmental conflicts and deepens the historical invisibility of rural peoples and traditional communities. This article analyzes the method of the corporate sector and the State, especially in Bahia, considering their discourses and practices in the context of the energy transition and the global demand for strategic minerals. Specifically, it reflects on the unprecedented expansion of mineral research and prospecting and the resulting territorial conflicts. It addresses the State's narratives in the public hearing held in the Legislative Assembly of Bahia, with the central participation of the Movement for Popular Sovereignty in Mining, highlighting contradictions based on the different perspectives in dispute. Furthermore, it discusses the actions of the state-owned mineral research company, which provides consultancy to mining companies and reproduces discourses strategically propagated by the corporate media sector. The research adopts a dialectical approach, based on the analysis of concrete reality, its historical movement and its contradictions, using qualitative techniques such as participant observation in meetings and training spaces of social movements, as well as during the aforementioned public hearing, and documentary analysis of journalistic articles and publications on official social networks of mining companies and municipal and state governments. In general terms, it highlights an architecture that involves mechanisms of power control and instruments of domination: strategic pragmatism and sectoral hegemony; regulatory disregard and institutional capture; strategies of consensus and social control; technological advancement and information control; territorial investigation and coercive apparatus; hegemonic capital and socio-environmental impacts. Through this structure, corporate tactics find support in the public sector, which works to neutralize political and social obstacles, in addition to benefiting from a political environment favorable to mining under the pretext of decarbonization. An uncontrolled offensive by capital is underway, supported by the State, which guarantees mineral expansion under the guise of sustainability and energy transition, ignoring the socio-ecological impacts on rural people, their territories and ways of life.

Keywords: Discourses; Corporate Mineral Sector; State; Mining; Energy Transition.

El método corporativo-estatal en el sector minero: Discursos y prácticas en el contexto de la transición energética

Resumen

El contexto socioecológico global contemporáneo está marcado por eventos catastróficos asociados al cambio climático. En este escenario, la carrera por los minerales considerados esenciales para la transición energética intensifica procesos de rupturas sociometabólicas a escala expandida en el espacio-tiempo. En Brasil, el sector empresarial encuentra un ambiente favorable para expandir sus actividades mineras, contando con un importante apoyo del Estado, que avala y viabiliza proyectos de desarrollo. En Bahía, este proceso genera innumerables conflictos socioambientales y profundiza la invisibilidad histórica de los pueblos rurales y las comunidades tradicionales. Este artículo analiza el método del sector empresarial y del Estado, especialmente en Bahía, considerando sus discursos y prácticas en el contexto de la transición energética y de la demanda global de minerales estratégicos. En concreto, reflexiona sobre la expansión sin precedentes de la investigación y prospección minera y los conflictos territoriales resultantes. Aborda las narrativas del Estado en la audiencia pública realizada en la Asamblea Legislativa de Bahía, con la participación central del Movimiento por la Soberanía Popular en la Minería, destacando contradicciones a partir de las diferentes perspectivas en disputa. Además, analiza las acciones de la empresa estatal de investigación minera, que brinda consultoría a empresas mineras y reproduce discursos propagados estratégicamente por el sector mediático corporativo. La investigación adopta un enfoque dialéctico, apoyado en el análisis de la realidad concreta, su movimiento histórico y sus contradicciones, utilizando técnicas cualitativas como la observación participante en reuniones y espacios de formación de movimientos sociales, así como durante la citada audiencia pública, y el análisis documental de artículos periodísticos y publicaciones en redes sociales oficiales de empresas mineras y gobiernos municipales y estatales. En términos generales, se evidencia una arquitectura que involucra mecanismos de control del poder e instrumentos de dominación: pragmatismo estratégico y hegemonía sectorial; falta de respeto regulatorio y captura institucional; estrategias de consenso y control social; avance tecnológico y control de la información; investigación territorial y aparato coercitivo; capital hegemónico e impactos socioambientales. A través de esta estructura, las tácticas corporativas encuentran apoyo en el sector público que trabaja para neutralizar los obstáculos políticos y sociales, además de beneficiarse de un entorno político favorable a la minería bajo el pretexto de la descarbonización. Está en marcha una ofensiva descontrolada del capital, apoyado por el Estado, que apoya la expansión minera bajo el disfraz de la sostenibilidad y la transición energética, ignorando los impactos socioecológicos sobre las personas rurales, sus territorios y formas de vida.

Palabras clave: Discursos; Sector Corporativo Mineral; Estado; Minería; Transición energética.

Introdução

O cenário socioecológico contemporâneo é marcado por eventos catastróficos relacionados às mudanças climáticas globais. Nesse contexto, as rupturas sociometabólicas

produziram “falhas irreparáveis” no metabolismo natural, produzindo desequilíbrios nos ecossistemas naturais e na relação sociedade e natureza, bem como entre a cidade e o campo (Foster, 2005; Leff, 2006). A fratura metabólica, revelada na ruptura entre os ciclos naturais e os processos produtivos capitalistas, se intensificou em escala ampliada no espaço-tempo impulsionando a corrida por substâncias minerais essenciais para a perpetuação do capital, numa rolagem perpétua e dialética que envolve natureza–objeto industrial–consumo–descarte (Marx, 2013).

No Brasil, o setor corporativo encontra um ambiente favorável à expansão de suas atividades, com o apoio significativo do Estado na viabilização de projetos desenvolvimentistas. Essa lógica está inserida em um processo histórico de longa duração, que remonta ao período colonial, quando práticas como a extração intensiva de pau-brasil, a monocultura da cana-de-açúcar e a mineração de ouro e diamantes expressavam uma visão utilitarista e predatória da natureza (Porto-Gonçalves, 2012). Essa mesma racionalidade continua a orientar as atuais políticas reprimarizadoras da economia, aprofundando a dependência de *commodities* minerais e agrícolas, além de contribuir para a intensificação dos conflitos socioambientais.

A continuidade histórica desse processo se reflete, também, nas ambições e nos investimentos do capital voltados às pesquisas e extrações minerais, essenciais na corrida do meio técnico-científico-informacional (Santos, 2004), que vêm se intensificando no Brasil e na América Latina, especialmente em torno dos minérios “críticos” associados à chamada transição energética listados na Resolução SGM/MME nº 2/2021 (Milanez, 2021). A legislação brasileira adota o termo “mineral estratégico”, como na Política Pró-Minerais Estratégicos (Decreto nº 10.657/2021), baseada no Programa de Parcerias de Investimentos – PPI (Lei nº 13.334/2016).

A classificação de determinados minerais como “críticos” ou “estratégicos”, reflete interesses econômicos e geopolíticos. De acordo com Milanez (2024), o termo “mineral crítico”, embora não seja novo, esteve presente em contextos bélicos e desenvolvimentistas, associado a riscos e padrões de consumo que variam ao longo do tempo.

Tais classificações priorizam a exploração de certos minérios em detrimento de outras formas de uso da terra, impactando diretamente povos do campo e comunidades tradicionais (Milanez, 2024).

No Brasil, políticas recentes têm flexibilizado o licenciamento ambiental para esses projetos, sem garantir a participação das comunidades afetadas, criando situações de exceção e aprovando concessões de maneira intempestiva e sem o devido debate público. Mansur, Wanderley e Fraga (2024) destacam que ambos os termos, críticos e/ou estratégicos, possuem variações de uso acadêmico e político e que no Brasil não se observa grandes diferenciações. Assim, metodologicamente, emprega os vocábulos como sinônimos, mesmo existindo variações conceituais. Neste trabalho, segue-se essa lógica e opta-se por tratá-los de forma equivalente, referindo-se a minerais fundamentais à produção de mercadorias ligadas à transição energética e as reservas minerais estratégicas, diante da subordinação do Brasil na divisão internacional do trabalho.

No discurso global sobre sustentabilidade e mudanças climáticas, governos e corporações adotam estratégias e narrativas que mascaram as contradições do modelo de desenvolvimento, combinado e desigual (Smith, 1998). O tema dos minerais críticos se consolidou como uma “pauta quente” nas cadeias produtivas globais, especialmente nos setores minero-energético e tecnológico envolvendo diversas áreas do conhecimento e apresentando desafios complexos, incluindo impactos jurídicos internacionais, questões de soberania nacional e a influência de interesses corporativos na diplomacia brasileira.

Esses debates ganham força diante da crise ambiental e dos efeitos cada vez mais evidentes das mudanças climáticas, amplamente reconhecidas como resultado da interferência humana nas dinâmicas naturais do planeta (IPCC, 2021; 2023). Longe de serem explicadas apenas por fatores demográficos, as causas estruturantes da crise climática estão relacionadas à intensificação da exploração dos bens naturais pelo capital, impulsionada por processos de governança seletiva, intencionalidades políticas e pela concentração da produtividade primária. A reprimarização das economias periféricas nas últimas décadas, aliada ao uso excessivo de materiais como concreto, alumínio, ferro e plásticos,

tem aprofundado os impactos socioambientais. As dinâmicas do capital têm contribuído para o aquecimento do planeta a uma taxa sem precedentes na história recente, concorrendo para a emergência climática (IPCC, 2021).

A crise ambiental pode ser compreendida, ainda, como resultado da ruptura ontológica e epistemológica entre ser humano e natureza, instaurada pela racionalidade moderna ocidental, que com seu projeto civilizatório capitalista promoveu a mercantilização da vida, a dominação da natureza e subordinou os ecossistemas à lógica da rentabilidade. E, a partir de uma visão instrumental e utilitarista, marginalizou saberes tradicionais e modos de vida sustentáveis, tratando-os como obstáculos ao progresso (Leff, 2006). Nesse contexto, a natureza passa a ser tratada como inorgânica e separada da sociedade, instaurando uma visão dicotômica entre sociedade e natureza (Escobar, 2011).

Assim, as concepções de natureza foram reconfiguradas e, hegemonicamente, se estabeleceram os “territórios recursos” a partir de fronteiras utilitaristas e da conformação dos territórios extrativo-mineral submetidos à lógica de apropriação e exploração intensiva dos bens naturais, orientada pelos interesses do capital mineral (Antonino, 2019). Dessa forma, o distanciamento entre ser humano e natureza, resulta de um processo histórico de dominação colonial e eurocêntrica, que dissocia cultura e natureza, sujeito e objeto. Essa cisão fundamenta o paradigma moderno de desenvolvimento, estruturado sobre a lógica da exploração, da apropriação e da objetificação da natureza como mera fonte de recursos impondo uma racionalidade excludente que nega a coevolução e marginaliza as territorialidades de povos indígenas, quilombolas, camponeses e outras populações tradicionais, cujos modos de vida desafiam a lógica dominante (Porto-Gonçalves, 2010).

A solução apresentada pelo capital internacional para controlar a emergência climática é a transição energética “sustentável”. Essa proposição, *a priori*, revela um paradoxo: enquanto fontes de energias “renováveis” são promovidas como solução para salvar o planeta e a humanidade, territórios de comunidades tradicionais são devastados.

Povos indígenas, assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais, historicamente guardiões da biodiversidade, são os principais afetados por essa transição que tem como base a expansão minerária. Os estímulos às energias ditas renováveis ocorrem por meio de instrumentos financeiros, modelos econômicos lucrativos, e lógicas de compensação com novos processos sociotécnicos e sociopolíticos (Furtado; Paim, 2024). Porto-Gonçalves (2005) já havia alertado sobre a crença acrítica na proposição de saídas meramente técnicas como única via para enfrentar situações de crise.

Nesse contexto, o crescimento do setor mineral suscita críticas ao papel do Estado na territorialização do capital, especialmente pelos impactos sobre povos do campo e comunidades tradicionais. A chamada transição energética, formulada sob a lógica do capital, tem reduzido a mitigação da crise climática à descarbonização da matriz produtiva (Brito Filho *et al.*, 2023), ocultando os conflitos socioambientais e impulsionando uma nova corrida por terras e territórios. Esse processo aprofunda desigualdades, compromete a biodiversidade e intensifica crises como migrações climáticas e insegurança alimentar, particularmente em regiões rurais.

Os principais problemas envolvendo a atual questão climática e os gases do efeito estufa, no Brasil, não estão correlacionados diretamente a questões energéticas, mas a discursos e práticas provenientes da lógica e das demandas eletrointensivas do norte global na manutenção do padrão de consumo de países desenvolvidos, além da reprodução do paradigma de desenvolvimento econômico e do regime de acumulação neoextrativista (Milanez, 2024). Do ponto de vista da descarbonização, estão relacionados à derrubada e supressão de vegetação nativa e às queimadas, somado ao enorme rebanho bovino que, posterior aos desmatamentos, vêm consorciados à expansão das pastagens e outras atividades do agronegócio, conforme as determinações na divisão internacional do trabalho.

Nesse contexto, a exploração de minerais ditos “essenciais” no processo de substituição da energia proveniente dos combustíveis fósseis, tem gerado crescentes conflitos socioambientais. Estes, na concepção de Lopes de Souza (2020), são manifestações

de lutas por justiça ambiental, envolvendo comunidades que buscam defender seus territórios e modos de vida frente a projetos que ameaçam seus direitos e o equilíbrio ecológico. Assim, revelam as tensões entre diferentes concepções de desenvolvimento e evidenciam a necessidade de integrar saberes locais e científicos na construção de soluções mais justas e sustentáveis.

Diante desse cenário, esta pesquisa apresenta reflexões que buscam responder à seguinte inquietação: quais são as estratégias utilizadas pelo capital mineral e pelo Estado, diante da transição energética, na corrida global por minerais estratégicos, e quais os efeitos para os povos do campo, as comunidades tradicionais, os indígenas, os quilombolas, as populações de fundo e fecho de pasto e os assentados da reforma agrária, e como os movimentos sociais enfrentam essa conjuntura?

Este artigo tem como objetivo analisar o método adotado pelo setor corporativo e pelo Estado, na Bahia, no contexto da transição energética e da corrida global por minerais estratégicos. Especificamente, discute a expansão das pesquisas minerais na Bahia, os conflitos territoriais resultantes e as narrativas do Estado durante a audiência pública realizada na Assembleia Legislativa, com a participação do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), no sentido de analisar as contradições reveladas por meio das perspectivas dos diferentes agentes sociais da arena política. Também examina a atuação da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), a principal detentora de títulos minerários no estado, que presta consultoria para mineradoras, e o uso do *marketing* verde, que reforça vocábulos como estratégias discursivas também propagadas pelos setor midiático-corporativo.

Diante dessa conjuntura, os movimentos sociais desempenham um papel fundamental ao desafiar as desigualdades estruturais da sociedade (Porto-Gonçalves, 2000; Germani, 2010). O MAM tem sua origem na região Norte do país, mais especificamente no estado do Pará, inspirado na luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) na Amazônia brasileira. Inicialmente, o movimento se construía sob a denominação de “Movimento de Atingidos pela Mineração”, em 2012, no sul do Pará. A partir dos

debates e aprofundamento das reflexões se reconfigura, e se consolida, como Movimento pela Soberania Popular na Mineração. Assim, defende a perspectiva dos “afetados”, considerado mais abrangente diante da complexidade do problema mineral. O movimento se expandiu nacionalmente, alcançando também a Bahia.

Metodologicamente, o estudo se fundamenta na dialética como caminho para uma análise crítica da realidade. Parte-se, portanto, da realidade concreta em seu movimento histórico e nas suas contradições, utilizando-se de ferramentas e técnicas da pesquisa qualitativa como a observação participante, em reuniões e espaços de formação dos movimentos sociais – bem como durante a audiência pública realizada na ALBA, e a análise documental. Foram analisadas experiências em eventos organizados pela mídia corporativa, como o Band Sustenta Bahia, voltado para práticas de “*Environmental, Social and Governance*” (ESG); publicações em redes sociais e sítios institucionais governamentais e corporativos; discursos empresariais e estatais que propagam conceitos como “ferro verde”, “indústrias inovadoras” e “desconcentração de renda”; além da transcrição da audiência pública e de publicações institucionais que evidenciam os interesses privados privilegiados pelo Estado e o modelo mineral adotado.

Analiticamente, recorre-se à análise do discurso foucaultiana, considerando o discurso como uma tecnologia de poder que define “verdades”, normaliza práticas e comportamentos, excluindo determinadas perspectivas e privilegiando outras (Foucault, 2009; 2012). A pesquisa mobiliza categorias analíticas que orientam a interpretação dos dados, com centralidade para as concepções de território-recurso (Santos, 2004), território extrativo-mineral (Antonino, 2019), minerais estratégicos e, transição energética (Milanez, 2024; Wanderley, 2024) e discurso (Foucault, 2009; 2012), como elementos que revelam as dinâmicas de apropriação, exclusão e disputa que marcam a expansão do capital mineral na Bahia.

A estrutura do texto compreende três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção analisa como o discurso da transição energética tem sido mobilizado pelo Estado e por empresas mineradoras para justificar a intensificação

da atividade mineral, refletindo sobre as contradições entre a retórica ambiental e os impactos territoriais concretos. A segunda examina as diferentes perspectivas em disputa a partir de uma audiência pública popular, ressaltando a atuação do Estado e os enfrentamentos promovidos por movimentos sociais e comunidades atingidas. A terceira, por sua vez, aborda as articulações entre Estado e setor corporativo mineral apontando as características, estratégias e contradições que estruturam o Método corporativo-estatal no setor mineral baiano.

1. A transição energética como narrativa hegemônica: discursos e contradições

O volume de novos processos minerários apresenta indicadores em crescimento no Brasil, na região Nordeste e na Bahia (Antonino, Sousa e Germani, 2022). O movimento do capital internacional, em busca das “riquezas” do subsolo brasileiro, é intenso na região Sudeste com diversos conflitos (Alves *et al.*, 2020). Nas últimas quatro décadas, um cenário avassalador tem se sobressaído na Amazônia, com uma intensa exploração de substâncias minerais e ampliação dos conflitos territoriais (Malheiro, 2022). A expansão da mineração na Bahia figura há pelo menos duas décadas no cenário nacional. Em 2021, o estado alcançou a terceira posição entre os líderes nacionais, com diversos projetos e pesquisas em andamento, segundo dados da Agência Nacional de Mineração (ANM) e da CBPM.

Entre 2021 e 2024, houve aumento de 35,8% nas autorizações de pesquisa mineral na Bahia, conforme análise dos dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), atingindo um total de 19.175 processos cadastrados (GeografAR, 2024). Atualizando para o primeiro bimestre do ano de 2025, são 19.737 processos. Portanto, o avanço das pesquisas, sobretudo dos minerais estratégicos da “transição energética”, segue em plena expansão em várias localidades onde se verificam prospecções. Paralelamente, os conflitos

se multiplicam, ocorrendo desde as fases iniciais de pesquisa (Antonino; Sousa; Germani, 2022).

Foram identificados 93 municípios na Bahia com registros de conflitos envolvendo o setor mineral (GeografAR, 2025). As situações ocorrem em todas as regiões do estado, e afetam os biomas mata atlântica, cerrado e, sobretudo a caatinga, com grande impacto no semiárido, em bacias hidrográficas importantes, além de territórios de povos do campo e de comunidades tradicionais, que são os principais afetados por conflitos provenientes do setor mineral brasileiro, conforme aponta o Observatório do Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (Wanderley; Mansur; Valente, 2023).

De acordo com um levantamento dos dados no Sistema de Informação Geográfica da Mineração – SIGMINE (ANM, 2025), a região Nordeste destaca-se nesse contexto de processos minerários associados à transição energética, com um total de 11.355 requerimentos, correspondendo a 47,13% do total nacional. A Bahia é um dos líderes no *ranking* nacional com maior número de pesquisas correlacionadas aos minerais estratégicos, somando 5.921 processos, considerando as 10 substâncias mais pesquisadas, a citar: Alumínio, Cobalto, Cobre, Grafita, Lítio, Manganês, Nióbio, Níquel, Vanádio, Terras Raras e Urânio.

Minas Gerais, Pará e a Bahia figuram entre os três estados com maior número de concessões de lavras ativas, respectivamente. Além disso, lideram as estimativas de investimentos no ramo mineral. Somente na Bahia, os aportes previstos somam quase nove bilhões de dólares até 2030, representando cerca de 13% de todos os projetos nacionais (IBRAM, 2025). Esse dinamismo e previsão de futuras instalações ligadas ao setor mineral na Bahia é acompanhado de inúmeros conflitos socioambientais e afetações relevantes que se aprofundam e reforçam a invisibilização histórica de populações do campo e de comunidades tradicionais.

Assim, a chamada transição energética, apresentada como “solução” para a crise climática global, revela disputas de projetos e interesses distintos, sobretudo com narrativas ligadas a ideia de sustentabilidade, como as noções de “energia limpa” e “fontes

renováveis”. Sob a racionalidade do capital, essa “transição” tem servido para manter padrões de consumo e formas de apropriação territorial que reiteram a exploração dos bens comuns e a violência contra comunidades tradicionais. Esses territórios, habitados por povos que mantêm práticas simbióticas com a natureza e formas próprias de governança democrática, tornam-se alvos da expansão minerária e de megaprojetos energéticos (Oliveira, 2024).

Trata-se de uma continuidade das dinâmicas de dominação, como aponta Antônio Bispo dos Santos (2023), ao denunciar a “guerra de denominações” que impõe visões hegemônicas sobre a terra e seus usos, ou, nas palavras do autor: “Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado, quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome (Santos, 2023, p. 12). A intensificação dos conflitos socioambientais reflete, assim, a contradição estrutural entre o modo de produção capitalista e as formas tradicionais de vida e cuidado com os territórios.

Nesse sentido, o debate climático não pode se restringir apenas às ações de descarbonização. A “modernização da matriz energética”, pautada na adoção das chamadas “fontes renováveis”, como energia solar, eólica, hidrogênio verde, e na produção de veículos elétricos, contraditoriamente, promete reduzir a dependência de combustíveis fósseis e mitigar os impactos das mudanças climáticas. No entanto, essa transição também tem gerado um aumento significativo na demanda por minerais estratégicos, fundamentais para a produção de baterias de veículos elétricos, turbinas eólicas, painéis solares e outras tecnologias associadas.

Ou seja, essa corrida por recursos minerais, embora associada discursivamente a uma agenda de sustentabilidade, muitas vezes resulta na intensificação de práticas extrativistas predatórias gerando novos conflitos socioambientais, especialmente em territórios indígenas e quilombolas condenados nas “zonas de sacrifício” (Acsehrad, 2004). Assim, a descarbonização da economia, sem mudanças estruturais no modo de exploração,

pode reforçar desigualdades, afetar ecossistemas vulneráveis e criar novas formas de dependência, atreladas ao modelo mineral. Este, é caracterizado por uma estrutura extrativista primária-exportadora e pela intensa exploração dos recursos naturais, sustentada por grandes corporações e políticas públicas que favorecem a atividade, mas negligenciam seus impactos sociais e ambientais (Milanez *et al.*, 2022).

Esse percurso, aliado a abordagens teóricas críticas, permite compreender as relações entre o que é anunciado, a respeito dessa conjuntura, e as reais práticas por parte das empresas, possibilitando leituras das estruturas que sustentam esse sistema, como enfatiza Moreira (2016), contrastando-as com as realidades territoriais e os conflitos socioambientais em curso. Isso implica considerar tanto as dinâmicas locais de resistência quanto as articulações globais do capital mineral, evidenciando as contradições entre o desenvolvimento propagado e os impactos vivenciados pelas populações afetadas.

Nesse sentido, a Hemeroteca do GeografAR, ao longo das últimas duas décadas, reuniu mais de 15 mil notícias de jornais impressos e digitais de circulação estadual e nacional sobre diversas dimensões da Questão Agrária na Bahia. Desse total, mais de 500 reportagens abordam o setor mineral, conforme analisado por Sousa, Germani e Antonino (2023). Para se estruturar e expandir, o setor corporativo mineral fundamenta-se no uso de aparatos midiáticos de amplo alcance e credibilidade. Realiza articulação com lideranças políticas de diferentes espectros, na adaptação de sua linguagem para maior popularização, na disseminação estratégica de conteúdos em redes sociais e na construção de uma imagem de responsabilidade social e ambiental. Também busca formas de aproximação com as comunidades afetadas e a sociedade em geral. Para isso, recorre à apropriação cultural, incorporando termos do vocabulário local em suas narrativas. Um exemplo disso é a escolha dos nomes das minas, frequentemente inspirados em referências simbólicas regionais, como elementos da religiosidade, da natureza (fauna e flora) e da cultura local em geral.

Esse processo de captura pode ser observado desde o Projeto Grande Carajás, no Pará, que faz uma apropriação étnica indígena, até a mina Braúna, localizada em Nordestina, na Bahia, nomeada a partir de uma árvore da caatinga que foi arrancada para dar lugar à cava e à extração mineral de diamantes (Antonino, 2019). Outro exemplo é a mina Mocó, em Piatã (BA), que recebe o nome de uma comunidade tradicional local chamada “Mocó”.

Parte do método das empresas mineradoras segue a lógica da campanha televisiva o “agro é pop”, adotando discursos mais palatáveis para convencer a sociedade de que a mineração pode ser “sustentável” e benéfica. Na Bahia, a CBPM começou a disseminar que a “mineração é rock” (Fornari, 2025). Quando se faz alguma crítica ao setor mineral, uma das respostas comumente utilizadas é que o setor do agro é mais devastador. \No entanto, é justamente no setor mineral que se observa a intensificação de estratégias discursivas voltadas à legitimação de práticas extrativas por meio da “ambientalização do capital”. Trata-se da incorporação de retóricas e justificativas ambientais – como “mineração sustentável” e “ferro verde” – que visam ampliar a aceitação social dos empreendimentos, mascarando seus impactos e reforçando a lógica de expropriação dos solos e do subsolo. Mais do que uma simples “lavagem verde”, essas estratégias integram uma racionalidade empresarial, associadas aos Riscos Sociais Corporativos, que busca gerir o risco e reposicionar as corporações frente às críticas sociais e ambientais (Juárez, 2016; Acselrad, 2016; Giffoni Pinto, 2019).

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia (SDE), reforça esse modelo ao disseminar o discurso falacioso do “ferro verde”, associado à redução de emissões de carbono na siderurgia, como foi anunciado pela pasta após reunião com a empresa Santa Fé Mineração. Segundo a SDE, a companhia vai produzir *pellet feed*, ou minério de ferro verde como “alternativa mais ecológica” e alinhada às exigências globais de “sustentabilidade e eficiência energética”, nos municípios de Brumado e Livramento de Nossa Senhora, situados na região semiárida da Bahia (SDE, 2025).

No setor mineral brasileiro e baiano, multiplicam-se seminários e fóruns sobre sustentabilidade, associados à ideia de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), sempre em parceria com o governo e grandes corporações, sob o pretexto de “alinhar o setor mineral à agenda ESG” (Acselrad, 2018). Essa narrativa ganha força justamente após os crimes socioambientais de Mariana (MG), em 2015, e Brumadinho (MG), em 2019, quando o modelo mineral revelou sua pior face. Assim, o discurso ESG serve para mascarar e perpetuar violações de direitos, especialmente em um setor que emprega, em sua maioria, trabalhadores terceirizados. Além disso, essa retórica oculta a destruição ambiental sem precedentes e a falta de industrialização, mantendo o Brasil em uma posição de dependência econômica baseada na exportação de *commodities*.

A conciliação entre pautas ambientais, sociais e de governança no interior de empresas guiadas pela lógica do lucro levanta questionamentos fundamentais. Como aliar pautas tão contraditórias dentro de empresas cuja visão é exclusivamente voltada à geração de lucros? Desde o ambiental (E), passando pelo social (S) e pela governança (G) corporativa, há contradições evidentes. A sigla ESG, amplamente utilizada no discurso corporativo contemporâneo, tem sido apropriada como ferramenta de legitimação de práticas empresariais, ainda que muitas vezes sem alterações estruturais nas formas de apropriação e exploração dos territórios. Conforme ressaltam Henig *et al.* (2025, p. 17) “a agenda ESG é uma roupagem utilizada pelos capitalistas a fim de oferecerem uma imagem sustentável para sua acumulação, contudo, esta imagem se contrapõe aos inúmeros desastres que ocorrem em decorrência da exploração dos seres humanos e da natureza”.

Dessa forma, essa narrativa busca integrar preocupações ambientais e sociais à governança corporativa, mas frequentemente ignora as contradições entre a geração de lucros e a efetiva justiça socioambiental. O “S”, por exemplo, pode remeter à relação da empresa com as pessoas do seu entorno, incluindo: aderência aos direitos trabalhistas, valorização da saúde e segurança no ambiente de trabalho, apoio à diversidade e inclusão, posicionamento da empresa em causas e projetos sociais e atuação com a comuni-

dade. No entanto, na prática, essas diretrizes estão longe de serem aplicadas nas operações em andamento na Bahia. O cenário real do trabalho na mineração é marcado por acidentes, adoecimentos, amputações e mortes. Segundo dados da Previdência Social, entre 2010 e 2020, foram registrados 40.865 acidentes no Brasil, sendo o 4º setor em número de acidentes e 2º em taxa de mortalidade (Bahia, 2023).

Em um desses eventos, marcados por forte presença de patrocínios estatais e corporativos, foi possível observar os discursos que contrastam com as práticas. O “*Sustenta Bahia – Fórum ESG*”, organizado pela TV Band, em julho de 2024, reuniu representantes de entidades federais, estaduais, empresariais e ONGs. Diversos temas foram abordados, como saneamento básico, justiça, empreendedorismo e cultura. No entanto, não houve espaço ou visibilidade para críticas ao setor corporativo ou ao modelo mineral e agropecuário, como se os conflitos nas áreas exploradas simplesmente não existissem. Nesse contexto, a CBPM adotou oficialmente os Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para 2030, reforçando seu alinhamento com discursos de sustentabilidade.

Paradoxalmente, essa mesma companhia pública anuncia parcerias com empresas privadas no polo petroquímico de Camaçari para instalar “indústrias inovadoras” de vidros solares e baterias (CBPM, 2025). Ao mesmo tempo que usa o discurso de “inovação”, perpetua práticas beligerantes contra comunidades tradicionais rurais, minimizando ou ignorando sua existência. O que está na superfície há séculos – povos que defendem terra, território e biodiversidade – é tratado como obstáculo a ser transposto, meticulosamente calculado na gestão de riscos para viabilizar projetos extrativos. Como demonstrou Giffoni Pinto (2019), desde os anos 2000, o setor empresarial investe em estratégias para lidar com os chamados “riscos sociais”, que podem comprometer seus negócios diante da mobilização de povos politizados e críticos às práticas corporativas. Enquanto isso, há a desvalorização sociocultural e “financeira” desses povos. Como pensar

a base de cálculo de um impacto em uma comunidade, como a seca de um rio, o aterramento de nascentes, a contaminação das águas, os problemas de saúde mental e demais afetações sobre as diferentes dimensões da vida?

A dimensão financeira dos conflitos socioambientais se evidencia quando manifestações de comunidades impactadas interrompem ferrovias, causando perdas milionárias e atrasos na entrega de *commodities*, afetando cadeias produtivas, como ocorrido diversas vezes na estrada de ferro de Carajás (PA) ou na bacia do Rio Doce (MG) (Alves et al., 2020). A pressão sobre os “custos de produção” afeta diretamente as projeções corporativas, motivo pelo qual o Estado, por meio de seu aparato burocrático e repressivo, age para destravar quaisquer obstáculos que representem riscos aos investidores. As empresas, por sua vez, “armam” estratégias para tentar neutralizar as resistências, investindo vultuosos recursos no reconhecimento e monitoramento do território pretendido, com o objetivo de obter a licença social para operar. Como destaca Giffoni Pinto (2019, p. 18), as corporações buscam responder aos critérios das instituições financeiras sendo importante “compreender esse risco para calculá-lo e controlá-lo”.

Alguns fatos da realidade concreta ilustram a ação coercitiva do Estado, na Bahia. Em 2020, uma manifestação dos moradores das comunidades rurais de Bocaina (quilombola) e Mocó, em Piatã (BA), que se opunham à expansão das atividades minerárias na região, foi reprimida com violência pela Polícia Militar (Moreira, 2021). Em abril de 2022, a mesma mineradora inglesa, a Brazil Iron, solicita à polícia a apreensão de gravações de uma equipe de repórteres que aguardava resposta a um pedido de entrevista na sede da mineradora, em Piatã (BA), quando foi abordada por dois policiais militares (Repórter Brasil, 2022).

No ano de 2025, o Estado da Bahia, por meio de um Coronel da Polícia Militar, lotado na Casa Civil e atuante na Coordenação de Mediação de Conflitos, usa a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Piatã para convocar uma assembleia geral extraordinária, com a participação de associados e moradores das comunidades da Bocaina e Tá-

bua, com a pauta “Uma escuta do governo do Estado da Bahia nas comunidades do entorno do empreendimento BIML”, conforme descrito no convite enviado aos comunitários e associados. Esta mesma coordenação, de representação militar, tem realizado cursos de formação junto a servidores da CBPM a título de “Treinamento de Interação Social e Mediação de Conflitos”. Trata-se do uso da estrutura coercitiva do Estado para servir a fins privados do capital mineral por meio da militarização na relação sociedade e Estado.

Outro exemplo é a parceria da CBPM com a empresa inglesa Brazil Iron, que investiu US\$ 5 bilhões em projetos de minério de ferro em Piatã, Abaíra e Jussiapé, na Chapada Diamantina, com planos de construir uma nova mina, uma siderúrgica, uma ferrovia de 120 km e uma indústria de hidrogênio verde. A empresa mobiliza uma retórica ambientalista centrada em conceitos como “ferro verde”, “energia limpa” e “mineração sustentável”, mas tais discursos não se traduzem em práticas transparentes nem em diálogo efetivo com as comunidades impactadas, incluindo quilombolas.

Verifica-se o descumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, que exige a consulta livre, prévia e informada às comunidades tradicionais antes do início das atividades minerárias. A própria empresa reconheceu essas falhas em seu relacionamento com as comunidades, conforme admitido pelo vice-presidente de relações institucionais da Brazil Iron em entrevista à Revista Piauí: “a mineradora no início pecou no relacionamento com as comunidades” (Machado, 2024).

O minério de ferro é uma substância fundamental e estratégica nos processos industriais, utilizado em cadeias produtivas diversas, inclusive ligadas à transição energética. Nesse sentido, observa-se a crescente busca pela extração desse mineral na Bahia, a exemplo da empresa Bahia Mineração – Bamim, em Caetité, e da estruturação do complexo logístico FIOLE – Porto Sul, que visa o escoamento da produção.

Diante da ofensiva do capital mineral e do Estado, comunidades e movimentos sociais têm se mobilizado em ações de resistência que confrontam o modelo mineral hegemônico. Tais iniciativas revelam não apenas formas de enfrentamento, mas também a

construção de outras perspectivas de desenvolvimento e de relação sociedade-natureza, fundamentadas na defesa dos territórios e na afirmação dos modos de vida dos povos do campo e das comunidades tradicionais.

2. “A nossa luta é todo dia, o território não é mercadoria”: discursos e contradiscursos frente ao modelo corporativo-estatal

O Movimento pela Soberania Popular na Mineração promoveu, em junho de 2024, um evento que demonstrou forte incidência política. O I Encontro Estadual do MAM, realizado em Salvador, com o tema “Debater, unir e organizar, por um modelo mineral, soberano e popular”, que também foi entoado em cantorias que marcaram o ambiente do encontro (**Figura 1**). Como parte da programação, foi realizada uma audiência pública na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), atividade que encerrou o evento. Intitulada “Mineração na Bahia, um debate urgente e necessário”, a audiência ocorreu a convite da Frente Parlamentar Ambientalista da Bahia.

Figura 1 - Material de divulgação do I Encontro Estadual do MAM na Bahia.



Fonte: MAM, 2024.

Durante a atividade, ficaram evidentes as ações do Estado em favor do setor corporativo, ao mesmo tempo em que o MAM apresentou diversos questionamentos críticos. O debate revelou contradições e disputas típicas das arenas argumentativas (Fucks, 2001), onde diferentes perspectivas sobre a mineração na Bahia se confrontaram, revelando as tensões entre os interesses do capital e as reivindicações socioambientais dos movimentos populares (Assunção, 2024).

A audiência pública contou com a participação de diferentes representantes de instituições de assessoria popular, universidades, lideranças comunitárias atingidas pela mineração e órgãos da administração pública estadual, como a SDE e a CBPM. O povo presente entoou, repetidamente, palavras de afirmação em defesa de seus territórios, frente à ofensiva minerária: “A nossa luta é todo dia, o território não é mercadoria”.

A CBPM é um órgão fundamental para o setor mineral baiano, com meio século de atuação. A partir dos anos 2007, a Companhia apresenta uma reconfiguração ao incluir no seu portfólio a produção mineral, para além da pesquisa, e propor assessoria às empresas privadas. Atualmente, detém a maior quantidade de processos jurídicos minerais no estado. Essa posição contrasta com a lógica neoliberal que, nos últimos 30 anos, defendeu as privatizações, alegando que o Estado era ineficaz e burocrático.

Nesse cenário, ocorre a privatização da antiga Vale do Rio Doce e marca a consolidação do atual modelo mineral brasileiro. Assim, a CBPM, enquanto uma companhia estatal de pesquisa mineral, impulsiona projetos com recursos públicos e parcerias com universidades, leiloando posteriormente os direitos minerais para empresas privadas. O Estado investe em pesquisas e apresenta os projetos para o capital privado, que fica com lucros exorbitantes, enquanto o retorno financeiro e os benefícios em infraestrutura para a sociedade são mínimos. Além do mais, a sociedade fica com os passivos e conflitos socioambientais e agrários.

O setor mineral é apresentado como um dos motores de impulsionamento do “desenvolvimento” na Bahia. A extração de minérios ocorre em todas as regiões do estado que ocupa posição de liderança em pesquisas minerais há quase uma década. Enquanto

o povo, representado pelos movimentos sociais e instituições de assessorias, e demais organizações, manifestam os conflitos e clamam por justiça socioambiental, o Estado reafirma sua posição enquanto promotor de um modelo mineral que ignora a existência dos povos indígenas, comunidades tradicionais, camponeses, assentados de reforma agrária e populações urbanas periféricas. Como expressou C.R, liderança comunitária, afetada pela mineração no Norte da Bahia, que esteve presente na audiência pública, na ALBA: “esse modelo mineral no Brasil ele é perverso, ele é cruel ele destrói. É preciso desmistificar essa questão de que [...] há uma preocupação sobre as mudanças climáticas”.

As contradições foram evidenciadas em diversos relatos de pessoas oriundas de comunidades impactadas pela mineração, marcados por denúncias à omissão e à atuação pró-corporativa do Estado, como pode ser observado no depoimento de A.S, líder comunitário, afetado pela mineração, também do Norte da Bahia:

Nesse debate, a mineração se apropriou do território com aval dos Municípios e com aval do Estado. Porque, se o Estado permite, o município permite, a comunidade fica desassistida e a comunidade o pouco que tinha acaba. Que processo é esse? Que Estado é esse que está tratando o seu povo dessa forma? Então fica essa indignação e essa denúncia de que o Estado brasileiro os órgãos do Estado não estão dando atenção para as comunidades. Porque que o Inema dá tantas licenças sem fazer uma consulta com a comunidade, sem conhecer as comunidades? (depoimento de A.S, na audiência pública, na ALBA, 2024).

Em que pese a ausência do órgão ambiental no nível estadual, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), durante a audiência na ALBA, os demais representantes estatais deram o recado prioritário do atual governo da Bahia, que segue os rumos do ente federal. Historicamente, a natureza, sobretudo os recursos hídricos vêm sendo apropriados por grandes projetos que têm se instalado e operado sem obstáculos significativos, respaldados por laudos e pesquisas técnicas (Costa, 2023). O referido ór-

gão ambiental, em vez de regulador, atua como viabilizador dos empreendimentos, acumulando críticas devido à expansão desenfreada desses projetos (Oliveira; Oliveira, 2024).

Na audiência, um geólogo da CBPM iniciou seu pronunciamento lendo *slides*, demonstrando desinteresse pelo diálogo com a sociedade, especialmente com um movimento que propõe um modelo alternativo de mineração. Sua fala destacou apenas as missões e resultados do órgão, ignorando os povos do campo e comunidades tradicionais. Segundo ele, a CBPM tem como missão desenvolver o setor mineral baiano com eficiência técnica, econômica e social, em harmonia com o meio ambiente, atuando para ampliar o conhecimento geológico e atrair investimentos privados. Com 51 anos de existência, a empresa foi criada durante a ditadura militar, sob o governo de Antônio Carlos Magalhães (ACM).

O órgão exalta o reconhecimento como uma das empresas estatais mais dinâmicas na pesquisa mineral no Brasil, destacando seu vasto acervo de dados que faz da Bahia um dos estados geologicamente mais bem estudados do país. Defendeu que atualmente é uma empresa autossuficiente, contando com 526 projetos executados e com 122 licitações e oportunidades minerais realizadas, além de assinaturas de 72 contratos de parceria de pesquisa complementar e arrendamento. Esses números a posicionam como a maior detentora de requerimentos de pesquisa mineral na Bahia e uma das maiores do Brasil:

A CBPM continuará pesquisando e atraindo empresas para novos empreendimentos no estado tais como ouro, calcário, níquel, cobre, cobalto, entre outros.... nossos projetos estão sendo executados visando a descoberta e definição de depósitos minerais carentes estratégicos para o estado e para a nação brasileira, como o fosfato e minerais da transição energética como níquel, cobre, cobalto, ferro, titânio, vanádio, grafita, terras raras, tendo nosso maior destaque a nossa descoberta da província metalogenética do norte da Bahia. Com certeza uma das mais importantes províncias minerais brasileiras (representante da CBPM, em discurso na ALBA, 2024).

A exposição da CBPM ignorou abordagens ligadas às questões ambientais, povos do campo, diversidade sociocultural e a riqueza cultural baiana que está sobre a superfície. Em vez de debater soberania nacional, reforçou a entrega do território, com suas reservas estratégicas, ao capital internacional. Embora o órgão possua um “Comitê de Promoção da Diversidade e Combate ao Assédio e Discriminação”, sua atuação parece restrita ao ambiente interno, sem impacto real sobre as comunidades afetadas. O discurso de inclusão étnica e de gênero serve para projetar uma imagem corporativa alinhada a uma agenda “woke”, que se diz inclusiva e sustentável, para fins midiáticos e para vender uma ideia de atuação responsável. Contudo, não há real intenção de transformar a estrutura do setor mineral, que permanece hegemônico e inalterado.

O monitoramento das notícias divulgadas pela CBPM revela um padrão recorrente de *marketing* verde, dentre outras ações evidenciadas como o “Selo da Diversidade LGBT+” e parcerias de projetos culturais de grupos de afoxés e dança afro (CBPM, 2025). Essas ações reforçam a imagem de uma companhia inclusiva e socialmente responsável, sem, no entanto, alterar as práticas estruturais do setor mineral, como observado na notícia veiculada pela Companhia:

O apoio do setor mineral pode contribuir para o fortalecimento das tradições culturais da Bahia, promovendo ações que preservem e divulguem práticas culturais e religiosas que fazem parte da identidade baiana. Essa contribuição é essencial para combater o racismo estrutural e aumentar a consciência histórica sobre as contribuições do povo negro para a formação da sociedade brasileira (CBPM, 2025, s/p).

Assim, o órgão público menciona uma questão de enorme gravidade histórica, cultural e geográfica na formação do país, o “racismo estrutural”, sem qualquer reflexão sobre suas próprias ações institucionais na pesquisa e extração mineral. Essa contradição se torna ainda mais evidente considerando que grande parte da população afetada por seus empreendimentos é composta por quilombolas e comunidades tradicionais, que enfrentam conflitos territoriais e impactos socioambientais diretamente relacionados à atuação do setor mineral.

Embora a CBPM alegue que o setor mineral possa contribuir para a cultura e religiões de matriz africana, na prática ocorre uma captura e inversão de papéis. O setor cultural, já precarizado e com poucos incentivos, busca apoio do setor corporativo-mineral, que, por sua vez, utiliza essa relação como propaganda para enaltecer a diversidade e a sustentabilidade. Dessa forma, a mineração se apropria da cultura e da tradição carnavalesca para suavizar sua imagem, promovendo um *marketing* de baixo custo diante dos conflitos socioambientais e territoriais em curso na Bahia, sejam ligados aos territórios extrativos do passado ou aos atuais territórios explorados.

Durante a audiência pública realizada na ALBA, a SDE, por meio da Diretoria de Fomento, também se posicionou em defesa do setor mineral apontando algumas possíveis políticas voltadas ao setor. Foi mencionada a necessidade da criação da Política Estadual de Mineração e do Plano Estadual de Mineração da Bahia, que permanece parada há cerca de 10 anos. Enquanto estados como Minas Gerais, Goiás e Pará avançam nesse sentido, a Bahia segue atrasada, afirmou o representante do Estado. Apesar de ser um momento oportuno para a incidência dos movimentos sociais, há dúvidas sobre a real disposição do Estado em ouvir e incorporar contribuições de atingidos, pesquisadores e sociedade civil na definição desses rumos.

A SDE destacou as omissões da ANM, apontando sua precarização e incapacidade de acompanhar a extensão do setor mineral no país. Ressaltou a fragilidade da estrutura brasileira, sendo um dos maiores países mineradores e exportadores de minérios, para monitorar todas as operações nos municípios. Como dito, “O Brasil é um país continental. Somos um dos grandes países mineradores do mundo. Somos grandes exportadores e consumidores de minérios. A ANM não tem a estrutura, a capilaridade suficiente para chegar a cada município, a cada comunidade do país” (SDE, 2025).

Além disso, a Secretaria enfatizou a necessidade de reforçar o papel do Estado no licenciamento, desde a implantação até o descomissionamento das minas, bem como a atenção às comunidades afetadas. No entanto, apesar de reconhecer essas deficiências,

reforçou que a mineração continuará crescendo: “Isso dito, é preciso dizer que a mineração vai continuar existindo e vai crescer”. Essa afirmação, evidencia uma contradição: se os próprios governos federal e estadual admitem a inoperância da ANM na fiscalização e no acompanhamento adequado do setor, como justificar a expansão contínua da atividade sem mecanismos efetivos de controle?

O representante da SDE destacou a necessidade da transição energética, argumentando que não é possível substituir os combustíveis fósseis por energias renováveis sem um grande consumo de minerais: “Eu sou um dos que acham que a gente tem que ver os recursos naturais, o sol do semiárido, os ventos do vale do São Francisco, os minérios que a Bahia tem, não como uma maldição, mas como uma benção”. Além disso, sugeriu que a preservação da natureza e a reconstrução das florestas e matas nativas poderiam ser financiadas com recursos da própria mineração. Encerrando sua fala, assumiu uma posição conservadora ao afirmar: “para o bem ou para o mal a mineração vai continuar avançando, precisamos fazer isso de forma mais civilizada [...] que leve em conta a questão ambiental, social e a questão política, administrativa e governança do ESG, que está na moda agora”.

Destaca-se a importância da atividade realizada na ALBA, mesmo diante de tantos desafios e contradições, sobretudo pela incidência social e política que a mobilização do MAM produziu, por meio da aglutinação de redes de articulação que refletem no desafio de produzir uma unidade na luta pela construção de um outro modelo mineral. Portanto, afirmar que o “território não é mercadoria” faz parte do enfrentamento e da resistência frente aos discursos do modelo corporativo-estatal.

Em outras palavras, as práticas do setor mineral, especialmente no contexto baiano, podem ser compreendidas a partir da análise do discurso foucaultiano, que nos permite entender como as estratégias corporativas e estatais moldam e impõem narrativas sobre a mineração e suas implicações sociais e ambientais. A escolha de nomes para as minas, a utilização de elementos simbólicos regionais e as campanhas de “responsabilidade social” e “diversidade” demonstram um exercício de poder e de controle, no qual

as populações afetadas, especialmente as comunidades tradicionais, são constantemente invisibilizadas ou recontextualizadas dentro de uma narrativa que favorece a continuidade do modelo extrativo.

Essa apropriação simbólica, longe de ser neutra, serve para legitimar e naturalizar um sistema que, ao contrário do que se propaga, perpetua desigualdades, conflitos e um processo de expropriação das riquezas locais. Os técnicos dos órgãos estatais e do setor corporativo endossam uma visão de mundo que favorece ao modelo mineral atual, não existindo reflexões que considerem as cosmologias dos povos tradicionais em um patamar de horizontalidade. No entanto, essa dinâmica de poder é constantemente desafiada por contradiscursos, como os defendidos por movimentos sociais e demais resistências locais, que oferecem uma perspectiva alternativa e questionam a naturalização da mineração como uma prática inevitável e benéfica para a sociedade.

Assim, a análise dos discursos da mineração, à luz de Foucault (2012), revela como o poder se articula e se mantém por meio de discursos que não apenas dominam, mas também tentam instituir verdades sobre o território, a cultura, a natureza – ou seja, “o chão mais a população” (Santos, 2000, p. 47) –, excluindo as vozes daqueles que mais sofrem os impactos dessa lógica corporativo-estatal.

Nesse sentido, o depoimento de C.R. revela ainda as contradições presentes no discurso oficial do Estado e evidencia as múltiplas violações de direitos vivenciadas por povos do campo e comunidades tradicionais na Bahia. Suas palavras denunciam não apenas a omissão estatal, mas a cumplicidade ativa com os interesses do capital mineral, que se impõem sobre os territórios sob a retórica do desenvolvimento e da transição energética.

E a gente traz aqui um tom de denúncia até e é uma denúncia em relação a omissão [...] em que o Estado brasileiro, particular estamos aqui no Estado da Bahia, como facilita esse processo do sistema desse capital mineral na Bahia que tem crescido e que tem sido é colocado de uma forma muito com estardalhaço, de que é algo bom trazendo a ilusão do desenvolvimento que nós que estamos ali na comunidade, que de fato nós somos vítimas, que estamos ali lutando conseguindo barrar muitas vezes

esse processo bruto que destrói os nossos bens naturais, principalmente a nossa terra, a nossa água em prol desse desenvolvimento que não fica no estado da Bahia, que não fica nas comunidades que estão sendo impactadas. Eles são de fora. São pessoas de fora do Brasil e é para lá também que está indo os nossos minérios. Estamos sendo saqueados o tempo inteiro e aí a gente se questiona: Como que o Estado tem facilitado por exemplo as licenças ambientais para essas grandes empresas de mineração para que elas tenham acesso livre de chegar nessas comunidades e expulsar as pessoas tirando ali o nosso direito nas nossas tradições? (depoimento de C.R, na audiência pública, na ALBA, 2024).

O depoimento evidencia não apenas a crítica direta à atuação do Estado como facilitador do avanço do capital mineral, mas também a denúncia de um modelo de desenvolvimento assentado na expropriação e no saque (SILVA, 2025), legitimado por discursos de progresso e sustentado por mecanismos institucionais. Nesse cenário, a disputa territorial se intensifica e revela a face estrutural da violência contra os modos de vida tradicionais, ao mesmo tempo em que fortalece o papel dos movimentos sociais na construção de outras possibilidades de (r)existência e relação com os territórios.

3. A arquitetura do método corporativo-estatal no setor mineral baiano

No atual cenário político, a mineração avança na Bahia com respaldo governamental, intensificando os danos socioambientais. A estrutura estatal opera como indutora dessa expansão, criando condições para que estratégias corporativas se enraízem dentro dos órgãos e agências públicas. Sob o pretexto da transição energética, a extração de minerais estratégicos é promovida como indispensável, validando a atividade sem ponderar os impactos sobre comunidades rurais, povos tradicionais e ecossistemas. Nesse contexto, cabe retomar a reflexão sobre o método empregados pelo setor mineral e pelo Estado, inseridos na disputa global pelos “recursos minerais essenciais” (Milanez, 2021).

O capital mineral, majoritariamente internacionalizado, está ligado aos circuitos superiores da economia, portanto, a produção e o lucro são voltados para fora. Além

disso, as grandes empresas formulam suas políticas externamente, priorizando seus próprios interesses. Sua posição monopolista ou oligopolista impõe normas, ações e visões de mundo, impulsionadas por técnicas científicas modernas. Frequentemente, essas empresas conquistam a adesão local por meio de discursos sobre responsabilidade empresarial social e ambiental. São sistemas de ações, corporativos e governamentais, que operam de forma coordenada para implementar seus “grandes projetos de desenvolvimento” e difundir narrativas positivas a respeito da exploração mineral (Silveira, 2011).

As empresas mineradoras, por meio de amplas estratégias de *marketing*, constroem discursos ideológicos que acabam persuadindo e cooptando populações para a realização da atividade minerária, influenciando a conformação da psicoesfera. Santos (2007) define essa esfera como o espaço das ideias, crenças e paixões, sendo também o local onde se produz sentido. Segundo o autor, a psicoesfera não apenas acompanha e ratifica a expansão da técnica, mas muitas vezes a precede, estabelecendo regras para a racionalidade ou estimulando o imaginário. Dessa forma, ela cria mediações simbólicas enraizadas no espaço, que podem levar os indivíduos à alienação, já que, conforme Santos (2007), nela se produz justamente o oposto da consciência. No entanto, essa esfera mantém uma relação dialética com a tecnosfera, pois, como aponta Santos (2007), a ideologia gera símbolos que se incorporam à vida real, frequentemente assumindo a forma de objetos.

No contexto da mineração, a tecnosfera abrange as configurações territoriais e todo o processo técnico necessário para sua implementação. Santos e Silveira (2012) explicam que essas configurações territoriais correspondem à combinação dos sistemas naturais herdados por uma sociedade e dos sistemas de engenharia, que engloba objetos técnicos e culturais historicamente consolidados. Segundo os autores, sua relevância atual decorre das ações realizadas sobre elas.

Nesse contexto, os chamados *royalties* da mineração, ou seja, a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), são frequentemente apresentados como um benefício direto para os municípios minerados. No entanto, a dependência

econômica criada em torno desses recursos gera processos de minério-dependência, resultando em fragilidades fiscais e sociais, especialmente quando a atividade extrativa se encerra, deixando passivos ambientais e econômicos sem alternativas sustentáveis para a população local (Coelho, 2020).

Esse discurso se contrapõe à lógica de uso da terra para subsistência, frequentemente retratada de forma estereotipada como inferior, arcaica e contrária ao progresso nacional. Esse processo impacta significativamente o território abrigo, levando populações rurais e comunidades tradicionais a transformações qualitativas em sua relação com a natureza e à dependência parcial dos empregos e subempregos oferecidos pela mineração. Dessa forma, o território extrativo-mineral acaba se impondo sobre outros processos territoriais, controlando a apropriação produtiva da natureza, conforme destaca Antonino (2019).

Um dos mecanismos utilizados para construir a psicosfera da mineração é a adoção de argumentos desenvolvimentistas, que enfatizam a geração de emprego e renda para a municipalidade. Outro engodo que acompanha, reiteradamente, os discursos empresariais e estatais do *marketing* verde é a promessa de arrecadação de impostos e “desconcentração de renda”. No entanto, não há exemplos de municípios minerados na Bahia, nem no Brasil, que comprovem esse efeito, pois a realidade aponta para o oposto: maior concentração fundiária, empregos temporários e de baixa remuneração ou periculosidade, além da vulnerabilidade dos trabalhadores migrantes, sujeitos às oscilações do mercado global de *commodities*. Esse cenário frequentemente sobrecarrega as cidades receptoras, que lidam com impactos socioeconômicos adversos quando os projetos são descontinuados.

Silveira (2011), aponta que as empresas constroem um discurso de “responsabilidade social” para legitimar suas ações. No entanto, quando analisada de forma inversa ao discurso empresarial e governamental que a reforça, a geração de emprego na mineração revela-se uma necessidade da própria empresa para viabilizar suas operações. Assim, as populações rurais e as comunidades tradicionais são tratadas como mão de obra

barata, sem muitas alternativas além de aceitar a exploração no trabalho. Ademais, os empregos gerados e a participação do setor no Produto Interno Bruto (PIB) estadual são irrisórios, correspondendo a 12,5 mil postos de trabalho e 1,4% do PIB baiano, com um total de 367 mineradoras ativas (Atena, 2024).

Contraditoriamente, embora o discurso empresarial apresente a população local como a principal beneficiária do processo, essa mesma população acaba sendo espoliada, pois a territorialidade se estrutura em torno do recurso-empreendimento, gerando conflitos com a “terra-abrigo” (Antonino, 2019). Nesse sentido, observa-se, conforme Silveira (2011), um uso explorador e extorsivo do território, pautado na posse, mas sem um verdadeiro senso de pertencimento ou enraizamento, já que a possibilidade de deslocamento do lugar é sempre presente.

Assim, desenha-se a “arquitetura” do método corporativo-estatal no setor mineral, que apresenta uma engrenagem sofisticada, demanda concentração de poder, altos volumes de capitais e envolve: a) Controle de Poder: Pragmatismo estratégico e Hegemonia setorial; Desrespeito normativo e Captura institucional; Estratégias de consenso e Controle social; b) Instrumentos de Dominação: Avanço tecnológico e Controle da informação; Investigação territorial e Aparato coercitivo; Capital hegemônico e Impactos socioambientais.

a) Controle de poder:

- i. Pragmatismo estratégico e Hegemonia setorial: estruturado sob um arcabouço pragmático-utilitarista, o método privilegia a tomada de decisões centrada em interesses privados imediatistas e de curto prazo; sua operacionalização favorece grupos hegemônicos, consolidando um ambiente de oligopólios mediante concentração financeira, lobby legislativo, capilaridade e força em instâncias judiciais, além de respaldo técnico-científico de centros de pesquisa.
- ii. Desrespeito normativo e Captura institucional: há recorrentes violações aos marcos legais vigentes, como a negligência ou a ausência de normativa reguladora em relação à consulta prévia, livre e informada de comunidades afetadas; contestação

de documentos oficiais de autoatribuição e deslegitimação de comunidades tradicionais; são rebaixados os estudos técnico-científicos, quando não intimidados por ações extrajudiciais e judiciais, que criticam ou possuem parecer contrário à instalação e operação de empreendimentos; utilização do aparato técnico e capilaridade de órgãos públicos como estratégia de aproximação territorial; o favorecimento de empresas estrangeiras, sob o pretexto de “interesse nacional”, se sobrepõe a políticas de reforma agrária e segurança alimentar; o fenômeno da grilagem e da expropriação territorial são elementos estruturantes dessa dinâmica.

iii. Estratégias de consenso e Controle social: através da instrumentalização da informação e da publicidade segmentada, como mecanismos fundamentais para mediação do convencimento massificado; a tática social empregada busca a legitimação de projetos perante a opinião pública, consolidando a aceitação e o aval social para a sua implementação; a construção discursiva do método se ancora na retórica da inovação, sustentada por sofisticadas estratégias de *marketing*.

b) Instrumentos de dominação:

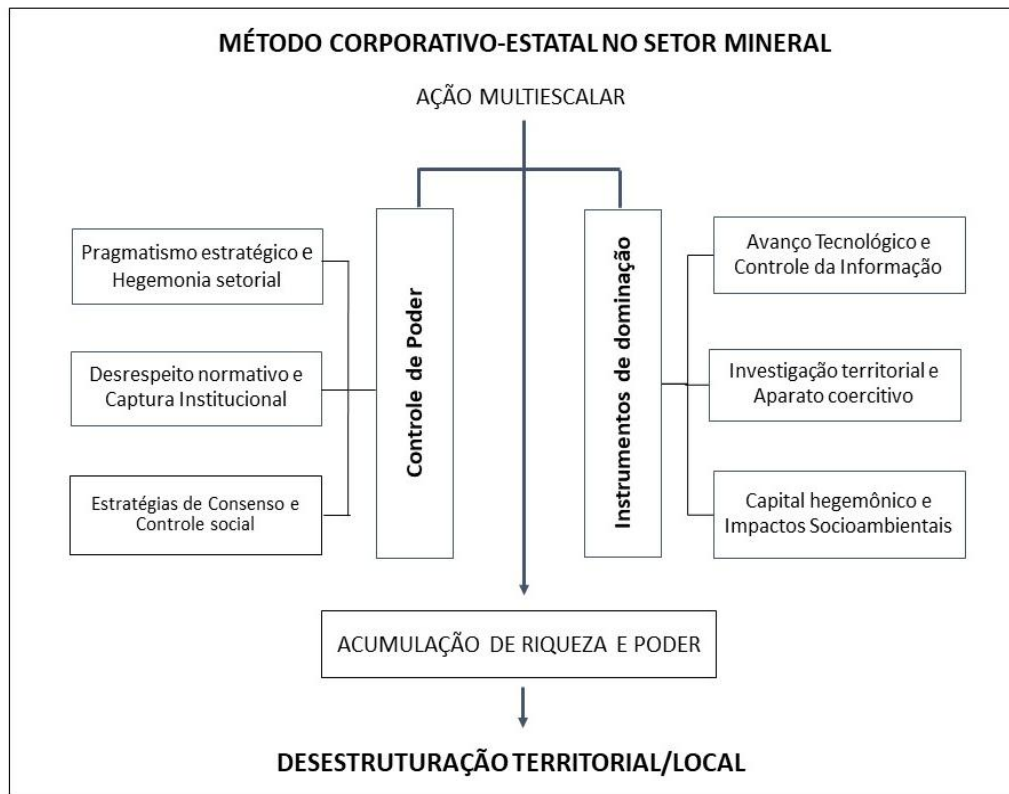
i. Avanço tecnológico e Controle da informação: caracteriza-se por uma abordagem técnica moderna, respaldada por informações estratégicas acessíveis aos setores privilegiados, portanto, de forma assimétrica e não transparente; estabelece um consórcio midiático abrangente, englobando tanto veículos tradicionais quanto plataformas digitais corporativas.

ii. Investigação territorial e Aparato coercitivo: aproximação sorrateira nas comunidades, ainda nas fases iniciais de pesquisa, para reconhecimento do território e alinhamento de estratégias de inserção corporativa que envolve coação, cooptação e fragmentação social; a imposição de projetos é viabilizada pela mobilização de forças coercitivas estatais, que operam para desocupar territórios estratégicos; o uso da violência institucional reforça a lógica de dominação, de intimidação e desapropriação de populações vulneráveis.

iii. Capital hegemônico e Impactos socioambientais: a lógica do método é impulsionada pela necessidade sistêmica do capital global de acelerar ciclos de reprodução e expansão; essa dinâmica impõe uma atuação estatal e corporativa voltada para resultados imediatos; a agenda de acumulação de riquezas e poder se sustenta na exploração intensiva dos bens minerais e na lógica da financeirização, atendendo a maximização de retornos corporativos; produz contradições através de narrativas de sustentabilidade ambiental, ao passo que degrada a natureza, subjuga populações e destrói territórios.

Dialeticamente, o método se manifesta de maneira paradoxal pois, enquanto se apresenta como moderno, inovador e tecnológico, mantém práticas arcaicas, não democráticas, ambientalmente abusivas e degradantes, impactando o contexto do lugar. Seu *modus operandi* apresenta uma engrenagem robusta, com elementos estrategicamente pensados para afetar as relações sociais e o cotidiano das comunidades, gerando desestruturação sociocultural. O volume de recursos financeiros aportados nos empreendimentos corrói laços de solidariedade territorial, tradicionalmente estabelecidos.

A leitura desses fatores revela o quão desigual é a relação entre a hegemonia da mineração, na perspectiva do capital/mercado e do Estado, e as frentes de resistência ao modelo mineral espoliador. São vias analíticas que encontram, na realidade concreta, diversos exemplos de elementos discursivos e práticos da organicidade do método Capital-Estado na mineração. Por meio de uma representação simplificada, desenha-se uma das possibilidades de leitura sobre a arquitetura do método corporativo-estatal (**Figura 2**). No entanto, no “real-concreto”, as relações entre os elementos são mais complexas, interconectadas e, em algum nível, interdependentes.

Figura 2. Arquitetura do Método Corporativo-Estatal no Setor Mineral.

Fonte: Os autores.

O método corporativo-estatal no setor mineral configura-se como uma engrenagem de dominação territorial articulada entre grandes corporações mineradoras e o aparato estatal, sustentada por um modelo pragmático, tecnocrático e legalmente assimétrico. Esse método atua por meio da captura institucional, da manipulação discursiva centrada em promessas de desenvolvimento e responsabilidade ambiental, e do uso combinado de estratégias coercitivas, tecnológicas e informacionais. Apresentando-se como sofisticado e tecnológico, encobre práticas predatórias que favorecem interesses externos, aprofundam desigualdades socioespaciais e fragilizam os direitos territoriais das comunidades locais.

O controle do poder estatal é a base estruturante dessa arquitetura, na qual o setor corporativo mineral assegura sua hegemonia sobre instâncias decisórias, instrumen-

talizando o Estado para garantir a retroalimentação da acumulação de capital. Como consequência, reproduz-se um cenário de desestruturação territorial e de aprofundamento das injustiças fundiárias, ambientais e sociais, expresso em conflitos sobre o uso da água e do ar, degradação da fauna e flora, precarização das relações de trabalho e impactos psicossociais sobre comunidades e trabalhadores, resultando em processos violentos de desterritorialização.

Considerações finais

Diante do exposto ao longo desta análise, que abordou a expansão da mineração na Bahia, os conflitos territoriais associados e os discursos e práticas que a sustentam, apresentam-se algumas considerações finais, organizadas a partir de três perspectivas que demandam maior atenção e aprofundamento teórico, diante da complexidade e dinâmica dos processos analisados: a) a expansão dos conflitos e as contradições do problema mineral no contexto do discurso hegemônico da transição energética; b) a atuação e incidência social e política das corporações minerárias, em parceria com o Estado, por meio de seus discursos e práticas hegemônicas, contrapostas às ações e ao papel dos movimentos sociais; c) as estratégias de territorialização do capital mineral, praticadas, consorciadamente, pelo setor corporativo-mineral e pelo Estado.

Inicialmente, conclui-se que a expansão da mineração e o acirramento dos conflitos territoriais está associada a fatores que demandam análise multiescalar. A demanda global por minerais da transição energética produziu uma corrida em busca dessas substâncias para alimentar o “sistema-mundo”. O discurso e as ações do Estado revelam sua opção pelos interesses burgueses-corporativos em detrimento das populações afetadas. O atual panorama político favorece a territorialização da mineração na Bahia, aprofundando os impactos socioecológicos.

A estrutura estatal se apresenta como um ente avalizador da expansão mineral, permitindo que as estratégias corporativas encontrem terreno fértil na atuação de órgãos e agências governamentais. Assim, a extração de minerais estratégicos tem sido justificada como essencial para a transição energética, construindo um discurso que legitima a atividade sem considerar suas consequências para os povos do campo e para a natureza.

A segunda perspectiva revela-se de forma mais nítida nos pronunciamentos realizados durante a audiência pública analisada, bem como em narrativas difundidas na mídia, onde se desvelam as tensões entre diferentes projetos de sociedade e formas de usos dos territórios. Trata-se de uma arena conflituosa, em que se confrontam, de um lado, representantes de comunidades tradicionais, movimentos sociais como o MAM, sindicatos de trabalhadores, organizações ambientalistas e pesquisadores críticos, e de outro, agentes estatais, técnicos de órgãos ambientais, representantes de empresas mineadoras e políticos alinhados ao setor mineral. Os discursos proferidos por lideranças populares evidenciam as múltiplas dimensões dos conflitos socioambientais da mineração: contaminação de recursos hídricos, expulsão de comunidades, degradação ambiental e precarização do trabalho. Essas falas também reivindicam o direito de dizer não, a soberania territorial e a defesa dos modos de vida do campo e das florestas, confrontando diretamente a lógica do progresso atrelado à mineração.

Em contraposição, os discursos estatais reiteram o papel do Brasil – e, em particular, da Bahia como fornecedor global de minerais estratégicos para a transição energética. Sob essa narrativa, as ações do Estado são justificadas como parte de um esforço necessário para o enfrentamento da crise climática, mesmo que isso implique em violações de direitos e processos de desterritorialização. Essa retórica alinha-se a uma racionalidade tecnocrática e desenvolvimentista, que utiliza argumentos da transição energética e da economia verde como nova roupagem para legitimar o avanço da fronteira extrativa.

Além disso, observa-se uma forte presença da linguagem da Responsabilidade Social Corporativa, especialmente por meio de declarações que destacam compromissos com a sustentabilidade, a inclusão social e a geração de emprego e renda. Tais argumentos são mobilizados para suavizar resistências e conquistar a chamada licença social para operar, fazendo parte do método corporativo-estatal. Entretanto, essas estratégias de *marketing* verde contrastam fortemente com os dados e relatos apresentados por comunidades afetadas, revelando um abismo entre a imagem projetada pelas mineradoras e a realidade vivida no território.

Assim, a atividade realizada destacou a importância da incidência social e política, reforçando o papel do MAM como um ator relevante na luta por um modelo mineral que respeite os direitos dos povos e a soberania nacional, bem como de diversas instituições de assessoria popular, que se fizeram presentes. Durante o evento, o MAM atuou não apenas como mobilizador social, mas também como formulador de uma crítica sistemática ao paradigma extrativista, denunciando os mecanismos de apropriação e destruição dos territórios operados pelo capital mineral com apoio do Estado. Em suas intervenções, o movimento expôs como a mineração, ao ser incorporada na discussão sobre estratégias de combate à crise climática, tem sido instrumentalizada por empresas e governos para legitimar a expansão do setor, muitas vezes sem considerar os impactos socioambientais envolvidos.

O MAM, ao lado de organizações de assessoria técnica e jurídica, movimentos do campo, pesquisadores e lideranças comunitárias, contribuiu para consolidar redes de articulação estadual e nacional, criando espaços de construção coletiva de alternativas e de fortalecimento de uma narrativa contra-hegemônica. Essa articulação é fundamental para a disputa e para o enfrentamento dos discursos empresariais ancorados em agendas como a da responsabilidade social e ambiental, que procuram mascarar os impactos reais da mineração. O evento, portanto, revelou o desafio estratégico de construir unidade entre diferentes atores da resistência, diante de um cenário marcado pela intensificação

da espoliação territorial e pela instrumentalização da crise climática como justificativa para a expansão predatória da mineração.

A terceira consideração, por sua vez, retoma a questão inicial sobre o método adotado pelo setor mineral corporativo e pelo Estado, no contexto da transição energética e da corrida global por minerais estratégicos. O método corporativo-estatal no setor mineral configura-se como um aparato altamente estruturado que articula controle de poder e instrumentos de dominação, operando por meio da captura institucional, da instrumentalização de marcos legais e da disseminação de discursos legitimadores.

A audiência pública analisada revelou, de forma concreta, os mecanismos desse método em ação. Ficou evidente que a arena política não é neutra, mas um espaço atravessado por disputas simbólicas, políticas e epistemológicas. A seletividade na abordagem, o enquadramento tecnocrático do debate e o foco excessivo em aspectos procedimentais de licenciamento ambiental revelam como o método corporativo-estatal busca neutralizar o dissenso e legitimar a continuidade dos projetos. Nesse sentido, o método não opera apenas com base na coerção, mas também na produção de consenso, impondo uma racionalidade hegemônica que desqualifica modos de vida e conhecimentos tradicionais. A audiência, portanto, expôs a organicidade e a funcionalidade desse método, ao mesmo tempo em que revelou as fissuras produzidas pelas vozes dissonantes que denunciam, resistem e propõem outros caminhos e alternativas para os territórios.

A transição energética surge, nesse contexto, como argumento-chave, sendo mobilizada como justificativa para flexibilizar normas e acelerar processos, mesmo diante de evidências de injustiças socioambientais. Fundamentado em um avanço tecnológico seletivo e uma narrativa de inovação e ambientalização, o setor corporativo instrumentaliza o Estado como facilitador de interesses privados, impondo modelos expropriativos e violando normativas socioambientais. Seu *modus operandi* conjuga coerção, manipulação midiática e estratégias de controle social para legitimar-se perante a sociedade, enquanto

perpetua dinâmicas de exploração de territórios e comunidades. Assim, opera simultaneamente como vetor de acumulação capitalista e agente de desestruturação socioterritorial, reafirmando contradições entre modernidade tecnológica e práticas predatórias.

Em outras palavras, o mesmo ente estatal que governa e fiscaliza é quem abre as portas, usa recursos públicos para pesquisas, leiloa para iniciativa privada, sendo o maior interessado em que essas empresas instalem suas infraestruturas e executem seus megaprojetos. Essa é a expressão clara da concepção clássica de “Estado burguês”, que, por meio de práticas (neo)coloniais, governa, licencia, financia e incentiva a ocupação destrutiva dos territórios por grandes projetos minerários.

Referências

- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri. Os desastres e a ambientabilidade crítica do capitalismo neoextrativista. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão social do risco**. Rio de Janeiro: FASE, 2016, pp. 19-39.
- ACSELRAD, Henri. **Políticas territoriais, empresas e comunidades: O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.
- ALVES, Murilo da Silva; Carneiro, Karine Gonçalves; Souza, Tatiana Ribeiro; Trocate, Charles; Zonta, Marcio (orgs.). **Mineração: Realidades e resistências**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. Disponível em: <<https://mamnacional.org.br/files/2021/02/BAIXE-O-LIVRO-EM-PDF-AQUI.pdf>>. Acesso em 08/05/2025.
- ANTONINO, Lucas Zenha. **Territórios extrativo-mineral na Bahia: Violações de direitos e conflitos nos territórios terra-abrigo**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- ANTONINO, Lucas Zenha; SOUSA, Valdirene Santos Rocha; GERMANI, Guiomar Inez. Mapeamento dos conflitos da mineração na Bahia no contexto do neoextrativismo. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 4, nº 1, pp. 201-234, 2022.

- ARAÚJO, Clovis dos Santos. **Continuidades e discontinuidades da posse e apropriação da terra/território na região Oeste da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.
- ASSUNÇÃO, Lucas. **Audiência popular na ALBA debate os impactos da mineração na Bahia**. 2024. Disponível em: <https://cptba.org.br/audiencia-popular-na-alba-debate-os-impactos-da-mineracao-na-bahia/>. Acesso em 19/02/2025.
- ATENA, Amanda. **A importância do estado da Bahia para a transição energética mundial**. À Tarde, 2024. Disponível em: <https://atarde.com.br/colunistas/artigos/a-importancia-do-estado-da-bahia-para-a-transicao-energetica-mundial-1268573>. Acesso em 19/02/2025.
- BAHIA. Secretaria da Saúde do Estado. Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde. Diretoria de Vigilância e Atenção à Saúde do Trabalhador. Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador. **Acidentes de trabalho na Bahia: Lições aprendidas, desafios e perspectivas**. Salvador, 2023.
- BRITTO FILHO, Luiz Augusto Fraga Navarro; COELHO, Maria Fernanda Ramos; BARBOSA FILHO, Nelson Henrique; CAMPELLO, Tereza Helena Gabrielli Barreto; ARAÚJO FILHO, Walter Baere. **Descarbonização da Indústria de Base: Rotas e Desafios para a Descarbonização das Indústrias de Base no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2023.
- CBPM. CBPM e prefeito de Camaçari discutem parcerias para construção de indústrias inovadoras. **Companhia Baiana de Pesquisa Mineral**, 22 de jan. 2025. Disponível em: <http://www.cbpm.ba.gov.br/cbpm-e-prefeito-de-camacari-discutem-parcerias-para-construcao-de-industrias-inovadoras/>. Acesso 03/02/2025.
- CBPM. CBPM recebe visita de presidentes do Afoxé, Filhos de Gandhi e Malê Debalê. 2025. **Companhia Baiana de Pesquisa Mineral**, 4 de dez. 2024. Disponível em: <http://www.cbpm.ba.gov.br/cbpm-recebe-visita-de-presidentes-do-afoxe-filhos-de-gandhy-e-male-debale/>. Acesso em 19/02/2025.
- COELHO, Tádzio. Minério-dependência em Brumadinho e Mariana. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 41, pp. 252-267, 2020.
- COSTA, Pedro D'Andrea. **Ralos e gargalos das outorgas de água no Brasil: uma análise sobre a captura das águas pelo agronegócio irrigado e pela mineração**. Organização de Maiana Maia Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: FASE, 2023.

- ESCOBAR, Arturo. Epistemologias de la naturaleza y colonialidad de la naturaleza. In: MARTÍNEZ, Leonardo (org.). **Cultura y naturaleza**. Bogotá, Jardín Botánico de Bogotá, 2011, pp. 49-71.
- FORNARI, Mara. CBPM quer ser muito mais do que uma empresa de pesquisa. **Brasil Mineral**, São Paulo, nº 445, pp. 20-21, 2025. Disponível em: <<https://www.brasilmineral.com.br/revista/445/>>. Acesso em 04/05/2025.
- FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia de Marx: Materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, 2012.
- FUCKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro**: Ação e debates nas arenas públicas. UFRJ, 2001.
- FURTADO, Fabrina Pontes; PAIM, Elisangela. Energia Renovável e Extrativismo Verde: Transição ou reconfiguração? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 26, pp. 1-28, 2024.
- GERMANI, Guiomar. Questão agrária e movimentos sociais: A territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, Agripino Souza; SANTOS, Edinusia Moreira; SILVA, Onildo Araújo (orgs.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. UEFS Editora, 2010, pp. 269-304.
- GIFFONI PINTO, Raquel. **Conflitos Ambientais, Corporações e as Políticas de Risco**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.
- GRUPO DE PESQUISA GEOGRAFAR, UFBA. **Banco de Dados da Mineração**. 2025. Disponível em: <<https://geografar.ufba.br/mineracao>>. Acesso em 15/02/2025.
- HENIG, Edir; AGUIAR, Pâmela Mossman; FALCÃO, Márcia Teixeira; RAMIREZ, Íris Anita Fabian; FERKO, Georgia Patrícia da Silva. A relação do capital com a natureza mudou? Uma análise crítica da agenda ESG. **Caderno de Administração**, v. 32, nº 2, pp. 10-28, 2025.

IBRAM. **Dados do setor mineral 2024**. Publicação disponível e publicizada em 05 fev. 2025. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br>>. Acesso em 14/02/2025.

IPCC: **Climate Change 2023**: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. IPCC, Geneva, Switzerland, pp. 35-115, DOI: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.

IPCC. **Climate Change 2021**: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press, 2021. Cambridge, United Kingdom; New York, NY, USA.

JUÁREZ, Leandro Cesar. As estratégias de responsabilidade social empresarial e o modo de dominação gerencial: O caso da Norsk-Hydro no Brasil e na Europa. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades**: O neoextrativismo e a gestão social do risco. Rio de Janeiro: FASE, 2016. pp. 117-139.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: A reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

247

MACHADO, Leandro. Governo da Bahia pediu ajuda do Itamaraty para socorrer mineradora inglesa acusada de infrações na Chapada Diamantina. **Piauí**, 23 dez. 2024. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/mineradora-brazil-iron-processo-bahia-londres/>>. Acesso em 17/02/2025.

MALHEIRO, Bruno Cesar Pereira. Territorialização corporativa e geografias de exceção: Mineração e o governo bio/necropolítico do território na Amazônia. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 4, n° 1, pp. 14-71, 2022.

MAM. ATO ASSEMBLEIA. YouTube, 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/live/tF8lM5jYgXg>>. Acesso em 19/02/2025.

MANSUR, Maíra Sertã.; WANDERLEY, Luiz Jardim; FRAGA, Diego. **Transição desigual**: As violações da extração dos minerais para a transição energética no Brasil. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2024. v. 1. pp. 1-63.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política – Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MILANEZ, Bruno. **Crise climática, extração de minerais críticos e seus efeitos para o Brasil**. Brasília: Diálogo dos Povos, Sinfrajupe, MAM, 2021.

- MILANEZ, Bruno. **“Estratégico para quem? Um retrato dos minerais para eletrificação”**. 2024. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/386213865_Estrategico_para_quem_Um_retrato_dos_minerais_para_eletrificacao>. Acesso em 05/05/2025.
- MOREIRA, Gislene. A herança da rainha: Impactos da mineração inglesa no interior da Bahia. **Mídia Ninja**, 24 jun. 2021. Disponível em: <<https://midianinja.org/a-heranca-da-rainha-impactos-da-mineracao-inglesa-no-interior-da-bahia/>>. Acesso em 10/02/2025.
- MOREIRA, Ruy. **A geografia do espaço-mundo**: Conflitos e superação no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.
- OLIVEIRA, Cláudio Adão. **Sucuiuba**: Justiça hídrica e ancestralidade na Chapada Diamantina. 2023. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2023.
- OLIVEIRA, Claudio Adão; OLIVEIRA, Alane Kelly Nunes. **Contingenciamento das águas e invisibilidade socioambiental**: O caso da comunidade de Alagadiço, município de Wagner, Bahia. Dossiê Alagadiço: Contingenciamento das águas e invisibilidade socioambiental no subsistema hídrico do Rio Utinga. OCA Chapada Diamantina, 2024. Disponível em: <<https://ocachapadadiamantina.org/alagadicocontingenciamento-das-aguas-e-invisibilidade-socioamabientalnossistemahidricodorioutinga/>>. Acesso em 05/05/2025.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geo-grafias**: Movimentos sociais, novas territorialidades e sustentabilidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: Diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. **GEOgraphia**, v. 8, nº 16, pp. 41-55, 2010.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: Reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **INTERthesis**, v. 9, nº 1, pp. 16-50, 2012.
- REPÓRTER BRASIL. **Mineradora inglesa chama a polícia para apreender gravações de equipe da Repórter Brasil**. 2022. Disponível em:

<<https://reporterbrasil.org.br/2022/04/mineradora-inglesa-chama-a-policia-para-apreender-gravacoes-de-equipe-da-reporter-brasil/>>. Acesso em 19/02/2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. Espaço, mundo globalizado, pós modernidade. In: LEITE, Maria Ângela (org.). **Encontros**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SDE. **Santa Fé Mineração vai produzir minério verde na Bahia**. 2025. Disponível em: <<http://www.sde.ba.gov.br/index.php/2025/01/22/santa-fe-mineracao-vai-produzir-minerio-verde-na-bahia/>>. Acesso em 19/02/2025.

249

SILVA, Erivan. **A geopolítica do saque mineral**: Conflitos e impactos socioambientais da mineração de ferro em Quiterianópolis-CE. 2020. 172 f. *Dissertação* (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/77272/1/2024_dis_slateixeira.pdf?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em 09/05/2025.

SILVEIRA, Maria Laura. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS, L. C.; FERRARI, Maristela. **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: insular, 2011.

SOUSA, Valdirene Santos Rocha; GERMANI, Guiomar Inez; ANTONINO, Lucas Zenha. Abordagens da mídia sobre a questão mineral em jornal impresso na Bahia (2000-2023). In: **Anais ENANPEGE**, 2023.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Articulando ambiente, território e lugar: A luta por justiça ambiental e suas lições para a epistemologia e a teoria geográficas. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, nº 1, pp. 16-64, 2020.

WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maíra; VALENTE, Phillipe. Atlas do problema mineral brasileiro. Brasília: **Comitê em Defesa dos Territórios frente à Mineração/Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil**, pp. 1-202, 2023. Disponível em: <https://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2023/06/ATLAS_Final_Online.pdf> Acesso em 28/01/2025.

Lucas Zenha Antonino é doutor em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e pesquisador do Grupo de Pesquisa GeografAR (UFBA) e do Lab. COMTER – Conflitos, Movimentos e Território (UFRB). **E-mail:** lucaszenha@ufrb.edu.br

Valdirene Santos Rocha Sousa é doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora do Instituto Federal da Bahia (IFBA) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa GeografAR (UFBA). **E-mail:** valdirene.ifba@gmail.com

250

Artigo enviado em 28/02/2025 e aprovado em 27/05/2025.

Artigo

A Costa Rica na moral internacional da descarbonização: Interações políticas multiescalares

Andrés Jiménez Corrales

251

Resumo

Este artigo analisa a construção de uma moral internacional da descarbonização e suas relações com projetos em escala nacional. O objetivo central do trabalho foi explorar as interações multiescalares entre a moral internacional da descarbonização e sua apropriação nacional, com estudo de caso da Costa Rica e sua construção simbólica como um país exemplar da descarbonização. Para isso, nos atemos às discussões em torno da formulação da Política Nacional de Descarbonização da Costa Rica.

Os principais resultados revelam que a descarbonização emerge como a resposta moral dominante diante da crise climática, ao centrar-se na gestão técnica dos gases de efeito estufa e deslocar a necessidade de transformações estruturais do sistema capitalista. Paralelamente, a Costa Rica instrumentalizou esse marco para reforçar sua imagem internacional como Estado ambientalmente exemplar, utilizando a descarbonização como estratégia para posicionar-se em mercados verdes, atrair investimentos transnacionais e negociar vantagens geoeconômicas.

Conclui-se que, embora a descarbonização ofereça soluções práticas, ela também opera como discurso político que oculta interesses econômicos subjacentes e contribui para perpetuar as dinâmicas sistêmicas geradoras da crise climática. Por fim, diante da urgência da crise climática, as reflexões críticas sobre as respostas hegemônicas e os processos ideológicos que constroem a realidade socioecológica apresentam-se como um imperativo para avançar rumo a um horizonte de justiça social e ecológica.

Palavras-chave: Moral internacional; descarbonização; geopolítica; consenso; hegemonia.

Costa Rica en la moral internacional de la descarbonización: Interacciones políticas multiescalares

Resumen

Este artículo analiza la construcción de una moral internacional de la descarbonización y su relación con proyectos a escala nacional. El objetivo central de este trabajo fue explorar las interacciones multiescalares entre la moral internacional de la descarbonización y su apropiación nacional, con un estudio de caso de Costa Rica y su construcción simbólica como país ejemplar de descarbonización. Para ello, examinamos los debates en torno a la formulación de la Política Nacional de Descarbonización de Costa Rica.

Los principales hallazgos revelan que la descarbonización emerge como la respuesta moral dominante ante la crisis climática, al centrarse en la gestión técnica de los gases de efecto invernadero y desplazar la necesidad de transformaciones estructurales del sistema capitalista. En paralelo, Costa Rica instrumentaliza este marco para reforzar su imagen internacional como Estado ambientalmente ejemplar, utilizando la descarbonización como estrategia para posicionarse en mercados verdes, atraer inversiones transnacionales y negociar ventajas geoeconómicas.

Se concluye que, si bien la descarbonización ofrece soluciones prácticas, opera también como discurso político que enmascara intereses económicos subyacentes, contribuyendo a perpetuar las dinámicas sistémicas generadoras de la crisis climática. Finalmente, ante la urgencia de la crisis climática, las reflexiones críticas sobre las respuestas hegemónicas y los procesos ideológicos que construyen la realidad socioecológica, se presentan como un imperativo necesario para avanzar hacia un horizonte de justicia social y ecológica.

Palabras clave: Moral internacional; descarbonización; geopolítica; consenso; hegemonía.

Costa Rica in the international moral of decarbonization: Multi-scalar political interactions

Abstract

This article analyzes the construction of an international decarbonization morale and its relationship with projects on a national scale. The central objective of this work was to explore the multi-scale interactions between the international decarbonization morale and its national appropriation, with a case study of Costa Rica and its symbolic construction as an exemplary decarbonization country. To do this, we looked at the discussions surrounding the formulation of Costa Rica's National Decarbonization Policy.

The main findings reveal that decarbonization emerges as the dominant moral response to the climate crisis by focusing on the technical management of greenhouse gases while displacing the need for structural transformations of the capitalist system. Concurrently, Costa Rica instrumentalizes this framework to reinforce its international image as environmentally exemplary state, employing decarbonization as a strategy to position itself in green markets, attract transnational investments, and negotiate geoeconomic advantages.

It is concluded that, although decarbonization offers practical solutions, it also operates as a political discourse that masks underlying economic interests and contributes to perpetuating the systemic

dynamics generating the climate crisis. Finally, given the urgency of climate change/crisis, critical reflections on hegemonic responses and the ideological processes that construct socioecological reality are imperative for advancing toward a horizon of social and environmental justice.

Keywords: International morality; decarbonization; geopolitics; consensus; hegemony.

Introdução¹

Em 2019, a Costa Rica recebeu o mais alto galardão ambiental da Organização das Nações Unidas (ONU), intitulado “Campeões da Terra”, por seus esforços na proteção da natureza e por suas políticas de combate à crise climática. Esse prêmio reconheceu a liderança mundial do país em sustentabilidade, impulsionada pela criação do “Plano Nacional de Descarbonização, 2018-2050” (UNEP, 2019a). Esse acontecimento consolidou o “lugar” simbólico da Costa Rica na moral internacional como exemplo nas ações contra a crise climática e em prol da sustentabilidade. Analisar essa moral é relevante para o debate público ao constituir um campo de relações de poder em várias escalas entre atores, os quais não somente reconhecem problemas sociais, mas também delimitam interpretações e soluções consideradas legítimas (Butt, 2018; Sundar, 2018).

Nessas relações de poder assimétricas, os atores atuam, interagem e apropriam-se desigualmente dessa moral. Assim, este artigo examinará as interações multiescalares entre a moral internacional da descarbonização e sua apropriação nacional, tomando como estudo de caso a Costa Rica e sua construção simbólica como um país exemplar da descarbonização. Para isso, serão analisados os valores morais presentes nos discursos ao redor da criação do “Plano Nacional de Descarbonização da Costa Rica”, visando compreender as interações entre projetos nacionais e agendas globais.

¹ A maioria das citações e nomes de políticas da Costa Rica mencionadas neste artigo consiste em traduções livres do autor para o português. Optou-se por manter o texto em um único idioma para garantir a fluidez e facilitar a compreensão do argumento.

A escolha da Costa Rica como estudo de caso se justifica por sua trajetória histórica: desde a década de 1990, o país estruturou uma política exterior pautada pela imagem de liderança, compromisso e responsabilidade ambiental. Além disso, consolidou-se como espaço de experimentação do desenvolvimento sustentável, reforçando a narrativa de ser um país excepcional em questões ambientais (Ramírez, 2020). Diante de um novo ciclo de formulação de políticas ambientais no país, surge o interesse em investigar quais valores são mobilizados, apropriados e projetados para construir uma imagem-país na moral ambiental internacional, bem como questionar os limites das soluções hegemônicas aceitas como respostas adequadas para fazer frente à crise climática.

Parte-se da premissa de que a Costa Rica é reconhecida hegemonicamente como exemplo de liderança ambiental (Gutiérrez; Granados, 2020; Ramírez, 2020). Essa ideia, dotada de vida social, é utilizada como mecanismo político para intervir na realidade e mobilizar ações e recursos. Nesse sentido, busca-se compreender como esse discurso é incorporado, adaptado e instrumentalizado no projeto de descarbonização, interrogando o seu uso ideológico na sustentação das estruturas que perpetuam a crise climática.

A “exemplaridade” é aqui entendida como categoria-síntese utilizada por agentes hegemônicos para construir e projetar uma imagem com objetivos (geo)políticos. Tal categoria serve como ferramenta analítica para desvendar valores concretos e refletir sobre os seus apelos sociais em contextos de crise (Robbins, 2015). A partir da análise empírica, propõe-se, como introdução ao debate, que a exemplaridade costarriquenha na descarbonização se estrutura em valores como excepcionalidade, liderança, tradição, orgulho nacional e sustentabilidade econômica.

Os resultados dialogam com a literatura acadêmica internacional que critica as respostas hegemônicas à crise ecológica e climática, considerando-as como sustentadoras e reprodutoras do problema (Bringel; Svampa, 2023; Moreno; Chassé; Fuhr, 2016; Morton, 2018; Pohl; Swyngedouw, 2023; Porto-Gonçalves, 2006; Rodrigues, 2005, 2012;

Souza, 2009; Swyngedouw, 2011, 2021). No contexto costarriquenho, articula-se com estudos que questionam a construção da imagem “verde” do país como parte de uma agenda neoliberal, a qual reproduz desigualdades socioecológicas e sustenta processos de acumulação de capital (Gutiérrez, 2020; Gutiérrez; Granados, 2020; Herrera, 2013; Monge, 2014; Ramírez, 2017, 2020).

A análise se insere na tradição interdisciplinar da Ecologia Social (Bookchin, 1991, 2015a, 2015b) e da Ecologia Política (Escobar, 2011; Krenak, 2018; Machado, 2023; Porto-Gonçalves, 2012), contribuindo para o debate sobre o “consenso da descarbonização” (Bringel; Svampa, 2023). Esse consenso, baseado na transição de matrizes energéticas, sustenta um “colonialismo energético” que posiciona países do Sul Global como fornecedores de recursos para tecnologias “limpas” ou como lugar de produção de energias de fontes renováveis, gerando novas zonas de sacrifício e exclusão social (Bringel; Svampa, 2023). Argumenta-se, nesse artigo, que tal consenso é respaldado por uma moral internacional que legitima ações como urgentes e necessárias, confere prestígio a agentes específicos e cria condições simbólicas para a acumulação capitalista.

Após a introdução, será desenvolvida uma reflexão crítica sobre a crise climática e o conteúdo moral das respostas hegemônicas. Em seguida, será examinada a descarbonização como estratégia central na moral internacional para combater a crise climática. Por fim, analisar-se-á o caso da Costa Rica: primeiro, explorando sua construção como exemplo de liderança ambiental mundial; depois, desvendando os valores morais mobilizados e articulados pelo Plano Nacional de Descarbonização para consolidar sua imagem exemplar.

1. A crise climática em questão

O século XXI tem sido marcado por diversas expressões de crises, que vão desde conflitos armados, invasões imperialistas, crises econômicas, genocídios, megadesastres,

incêndios massivos, incremento da temperatura global e até uma pandemia. De todas elas, poderíamos afirmar que a crise climática é o problema social mais evidenciado em todo esse tempo, ao ponto de ser normalizada como condição da realidade e de existência no mundo.

Ante essa situação, no decorrer do tempo apareceu um conjunto de respostas, desde a criação de políticas, pactos ou compromissos internacionais assumidos pelos Estados, até a criação de mercados/mercadorias “verdes” ou “sustentáveis”. Essas reações ao problema transformaram-se em “senso comum” (Gramsci, 2007), inclusive causando estranhamento ou indignação na opinião pública se agentes hegemônicos, como Estados ou empresas, não expressam certo compromisso “ambiental”.²

Em consequência, assistimos à construção de um consenso sobre a existência do problema da crise climática, suas causas e suas possíveis soluções.³ Apesar disso, a realidade demonstra que, ainda com todo o aparelho e recursos mobilizados, a situação é pior agora do que quando começou o milênio (Swyngedouw, 2021). Em vista disso, neste artigo questionamos as formas-conteúdo hegemônicas de identificação das causas, responsabilidades e saídas ao problema, e não a existência da crise em si. Nesse sentido, argumentamos que as reações dominantes podem contribuir para sustentar a crise e envolver a sociedade num círculo perverso de intensificação do problema. É nessa interpretação que enquadramos nossa reflexão da moral internacional da descarbonização e sua territorialização pelo Estado costarricense.

Para começar, é importante trazer à discussão que uma mudança climática não necessariamente representa uma crise. No mundo capitalista, essa transformação bioclimática se torna crise quando ameaça as condições socioecológicas que sustentam o sistema de organização territorial e de produção dominante. Frente a esse problema, os agentes capitalistas hegemônicos há tempos tentam se sobrepor às mudanças do clima

² Optamos por utilizar o termo ambiente entre aspas porque consideramos que é uma palavra posicionada como significante vazio no discurso hegemônico (Morton, 2018; Swyngedouw, 2011).

³ Bringel e Svampa (2023) denominam isso como consenso da descarbonização, o qual estabelece um diagnóstico e soluções adequadas para a crise climática.

e do sistema bio-geo-físico em geral, mediante a criação de uma “sensibilidade ambiental” que colocou a ideologia do capitalismo sustentável como resposta e solução adequada e universal (O’Connor, 2000).

Atualmente não estamos somente frente a uma questão climática-atmosférica – pensamento simplificador – mas diante de um modo de perceber, conceber, ser e estar no mundo, articulado pela hegemonia capitalista, moderna, patriarcal e colonial que cria e acrescenta o problema (Machado, 2023). Esse fato nos leva a refletir sobre a totalidade sistêmica e, com isso, ir além das aparências do problema apresentadas pelos agentes hegemônicos. A partir desse ponto, podemos pensar em duas questões: 1. Que os “problemas” ambientais são problemas sociais, os quais não representam uma situação externa da sociedade, mas são produto e condição das formas de organização capitalista e seus modos de apropriação da natureza, e 2. Que o aquecimento global antropogênico (mudança climática) é reflexo de uma crise ecológica maior, resultado de uma forma de simplificação social dos processos ecológicos do planeta (Bookchin, 2010a, 2010b).

Neste sentido, a diferença substancial entre mudança e crise climática, é que a primeira conceituação se refere ao processo biofísico geral de mudança do clima global, com ou sem a participação humana. Crise, por sua vez, representa a fase social da mudança climática, situação que tenciona os modos hegemônicos de organização da sociedade e suas dinâmicas.

Atualmente, essa mudança no clima tem a variável humana como um elemento a mais para o seu desenvolvimento. A interação social produzida pelo capitalismo industrial possibilitou uma ruptura metabólica que criou condições para “acelerar” o aquecimento global e a mudança iminente no clima. Contudo, essa ruptura é produto de um modo de interagir no mundo capitalista – chamado Capitaloceno – e não responsabilidade da humanidade como um todo homogêneo (Machado, 2023; Moore, 2022). Essa perspectiva permite ir além de visões reducionistas que posicionam o uso de combustíveis fósseis como causa e condição do problema (Moreno; Chassé; Fuhr, 2016).

A crise climática representa uma situação socioecológica que aparece como uma emergência com afetações e implicações sociais e ecológicas desiguais (caráter material), mas também como uma oportunidade de ação que mobiliza visões de mundo, políticas, mercadorias ou recursos (caráter ideológico/instrumental). Essa forma de atuar aprofunda ou cria novos conflitos, como acontece no consenso da descarbonização com a geração de energia renovável (Bringel; Svampa, 2023), todavia procuram serem apagados, invisibilizados ou deslocados pelos agentes hegemônicos por meio de seus discursos verdes.

O reconhecimento internacional dessa crise foi paulatino e nele podemos identificar três conjunturas entrelaçadas. A primeira foi quando diferentes movimentos sociais e comunidades organizadas começaram, a partir da década de 1960, a denunciar os efeitos negativos da intervenção humana no sistema biofísico-climático e suas implicações na vida cotidiana (Porto-Gonçalves, 2012). A segunda, quando a comunidade científica internacional começou a estudar, principalmente a partir da segunda metade do século XX⁴, alterações no sistema biofísico-climático, como o buraco na camada de ozônio, a extinção de espécies ou o incremento de gases de efeito estufa na atmosfera (Bookchin, 1991; Davis, 2017; Moreno; Chassé; Fuhr, 2016; Porto-Gonçalves, 2006). E a terceira, no momento em que atores hegemônicos do capitalismo (grandes empresas, Estados e organismos internacionais), especialmente a partir dos anos 1970, reconheceram a realidade da crise e avaliaram cenários futuros, concebendo essa situação como uma ameaça ao sistema social vigente e criaram convenções internacionais para o seu atendimento (Rodrigues, 2005).

Essas conjunturas permitiram criar um consenso que colocou a crise climática no centro da atenção social internacional. Esse consenso está composto, ao menos, por dois elementos: 1. O foco no excesso das emissões e gases de efeito estufa na atmosfera como

⁴ Mike Davis (2017) apresenta evidências de cientistas que, desde a Iluminismo e a época Vitoriana, sinalizaram as consequências da intervenção humana no clima terrestre (Davis, 2017). Apesar disso, neste trabalho afirmamos que foi a partir da segunda metade do século XX que isso se consolidou como uma preocupação internacional, sendo construída a questão ambiental como um senso comum.

causa única do problema (Moreno; Chassé; Fuhr, 2016; Swyngedouw, 2021) e 2. O enaltecimento das “consequências ambientais” de um modo catastrófico, obstaculizando o reconhecimento das condições e causas estruturantes da crise (Moore, 2022; Pohl; Swyngedouw, 2023).

A crise climática foi instrumentalizada, transformando-se em política global e em quadro discursivo e de atuação moral para os agentes hegemônicos. Nesse sentido, poderíamos dizer que a globalização neoliberal teve a questão ambiental como um de seus eixos de articulação, além de contribuir para a sustentação dos interesses de acumulação de capital através da mercantilização da natureza (Brand; Görg, 2003).

1.2 Construindo consenso moral sobre a crise climática

Um dos primeiros instrumentos de política internacional que mobilizou o consenso moral sobre a crise climática foi a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, em 1992. Esse documento trouxe um diagnóstico da situação e estabeleceu a estrutura fundamental de ação global para os países que seria seguida nos anos seguintes. Um dos aspectos-chave desta política foi a definição da estrutura de valoração do problema e as formas “adequadas” para seu confronto (ONU, 1992). A partir desse momento, as políticas contra a crise climática se tornaram parte do mundo político dos Estados e organismos internacionais e em uma fonte de preocupação sobre o futuro da sociedade (Rodrigues, 2005).

Nos preâmbulos da Convenção destacam-se o reconhecimento, a preocupação e a conscientização como valores frente ao problema climático atual (ONU, 1992). Esses valores se constituirão na estrutura que ordenará a relação social com a situação em questão. Além disso, representaram elementos que deram significado às ações desenvolvidas em escala internacional e ajudaram a criar uma estrutura de poder que delimitará a abordagem hegemônica da crise. Esse proceder gera uma hierarquia entre os países, per-

mitindo que aqueles que atuam de acordo com essas diretrizes sejam reconhecidos internacionalmente como Estados conscientes e responsáveis em termos humanitários e ambientais.

Os países signatários da Convenção reconhecem os efeitos negativos da crise climática para a sociedade. Essa observação está mediada por valores morais que concebem a crise como uma “preocupação comum para toda a humanidade”, estabelecendo a necessidade de cooperação entre os países, a responsabilidade de gerar uma resposta internacional coordenada e a obrigação de criar legislação nacional para enfrentá-la (ONU, 1992).

Essa abordagem desencadeou o estabelecimento de modos dominantes de conceber e fazer frente ao problema. Isso foi dirigido pela criação de um estado de urgência, alerta e até medo frente à crise. Ao mesmo tempo, colocou uma percepção que fabricará um sentimento de culpa na população. Isso permitiu a criação de um consenso global que faz pensar o problema como externo à sociedade e como responsabilidade de toda a humanidade, provocando uma despolitização da crise (Machado, 2023; Moore, 2022; Rodrigues, 2005; Swyngedouw, 2021).

Por outro lado, essa política localizou os critérios técnicos, científicos e econômicos, bem como o uso de novas tecnologias, no centro da formulação de respostas e soluções frente à crise (ONU, 1992). Esse proceder, posicionado como adequado, elevou a técnica e a tecnologia a um lugar central nessa moral, sobrecarregando-as com a expectativa de que, através dessa forma de acionar, se conseguiria superar a situação crítica. No entanto, nessa valoração se ignora que todo sistema técnico carrega consigo as contradições da sociedade que o criou, podendo gerar um círculo vicioso que reproduz o problema sob o pretexto de solucioná-lo (Porto-Gonçalves, 2006).

Da mesma forma, o critério econômico é posicionado como um guia para a resolução da crise, subordinando a aparição de soluções à sua rentabilidade (ONU, 1992). Estabeleceu-se assim o consenso de que as soluções devem ser pensadas desde sua idonei-

dade econômica, limitando a aparição de qualquer ação que questione ou gere uma ruptura nas dinâmicas de acumulação de capital em escala global. Em outras palavras, se estabelecem as condições estratégicas para adiar a solução do problema em favor de uma sustentação do capitalismo, mas agora criando a imagem de ser um sistema sustentável (Gudynas, 2020; O'Connor, 2000; Swyngedouw, 2021).

Ao mesmo tempo, foram estabelecidas diretrizes para a atenção adequada à crise. Nos objetivos, princípios e compromissos da Convenção, foi estipulada a necessidade de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa por meio de políticas nacionais que previam impactos adversos na economia, na saúde pública e na qualidade ambiental (ONU, 1992). Isso ajudou a posicionar a “métrica do carbono” como linguagem dominante na explicação do problema, enquanto simultaneamente o reduz ou simplifica (Moreno; Chassé; Fuhr, 2016).

Em síntese, essa política estabeleceu as bases do consenso moral da sustentabilidade que iria dirigir diversas ações internacionais em temas de ambiente e clima no decorrer do tempo. Esse consenso moral está caracterizado por: 1. Reconhecer a crise climática como um problema e uma preocupação em escala global, pensada como um fato compartilhado e responsabilidade de toda a sociedade; 2. Posicionar os gases de efeito estufa como “inimigo comum” que devem ser “combatidos” por todas as pessoas, grupos ou Estados, sem reconhecer as desigualdades em sua produção; 3. Estabelecer a escala nacional (na figura dos Estados) como recorte idôneo para gerar política para resolver um problema global, demandando uma atuação obrigatória, coordenada e responsável pelos países; 4. Posicionar hierarquicamente a técnica, a tecnologia e a economia como variáveis centrais para viabilizar e justificar toda solução; e 5. Criar um estado de alerta e de urgência na opinião pública, o que permitiria mobilizar e amparar como necessária para a humanidade qualquer ação proposta para o clima.

2. A descarbonização como resposta moral hegemônica

A moral da descarbonização, posicionada como resposta adequada frente à crise climática, continuou se cimentando em subsequentes acordos internacionais. Em 1997, foi aprovado o Protocolo de Quioto como mecanismo de implementação da Convenção-Quadro de 1992. Com esse Protocolo, pretendia-se que os países industrializados determinassem formas de limitar e reduzir as emissões de gases de efeito estufa, estipulando uma meta de redução de 5% em relação aos níveis de 1990 (ONU, 1997). Nesse momento, ainda não era usado o termo “descarbonização”, mas com o estabelecimento de metas de mitigação vinculantes para os países signatários, criou-se a base para a sua futura aparição.

Embora o Protocolo tenha se apresentado como uma ação necessária e adequada para fazer frente à crise climática, na realidade teve particularidades e problemas estruturais em sua aplicação. Por exemplo: i) os Estados Unidos, um dos maiores emissores globais de gases de efeito estufa, decidiram não o ratificar; e ii) apesar das emissões dos países industrializados terem diminuído em cerca de 20% em 2012 em comparação aos níveis de 1990, as emissões globais, por sua vez, aumentaram em 38% (Schauenberg, 2020).

Por um lado, o primeiro fato é representativo do compromisso débil dos países industrializados e demonstra certo cinismo em sua atuação na moral internacional. Isto porque esses países são os que elevaram a situação atual como crise, além de demandarem à sociedade ações imediatas e individuais, quando, na realidade, essas ações frente à crise não questionam o modelo de produção e crescimento econômico global desigual.

Por outro lado, o segundo ponto nos faz perguntar por que, apesar da redução das emissões nos países industrializados, as emissões globais aumentaram? Isso pode ser explicado, em parte, por dois fatores: primeiro, o Protocolo de Quioto estabeleceu mecanismos de comércio de carbono que permitiram aos países industrializados continuar,

ou até aumentar, suas emissões internas (nas fronteiras do Estado), enquanto compravam créditos de carbono ou desenvolviam projetos de redução de emissões em países em desenvolvimento, reduzindo a contabilidade oficial de emissões (ONU, 1997).⁵ Segundo, a demanda por matérias-primas no sistema capitalista continuou a crescer, levando a uma intensificação do extrativismo nos países subdesenvolvidos para sustentar os desejos de crescimento econômico (Machado, 2023). Isso foi intensificado pelo aumento do preço das matérias-primas e *commodities* durante os primeiros quinze anos do século XXI, resultando no estabelecimento de modelos de desenvolvimento neoextrativistas em regiões como a América Latina (Brand; Dietz; Lang, 2016). Essa realidade produziu uma expansão das fronteiras agrícolas e mineiras, ocasionando mudanças no uso da terra e incrementando o uso de energia, o que provocou o aumento das emissões de gases de efeito estufa e outras consequências socioecológicas.

Em consequência disso, podemos afirmar que esse Protocolo, apresentado como uma solução adequada para a crise climática, serviu, na verdade, para criar condições estruturais e práticas que reproduzem o desenvolvimento geográfico desigual e perpetuam o problema. Por exemplo, com o estabelecimento do projeto REDD+⁶ na Conferência das Partes número 13, em 2007, criou-se um mercado de carbono a serviço dos países desenvolvidos. Esse mecanismo permitiu que esses países continuassem a poluir por meio da compra de fixação de carbono em países subdesenvolvidos. Muitos desses projetos foram executados em territórios indígenas e camponeses da América Latina, condicionando e mercantilizando modos de vida locais (Bayrak; Marafa, 2016; Ramírez, 2017). Nesse sentido, argumentamos que essas políticas, parte da moral internacional, funcionam como uma ideologia que desvia o foco das causas estruturais da crise, além de limitar a sua solução.

⁵ Esse procedimento representa uma forma de adiar o problema mediante ajustes espaciais ou temporais.

⁶ REDD+ é o acrônimo de “Redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e degradação florestal, mais a conservação e aumento dos estoques de carbono florestal e o manejo sustentável das florestas”.

O Acordo de Paris, em 2015, foi o próximo tratado internacional a implementar a Convenção-Quadro de 1992. Esse documento reafirma a concepção da crise climática como uma “ameaça” e propõe limitar o aumento da temperatura global a menos de 2 °C (ONU, 2015). Tal formulação reforça ao menos duas interpretações: i) confirma a ideia da crise climática como uma ameaça externa que gera sentimentos de preocupação e alarme mundial pelo futuro, justificando a mobilização de recursos e esforços; e ii) a “solução” para o problema é apresentada de forma numérica (um valor de temperatura e contabilização das emissões), despolitizando o debate e reduzindo-o a um jogo de adições e subtrações de temperaturas ou emissões, obviando considerar o sofrimento ecológico que está se desenvolvendo no mundo.

Esse tratado se diferencia do Protocolo de Quioto ao aplicar suas medidas a países desenvolvidos e em desenvolvimento. A importância desse documento, para nosso caso, é que estipula que todos os países devem adotar medidas de mitigação para enfrentar o desafio climático, sendo colocados uma série de valores morais como: ambição, responsabilidade comum, solidariedade, transparência e integridade (ONU, 2015). Esses valores servem como um ideal de atuação sobre como os países devem reagir nas relações internacionais frente à crise (Robbins, 2015).

O Acordo de Paris foi a política que consagrou a descarbonização ou neutralidade em carbono na moral internacional, base do que foi chamado “consenso da descarbonização” (Bringel; Svampa, 2023). Essa ação apresentou-se como adequada, desejável e necessária para combater a crise climática. Desse modo, em 2014, o então secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, afirmava que a descarbonização era o caminho necessário e possível, convocando os países a agirem decisivamente para evitar as piores consequências (ONU-Brasil, 2014). Já em 2020, António Guterres, atual secretário-geral da ONU, reafirmou a necessidade de “[...] uma coligação verdadeiramente global em

prol da neutralidade carbônica até 2050” (Guterres, 2020). E em 2022, Andrea Meza, secretária executiva adjunta da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, declarou que a “descarbonização não pode esperar” (Meza, 2022, tradução nossa).⁷

Apesar das boas intenções expressas pelos agentes e nas políticas internacionais, a realidade demonstra que algo não está sendo feito corretamente. Por exemplo, foi registrado que a temperatura da superfície global é atualmente 1,1 °C mais alta do que era em 1900, em decorrência de um uso particular de energia, da terra e dos padrões de produção e consumo (IPCC, 2023). Especificamente, esse consumo global continua a crescer, sustentado num “modo de vida imperial” que demanda cada vez mais recursos, provocando a expansão das fronteiras do extrativismo no mundo e potencializando a crise ecológica (Brand; Wissen, 2017). Por isso, podemos concluir que essas declarações, assim como as políticas para enfrentar a crise climática, estão sustentadas na construção de uma moral internacional de caráter ideológica, que atribui um conjunto de “boas intenções” às ações, mas que, na prática, servem mais para apaziguar consciências do que para enfrentar as causas profundas do problema.

A descarbonização tornou-se um consenso na moral internacional, interpretada como a solução adequada e necessária para combater a crise climática. Ademais, essas políticas foram colocadas como marcadores de moralidade nas relações internacionais, sendo reconhecidas como exemplares e como demonstrações de responsabilidade com a humanidade (Sundar, 2018). No entanto, o efeito social perverso dessa moralidade é a criação de uma “cortina de fumaça” que mobiliza abundantes recursos financeiros e fomenta políticas e programas nacionais que não resolvem a crise, somente a perpetuam.

⁷ Texto original em espanhol: “La descarbonización no puede esperar” (Meza, 2022).

3. A Costa Rica na moral internacional: agenda ambiental e descarbonização

A construção da Costa Rica como país exemplo ambiental foi um projeto político concebido desde a segunda metade do século XX. Esse projeto permitiu ao país se posicionar na moral ambiental internacional e lucrar economicamente com as suas ações em prol do ambiente. Aqui interessa destacar que a realidade de um país não é simplesmente resultado de realidades e forças globais, mas as situações são construídas mediante uma complexa relação de processos e dinâmicas globais-nacionais.

Os elementos atuais que compõem a exemplaridade ambiental costarriquenha estruturam-se em torno de três grandes eixos: conservação florestal, desenvolvimento sustentável e luta contra a crise climática. As ações executadas nesses eixos surgiram sucessivamente e complementaram-se ao longo do tempo, criando uma estrutura moral que consolidou a Costa Rica como uma república “verde” e pioneira em sustentabilidade no cenário global (Ramírez, 2020).

A seguir, destacam-se algumas ações importantes nesses três eixos, que contribuíram para posicionar a Costa Rica como uma referência moral internacional em temas ambientais:

1. **Conservação florestal:** A Costa Rica é amplamente reconhecida em escala global por desenvolver um modelo exemplar de conservação das florestas. Esse modelo foi crucial para reverter o desmatamento no país. Na década de 1980, somente cerca de 21% de seu território tinha cobertura florestal, enquanto em 2020, essa área subiu para aproximadamente 50% (PNUD, 2021; Rodríguez, 2022; UNRIC, 2020). O anterior foi possível pela criação de “parques nacionais” que colaborou, ademais, para o desenvolvimento do ecoturismo e a geração de divisas internacionais, fortalecendo o imaginário da Costa Rica como uma “república verde” (Ramírez, 2020).

2. **Desenvolvimento sustentável:** Antes da Conferência Eco-92 no Rio de Janeiro⁸, que globalizou o conceito de desenvolvimento sustentável, a Costa Rica já estava formando sua própria estratégia de sustentabilidade, em consonância com o Relatório Brundtland de 1987 (Gutiérrez; Granados, 2020). Em 1986, o país estabeleceu a integração da sustentabilidade ao seu desenvolvimento, vinculando a conservação da floresta como mecanismo de crescimento econômico (Herrera, 2013). Nessa mesma década, o país foi mundialmente precursor na criação de um programa de “Pagamentos por Serviços Ambientais”, incentivando a conservação florestal privada mediante incentivos econômicos (Gutiérrez; Granados, 2020; Ramírez, 2020). Além disso, diversas legislações ambientais foram promulgadas, incluindo a reforma do Artigo 50 da Constituição Política em 1994, que assegurava o direito a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado para toda a população (Costa Rica, 1949). Ademais, foram decretadas a Lei de Conservação da Vida Silvestre (1992), a Lei Orgânica do Ambiente (1995), a Lei Florestal (1996) e a Lei de Biodiversidade (1998). Essas normativas estabeleceram princípios básicos para a gestão ambiental em consonância com o estipulado na escala internacional nessa matéria.
3. **Luta contra a crise climática:** A Costa Rica chegou no cenário político da crise climática com a reputação de ser líder em conservação ambiental e sustentabilidade. Aproveitou essa conjuntura para criar mecanismos que gerassem recursos econômicos, reforçando a mercantilização da natureza. Em consequência, o país desenvolveu três projetos principais que o permitiram atuar na escala internacional: i) Em 2005, a Costa Rica e Papua-Nova Guiné propuseram incorporar na estratégia global de mitigação da crise climática a ideia de “Pagamentos por Serviços Ambientais” que já era desenvolvido nesses países. Como consequência, foi criado pelas Nações Unidas o projeto REDD+, já mencionado (Lana, 2020; Presidencia de la República, 2019a; UN Climate Change, 2023). Este mecanismo representa um dos

⁸ Cúpula da Terra ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

mais importantes na política internacional para a compensação de emissões e permitiu instrumentalizar as ações do Protocolo de Quioto. ii) Em 2007, foi lançado o compromisso da Costa Rica para se converter em um país “carbono neutral” até o ano 2021 (Poder Ejecutivo, 2018). Na sequência, em 2012 foi lançado o programa “País Carbono Neutralidade”, representando um mecanismo voluntário para organizações, comunidades, estabelecimentos educacionais e fabricantes de produtos para a medição e redução de suas emissões de carbono (Dirección de Cambio Climático, s.d; World Bank, 2020). iii) Em 2019, foi oficializado o “Plano Nacional de Descarbonização”, política pioneira no cenário internacional, cujo objetivo foi transformar a economia do país em “zero emissões” (Presidencia de la República, 2019b).

Esses três eixos entrelaçam-se na constituição e reconhecimento internacional do país como “excepcionalmente verde”. Isso construiu uma moral que atuará em escala internacional, sustentada na ideia da Costa Rica como um país pioneiro e comprometido no nível ambiental. Destaca-se, nos pontos apresentados, que a Costa Rica parece estar “adiantada” à oficialização internacional de certos paradigmas, por exemplo, o desenvolvimento sustentável e a carbono neutralidade. Essa realidade é fundamental para o seu reconhecimento internacional, situação que o Estado aproveitou para fazer política externa e construir uma imagem moral de país “verde”.

Desse modo, a excepcionalidade verde costarriquenha representa uma ideia com um poder ideológico que atua geopoliticamente, mas também em escala nacional. Outras pesquisas apontaram que a excepcionalidade costarriquenha tradicional de país democrático e pacífico foi atualizada pelo discurso “verde”, agregando a ideia de ser um país sustentável (Edelman, 2019; Gutiérrez; Granados, 2020). Ao materializar esses valores, o país fortalece um imaginário que contribui para posicioná-lo na ordem internacional como um modelo estatal a ser seguido.

A excepcionalidade “verde” costarriquenha é um projeto vivo e em movimento, aberto a receber novos elementos em seu desenvolvimento. Nesse sentido, na próxima seção, será explorada a interação entre o projeto da descarbonização, o imaginário nacional e a moral internacional frente à crise climática.

3.1. A descarbonização e a sua moral na Costa Rica

A Costa Rica apropriou a descarbonização e a sua moral como estratégia ambiental para atuar na política internacional como um Estado exemplar. Esse projeto foi organizado pelo Plano Nacional de Descarbonização da Costa Rica, oficializado em 2019. Sua finalidade principal é transformar a economia costarriquenha em “zero emissões” e, para isso, propõe mudanças nos setores de transporte, sistema elétrico, construção, produção industrial e agropecuária, gestão de resíduos sólidos e gestão do território (Presidência de la República, 2019b). Alguns dos eixos de trabalho da descarbonização serão os seguintes:

- i) Desenvolvimento de um sistema de mobilidade baseado em transporte público seguro, eficiente e movido por fontes renováveis, além da promoção de esquemas de mobilidade ativa.
- ii) Transformação da frota de veículos leves para modelos com emissões zero, abastecidos com energia renovável em vez de combustíveis fósseis.
- iii) Consolidação do sistema elétrico nacional com a capacidade, flexibilidade, inteligência e resiliência suficientes para fornecer e gerenciar energia renovável a custos competitivos.
- iv) Desenvolvimento de edifícios de uso misto (comercial, residencial, institucional) com padrões de alta eficiência e processos de baixa emissão.
- v) Transformação do setor industrial por meio de processos e tecnologias que utilizem energia proveniente de fontes renováveis ou outras alternativas eficientes e sustentáveis, de baixa ou nenhuma emissão.
- vi) Promoção de sistemas agroalimentares altamente eficientes, capazes de gerar produtos com baixo teor de carbono para exportação e consumo interno.
- vii) Consolidação de um modelo pecuário eco-competitivo, com base na produtividade e na redução das emissões de gases de efeito estufa.
- ix) Reforma abrangente da estrutura institucional rumo ao Bicente-

nário. x) Elaboração de uma estratégia de financiamento e atração de investimentos para viabilizar a transformação (Presidencia de la República, 2019b, p. 31, tradução nossa).⁹

Por outro lado, a construção do documento do plano foi obra de uma série de atores que pertencem a setores variados, que vão desde ministérios e instituições estatais, organismos internacionais, agências de cooperação, câmaras empresariais, empresas, instituições de educação até bancos públicos e privados. No total, 95 atores foram parte de sua formulação (Presidencia de la República, 2019b). Esse fato faz pensar na criação de um consenso, mas também de um conteúdo potencialmente conservador que não desafiará as estruturas de produção, além de criar eixos de acumulação de capital, por exemplo, mediante investimentos e processos de financeirização da natureza.

A seguir, serão discutidos os valores morais identificados no Plano Nacional de Descarbonização da Costa Rica que consolidam o país como exemplaridade ambiental. Esses valores também mobilizam objetivos políticos e reforçam a hegemonia de um quadro de ações consideradas adequadas para mitigar a crise climática.

⁹ Texto original em espanhol: “1. Desarrollo de un sistema de movilidad basado en transporte público seguro, eficiente y renovable, y en esquemas de movilidad activa. 2. Transformación de la flota de vehículos ligeros a cero emisiones, nutrido de energía renovable, no de origen fósil. 3. Fomento de un transporte de carga que adopte modalidades, tecnologías y fuentes de energía cero emisiones o las más bajas posibles. 4. Consolidación del sistema eléctrico nacional con capacidad, flexibilidad, inteligencia, y resiliencia necesaria para abastecer y gestionar energía renovable a costo competitivo. 5. Desarrollo de edificaciones de diversos usos (comercial, residencial, institucional) bajos estándares de alta eficiencia y procesos de bajas emisiones. 6. Transformación del sector industrial mediante procesos y tecnologías que utilicen energía de fuentes renovables u otras eficientes y sostenibles de baja y cero emisiones. 7. Desarrollo de un sistema de gestión integrada de residuos basado en la separación, reutilización, revalorización, y disposición final de máxima eficiencia y bajas emisiones de gases de efecto invernadero. 8. Fomento de sistemas agroalimentarios altamente eficientes que generen bienes de exportación y consumo local bajos en carbono. 9. Consolidación de modelo ganadero eco-competitivo basado en la eficiencia productiva y disminución de gases de efecto invernadero. 10. Consolidación de un modelo de gestión de territorios rurales, urbanos y costeros que facilite la protección de la biodiversidad, el incremento y mantenimiento de la cobertura forestal y servicios ecosistémicos a partir de soluciones basadas en la naturaleza” (Presidencia de la República, 2019b, p. 31).

3.1.1. Liderança “verde”: entre tradição, compromisso e responsabilidade

A Costa Rica formulou esse Plano já sendo reconhecido internacionalmente como um país líder, com tradição, compromisso e responsabilidade ambiental. Isto fica evidente na seguinte declaração da ONU, no momento em que o país estabeleceu o projeto de descarbonização:

Durante décadas, a Costa Rica surpreendeu o mundo ao se posicionar como líder ambiental global. Agora, a nação centro-americana está abraçando o desafio verde definitivo com um plano detalhado para descarbonizar sua economia até 2050 (UNEP, 2019b, tradução nossa).¹⁰

Essa liderança “verde” consolidou-se por meio de uma trajetória de ações em gestão ambiental que, segundo organismos internacionais e instituições financeiras multilaterais, representou um exemplo de atuação em escala global, sendo uma referência internacional de como harmonizar conservação com crescimento econômico (Herrera, 2013; Ramírez, 2020). O projeto de descarbonização visava consolidar esse reconhecimento internacional e atualizar sua exemplaridade. Sergio Díaz-Castro, presidente executivo do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF), afirmou:

[...] acreditamos na liderança, na criatividade inovadora e na capacidade de resposta pioneira de nossos irmãos e irmãs costarriquenhos ao nível regional e global, o que os tornou um país de referência na luta contra as mudanças climáticas e na preservação da biodiversidade [...] (CAF, 2023, tradução nossa).¹¹

¹⁰ Texto original em espanhol: “Por décadas, Costa Rica ha sorprendido al mundo posicionándose como un líder ambiental global. Ahora la nación centroamericana abraza el máximo desafío ecológico con un plan detallado para descarbonizar su economía en 2050” (UNEP, 2019b).

¹¹ Texto original em espanhol: “Desde CAF creemos en el liderazgo, en la creatividad innovadora y en la capacidad de respuesta pionera que han impulsado nuestros hermanos y hermanas costarricenses a nivel regional y global que los ha convertido en país referente en la lucha contra el cambio climático la preservación de la biodiversidad” (CAF, 2023).

Desde a visão nacional, as autoridades costarriquenhas apontaram que o projeto de descarbonização representa um compromisso e uma responsabilidade com o estipulado no Acordo de Paris. No documento do Plano, as ações são descritas como ambiciosas e à altura dos desafios do momento histórico. Por exemplo, é mencionado que:

Embora a maioria dos compromissos nacionais com o Acordo (ou “NDCs”) proponha reduções de emissões que ficam atrás do desafio climático, a Costa Rica comprometeu-se com uma meta compatível com os objetivos de descarbonização do Acordo (Presidencia de la República, 2019b, p. 3, tradução nossa).¹²

Além disso, a descarbonização chegou a ser comparada à abolição das Forças Armadas na Costa Rica em 1949 – agora atualizada como a necessidade de “abolir o uso de combustíveis fósseis na economia” (Presidencia de la República, 2019b, p. 68, tradução nossa).¹³ Neste sentido, esta política serve como recurso de poder para o fortalecimento de outros imaginários nacionais que se inserem na moral internacional como valores adequados e pioneiros, constituindo-se em exemplo para outros países e sustentando uma identidade costarriquenha.

O ex-presidente Carlos Alvarado Quesada (2018-2022), um dos principais artífices do Plano de Descarbonização, reforçou essa comparação ao afirmar:

Há setenta anos, a Costa Rica aboliu as Forças Armadas e optou por ser um país de paz e, por muitos anos, teve educação pública gratuita e obrigatória para as crianças. E há cerca de 50 anos, o país começou a avançar em uma série de políticas ambientais inovadoras, porque o paradigma do desenvolvimento sustentável está no DNA dos costarriquenhos (UNEP, 2019b, tradução nossa).¹⁴

12 Texto original em espanhol: “Mientras la mayoría de los compromisos nacionales ante el Acuerdo (o “NDCs”) proponen reducciones de emisiones que no están a la altura del reto climático, Costa Rica sí se comprometió con una meta consistente con los objetivos de descarbonización del Acuerdo” (Presidencia de la República, 2019b, p. 3).

13 Texto original em espanhol: “Abolir el uso de combustibles fósiles en nuestra economía” (Presidencia de la República, 2019b, p. 68).

14 Texto original em espanhol: “Hace 70 años, Costa Rica abolió las fuerzas armadas y optó por ser un país de paz y por muchos años ha tenido educación pública, gratuita y obligatoria para los niños. Y hace cerca de 50 años, el país empezó a avanzar en una serie de políticas ambientales innovadoras, porque el paradigma de desarrollo sostenible está en el ADN de los costarricenses” (UNEP, 2019b).

Essa afirmação eleva a tradição de ações ambientais a um valor “natural” da população e do Estado costarricense, criando uma moral com funcionalidade social que, nas relações internacionais, se traduz numa estrutura ética de atuação e formação de julgamentos (Fassin, 2018). Além disso, Alvarado Quesada afirmou que a descarbonização representa um “dever ético com nossa própria história e para o mundo”¹⁵, destacando a Costa Rica como um exemplo internacional (DW Español, 2018, tradução nossa).

Essa política visa posicionar a Costa Rica como líder global na descarbonização e substituição de combustíveis fósseis, enquanto, ao mesmo tempo, agrega valor econômico e contribui com os esforços internacionais contra a crise climática (Presidencia de la República, 2019b). Paralelamente, esse discurso também colabora para a reprodução de uma estrutura internacional hegemônica, que propõe uma saída para a crise sem questionar o paradigma do crescimento econômico dominante, promovendo a geração de uma “riqueza com rosto ambiental ou verde”.

Outro ponto relevante para consolidar a Costa Rica como um país pioneiro e exemplar é a ambição de transformá-lo em um “laboratório de descarbonização”. Através dessa iniciativa, a Costa Rica promoverá iniciativas, projetos e ações que sirvam como exemplo para outros países. No entanto, essa estratégia será impulsionada pelo setor privado e o Estado planeja criar condições para atrair investimentos para sua consolidação (Presidencia de la República, 2019b).

Tal estratégia pode ser considerada vantajosa para a acumulação de capital, ao abrir novos mercados, como a geração de energias renováveis, base do consenso da descarbonização (Bringel; Svampa, 2023). O pesquisador Alexander Segovia (2023) demonstrou que as elites econômicas e empresas multinacionais centro-americanas têm uma participação crescente no mercado de geração dessas energias. Por exemplo, o Grupo FIFCO (família Mendiola na Costa Rica) participa na geração de energia hidroelétrica, o

15 Fala original em espanhol: “Es un deber ético con nuestro propia historia y con lo que podemos hacer en el mundo” (DW Español, 2018).

Grupo CASSA (família Regalado em El Salvador) atua na produção de energia por biomassa e a “Corporación Multi-inversiones” (família Gutiérrez-Bosch na Guatemala) envolve-se na geração de energia hidrelétrica, solar e eólica (Segovia, 2023).

Isso evidencia como as crises no capitalismo podem ser convertidas em oportunidades para a renovação de fontes de geração de riqueza. Como consequência, a moral internacional construída em torno da crise climática auxilia as elites na criação de uma agência social funcional aos seus interesses de acumulação de capital. Nesse contexto, esses atores se apropriam de um problema público, adaptando-o às suas necessidades e abrindo caminhos para a produção de capital.

Por fim, as autoridades costarriquenhas sustentam que o compromisso e a responsabilidade ambiental do país, baseados na construção de sua exemplaridade, representam uma tradição e não uma resposta circunstancial. Nesse sentido, expressam que o país tem uma longa trajetória de ações nessa área, ainda que, no passado, essas iniciativas não fossem denominadas “descarbonização” (Presidencia de la República, 2019b).

3.1.2. Orgulho: honrar a tradição “verde”

A tradição “verde” da Costa Rica, base da construção de sua excepcionalidade/exemplaridade, constitui uma fonte de orgulho no imaginário nacional. Esse excepcionalismo “verde”, desenvolvido em tempos neoliberais, possui uma função social importante na construção do Estado-nação, servindo como eixo para reconfigurar, sob elementos ambientais, o nacionalismo costarriquenho (Gutiérrez; Granados, 2020). Isso representa um recurso de poder que constrói uma identidade nacional que gera um sentimento de orgulho entre seus cidadãos, potencializado pelo reconhecimento internacional no tema.

O ex-presidente Carlos Alvarado Quesada, num vídeo publicitário destinado explicar por que o país recebeu o galardão ambiental da ONU, afirmou:

[...] é uma honra para o meu país receber este prêmio devido ao que foi feito por aqueles que vieram antes e por aqueles que estão agora. É uma grande responsabilidade sermos coerentes com este legado e avançarmos. E não se trata somente de fazer o mesmo, o que isto significa é que temos de fazer mais [...] (La Nación Costa Rica, 2019, tradução nossa).¹⁶

Observa-se nesse discurso como os atores políticos comunicam que suas ações fazem parte de uma tradição que eles estão honrando. Além disso, essa postura representa uma fonte de orgulho, ao indicar que o país age de uma maneira exemplar e adequada, ao contrário da “média” internacional.

Sobre a relevância social dessas ações de descarbonização, o ex-presidente Alvarado Quesada afirmou:

Gostaria de conseguir, no ano 2050, mesmo que pareça muito distante, poder dizer ao meu filho, que hoje tem 6 anos, que fizemos a coisa certa, que fizemos o que tínhamos de fazer para que ele pudesse ver um mundo melhor, principalmente frente aos efeitos da mudança climática. A ação tem que acontecer agora! (La Nación Costa Rica, 2019, tradução nossa).¹⁷

Isso demonstra a construção de um discurso que visa posicionar a Costa Rica como um exemplo moral para as outras nações, apresentando-se como se fosse um “pai exemplar” com liderança. Além de refletir que, em momentos históricos críticos, o país soube agir de maneira correta.

Complementarmente, no Plano Nacional de Descarbonização, apresentam-se as ações propostas como uma fonte de orgulho para a população costarriquenha. Isso porque o país soube escutar as demandas e necessidades internacionais e atuou nessa direção para procurar soluções (Presidencia de la República, 2019b). Esse desempenho é visto, no cenário internacional, como um exemplo de moralidade, reforçada pela ONU ao

16 Fala original em espanhol: “Es un honor que mi país reciba esto por lo que han hecho quienes han estado antes y quienes están ahora. Es una gran responsabilidad de ser consistentes con este legado y seguir adelante. Y no es haciendo lo mismo, lo que esto significa es: tenemos que hacer más” (La Nación Costa Rica, 2019).

17 Fala original em espanhol: “A mí me gustaría lograr que en el año 2050, aunque parezca muy lejano, yo le pueda responder a mi hijo que tiene seis años: en este momento hicimos lo correcto; hicimos lo que había que hacer para que él pudiera ver un mundo mejor, principalmente frente a los efectos del Cambio Climático. ¡La acción tiene que ocurrir ya!” (La Nación Costa Rica, 2019).

afirmar que “[...] a Costa Rica é uma das primeiras a transformar as promessas em um plano sólido e a dar sentido a elas em termos econômicos e sociais” (UNEP, 2019b, tradução nossa).¹⁸

Esse orgulho em honrar a tradição “verde” posiciona a Costa Rica como uma nação com superioridade moral, chamada a atuar devido às suas condições privilegiadas. Em uma palestra no *TEDx Talks*, o ex-presidente Alvarado Quesada afirmou:

[...] na Costa Rica temos a responsabilidade, perante nós mesmos e nossa história, perante as gerações que nos precederam e perante o mundo, de fazer o que é certo. Não somente porque queremos, mas porque podemos, graças à nossa democracia, nossa defesa dos direitos humanos, nossa matriz energética limpa e renovável e nossas condições privilegiadas de desenvolvimento [...] (TEDx Talks, 2019, tradução nossa).¹⁹

A descarbonização representa uma ação política por meio da qual a Costa Rica busca se posicionar na geopolítica e na moral internacional. Para incorporar essa iniciativa ao imaginário nacional e gerar identificação, as autoridades costarriquenhas recorrem ao orgulho da história do país, procurando “recrutar” a população, como em uma “guerra”, para a luta contra a crise climática. Nesse sentido, o ex-presidente Alvarado Quesada encerrou uma de suas palestras afirmando a importância do projeto de descarbonização e “[...] com isso espero recrutá-los e recrutá-las para essa grande luta inspiradora que lançamos a partir da Costa Rica [...]” (TEDx Talks, 2019, tradução nossa).²⁰

18 Texto original em espanhol: “Costa Rica es uno de los primeros en convertir las promesas en un plan sólido y en darles sentido en términos económicos y sociales” (UNEP, 2019b).

19 Fala original em espanhol: “Desde Costa Rica tenemos una responsabilidad, para con nosotros mismos y con nuestra historia, para las generaciones que nos han antecedido, y también para con el mundo de hacer lo que es correcto. No solo porque queremos, si no porque podemos. Gracias a nuestra democracia, a nuestra defensa de los derechos humanos, a nuestra matriz eléctrica limpia y renovable, y a nuestras condiciones privilegiada para el desarrollo” (TEDx Talks, 2019).

20 Fala original em espanhol: “Con esto espero reclutarlas y reclutarlos para esta gran lucha inspiradora que es la descarbonización que lanzamos desde Costa Rica” (TEDx Talks, 2019).

3.1.3. Sustentabilidade econômica: a construção de uma “economia zero emissões”.

O Plano Nacional de Descarbonização constitui um guia moral para a atuação nacional frente à crise climática que permitirá intervir em áreas estratégicas do Estado. Seu objetivo é intervir e transformar a economia por meio de estratégias de planejamento e modernização de setores-chave, como transporte, eletricidade, construção, indústria, agricultura e conservação. A meta proposta é converter a economia em “zero emissões” até 2050 (Presidencia de la República, 2019b).

Essa transformação econômica é sustentada por valores de modernização, empregabilidade e crescimento sustentável (UNFCCC, 2019), refletindo visões tradicionais que priorizam o crescimento econômico como base e meio do desenvolvimento (Gudynas, 2020). Esses valores ocupam posições de destaque na hierarquia de credibilidade na moral internacional (Becker, 2018), contribuindo para a consolidação desse modelo de desenvolvimento como hegemônico e mandatário universal.

A economia “zero emissões” representa a meta moral superior da descarbonização. Isso é promovido e justificado via uso político da sustentabilidade como narrativa legitimadora (Franquesa, 2007). Nesse contexto, termos como “bioeconomia” e “crescimento verde” são usados para promover inclusão e qualidade de vida, mas, muitas vezes, são conceitos usados vagamente, funcionando mais como metáforas que justificam o projeto de descarbonização. Esse discurso, no entanto, negligencia as contradições nas relações sociedade-natureza e os conflitos sociais existentes na apropriação dos recursos naturais (Rodrigues, 2005, 2012; Swyngedouw, 2011).

Além disso, esse projeto de refundação da economia visa gerar novos recursos e empregos “verdes”, promovendo crescimento econômico sem incrementar a poluição ou destruir o capital natural (Presidencia de la República, 2019b). Contudo, esse discurso reforça um paradigma que propõe soluções técnico-gerenciais para a crise climática que demonstraram, até o momento, ser pouco efetivas, mas são oferecidas como capazes de deter a crise (Swyngedouw, 2021).

O Plano Nacional de Descarbonização vê a crise climática como uma oportunidade econômica para o país (Presidencia de la República, 2019b). Essa conceituação posiciona a crise climática como um componente e ativo econômico, instrumentalizando o problema social para criar condições de reprodução do sistema capitalista. Além disso, oculta a existência de classes sociais (Rodrigues, 2005) e a consideração de que essa oportunidade será aproveitada e apropriada diferentemente pela sociedade.

A moral construída pela Costa Rica em torno de sua exemplaridade ambiental busca se posicionar como parte de um projeto de política externa. Desse modo, pretende-se utilizar essa moral como um mecanismo para atrair investimentos e produzir valor. Para isso, promoverá a geração de capital por meio da natureza, estimulando investimentos em capital natural, permitindo consolidar a marca diferenciadora da Costa Rica (Presidencia de la República, 2019b).

Esse projeto é impulsionado também por diversos atores internacionais, por exemplo, os bancos multilaterais. Esse é o caso do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que, desde o ano 2019, apoia a implementação da descarbonização da Costa Rica. Em um documento desse banco em que apresentam os custos e benefícios da descarbonização, reforça-se a ideia de que esse projeto representa uma oportunidade para a prosperidade (Groves *et al.*, 2020). Isso permite a incorporação do ambiente em geral, e a crise climática em particular, nos circuitos internacionais de circulação e acumulação de capital (March, 2013).

Finalmente, a moralidade desse projeto estabelece novas punições para aqueles que não atuam conforme os padrões estabelecidos. Desse modo, se propõe criar sanções para as externalidades negativas, como a poluição atmosférica, mediante a criação de “taxas de emissão para fontes móveis e estacionárias” como ingresso fiscal e caminho para fixar um preço do carbono (Presidencia de la República, 2019b). Até agora, esses impostos provêm da venda de gasolina, que representam, ao contrário, um incentivo para seu consumo. Nesse contexto, a moralidade representa uma questão social que aspira gerar formas de correção quando não se cumpre o definido (Durkheim, 2018). Mas

também é utilizada para mobilizar seus interesses e disciplinar atores sociais, reforçando o projeto hegemônico global.

Reflexões finais

A crise climática não representa somente um problema fundamental para o presente e o futuro da humanidade, mas também simboliza uma questão que leva ao questionamento do modelo de organização social e das formas dominantes de uso e apropriação da natureza. Os atores hegemônicos, que se beneficiam dos modelos de produção existentes, buscam criar e posicionar respostas e saídas que não comprometam seus meios de sustentação, como acontece com a descarbonização. Uma das estratégias utilizadas é intervir na “esfera pública” por meio de uma narrativa que apresenta suas ações como “adequadas” e apela à emoção da população mundial, reforçando a obrigação dos atores de agir. Assim, constrói-se uma opinião pública (Butt, 2018) ou um senso comum (Gramsci, 2007).

Como consequência, em torno da crise climática está sendo construída uma moralidade internacional carregada de valores que definem suas formas de concepção, representação e solução. Uma de suas principais características é o estabelecimento de um consenso sobre a realidade do problema e a necessidade urgente de abordá-lo por meio de ações imediatas para diminuir as emissões de gases de efeito estufa em escala global (Swyngedouw, 2021). No entanto, essa abordagem tende a ignorar as contribuições diferenciais para a constituição do problema e suas consequências desiguais na sociedade. Dessa forma, organismos internacionais e Estados estabelecem um conjunto de respostas consideradas positivas e necessárias para todos os grupos sociais e territórios, formando uma moralidade de caráter “universal” que, ao longo do tempo, adquire o poder de verdade (Sampson, 2005).

Na análise crítica dos problemas sociais, é essencial compreender como as causas das situações são definidas, pois isso condiciona os modos de agir. Na visão hegemônica, privilegia-se uma concepção do problema como uma ameaça externa, associada principalmente aos gases de efeito estufa, o que resulta num debate despolitizado que localiza a solução na gestão das emissões (Moreno; Chassé; Fuhr, 2016; Swyngedouw, 2021). Por outro lado, uma perspectiva crítica entende a crise climática não como um problema externo à sociedade ou um mero desajuste de partículas (uma ameaça), mas como um resultado do desenvolvimento histórico do capitalismo, da modernidade e da colonialidade. Trata-se, portanto, de uma crise vinculada às formas de relação, interação e apropriação da natureza que foram estabelecidas e reproduzidas ao longo do tempo (Bookchin, 2010b; Machado, 2023; Moore, 2020, 2022; Porto-Gonçalves, 2012).

Nesse contexto, a descarbonização foi posicionada como um consenso moral em escala global, vista como a solução adequada e necessária para combater a crise climática. Essa resposta insere-se nos enfoques de mitigação, que buscam reduzir as fontes de gases de efeito estufa ou criar sumidouros para sua absorção (IPCC, 2015). No entanto, essa estratégia reflete um projeto político que enquadra e limita as possibilidades de solução. Assim, as transições socioecológicas são reduzidas a uma mera transição energética e as ações de resposta transformam-se em novos mercados ou narrativas dominantes, como a de carbono (Bringel; Svampa, 2023).

É importante destacar que, embora essa moral seja de caráter internacional, sua aplicação não é homogênea. Ela é territorializada funcionalmente, sendo adaptada pelos diferentes atores que a mobilizam, como Estados, empresas ou organismos internacionais. No caso da Costa Rica, o projeto de descarbonização, além de buscar cumprir objetivos internacionais, serve como base para a fundação da “Costa Rica do Bicentenário” (Presidencia de la República, 2019b). Isso demonstra as complexas interações entre política internacional e nacional, bem como a apropriação da moral como recurso de poder para materializar agendas políticas específicas.

Diante disso, é fundamental considerar a descarbonização sob uma perspectiva social, dado seu potencial transformador das relações e estruturas sociais, bem como suas possíveis implicações negativas. Como qualquer política, a descarbonização reflete interesses e objetivos de instituições, grupos ou indivíduos, o que a afasta da neutralidade. Trata-se, portanto, de um projeto com força social, que contribui para a organização da existência humana e define, em parte, os limites das soluções possíveis para os problemas enfrentados (Mouffe, 2007).

No caso da Costa Rica, a territorialização da descarbonização como parte de uma moral internacional facilitou a mobilização de um projeto socioeconômico e político nacional com projeção internacional. Assim, a descarbonização é articulada à ideia da excepcionalidade “verde” costarriquenha, visando garantir prestígio internacional, fortalecer a identidade nacional, atrair investimentos e constituir novos mercados e produtos.

O exemplo ambiental da Costa Rica, como país com liderança, compromisso e responsabilidade “verde”, tornou-se um valor amplamente reconhecido e valorizado por organismos internacionais e outros países. Nesse contexto, a descarbonização desempenha um papel central ao atualizar a exemplaridade ambiental do país conforme as demandas contemporâneas, reafirmando sua posição na moral internacional. Essa exemplaridade não somente apela à consciência dos outros Estados para agirem corretamente, mas também é instrumentalizada para atrair capitais e investimentos, transformando a moral numa oportunidade econômica.

Por fim, a descarbonização, posicionada quase como a única solução desejável, está inserida numa estrutura moral e ideológica que delimita as possibilidades de enfrentamento da crise climática. Ao mesmo tempo, essa estrutura oculta os interesses e projetos políticos e econômicos subjacentes. Nesse sentido, é essencial questionar essas estruturas para abrir espaço à construção de outras visões de mundo e abordagens que permitam enfrentar o problema com justiça social e ecológica.

Referências

- BAYRAK, Mucahid; MARAFA, Lawal. Ten Years of REDD+: A Critical Review of the Impact of REDD+ on Forest-Dependent Communities. **Sustainability**, v. 8, nº 7, pp. 620, 2016.
- BECKER, Howard. De que lado estamos? In: FASSIN, Didier; LÉZÉ, Samuel (orgs.). **A questão moral: Uma antologia crítica**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018. pp. 559.
- BOOKCHIN, Murray. La muerte de un pequeño planeta. In: BOOKCHIN, Murray (ed.). **Ecología Libertaria**. España: Ediciones Madre Tierra, 1991. pp. 83-93.
- BOOKCHIN, Murray. Nós os ecologistas, nós os anarquistas. In: BOOKCHIN, Murray (org.) **Ecologia Social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010a. pp. 169-177.
- BOOKCHIN, Murray. O conceito de ecologia social. In: BOOKCHIN, Murray (org.). **Ecologia social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010b. pp. 129-142.
- BOOKCHIN, Murray. ¿Qué es la Ecología Social? In: NOVENA OLA (org.). **Murray Bookchin. Ecología Social**. Apuntes desde un Anarquismo verde. Chile: Novena Ola, 2015a. pp. 31-76.
- BOOKCHIN, Murray. Nosotrxs lxs verdes, nosotrxs lxs anarquistas. In: NOVENA OLA (org.). **Murray Bookchin. Ecología Social**. Apuntes desde un Anarquismo verde. Chile: Novena Ola, 2015b. pp. 17-30.
- BRAND, Ulrich; DIETZ, Kristina; LANG, Miriam. Neo-Extractivism in Latin America. One Side of a New Phase of Global Capitalist Dynamics. **Ciencia Política**, v. 11, nº 21, pp. 125-159, 2016.
- BRAND, Ulrich; GÖRG, Christoph. ¿Globalización sostenible? Desarrollo sostenible como pegamento para el montón de cristales trizados del neoliberalismo. **Rev. Ambiente y Sociedad**, v. 6, nº 1, pp. 45-71, 2003.
- BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. **Modo de vida imperial**. Sobre la explotación del hombre y de la naturaleza en el capitalismo global. México: Friedrich Ebert Stiftung, 2017.
- BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella. Del «Consenso de los Commodities» al «Consenso de la Descarbonización». **Nueva Sociedad**, nº 306, pp. 51-70, 2023.

- BUTT, Leslie. O império do sofrimento. In: FASSIN, Didier; LÉZÉ, Samuel (orgs.). **A questão moral: Uma antologia crítica**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018. pp. 559.
- CAF. **Costa Rica es pionero en políticas de descarbonización, indica Reporte CAF**. Disponível em: <<https://www.caf.com/es/actualidad/noticias/2023/10/reporte-de-caf-destaca-la-biodiversidad-de-costa-rica-senala-riesgos-y-urge-a-preservar-el-capital-natural/>>. Acesso em 07/09/2024.
- COSTA RICA. **Constitución Política de la República de Costa Rica**. 1949.
- DAVIS, Mike. **El desierto que viene**. La ecología de Kropotkin. Barcelona: Virus, 2017.
- DIRECCIÓN DE CAMBIO CLIMÁTICO. **Programa País Carbono Neutralidad (PPCN) de Costa Rica**. Ministerio de Ambiente y Energía de Costa Rica, S.d. Disponível em: <<https://cambioclimatico.go.cr/wp-content/uploads/2021/05/PPCN%20Folleto%20general.pdf?t=1618521827>>. Acesso em 04/09/2024.
- DURKHEIM, Émile. A determinação do fato moral. In: FASSIN, Didier; LÉZÉ, Samuel (orgs.). **A questão moral: Uma antologia crítica**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018. pp. 559.
- DW ESPAÑOL. **Carlos Alvarado, presidente de Costa Rica: “Descarbonizar la economía es un deber ético”**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WStOg-JOTac>>. Acesso em 04/09/2024.
- EDELMAN, Marc. **Campesinos contra la globalización**. Movimientos sociales rurales en Costa Rica. San José, Costa Rica: Editorial UCR, 2019.
- ESCOBAR, Arturo. Epistemologías de la naturaleza y colonialidad de la naturaleza. In: MARTÍNEZ, Leonardo (org.). **Cultura y naturaleza**. Bogotá: Jardín Botánico de Bogotá, 2011. pp. 49-74.
- FASSIN, Didier. Introdução. A questão moral em antropologia. In: FASSIN, Didier; LÉZÉ, Samuel (orgs.). **A questão moral: Uma antologia crítica**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018. pp. 559.
- FRANQUESA, Jaume. Vaciar y llenar, o la lógica espacial de la neoliberalización. **Reis**, nº 118, pp. 123-150, 2007.

- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. Volume 3:** Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GROVES, David; SYME, James; MOLINA-PEREZ, Edmundo; CALVO, Carlos; VÍCTOR-GALLARDO, Luis; GODINEZ-ZAMORA, Guido; QUIRÓS-TORTÓS, Jairo; LEÓN, Felipe de; MURILLO, Andrea Meza; GÓMEZ, Valentina Saavedra; VOGT-SCHILB, Adrien. **Costos y beneficios de la descarbonización de la economía de Costa Rica:** Evaluación del Plan Nacional de Descarbonización bajo incertidumbre. [S.l.]: BID, 2020.
- GUDYNAS, Eduardo. El pegajoso mito del crecimiento económico y la crítica al desarrollo. **NuestroAmérica**, v. 8, nº 16, pp. 1-21, 2020.
- GUTERRES, António. **Neutralidade carbónica até 2050:** A missão mundial mais urgente. ONU News. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/12/1736002>>. Acesso em 27/08/2024.
- GUTIÉRREZ, Alberto. Capitalismo verde y energías “limpias”: Costa Rica como laboratorio mundial de descarbonización. **Anuario del Centro de Investigación y Estudios Políticos**, nº 11, pp. 195-228, 2020.
- GUTIÉRREZ, Alberto; GRANADOS, Carlos. Nacionalismo, frontera y excepcionalismo verde en Costa Rica. **Anuario de Estudios Centroamericanos**, nº 46, pp. 1-28, 2020.
- HERRERA, Mauricio. Sustainable Development in Costa Rica: A Geographic Critique. **Rev. Journal of Latin American Geography**, v. 12, nº 2, 2013.
- IPCC. **Cambio climático 2014.** Mitigación del cambio climático. Resumen para responsables de políticas. Suíza: OMM y PNUMA, 2015. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/WG3AR5_SPM_brochure_es-1.pdf>.
- IPCC. **Climate change 2023. Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** Genebra: IPCC, 2023. Disponível em: <10.59327/IPCC/AR6-9789291691647>.
- KRENAK, Ailton. Ecologia Política. **Ethnoscintia**, v. 3, nº 2, pp. 1-2, 2018.
- LA NACIÓN COSTA RICA. **ONU nombra a Costa Rica como ‘campeón de la Tierra’, su máximo galardón ambiental.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=27gsgbIlZEo&list=PLF4FC3JzDbPW6cNWZiRuRrTpoG2_I8vhl&index=2>. Acesso em 08/08/2024.

- LANA, Cibeles. **O que é REDD+, como funciona e por que investir**. Disponível em: <<https://sustainablecarbon.com/o-que-e-redd-como-funciona-e-por-que-investir/>>. Acesso em 28/07/2024.
- MACHADO, Horacio. El extractivismo y las raíces del “Antropoceno”. Regímenes de sensibilidad, régimen climático y derechos de la Naturaleza. **Direito e Praxis**, v. 14, nº 1, pp. 407-435, 2023.
- MARCH, Hug. Neoliberalismo y medio ambiente: Una aproximación desde la geografía crítica. **Documents d’Anàlisi Geogràfica**, v. 59, nº 1, pp. 137-153, 2013.
- MEZA, Andrea. **La descarbonización no puede esperar**. Disponível em: <<https://unfccc.int/es/news/la-descarbonizacion-no-puede-esperar>>. Acesso em 27/08/2024.
- MONGE, Claudio. Desarrollo sostenible a la tica: Geopolítica y ambiente en la Administración Figueres Olsen (1994-1998). **Rupturas**, v. 5, nº 1, pp. 1-21, 2014.
- MOORE, Jason. **El capitalismo en la trama de la vida**. Ecología y acumulación de capital. Madrid: Traficantes de sueños, 2020.
- MOORE, Jason. O surgimento da Natureza Barata. In: MOORE, Jason (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante Editora, 2022. pp. 97-139.
- MORENO, Camila; CHASSÉ, Daniel; FUHR, Lili. **A Métrica do Carbono: Abstrações Globais e Epistemicídio Ecológico**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boell Brasil, 2016.
- MORTON, Timothy. **El pensamiento ecológico**. Barcelona: Paidós, 2018.
- MOUFFE, Chantal. **En torno a lo político**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- O’CONNOR, James. ¿Es posible el capitalismo sostenible? **Rev. Papeles de Población**, v. 6, nº 24, pp. 9-35, 2000.
- ONU. **Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático**, 1992. Disponível em: <<https://unfccc.int/resource/docs/convkp/convsp.pdf>>
- ONU. **Kyoto Protocol to the United Nations Framework Convention on Climate Change**, 1997. Disponível em:

<<https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/cop3/l07a01.pdf#page=24>>. Acesso em 26/08/2024.

ONU. **Acuerdo de París**, 2015. Disponível em: <https://unfccc.int/files/meetings/paris_nov_2015/application/pdf/paris_agreement_spanish.pdf>. Acesso em 25/07/2024.

ONU-BRASIL. **“Descarbonização do mundo é viável, mas precisa de ações ousadas de todos”, afirma Ban Ki-moon**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/66590-descarboniza%C3%A7%C3%A3o-do-mundo-%C3%A9-vi%C3%A1vel-mas-precisa-de-a%C3%A7%C3%B5es-ousadas-de-todos-afirma-ban-ki-moon>>. Acesso em 27/08/2024.

PNUD. **Costa Rica invertirá \$54 millones en acción climática gracias a la conservación de sus bosques**. Disponível em: <<https://www.undp.org/es/latin-america/comunicados-de-prensa/costa-rica-invertira-54-millones-en-accion-climatica-gracias-la-conservacion-de-sus-bosques>>. Acesso em 04/09/2024.

PODER EJECUTIVO. **Decreto Ejecutivo N.º 41122. Oficializa Programa País Carbono Neutralidad 2.0.**, 2018. Disponível em: <http://www.pgrweb.go.cr/scij/Busqueda/Normativa/Normas/nrm_texto_completo.aspx?param1=NRTC&nValor1=1&nValor2=86593&nValor3=0&strTipM=TC>. Acesso em 22/02/2025.

286

POHL, Lucas; SWYNGEDOUW, Erick. Enjoying Climate Change: Jouissance as a political factor. **Political Geography**, n° 101, 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **El desafío ambiental**. México: PNUMA, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: Reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 9, n° 1, pp. 16-50, 2012.

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. **Estrategia Nacional REDD+ Costa Rica**. San José, Costa Rica: Ministerio de Ambiente y Energía (MINAE), 2019a. Disponível em: <https://redd.unfccc.int/media/4863_1_fon_estrategia_red_cr_lr.pdf>. Acesso em 28/07/2024.

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. **Plan Nacional de Descarbonización. 2018-2050**. 24 fev. 2019b. Disponível em: <<https://cambioclimatico.minae.go.cr/plan-nacional-de-descarbonizacion/>>. Acesso em 26/07/2024.

- RAMÍREZ, Alonso. **A Political Ecology of Neoliberal Multiculturalism: Social Inclusion and Market-Based Conservation in Indigenous Costa Rica**. Doutorado—[S.l.]: Erasmus University, 2017.
- RAMÍREZ, Alonso. Excepcionalismo verde y desarrollo sostenible en Costa Rica. **Anuario del Centro de Investigación y Estudios Políticos**, nº 11, pp. 1-21, 2020.
- ROBBINS, Joel. Onde no mundo estão os valores? Exemplaridade, Moralidade e Processo Social. **Sociologias**, v. 17, nº 39, pp. 164-196, 2015.
- RODRIGUES, Arlete. Problemática Ambiental = Agenda Política. Espaço, território, classes sociais. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 83, pp. 91-110, 2005.
- RODRIGUES, Arlete. La hegemonía del pensamiento neoliberal y el desarrollo sustentable. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 16, nº 418, pp. 1-11, 2012.
- RODRÍGUEZ, Sebastián. **Cómo Costa Rica revirtió la deforestación y recaudó millones para la conservación**. Disponível em: <<https://dialogue.earth/es/bosques/50074-como-costa-rica-revirtio-la-deforestacion-y-recaudo-millones-para-la-conservacion/>>. Acesso em 04/09/2024.
- SAMPSON, Steven. Integrity Warriors: Global Morality and the Anti-corruption Movement in the Balkans. In: HALLER, Dieter; SHORE, Cris (orgs.). **Corruption: Anthropological Perspectives**. London: Pluto Press/Ann Arbor, 2005. pp. 103-130.
- SCHAUENBERG, Tim. Protocolo de Kyoto foi marco climático, mas insuficiente. **DW**, 16 fev. 2020.
- SEGOVIA, Alexander. **Las complejas relaciones entre élites y la transición verde y justa**. La experiencia de Centroamérica. México: CEPAL, 2023.
- SOUZA, Maria Adélia. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. As metáforas do capitalismo. **Cronos**, v. 10, nº 2, pp. 101-117, 2009.
- SUNDAR, Nandini. Culpa e reparação. In: FASSIN, Didier; LÉZÉ, Samuel (orgs.). **A questão moral: Uma antologia crítica**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018. pp. 559.
- SWYNGEDOUW, Erick. ¿La naturaleza no existe! La sostenibilidad como síntoma de una planificación despolitizada. **Rev. Urban**, nº, 1, pp. 41-66, 2011.
- SWYNGEDOUW, Erick. El apocalipsis es decepcionante: El punto muerto despolitizado del consenso sobre el cambio climático. **Punto Sur**, nº 5, pp. 6-23, 2021.

TEDX TALKS. **La descarbonización: El reto de nuestra generación.** Carlos Alvarado. TEDxPuraVida. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uLHW2zXH9dl>>. Acesso em 08/09/2024.

UN CLIMATE CHANGE. **¿Qué es el programa REDD+?** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8KrP5NtkB-M>>. Acesso em 28/07/2024.

UNEP. **Costa Rica recibe máximo galardón ambiental de la ONU por su liderazgo en la lucha contra el cambio climático.** Disponível em: <<https://www.unep.org/es/noticias-y-reportajes/comunicado-de-prensa/costa-rica-recibe-maximo-galardon-ambiental-de-la-onu>>. Acesso em: 08/08/2024a.

UNEP. **Costa Rica: abriendo el camino hacia un planeta más limpio.** Disponível em: <<https://www.unep.org/es/noticias-y-reportajes/reportajes/costa-rica-abriendo-el-camino-hacia-un-planeta-mas-limpio>>. Acesso em 07/09/2024b.

UNFCCC. **Costa Rica se compromete a descarbonizarse para 2050.** Disponível em: <<https://unfccc.int/es/news/costa-rica-se-compromete-a-descarbonizarse-para-2050>>. Acesso em 26/07/2024.

UNRIC. **Costa Rica recibe US\$ 54 millones por sus esfuerzos para reducir la deforestación y acción por el clima.** Disponível em: <<https://unric.org/es/costa-rica-recibe-us-54-millones-por-sus-esfuerzos-para-reducir-la-deforestacion-y-accion-por-el-clima/>>. Acesso em 04/09/2024.

WORLD BANK. **The National Carbon Neutrality Program (PPC).** Washington, D.C: [S.n.]. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/740471617599669995/pdf/Partnership-for-Market-Readiness-Costa-Rica-Program-The-National-Carbon-Neutrality-Program.pdf>>.

Andrés Jiménez Corrales é doutorando em Sociologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista da Universidade da Costa Rica e do projeto internacional de pesquisa “Turning Land into Capital: Historical Conjunctures of (Re-)Production of Wealth in Latin America from the 19th to the 21st century”, financiado pela Fundação Volkswagen. **E-mail:** ajimenez2812@gmail.com

Artigo enviado em 26/02/2025 e aprovado em 02/06/2025.

Artigo

La transformación del tramo inferior de la cuenca del río Desaguadero en La Pampa, Argentina, durante los últimos 140 años

María Laura Langhoff

Resumen

El artículo aborda la transformación que sufrió el tramo inferior de la cuenca del Desaguadero en la Argentina, específicamente dentro de la provincia de La Pampa, a lo largo del siglo XX. Esta cuenca discurre dentro de la denominada diagonal árida sudamericana y es una de las más extensas del país de régimen nival y vertiente atlántica, a donde desagua por medio del río Colorado. Dentro de la provincia de La Pampa, el río adquiere los nombres de Salado-Chadileuvú-Curacó. Desde inicios de siglo, los usos intensivos como regadíos y generación hidroeléctrica en las provincias cuyanas de San Juan y Mendoza condujeron a alteraciones del flujo hídrico hasta acabar desecándose antes de unirse con el río Colorado. Solo en contadas ocasiones en el presente siglo este sector se ha reactivado. No obstante, los relatos y crónicas de viajeros, científicos y militares durante la segunda mitad del siglo XIX dan cuenta de una cuenca activa con elevados caudales, lo que motivó dos proyectos para canalizarlo y transformarlo en vía navegable. El objetivo de este trabajo es mostrar las consecuencias de los aprovechamientos hídricos intensivos y cómo repercute en este sector de la cuenca.

El análisis se efectuó desde la geografía física crítica, campo disciplinar en el que se consideran las relaciones de poder, su impacto y las consecuencias en el espacio físico. La metodología es cualitativa y se considera crucial, para un estudio de rango temporal amplio, la contribución de la historia y el trabajo tanto de archivo como relectura de material histórico generado a fines del siglo XIX. Esa información fue contrastada con trabajo de campo en enero-febrero de 2023, donde se realizaron entrevistas y se recorrieron diversos puntos del área afectada en una extensión de unos 1350 km.

Como resultado, el deterioro de la cuenca es producto de la confluencia de proyectos intensivos en el ramo medio que repercutieron en gran parte del Desaguadero, pero se acentúan en el interior pampeano. Esto se articula con decisiones políticas que priorizaron lo económico y lo técnico, ignorando sus consecuencias. En la actualidad, se une otro factor que profundiza esta retracción hídrica y que está asociado al avance extractivista en la zona cordillerana y pampeana, y al calentamiento global.

Palabras clave: Cuenca del Desaguadero; Agua; Desertificación; Extractivismo.

A transformação da secção inferior da bacia do rio Desaguadero em La Pampa, Argentina, nos últimos 140 anos

Resumo

O artigo aborda a transformação do trecho inferior da bacia de Desaguadero na Argentina, especificamente na província de La Pampa, até o século XX. Esta bacia encontra-se no Árido Diagonal Sul-americano, sendo uma das maiores do país, com um regime nival e uma vertente atlântica, para a qual drena através do rio Colorado. Na província de La Pampa, o rio adquire os nomes Salado-Chadileuvú-Curacó. Desde o início do século, utilizações intensivas como a irrigação e a geração hidroelétrica nas províncias de San Juan e Mendoza levaram a alterações no fluxo de água, até que acabou por secar antes de se juntar ao rio Colorado. Apenas raramente no século atual este setor foi reativado. No entanto, as histórias e crônicas de viajantes, cientistas e militares de meados a finais dos séculos XIX contabilizam uma bacia ativa com taxas de fluxo elevadas, que apoiou dois projetos para canalizá-la e transformá-la em um curso d'água. O objetivo do trabalho é mostrar as consequências do uso intensivo da água e como ela impacta esse setor da bacia.

A análise foi realizada a partir do campo da Geografia Física Crítica, onde são consideradas as relações de energia, o seu impacto e as consequências no espaço físico. A metodologia é qualitativa, considerando como crucial, para um estudo alargado de tempo, a contribuição da história e o trabalho tanto de arquivo como de releitura do material histórico gerado no final do século XIX. Esta informação foi comparada com o trabalho de campo em janeiro-fevereiro de 2023, onde foram realizadas entrevistas e vários pontos da área afetada foram percorridos ao longo de uma extensão de cerca de 1.350 km.

Como resultado, a deterioração da bacia é o resultado da confluência de projetos intensivos no ramo médio que afetaram grande parte da Bacia hidrográfica, mas são acentuados no interior Pampeano. Isto é articulado por decisões políticas que priorizavam a economia e a técnica, ignorando as suas consequências. Outro fator que aprofunda esta retração de água associada ao progresso extrativista na cordilheira e na área de Pampa, e aquecimento global, é agora acrescentado.

Palavras-chave: Bacia do Desaguadero; Água; Desertificação; Extrativismo.

The transformation of the lower section of the Desaguadero river basin in La Pampa, Argentina, over the past 140 years

Abstract

This article deals with the transformation of the lower section of the Desaguadero basin in Argentina, specifically in the province of La Pampa, during the 20th century. This basin is part of the so-called South American arid diagonal, one of the largest in the country, with a nival regime and Atlantic slope where it drains through the Colorado River. Within the province of La Pampa, the river is called Salado-Chadileuvú-Curacó. Since the beginning of the century, intensive uses such as irrigation and hydroelectric generation in the Cuyo provinces of San Juan and Mendoza, led to alterations in the water flow until it finally dried up before joining the Colorado River. Only on a few occasions in the present century has this sector been reactivated. However, the accounts and chronicles of travelers, scientists and military men from the mid

and late 19th century show an active basin with high flows, which supported two projects to channel it and transform it into a navigable waterway. The objective of this work is to show the consequences of intensive water use and its repercussions in this sector of the basin.

The analysis was carried out from the critical physical geography disciplinary field where power relations, their impact and consequences in the physical space are considered. The methodology is qualitative, considering crucial, for a study of a wide temporal range, the contribution of history and archival work as well as the re-reading of historical material generated at the end of the 19th century. This information was contrasted with field work in January-February 2023, where interviews were conducted and various points of the affected area were visited over an extension of about 1,350 km.

As a result, the deterioration of the basin is the result of the confluence of intensive projects in the middle section that have had repercussions in a large part of the Desaguadero, but are accentuated in the interior of the Pampa. This is articulated with political decisions that prioritized the economic and technical aspects, ignoring their consequences. At present, there is another factor that deepens this water shrinkage associated with the advance of extractivism in the mountain range and Pampean area, and global warming.

Keywords: Desaguadero watershed; Water; Desertification; Extractivism.

Introducción

Las modificaciones intensivas que sufren los distintos ambientes requieren un abordaje más abarcativo para su estudio desde las disciplinas de las ciencias sociales, como es el caso de la geografía. El acrecentamiento de las intervenciones humanas en distintos espacios para extraer recursos deja su impronta de forma permanente en el suelo, los biomas, los sistemas hídricos y el clima. En las últimas décadas, estudios y movilizaciones socioambientales exponen el deterioro y la consecuente amenaza para la vida que suponen la destrucción de florestas, la expansión de monocultivos, la contaminación, el acaparamiento y la privatización del agua, y el calentamiento global. Este proceso de acumulación extractivo-destructivo se da dentro del sistema capitalista.

En este contexto se desarrolla el campo de la geografía física crítica (GFC), que considera que los sistemas biofísicos son transformados y contienen las improntas de las relaciones de poder, la colonialidad y las desigualdades de género y raciales (Lave; Wilson; Barron, 2019). A su vez, este enfoque plantea el trabajo conjunto entre las dos grandes áreas de la geografía, la física y la humana, en pos de enriquecer los estudios y brindar

respuestas y alternativas ante los procesos transformativos de alto impacto, motivo por el cual uno de sus ejes es promover la justicia ambiental. En este sentido, la GFC se enriquece de los aportes de la ecología política, los estudios en ciencia y tecnología y de los cambios en los usos de la tierra (Lave, 2015). Desde esta perspectiva, es necesario contemplar y valorar las relaciones complejas que se establecen entre las sociedades y comunidades con sus entornos a través del tiempo, sobre todo en espacios frágiles como los áridos y los semiáridos (Romero; Paiva; Opazo, 2019).

En esta línea de ideas, este campo, además de abrir un espacio para ampliar la mirada interdisciplinaria, impulsa a la formulación de nuevos interrogantes ante el aumento de actividades extractivas como la minería a gran escala; la extracción de hidrocarburos; el incremento de las demandas energéticas; la contaminación y la pérdida de fuentes y reservorios de agua dulce, y la expansión del agro negocio con la consecuente deforestación, entre otros. Estos procesos nos interpelan sobre sus impactos tanto en la esfera política y la progresiva financiarización de los territorios, como sobre la maquinaria capitalista y sus métodos para cooptar las subjetividades (Machado Araóz, 2013). Paralelamente, se abren nuevos interrogantes sobre el tipo de improntas de estas actividades en los diversos sistemas biofísicos. Estas huellas reproducen, en algunos casos, procesos físico-naturales como los sismos inducidos provocados por *fracking* en Vaca Muerta (Schofrin; Ramírez España, 2021; Tamburini-Beliveau *et al.*, 2022) o la alteración de las cuencas hídricas por medio de la construcción de obras de regulación, entre otras.

En este artículo, se considera a la GFC a partir de estos interrogantes. Si bien la cuenca del río Desaguadero fue estudiada desde distintos enfoques (Subsecretaría de Recursos Hídricos de la Nación, 2009; Cazenave, 2012; Dillon; Commerci, 2014; Cazenave, 2015; Barbosa, 2017; D'atri, 2020; Pereyra, 2020; Rojas; Prieto, 2020; Rojas, 2021), aquí se propone avanzar sobre las transformaciones que continúan operando en la cuenca y cómo repercuten en el tramo inferior. Dentro de la GFC adquiere relevancia el Antropoceno como supramarco de estos procesos (Biermann; Kelley; Lave, 2020), al

considerar que “el mundo biofísico que nos rodea es profundamente social” [traducción propia] (Biermann; Kelley; Lave, 2020, p. 8). Si bien este concepto se debate ampliamente en la actualidad desde diversas disciplinas (Trischler, 2017; Briones; Lanata; Monjeau, 2019; Swyngedouw, 2018; Ruiz Gil, 2022), para este trabajo se considera oportuno el de Capitaloceno. Un elemento no menor al hablar de Antropoceno es que considera la agencia humana como una transformadora de los entornos, sin discutir la dicotomía sociedad/naturaleza. En cierta manera se constituye como un término acrítico, pues se diluyen las responsabilidades en forma equitativa, cuando en realidad estas son generadas por sectores de la sociedad (empresas, gobiernos y controladores de conocimientos científicos) actuantes en distintas temporalidades, que crean profundas desigualdades y alteraciones, en muchos casos irreversibles, en los sistemas biofísicos.

El concepto de Capitaloceno, en tanto, enmarca estos procesos como producto de la dinámica del sistema capitalista y sus sucesivas etapas de acumulación, en las cuales va recreando nuevos complejos científico-técnicos que, a su vez, crean y organizan nuevas naturalezas. Al respecto, Moore señala que

las naturalezas históricas son aquellas combinaciones concretas de la parte y el todo en las que determinadas condiciones ‘geológicas, hidrográficas, climáticas y [biogeográficas]’ entran en los ámbitos más íntimos y también más amplios de la historia humana (Moore, 2020, p. 232).

En relación con esto es posible agregar la capacidad del sistema capitalista hegemónico de generar nuevos espacios y condiciones híbridas que se esparcieron por el mundo, como los sistemas de represas, los monocultivos, la manipulación genética y el desarrollo urbano, entre otros.

Aplicado a los estudios hídricos y de circulación del agua, el enfoque de la GFC integra las interacciones sociales con el líquido, por ello se habla de ciclo hidrosocial; cuando el eje estructurante es el agua, aun con la escorrentía interrumpida, se propone el concepto de territorios hidrosociales (Damonte Valencia, 2015; Swyngedouw, 2017; Langhoff, 2022). Estos conceptos instrumentales incorporan el agua como un actor más dentro del

entramado en el acceso y la distribución hídrica. Frente a cuestionamientos sobre la variedad de uso de estos términos (Larsimont; Martín, 2022), en este trabajo estos resultan un instrumento de múltiples aristas que involucran lo material, lo subjetivo, lo económico y lo físico, las cuales los ponen en diálogo con diversas disciplinas. A la vez, crean un puente con el proceso del Capitaloceno que, aplicados al análisis del área de estudio, enriquecen la comprensión de la trama compleja de redes de poder y la creación de espacios híbridos como los oasis y los sistemas de represas cuyanos que definen el deterioro del tramo inferior de la cuenca.

Para entender cómo se transforma el ciclo hidrosocial en la cuenca del Desaguadero, otro concepto que contribuye a esclarecer las intervenciones que se plasman en el territorio hidrosocial es el de misión hidráulica. Esta consiste en la aplicación moderna de conocimiento científico y tecnológico con el fin de adaptar, encauzar y optimizar los cursos fluviales para su aprovechamiento racional. Este término adquiere fuerza con las transformaciones operadas en países como Estados Unidos en la primera mitad del siglo XX (Worster, 1985), España durante el franquismo (Romero Renau, 2013) y Sudáfrica (Meissner; Turton, 2003). Este se asienta sobre tres ejes: el rol del Estado como organizador del espacio físico y de las cuencas hídricas para su explotación tanto desde lo administrativo como desde el estudio y control operativo; el rol de los ingenieros hidráulicos, ingenieros civiles, geólogos y técnicos afines, para llevar adelante los estudios, diseño y construcción de la infraestructura hídrica, y la construcción discursiva en torno a la naturaleza como un ente a dominar y corregir. Dentro de las grandes obras modernas occidentales que se encuadran en la misión hidráulica, se encuentran las represas, los sistemas de canales como el de Panamá y de Suez, y los trasvases y la creación de grandes oasis con sistemas de irrigación extensos.

Lo expuesto hasta este punto conduce a considerar la larga duración como temporalidad que enmarca las transformaciones dentro del análisis geográfico y el histórico (Braudel, 1970), que resulta fortalecido. Si bien el medio geográfico en ocasiones coacciona a las sociedades, actualmente se presenta como prioritario cuestionar hasta qué

punto esto sucede y de qué formas las sociedades introducen, por medio de conocimientos y tecnología, modificaciones que facilitan la ocupación y la explotación de espacios bajo modelos de producción como el capitalista, a la vez que se producen y se mantienen narrativas que habilitan la aplicación de aquellos, como por ejemplo las ideas de progreso, desarrollo y crecimiento.

1. Metodología

El análisis se sustenta en el trabajo con fuentes bibliográficas, producidas a finales del siglo XIX en el marco de la integración por la fuerza de estos territorios al Estado argentino moderno que se estaba conformando, y en el trabajo de campo. Se tomaron los trabajos de Estanislao Zeballos, Manuel Olascoaga y Alfred Ebelot, quienes transitaron este sector. En el caso de Zeballos, este realizó las primeras descripciones sobre el río Curacó, del cual se tenían vagas referencias. Sus relatos son valiosos, pues estuvo asentado en la zona por varios días y recorrió el cauce. Otra fuente valiosa es la mensura de la Colonia Pastoril “Los Puelches” realizada en el año 1900, creada en el complejo lagunar de Urre Lauquen donde el río Chadileuvú cambia su denominación a Curacó. Esa colonia fue la base de la localidad Puelches, cabecera del departamento Curacó. En este documento se ilustra al tramo final activo. Estas fuentes se complementan con relatos y estudios más recientes realizados a finales de los setenta e inicios de los ochenta, cuando el lugar adquirió nuevamente relevancia.

Por último, el trabajo de campo realizado a finales de enero e inicios de febrero de 2023, en pleno verano con temperaturas de entre 35 y 40 grados, permitió experimentar las condiciones de aridez que se encuentran acentuadas por la falta de escorrentía. En dicha ocasión, se recorrieron unos 1350 km dentro del área afectada, a los que se sumaron

las riberas del río Colorado, colector de la cuenca. Allí se realizaron entrevistas a habitantes de las localidades visitadas: Limay Mahuida, La Reforma, Puelches, Gobernador Duval y Casa de Piedra, como así también un registro de flora y fauna.

La información obtenida en el trabajo de campo fue cruzada con los testimonios escritos señalados anteriormente y contribuyó a dar sentido al contraste entre finales de siglo XIX, cuando el curso estaba activo, y la actualidad, donde se plantean alternativas para acceder al agua por parte de un sector de la población afectada. A su vez, el trabajo de relevamiento facilitó el acercamiento a proyectos que conciernen directamente al área de estudio como son la construcción de un acueducto ganadero y la exploración en la zona de salinas en busca de litio. De esta puesta en diálogo entre fuentes y la experiencia en el campo surgen aspectos a considerar en cuanto a las valoraciones y representaciones hídricas asociadas a la idea de progreso de finales de siglo XIX y buena parte del XX, que continúan arraigadas. Estas se manifiestan sucintamente en las soluciones que se proponen y en las actividades que se continúan alentando, como el caso de extracción de minerales estratégicos (Boco; Bulanikian, 2020).

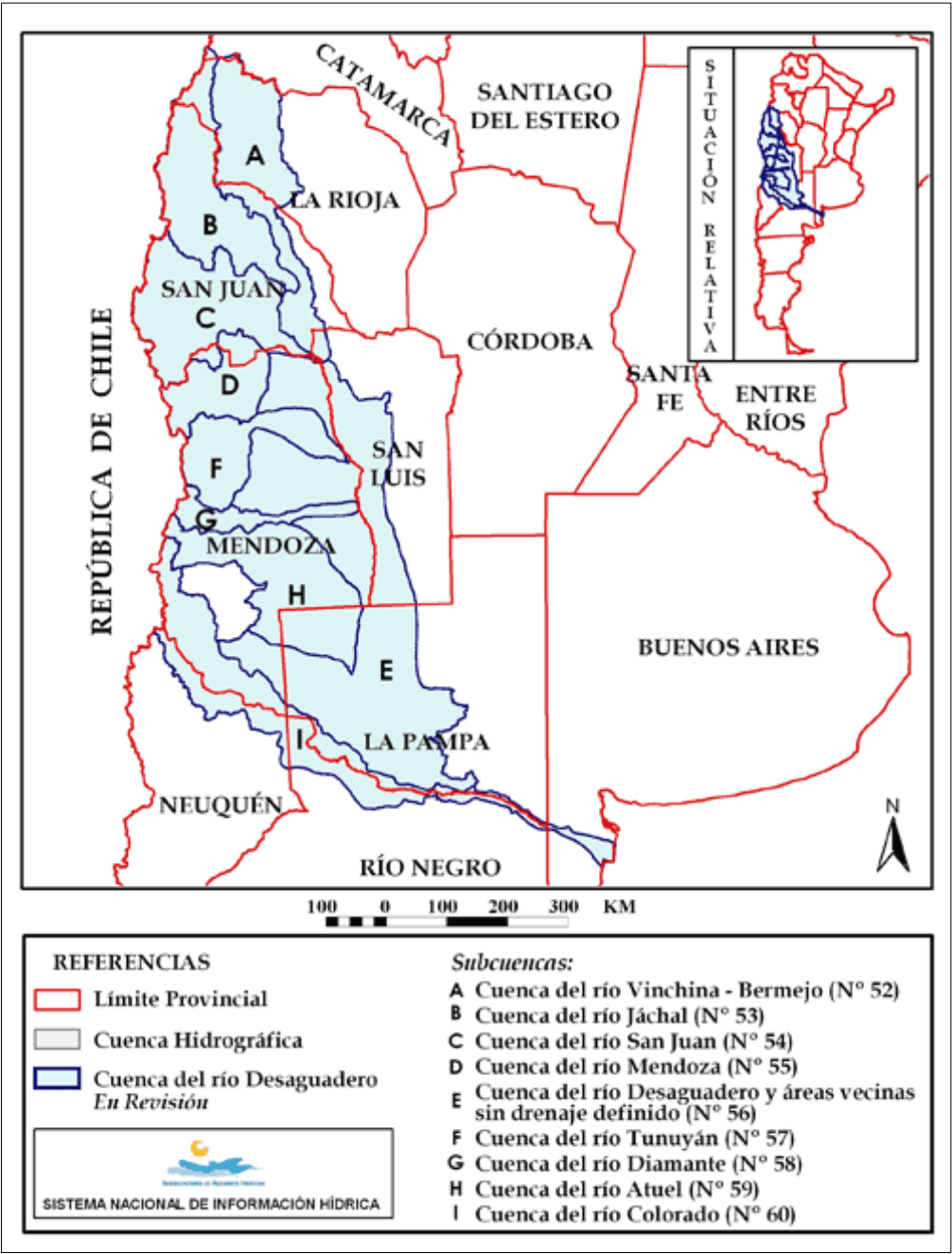
Seguidamente, el trabajo se organiza de la siguiente forma: en el primer apartado, se presentan las características del área de estudio y luego se avanza sobre las descripciones de finales de siglo XIX e inicios del XX, cuando la cuenca era exorreica. Se otorga relevancia a dos proyectos de canalización planteados por entonces, que dan cuenta de las posibilidades que ofrecían los ríos para el comercio, ya que conectaban el interior cuyano con el Atlántico. Posteriormente, se expone cómo el desarrollo de los oasis y la paulatina construcción de obras reguladoras como represas influyeron en la merma hídrica. Se rescatan dos trabajos de inicios de 1980 basados en sendos trabajos de campo, donde se resaltan las condiciones de retracción de la cuenca. Por último, se plantean las dos propuestas de aprovechamiento: una de agua por medio de acueducto para ganadería en la zona, y la otra de extracción de litio en salinas, otrora lagunas con el sistema del Desaguadero activo.

2. Área de estudio

La cuenca del Desaguadero cubre una extensión de 360.000 km² y unos 1000 km a lo largo de los cuales atraviesa las provincias de La Rioja, San Juan, Mendoza, La Pampa (Subsecretaría de Recursos Hídricos de la Nación, 2009). Esta cuenca extensa se puede dividir en dos partes: la primera desde su nacimiento en el cerro Bonete (La Rioja) desde el cual discurre el río Vinchina, luego denominado Bermejo, que desaguan en el complejo lagunar de Guanacache. Estas lagunas reciben también los caudales de los ríos San Juan y Mendoza. La segunda parte comprende el río Desaguadero propiamente dicho, que recibe las aguas de esta fuente palustre y del río Tunuyán. En esta zona, el Desaguadero es el límite interprovincial entre Mendoza y San Luis, donde recibe los aportes del río Diamante y, antiguamente, de la laguna Bebedero, hoy convertida en salina. En La Pampa, ingresa con el nombre de Salado. Allí recibe al Atuel como afluente y pasa a denominarse Chadileuvú (topónimo que indica aguas saladas). En el centro-sur pampeano se conforma otro gran complejo lagunar integrado por las lagunas Urre Lauquen, La Dulce y La Amarga, que desaguan en el río Curacó, que conecta la cuenca con el río Colorado (**Mapa 1**), componente final de la misma.

Esta vasta cuenca es de régimen nival (sus afluentes nacen en la cordillera). Su disposición norte-sureste se debe a que se ubica sobre una extensa falla. Además, discurre por la denominada diagonal árida sudamericana que, en el caso de la Argentina, comprende las zonas “áridas, semiáridas y subhúmedas con períodos secos” (Martínez Carretero, 2013, p. 14). El promedio de precipitaciones es inferior a los 400 mm anuales, estando expuesta a elevada evaporación e infiltración.

Mapa 1 – Localización de la cuenca del Desaguadero.



Fuente: Secretaría de Infraestructura y Política Hídrica.

El caudal histórico se estima que pudo ser alrededor de 200 m³ por segundo (Regazzoli; Mecca, 2013). Según González y Prats, desde el año 2009 el caudal que ingresa a La Pampa se encuentra por debajo del 1 m³ por segundo con un notable aumento de la

salinidad (González; Prats, 2016). Actualmente, la cuenca es de carácter endorreico debido a las diversas intervenciones y demandas hídricas en su curso medio.

3. Cuando el agua fluía

Antes de avanzar es necesario tener presente que históricamente se conformaron territorialidades hidrosociales por las distintas poblaciones y culturas indígenas en distintos sectores de la cuenca. Los más relevantes son los Huarpes en las lagunas de Guanacache-El Rosario y los Ranqueles en la extensión del Salado-Chadileuvú-Curacó. Incluso en el Curacó, la presencia humana data del año 4600 A.P. (Beron, 2013). En el caso de los Huarpes, estos realizaron obras de irrigación que fueron continuadas con los europeos.¹

El conocimiento de este entramado de ríos antiguamente caudalosos se registra desde mediados del siglo XVIII con los escritos del misionero Thomas Faulkner. Sin embargo, a finales de siglo XIX, en el marco de organización del Estado moderno argentino, la exploración y la correspondiente cartografía de la amplia red contribuyó a su conocimiento definitivo. Conocer el territorio que fue despojado a las poblaciones originarias en la denominada *campaña al desierto* fue vital para la futura explotación de los mismos. En ese proceso expansionista y de incorporación de tierras, la Patagonia y, en el norte, el Chaco, se integraron al modelo de país moderno. Estos se subdividieron en territorios nacionales que no contaban con la autonomía de las provincias, por lo que dependían del ejecutivo nacional. Este es el caso del Territorio Nacional de La Pampa, donde se ubica el área en cuestión. La incorporación de estas tierras dentro del engranaje mayor del modelo agro exportador fue clave y de allí parte la necesidad de su relevamiento y descripción minuciosa.

¹ El tratamiento de este punto requeriría mayor desarrollo y excedería el objetivo de este trabajo y la extensión prevista para este artículo.

Es así que científicos y exploradores al servicio de la autoridad nacional atravesaron la cuenca y aportaron información y valoraciones sobre sus potenciales usos, como el caso del geógrafo y médico francés Martin de Moussy, encomendado por Urquiza para estudiar el interior del país (1855-1858). En su *Descripción Geográfica de la Confederación Argentina*, escribió “no será de ningún modo imposible un día cuando la población haya decuplado, canalizar estas corrientes de agua” (citado por Floro Costa, 1897, p. 28). Pero aún no estaba completo el relevamiento de los terrenos por los que circulaban esas aguas abundantes. Esta tarea la realizó Estanislao Zeballos, como integrante científico de una de las líneas militares que avanzaron desde Buenos Aires hacia el río Negro. En su descripción de estos terrenos, expresa:

Todo este caudal de aguas, encajonado a veces entre altas murallas, y que según el fraile Aldao en 1833, es navegable por fragatas en ciertos períodos del año, refluye con el nombre de Chadi-leuvu, que otros llaman Chalileo por abreviatura, a la vasta depresión a que antes hemos hecho alusión, situada en el centro del famoso país del diablo.

Allí se derrama entre los bajos que limitan las cadenas de médanos, formando en las épocas de crecientes aquella misteriosa e inexplorada laguna llamada Urre-Lauquen, y constituyendo profundos pantanos o guadales en las épocas de bajante de las aguas [...] aquel lago desagua al sur, siguiendo los pliegues del terreno, en el río Colorado, del cual lo separan diez o doce leguas (Zeballos, 1958, p. 201).

El contacto previo de Zeballos estuvo mediado por leyendas e impresiones transmitidas por quienes le antecedieron en su paso por estas tierras. La presencia de agua en forma constante permitió el almacenamiento en la laguna de Urre Lauquen, cercana a la formación serrana de Lihue Calel (sierra de la vida), donde también se formaron cursos temporarios. Precisamente aquí una de las leyendas afirmaba que, aproximadamente en el siglo XVI, exploradores europeos provenientes desde la zona del Pacífico ingresaron siguiendo el río y, desorientados, se asentaron allí. Como resultado, se creó una población mítica conocida como Los Árboles, de la cual no hay registros más allá de la leyenda. Esta historia se alimentaba, en parte, por la presencia de árboles frutales (vegetación exótica) y por la posibilidad de que esa población temporaria

correspondiera a Villagra, enviado por Valdivia desde Chile para invadir el *cuyum mapu* o país de las arenas, relato que Zeballos encontraba fiable. Lo cierto es que nunca se encontraron elementos que den cuenta de esa población, pero sí se destaca la vitalidad que otorgaba la zona lagunar en el medio semiárido.

En una expedición posterior, durante el verano de 1878, Zeballos llegó, gracias al baqueano indígena Pancho Francisco, a la desembocadura del Chadileuvú en Urre Lauquen:

No era siquiera un río, y sus barrancas de dos metros de elevación, coronadas de arbustos y de matorral macilento y sus aguas claras con medio metro de profundidad, cortadas aquí y allá por saltos y restingas de piedra, [...] hace un año, cuando algunos de los soldados de mi escolta lo vadearon persiguiendo a los indios, estuvieron a punto de perecer ahogados; pero eso acontecía precisamente en la estación en que el río recibe el inmenso caudal de aguas... (Zeballos, 1881, p. 295).

El hidrotopónimo Urre Lauquen ranquelino se traduce como *lago de las brumas*, debido a la alta evaporación de la que era objeto. De este evento dio cuenta el científico expedicionario “una nube, blanca, tenue, inmensa flotaba en su próxima atmósfera desprendiéndose de las aguas” (Zeballos, 1881, p. 267). En su búsqueda del desagüe al Colorado, se internaron al sur de dicha laguna y hallaron el cauce del Curacó, entonces seco:

Este río no tiene agua actualmente en todo su curso. Hay trechos muy estensos (sic), a veces de leguas, en que está enjuto, bien que aún húmedo. La evaporación es inmensa, el río Colorado absorbe con prodigiosa avidez el tributo que este canal le paga. Así, cuando el volumen del aluvión disminuye, las partes playas y los bancos quedan en seco y las aguas salobres y repugnantes se pudren inmóviles encajonadas en las secciones hondas (Zeballos, 1881, p. 304).

La exploración realizada en verano y sin fuentes de agua disponibles puso en contacto a este grupo comandado por el científico con el territorio llamado Huecuvu Mapu, *país del diablo*, el cual se encontraba al norte del Colorado y oeste de Bahía Blanca.

Otro científico, Alfred Ebelot, al servicio del gobierno a mediados de 1870, también recorrió la zona e intentó unir la costa del río Colorado con la isla de Choele Choel, en el río Negro hacia el sur, por lo que también exploró la laguna de Urre Lauquen:

El río salado [...] no se pierde en el mar en miniatura que el Urre-Lauquen; resurge por el otro extremo, forma un segundo lago, lo sobrepasa también, con el nombre de Curacó, para arrojar en el Colorado, y se abre resueltamente un pasaje a través de las calizas que se esparcen en rayos alrededor de Choique Mahuida (Ebelot, 1968, p. 213).

Es muy posible que el segundo lago que menciona sea la laguna La Amarga. Los relatos de esta época destacan las dimensiones de Urre Lauquen, pero no hacen alusión a La Dulce y La Amarga.

En el caso de Manuel Olascoaga, antes de descubrirse el Curacó, consideró a esta gran laguna como un

lago mata ríos; que recibe una gran cantidad de agua dulce para devolver un poco de salmuera [...] cinco o seis leguas de canal recto entre el Chadi-leuvu y el Colorado disecarán ese gran lago inútil y deletéreo que amenaza llenar la pampa de salitres (Olascoaga, 1974, p. 215-216).

No obstante, las condiciones variaban fuera de la estación estival sobre todo en invierno, tal como anotó Camilo Herrera el 8 de junio de 1879:

traté de reconocer el paso del Chadi-Leuvu, con intención de pasarlo y costearlo por su derecha, repasándolo en el paso preciso que hay cerca del lago Urre Lauquen, pero al momento volvieron los baqueanos y me dijeron que estaba el río tan crecido que no habían podido llegar a él porque se lo habían impedido los desbordes de éste (Olascoaga, 1974, p. 297).

Estos testimonios exponen un entorno hídrico activo con notables variaciones estacionales, pero también un área de relevancia para los pueblos indígenas que conocían detalladamente la disposición de los ríos y las lagunas. De hecho, gran parte de las referencias que tienen estos científicos y militares se basan en referencias indígenas que, si bien no eran precisas, daban a entender la comunicación de la cuenca con el mar.

4. Un canal navegable en la Pampa

Una vez finalizado el proceso de desplazamiento forzado de los pueblos indígenas que vivían en estos territorios, surgieron algunos proyectos que proponían posibles usos para los caudalosos ríos y también para la ocupación de las tierras. Además, era una prioridad incorporar al país como productor de materias primas para exportación en la división internacional del trabajo que se organizó bajo el imperialismo. En este apartado nos centraremos en dos propuestas para la construcción de un canal que conectara la zona de Cuyo –básicamente, las provincias de San Juan y Mendoza– con el río Colorado y a su vez con el Atlántico, para transportar su producción. A finales de la centuria se estaban especializando las economías regionales. En el caso cuyano había una orientación hacia la vitivinicultura, principalmente. Estos proyectos se inscriben dentro del ideario de la misión hidráulica, tanto por las representaciones que contienen sobre cómo aprovechar al máximo el potencial del río como por la construcción en sí de una obra de ingeniería en el medio de país.

Si bien a lo largo del siglo XIX se habían visto las posibilidades que brindaba la cuenca del Desaguadero para la navegación, Olascoaga planteó la posibilidad de construir un canal como alternativa al ferrocarril para incentivar el poblamiento de estos territorios marginales en la zona fértil pampeana y porque, según sus observaciones, las aguas dentro del territorio de La Pampa comenzaban a perderse. Su plan consistía en la construcción de la vía navegable por tramos: desde las lagunas de Guanacache (que él reconoce como pantanos) hasta La Paz en Mendoza, y de allí al río Diamante; y un tercer tramo hacia el río Atuel y la unión de este con el río Colorado. Para Olascoaga, su construcción y administración debía estar a cargo del gobierno para evitar la especulación y facilitar el transporte tanto del pobre agricultor como de los grandes comerciantes.

Como se aprecia, Olascoaga considera a los cuerpos de agua en los que aflúan estos ríos como focos infectos y lugar donde se *desperdiciaba*, por lo que la solución indicada era sanearlos por medio de canales. Esto lo propuso tanto para el lago Bebedero en San

Luis como para el caso de Llanquihue en Mendoza (cuenca endorreica) (Olascoaga, 1935). Este proyecto, que en su momento planteó el autor por carta a Bartolomé Mitre, nunca se llevó adelante.

Durante la segunda mitad del siglo XIX, en el país tenían preeminencia los capitales ingleses que apostaban por la inversión en infraestructura ferroportuaria. El otro proyecto de canal que proponía zanjar la aridez e incomunicación cuyana con el este correspondió a Ángel Floro Costa, un político y empresario uruguayo que tuvo intereses concretos en su construcción, con el auxilio de capitales londinenses. En su extensa presentación del proyecto expuso lo siguiente

Prima compensatoria a los capitales ingleses mil y quinientas leguas de tierras feraces –sobre las que poder fundar un vasto imperio colonial, flanqueado por ríos caudalosos y navegables– rectificadas y canalizadas por el arte hidráulico (Floro Costa, 1897, p. 11-12).

Con la canalización no solo se buscó impulsar el transporte fluvial como competencia ferroviaria, sino que también aquí se pretendieron tierras y su irrigación para incentivar el asentamiento. El agua contribuiría, de esta forma, a la puesta en valor de las tierras secas.

Su proyecto consistía en la unión de la naciente villa de San Rafael, en las riberas del río Diamante y Atuel, en el sur de Mendoza, con el río Colorado y desde allí hasta el puerto que se construiría en la bahía de Brightman, en el sur de la provincia de Buenos Aires, donde entonces solo existía un muelle que utilizaba Pedro Luro. En el proyecto de ley que se presentó ante la Cámara de Diputados del Congreso Nacional, se especificó en el artículo primero:

El derecho de unir por medio de obras de canalización artificial los ríos Atuel, Chadi-Leuvu y Colorado, desde el codo que forma el Atuel frente a la ciudad de San Rafael (provincia de Mendoza) conocido por el Paso de los Chañares hasta el Océano Atlántico, suprimiendo las soluciones de continuidad que hoy cortan el dilatado curso de esas arterias fluviales, de manera que formen un solo canal o vía fluvial hasta el Océano (Floro Costa, 1897, p. 33).

Al igual que Olascoaga, para Floro Costa, la naturaleza que se manifiesta en el serpenteante curso del río debía ser corregida tal como afirma en algunos párrafos de su escrito. Esta representación de la naturaleza como una entidad externa al hombre que amerita ser intervenida para sacarle el mayor provecho, y en el caso del agua para encauzarla, es producto de la racionalidad moderna. Esta se expresa por medio de este tipo de proyectos, el conocimiento científico y las decisiones políticas en los territorios, lo que generó alteraciones en sus componentes físicos que aún perduran.

En este orden de ideas, desde mediados de siglo XIX se acrecentaron los estudios sobre la cuenca inferior del Desaguadero, los cuales registraron no solo el sistema hídrico, sino también la disponibilidad de otros recursos naturales como minerales, tierras y vegetación. En cierta manera, los trabajos de estos científicos-exploradores y militares marcaron territorios para la obtención de esos recursos una vez consolidado el Estado nacional. Un exponente de ese proyecto es la obra de Olascoaga titulada *Topografía andina* y su descripción de la zona norte del Neuquén y sur de Mendoza (Olascoaga, 1935).

305

Ambos proyectos no prosperaron y los motivos no están claros. No obstante, es necesario considerar que para la época existían muchos intereses que competían por aprovechar los recursos que ofrecían los nuevos territorios, por lo que la interferencia de múltiples actores a nivel político y económico de alguna manera pudieron relegar estas propuestas.

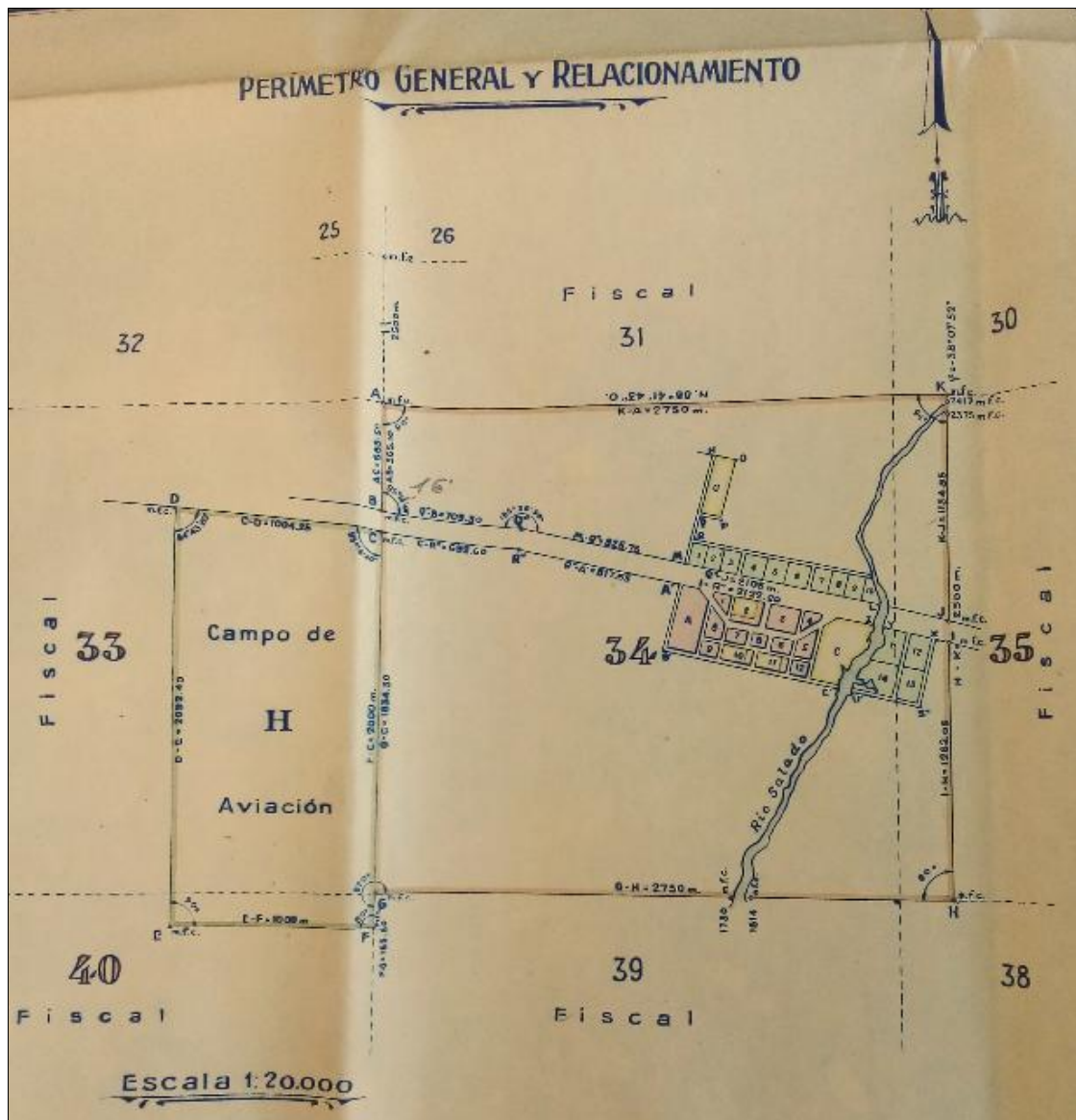
5. La Colonia Pastoril “Los Puelches”

En el primer año del siglo XX, se comenzó con la mensura y entrega de lotes en la futura Colonia Pastoril “Los Puelches”, situada a orillas del río Chadileuvú y rodeada por las lagunas Urre Lauquen, La Dulce y La Amarga, con una extensión de 27.500 ha. Las primeras entregas provisionarias de tierras se efectuaron a diecinueve de los integrantes de

la tribu del cacique Francisco Ñankufil Calderón. Esta acción forma parte de la fundación de poblaciones en las tierras que veinte años antes estaban en manos de los pueblos indígenas. Para ello, se creó un organismo encargado de la tarea de mensuras y entregas de parcelas, la Dirección de Tierras y Colonias, que operaba en los territorios nacionales creados en 1884 (Almirón, 2020). El encargado de la mensura fue el ingeniero civil Lázaro R. Molinari, quien dejó un importante testimonio en su trabajo de agrimensura al detallar las condiciones de aumento de las aguas del río durante el invierno de 1900.

Al respecto, en reiteradas oportunidades menciona la labor de mensura al borde de los *bañados del Salado* cubiertos por agua. Vale aclarar que aún se producía una confusión con las denominaciones del río que interconectaba las lagunas, que es el Chadileuvú. Al final de su trabajo, Molinari aclara que una parte quedó sin amojonar por la profundidad del agua en algunos sectores, pero destaca que estas inundaciones son temporarias según lo comentado por lugareños, quienes resaltaban el hecho de que, al descender las aguas, la tierra se fertilizaba y se desarrollaban buenas pasturas.

Cuarenta años después se deslindó un polígono de 892 ha para la delineación de la planta urbana del pueblo Puelches, tal como se lo conoce hoy. Fue fundado por decreto el 3 de mayo de 1948 durante el gobierno de Juan D. Perón. En el plano que acompaña la mensura se indica al río con agua junto a la población (**Imagen 1**).

Imagen 1 – Plano del A. Santinelli, planta urbana Puelches a orillas del río (1948).

Fuente: Dirección de Catastro La Pampa.

Para entonces, esta zona se encontraba poblada y con actividad ganadera extensiva. En la década de 1940 comenzó a desarrollarse otra actividad: la pesca comercial en el complejo Urre Lauquen. La especie valiosa era la del pejerrey, que llegó a venderse en Santa Rosa y Buenos Aires como *pejerrey del Curacó*. El Ministerio de Agricultura (La Pampa aún era territorio nacional) concedió permisos de pesca para las lagunas La Dulce y La Amarga (Guerin, 1987). Por entonces La Dulce era la que más convocaba a la actividad

ictícola, ya que tenía un caudal abundante con una profundidad de entre tres y cuatro metros.

Sin embargo, para 1948 se patentizó el avance de la salinización por disminución de caudales, lo que afectó la riqueza ictícola. En una resolución del año 1948 del Ministerio de Agricultura y Ganadería, para el levantamiento de la veda reglamentaria de pesca, se expuso que “el caudal de las referidas lagunas, supeditado al aporte del río Salado, ha sufrido considerable merma a consecuencia de no haberse registrado su afluencia en los últimos años” (Guerin, 1987, p. 57). A partir de estos años comenzó el declive y desecamiento del tramo inferior del Desaguadero. Veremos por qué sucedió esto.

6. Misión hidráulica: oasis y energía hidroeléctrica

Las intervenciones que se comenzaron a gestar y territorializar en las subcuencas tributarias del Desaguadero en el siglo XIX y XX se inscriben dentro de la denominada misión hidráulica y generaron una alteración drástica en las condiciones de la cuenca. Las más importantes se produjeron dentro de Mendoza con la sanción de un andamiaje legal-administrativo a partir de la ley de aguas de 1884, la cual creó el Departamento General de Irrigación (DGI) (Ortega; Farreras, 2022), que tiene desde entonces una vital trascendencia en materia hídrica. Las planificaciones y los estudios para la construcción de represas se remontan a los primeros años del siglo XX, como en el caso de El Nihuil sobre el río Atuel (Langhoff, 2022). En esta materia se destaca el ingeniero italiano César Cipolletti con sus intervenciones por medio de construcción de diques en el río Mendoza y la consecuente ampliación del área irrigada. Otro referente fue Galileo Vitali, quien planificó gran parte de los canales y obras de los ríos Diamante y Atuel.

A mediados del siglo pasado, comenzaron las construcciones de complejos de represas como El Nihuil sobre el curso del Atuel, en 1947. La última de estas presas fue concluida en 1975 (**Cuadro 1**). Esta acabó interrumpiendo el río, que ya no ingresó a La Pampa

por un par de décadas. En el siguiente cuadro se muestran las represas y diques derivadores construidos en las provincias cuyanas.

Cuadro 1 – Represas localizadas en la cuenca del Desaguadero.

Subcuenca	Embalse	Diques derivadores	Provincia	Usos
Río San Juan	Ullum Los Caracoles Punta Negra El Tambolar (proyectada)		San Juan	Regadío, electricidad, turismo.
Río Jachal	Cuesta del Viento		San Juan	Hidroeléctrica.
Río Mendoza	Potrerillos	Las Compuertas Gustavo André Cipolletti	Mendoza	Riego, electricidad.
Río Tunuyán	El Carrizal	Valle de Uco Tiburcio Benegas	Mendoza	Riego.
Río Diamante	Agua del Toro Los Reyunos El Tigre	Galileo Vitali Las Tunas Vidalino	Mendoza	Riego, hidroeléctrica, turismo.
Río Atuel	El Nihuil I, II, III y IV	Rincón del Indio	Mendoza	Riego, hidroeléctrica, turismo.

Fuente: elaborado con base en “El agua en Mendoza” (2021) y Poblete; Hryciv (2017).

Las represas como generadoras de energía supusieron una tecnología segura para el abastecimiento de los centros urbanos y cubrir la demanda de la industria interna en un período de entreguerras y crisis económica internacional. Luego su auge continuó bajo el modelo desarrollista con la construcción de complejos hidroeléctricos en el norte patagónico. En la actualidad, ante el avance de alternativas como la energía eólica y solar, esta tecnología es discutida a nivel mundial por los efectos negativos que tiene sobre los entornos socioambientales. Sin embargo, en territorio mendocino se planifica la construcción de la represa El Baqueano, sobre el río Diamante, y en San Juan, El Tambolar, sobre el río homónimo.

La creación de oasis es otro elemento que influyó en la dinámica de la cuenca. Estos constituyen el eje donde se desarrolló el fuerte de la economía mendocina asociada con la vitivinicultura y la fruticultura, que se alimentó con las aguas de los ríos Mendoza, Tunuyán, Diamante y Atuel (Escolar; Martín; Rojas; Saldi; Wagner, 2012). En la provincia se

crearon en total tres oasis que concentran la mayor parte de la población. Considerando las condiciones semiáridas, estos espacios híbridos logrados en relación con la creación de una intrincada red de canales, diques y con obras reguladoras como los embalses, crearon en el imaginario cuyano una oda a la lucha contra el desierto y conformaron una de las territorialidades hidrosociales más visibles. En 1910, en una nota, el Dr. Leopoldo Suárez afirmaba que había en Mendoza unas 200.000 ha bajo riego (Izuel, 2012). Esta cifra aumentó durante el siglo XX hasta inicios del siglo XXI y alcanzó las 267.889 ha. En tanto, para el caso del oasis sanjuanino, la cifra equivale a 79.516 ha (Chambouleyron; Morabito, 2005) y, en la actualidad, se registran 360.000 ha en Mendoza (Ministerio de Economía y Energía, 2023).

El aumento de los usos consuntivos del agua comenzó a afectar a las lagunas de Guanacache y El Rosario en la década del treinta, que se retrajeron. Esta situación fue estudiada por Carlos Rusconi, quien expuso el proceso de despoblamiento que se estaba dando en dicho espacio lacustre, además de alertar sobre las consecuencias sobre la posible disminución de acumulación de nieve en la cordillera combinada con el incremento del uso de las aguas en irrigación (Rusconi, 1948).

Una problemática acuciante es la salinización, la cual se intentó resolver mediante obras que responden a este esquema. En el año 1985, las provincias ribereñas del río Colorado intimaron a La Pampa a que construyera de una barrera en el río Curacó para evitar la salinización y perjudicar la calidad del agua del Colorado y sus áreas de regadío. Esta obra hidráulica se localiza al sur de Puelches. Se la denomina *tapón de Alonso* y fue muy cuestionada por los lugareños, que se vieron directamente afectados. Asimismo, por iniciativa de la provincia de San Luis, se construyeron dos azudes sobre el río Desaguadero en el año 2014 para generar lagunas artificiales, pero el resultado no fue el esperado debido al aumento de la salinidad de las aguas (D'ambrosio et al., 2023). No obstante, estas soluciones continúan dentro del imaginario hidráulico, aún arraigado en los estamentos políticos y algunos sectores sociales.

7. Una parte de la cuenca olvidada

En la segunda mitad del siglo XX, la escorrentía de la cuenca disminuyó. Como consecuencia, algunos de sus afluentes, como el río Atuel, se encontraban secos por las intervenciones mencionadas anteriormente. A finales de la década de los setenta e inicios de los ochenta se produjo un aumento de las precipitaciones en la cordillera que activó el tramo final de la cuenca. Por entonces, la zona relegada del suroeste pampeano fue visitada por el periodista Aníbal Ford, quien describió las consecuencias a nivel social y ambiental por la falta de agua. En 1979 realizó una navegación por el Chadileuvú desde el paralelo 36° hasta la localidad ribereña de La Reforma, donde comprobó el retroceso poblacional y la pobreza en que se encontraban quienes aún vivían en sus orillas (Ford, 1983).

Ese mismo año, en invierno, el geógrafo Horacio Difrieri recorrió la zona palustre de Urre Lauquen y el río Curacó con un caudal abundante (Difrieri, 1980). La situación varió cuando volvió a recorrerlo en verano de 1980; allí las aguas eran menos copiosas. No obstante, de su registro en el terreno comprobó que esta fue la crecida más importante desde la década del cuarenta, según datos de los pobladores rurales. Por otro lado, destacó que el Curacó es un río alóctono que comunica la cuenca con el río Colorado, por lo que las modificaciones de cauces, aumentos en la demanda hídrica o variaciones en las precipitaciones aguas arriba afecta indefectiblemente este sector. En su estudio, considera que el Curacó es un río que, en las grandes avenidas de agua, tuvo un potencial erosivo elevado, lo cual registró en sus márgenes y, desde su análisis, originó la formación de la laguna La Amarga, de mayores dimensiones que Urre Lauquen. Asimismo, sobre esta última sugirió que es posible que actuara como reguladora del tramo final para que se active el Curacó cuando desbordaba (Difrieri, 1980).

8. Siglo XXI, los cauces secos

En los últimos veinte años, el cauce del Chadileuvú-Curacó se redujo a agua estancada fruto de lluvias o restos de las ocasiones en que llegó hasta la zona palustre de Puelches. En el trabajo de campo efectuado en 2023 (**Mapa 2**), los habitantes ribereños en Limay Mahuida recuerdan que en el año 2003 se acumuló agua en un recodo del río conocido localmente como Laguna Galván. En el caso de las lagunas de Puelches, La Dulce contuvo agua por un espacio de quince días en 2017. Las referencias a los momentos en que el río y las lagunas tuvieron agua son bastante dispares.

Mapa 2 – Travesía hídrica 2023, en verde los lugares visitados.



Fuente: adaptado de <https://mapoteca.educ.ar/.files/index.html.1.20.html>

Sin embargo, en las riberas y sectores del cauce seco se desarrolla vegetación halófila como jumes (*Allenrolfea vaginata*), vidrieras (*Suaeda divaricata*) y especies adaptadas a condiciones semiáridas como jarillas (*Larrea divaricata*), palo azul (*Cyclolepis genistoide*) y exóticas como del género *Tamarix*. En algunas partes como en la orilla de La Amarga, conforman fachinales (bosque bajo espeso), donde abundan especies espinosas como el alpataco y la jarilla. En la zona de Limay Mahuida hay mayor presencia de caldén (*Prosopis caldenia*) (**Fotografía 1**), especie leguminosa que brinda forraje al ganado. Esta vegetación es el refugio de especies animales como gato montés (*Leopardus geoffroyi*), zorro colorado (*Lycalopex culpaeus*), lagarto colorado (*Salvator rufescens*), pumas (*Puma concolor*) y jabalí (exótica) (*Sus scrofa*), y de aves como el gallito copetón (*Rhinocrypta lanceolata*), lechuza de campanario (*Tyto alba*) y el ñandú (*Rhea americana*). Todas estas especies fueron observadas en el recorrido. La vida animal se multiplica, según los testimonios, con la circulación del agua, ya que los bañados y lagunas actúan como humedales y brindan alimento a otras especies como flamencos y garzas. Esta riqueza florística y faunística también fue descrita en el siglo XIX.

La falta del curso permanente hace que se eleve la salinidad de los suelos y del agua subterránea, con lo cual se plantea un problema vital que se agudiza en los períodos de sequía (Dillon; Comerci; García, 2011). Ello afecta la vida de los pocos habitantes de estas localidades, sus espacios rurales y su producción ganadera extensiva vacuna y, en algunos casos, caprina. Las posibilidades para recolectar agua de lluvia también son limitadas por las escasas precipitaciones. Ante esta situación, el gobierno provincial dispuso hace unos años la entrega de agua por medio de camiones a los puestos rurales (Imagen 4), para consumo humano y ganadero, pero los costos son elevados y no siempre accesibles. Para el momento en que se transitaban las riberas del Chadileuvú, el costo de un acarreo de agua era de \$7000.

Fotografía 1 – Acarreo de agua, puesto La Cautiva,
Limay Mahuida, L.P.



Fuente: archivo personal (2023).

Ante la carencia hídrica, un ex intendente e integrante de una organización no gubernamental pampeana elaboró un proyecto para la construcción de un acueducto ganadero con el fin de evitar que la población residente abandone estos lugares. Este consistió en traer agua desde dos lugares distantes: la zona de Puelen (extremo sur oeste de La Pampa), donde existen manantiales para uso ganadero; y del acuífero del Meauco, situado al noreste del río, para consumo humano. El propósito es abastecer a las localidades oesteñas ribereñas de Puelches, La Reforma, Limay Mahuida y Chacharramendi (esta es la única extra-cuenca).

Hace 45 años se construyó un acueducto, que cubre en total unas 600.000 ha, desde Puelen hasta Chacharramendi, para brindar agua a las localidades de Puelches, La Reforma y Chacharramendi. Esta obra se hizo durante la construcción de la ruta nacional

152, pero tiene falencias, pues posee una conductividad de 3000 mmhos/cm, además del material de construcción utilizado, que contiene asbesto.

En el relato de los ribereños asentados junto al cauce seco queda la añoranza por el agua, cuya circulación activaba la biocenosis con la presencia de especies como pejerreyes, variedad de aves como flamencos y nutrias, y brindaba posibilidades de actividades como la pesca y la recreación. En Limay Mahuida, uno de los entrevistados recordaba que en la laguna Galván “Volvía la crecida y volvía a llenarse de peces, había una pesca muy importante [...] inclusive se hacía esquí acuático, en lanchas, asique [...]”² En las épocas en que tuvo agua, llegaban visitantes de lugares como General Acha, Santa Rosa e, incluso, el sur de Mendoza. Un funcionario de la comuna de la misma localidad afirma que con la falta del río

varió todo rotundamente acá [...] con pequeña corriente en el río Salado, en el año 2000-2002, ya ahí empezaron los cortes y hasta el día de hoy que nada... ya es un cauce seco [los campos] se han ido deshabitando lo que es la parte de la costa del Salado, digamos por la ruta 143, volviendo para Paso de los Algarrobos, eran campos que estaban habitados e incluso se dedicaban a la ganadería, había una estancia turística que se dedicaba a la pesca y todo eso se fue terminando. Y la gente también, las aguas se empezaron a poner malas y los campos quedaron deshabitados.³

315

En el caso de esta localidad, que hoy cuenta con 120 habitantes, la recuperación del río significa una posibilidad de turismo local vinculado a la pesca del pejerrey. La construcción de un nuevo acueducto es planteada como

[...] viable y de suma necesidad, porque nosotros... de hecho abastece-
mos campos que todavía subsisten, vamos a decirlo así, con pequeña can-
tidad de animales, y los estamos abasteciendo muchas veces de agua con
el acueducto que llega al pueblo, con el agua que es para la localidad [...] y bueno, tomamos agua desde acá de la toma para por ahí llevarle a algu-
nos productores que tienen animales.⁴

² Entrevista a poblador de Limay Mahuida caminando por el lecho de laguna Galván (31 de enero de 2023).

³ Entrevista en la Comisión de Fomento de Limay Mahuida (31 de enero de 2023).

⁴ Entrevista en la Comisión de Fomento de Limay Mahuida (31 de enero de 2023).

Si no existiera el viejo acueducto, los campos situados sobre la ruta no tendrían agua, ni este pueblo podría subsistir: “cuando yo comencé a venir acá me acuerdo que tenían un tanque, una cisterna de 8.000 litros montada sobre un camión y viajaban a La Reforma a buscar el agua”.⁵

Un nuevo acueducto es una alternativa valiosa para mitigar la escasez de agua para el consumo humano y la producción, pero no alteraría la desecación producida. Esta realidad debe ser abordada a nivel de la cuenca por medio de los múltiples actores que hacen uso de ella como los gobiernos provinciales, los regantes, las concesionarias de las represas y las asambleas socioambientales que integran a las poblaciones y comunidades afectadas. En los últimos 30 años, bajo el influjo de políticas neoliberales que aún subyacen y se potencian con nuevos gobiernos de derecha, se expandieron los proyectos megami-neros en San Juan y en Mendoza. En el caso de esta última, están frenados por la ley provincial n° 7.722 *defensora del agua*, que no autoriza el uso de productos químicos como el cianuro, ampliamente utilizado en la minería de estas características. Los proyectos la-
tentes se localizan en las nacientes de arroyos y ríos que son afluentes del Desaguadero, por ejemplo, dentro de la subcuenca del río Atuel se encuentran el proyecto Hierro Indio y Cerro Amarillo (cobre, oro y molibdeno), que abarca, también, las nacientes del río Grande, uno de los que forma el río Colorado.

Otro elemento importante a tener presente en la avanzada extractivista dentro de la cuenca son los aspectos físicos como la superposición de subcuencas hídricas con las cuencas sedimentarias Cuyana (ríos Mendoza, Tunuyan, Diamante y Atuel) y Neuquina (río Atuel) (**Mapa 3**), donde se localiza la formación de hidrocarburos no convencionales Vaca Muerta. La actividad hidrocarburífera es altamente contaminante del suelo, del agua y del aire y, en el caso de la fractura hidráulica aplicada para extracción de no convencio-
nales, consume elevadas cantidades de agua dulce proveniente en su mayoría de los ríos

⁵ Entrevista en la Comisión de Fomento de Limay Mahuida (31 de enero de 2023).

cercanos (United States House of Representatives Committee on Energy and Commerce, 2011; Langhoff, 2022; Salomone, 2020).

Mapa 3 – Cuenas sedimentarias de la Argentina.



Fuente: <https://universodehidrocarburos.blogspot.com/2017/02/cuenas-petroliferas-de-argentina.html>

Al plantear un abordaje integral de la cuenca del Desaguadero, es sustancial comprender las interrelaciones que se dan socialmente por medio de políticas que fomentan la explotación y la extracción de recursos estratégicos contenidos en las cuencas sedimentarias y en la cordillera. En este caso, contribuyen a acrecentar las desarticulaciones de las territorialidades hidrosociales elaboradas en los últimos siglos y se profundizan los conflictos que jalonan la cuenca (Langhoff; Rosell; Geraldi, 2021).

9. Litio en La Pampa, una posibilidad riesgosa

El auge por recursos naturales estratégicos también se está produciendo en La Pampa. Dentro del tramo final de la cuenca del Desaguadero, se registraron anomalías asociadas a presencia de litio en un estudio llevado adelante en el año 2017 (Pires, 2017). La existencia de este mineral se rastreó en la laguna La Amarga (**Mapa 4**), actualmente convertida en salar y en la salina San Máximo, en cercanías del río Curacó.

Mapa 4 – Localización de laguna La Amarga y complejo palustre.

Fuente: adaptado con base en IGN (2023).

Las anomalías de litio se encuentran dentro de la denominada *faja magmática* que se superpone en gran parte con la cuenca. Esta faja contiene varias salinas, algunas de gran extensión, que dan cuenta de la actividad hídrica en tiempos pretéritos. En el corriente año se hicieron más estudios con el objeto de corroborar si las cantidades de litio son explotables, realizados el gobierno pampeano por medio de la empresa estatal

de energía Pampetrol y junto a una consultora mendocina PyC. Los resultados aún no han sido confirmados.

No obstante, la búsqueda de litio en esta zona plantea una contradicción clave para La Pampa, que cimentó su identidad pampeana en la lucha por los recursos hídricos, especialmente por el Atuel durante su etapa como territorio nacional y a partir de 1951 como provincia. La explotación de este mineral requiere de abundantes cantidades de agua en su proceso extractivo, situación que está ocasionando la pérdida de humedales en la puna e impacta en las poblaciones asentadas allí (Díaz, 2020; Fornillo, 2019; Enriquez, 2019; Slipak; Kazzimieski, 2019). Esto conduce al interrogante sobre la fuente de agua que se utilizaría en esta zona en caso de darse las condiciones para la explotación de litio.

Consideraciones finales

320

La utilización del enfoque de la GFC permite profundizar el conocimiento sobre las transformaciones que sufrió el tramo inferior de la cuenca del Desaguadero a lo largo de 140 años por medio de la adopción de una temporalidad larga. Para ello es necesario comprender los procesos de organización territorial y estatal de finales de siglo XIX que la comprometieron, y la valoración del agua. Además, es necesario analizar las representaciones de los ríos dentro del sistema económico, que fue considerado por un sector de los actores políticos como vías navegables para comunicación y comercio.

Las nuevas configuraciones territoriales como el desarrollo de oasis bajo riego y el aprovechamiento energético de las subcuencas crearon nuevas territorialidades hidrosociales y alteraron el ciclo hidrosocial bajo el paradigma hidráulico. Esta intervención intensiva con usos consuntivos del agua en la cuenca media afectó decisivamente los caudales del Desaguadero-Salado-Chadileuvú-Curacó, convirtió a la cuenca en endorreica y generó conflictos aún irresueltos. Esto, a su vez, acrecentó el problema de la salinidad, que se intentó resolver con nuevas obras hidráulicas y con resultados negativos. Esta situación

se agrava en la actualidad con el avance de actividades extractivistas en la zona cordillera como la minería a gran escala y en Mendoza con el impulso al *fracking* para extracción de hidrocarburos no convencionales.

La evaluación de la situación actual del área de estudio dentro de la provincia de La Pampa debe contemplar los aspectos físicos que engloba la cuenca en general como la superposición con cuencas sedimentarias como la Cuyana y la Neuquina (Vaca Muerta), ricas en hidrocarburos. Asimismo, debe hacerlo con la cordillera donde están proyectados emprendimientos megamineros, que ponen en riesgo los glaciares que la alimentan como así también la contaminación. En este sentido, en el contexto actual de búsqueda de recursos naturales estratégicos, se debe entender la cuenca como un sujeto de interés dentro de la trama de poderes que esgrimen distintos actores (políticos, económicos y sociales). Esto lleva a discutir el concepto de intervención antrópica, cuyo sentido acrítico y apolítico desplaza y oculta los procesos e intereses económicos que construyen poder en torno al agua, los cuales sí son puestos en juego desde la perspectiva del Capitaloceno. En la larga duración es posible ver cómo aún se mantienen soluciones técnicas hoy cuestionadas (como represas) para continuar con usos intensivos del agua, acompañadas por una narrativa anclada en el *progreso* y el *desarrollo*. A esto se debe sumar la transición energética que alienta la posible extracción de litio en el sector del río Curacó. Esta situación plantea nuevos y posibles conflictos en los usos del agua en el tramo final de la cuenca.

Agradecimientos

La autora agradece a la Fundación Chadileuvú (FUCHAD), a la Asamblea por el Agua Pura de Mendoza (AMPAP) y a las personas que aportaron sus testimonios en los lugares recorridos.

Referencias

- ALMIRÓN, Adrian A. Dirección General de Tierras (Argentina, 1907-1958). In: SALOMÓN, Alejandra, MUZLERA, José, **Diccionario del agro iberoamericano**. Buenos Aires: Teseo, 2020. <<https://www.teseopress.com/diccionarioagro/chapter/direccion-general-de-tierras-argentina-1907-1958/>>. Acceso en 20/08/2023.
- BARBOSA, Liliana Anahí. **Las intermitencias del río Atuel**: Una mirada desde la escalaridad del conflicto ambiental. Tesis (Maestría en Estudios Sociales Agrarios). Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Sede Acadèmica de Argentina, 2017.
- BERON, Mónica. La arqueología del sector occidental de la región pampeana. Trayectoria y reposicionamiento respecto a la arqueología nacional. **Revista del Museo de La Plata**, v. 13, n° 87, pp. 9-29, 2013.
- BIERMANN, Christine, KELLEY, Lisa C., & LAVE, Rebecca. Putting the Anthropocene into practice: Methodological implications. **Annals of the American Association of Geographers**, DOI: 10.1080/24694452.2020.1835456 , 2020. Acceso en 10/06/2022.
- BOCO, Rita; BULANIKIAN, Gisela. **Tierras raras**: Legislación nacional, empresas transnacionales, intereses geopolíticos y derechos humanos en disputa. In: EMPRESAS TRANSNACIONALES EXTRACTIVAS, DERECHOS HUMANOS Y DESARROLLO SOSTENIBLE EN AMÉRICA LATINA. ABORDAJE ANASCÓPICO DE CASOS Y FORMULACIÓN DE PROPUESTAS EN CONSTELACIONES ESPECÍFICAS DE CONFLICTOS. Buenos Aires. 2020.
- BRAUDEL, Fernand. **Historia y ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1970.
- BRIONES, Claudia; LANATA, José Luis; MONJEAU, Adrian. El futuro del Antropoceno. **Utopía y Práxis Latinoamericana**, v. 24, n° 84, pp. 21-32, 2019.
- CHAMBOULEYRON, Jorge; MORÁBITO, José A. El riego en Argentina. **www.ina.gov.ar**. Argentina, 2005.
- CAZENAVE, Héctor Walter. Involución física y percepción cultural en la cuenca inferior del río Atuel. In: **IX JORNADAS NACIONALES DE GEOGRAFÍA FÍSICA**. Bahía Blanca, 2012.

- CAZENAVE, Héctor Walter. La cuenca del río Desaguadero: Un caso de desertificación por acción antrópica. **InterEspaço: Revista de geografia e interdisciplinaridade**, v. 1, nº 2, pp. 225-236, 2015.
- D'AMBROSIO, Débora; GOMEZ, María Laura; DEBANDI, Hugo; DÍAZ, Fabian; ALBELO, Yasmin Paula & HOKE, Gregory. Caracterización química del agua asociada a la construcción de azudes sobre el río Desaguadero en la provincia de Mendoza. In: **CONFERENCIA I-CES 18**. Mendoza, 2023.
- DAMONTE VALENCIA, Gerardo. Redefiniendo territorios hidrosociales: Control hídrico en el valle del Ica, Perú (1993-2013). **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 12, nº 76, pp. 109-133, 2015.
- D'ATRI, Andrea. **La derrota del Atuel**. Imaginarios sociales en el conflicto por el agua en La Pampa, Argentina. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales). Universidad Nacional de Río Cuarto, Facultad de Ciencias Humanas, Río Cuarto, 2020.
- DÍAZ, Francisco Javier. **El litio en la Argentina**: Visiones y aportes multidisciplinarios desde la UNLP. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2020.
- DIFRIERI, Horacio. **El Curacó**. Buenos Aires: UBA, 1980.
- DILLON, Beatriz; COMERCI, María Eugenia. **Territorialidades en tensión en el oeste de La Pampa**. Sujetos, modelos, conflictos. Santa Rosa: EdUNLPam, 2014.
- DILLON, Beatriz; COMERCI, María Eugenia; GARCÍA, Leticia. Alteraciones hidrológicas y cambios en los modos de vida, prácticas y representaciones sociales de los pobladores del Atuel. In: **IV CONGRESO PAMPEANO DEL AGUA**. Santa Rosa, 2011.
- EBELOT, Alfred. **Relatos de la frontera**. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1968.
- ENRIQUEZ, Armando. Acciones y consecuencias de la explotación del litio en Jujuy. Un estudio desde la ecofilosofía. **Tecnología y Sociedad**, nº 8, pp. 59-76, 2019.
- ESCOLAR, Diego; MARTIN, Facundo; ROJAS, Facundo; SALDI, Leticia & WAGNER, Lucrecia (2012). Imaginario ambiental mendocino. Sus efectos en las políticas estatales y la producción científica. In: Alejandra SALOMON & Adrian ZARRILI, **Historia, política y gestión ambiental**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2012. pp. 71-90.

- FLORO COSTA, Ángel. **La canalización de la Pampa Central de la República Argentina**. Montevideo: Al Libro Inglés, 1897.
- FORD, Ánibal. El Salado de La Pampa: Un río en agonía. **Todo es Historia**, pp. 78-95, 1983.
- FORNILLO, Bruno. **Litio en Sudamérica**. Geopolítica, energía, territorios. Buenos Aires: El Colectivo, 2019.
- GONZALEZ, Roxana Vanina; PRATS, Pamela. Usos del río Desaguadero-Salado en la cuenca alta y sus consecuencias en La Pampa. In: **3ºENCUENTRO DE INVESTIGADORES EN FORMACIÓN EN RECURSOS HÍDRICOS**. Ezeiza, 2016.
- GUERIN, Miguel. **Pesca comercial en el departamento Curacó (Territorio Nacional de La Pampa) entre 1940 y 1950**. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 1987.
- IZUEL, María Elena. **San Rafael: Jornaleros, viñateros y bodegueros**. Buenos Aires: Armerías, 2012.
- LANGHOFF, María Laura. **El ciclo hidrosocial en la subcuenca del río Atuel y su implicancia en los procesos histórico-geográficos**. Tesis (Doctorado en geografía). Departamento de Geografía y Turismo, Universidad Nacional del Sur, Bahía Blanca, 2022.
- LANGHOFF, María Laura; ROSELL, Patricia; GERALDI, Alejandra. El ciclo hidrosocial del río Atuel en el contexto extractivista (1987-2018) en las provincias de Mendoza y La Pampa, Argentina. **Perspectiva Geográfica**, v. 26, n° 1, pp. 87-107, 2021.
- LARSIMONT, Robin; MARTIN, Facundo. Reflections from Latin America on the hydrosocial approach: Its use, abuse, and a possible way through the maze. En C.-N. ARTERO, **Luttes pour l'eau dans les Ameriques**. Paris: Éditions de L'IHEAL, 2022, pp. 102-121.
- LAVE, Rebecca. Introduction to special issue on critical physical geography. **Progress in Physical Geography**, v. 39, n° 5, pp. 571-575, 2015.
- LAVE, Rebecca; WILSON, Matthew; BARRON, Elizabeth. Intervenção, Geografia Física Crítica. **Espaço Aberto**, v. 9, n° 1, pp. 77-94, 2019.

- MACHADO ARAÓZ, Horacio. Extractivismo y "consenso social": Expropiación-coonsumo y fabricación de subjetividades (capitalistas) en contextos neocoloniales. **Revista Cuestiones de Población y Sociedad**, v. 3, n° 3, pp. 29-42, 2013.
- MARTÍNEZ CARRETERO, Eduardo. La diagonal árida argentina: Entidad bio-climática. In: PÉREZ, Daniel Roberto; ROVERE, Adriana Edit; RODRÍGUEZ ARAUJO, Maria Emília, **Restauración ecológica en la diagonal árida de la Argentina**. Buenos Aires: Vásquez Massini, 2013, pp. 14-31.
- MEISSNER, Ronald; TURTON, Antony. La teoría del contrato social y el Proyecto de Aguas de las Tierras Altas de Lesotho. **Water Policy**, v. 5, pp. 115-126, 2003.
- MINISTERIO DE ECONOMÍA Y ENERGÍA. **Estrategia provincial para el sector agroalimentario**. Mendoza: Gobierno de Mendoza, 2023.
- MOORE, Jason. **El capitalismo en la trama de la vida**. Ecología y acumulación de capital. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.
- OLASCOAGA, Manuel. **Topografía andina. Aguas perdidas**. Buenos Aires: Cabaut, 1935.
- OLASCOAGA, Manuel. **Estudio topográfico de La Pampa y Río Negro**. Buenos Aires: EUDEBA, 1974.
- ORTEGA, Laura Lorena; FARRERAS, Verónica. Impactos del uso hidroeléctrico del agua en la gobernanza del recurso (Mendoza, Argentina, 1932-1957). **Investigaciones y Ensayos**, v. 1, n° 73, disponible en: <<https://iye.anh.org.ar/index.php/iye/article/267>>. Acceso en 20/05/2023.
- PEREYRA, Karen. **La Pampa tenía un río... capacidades estatales y la cuestión pampeana por el río atuel a partir de la construcción de la represa El Nihuil (1947-1979)**. Tesis (Licenciatura en Historia). Facultad de Ciencias Humanas, Universidad nacional de La Pampa, Santa Rosa, 2020.
- PIRES, Mónica. **Evaluación de Li (Mg y K) en las Salinas del "corredor magmático" NO-SE de la provincia de La Pampa**. Santa Rosa: CFI, 2017.
- POBLETE, Arnobio; HRYCIV, Mariela. Origen y variabilidad del recurso hídrico de los principales oasis de la provincia de San Juan. **Boletín de Estudios Geográficos**, n° 107, pp. 9-20, 2017.

- REGAZZOLI, Matías; MECCA, Juan. Los organismos de cuencas hídricas como herramienta de solución de controversias interjurisdiccionales. In: **II CONGRESO NACIONAL DE DERECHO AGRARIO PROVINCIAL**. La Plata, 2013.
- ROJAS, Facundo. Dimensiones sociales y territoriales de las sequías en San Juan (siglos XVIII-XXI): una propuesta de periodización. **Punto Sur**, n° 5, pp. 64-90, 2021.
- ROJAS, Facundo; PRIETO, María del Rosario. La variabilidad hídrica en la cuenca del río Atuel, desde la climatología histórica: siglo XVIII a mediados del siglo XX. **Cuadernos de Geografía. Revista colombiana de geografía**, v. 29, n° 2, pp. 326-353, 2020.
- ROMERO RENAÚ, Luis. La construcción de sociedades hidráulicas: El caso de España y del oeste de Estados Unidos. **Cuadernos de Geografía**, n° 93, pp. 1-26, 2013.
- ROMERO, Hugo; PAIVA, Julio César; OPAZO, Dustyn. Geografía física crítica, topoclimatología andina e o extrativismo mineiro no Salar de Atacama. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 15, pp. 1-21, 2019.
- RUIZ GIL, José Antonio. El Antropoceno. Definición y lecturas básicas. **Historia Actual Online**, v. 2, n° 8, pp. 193-208, 2022.
- RUSCONI, Carlos. **Instituto Hidrogeológico de Mendoza**. Revista del Museo de Historia Natural de Mendoza, pp. 215-216, 1948.
- SALOMONE, Mariano. El conflicto por el fracking en Mendoza (2013-2019). Aportes para una periodización. **Revista Cuadernos de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Jujuy**, n° 57, pp. 117-146, 2020.
- SCHOFRIN, Abril Lucía; RAMÍREZ ESPAÑA, Laura Sofía. Evaluación de la gestión del riesgo y los desastres en la región norpatagónica argentina de Sauzal Bonito. **Letras Verdes. Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales**, n° 29, pp. 136-148, 2021.
- SLIPAK, Ariel; KAZZIMIESKI, Martín. Exposición de la stécnicas y saberes para la extracción de litio. In: B. FORNILLO, **Litio en Sudamérica**. Geopolítica, energía y territorios. Buenos Aires: El Colectivo, 2019, pp. 297-303.

SUBSECRETARÍA de RECURSOS HÍDRICOS de la NACIÓN. **Estudio Integral de la cuenca del río Desaguadero-Salado-Chadileuvú-Curacó**. Buenos Aires: Facultad de Ingeniería. UBA, 2009.

SWYNGEDOUW, Eric. Economía política y ecología política del ciclo hidro-social. **Waterlat-Gobacit Network Working Papers**, v. 1, n° 3, pp. 6-14, 2017.

SWYNGEDOUW, Eric. Politizando las ecologías políticas urbanas. **Investigaciones geográficas**, n° 56, pp. 153-167, 2018.

TAMBURINI-BELIVEAU, Guillermo; GROSSO-HEREDIA, Javier; BEJAR-PIZARRO, Marta; PÉREZ-LÓPEZ, Raúl; PORTELA, Juan; CISMONTI-DUARTE, Martín; MONTSERRAT, Oriol. Assesment of ground deformation and seismicity in two areas of intense hydrocarbon production in the Argentinian Patagonia. **Nature**, v. 12, n° 1, <<https://doi.org/10.1038/s41598-022-23160-6>>, 2022. Acceso en 23/11/2023.

TRISCHLER, Helmut. El Antropoceno ¿un concepto geológico o cultural, o ambos? **Desacatos**, n° 57, pp. 40-57, 2017.

UNITED STATES HOUSE of REPRESENTATIVES COMMITTEE on ENERGY and COMMERCE. **Chemicals used in hydraulic fracturing**. House of Representatives, 2011.

WORSTER, Donald. **Rivers of empire. Water, aridity and the growth of the American West**. Nueva York: Pantheon Books, 1985.

ZEBALLOS, Estanislao. **Descripción amena de la República Argentina Tomo I. Viaje al país de los Araucanos**. Buenos Aires: Jacobo Peuser, 1881.

ZEBALLOS, Estanislao. **La conquista de quince mil leguas**. Buenos Aires: Hachette, 1958.

Maria Laura Langhoff es doctora en Geografía por la Universidad Nacional del Sur y becaria postdoctoral (IADO-CONICET). **E-mail:** marialauralanghoff@gmail.com

Artigo enviado em 22/12/2023 e aprovado em 20/08/2024.

Artigo

Importância estratégica da Bacia do Rio São Marcos (MG, GO e Distrito Federal): Disputas pela água entre agentes hegemônicos regionais e intranacionais

Fernando Bueno Oliveira

Manoel Calaça

328

Resumo

A Geografia Política da Água se constitui como importante método que permite a compreensão mais sistemática das nuances que determinam a dinâmica hídrica de bacias hidrográficas. As suas premissas permitem realizar o levantamento das dimensões políticas e territoriais, em contexto de conflito hídrico, que repercutem na oferta, demanda, distribuição e regulação da água em escala regional. A partir do conceito de hidropolítica, que se contextualiza nas premissas da Geografia Política da Água, o presente estudo procura demonstrar a importância estratégica da bacia hidrográfica do rio São Marcos em relação à dinâmica hídrica do Centro-Sul brasileiro, evidenciando que os critérios de uso da água, em última instância, resultam de deliberações e regulações advindas do Estado. Para tanto, realizamos o levantamento de focos conflituosos, da oferta e demanda hídricas, da dimensão geográfica das estruturas institucionais, da presença de instrumentos de gestão e do contexto regional da referida bacia. Nessa condição, o objetivo deste estudo é o de caracterizar a bacia hidrográfica do rio São Marcos, inserida numa conjuntura de conflitos hídricos entre agentes hegemônicos regionais e intranacionais, de forma a promover uma análise sobre a sua importância hídrica, no que diz respeito à produção e distribuição da água, em relação às bacias a jusante. Em termos metodológicos, recorreremos à revisão bibliográfica e documental, além da análise de dados coletados em campo. Como resultado, o estudo evidencia que a bacia do rio São Marcos é estratégica por agregar fatores essenciais relacionados à sua localização e por políticas de uso e gestão da água aliadas ao modelo produtivo empregado, dentro de um contexto marcado pelo conflito hídrico entre a classe irrigante e o setor energético.

Palavras-chave: Geografia Política da Água; Bacia hidrográfica do rio São Marcos; Irrigação; Usinas Hidrelétricas.

The strategic relevance of the São Marcos River Basin (MG, GO and Federal District): Water disputes between regional and intranational hegemonic agents

Abstract

Political geography of water constitutes an important method that allows a more systematic understanding of the nuances that determine the hydric dynamics of river basins. Its premises enable the assessment of political and territorial dimensions in the context of water conflict, which impacts the supply, demand, distribution, and regulation of water on a regional scale. Based on the concept of hydropolitics, contextualized within the premises of the Political Geography of water, this study aims to demonstrate the strategic importance of the São Marcos River Basin concerning the hydric dynamics of the Central-South region of Brazil, highlighting that water use criteria ultimately result from deliberations and regulations by the State. To this end, we conducted a survey of conflict hotspots, water supply and demand, the geographical dimension of institutional structures, the presence of management instruments, and the regional context of the mentioned basin. In this context, the objective of this study is to characterize the São Marcos River Basin, embedded in a situation of water conflicts between regional and intranational hegemonic agents, to promote an analysis of its hydric importance regarding water production and distribution concerning downstream basins. Methodologically, we resorted to a bibliographic and documentary review, as well as the analysis of data collected in the field. As a result, the study highlights that the São Marcos River Basin is strategic due to essential factors related to its location and policies of water use and management aligned with the employed productive model, within a context marked by water conflict between the irrigating class and the energy sector.

329

Keywords: Water Political Geography; São Marcos River Basin; Irrigation; Hydroelectric Power Plants.

La importancia estratégica en la cuenca del Río São Marcos (MG, GO y Distrito Federal): Disputas por el agua entre agentes hegemónicos regionales e intranacionales

Resumen

La Geografía Política del agua es un método importante que permite una comprensión más sistemática de los matices que determinan la dinámica hídrica de las cuencas fluviales. Sus premisas permiten un levantamiento de las dimensiones políticas y territoriales, en el contexto del conflicto hídrico, que impactan la oferta, demanda, distribución y regulación del agua a escala regional. A partir del concepto de hidropolítica, contextualizado en las premisas de la Geografía Política del agua, este estudio busca demostrar la importancia estratégica de la cuenca del río São Marcos en relación a la dinámica hídrica del Centro-Sur brasileño, destacando que los criterios de uso del agua, en definitiva, resultan de deliberaciones y regulaciones que surgen del Estado. Para ello, llevamos a cabo un estudio de las áreas en conflicto, la oferta y

la demanda de agua, la dimensión geográfica de las estructuras institucionales, la presencia de instrumentos de gestión y el contexto regional de la cuenca en cuestión. En esta condición, el objetivo de este estudio es caracterizar la cuenca del río São Marcos, inserta en una situación de conflictos hídricos entre agentes hegemónicos regionales e intranacionales, con el fin de promover un análisis de su importancia hídrica, en términos de producción y producción de agua. distribución del agua, en relación con las cuencas aguas abajo. En términos metodológicos, se utilizó una revisión bibliográfica y documental, además del análisis de datos recolectados en campo. Como resultado, el estudio muestra que la cuenca del río São Marcos es estratégica por reunir factores esenciales relacionados con su ubicación y para las políticas de uso y gestión del agua combinadas con el modelo productivo empleado, en un contexto marcado por el conflicto hídrico entre la clase irrigante y el sector energético.

Palabras clave: Geografía Política del Agua; Cuenca hidrográfica del Río São Marcos; Irrigación; Plantas Hidroeléctricas.

Introdução

Uma bacia hidrográfica pode se caracterizar por complexas relações políticas a partir dos seus recursos hídricos. Diferentes interesses dos que usam a água se refletem diretamente na dinâmica hídrica da bacia, em especial, na vazão de seu curso principal, que abastecerá outras bacias hidrográficas a jusante.

Nesse entremeio existe uma multiplicidade de atores territoriais que, por intermédio de autorizações e/ou concessões estatais, alocam a água de forma a corresponder expectativas de ganho econômico e mesmo político. Diante de um contexto de apropriação e controle hídrico por produtores irrigantes e da demanda advinda do setor energético, tal como se identifica no caso que é objeto dessa análise, situações de conflitos são quase inevitáveis.

No contexto dos conflitos hídricos, o conceito de hidropolítica foi elaborado justamente com intuito de pensar as relações políticas (que podem ser tanto o Estado quanto agentes privados e movimentos sociais) que giram em torno do uso da água e de suas implicações territoriais. Assim sendo, seu uso contribui no sentido de se pensar como determinadas ações políticas se refletem no uso da água e na sua disponibilidade.

Desse modo, a ideia de hidropolítica pode ser utilizada para a interpretação de situações que envolvam conflitos e formas de cooperação pelo uso hídrico. Aqui, daremos enfoque aos conflitos hídricos e a natureza explícita de seus fatores motivadores, de maneira a entender como eles interferem nas dinâmicas territorial e hídrica e, ainda, em relações políticas. Não nos posicionaremos no sentido de transcrever e/ou reforçar o conceito de hidropolítica, mas sim, de utilizar de seus preceitos para destacar a relação política entre os setores do agronegócio e energético atuantes na bacia do alto curso do rio São Marcos.

A hidropolítica se contextualiza em análises baseadas nas premissas fundamentais da Geografia Política da Água (Ribeiro, 2019), por isso a importância de considerá-las para a caracterização do contexto hídrico de bacias hidrográficas. Nessa conjuntura, analisaremos a situação de soberania hídrica de uma bacia hidrográfica do Planalto Central brasileiro em relação ao Centro-Sul do Brasil. Referimo-nos aqui à bacia hidrográfica do rio São Marcos, componente das bacias hidrográficas do rio Paranaíba e do rio Paraná.

Ao longo desse estudo, evidenciaremos a importância da referida bacia em relação à bacia do rio Paraná, já que o seu curso principal se constitui como um importante tributário do rio Paranaíba que, por sua vez, é um dos principais formadores do rio Paraná. A distribuição política da água na bacia do rio São Marcos reflete nas relações políticas entre os setores produtivos, situação perceptível no discurso do setor energético, segundo o qual, o uso prioritário da água destinado à agricultura irrigada em extensas porções do seu alto curso compromete a produção energética das usinas em cascata localizadas a jusante da Usina Hidrelétrica Batalha, construída na porção central do rio São Marcos.

Diante disso, o objetivo do presente texto é o de caracterizar a bacia hidrográfica do rio São Marcos, com base nas premissas para a análise da Geografia Política da Água transcritas nos subtítulos a seguir, de forma a promover uma análise sobre a sua

importância estratégica, em termos de produção e distribuição hídrica, às bacias hidrográficas do rio Paranaíba e do rio Paraná.

Para o presente estudo nos utilizamos do método qualitativo, mediante a revisão bibliográfica e documental com vistas à obtenção de dados secundários, além da análise de dados coletados em campo. Entrevistamos representantes de órgãos gestores e de setores privados, por meio dos quais adquirimos imagens, dados técnicos e informações que, em grande parte, possibilitaram a elaboração de dados primários.

1. Os focos de conflito pelo uso da água

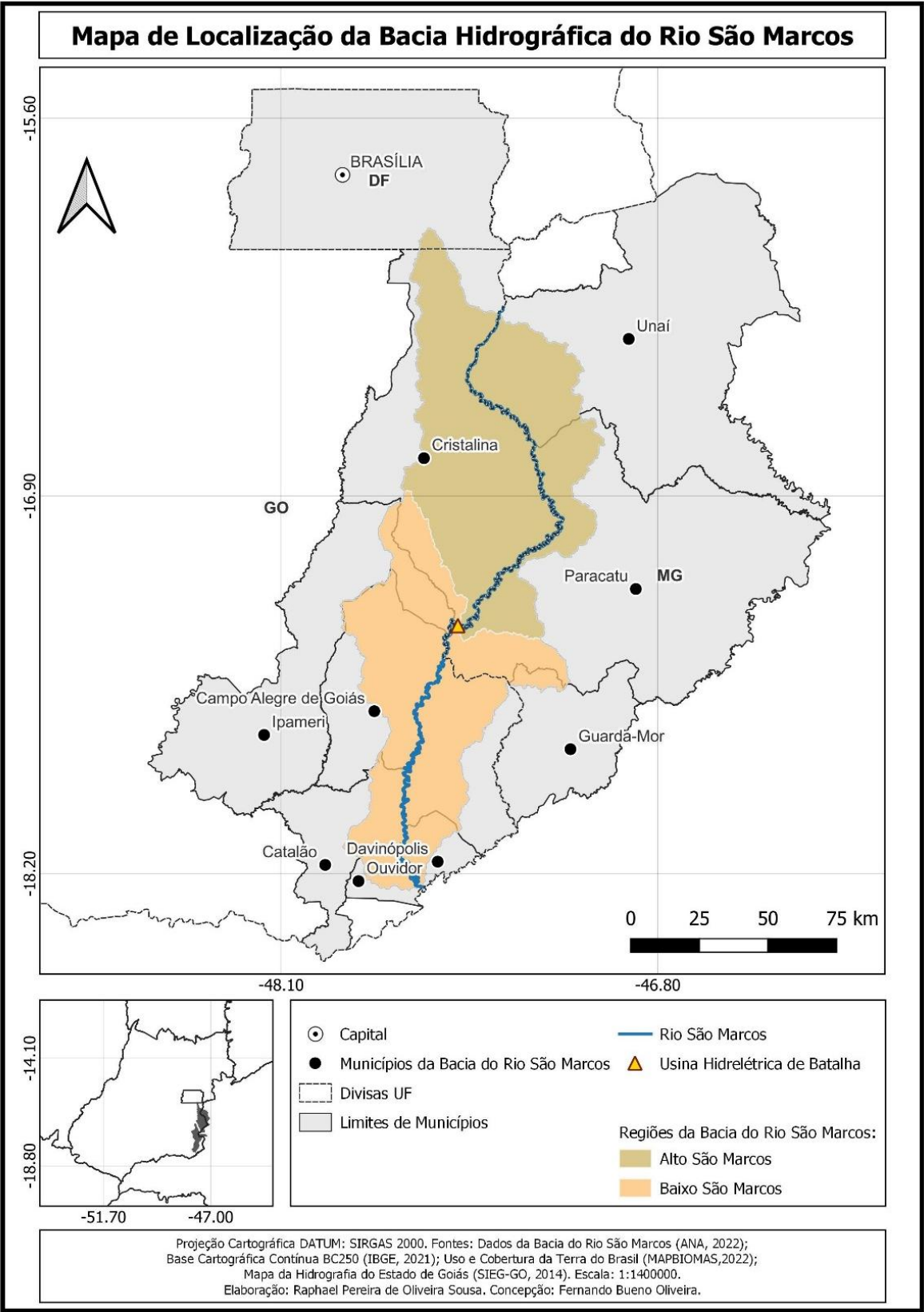
A bacia do rio São Marcos abrange três unidades federativas do Brasil: Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal. Por ser um rio fronteiro, o seu curso principal é um rio federal.

No ano de 2014, com o início da operação da Usina Hidroelétrica (UHE) Batalha, empreendimento que pertence integralmente à Furnas Centrais Elétricas S/A, instalado no rio São Marcos entre Cristalina-GO e Paracatu-MG, a bacia do São Marcos passa a ser dividida em duas grandes porções: a Bacia do Alto Rio São Marcos e a Bacia do Baixo Rio São Marcos.

A Bacia do Alto São Marcos se situa a montante da UHE Batalha. Essa área, nas porções situadas em Goiás e em Minas Gerais, caracteriza-se por sua vocação agrícola e, especificamente, à produção de *commodities* agrícolas. Ali ocorrem conflitos hídricos pelo uso da água.

Já a Bacia do Baixo São Marcos se localiza a jusante da UHE Batalha. Nessa porção há também o desenvolvimento de atividades voltadas ao agronegócio, porém com menor intensidade de conflitos hídricos (**Mapa 1**)

Mapa 1 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio São Marcos.



Fonte: ANA (2022); Mapbiomas (2022). Elaboração: Raphael de Oliveira Sousa, 2023.

Em termos produtivos, tanto os territórios do agronegócio quanto a atuação do setor energético obedecem à lógica dos grupos hegemônicos de apropriação dos elementos da natureza, com intencionalidades de acumulação e expansão do capital. Esses dois setores produtivos competem pela água da bacia do rio São Marcos e imprimem a sua capacidade de apropriação por meio da produção do espaço.

A análise do conflito pelo uso da água na referida bacia tem como ponto crucial a disputa pela água entre os irrigantes e a UHE Batalha. De um lado, os limites de vazão estabelecidos pelo atual Marco Regulatório¹ restringem a concessão de outorgas e limita o uso da água pelos produtores agrícolas. Do outro, encontra-se o reservatório da UHE Batalha condicionado à dinâmica de uso da água a montante e já com perdas de energia firme desde 2010.

Tal situação conflituosa existe e é complexa, contudo, a realidade produtiva do referido recorte espacial tem desenhado, nos últimos anos, um outro conflito: nesse caso, entre os integrantes de uma mesma classe produtiva: os produtores irrigantes.

334

Diante do conflito hídrico, os reservatórios particulares se constituem, estrategicamente, como a principal forma de controle da água por parte dos irrigantes, notadamente na porção do Alto São Marcos.

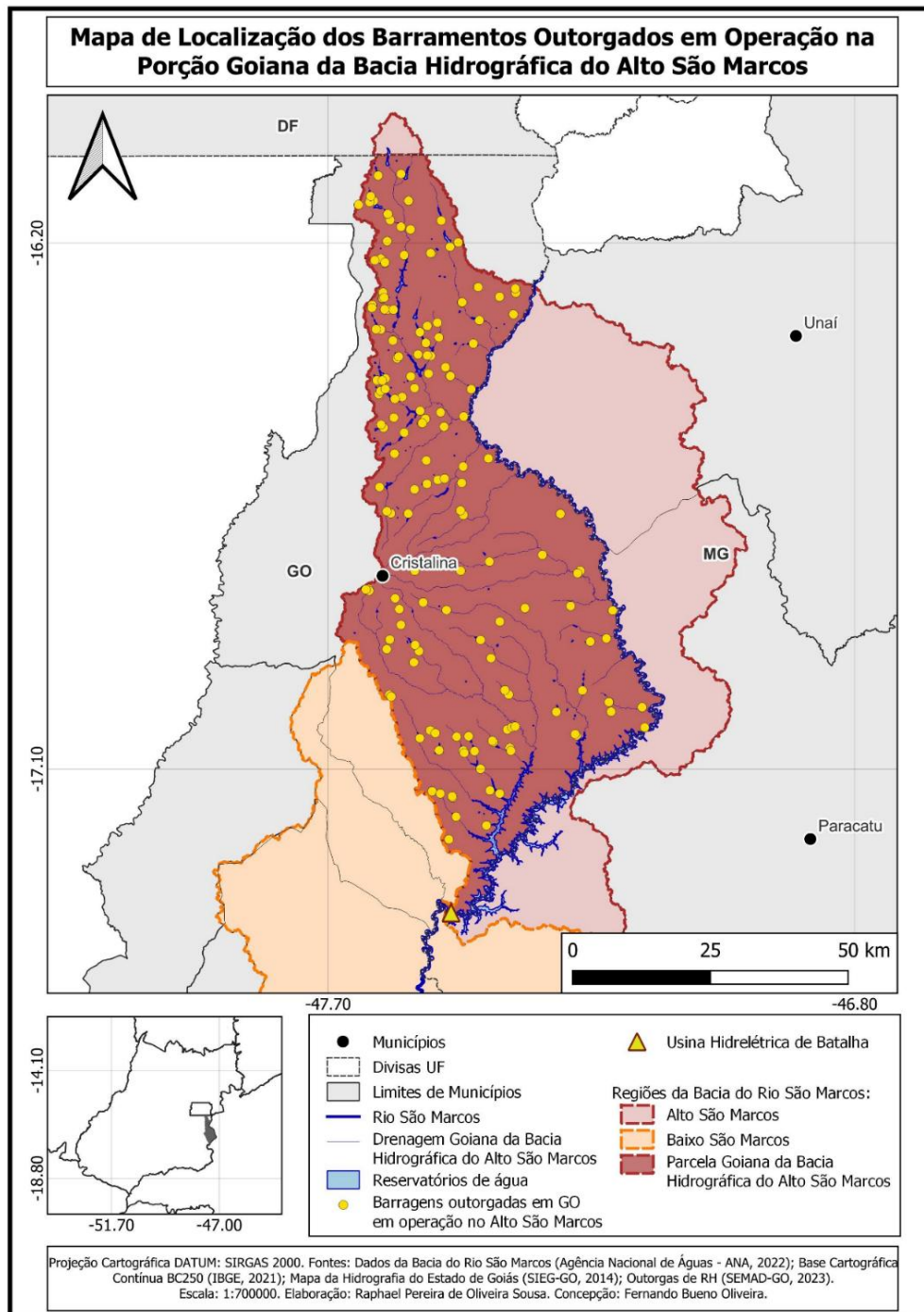
Uma característica ali marcante é justamente a grande quantidade de reservatórios particulares instalados (**Mapa 2**). As represas foram implantadas para fins de segurança hídrica, de forma a garantir a manutenção de produções agrícolas, especialmente em períodos de estiagem.

Dados referentes ao ano de 2022 do Mapbiomas sobre a dinâmica da superfície de água do território brasileiro apontam para a tendência de perda de superfície da água em todas as regiões hidrográficas brasileiras. Entretanto, a bacia do São Marcos apresentou

¹ A Resolução Conjunta nº 109 de 2021 estabelece o Marco Regulatório do Uso da Água nos corpos hídricos superficiais da bacia hidrográfica do rio São Marcos pactuado entre os Órgãos Gestores de Recursos Hídricos (OGRH's) dos estados de Goiás, Minas Gerais, do Distrito Federal e a ANA. Em seu Art. 2º estabelece que o limite máximo outorgável de uso consuntivo médio anual na porção da bacia localizada a montante da UHE Batalha seja o de 13,61 m³/s.

ganhos de superfície hídrica, fato associado justamente à grande concentração de pontos de represamento d'água e pelos reservatórios de hidrelétricas.²

Mapa 2 – Barramentos outorgados na porção goiana do Alto São Marcos (2023).



Fonte: ANA (2022); SEMAD-GO (2023). Elaboração: Raphael de Oliveira Sousa, 2023.

² Disponível em: <<https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/agua>>. Acesso em 10/11/2023.

A formação de reservatórios situados em territórios do agronegócio está vinculada, sobretudo, à instalação de pivôs centrais. Em 2023, conforme dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agronegócio de Cristalina-GO, o quantitativo de pivôs centrais na bacia do São Marcos alcançou o valor de 1.832 aparelhos para uma área irrigada de 136.945 hectares.

Dados de 2022 do Mapbiomas apontam o adensamento desses equipamentos, especialmente na porção norte da bacia do rio São Marcos. Nesse mesmo período, a superfície irrigada do município de Cristalina-GO alcançou 62.798 hectares de área, valor este que correspondeu a um salto de quase 17 mil hectares no quadriênio 2018 -2022.

Diante desse quadro, a vazão da água de rios e riachos dependerá diretamente de prioridades específicas de territórios produtivos, acarretando menor vazão do curso principal, notadamente em períodos de estiagem.

Além disso, o uso da água superficial na agricultura irrigada do Alto São Marcos mediante a concessão de outorga ou não³, compromete, de acordo com o posicionamento do setor energético, a manutenção do volume útil do reservatório da referida usina e, em efeito cascata, a produção de energia firme nas usinas hidrelétricas situadas a jusante.

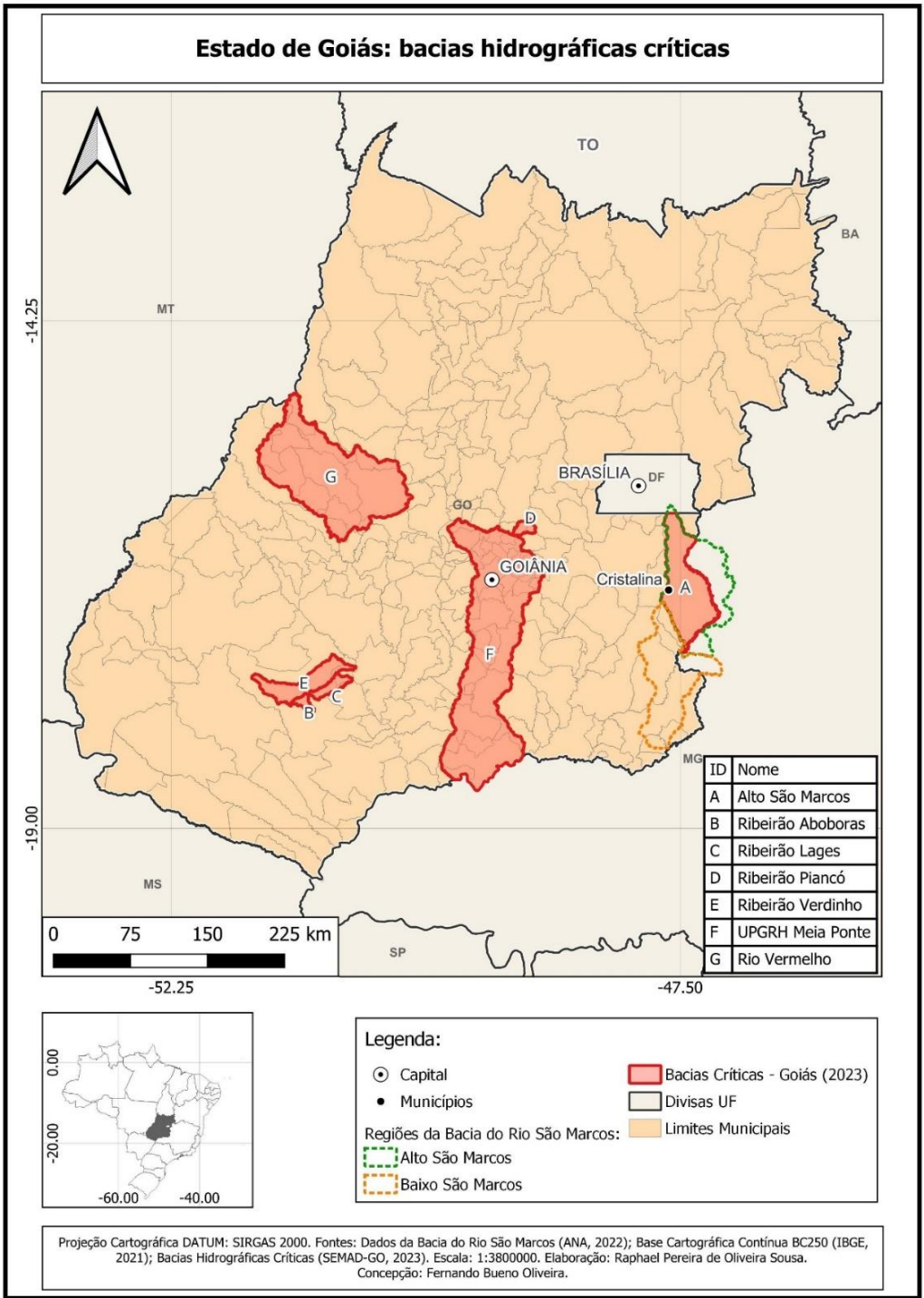
2. Oferta e demanda hídricas presentes e futuras

O grau de segurança hídrica de Goiás, com base nos dados constantes no Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH) publicado em 2019, apresenta-se como alto para grande parte de seu território, com outras porções de grau máximo. Entretanto, dados de 2023 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de

³ Em junho de 2023, participamos do workshop “Setor agropecuário na gestão da água” na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília-DF. Um dos expositores, representante da Agência Nacional de Águas (ANA), admitiu que, aproximadamente, 50% dos usos da água superficial no Alto São Marcos são irregulares, ou seja, sem a concessão de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

Goiás (SEMAD-GO) apontam para dez bacias hidrográficas goianas em situação crítica, devido ao alto grau de comprometimento hídrico (**Mapa 3**), evidenciando uma discrepância em relação à situação geral do território goiano.

Mapa 3 – Estado de Goiás: bacias hidrográficas em situação crítica (2023).



Fonte: SEMAD-GO (2023). Elaboração: Raphael de Oliveira Sousa, 2023.

O Índice de Segurança Hídrica (ISH) geral da bacia do rio São Marcos indica os níveis médio e baixo, ao se considerar as quatro dimensões, quais sejam, humana, econômica, ecossistêmica e de resiliência. Porém, o quadro de ISH da referida bacia não chega a comprometer a disponibilidade hídrica para o abastecimento de sua população.

Algo que merece atenção especial diz respeito ao quadro de segurança hídrica da bacia do São Marcos relacionado à sua dimensão econômica: nesse caso, há o risco iminente de escassez hídrica, já que o grau de segurança hídrica da bacia se apresenta como mínimo. Essa situação é fruto da relação desequilibrada entre a disponibilidade hídrica e a demanda para irrigação (Martins, 2017).

Ou seja, apesar da aparente segurança hídrica, a diferença entre a vazão de nascentes e o volume demandado para a irrigação resulta em diminuição drástica da vazão dos exutórios⁴ das sub-bacias dos afluentes do rio São Marcos. Nessas sub-bacias há sérios problemas relacionados ao balanço hídrico, considerando a disponibilidade de água disponível e demanda para irrigação.

Pereira Júnior e Nicácio (2014) desenvolveram um importante estudo sobre a demanda hídrica para a irrigação por pivôs centrais em Goiás. Tomaram por referência o Manual Técnico de Outorga da, então, Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás (SEMARH) de 2012 e as médias prováveis e efetivas de precipitação e evapotranspiração das culturas de soja, milho e feijão. Junto a isso acrescentaram a eficiência do sistema de irrigação por pivôs centrais, chegando-se aos valores de demanda de cada equipamento por hectare e para cada mês do ano (Pereira Júnior; Nicácio, 2014).

Vejamos a constatação dos referidos autores sobre a demanda hídrica para a irrigação na bacia do alto curso do rio São Marcos. Os dados obtidos indicam que em 2012, já no mês de abril, a captação direta de água para a irrigação apresentava valores entre 210% a 250% acima do volume máximo outorgável de 8,7 m³/s (este valor foi estipulado

⁴ O exutório é o ponto de um curso d'água onde se dá todo o escoamento superficial gerado no interior de uma bacia hidrográfica. O Glossário de Termos Relacionados à Gestão de Recursos Hídricos (2008), publicado para a I Oficina do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos de Minas Gerais, assemelha exutório com a definição de foz, ou seja, o local onde o rio deságua podendo ser em outro rio, lago, lagoa ou no mar.

pelo Marco Regulatório de 2010). A **Tabela 1** expressa os valores crescentes no período de estiagem.

Tabela 1 – Alto curso do rio São Marcos – Demanda hídrica para irrigação por captação direta (em porcentagem acima do volume estabelecido de 8,7 m³/s).

Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
210 a 460	210 a 560	210 a 760	210 a 1.100	210 a 1.400	210 a 620

Fonte: Pereira Júnior e Nicácio (2014).

Os dados da tabela 1 possuem como referência a vazão outorgável do estado de Goiás em 2012, sendo 50% da Q95%.⁵

Pereira Júnior (2017) analisa a expansão da irrigação por pivôs centrais no estado de Goiás entre 1984 e 2015, demonstrando o grau de comprometimento hídrico gerado por essa atividade. Especificamente, o estudo demonstra que o grau de comprometimento hídrico da bacia do Alto rio São Marcos apresenta variável entre 10,01% e 100%, tendo por referência a Vazão Média de Longo Termo (QMLT).⁶ De acordo com o autor,

339

No tocante às regiões hidrográficas, a do rio São Marcos, situado na região do Entorno do Distrito Federal, foi que apresentou a maior quantidade de segmentos de drenagem com algum tipo de comprometimento. Nessa área de drenagem foram mapeados 37 segmentos com comprometimento entre 50 e 100% do potencial hidrológico máximo, além disso outros dois segmentos apresentaram uma demanda superior à vazão média, entretanto, conforme já mencionado, a captação destes equipamentos ocorre a jusante do segmento definido como crítico (Pereira Júnior, 2017, p. 76).

⁵ A expressão Q95%, nesse caso, refere-se à disponibilidade hídrica superficial com 95% de permanência no tempo (Q95%). Tal referência é utilizada para concessão de outorga de direito de uso da água (RIBEIRO *et al.*, 2018).

⁶ A Vazão Média de Longo Termo (QMLT) é definida como a média das vazões médias anuais para toda a série de dados, sendo denominada como específica quando dividida pela área da bacia hidrográfica de interesse.

O intenso bombeamento de água nas sub-bacias dos afluentes do rio São Marcos afeta diretamente os seus balanços hídricos, fato que se opõe à ideia de segurança hídrica.

Martins (2017) aponta que, muitos municípios goianos, especialmente o de Cristalina-GO, têm sérios problemas hídricos em suas sub-bacias devido à elevada demanda de água para a irrigação. O mesmo autor pontua que a demanda hídrica superior à disponibilidade pode inviabilizar o uso dos pivôs no período de maior necessidade, comprometendo a prática agrícola.

No ano de 2021, o Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Corumbá, Veríssimo e Porção Goiana do rio São Marcos (CBH CVSM) deliberou pela aprovação de seu Plano de Bacia. O seu produto 4 intitulado de “Diretrizes, Programas e Metas” traz a identificação de áreas críticas devido ao elevado grau de captação hídrica. O documento demonstra algo extremamente preocupante: mesmo diante de políticas de restrição de uso, a projeção para 2030 é de que a porção goiana da bacia do São Marcos se enquadre na situação de alto risco (para grande parte da bacia) ou muito alto risco (em certas áreas do Alto São Marcos) de não atendimento à demanda hídrica. Para 2040, nas mesmas condições de restrição, o quadro se agrava, com vastas áreas da bacia na situação de alto risco de não atendimento à demanda hídrica.⁷

3. Instrumentos de gestão da água

A bacia do São Marcos se desenha como um caso de alta complexidade de gestão de recursos hídricos por envolver quatro órgãos gestores de recursos hídricos: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Agência Reguladora de Águas, Energia e

⁷ Disponível em: <<http://pbapgo.meioambiente.go.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/RT-04-Plano-de-Acoes-UPGRH-Sao-Marcos-Corumba-V5.pdf>>. Acesso em 26/04/2023.

Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA), Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás e Minas Gerais (SEMAD-GO/SEMAD-MG) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Dois Comitês de Bacia Hidrográfica atuam ali: o CBH Paranaíba e o CBH CVSM. Há, ainda, a atuação de quatro conselhos de recursos hídricos: Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Goiás e Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal.

Entendemos que tais instituições, conforme as suas prerrogativas e interesses do momento, definem regras e aplicam deliberações que influenciam diretamente a alocação hídrica da bacia do rio São Marcos. Vejamos, por exemplo, a ação do CBH Paranaíba, que em 15 de dezembro de 2016 definiu o uso das águas superficiais para irrigação a montante da UHE Batalha como prioritário.

Entretanto, a atuação de diferentes instituições gestoras na referida bacia não garante a resolução dos conflitos hídricos ali existentes e nem mesmo a sua atenuação. Na realidade, um efeito contrário é perceptível, frente ao acirramento de interesses pelo uso da água. Em reuniões do CBH CVSM, já se têm dito que o conflito por água entre produtores agrícolas do Alto São Marcos e a UHE Batalha se configura o maior do Brasil, superando, inclusive, o conflito hídrico na bacia do rio Paraíba do Sul.

As últimas decisões da ANA resultaram na elaboração de dois Marcos Regulatórios⁸, sendo que o segundo deles se configurou em Resolução Conjunta entre ANA, ADASA, IGAM, SEMAD-MG e SEMAD-GO. Essas ações produziram novas organizações espaciais e transformações geográficas na interface entre os setores produtivos, reunindo interesses econômicos e políticos. Nesse caso, a importância hídrica da bacia do São Marcos se dá justamente pelo poder de negociação de agentes públicos

⁸ O primeiro Marco Regulatório para a bacia do rio São Marcos foi estabelecido por meio da Resolução nº 564, de 25 de outubro de 2010, o qual definiu para o setor agrícola o volume máximo anual outorgável de 8,7 m³/s, de forma a respeitar os limites previstos de outorga da UHE Batalha e a legislação referente ao setor elétrico. O segundo e atual Marco Regulatório, por meio da Resolução Conjunta nº 109, define que, a partir de 1º de dezembro de 2021, o limite máximo anual outorgável para usos consuntivos na porção do Alto São Marcos seja o de 13,61 m³/s.

e privados, visto que as decisões localizacionais e seus desdobramentos refletem numa escala regional.

As entidades governamentais deliberam estrategicamente e de acordo com os interesses políticos e econômicos, semelhante à postura dos agentes do capital que defendem os posicionamentos que mais lhes aproximam do ganho econômico e dos poderes territorial e político. As deliberações do setor público bem como a atuação política dos setores produtivos da iniciativa privada são estratégicas e, em grande parte das vezes, impulsionam a produção da organização territorial.

Geralmente, a demanda produtiva se dá a partir de normatizações do Estado. Então, tanto o setor público quanto o da iniciativa privada arbitram na definição de ambientes propícios ao lucro financeiro, repercutindo em transformações espaciais e na adaptação de ambientes para a logística de produção e distribuição.

Podemos assim dizer que o poder decisório dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos atuantes na bacia do rio São Marcos reverbera na prática produtiva e na sua relação com a natureza. A demanda hídrica necessária à manutenção de lavouras no Alto São Marcos, considerando-se as estratégias de apropriação e controle da água por territórios agrícolas, repercute de maneira direta na dinâmica hídrica do Centro-Sul brasileiro.

Quando a atuação das instituições e usuários se dá de maneira fragmentada, há a potencialização dos conflitos hídricos. Instituições e empreendedores que atuam isoladamente, por interesses próprios, reduzem os quantitativos procriativos das fontes, afetam a capacidade natural de regularização de vazões, ampliam eventos críticos e as sazonalidades naturais e concentram grandes vazões para atender a demandas particulares.

Vejamos, por exemplo, as atuações do Sindicato Rural de Cristalina-GO e da Associação dos Irrigantes do Estado de Goiás no contexto conflituoso da bacia do São Marcos. As duas atuam com as mesmas afinidades de classe e dentro de uma perspectiva

de ampliação da área irrigada. Contudo, em termos de apropriação da água, os seus territórios são estratégicos, pois controlam o fluxo hídrico conforme as suas demandas.

Nesse caso, não há parcerias, já que as ações se efetivam de acordo com interesses individuais. Isso reflete entre os produtores assentados do Alto São Marcos que tentam a vida diante de grandes restrições para a captação de água. Eles estão literalmente espremidos, de um lado, pela represa da UHE Batalha e, de outro, por grandes propriedades servidas de técnicas e tecnologias que visam o uso acentuado de água, com ou sem outorga.

A parceria entre os atores envolvidos é de fundamental importância na resolução de conflitos. O modelo francês de gestão de recursos hídricos é marcado justamente pela participação da sociedade civil (Lemos *et al.*, 2022). O seu relativo sucesso se deve “à maior abertura à gestão participativa e maior flexibilidade nas escalas de gestão” (Magalhães Júnior, 2007, p. 132). A gestão participativa se configura como o caminho mais curto para se chegar aos propósitos de defesa dos interesses coletivos.

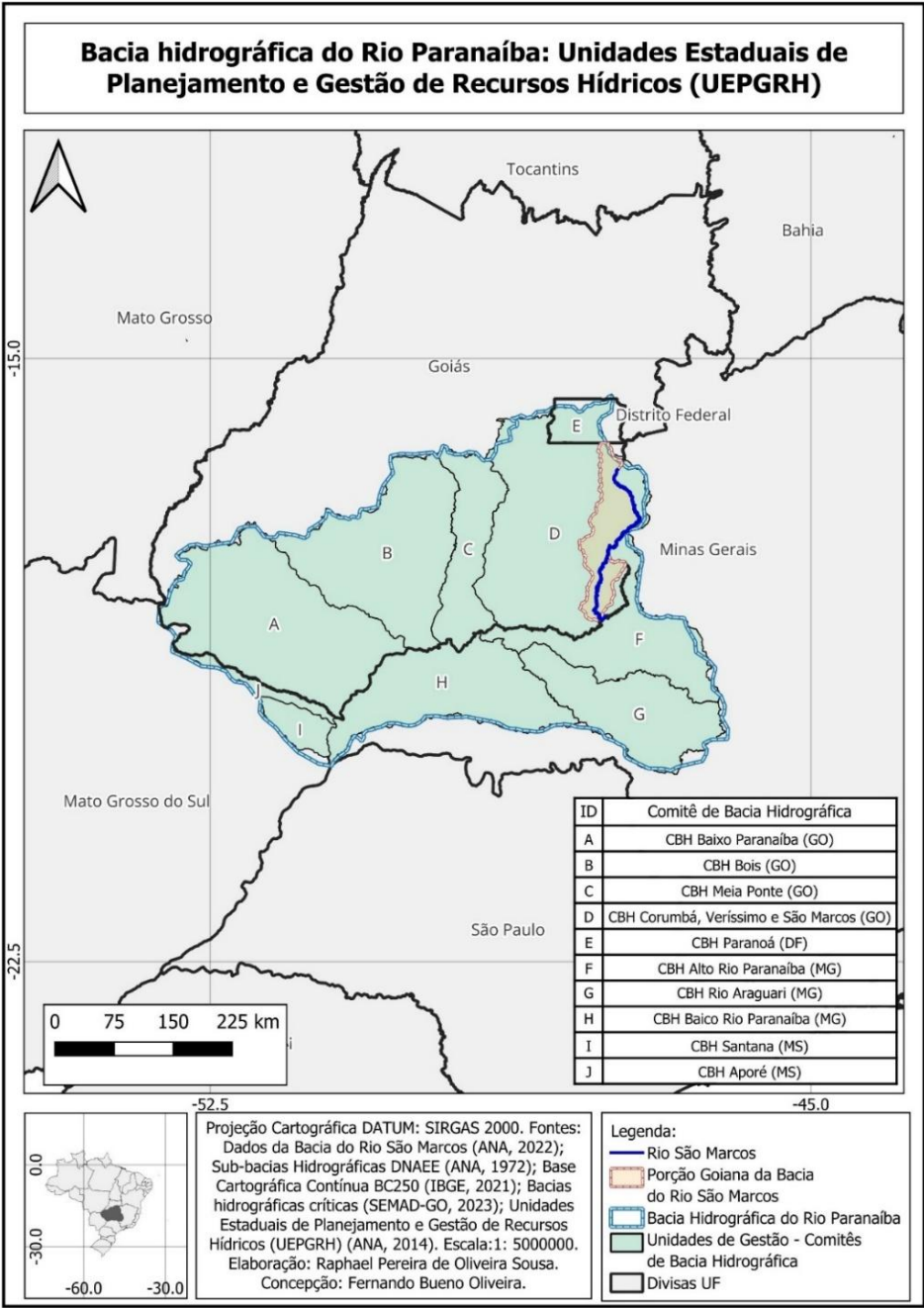
Nesse mesmo viés, os comitês de bacia são espaços democráticos que visam o debate comunitário sobre o destino das águas. O CBH Paranaíba é gestor das águas do rio São Marcos. Ele é composto por 10 CBHs estaduais (vide **Mapa 4**), também denominados de Unidades Estaduais de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UEPGRH).

Como integrante do CBH Paranaíba, o CBH CVSM atua nas bacias hidrográficas dos afluentes do rio Paranaíba, delimitadas a Oeste pela bacia do rio Meia Ponte e a Leste pela divisa com Minas Gerais, compreendendo, de Oeste para Leste, as bacias dos rios Corumbá, Veríssimo e a porção goiana do rio São Marcos.

As atas de plenárias do CBH CVSM, assim como nas reuniões em que estivemos presentes, indicam uma relativa integração entre os dois comitês em relação ao conflito hídrico do Alto São Marcos, haja vista que as sub-bacias goianas estão sob a gestão do CVBH CVSM e o curso do rio São Marcos sob jurisdição da União.

Historicamente, o CBH CVSM tem se posicionado contrário à atuação da UHE Batalha. Origina-se da Deliberação 003/2016 do CBH CVSM a pauta que considera a multiplicidade de usos da água na bacia hidrográfica do rio São Marcos, tendo por prioridade os usos consuntivos.

Mapa 4 – Unidades Estaduais de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos componentes do CBH Paranaíba.



Fonte: SEMAD-GO (2014). Elaboração: Oliveira Sousa, 2024.

As atuações do comitê no conflito hídrico do Alto São Marcos se efetivam no sentido de priorizar as atividades agrícolas, aproximando-se, na esmagadora maioria das vezes, da visão defendida pelo setor do agronegócio. As atas de plenárias do CBH CVSM registram a parca frequência representativa da UHE Batalha por meio de Furnas S/A o que, por vezes, é alvo de críticas por parte de membros e da própria presidência. A não participação de Furnas S/A garante que o espaço das reuniões seja preenchido pelos interesses urgentes da classe irrigante.

O posicionamento do CBH CVSM em relação ao sistema de outorgas argumenta o atual modelo de concessão. A visão predominante é a de que o fator disponibilidade hídrica não é estático, mas suscetível a alterações conforme fatores climáticos e períodos de maior demanda hídrica, numa aproximação da proposta de Outorga com Gestão de Garantia e Prioridade (OGP). A OGP oferece a sustentação técnica para a possibilidade de se aplicar no Alto São Marcos a ideia de outorgas sazonais.

O CBH CVSM assume o posicionamento de que o limite máximo outorgável do atual Marco Regulatório não é suficiente para a resolução do conflito hídrico no Alto São Marcos, visto que não atende a demanda da agricultura irrigada, reforçando a visão de que a UHE Batalha representa um entrave ao desenvolvimento agrícola.

Nesse ponto, cabe um adendo: as representações de classe são legítimas e sempre expressarão aquilo que é de interesse do respectivo setor. Porém, no caso específico do conflito hídrico do Alto São Marcos, avaliamos que a postura parcial do CBH CVSM acirra os ânimos por disputa hídrica e faz perdurar uma situação de desigualdade de acesso à água, o que compromete a prioridade aos usos múltiplos na bacia.

4. Estruturas institucionais e sua dimensão geográfica

A referida bacia se configura como um dos berços de um sistema que leva água para cerca de 60 milhões de brasileiros. Somente o município de Cristalina-GO (município

de maior extensão na bacia do rio São Marcos) abriga 256 rios e riachos que desembocam no rio São Marcos. As águas do São Marcos chegam ao rio Paranaíba que, por sua vez, é um dos principais formadores do rio Paraná, cuja bacia abarca boa parte do Distrito Federal e dos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, alcançando também a porção norte de Santa Catarina.

Ou seja, parte do volume das águas do rio Paraná vem de rios e riachos cujas nascentes se situam em áreas de cabeceiras da bacia do rio São Marcos intensamente apropriadas por pastagens e lavouras. As culturas anuais, como a soja e o milho, são as que ocupam a maior porção da área agricultável da referida bacia. Tais culturas, possuem raízes curtas, comprometendo a infiltração da água no solo e dificultando a recarga dos depósitos subterrâneos (Vilarinho *et al.*, 2019; Bono, 2007; Barbosa *et al.*, 2014). Isso diminui a vazão dos rios (Barbosa, 2019) e, conseqüentemente, o nível dos reservatórios das hidrelétricas situadas a jusante.

Obviamente que os cultivos desenvolvidos na bacia do rio São Marcos não constituem o único fator a causar modificações nas taxas dos fluxos d'água. Outros fatores também exercem influência sobre as vazões de seus rios, tais como a influência dos usos e/ou retiradas da água na bacia para a manutenção de represas (mesmo as de pequeno porte), usos para abastecimento humano, irrigação, possíveis desvios de água para outros corpos hídricos, entre outros fatores.

Segundo dados do MapBiomas referentes ao ano de 2022⁹, as atividades agropecuárias se apropriam de 50,14% do Cerrado. No caso específico da bacia do rio São Marcos, as mesmas atividades se apropriam de quase 70% de seu território. A situação de destruição do Cerrado impacta diretamente oito das doze grandes bacias hidrográficas brasileiras, especialmente a do Paraná.

Salmona (2023) comparou a vazão de várias bacias hidrográficas do Cerrado com os índices de chuva e de ocupação do solo nas últimas décadas. Concluiu que, embora haja a diminuição dos índices de precipitação em pontos específicos do Cerrado, a

⁹ Disponível em: <<https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>>. Acesso em 30/11/2023.

redução na vazão dos rios, nesse bioma, tem sido quase generalizada, ocorrendo, inclusive, nas áreas em que os padrões de chuva se mantêm.

Os estudos de Barbosa (2019) e de Barbosa *et al.* (2020) apontam para uma intrínseca relação entre desmatamento do Cerrado e a diminuição do volume ou, até mesmo, o desaparecimento de cursos d'água, ocasionando crise hídrica na porção Centro-Sul do Brasil.¹⁰

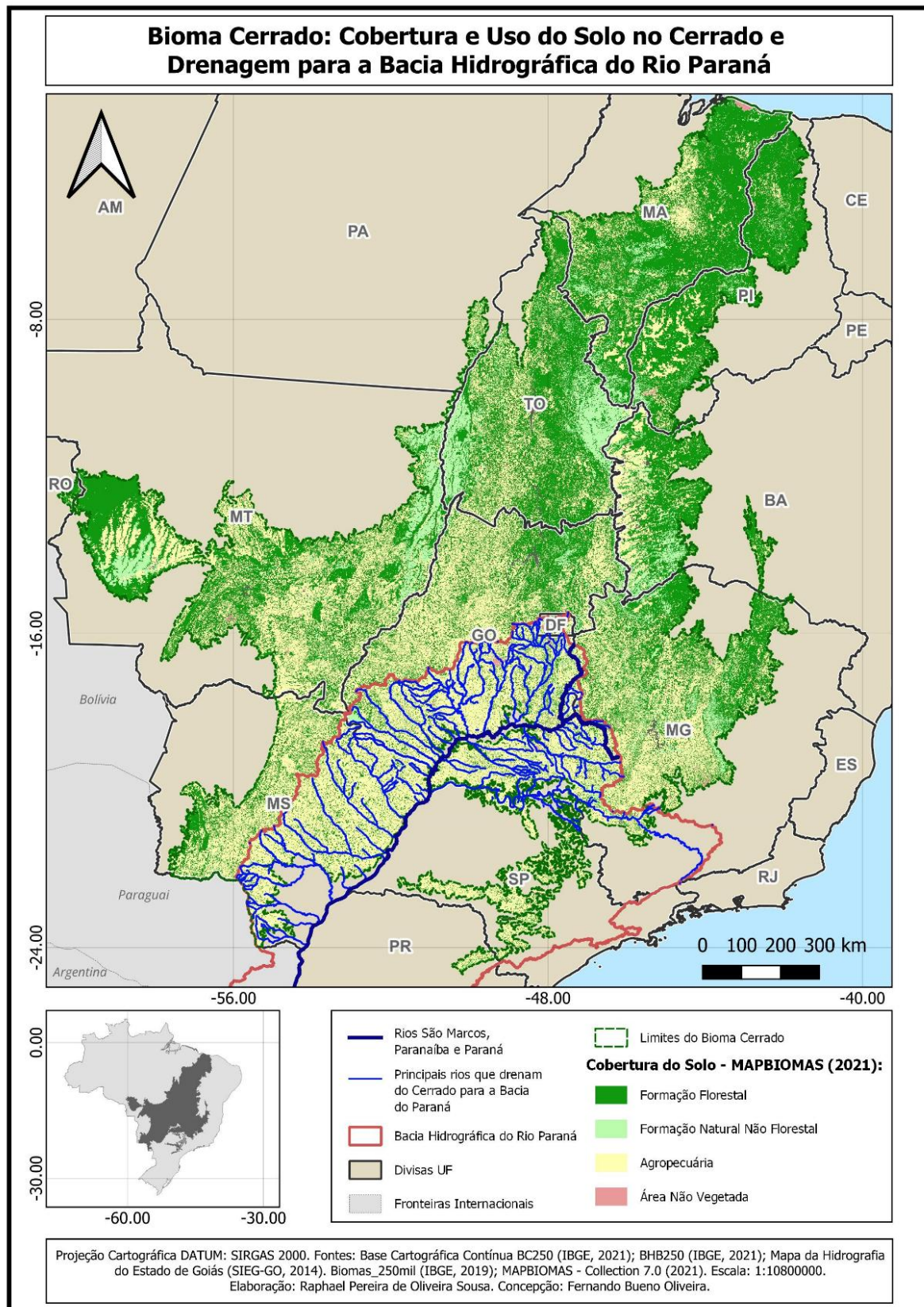
O **Mapa 5** demonstra a intrínseca relação do Cerrado com a existência de uma densa rede de drenagem na bacia do rio Paraná.

As nascentes do Cerrado assim como as suas bacias hidrográficas são extremamente importantes para a própria existência do rio Paraná. Contudo, as ressignificações no processo produtivo ocasionaram em transformações estruturais das áreas de Cerrado, diminuindo a produção hídrica.

A aplicação da técnica (Santos, 2013) e a consequente modernização territorial (Castilho, 2017) num contexto de acumulação de capital (Marx, 2017) e de produção capitalista do espaço (Harvey, 2005) trouxeram ressignificações na produção agrícola. A infraestrutura técnica, bem representada pela instalação de pivôs centrais, proporciona a produção ininterrupta de excedentes de capital sob a forma de lucros. No setor energético, a infraestrutura técnica promove profundas alterações no espaço geográfico criando as condições físicas de produção do lucro.

¹⁰ Em 2021 a BBC Brasil produziu uma reportagem relacionando a diminuição drástica do volume hídrico das cataratas do Iguaçu com o processo de desmatamento de áreas do Cerrado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qVBYfobLJE0&t=83s>> Acesso em 17/08/2023.

Mapa 5 – O Cerrado e a manutenção hídrica do Centro-Sul brasileiro (2021).



Fonte: Mapbiomas (2021). Elaboração: Raphael de Oliveira Sousa, 2023.

Ao relacionarmos o crescente processo de apropriação do Cerrado pela agricultura (Mendonça, 2004; 2010; Oliveira, 2008; Calaça, *et al.*, 2021), especificamente na bacia do rio São Marcos (Nascimento, 2020), e os formatos circulares que marcam ali a presença de pivôs centrais, logo verificamos uma rápida expansão da agricultura irrigada, notadamente nos dois últimos decênios.¹¹

Selecionamos uma área nas proximidades da sede municipal de Cristalina-GO para exemplificarmos as condições atuais de preservação de uma área específica da porção do Alto rio São Marcos (**Mapa 6**).

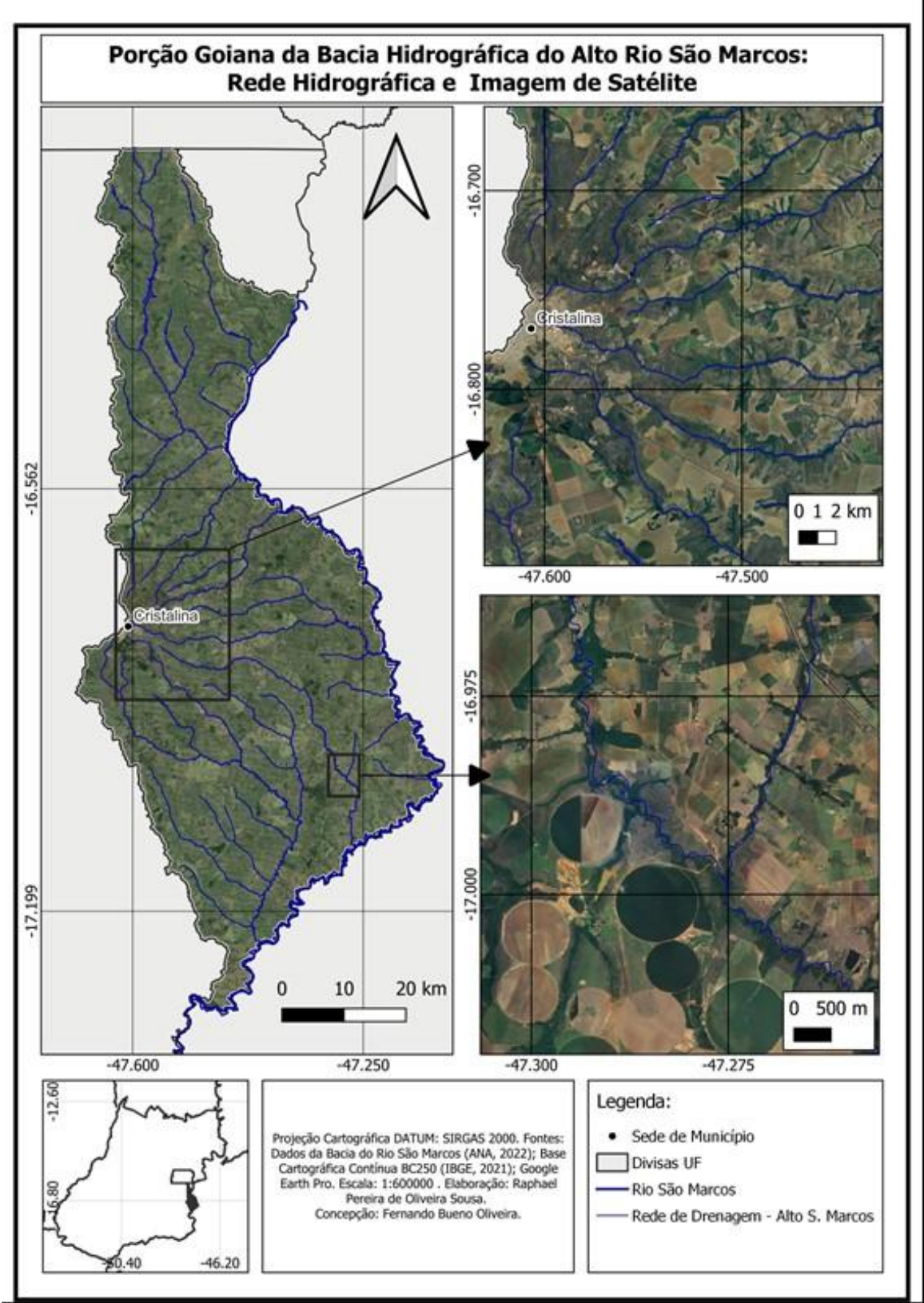
Trata-se de uma área de cabeceira com a mínima existência de vegetação nativa. Ao longo de seus cursos d'água, percebe-se um alto grau de desmatamento das matas ciliares e a maciça presença de lavouras da agricultura comercial e pastagens.

Uma maior aproximação consegue identificar a grande concentração de lavouras irrigadas indicando o intenso bombeamento da água dos mananciais. A mesma imagem demonstra a existência de vegetações nativas remanescentes em áreas esparsas.

Os formatos circulares captados por satélite, simbolizam o reordenamento lógico do território voltado ao ritmo de mercado e a uma geometria territorial que assinala a territorialização do capital.

¹¹ Disponível em: <<https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/agua>>. Acesso em 22/10/2023.

Mapa 6 – Porção goiana do Alto São Marcos – Rede de drenagem e situação ambiental (2022).



Fonte: ANA (2022). Elaboração: Raphael de Oliveira Sousa, 2023.

Vejamos o quadro energético da bacia em estudo. A produção de energia elétrica, assim como sua transmissão, distribuição e comercialização, está relacionada às dinâmicas que se estabelecem em âmbito territorial (Castilho, 2017b). As UHEs Serra do Facão e Batalha, ambas situadas na bacia do rio São Marcos, alimentam o sistema interligado de transmissão de energia elétrica do Brasil com potências que podem chegar a 52,5 Megawatts e 210 Megawatts, respectivamente.

Esses empreendimentos geradores de energia elétrica cumprem a lógica produtiva em redes interligadas de longo alcance. As suas intencionalidades produtivas combinam lucro e novos investimentos de capital. Por isso,

as hidrelétricas no Brasil tornaram-se fábricas de produção de eletricidade, de risco de realização da receita nulo e elevada lucratividade. Risco de realização da receita nulo, porque o grupo que ganha o leilão já tem assegurado antes de construí-la, a venda de sua produção durante 30 anos com os contratos assinados e endossados pelo estado brasileiro com as empresas distribuidoras, que são obrigadas a comprar a sua energia nestes leilões. Elevada lucratividade, pois de um modo geral, estes empreendimentos têm sido conquistados, referenciados no custo de produção térmica (Gonçalves Júnior, 2013, [n.p]).

351

Ou seja, a produção do lucro pelos empreendimentos hidrelétricos, capaz de ser convertido em capital (Harvey, 2005), se dá por meio da apropriação de porções do espaço geográfico, de maneira que a infraestrutura implantada possibilite o uso da água como elemento estratégico.

Citemos um caso recente de interesse pela produção de energia elétrica com o uso das águas da Mesorregião do Leste Goiano, a mesma em que se situa a bacia do São Marcos: enquanto escrevíamos o presente texto, tramitavam na Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Goiás (SEMAD-GO) propostas para a instalação de 41 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) na bacia do rio Corumbá.

Nos termos da geopolítica da água, a possível instalação dos referidos empreendimentos poderá causar expressivo impacto aos usos múltiplos, podendo comprometer o desenvolvimento agrícola dessa região e desencadear situações de

conflitos pelo uso da água. Assim como o rio São Marcos, o Corumbá é um importante afluente do rio Paranaíba.

5. Análise do contexto regional

A importância hídrica da bacia do rio São Marcos se dá em escala regional, numa área de abrangência que vai da região central do Brasil até a UHE de Itaipu¹², na divisa com o Paraguai. As suas águas atravessam um extenso trecho do Centro-Sul brasileiro (vide **Mapa 7**).

A condição essencial da bacia do São Marcos ao contexto hídrico da bacia do rio Paraná se desenha para além das condições naturais. Ela se dá também a partir de intencionalidades estratégicas que culminam em práticas territoriais de apropriação da água, o que reflete nas bacias do Paranaíba e do Paraná.

352

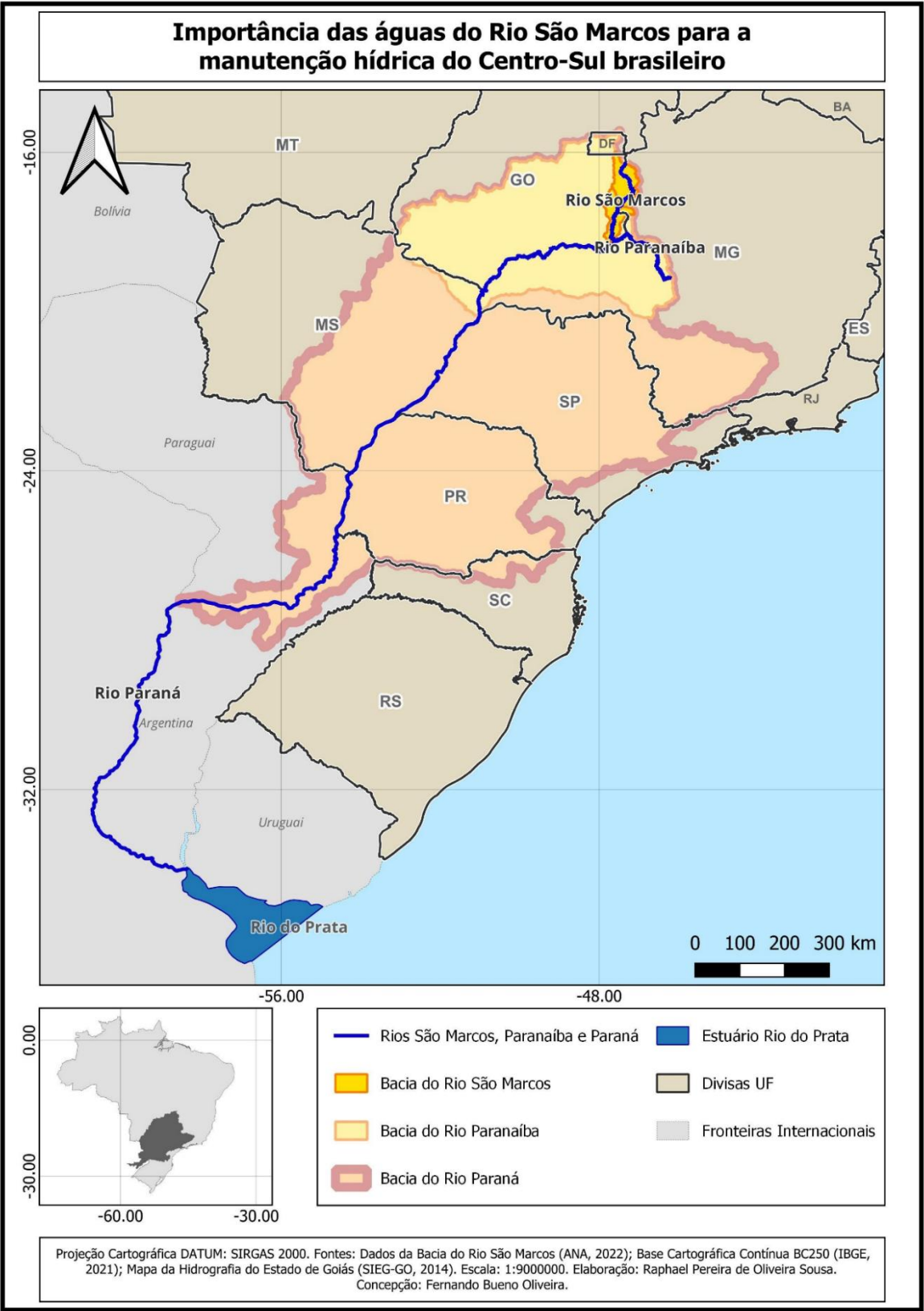
Uma série de resoluções, normas técnicas e marcos temporais intensificam as relações de poder perceptíveis e específicas à bacia do São Marcos. São elas, as relações de poder, que se desdobram em relações espaciais e na estrutura geográfica.

As intencionalidades do setor de irrigação do Alto São Marcos, expressas em atas de reuniões do CBH Paranaíba e do CBH CVSM, vinculam-se ao aumento do limite máximo outorgável no Alto São Marcos e à ampliação da sua área irrigada para 220 mil hectares.¹³

¹² Embora as águas do rio São Marcos abasteçam a bacia do Rio da Prata (Argentina), para efeito de análise sob a ótica da hidro-hegemonia em escala regional, consideraremos somente o território brasileiro, ou seja, até a UHE Itaipu que se constitui como o último barramento de seu curso.

¹³ Em reuniões do Comitê de Bacia dos rios Corumbá, Veríssimo e porção goiana do rio São Marcos ocorridas ao longo de 2023 foram expostos estudos indicando a possibilidade de ampliação da área irrigada no Alto São Marcos, chegando-se a 220 mil hectares.

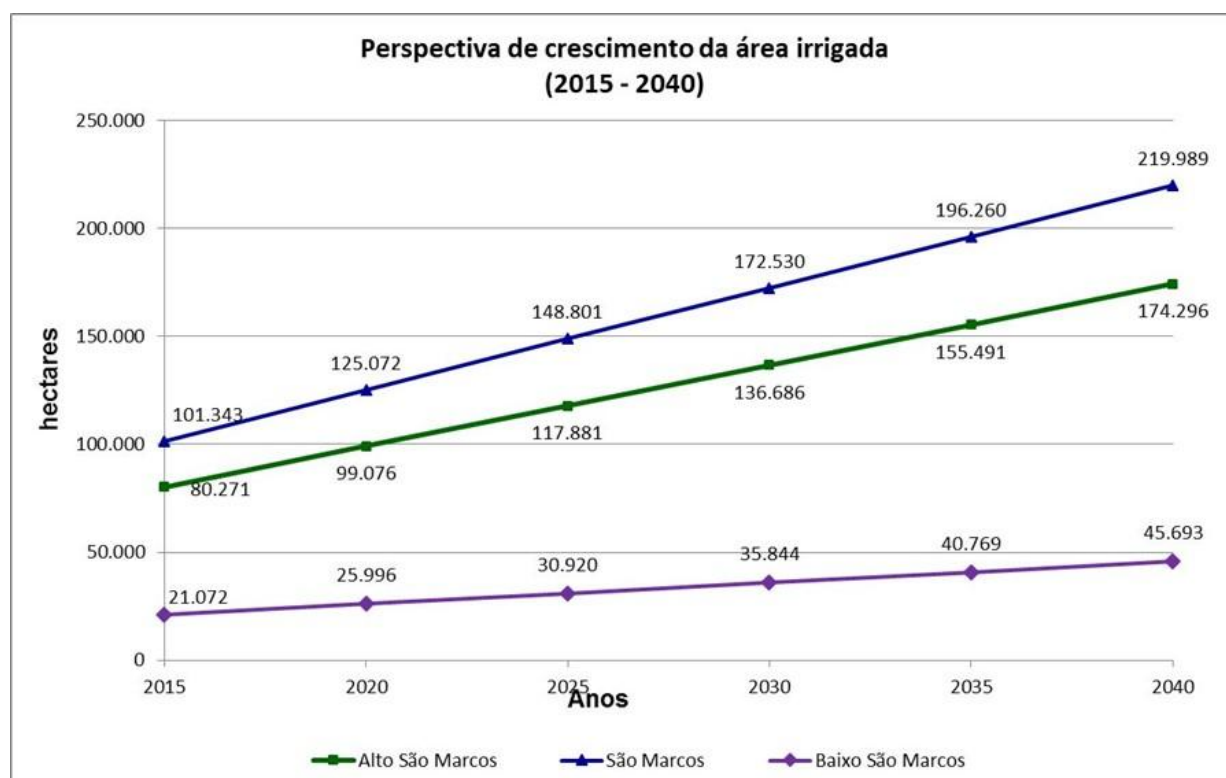
Mapa 7 – A importância das águas do rio São Marcos para o Centro-Sul brasileiro.



Fonte: ANA (2022). Elaboração: Raphael de Oliveira Sousa, 2023.

Em 2020, projeções realizadas pela ANA com base no crescimento da área irrigada verificado nos últimos anos, indicavam que o potencial da bacia do rio São Marcos para a irrigação, até 2040, seria o de 219.989 hectares, sendo 174.296 hectares no Alto São Marcos, conforme **Gráfico 1**.

Gráfico 1 – Projeção da área irrigada na bacia do São Marcos.



Fonte: Relatório Análise de Impacto Regulatório ANA nº1/2020/SER/SPR/SFI (2020).

Os gráficos, de acordo com projeções da ANA, demonstram uma perspectiva de expansão da área irrigada até o ano de 2040, e a consequente necessidade pela elevação da vazão destinada à irrigação no Alto São Marcos. Por outro lado, a maior demanda hídrica a montante da UHE Batalha poderá resultar na redução da garantia física da UHE.

O setor de irrigação e os comitês mencionados consideram que as sub-bacias a montante da UHE Batalha são de vocação agrícola, consoante com o cultivo de hortifrutigranjeiros em extensas áreas e de grandes produções de feijão, batata, cebola,

alho, tomate e café. Contudo, as culturas de soja e milho são as que possuem as maiores extensões.

Vejamos, por exemplo, o trecho de uma manifestação (moção) de 16 de agosto de 2023 do CBH CVSM ao solicitar esclarecimentos dos órgãos gestores quanto ao atual Marco Regulatório da Bacia do rio São Marcos: *[a produção irrigada] garante o aumento expressivo de grandes culturas tradicionais como soja, milho e algodão, o que culmina na otimização do espaço produtivo, redução de desmatamento para abertura de novas áreas agrícolas e adaptação às mudanças climáticas.*

Os produtores irrigantes, em geral, assumem o discurso de que houve incorreções no processo de concessão da área para Furnas que culminaram na inundação de, aproximadamente, 10.000 hectares pela represa da UHE Batalha, levando a um processo de evaporação muito maior do que todas as quantidades de pivôs em funcionamento. Aqui, é importante a menção de que os reservatórios particulares do setor de irrigação também causam o mesmo efeito, ainda que seja em escala menor.

355

Já o Comitê de Bacia CVSM considera que a barragem da hidrelétrica de Batalha foi responsável por atrasar o desenvolvimento de uma quantidade maior de hectares irrigados, deixando um vazio nas proximidades da barragem, diferente do que aconteceu na parte alta onde a concentração de pivôs é destacável.

Os supracitados Comitês de Bacia, em consonância com o setor agrícola, priorizam o uso da água na bacia do alto curso do rio São Marcos para a irrigação tendo por propósito a organização espacial nos moldes do sistema de mercado. Nesse caso, a água é percebida como o elemento primordial e estratégico que garante o aumento da capacidade produtiva e a ampliação da área agricultável.

Numa lógica de especialização territorial, a captação da água nas sub-bacias do Alto São Marcos é estratégica. Existem ali centenas de represas voltadas à irrigação com volume de reserva bastante expressivo. O conjunto de infra-estruturas adotado pelo setor agrícola, para facilitar e assegurar a disponibilidade hídrica dentro de um território, possibilita uma maior eficiência de acesso à água e, a depender da intenção, em sua

retenção. Nesse viés, Harvey (2005) reforça que “a capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço” (Harvey, 2005, p. 147).

Estruturalmente, a capacidade de apropriação da água pelos irrigantes do Alto São Marcos, mesmo diante do atual Marco Regulatório que estabelece o limite anual de uso consuntivo de 13,61 m³/s, repercute diretamente na logística de produção energética que se dá no Centro-Sul brasileiro.

Inicialmente, vejamos a localização das UHEs ao longo dos cursos principais da bacia do Paraná, considerando-se a UHE Batalha como ponto inicial (**Quadro 1**).

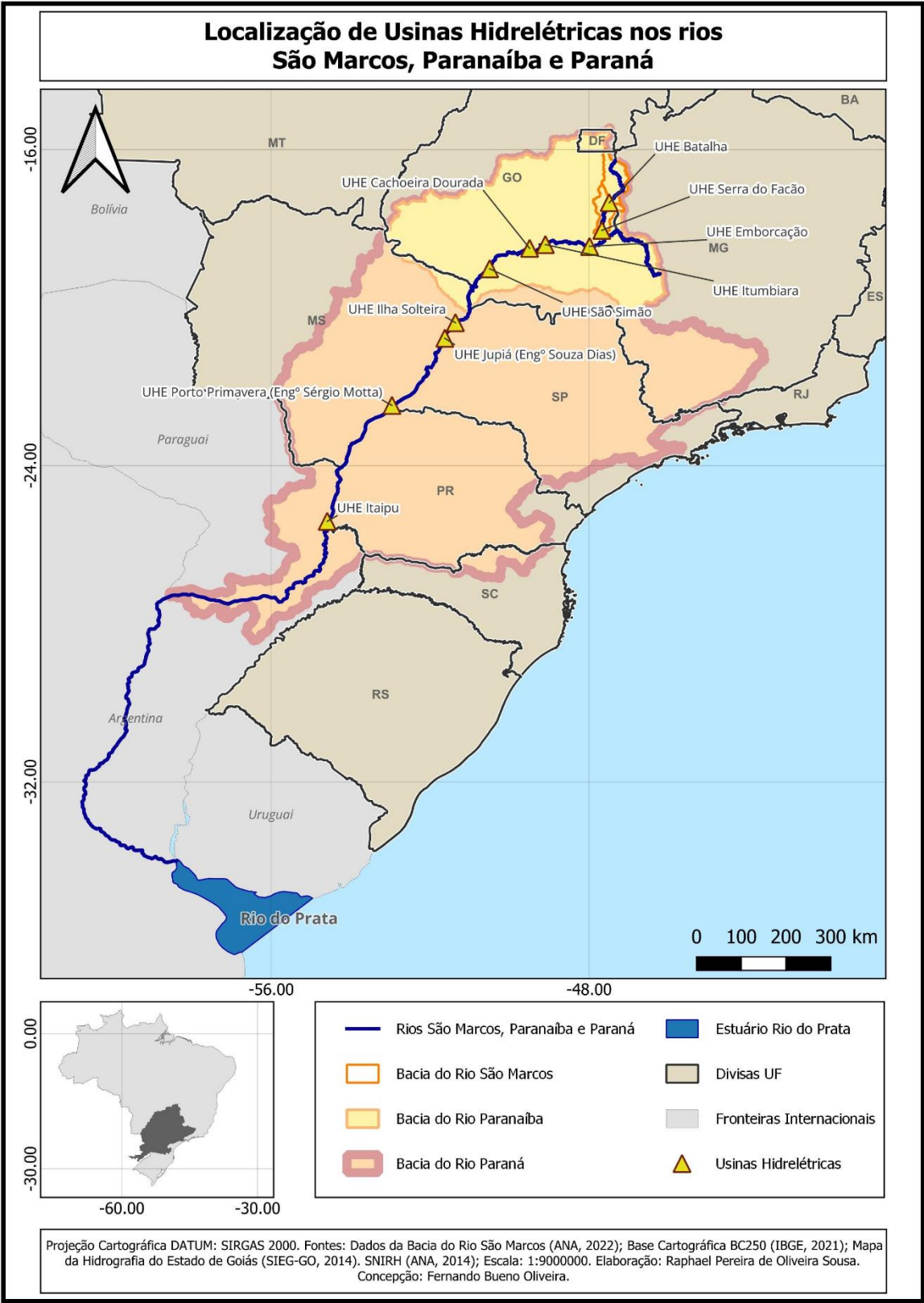
Quadro 1 – Localização das UHEs ao longo da bacia do rio Paraná (2023).

UHEs situadas no rio São Marcos	UHEs situadas no rio Paranaíba	UHEs situadas no rio Paraná
Batalha	Emborcação	Ilha Solteira
Serra do Facão	Itumbiara	Jupia
-	Cachoeira Dourada	Porto Primavera
-	São Simão	Itaipu

Fonte: Furnas, 2023. Org.: Fernando Bueno Oliveira, 2023.

A situação de conflito hídrico que se desenrola entre os setores de irrigação e energético do Alto São Marcos exerce influência na faixa de produção energética do Sistema Integrado Nacional (SIN). Ela é formada pela UHE Batalha e, em cascata, por mais nove usinas hidrelétricas, sendo a última a UHE Itaipu (vide **Mapa 8**).

Mapa 8 – Localização de UHEs nos rios São Marcos, Paranaíba e Paraná (2023).

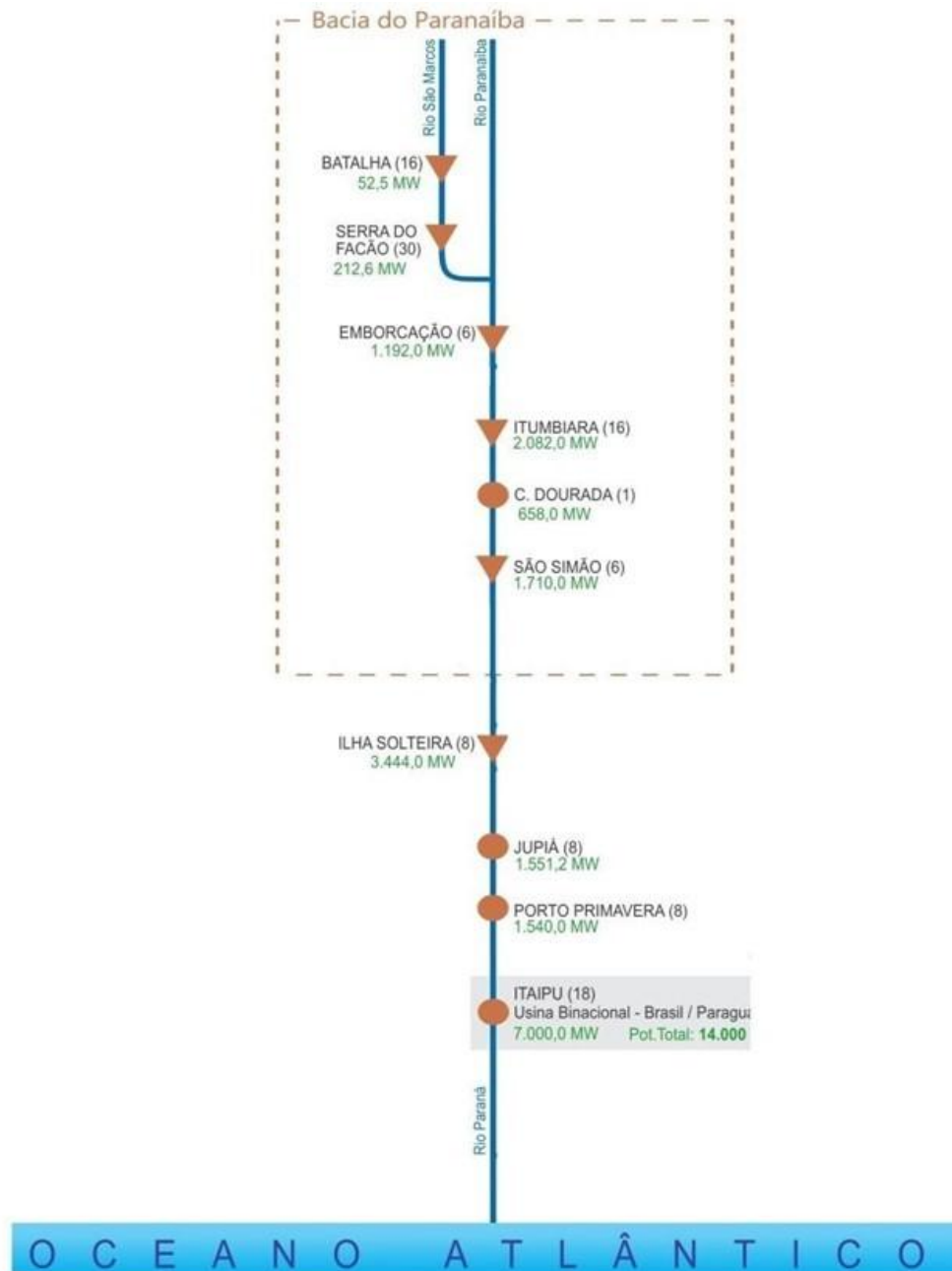


Fonte: ANA, 2022. Elaboração: Raphael de Oliveira Sousa, 2023.

A localização das referidas usinas se dá dentro de uma rede hidrográfica em que a bacia do rio São Marcos se configura como região de cabeceira.

A **Figura 1** traz as capacidades instaladas de todas as UHEs que formam o integrado regional, totalizando mais de 26.442,3 MW de capacidade instalada.

Figura 1 – Sistema Integrado de Produção Energética.



Fonte: Furnas, 2018.

Para o setor energético existem consequências, em efeito cascata, do aumento dos usos consuntivos no Alto São Marcos. Elas afetariam todo o sistema integrado composto pelas UHEs relacionadas na **figura 1**, fazendo com que boa parcela das usinas do Sistema Interligado nacional (SIN) tenha sua geração afetada pela redução da defluência da UHE Batalha.

A **Tabela 2** apresenta os pareceres técnicos que apontam as perdas de Energia Firme que são diretamente proporcionais ao aumento dos usos consuntivos no Alto São Marcos:

Tabela 2 – Impactos energéticos e econômicos com o aumento dos usos consuntivos (conforme parecer do setor energético).

UHE	Perdas de Energia Firme (Mw médio)							
	Usos Consuntivos	Resolução 489/2008 Ano: 2005 (1,26 m³/s)	Res. 564/2010 Ano: 2017 (9,03 m³/s)	Res. 564/2010 Ano: 2020 (9,62 m³/s)	Res. 564/2010 Ano: 2025 (10,62 m³/s)	Res. 564/2010 Ano: 2030 (11,62 m³/s)	Res. 564/2010 Ano: 2035 (12,62 m³/s)	Res. 564/2010 Ano: 2040 (13,61 m³/s)
Batalha		-	-2,8	-3,0	-3,4	-3,8	-4,1	-4,5
Serra do Facão		-	-4,8	-5,2	-5,8	-6,4	-7,0	-7,6
Emborcação		-	-8,5	-9,2	-10,2	-11,4	-12,4	-13,5
Itumbiara		-	-5,3	-5,7	-6,3	-7,0	-7,7	-8,4
Cachoeira Dourada		-	-2,0	-2,1	-2,4	-2,6	-2,9	-3,1
São Simão		-	-4,6	-4,9	-5,5	-6,1	-6,7	-7,2
Ilha Solteira equiv.		-	-2,9	-3,1	-3,5	-3,9	-4,3	-4,6
Jupia		-	-1,4	-1,5	-1,7	-1,9	-2,1	-2,2
Porto Primavera		-	-1,2	-1,2	-1,4	-1,6	-1,7	-1,8
Itaipu		-	-7,6	-8,2	-9,2	-10,2	-11,1	-12,1
TOTAL			-41,1	-44,2	-49,5	-54,8	-60,0	-65,2
Prejuízo (Milhões R\$)		-	505,5	544,2	609,8	674,9	738,2	802,3

Custo por m³/s retirado: 64,9 milhões de reais

Fonte: Furnas (2018). Org.: Fernando Bueno Oliveira, 2023.

Observa-se que as Resoluções se baseiam em revisões da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) para a UHE Batalha, já previstas por Furnas S/A. Ou seja, o limite de vazão de 13,61 m³/s projetado para o ano de 2040 já é utilizado desde 2021. Conforme o discurso do setor elétrico, para todos os casos, desde 2017, existem

perdas de energia firme, agravando-se com o estabelecimento do Marco Regulatório vigente.

Vejamos as considerações de Furnas, por meio de seu representante legal, na 19ª reunião extraordinária do CBH Paranaíba datada de 21 de março de 2018, ao apresentar contestações de ordem técnica e jurídica quanto ao parecer daquele Comitê favorável ao uso prioritário da água do Alto São Marcos para atividades agrícolas:

Na realidade, o que está sendo outorgado é um volume de água que não está disponível na bacia do rio São Marcos [...] Não estão sendo observadas as vazões ecológicas a montante do reservatório, com possíveis consequências ambientais à sanidade dos afluentes, do próprio rio São Marcos e do reservatório [...] Assim, os municípios de Cristalina (GO) e Paracatu (MG), e os Estados de Goiás e Minas Gerais recebem recursos a título de Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) e, portanto, serão impactados com a redução de geração pelo aumento dos usos consuntivos a montante de Batalha. Outros Estados também serão impactados em função da redução de geração das usinas na cascata até Itaipu [...]. Em consequência, Furnas e demais empresas da cascata estariam assumindo o prejuízo que esta decisão causaria nas suas remunerações.

Para a Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE) o posicionamento do setor energético no caso de disputa hídrica na bacia do São Marcos é importante pelo fato de poder permitir o conhecimento e, assim, a avaliação dos custos que poderão advir para a sociedade na eventual compensação pela redução de geração de energia elétrica causadas nas usinas hidrelétricas supracitadas, sabidamente mais baratas que aquelas provenientes de outras fontes, especialmente em um cenário de contínua perda de capacidade de regularização sistêmica.

Em relatório que contesta o aumento dos usos consuntivos no Alto São Marcos, a ABRAGE aponta que o uso prioritário para a irrigação a montante da UHE Batalha estaria consumindo os recursos hídricos dos usuários de jusante em cenários de seca.

Interessante perceber que em seu discurso, o setor energético culpabiliza a irrigação pelos impactos econômicos negativos e expõe preocupações que envolvem a

logística de produção e, inclusive, causas ambientais. Em intensidade semelhante, o discurso do setor de irrigação se ancora na ideia de comprometimento do desenvolvimento agrícola no Alto São Marcos causado pelo atual Marco Regulatório.

Sabe-se, portanto, que na disputa pelo poder, o discurso é estratégico e se utiliza de elementos que visam criar uma imagem negativa da outra parte envolvida. No contexto da bacia do São Marcos, tal estratégia é adotada pelos setores supracitados.

Considerações finais

A análise das disputas de poder vigentes em uma bacia hidrográfica por meio das premissas fundamentais da Geografia Política da Água permite a compreensão mais sistemática das nuances que determinam a sua dinâmica hídrica. Isso envolve lidar com conflitos e tomadas de decisões que afetam a distribuição de recursos hídricos entre os atores territoriais.

A aplicação de seu arcabouço teórico e interpretativo bem como do quadro analítico para o estudo dos conflitos hídricos proposto por Ribeiro (2019), possibilita a compreensão das relações políticas que repercutem na relação entre bacias hidrográficas, conjugando situações de oferta, demanda, distribuição e regulação.

No caso da bacia hidrográfica do rio São Marcos, os critérios de uso da água, em última instância, resultam de deliberações e regulações advindas do Estado. Sendo assim, tanto o setor governamental quanto o privado territorializam o espaço geográfico para nele aplicarem as suas intencionalidades que abrangem o poder territorial e o econômico.

A importância hídrica de uma bacia hidrográfica se dá a partir de aspectos fundamentais que perpassam pelo fator localização e por políticas de uso e gestão da água aliadas ao modelo produtivo empregado, que lhe conferem o grau de importância em relação às bacias posicionadas no “relevo de jusante” (Guerra; Guerra, 1997, p. 366).

O seu grau de importância aglutina tanto os elementos naturais, tais como a topografia e a oferta hídrica, quanto às relações políticas de agentes territoriais.

A bacia do rio São Marcos exerce grande influência na dinâmica hídrica do Centro-Sul brasileiro por apresentar quatro características essenciais:

- A sua localização em área de cabeceira, que notabiliza o seu grau de importância na produção de água para o Centro-Sul brasileiro, ultrapassando, inclusive, as fronteiras nacionais;

- A sua intensidade produtiva e como suas estratégias de apropriação da água redefinem a vazão defluente da bacia, fato que influencia diretamente a dinâmica hídrica a jusante;

- A redefinição de estratégias produtivas que repercutem na alocação hídrica em escala regional, por meio de deliberações de órgãos gestores que ali atuam;

- A ação dos setores da irrigação e energético atuantes na bacia que controlam dados e estruturas do conhecimento, adotando discursos compromissados tão somente com os seus interesses econômicos e assumindo posturas que reverberam na dinâmica hídrica e econômica das bacias a jusante.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Levantamento da Agricultura irrigada por pivôs centrais (1985-2017)**. Brasília, 2019.

BARBOSA, Altair Sales; et.al. **O piar da Juriti Pepena: Narrativa ecológica da ocupação humana do Cerrado**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2014.

BARBOSA, Altair Sales. **O livro da Terra**. Goiânia: Gráfica e Editora América, 2019.

BARBOSA, Altair Sales; ARAÚJO, Luciane Martins de. Pré-História do Cerrado. **Elisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 9, nº 2, pp. 1-29, 2020.

- BARBOSA, Altair Sales; DUTRA E SILVA, Sandro. Paisagens e fronteiras do Cerrado: Ciência, biodiversidade e expansão agrícola nos chapadões centrais do Brasil. **Estudos libero-americanos**, v. 46, nº 1, pp. 1-18, 2020.
- BONO, José Antônio Maior. **Alterações em propriedades físicas de um latossolo da região sudoeste dos cerrados por diferentes sistemas de uso e manejo**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Estadual de Maringá-PR). Maringá, 2007.
- CALAÇA, Manoel; SILVA, Edson Batista da; JESUS, José Novais de. Territorialização do agronegócio e subordinação do campesinato no Cerrado. **Élisée – Revista de Geografia da UEG**, v.10, nº 1, pp. 1-27, 2021.
- CASTILHO, Denis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2017a.
- CASTILHO, Denis. Dilemas e contradições da eletrificação no Brasil. In: ZAAR, Miriam H.; VASCONCELOS P. JUNIOR, Magno.; CAPEL, Horacio (Editores). **La electricidad y el territorio: Historia y futuro**. Barcelona: Universidad de Barcelona/Geocrítica, 2017b.
- GONÇALVES JÚNIOR, Dorival. **Eletricidade: Um negócio rentável no Brasil**. Unisinos Online, São Leopoldo, RS, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/517180-eletricidade-um-negocio-rentavel-no-brasil-entrevista-especial-com-dorival-goncalves-junior>>. Acesso em 22/08/2023.
- GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- LE MOS, Rodrigo Silva; CÁCERES, Natália Duarte; JÚNIOR, Tarcísio Tadeu; JÚNIOR, Antônio Pereira Magalhães. Planejamento e gestão de recursos hídricos. In: JÚNIOR, Antônio Pereira Magalhães; LOPES, Frederico Wagner de Azevedo. **Recursos hídricos: as águas na interface sociedade-natureza**. São Paulo: Oficina de Textos, 2022. pp. 105-123.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Pereira. **Indicadores ambientais e recursos hídricos: Realidade e perspectivas para o Brasil a partir da experiência francesa**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

- MARTINS, Renato Adriano. **O agrohídronegócio do pivô central no estado de Goiás: Expansão, espacialização e a consequente degradação do subsistema de veredas.** 2017. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.
- MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política – livro I: o processo de produção do capital.** 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política – livro III: o processo global da produção capitalista.** 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura do capital e do trabalho no cerrado do sudoeste goiano.** 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Complexidade do espaço agrário brasileiro: O agrohídronegócio e as (re)existências dos povos cerradeiros. **Terra Livre**, São Paulo, v. 26, nº 34, pp. 189-202, 2010.
- NASCIMENTO, Aline Cristina. **“A água tem de ser viva e pra gente viver”:** O dissenso dos consensos na apropriação da água no Alto do Rio São Marcos. Tese (Doutorado em Geografia - Universidade Federal de Goiás-GO. Goiânia, 2020.
- OLIVEIRA, Ivanilton José de. O povo do cerrado: Relações entre população e ambiente no estado de Goiás. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, v. 12, nº 1, pp. 124-136, 2008.
- PEREIRA JÚNIOR, Lindolfo Caetano; NICÁCIO, Patrícia Pereira da Silva. Demanda hídrica para irrigação por pivôs centrais no estado de Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 34, nº 3, pp. 443-463, 2014.
- QUIRINO, Dayanna Teodoro; SALES, Luís Fernando Pereira de; SILVA, Osny Ferreira da. Aplicação do sensoriamento remoto para análise temporal em agriculturas irrigadas por pivô central no município de Cristalina-GO. **Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Curitiba, PR, 2011, pp. 154-160.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Wagner Costa; SANTOS, Cinthia Leone Silva dos; SILVA, Luís Paulo Batista da. Conflito pela água, entre a escassez e a abundância: Marcos teóricos. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, nº 2, pp. 11-37, 2019.

SALMONA, Yuri Botelho. **Os efeitos das mudanças do uso do solo e das mudanças climáticas nas vazões dos rios do bioma Cerrado e estimativas futuras**. Tese (Doutorado em Geociências) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e meio técnico-científico-informacional. 5ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

VILARINHO, Marcella Karoline Cardoso, et.al. Velocidade de infiltração básica de um plintossolo pétrico situado em áreas de pastagem e cerrado. **Revista Brasileira de Agricultura Irrigada**, v. 13, nº 2, pp. 3336-3345, 2019.

Fernando Bueno Oliveira é doutor em Geografia e professor da Educação Básica (Secretaria de Estado da Educação de Goiás e Secretaria Municipal de Educação de Goiânia).
E-mail: fernandobuenogeo@gmail.com

Manoel Calaça é doutor em Geografia e professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e credenciado do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA-UFG). **E-mail:** manoelcalaca.geo.ufg@gmail.com

Artigo enviado em 03/12/2023 e aprovado em 13/04/2025.

Artigo

A influência da sojicultura transgênica na degradação ambiental do Pampa Gaúcho

Henrique Rudolfo Hettwer

Resumo

Este artigo discute alguns dos impactos ambientais da sojicultura transgênica nos territórios dos cinco principais municípios produtores em área produzida do estado do Rio Grande do Sul – Tupanciretã, São Gabriel, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul e Dom Pedrito. Estes territórios ocupam o domínio morfoclimático e fitogeográfico do Pampa, que vem sendo o mais desmatado nas últimas décadas no país, principalmente para a conversão à sojicultura transgênica. Este processo cresce num contexto de valorização da *commodity* soja, que vem se expandindo sobremaneira. Através de análise cartográfica de uso do solo, notabiliza-se a perda vegetativa considerável no Pampa. Isto afeta a diversidade da flora, da fauna, degrada os solos ao revolvê-los e desprotegê-los para a agricultura e compromete o equilíbrio climático e hídrico da região. Ao mesmo tempo, ocorre a intoxicação por pesticidas utilizados maciçamente no manejo da cultura transgênica. Os rios destes territórios - Jaguari, Vacacaí, Toropí, Jacuí e Santa Maria -, após pesquisa de campo e análise laboratorial, apresentaram a contaminação por diversos agrotóxicos, alguns deles banidos pela Anvisa. Conclui-se que a sojicultura transgênica provoca diversos impactos ambientais, derivados da dinâmica hegemônica do cultivar, que ignora e não inclui o custo ambiental das mazelas geradas, ameaçando as diversas formas de vida do Pampa.

Palavras-chave: Sojicultura transgênica; Pampa; Desmatamento; Intoxicação.

366

The influence of transgenic soybean farming in the environmental degradation of the Pampa of Rio Grande do Sul

Abstract

This article discusses some of the environmental impacts of transgenic soybean farming in the territories of the five main producing municipalities in the produced area of the state of Rio Grande do Sul –

Tupanciretã, São Gabriel, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul and Dom Pedrito. These territories occupy the morphoclimatic and phytogeographical domain of the Pampa, which has been the most deforested in recent decades in the country, mainly for conversion to transgenic soybean farming. This process is taking place against the backdrop of the soya commodity, which has been expanding greatly. Through cartographic analysis of land use, the considerable vegetative loss in the Pampa is notable. This affects the diversity of flora and fauna, degrades the soil by turning it over and making it unprotected for agriculture and compromises the region's climate and water balance. At the same time, poisoning occurs due to pesticides used massively in the management of transgenic crops. The rivers in these territories - Jaguari, Vacacaí, Toropi, Jacuí and Santa Maria -, after field research and laboratory analysis, showed contamination by various pesticides, some of them banned by Anvisa. The conclusion is that transgenic sojiculture causes various environmental impacts, deriving from the hegemonic dynamics of the cultivar, which ignores and does not include the environmental cost of the problems generated, threatening the various forms of life in the Pampa.

Keywords: Transgenic soybean farming; Pampa; Deforestation; Intoxication.

La influencia del cultivo de soja transgénica en la degradación ambiental de la Pampa de Rio Grande do Sul

367

Resumen

Este artículo discute algunos de los impactos ambientales del cultivo de soja transgénica en los territorios de los cinco principales municipios productores de la zona productora del estado de Rio Grande do Sul – Tupanciretã, São Gabriel, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul y Dom Pedrito. Estos territorios ocupan el dominio morfoclimático y fitogeográfico de la región pampeana, que ha sido la más deforestada en las últimas décadas en el país, principalmente para su conversión al cultivo de soja transgénica. Este proceso se da en un contexto de apreciación de la *commodity* soja, que se ha expandido mucho. A través del análisis cartográfico del uso del suelo, se observa la considerable pérdida vegetal en la Pampa. Esto afecta la diversidad de flora y fauna, degrada los suelos al revolverlos y privarlos de protección para la agricultura, y compromete el clima y el equilibrio hídrico de la región. Al mismo tiempo, se produce el envenenamiento por plaguicidas utilizados masivamente en el manejo de cultivos transgénicos. Los ríos de esos territorios – Jaguari, Vacacaí, Toropi, Jacuí y Santa Maria –, después de investigaciones de campo y análisis de laboratorio, mostraron contaminación por diversos plaguicidas, algunos de ellos prohibidos por Anvisa. Se concluye que el cultivo de soja transgénica provoca diversos impactos ambientales, derivados de la dinámica hegemónica del cultivar, que ignora y no incluye el costo ambiental de los males generados, amenazando las diversas formas de vida en la Pampa.

Palabras clave: Soja transgénica; Pampa; Deforestación; Intoxicación.

Introdução

No Brasil, a cultura da soja alcançou uma relevância extraordinária, em controversas dinâmicas, especialmente nos últimos 50 anos, desde a égide da propugnada “Revolução Verde”. Há anos, configura o topo da balança comercial brasileira, ou seja, o que mais o país oferta comercialmente ao mundo, principalmente em grãos, sem agregar valor. A safra 2023-2024 resultou na colheita de 147.718.700 toneladas da leguminosa (CONAB, 2025).

Num contexto de crescente desnacionalização empresarial e desindustrialização precoce do país, agudizados nas últimas décadas de domínio neoliberal, redimensiona-se o colonialismo, que amplia o domínio do capital estrangeiro no Brasil, a externalidade na tomada de decisões econômicas estratégicas e a remessa de capitais ao exterior. A exploração do país por transnacionais só cresce. Elas se apropriam dos recursos naturais, exploram a mão de obra mais barata e ocupam o vultoso mercado interno de 203,1 milhões de habitantes, evadindo seus lucros às suas matrizes, o que Galeano (2011) denominou “as veias abertas da América Latina”. Ao mesmo tempo, eleva-se a reprimarização brasileira no contexto da Divisão Internacional do Trabalho, com as *commodities* soja, ferro, petróleo bruto e carnes liderando a lista de produtos exportados, diante da aquisição de produtos de alto valor agregado no mercado exterior.

Esta dinâmica econômica se sustenta em potente narrativa de segmentos que hegemonomizam o agronegócio, alardeando amplo sucesso do sentido de desenvolvimento das forças produtivas desencadeado. Porém, a narrativa escamoteia diversos aspectos, como a reprimarização econômica e a dependência estrangeira que gera, a vulnerabilidade social, os privilégios oligárquicos, a concentração econômica, a degradação ambiental e a insegurança alimentar.

O modelo prevalecente sojicultor brasileiro é baseado na transgenia, que determina uma série de condicionantes, requerendo pactos políticos e econômicos para sua reprodução. Esta configuração vai consolidar a oligopolização nacional e estrangeira da

cadeia produtiva. Os pactos forjados, por sua vez, derivarão diversos impactos nos territórios hegemônicos. A prevalência da sojicultura transgênica suscita diversas discussões geográficas, de territorializações, desterritorializações e reterritorializações no espaço geográfico brasileiro.

Com isso, objetiva-se a análise de impactos ambientais da sojicultura transgênica nos cinco principais municípios sojicultores em área produzida do Rio Grande do Sul, segundo o Censo Agropecuário do IBGE (IBGE, 2017) – Tupanciretã, São Gabriel, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul e Dom Pedrito, na região do Pampa gaúcho. Os objetivos específicos são: a contextualização em que se insere a cadeia produtiva sojicultora e suas condicionantes para sua reprodução; a análise de impactos ambientais na vegetação do domínio morfoclimático e fitogeográfico do Pampa nos municípios destacados; os agravos da contaminação da água dos principais rios destes territórios.

Este estudo, metodologicamente, apresenta pesquisa bibliográfica de diferentes áreas do conhecimento discutidas com a Geografia para sustentar as análises suscitadas. O referencial bibliográfico subsidia a pesquisa e apresentação de indicadores sociais, econômicos e ambientais, de diversas fontes, oficiais, acadêmicas e de organismos da sociedade civil, legitimadas pelo seu reconhecimento social e científico. Inserem-se ainda resultados de pesquisa de campo de coleta de água de rios, com análise laboratorial realizada pelo Laboratório de Resíduos de Pesticidas (LARP), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e a apresentação de riscos ao meio ambiente e à saúde humana destes ingredientes ativos detectados.

1. A configuração da sojicultura transgênica

A cadeia produtiva da soja transgênica é regida hegemonicamente por um esquema que inclui as seguintes condicionantes: o uso de OGMs, fertilizantes e agrotóxicos, com intensa mecanização, em grandes e médias propriedades rurais para a maximização

de lucros. Destinação de elevado incentivo estatal (crédito rural) e isenções fiscais. Visa majoritariamente a exportação, além da fabricação de óleo, rações, alimentos ultraprocessados e biodiesel, no Brasil, ainda que com o domínio de oligopólio estrangeiro em diversos produtos derivados. É uma cadeia produtiva dominada pelo capital estrangeiro em diversas etapas, como os insumos (sementes e agrotóxicos), a mecanização (tratores e colheitadeiras); e protagonismo crescente no beneficiamento, estocagem e comercialização.

A história dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs)¹ começou em 1953, com a descoberta do DNA. Na década de 1970, o advento das enzimas de restrição permitiu a seleção de genes de interesse e sua transferência para outras espécies que se queria modificar. A Biotecnologia é um ramo da ciência que aplica os conceitos da moderna engenharia genética na geração de novos produtos na agricultura, nos processos industriais ou na medicina.

Nos cultivares transgênicos como RR (*Roundup Ready*) ou IPRO (*Intacta*), desenvolvidos com a tecnologia da Monsanto/Bayer, são utilizados produtos do grupo dos glifosatos no manejo fitossanitário. O glifosato é um tipo de herbicida não-seletivo e sistêmico, de amplo espectro, ou seja, que atua em toda a planta e pode ser utilizado contra vários tipos de ervas daninhas em diversos tipos de cultura. Pode ser aplicado no preparo para o plantio, dessecando (secando) a área aplicada e matando as plantas atingidas em pouco tempo. No caso da soja convencional, isso não seria possível, em decorrência de sua sensibilidade ao herbicida.

Para obter essa resistência, o DNA foi extraído de um organismo, e introduzido no tecido meristemático. Este tecido tem a capacidade de se dividir em novas células e originar novos tecidos. A proteína é expressa em todos os órgãos da planta, sendo que essa

¹ De acordo com a Lei de Biossegurança (11.105/05), um Organismo Geneticamente Modificado (OGM) é um ser vivo cujo material genético foi alterado por engenharia genética. O termo transgênico refere-se a organismos que incorporam genes modificados, enquanto cisgênicos são aqueles que utilizam genes de espécies compatíveis. Um exemplo de cisgênico é a batata resistente ao fungo *Phytophthora*, desenvolvida pelo Plant Research International, que empregou um gene de batatas selvagens. A legislação brasileira considera todos os OGMs, independentemente de sua origem genética, englobando tanto transgênicos quanto cisgênicos.

modificação genética não incrementa a produtividade da cultura, ou valor nutricional do grão (Melgarejo, 2006). Esse gene foi retirado de uma bactéria que vive no solo, pertencente à espécie *Agrobacterium*. Segundo Amaral, Jaigobind e Jaigobind (2006), a inserção deste gene na planta codifica então a proteína CP4, que é parecida com a EPSPS, exceto em sua tolerância ao glifosato. Logo, quando introduzida no genoma da soja, tornou a planta resistente à aplicação do herbicida.

De acordo com Azevedo, Fungaro e Vieira (2000), são considerados OGMs todos os organismos cujos materiais genéticos (DNA/RNA) tenham sido modificados por qualquer técnica de engenharia genética, envolvendo atividade de manipulação de DNA/RNA recombinante, mediante a modificação de segmentos de DNA/RNA natural ou sintético que possa multiplicar-se em uma célula viva.

Porto-Gonçalves (2004) indica que a denominação OGM seja imprecisa, pois naturaliza a expressão, e não diferencia os processos naturais ou de criação híbrida humana, como as enxertias, os cruzamentos, por exemplo. Para o geógrafo, por certo, se deveria denominar como Organismos Transgenicamente Modificados (OTMs).

Com a relevância dos OGMs, os governos de países desenvolvidos concederam a empresas privadas uma série de incentivos para o investimento no setor de biotecnologia, gerando um interesse de grandes corporações, principalmente as de agrotóxicos, para atividades de P&D em cultivos transgênicos. Para Martins (2010), o que explica tamanho interesse em biotecnologia, além dos incentivos disponibilizados, foi o fato de estarem buscando novos negócios, e também a previsão de queda no mercado de praguicidas.

Com a revolução da engenharia genética, a partir dos anos de 1970, o setor de sementes transgênicas ganhou destaque, exigindo elevado investimento em pesquisa e desenvolvimento, o que já resumiu a ocupação do segmento por poucas e gigantes corporações. As empresas do setor possuem lucros elevados através do ganho em cima de propriedades intelectuais derivadas do patenteamento pelo pagamento de *royalties*. Weyermüller (2004) cita que, ao contrário do que se pensa, pode haver um aumento no

preço final dos produtos, caso o agricultor venha a gastar mais com defensivos e com os custos de classificação e rotulagem a serem entregues como produto final.

Segundo Londres (2005), ao analisar o mercado mundial de OGMs, 77% dos transgênicos cultivados apresentam, como diferencial, a característica de serem resistentes a herbicidas (agrotóxicos que matam mato). Outros 15% dos transgênicos são os chamados cultivos Bt, que tiveram inseridos em seu código genético genes de uma bactéria, chamada *Bacillus thuringiensis*, que produz toxinas inseticidas, que mata a espécie que ingerir a planta. Os 8% restantes dos transgênicos existentes no mundo combinam as duas características citadas: resistência a herbicidas e propriedades inseticidas.

Com a instituição dos OGMs na agricultura houve a promessa de redução dos custos de produção das lavouras transgênicas com a diminuição do uso de agroquímicos, o que impactaria menos o meio ambiente. Todavia, segundo o Departamento de Agricultura do Governo Estadunidense (USDA, na sigla em inglês) a soja modificada tolerante a herbicida (toda a soja transgênica plantada) requer, em média, 11% mais agrotóxicos do que a soja convencional para controlar o mato, havendo zonas onde se têm utilizado até 30% mais. Para Londres (2005), esse uso intensivo exige o aumento massivo da utilização de um só herbicida, o que fez aumentar a resistência do mato ao agrotóxico, levando agricultores a usarem maiores quantidades do herbicida para compensarem sua perda de eficácia.

Além do uso intenso de herbicidas, notabiliza-se o emprego de inseticidas e fungicidas, que representam a maioria dos produtos químicos utilizados na sojicultura transgênica. Estudo de Hess e Nodari (2022) confirma o aumento do consumo por hectare de agrotóxicos. Conforme a pesquisa, em 2010, havia 65.374.591 hectares no Brasil usados para lavouras temporárias e permanentes que consumiram 384.501 toneladas de ingredientes ativos. Isto representa cerca de 5,88 quilos ou litros, a depender da formulação, por hectare. Em 2020, em 83.396.004 hectares, houve o uso de 685.746 toneladas de ingredientes ativos, o que significa a porção de 8,22 quilos ou litros por hectare, um aumento de 39,79% no período.

A semente da soja transgênica é um produto que pode ser patenteado, com o domínio de tecnologia de determinadas empresas. Para ter acesso a essa semente, os produtores precisam comprar das corporações (principalmente transnacionais), o que gera duas consequências: aumento do valor na produção e a dependência dessas empresas, o que causa instabilidade política e econômica a agricultores, ao Estado e a consumidores.

A tecnologia Intacta engloba uma série de benefícios para o produtor de soja. No entanto, como toda tecnologia tem um valor, o preço da semente costuma ser mais alto, o que vem acarretando uma controvérsia judicial que envolve a Monsanto/Bayer, detentora da patente, e os agricultores, com relação ao pagamento de *royalties*. Os produtores de Mato Grosso, através da Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja), processaram a Monsanto/Bayer, visando o cancelamento da patente da Intacta, que alegam não possuir quaisquer inovações tecnológicas. A Justiça Federal determinou a devolução integral dos *royalties*, o que gerou uma disputa judicial que pode alcançar R\$ 2,7 bilhões. Por meio de consulta informal a alguns produtores de sementes no Rio Grande do Sul, a Embrapa verificou que o preço das sementes de soja, já com o valor da taxa tecnológica incluída, varia de R\$ 4,50/kg para tecnologia RR a R\$ 11,00/kg para a tecnologia IPRO (Embrapa, 2021).

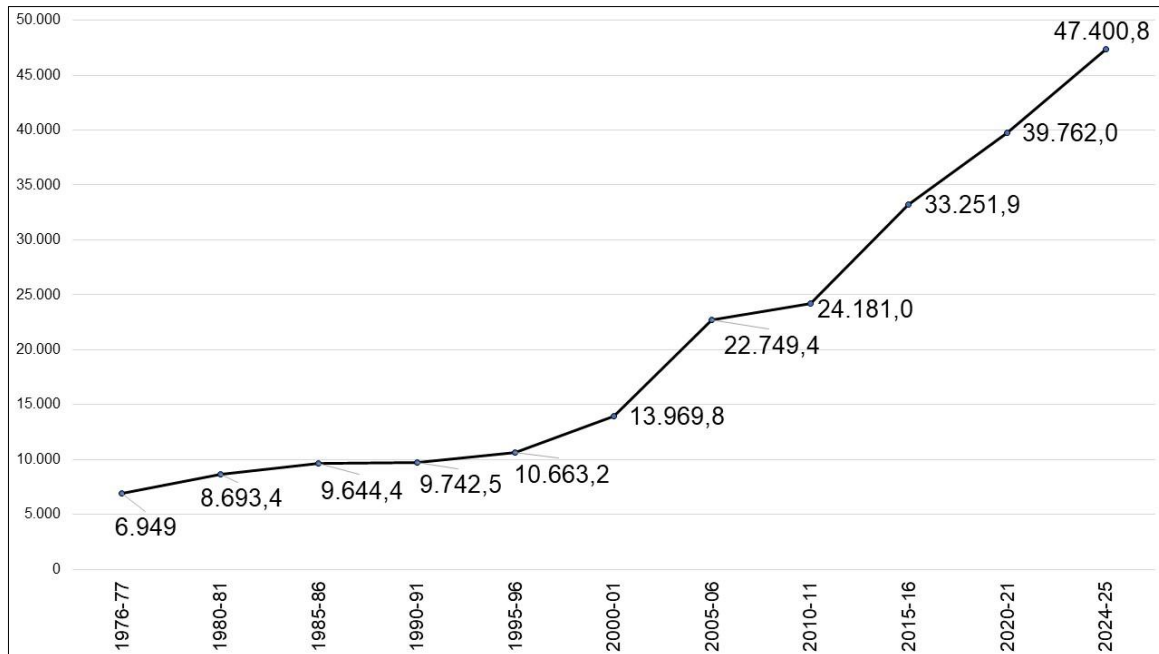
No Rio Grande do Sul, 63% das sementes de soja comercializadas possuem a tecnologia IPRO e 37% são RR. A cultivar com a tecnologia *Roundup Ready* (RR) ainda mantém o alto potencial produtivo e é isenta de cobrança de *royalties*, com a queda da patente, tornando-se assim um atrativo a mais para os produtores. Atualmente, a Embrapa detém um terço do mercado de sementes de soja RR no estado (Embrapa, 2021).

2. A expansão sojicultora

A sojicultura vem se expandindo consideravelmente no espaço geográfico brasileiro, na modalidade transgênica, que detém cerca de 96% da área produzida. A sojicul-

tura expandiu-se significativamente no Centro-Oeste, no Sul e no Matopiba, confluência dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, avançando sobre o Cerrado, o Pampa e a Floresta Amazônica, principalmente.

Gráfico 1 - Evolução da área sojicultora nas safras 1976-1977 a 2024-2025* em mil/ha no Brasil



Fonte: CONAB (2025). Org.: Autor (2025). * Estimativa da Conab 2024-25.

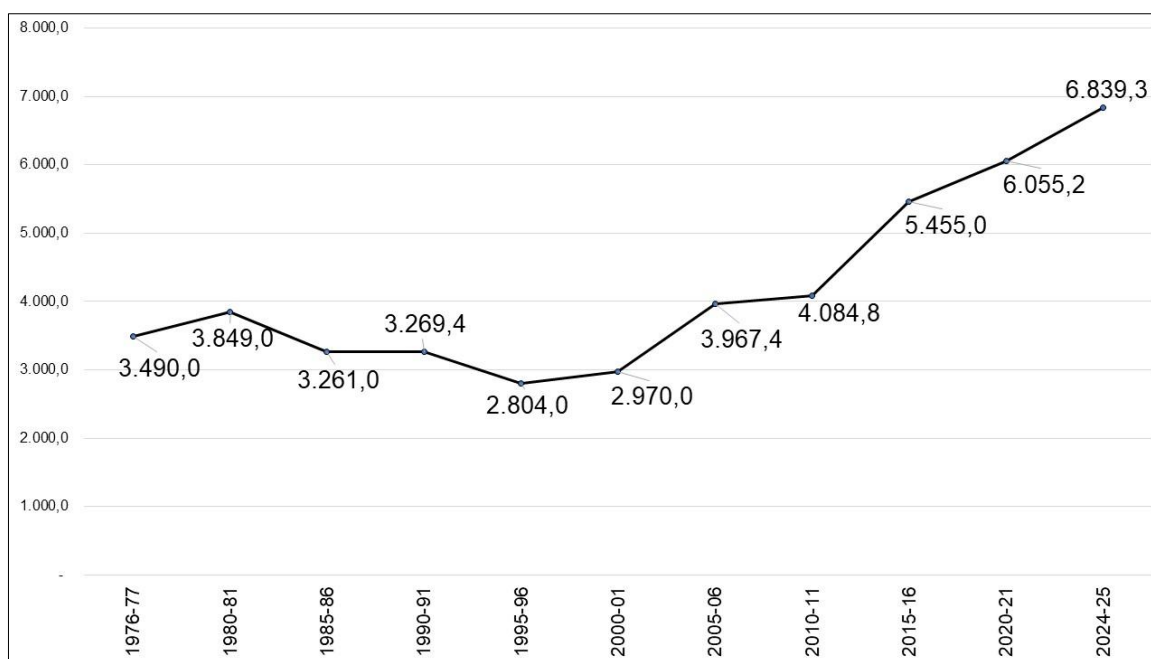
Analizando-se o **Gráfico 1**, nota-se a crescente e acelerada expansão sojicultora no Brasil. Segundo a CONAB (2025), a cultura detinha 6.949.000 hectares na safra 1976/1977. A estimativa para a safra 2022/2023 é a ocupação de 44.075.600 hectares com a sojicultura, um aumento de mais de 534% no período, ou seja, mais que sextuplicou a área de produção. Ressalte-se que o salto de área produzida foi dado com a chegada da transgenia. Até o final da década de 1990, anterior à transgenia, a cultura detinha cerca de 13 milhões de hectares.

Com o contrabando de sementes oriundas da Argentina (Robin, 2008) e a geração do fato consumado de crescente produção, houve pressão política sobre o governo federal e a aprovação da comercialização do cultivar transgênico no início do século XXI. Os OGMs da Monsanto/Bayer, principalmente, alastraram-se pelo espaço geográfico brasi-

leiro. Com isso, a cultura salta de 13 milhões de hectares para os atuais 47,4 milhões de hectares, em contínua expansão.

O Rio Grande do Sul é o terceiro maior estado produtor de soja em grão do Brasil, superado apenas pelos estados de Mato Grosso e Paraná. De acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, o estado produziu 15,8 milhões de toneladas em média no triênio 2018-2020. As áreas mais produtivas encontram-se principalmente no norte-noroeste e centro. No período 2018-2020, 42 municípios apresentaram produção média superior a 100.000 toneladas/ano e juntos são responsáveis por 43,3% da produção estadual (Governo do Estado do RS, 2022).

Gráfico 2 - Evolução da área plantada de soja em ha no RS no período 1976-77 a 2024-25*



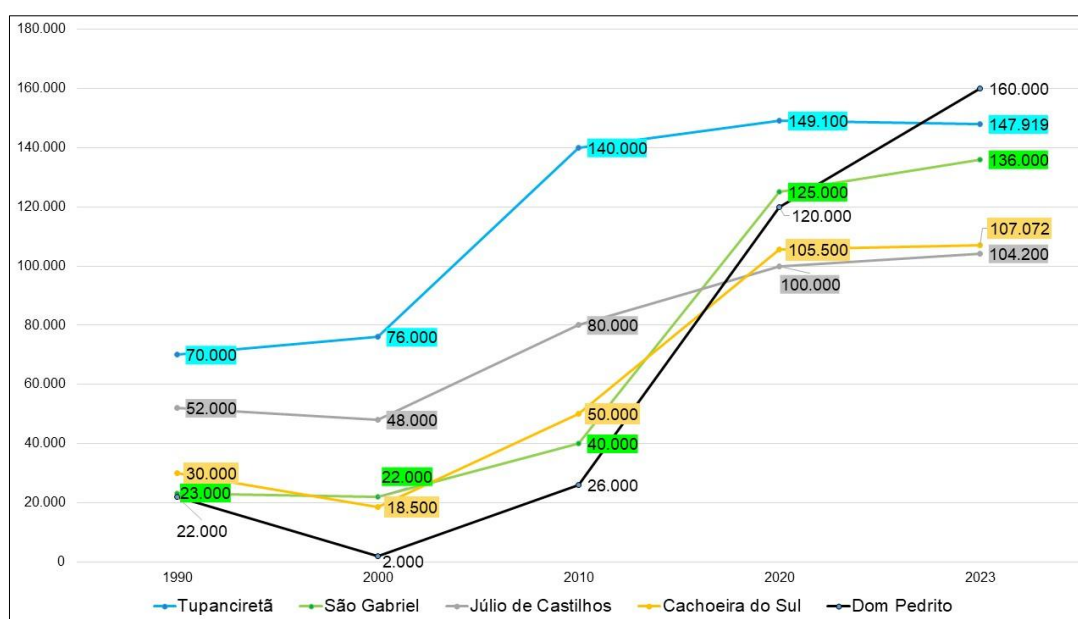
Fonte: CONAB (2025). Org.: Autor (2025).

No estado, a cultura da soja vem se expandindo destituindo outras atividades rurais existentes, especialmente a pecuária e a produção de alimentos da agricultura familiar. A área plantada evoluiu consideravelmente, um aumento de 96% no período de 1976-77 a 2024-25, como ilustra o **Gráfico 2** (CONAB, 2025). Segundo o Censo Agropecuário

(IBGE, 2017), em 2017, são 95.482 estabelecimentos rurais produtores de soja, o que resulta em uma média de área territorial de cada propriedade rural superior a 54 ha, num total de área colhida de 5.189.633 hectares.

É uma realidade bem distinta do estado do Mato Grosso, que apresenta uma média de estabelecimento rural sojicultor que supera a média de 1.248 hectares. São cenários distintos que reportam a conclusões distintas sobre o avanço produtivo. No caso do Mato Grosso, há considerável expansão da sojicultura sobre áreas inexploradas, de Floresta Amazônica, Cerrado e Pantanal, repercutindo em desmatamento para tanto. Já no Rio Grande do Sul, a sojicultura avança sobre a pecuária extensiva, que ocupava o Pampa gaúcho, e sobre a agricultura familiar, mudando consideravelmente o perfil das unidades rurais. Com isso, o Pampa é o domínio morfoclimático e fitogeográfico com maior índice de devastação do Brasil, segundo a Mapbiomas (Mapbiomas, 2023b).

Gráfico 3 - Evolução da área plantada em ha de soja em municípios gaúchos 1990/2023



Fonte: IBGE (2025). Org.: Autor (2025).

O **Gráfico 3** demonstra a evolução da área plantada de soja nos cinco principais municípios, no período 1990-2023, segundo o IBGE (2025). Em Tupanciretã, o aumento foi de 111,3% na área plantada, de 70.000 hectares, em 1990, para 147.919 ha, em 2023; em

São Gabriel, superou 491,3% de crescimento nos 33 anos em tela, de 23.000 para 136.000 ha; em Júlio de Castilhos, o aumento foi de 100,4% no período, de 52.000 ha para 104.200 ha; em Cachoeira do Sul, a ampliação sojicultora foi de 256,9%, de 30.000 ha para 107.072 ha; e, em Dom Pedrito, o aumento foi ainda maior, de 627,3% no período, de 22.000 ha para 160.000 ha.

3. A expansão territorial sojicultora com desmatamento

De acordo com a MapBiomas (2023b), houve a significativa expansão antrópica sobre os domínios morfoclimáticos e fitogeográficos brasileiros no período 1985-2023. Isto acarretou a perda líquida de 108,2 milhões de hectares de vegetação nativa. Especificamente, a Amazônia perdeu 14%, a caatinga 14,4%, o cerrado 27,4%, a Mata Atlântica 3%, o Pampa 28,3%. A fronteira agrícola expande-se sobremaneira para a Amazônia Oriental e para o Matopiba, resultando no aumento de 107 milhões de hectares antropizados no período de 1985 a 2023, o que representa um terço das terras antropizadas brasileiras (MapBiomas, 2023b).

A MapBiomas (2023b) ainda destaca a evolução da conversão de áreas de vegetação nativa para pastagem no período 1985-2023, o que resultou em 73 milhões de hectares. No período, tornaram-se lavouras temporárias o equivalente a 42 milhões de hectares, de origens distintas – vegetação nativa, regiões já antropizadas e, principalmente, pastagens. A formação de pastagens é o princípio da degradação ambiental e da grilagem. Desmata-se, queima-se e cerca-se a área implantando a pecuária para tentar legitimar a apropriação em cartório. Consumada a grilagem, a terra pode ser dinamizada para outras culturas, em especial aquelas que demandem maiores lucros, destacando-se aí a sojicultura.

Aguiar e Torres (2021), salientam que a derrubada da floresta, ou da vegetação nativa, na terra apropriada, é tida, em primeiro lugar, como o principal instrumento de con-

solidação da invasão; e, em segundo lugar, como um facilitador para o posterior processo de “esquentar” a terra nos cartórios, uma vez que o próprio crime ambiental é também passível de ser entendido como prova de ocupação da terra. Ou seja, o desmatamento comprovado é um ótimo negócio ao consistir na prova de posse territorial para o registro cartorial, incentivando-se assim a prática criminosa em diversas regiões do país, especialmente na Amazônia. Consagra-se a máxima “Dono é quem desmata” vaticinada por um grileiro no Oeste do Pará, contemplado muitas vezes com o recebimento de títulos fundiários de terras saqueadas (Aguiar e Torres, 2021).

Além da pecuária extensiva, a soja é importante vetor direto ou indireto do desmatamento, que empurra a fronteira agropecuária para a Amazônia, para o Cerrado e para o Pampa. Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), de 3.026.646 estabelecimentos rurais brasileiros com lavouras temporárias, 236.245 produzem soja em grão, ou seja, 7,8% das propriedades rurais. De uma área total colhida em lavouras temporárias, de 67.658.174 hectares, 30.722.657 ha são destinados à sojicultura, 45,4% da área agrícola brasileira, em 2017.

4. O desmatamento do Pampa gaúcho

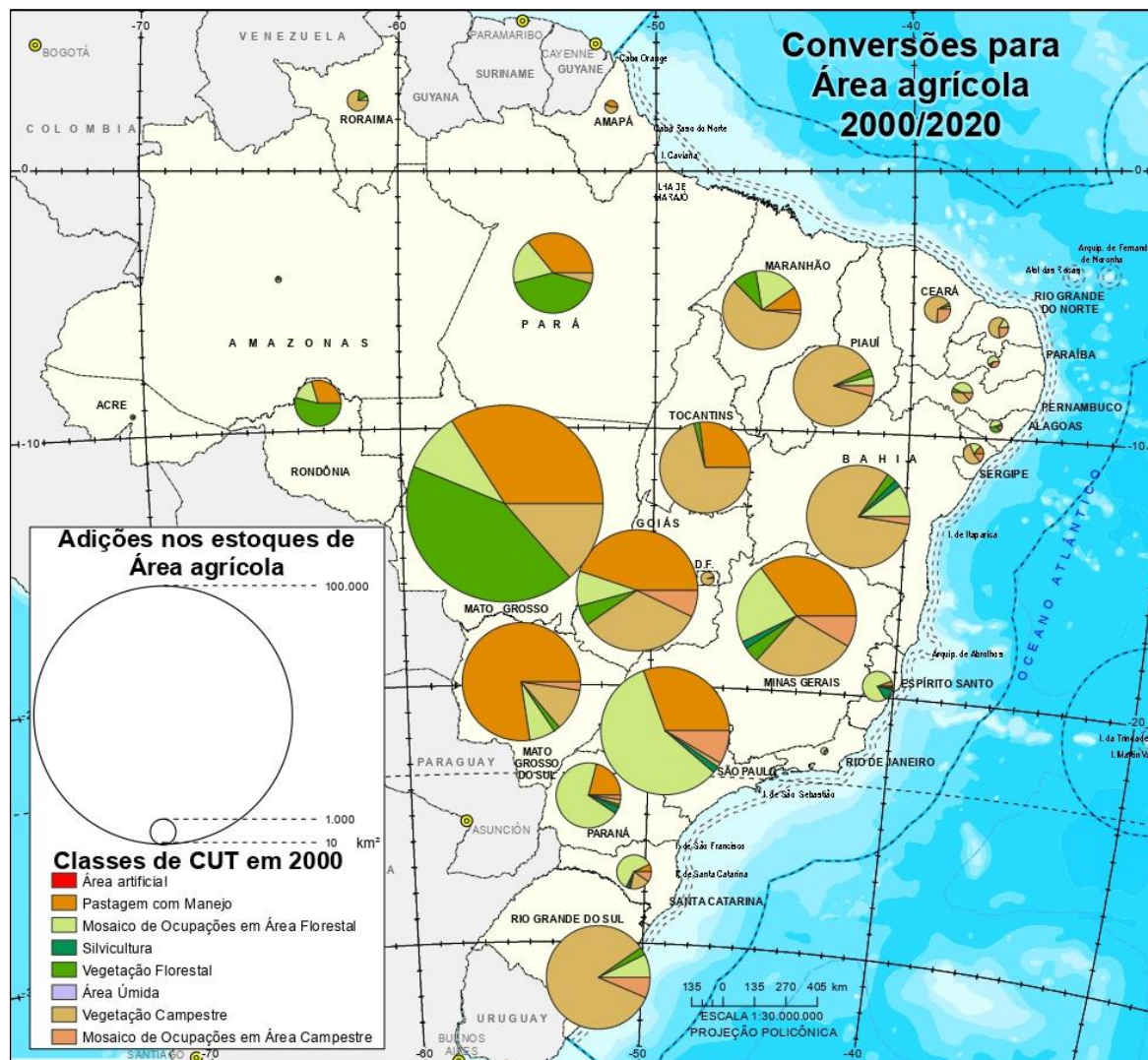
O retrato da área agrícola, em 2020, evidencia que as maiores áreas produtivas, dentre as Unidades da Federação, se situam em Mato Grosso (124.784 km²), São Paulo (102.913 km²), Rio Grande do Sul (98.302 km²), Paraná (72.152 km²) e Goiás (68.359 km²). No Rio Grande do Sul, houve expressiva expansão de área agrícola sobre vegetação campestre, especialmente na região dos campos sulinos, caracterizados pelas pradarias (IBGE, 2022).

A porção leste da região da Campanha Gaúcha apresenta topografia relativamente plana, denominada, localmente, como coxilhas e caracterizada pela presença de longas rampas, onde os solos são, em geral, natural-

mente férteis (IBGE, 2018). Tais condições favorecem a expansão dos cultivos mecanizados na região. Os Planossolos são amplamente utilizados no cultivo do arroz irrigado, devido ao hidromorfismo natural que favorece a retenção de água e o alagamento. Entretanto, o cultivo de soja vem ganhando cada vez mais espaço na região, ocupando áreas anteriormente cobertas por vegetação campestre que eram utilizadas como pastagem natural. A rotação dos cultivos de arroz, com a drenagem dos Planossolos, também permite o cultivo da soja em ciclos bianuais. Em alguns locais, observa-se o crescimento dos sistemas integrados, cuja principal característica é a atividade pecuária nos meses de inverno, entre a colheita da soja e a semeadura do arroz, segundo dados do Instituto Rio Grandense do Arroz – IRGA (IBGE, 2022, p. 55).

Segundo o IBGE (2022), no período 2000-2020, houve a expansão agrícola de 15.654 km² no Rio Grande do Sul, como ilustra o **Mapa 1**. Esta expansão agrícola gaúcha vem ocorrendo principalmente sobre áreas de vegetação nativa, especialmente o Pampa. Segundo Pillar e Lange (2015), trata-se de uma vegetação campestre, com alta biodiversidade, utilizada há séculos como pastagem para a produção pecuária na região. Com o manejo adequado, o uso pastoril dos campos preserva a vegetação nativa e é essencial para manter paisagens com muitas espécies nativas de plantas e animais. Esses campos provêm forragem para o gado e serviços ambientais significativos para a vida humana e ambiental, como a proteção de nascentes dos principais rios, estocagem de carbono nos solos campestres com alto valor para a mitigação de mudanças climáticas, conservação da fauna e da flora, além da identidade cultural das populações urbanizadas. A área total mapeada no bioma Pampa é de 19.391.568 ha, conforme delimitação do IBGE.

Mapa 1 – Conversões para área agrícola nas UFs 2000/2020.



Fonte: IBGE (2022).

No passado, quando os primeiros humanos colonizaram a região do Sul do Brasil (~12.000 anos antes do presente), os campos constituíam a vegetação predominante. Mesmo após o avanço das florestas sobre os campos, fenômeno que ocorre desde os últimos 5.000 anos, estima-se que, na época da colonização pelos europeus, os campos nativos ocupavam cerca de 217.819 km², o que correspondia a 9% do PR, 16% de SC e 66% do RS. Estimativas feitas para a primeira década do século XXI indicam que restavam cerca de 95.519 km², ou seja, 43% do que havia originalmente. Atualmente, os campos nativos foram completamente eliminados em muitas regiões e, nos locais onde restam importantes remanescentes campestres, perdem-se alguns milhares de hectares a cada ano. O principal fator que tem causado essa dramática perda de área de campo nativo

é a conversão para áreas de agricultura (principalmente lavouras de soja, milho e arroz) ou de silvicultura (eucaliptos, pinus e acácia). Os campos existentes são suprimidos, seja com o uso de máquinas para lavrar a terra, seja com o uso de herbicidas aplicados para matar a vegetação campestre, para que as lavouras sejam implantadas (Vélez-Martin *et al.*, 2015, p. 125).

Overbeck *et al.* (2007) relacionam a diminuição da vegetação nativa campestre com as expansões da produção agrícola, da silvicultura e das pastagens cultivadas, sendo que a soja é o principal cultivo a ocupar as áreas originalmente constituídas de vegetação campestre.

Segundo a MapBiomas (2023b) 3,3 milhões hectares (-28,3%) foi o montante de perda líquida de vegetação nativa entre 1985 e 2023. A área de vegetação herbácea foi reduzida de 9,6 milhões de hectares, em 1985, para 6,1 milhões de hectares, em 2023. De outra parte, a agropecuária elevou sua área de 5,4 milhões de ha, em 1985, para 8,8 milhões de hectares, em 2023. O bioma apresenta 43,5% de cobertura vegetal nativa. Conforme ilustra o **Mapa 2**, a sojicultura predomina na agropecuária, com mais de 4 milhões de hectares cultivados.

MAPBIOMAS [BRASIL]
Cobertura e Uso da Terra 2023
Bioma Pampa
Coleção 9

Elaboração: Geotecnologias
UFRGS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
MAPBIOMAS

Brasil
Pampa

0 25 50 100 km
Projeção: Cota = Planisfério de Albers
Datum: WGS84

Classes	Área (hectares)
1. Floresta	
1.1. Formação Florestal	2200075
1.1.5. Restinga Aluvial	71363
2. Vegetação Herbácea e Arbustiva	
2.1. Área Pastagem	347765
2.2. Área de Cerrado	558963
2.4. Alagamento Regular	23249
2.5. Restinga Herbácea	117906
3. Agricultura	
3.2. Agricultura	
3.2.1. Lavoura Temporária	4019335
3.2.1.1. Soja	720086
3.2.1.2. Arroz	347765
3.2.1.3. Outras Lavouras Temporárias	770220
3.3. Silagem	2434816
4. Área Não Vegetada	
4.1. Praia, Duna e Areal	96122
4.2. Área Urbana	136612
4.3. Mineração	4804
4.4. Outras Áreas Não Vegetadas	112512
5. Corpo D'Água	
5.1. Lagoa, Lago, Rio, Canal, Oceano	1838720
6. Não Observado	85
Total	10989428

AMBIENTES. Volume 7, Número 1, 2025, pp. 366-396. ISSN: 2674-6816
DOI: <https://doi.org/10.48075/amb.v7i1.32973>

A Rede Campos Sulinos, coordenada pelo Prof. Dr. Valério Pillar, do Laboratório de Ecologia Quantitativa da UFRGS, reúne mais de 30 grupos de pesquisas de universidades que focam na geração, organização e difusão de conhecimento sobre o bioma. Segundo os pesquisadores, a principal ameaça à conservação dos campos naturais é a conversão para a agricultura e a silvicultura. Assegurar sua conservação é o grande desafio da atualidade porque tem implicações no balanço de carbono no solo, o que é determinante para o esforço de mitigação das mudanças climáticas globais.

Estudo da Rede pesquisou a situação de cada município gaúcho do Pampa em relação à conservação da vegetação nativa em sua respectiva área territorial. Os municípios foram organizados de acordo as categorias: Péssima: 0 a 25% de remanescentes; Ruim: 26 a 50% de remanescentes e Regular: >50% de remanescentes (Rede Campos Sulinos, 2020).

Os municípios enquadrados como em “situação péssima” são aqueles que tiveram perdas históricas maiores do que 80 mil ha e, além disso, apresentam percentuais muito reduzidos de remanescentes em relação ao que havia originalmente. Dos oito municípios classificados em situação péssima, seis integram a região fisiográfica do Planalto Médio, caracterizada pela ocupação agrícola mais antiga. A extinção total dos campos nativos é uma realidade iminente para municípios deste grupo - Santa Bárbara do Sul e Palmeira das Missões – ambos com 3% de remanescentes. A situação mostra-se dramática em Cruz Alta (6%) e é preocupante para diversos municípios que apresentam menos de 20% de remanescentes originais, casos de Tupanciretã (16%) e Júlio de Castilhos (17%), além de Santa Vitória do Palmar (12%) e Joia (18%). A maior área remanescente neste grupo é encontrada em Arroio Grande (25%). Já os municípios classificados como em “situação ruim” são aqueles que perderam grandes extensões de vegetação nativa campestre – no mínimo 50% da área original - e que apresentam pelo menos 26% de remanescentes. Este grupo é composto de municípios de diversas regiões do bioma Pampa. Destacam-se dois municípios com percentuais de remanescentes abaixo de 30% - Camaquã (26%) e Itaqui (27%). Um grande número de municípios apresenta remanescentes campestres variando entre 30 e 34% - Mostardas, Cachoeira do Sul, São Borja, São Sepé, Rio Pardo e Maçambará. Com mais de 40% de remanescentes aparecem Jaguarão (42%), Uruguaiana (46%), Rio Grande (49%) e São Gabriel (50%) (Rede Campos Sulinos, 2020, p. 7).

Em 25/05/2012 foi promulgada a Lei federal nº 12.651², ou Lei de Proteção da Vegetação Nativa, que estabelece de forma explícita a necessidade de autorização dos órgãos estaduais competentes para a supressão de qualquer tipo de vegetação nativa (Art. 26). Porém, após a publicação da lei, no período 2012-2018, portanto, contabiliza-se uma perda total de 753.667 ha³ de vegetação nativa campestre no bioma, ou seja, uma supressão média de 125.611 ha/ano (Rede Campos Sulinos, 2020).

Dois municípios situados na região da Campanha apresentam as maiores extensões de campos nativos suprimidos no bioma Pampa no período recente. São Gabriel foi o município que mais perdeu campos nativos (27.981 ha), seguido de Dom Pedrito (25.861 ha). Cachoeira do Sul (24.080 ha) e Canguçu (22.763 ha) aparecem em 3ª e 4ª posições, respectivamente, seguidos dos demais municípios com áreas de supressão muito próximas, entre 19 a 20 mil ha/ano – Alegrete (5°), São Lourenço do Sul (6°), Jaguarão (7°), São Francisco de Assis (8°), Santiago (9°) e Lavras do Sul (10°). Não é surpresa o fato de que a maior parte dos municípios já se encontrem entre os 30 municípios com maiores perdas históricas de campos nativos no Pampa. Este é o caso de Cachoeira do Sul, Jaguarão e São Gabriel (“situação ruim”) e de São Francisco de Assis, Dom Pedrito e Alegrete (“situação regular”) (Rede Campos Sulinos, 2020, p. 10).

A Tabela 1 expressa a principal supressão de campos nativos em municípios gaúchos, no período de 2002 a 2018, com destaque para São Gabriel, Dom Pedrito e Cachoeira do Sul, que lideram o desmatamento. Quanto à perda relativa (%)⁴ de vegetação nativa campestre no período 2012-2018, São Lourenço do Sul é o município onde mais se suprimiu vegetação nativa no intervalo 2012-2018 (-31,2%), seguido de Júlio de Castilhos (-30,8%) (Rede Campos Sulinos, 2020).

² A Lei federal nº 12.651/2012 permite a supressão da vegetação nativa campestre do bioma Pampa desde que devidamente autorizada pelo órgão estadual competente e atendidas a Reserva Legal de 20% e a inscrição prévia do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

³ Para apontar os municípios com maiores perdas relativas de campos nativos, estabeleceu-se como critério considerar somente aqueles que em 2012 apresentavam, concomitantemente, pelo menos 20% de remanescentes campestres em relação à cobertura original de campos que havia no passado, e cuja área total de remanescentes campestres fosse superior a 10.000 ha. Este critério objetivou remover um eventual viés na identificação da lista de municípios, tendo em vista que municípios muito pequenos ou com quantidades de remanescentes muito reduzidas poderiam ser incluídos indevidamente, por conta da margem de erro associada à acurácia do mapeamento.

⁴ Os municípios de supressão relativa diferem daqueles de supressão absoluta em razão de apresentarem, no geral, menores dimensões territoriais. Destacam-se ainda por metade deles pertencer à região da Depressão Central e nenhum integrar a região da Campanha.

Tabela 1 - Evolução da supressão de campos nativos em municípios gaúchos 2012/2018

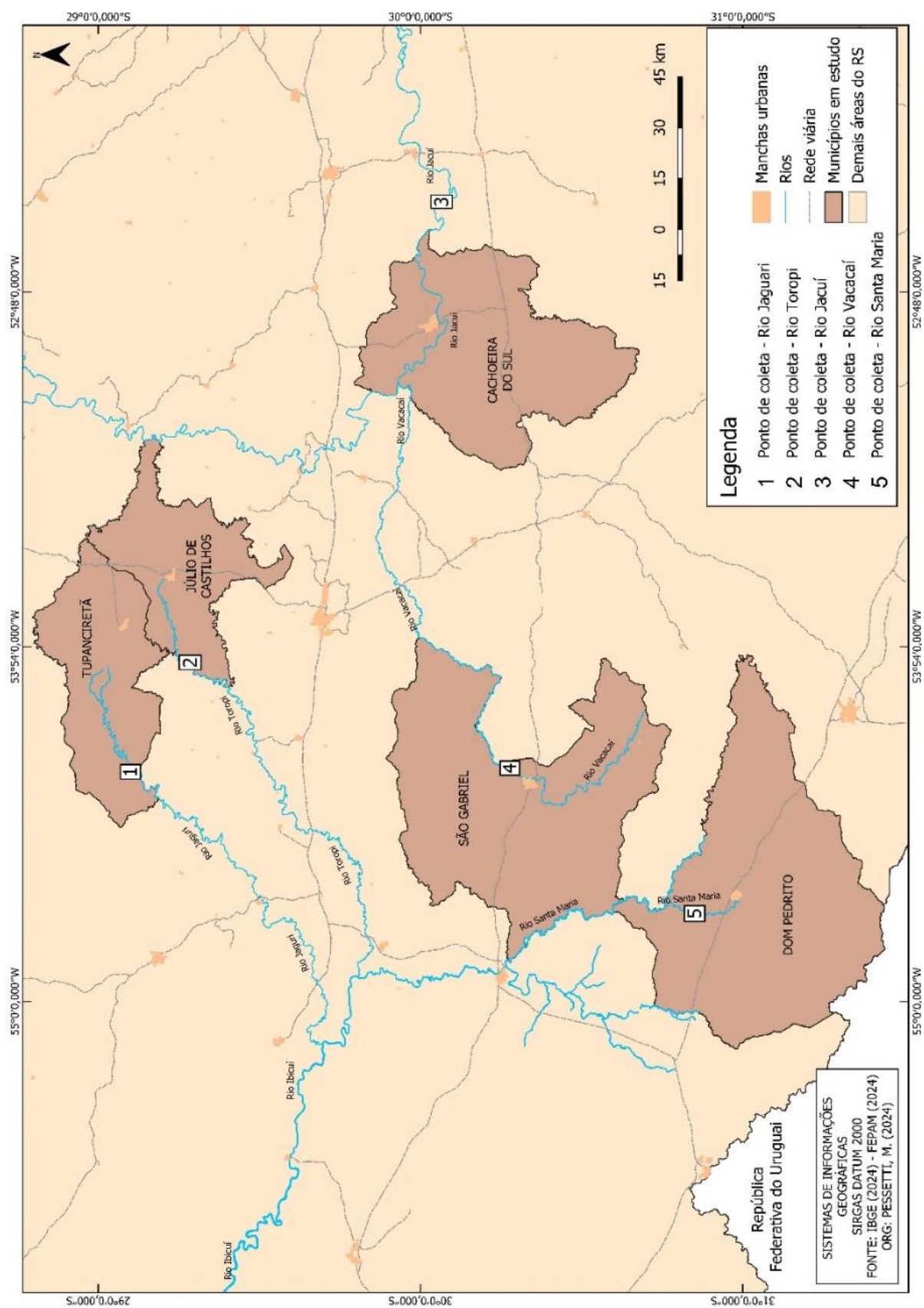
Município	Área do município (ha)	Área campos em 2012 (ha)	Área campos em 2018 (ha)	Supressão absoluta no período (ha)
1. São Gabriel (CAMP)	503.834	250.288	222.307	27.981
2. Dom Pedrito (CAMP)	518.165	285.863	260.001	25.861
3. Cachoeira do Sul (DC)	372.606	112.294	88.214	24.080
4. Canguçu (SS)	351.823	144.107	121.344	22.763
5. Alegrete (CAMP)	777.915	456.002	435.290	20.712
6. São Lourenço do Sul (ES)	203.150	64.299	44.248	20.051
7. Jaguarão (ES)	204.985	98.644	78.922	19.722
8. São Francisco de Assis (MIS)	250.187	119.534	99.882	19.652
9. Santiago (MIS)	240.820	130.366	110.847	19.519
10. Lavras do Sul (SS)	259.434	179.985	160.550	19.435

Fonte: Rede Campos Sulinos, 2020. Adaptação: Autor, 2025. Abreviaturas regiões fisiográficas: CAMP – Campanha, DC – Depressão Central, ES – Encosta do Sudeste, MIS- Missões, SS – Serra do Sudeste.

5. A contaminação de rios no Pampa gaúcho

Os agrotóxicos derivam diversas consequências no meio ambiente. Há impactos diretos, indiretos e cumulativos, no solo, no ar e na vegetação não alvo, em organismos não alvo, na saúde humana (Ciarrocchi, 2021). Um dos principais impactos do uso intenso dos agroquímicos é a contaminação das bacias hidrográficas nas regiões de cultivo da soja, a cultura que mais utiliza agrotóxicos no Brasil.

Mapa 3 – Localização de pontos de coleta de água



Fonte: IBGE (2024). Org.: PESSETTI, M. (2024).

Para perceber sua ocorrência nos recursos hídricos dos municípios sojicultores destacados, houve duas coletas de água, nos principais rios de seus territórios, com pontos de coleta ilustrados no **Mapa 3**.

O ponto de coleta de Tupanciretã, no Rio Jaguari, está localizado no Distrito de Espinilho Grande, a 56,5 km da sede do município (via estradas vicinais), na localidade de Passo da Lage, que possui as coordenadas geográficas 29°05'24.8"S e 54°17'36.3"O. A primeira coleta de água no Rio Jaguari foi realizada em 31/01/2023 e as amostras foram entregues ao LARP nesta mesma data. O relatório de resultados emitido a partir da análise de 06/02/2023 apresentou a detecção dos compostos carbendazim e tebuconazol, este último em quantidade menor que o Limite de Quantificação do Método [$<LOQ$]. Nesta primeira coleta, não houve a detecção de glifosato na amostra coletada.

A segunda coleta no Rio Jaguari, no mesmo ponto geográfico, deu-se em 06/05/2023. Neste período, houve maior intensidade pluviométrica, o que acarretou a cheia do rio. O resultado da segunda coleta, com análise laboratorial realizada em 01/06/2023, detectou a presença de 2,4-D, de Imidacloprido e de Tiametoxam.

Quadro 1 - Resultados de detecção de resíduos de compostos analisados das Coletas 1 e 2 em Tupanciretã

Ingredientes ativos detectados	Quantidade detectada Coleta 1 – Concentração (µg/L)	Quantidade detectada na Coleta 2 – Concentração (µg/L)
Carbendazim	0,020	Não detectado
Imidacloprido	Não detectado	0,192
Tebuconazol	$<LOQ$	Não detectado
Tiametoxam	Não detectado	0,020
2,4-D	Não detectado	0,052

Fonte: LARP (2023). Org.: Autor (2025).

Em São Gabriel, o ponto de coleta no Rio Vacacaí está localizado no Distrito de Tiaraju, a uma distância aproximada de 16,4 km da sede municipal, de coordenadas geo-

gráficas 30°16'40.5"S e 54°16'45.3"O. A primeira coleta de água ocorreu em 30/01/2023. As amostras de água foram analisadas pelo LARP em 06/02/2023. Nesta coleta, houve a detecção de diversos agrotóxicos: azoxistrobina, carbendazim, carbofurano(<LOQ), carboxim (<LOQ), clorimurom etílico, epoxiconazol, imidacloprido, quincloraque, tebuconazol, tiametoxam, conforme ilustra o **Quadro 2**. Nesta coleta não houve a detecção específica de glifosato na amostra analisada.

Quadro 2 - Resultados de detecção de resíduos de compostos analisados das Coletas 1 e 2 em São Gabriel

Ingredientes ativos detectados	Quantidade detectada Coleta 1 - Concentração (µg/L)	Quantidade detectada na Coleta 2 – Concentração ((µg/L)
Azoxistrobina	0,079	Não detectado
Carbendazim	0,023	Não detectado
Carbofurano	<LOQ	Não detectado
Carboxim	<LOQ	Não detectado
Clorimurom etílico	0,054	Não detectado
Epoxiconazol	0,256	<LOQ
Imidacloprido	0,128	0,093
Quincloraque	1,229	0,079
Tebuconazol	1,233	0,032
Tiametoxam	0,119	0,027
2,4-D	Não detectado	<LOQ

Fonte: LARP (2023). Org.: Autor (2025).

A segunda coleta de amostras de água foi realizada no mesmo ponto do Rio Vacacaí, em 13/05/2023. Neste período, houve a maior incidência de chuvas, após a estiagem que assolou a região e comprometeu a produtividade das lavouras sojicultoras, o que drenou resíduos do entorno, além de ampliar o leito do rio. Nesta segunda coleta, houve a detecção de diversos resíduos de agrotóxicos na amostra coletada: 2,4-D (<LOQ), epoxi-

conazol (<LOQ), imidacloprido, quincloraque, tebuconazol e tiametoxam, como mostrado no **Quadro 2**. A amostra de água para análise específica da presença de glifosato não registrou a incidência do composto.

O ponto de coleta em Júlio de Castilhos ocorreu no Balneário Costa do Toropi, divisa com o município de Quevedos, a 35,9 km da sede municipal (via estradas vicinais), nas coordenadas geográficas 29°16'26.2"S e 53°56'51.2"O. A primeira coleta de água no Rio Toropi ocorreu em 31/01/2023, analisada pelo LARP em 06/02/2023. A região do ponto de coleta apresenta vastas lavouras de soja, em relevos pouco acidentados, as denominadas coxilhas. Os resultados de detecção apresentaram a incidência de agrotóxicos na água: carbendazim e imidacloprido, conforme o **Quadro 3**. O teste para detecção de glifosato não apurou a existência do composto na amostra.

A segunda coleta foi realizada em 06/05/2023, encaminhada ao laboratório em 11/05/2023, com análise do LARP em 01/06/2023. Neste período, o rio avolumou seu leito em função das chuvas mais incidentes na região, após a estiagem. Segundo a análise laboratorial, ilustrada no Quadro 3, foram identificados agrotóxicos nesta segunda coleta no Rio Toropi: 2,4-D, imidacloprido, tebuconazol (<LOQ) e tiametoxam (<LOQ).

Quadro 3 - Resultados de detecção de resíduos de compostos analisados das Coletas 1 e 2 em Júlio de Castilhos

Ingredientes ativos detectados	Quantidade detectada Coleta 1 - Concentração (µg/L)	Quantidade detectada na Coleta 2 – Concentração ((µg/L)
Carbendazim	0,120	Não detectado
Imidacloprido	0,092	0,150
Tebuconazol	Não detectado	<LOQ
Tiametoxam	Não detectado	<LOQ
2,4-D	Não detectado	0,032

Fonte: LARP (2023). Org.: Autor (2025).

O ponto de coleta do Rio Jacuí, em Cachoeira do Sul, ocorreu a jusante, já no município de Rio Pardo, no Distrito de Pederneiras, nas coordenadas geográficas 30°03'43.7"S e 52°30'59.5"O, após a contribuição do afluente Rio Iruí ao Rio Jacuí, que delimita Cachoeira do Sul/Rio Pardo. A primeira coleta de água neste ponto foi realizada em 30/01/2023, encaminhada nesta data ao LARP, que realizou a análise em 06/02/2023. Segundo a análise laboratorial, foram identificadas as presenças dos compostos carbendazim (<LOQ) e tebuconazol, conforme o **Quadro 4**. A amostra específica para o composto glifosato não apresentou a ocorrência do pesticida. A segunda coleta no Rio Jacuí, após um período de chuvas mais consistentes, ocorreu em 10/05/2023. A análise foi realizada pelo LARP em 01/06/2023. Houve a detecção dos seguintes compostos na segunda coleta: 2,4-D (<LOQ), imidacloprido, quincloraque, tebuconazol e tiametoxam (<LOQ), como informa o **Quadro 4**; e não houve identificação de glifosato.

Quadro 4 - Resultados de detecção de resíduos de compostos analisados das Coletas 1 e 2 em Cachoeira do Sul

Ingredientes ativos detectados	Quantidade detectada Coleta 1 - Concentração (µg/L)	Quantidade detectada na Coleta 2 – Concentração ((µg/L)
Carbendazim	<LOQ	Não detectado
Imidacloprido	Não detectado	0,084
Quincloraque	Não detectado	0,062
Tebuconazol	0,05	0,042
Tiametoxam	Não detectado	<LOQ
2,4-D	Não detectado	<LOQ

Fonte: LARP (2023). Org.: Autor (2025).

O ponto de coleta em Dom Pedrito, no Rio Santa Maria, deu-se na localidade de Caveiras, nas coordenadas geográficas 30°50'47.1"S e 54°43'16.0"O. A primeira coleta no Rio Santa Maria ocorreu em 30/01/2023, com análise do LARP realizada em 06/02/2023, que detectou a presença de agrotóxicos: carbendazim, quincloraque, tebuconazol e tia-

metoxam, como demonstrado no **Quadro 5**. A verificação para a detecção específica de glifosato resultou na inexistência do composto na amostra coletada. A segunda coleta no Rio Santa Maria ocorreu em 07/05/2023, em período chuvoso, que adensou consideravelmente o volume do rio. A análise desta segunda coleta de água foi realizada pelo LARP em 01/06/2023. Foram identificados os seguintes compostos na amostra coletada: 2,4-D, bentazona, carbendazim (<LOQ), imidacloprido, quincloraque, tebuconazol e tiametoxam, como mostra o **Quadro 5**.

Quadro 5 - Resultados de detecção de resíduos de compostos analisados das Coletas 1 e 2 em Dom Pedrito

Ingredientes ativos detectados	Quantidade detectada Coleta 1 – Concentração (µg/L)	Quantidade detectada na Coleta 2 – Concentração ((µg/L)
Bentazona	Não detectado	0,039
Carbendazim	0,042	<LOQ
Imidacloprido	Não detectado	0,057
Quincloraque	4,254	0,327
Tebuconazol	0,233	0,110
Tiametoxam	0,095	0,046
2,4-D	Não detectado	0,202

Fonte: LARP (2023). Org.: Autor (2025).

A análise específica para o glifosato não detectou a presença da substância na amostra coletada.

Considerações finais

As fartas narrativas que enaltecem o “sucesso” da sojicultura transgênica ignoram os altos custos econômicos – altos investimentos estatais, desonerações fiscais para im-

portação de insumos e exportação da soja, oligopolização nacional e estrangeira da cadeia produtiva, desnacionalização de empresas e remessa de lucros de transnacionais às matrizes; os custos sociais – o impulso à maior concentração fundiária, concentração de renda e desigualdade social, perdas tributárias e desassistência social de entes federativos, a baixa geração de empregos, a desterritorialização de comunidades, a vulnerabilidade alimentar pela redução da produção de alimentos, a pressão sobre o preço dos alimentos.

Sobressaem-se ainda os custos ambientais, igualmente ignorados na análise dos resultados da cadeia produtiva da soja transgênica. O desmatamento é uma grave derivação da expansão sojicultora no Brasil, que já cobra um custo ambiental altíssimo com as mudanças climáticas em curso e os desastres ambientais que se multiplicam. O Pampa é o domínio morfoclimático e fitogeográfico mais degradado nas últimas décadas, principalmente pela conversão das áreas de campos destinados à pecuária, agora convertidos a pastagens e à expansão sojicultora. Os danos são preocupantes, porém sem a devida ação governamental fiscalizatória pela naturalização de uma mera conversão de um campo de pecuária para outra cultura, agora agrícola.

O desmatamento do Pampa, o revolvimento dos solos para o cultivo, o uso abusivo de agrotóxicos diversos como fungicidas, inseticidas e herbicidas, vem acarretando a fragilização regional. A degradação ambiental leva à perda de habitat para diversas espécies animais e vegetais, muitas delas endêmicas do Pampa, como o veado-campeiro, o tamanduá-bandeira e a jaguatirica. A remoção da vegetação nativa pode levar à erosão do solo, perda de nutrientes e desertificação. O desmatamento pode afetar a qualidade e a quantidade de água disponível, além de aumentar o risco de inundações e secas.

Os recursos hídricos também vêm sendo consideravelmente impactados pela expansão sojicultora. Uma consequência grave é a contaminação de rios com agrotóxicos, de riscos graves ao meio ambiente e à saúde humana. Até mesmo produtos banidos pela Anvisa foram detectados nos rios analisados. Endossa a necessidade, também alertada por diversos institutos de pesquisa, como a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Nacional

do Câncer, de se criar mecanismos de controle dos recorrentes danos causados e sérios riscos às vidas animais, vegetais e humanas de comunidades destes territórios. Este controle da sociedade deve se dar através de legislações menos permissivas, que autorizam produtos usados no Brasil com tolerância de detecção cinco mil vezes superior ao padrão europeu, como o caso do glifosato. Como afirma Bombardi (2023), trata-se de um colonialismo químico que usurpa direitos humanos e o meio ambiente, orquestrado principalmente por grandes corporações econômicas estrangeiras, desautorizadas a fazerem o mesmo em seus países de origem.

Referências

- AGUIAR, Diana; TORRES, Maurício. A boiada está passando: Desmatar para grilar. In: **Dossiê: O agro é fogo**. Disponível em: <<https://agroefogo.org.br/>>. Acesso em: 23/09/2024.
- AMARAL, Lucia do; JAIGOBIND, Sammay Jaisingh; JAIGOBIND, Allan George. **Dossiê Técnico: Óleo de Soja**. Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR. p. 05-08. Curitiba: nov, 2006. Disponível em: <<file:///D:/ARQUIVOS%20DO%20USU%C3%81RIO/Downloads/MzA2.pdf>>. Acesso em 12/05/2024.
- AZEVEDO, José Lúcio de; FUNGARO, Maria Helena Pelegrinelli; VIEIRA, Maria Lúcia Carneiro. Transgênicos e evolução dirigida. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 2, pp. 451-464, 2000.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. São Paulo: Elefante, 2023.
- CIARROCCHI, Isabella Rocha. **Efeito da radiação gama na degradação de pesticidas (azoxistrobin e carbendazim) em morango**. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” - Universidade de São Paulo. Piracicaba: 2021.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Grãos por produtos**. Brasília – DF: 2025. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras/itemlist/category/911-soja>>. Acesso em 12/02/2025.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Soja RR**: Tecnologia Embrapa representa menor custo ao produtor no RS. Artigo de Joseani Antunes (MTb 9693/RS), da Embrapa Trigo, e Lebna Landgraf (MTb 2903/PR), da Embrapa Soja. Brasília – DF: 15 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/66186218/soja-rr-tecnologia-embrapa-representa-menor-custo-ao-produtor-no-rs#:~:text=Na%20safra%202020%2F2021%2C%20a,RR%20e%2075%25%20para%20IPRO>>. Acesso em 05/08/2024.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. **Soja**. 7.ed. ISBN: 978-65-87878-08-9. Porto Alegre: 2022. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/soja>>. Acesso em 16/09/2024.

HESS, Sonia Corina; NODARI, Rubens. Agrotóxicos no Brasil: Panorama dos produtos entre 2019 e 2022. **Revista Ambientes em Movimento**, v. 2, nº 2, pp. 39-52, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6957>>. Acesso em 12/02/2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas econômicas ambientais da terra**: contabilidade física – Brasil 2000/2020. IBGE, Coordenação de Meio Ambiente. Rio de Janeiro: 2022. 112 pp. (Contas Nacionais, ISSN 1415-9813; n. 88). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/34822-contas-economicas-ambientais-da-terra.html>>. Acesso em 23/09/2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal**. Tabela 1612 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias. Rio de Janeiro: 2025. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>>. Acesso em 10/02/2025.

LONDRES, Flávia. Transgênicos no Brasil: as verdadeiras consequências. In: **Portal Faculdade de Engenharia de Alimentos** - Laboratório de Engenharia Ecológica e Informática Aplicada (LEIA) da UNICAMP. Campinas: 2005. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/fea/ortega/agenda21/candeia.htm#:~:text=Em%20suma%2C%20o%20que%20temos,tamb%C3%A9m%20para%20o%20meio%20ambiente>>. Acesso em: 02/02/2025.

- MAPBIOMAS. **Projeto MapBiomias** – Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra no Brasil - Coleção 9. São Paulo: 2023a. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/mapa-mural/>>. Acesso em: 10/02/2025.
- MAPBIOMAS. **Infográficos**. São Paulo: MapBiomias, 2023b. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/infograficos/>>. Acesso em 12/02/2025.
- MARTINS, Aline Regina Alves. **Dependência e monopólio no comércio internacional de sementes transgênicas**. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, Campinas: 2010.
- MELGAREJO, Leonardo. A safra transgênica de 2002/2003. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 1, nº 1, pp. 1-4, 2006.
- MENEZES, Willian. Em mapa, a degradação da agricultura brasileira. **Outras Palavras**, São Paulo, 06 out. 2021. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-brasileira/em-mapa-a-degradacao-da-agricultura-brasileira/>>. Acesso em: 19/09/2024.
- OVERBECK, Gerhard; MÜLLER, Sandra; FIDELIS, Alessandra; PFADENHAUER, Jörg; PILAR, Valério; BLANCO, Carolina; BOLDRINI, Ilsi; AMBOS, Rogério; FORNECK, Eduardo. Brazil's neglected biome: The South Brazilian Campos. Perspectives in Plant Ecology, Evolution and Systematics. **Science**. v. 9, 2.ed., pp. 101-116, 2007.
- PILLAR, Valério de Patta; LANGE, Omara (org.). **Os Campos do Sul**. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos – UFRGS, 2015.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- REDE CAMPOS SULINOS. **A agonia do Pampa**: Um panorama atual sobre a supressão da vegetação nativa campestre. Porto Alegre: UFRGS, 2020. Disponível em: <http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/arquivos/Agonia_do_Pampa.pdf>. Acesso em: 26/03/2024.
- ROBIN, Marie-Monique. **O mundo segundo a Monsanto**. São Paulo: Radical Livros, 2008.
- VÉLEZ-MARTIN, Eduardo Vélez-Martin; ROCHA, Carlos Hugo; BLANCO, Carolina; AZAMBUJA, Bethânia Oliveira; HASENACK, Heinrich; PILLAR, Valério De Patta. Conversão e fragmentação. In: PILLAR, Valério de Patta; LANGE, Omara (org.). **Os Campos do Sul**. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos – UFRGS, 2015.
- WEYERMÜLLER, André Rafael. Organismos geneticamente modificados e direitos do consumidor. **Revista Estudos Jurídicos**, nº 99, pp. 126-144, 2004.

Henrique Rudolfo Hettwer é Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM), e professor nas redes públicas municipal e estadual, e privada de ensino do Rio Grande do Sul. **E-mail:** henriquehettwer@gmail.com.

Artigo enviado em 10/03/2024 e aprovado em 13/06/2025.

Artigo

As estratégias do setor imobiliário-turístico e a incorporação de medidas socioambientais no litoral do Brasil

Alexandre Queiroz Pereira

397

Resumo

As atividades turístico-imobiliárias estão cada vez mais predominantes no litoral brasileiro. Situadas, geralmente, em ambientes com características socioambientais complexas, cuja proteção ambiental é uma obrigação legal e apresenta apelo social, os empreendedores desse setor têm se apropriado de estratégias para potencializar seus negócios. Enquanto hipótese, admite-se que a produção da nova geração de estações turísticas (compostas por complexos, resorts e condomínios de praia) se realiza com uso intenso dos zoneamentos e de restrições ambientais em seu favor, tanto em razão do aumento da renda de monopólio quanto pela exclusividade espacial derivada das “barreiras” ambientais. Ambas as situações são capazes de fortalecer processos de homogeneização socio-residencial e formas de apropriação turística. Em termos metodológicos, utilizou-se uma interpretação socio-territorial, de caráter multiescalar, baseada em pesquisa documental e, sobretudo, em material coletado em trabalhos de campo realizados em trechos do litoral brasileiro, mais precisamente na Bahia, Ceará e Pernambuco. Concluiu-se que os grupos empresariais desenvolvem tipos de estratégias socioambientais que impactam os zoneamentos, a restrição de usos e a valorização econômica dos empreendimentos. É possível afirmar que se instalam nas zonas de praia mecanismos de proteção ambiental forjados a partir de princípios de mercado, sobretudo os do setor imobiliário-turístico, como demonstram os modelos baseados na ocupação residencial de baixa densidade, inacessíveis aos estratos de menor renda da sociedade.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Zoneamento; Proteção; Urbanização.

The strategies of the real estate-tourism sector and the incorporation of socio-environmental measures on the coast of Brazil

Abstract

Tourism and real estate activities are becoming increasingly prevalent along the Brazilian coast. These activities are generally situated in environments with complex socio-environmental characteristics, where environmental protection is both a legal obligation and a social imperative. Entrepreneurs in this sector have employed strategies to enhance their businesses. It is hypothesized that the development of a new generation of tourist resorts – comprising complexes, resorts, and beach condominiums – intensively utilizes zoning regulations and environmental restrictions to their advantage. This is due both to the increase in monopoly profits and the spatial exclusivity derived from environmental “barriers”, which can strengthen processes of socio-residential homogenization and forms of tourist appropriation. Methodologically, a multi-scalar socio-territorial interpretation was applied, based on documentary research and, primarily, material collected during fieldwork conducted along stretches of the Brazilian coast, specifically in Bahia, Ceará, and Pernambuco. The findings indicate that business groups implement various socio-environmental strategies that impact zoning regulations, usage restrictions, and the economic valuation of developments. It can be asserted that mechanisms for environmental protection are being established in coastal areas based on market principles, particularly those related to the real estate and tourism sectors, as evidenced by models of low-density residential occupation that remain inaccessible to lower-income strata of society.

398

Keywords: Sustainability; Zoning; Protection; Urbanization.

Les stratégies du secteur du tourisme immobilier et intégration de mesures socio-environnementales sur la côte brésilienne

Resumé

Le tourisme et les activités immobilières sont de plus en plus présents sur la côte brésilienne. Généralement situés dans des environnements aux caractéristiques socio-environnementales complexes, où la protection de l'environnement est à la fois une obligation légale et un enjeu social, les entrepreneurs de ce secteur ont recours à des stratégies pour stimuler leur activité. L'hypothèse avancée est que la production de la nouvelle génération de stations touristiques (composées de complexes, de stations balnéaires et de condominiums de plage) utilise intensivement le zonage et les restrictions environnementales à leur avantage, tant en raison de l'augmentation des revenus de monopole que de l'exclusivité spatiale dérivée des “barrières environnementales”. Ces deux situations renforcent les processus d'homogénéisation socio-résidentielle et les formes d'appropriation touristique. Sur le plan

méthodologique, une interprétation socio-territoriale multi-scalaire a été adoptée, basée sur une recherche documentaire et, surtout, sur le matériel recueilli lors de travaux de terrain effectués sur certaines parties de la côte brésilienne. Il a été conclu que les groupes d'entreprises développent des stratégies socio-environnementales ayant un impact sur le zonage, la restriction des usages et l'évaluation économique des projets.

Mots Clés: Durabilité; Zonage; Protection; Urbanisation.

Introdução

A produção dos espaços urbanos não se dissocia dos conflitos derivados da apropriação da natureza ou do meio ambiente, estando por, muitas vezes, distante dos princípios de justiça ambiental (Swyngedouw, 2017). Nesse passo, a ecologização urbana como estratégia de desenvolvimento dos negócios imobiliários é amplamente praticada nas cidades do Norte Global, inclusive associada aos instrumentos financeiros (García-Lamarca *et al.*, 2022). No Brasil, as noções de natureza, qualidade ambiental e imobiliário sustentável também impactam na produção residencial nos espaços urbanos dos grandes centros (Henrique, 2006; Henrique, 2011; Teixeira; Castilho, 2020; Beck, 2020; Baumgartner, 2022).

Em movimento socioespacial centrípeto, além da habitação permanente e dos serviços, outros agentes e processos induzem a reprodução do espaço urbano nas bordas das aglomerações, principalmente as marcadas por amenidades ambientais. Consonante ao dito anteriormente, o lazer, de modo geral, e o turismo, em particular, tornaram-se fortes indutores da urbanização e da metropolização de regiões e territórios por meio da construção de segundas residências, condoresort, resorts e hotéis (Pereira, 2020; Pereira; Paiva, 2022).

Ao constatar a relação entre incorporação imobiliária e a produção de espaços turísticos, percebem-se situações conflituosas no uso da paisagem ou dos componentes naturais do território (Pereira; Brandão; Laurent, 2021). Se, por um lado, a difusão do

turismo de massa depende da construção de infraestruturas e do adensamento do espaço construído, por outro, a sustentabilidade da prática e a qualidade ambiental ganham relevância: i. na atração de visitantes e residentes (Chen *et al.*, 2019; Hall; Wood, 2021; Hall; Seyfi; Naderi, 2022); ii. na homologação oficial dos projetos (Pereira; Abreu, 2022); e iii. na valorização econômica dos imóveis urbanos e serviços turísticos (García-Lamarca *et al.*, 2022; Pereira; Silva; Arreortua, 2021).

Dos sítios naturais escolhidos pelos promotores turístico-imobiliários e pelos próprios turistas, nenhum outro foi tão largamente transformado como as zonas de praia e as costas marítimas (Dantas, 2019; Boyer, 2008; Urbain, 1996). Da mesma forma, os espaços litorâneos correspondem ao complexo de ecossistemas ao apresentar diferentes níveis de fragilidade ambiental aos processos de ocupação social e aos desdobramentos das mudanças climáticas (Queiroz *et al.*, 2017; Paula; Vasconcelos; Souza, 2022). Entre a massificação dos usos turístico-residenciais e a presença de zonas naturais diferenciadas e, legalmente protegidas, os promotores imobiliários e as corporações turísticas agem a fim de buscar alternativas às restrições e, simultaneamente, maximizar a rentabilidade dos seus negócios.

Por sua vez, a construção de imobiliário de uso sazonal relacionado às práticas de lazer (segundas residências) avança como um dos principais produtos comercializados por esse setor econômico. Tal processo demanda posicionamento público-governamental para controle da sua expansão e uso do solo, ação essa sujeita a fragilidades institucionais e políticas, mesmo em países com democracias consolidadas e de alta renda *per capita* (Ericsson *et al.*, 2022).

No Brasil, a expansão do espaço urbano nos espaços litorâneos tem influência direta das atividades turísticas e, mesmo com os impactos socioambientais registrados, esta é considerada estratégica pelas gestões municipais. Via de regra, os governantes dos municípios apoiam o desenvolvimento das atividades turísticas em seus territórios por acreditarem na capacidade dessa em criar empregos, qualificar o espaço urbano e elevar o volume de impostos arrecadados por tais atividades (Pereira; Gomes, 2018).

Ainda para a realidade brasileira, a regulação do uso do solo nas zonas costeiras encontra no Código Florestal (Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012), no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei Federal nº 7.661/1988), no Projeto Orla (Decreto Federal nº 5.300/2004) e no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) relevante arcabouço político, jurídico e de instrução ao planejamento. Ambos os instrumentos têm abrangência nacional, mas é exatamente na escala dos municípios que se vislumbram as dificuldades na aplicação das leis, principalmente no impedimento às formas de uso não democráticas ou ambientalmente degradantes dos espaços litorâneos. Dialeticamente, as restrições ambientais, a priori de caráter conservador e protetor, geram raridades espaciais, cujas qualidades ambientais escassas são muito bem aproveitadas pelo mercado em suas estratégias de marketing (Beck, 2020).

Na prática, o produto fundamental do planejamento urbano e ambiental na escala municipal é o plano diretor. Associado a esse instrumento urbanístico, os zoneamentos elaborados são peças-chaves, pois não são apenas documentos técnicos, mais que isso, são indicadores da geopolítica urbana (Souza, 2016). Obrigatório para municípios com população superior a 20 mil habitantes ou onde se constituem projetos econômicos de grande porte, como os turísticos-imobiliários, a elaboração/atualização do plano diretor e de suas leis complementares é feita com ampla participação do mercado turístico, imobiliário e fundiário.

Este estudo visa analisar as estratégias utilizadas por promotores imobiliários e grupos hoteleiros, a partir de três aspectos basilares: a valorização das características naturais, as implicações socioeconômicas e as práticas de sustentabilidade. Enquanto hipótese, admite-se que a produção da nova geração de estações turísticas (compostas por complexos, resorts e condomínios de praia) se faz com uso intenso dos zoneamentos e das restrições ambientais a seu favor, tanto em razão do aumento da renda de monopólio como pela exclusividade espacial derivadas das “barreiras” ambientais, ambas situações capazes de fortalecer processos de homogeneização socio residencial e de formas de apropriação turística.

1. Método e procedimentos de pesquisa

O caminho metodológico da pesquisa considera a urbanização da sociedade como preceito inicial, o que se desdobra, inevitavelmente, no reconhecimento do processo de reprodução social do espaço urbano. Essa condição primeira entende a espacialidade das atividades socioeconômicas produzida pela dialética ação dos agentes sociais. Nesse sentido, a apropriação e dominação da natureza ou dos sistemas ambientais são compreendidas a partir de um viés social, político e econômico crítico aos modelos tradicionais de análise, geralmente denominados de ecologia política.

O artigo não se propõe a estudar um caso específico, outrossim, faz-se valer dos exemplos sistematizados a partir de vários contextos socioespaciais situados territorialmente no litoral incorporado por vetores de urbanização e metropolização, com predominância de agentes imobiliários e corporações turístico-hoteleiras e constatados a partir dos trabalhos de campo. Dessa forma, apontam-se casos nos litorais dos estados da Bahia, de Pernambuco e do Ceará. A escolha dos casos se justifica também pela relevância turística, pela atração de recursos públicos federais voltados para a promoção da atividade e dos investimentos privados derivados de grupos imobiliários e hoteleiros (Dantas, 2019), principalmente consolidados na construção de complexos, como o Aquiraz Riviera (Ceará), o Reserva do Paiva (Pernambuco) e a Costa do Sauípe (Bahia). Além dos critérios mencionados, para a seleção dos casos foram considerados a localização metropolitana, a área do empreendimento (maiores que 100 hectares) e a diversidade de produtos imobiliário-turísticos reunidos nos complexos (condomínios, resorts, loteamentos, condosort, hotéis).

Além disso, nos litorais em destaque são observados conflitos e impactos socioambientais. Em monitoramento produzido pela Fundação Oswaldo Cruz, são localizados os problemas dessa natureza, sendo os mais comuns a alteração do ciclo reprodutivo da fauna, a alteração do regime tradicional do uso e a ocupação do solo, danos às áreas protegidas e processos erosivos (Fiocruz, 2024).

Dada a atualização do processo de produção dos espaços turísticos no litoral, sobremaneira nas últimas duas décadas, esse será o contexto temporal utilizado para agregação de informações, descrição de situações e apontamento de exemplos. A saber, é exatamente nos primeiros anos do século XXI que se torna mais comum a produção de tipologias turístico-imobiliárias no litoral brasileiro, e, mais ainda, na região nordeste.

Para as interpretações e estruturação dos argumentos, estipulou-se três indicadores analíticos: a) o sítio natural e a situação geográfica das áreas e dos empreendimentos; b) a noção de conservação e uso da natureza em espaços de urbanização turística; c) os zoneamentos, as normas e as restrições estabelecidas nas respectivas áreas. Metodologicamente, são esses os elementos da realidade que baseiam a interpretação do que chamamos de estratégias socioambientais e políticas de controle do território em função dos interesses empresariais.

A captação das informações necessárias às descrições e análises deu-se através de diferentes procedimentos: 1. Revisão sistemática de estudos descritivos acerca dos temas turismo, espaço turístico, complexos turísticos, segundas residências, litoral, metropolização litorânea, metropolização turística, turismo e meio ambiente, e ecologia política; 2. Análise de documentos oficiais (planos e leis) e material publicitário dos empreendimentos; e, 3. Atividades em campo baseadas em observações sistematizadas, entrevistas com gestores dos empreendimentos e técnicos municipais, preenchimento de formulário básico de caracterização do território e captação de imagens fotográficas para análise em gabinete. Sobre essa última estratégia, vale detalhar que as incursões se deram entre os anos de 2021 e 2023, no litoral das regiões metropolitanas de Recife, Salvador e Fortaleza. Em cada campo eram visitados todos os empreendimentos, o seu entorno, as comunidades próximas e as secretarias municipais diretamente envolvidas (turismo, meio ambiente, urbanismo e planejamento), a depender da configuração administrativa da municipalidade. As observações foram registradas em áudio, vídeo e em formulários componentes do banco de dados do grupo de pesquisa.

1. Resultados e discussões

Depois da coleta de dados de campo, a análise em gabinete permitiu a distinção de três grupos de estratégias socioambientais de controle e uso do território: i. a natureza como item complementar ao portfólio dos imóveis; ii. a natureza como barreira aos usos/agentes indesejados; e, iii. o ambientalismo compensatório empresarial diante de usos/ações degradantes. Tal diferenciação não se fez sem influências, sendo mencionáveis a perspectiva do exclusivismo socioespacial (Barbosa, 2017) e a ecogeopolítica urbana (Souza, 2016).

a) A natureza como elemento complementar ao portfólio dos imóveis

As zonas de praia, as áreas florestadas e os recursos hídricos (rios, lagoas e lagos) transformaram-se em componentes territoriais valorativos dos produtos imobiliários e turísticos (Blázquez-Salom, 2007; Gil de Arriba, 2019). Essa foi uma constatação registrada ao investigar os casos de três complexos turísticos imobiliários no nordeste do Brasil, são eles o Aquiraz Riviera e o Porto das Dunas (Aquiraz, Ceará) e o Reserva do Paiva (Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco) inclusos no polígono metropolitano de Fortaleza e Recife, respectivamente.

A construção de complexos turístico-imobiliários no nordeste do Brasil é averiguada desde a primeira década deste século (Pereira; Abreu, 2022). Situados em contexto metropolitano e em espaços litorâneos, os empreendimentos reproduzem um modelo de expansão urbana de baixa densidade, dedicado à comercialização dos produtos imobiliários residenciais de uso permanente e/ou sazonal.

Ao analisar os casos, percebeu-se que a situação geográfica dos empreendimentos (condomínios ou loteamentos) é destacada, sobretudo, nos *masterplans* e nas peças de propaganda nos seus sítios eletrônicos (**Figura 1**). A presença dos rios e das áreas verdes é anunciada como se os complexos (segundas residências e hotéis) mantivessem uma

harmonia total com os ambientes naturais (matas, rios e praia). No Reserva do Paiva, mesmo com legislação municipal modificada especificamente para intensificação da taxa de ocupação dos lotes e para a elevação do número de pavimentos (Lei municipal 2.926 de 28/12/2012), o site do empreendimento destaca os 8,5 quilômetros de praia, os 126 hectares de área verde e os 200 hectares de mata atlântica preservados.

Aos já conhecidos itens da propaganda dos corretores imobiliários (segurança, exclusivismo e sofisticação) somam-se as práticas ditas sustentáveis, de uso racional dos recursos e os processos naturais¹, atualizando os princípios das chamadas utopias espaciais (Harvey, 2004). Nelas, prega-se a ideologia da superação das contradições sociais, com garantia de que as formas arquitetônicas e urbanísticas se harmonizam aos ecossistemas e aos seus componentes. Para além das propagandas a utilizar os termos-chave da sustentabilidade, verificam-se contradições, principalmente, em virtude das restrições de uso tradicionais nas zonas de praia, como a festa lavadeira e a alteração das leis de uso do solo urbano que permitiu o adensamento construtivo (Barbosa, 2016; 2017).

¹ O site do empreendimento descreve essas condições diferenciadas e sustentáveis: “Por prezar pela qualidade de vida dos moradores e do meio ambiente, a Reserva do Paiva assumiu compromisso com a sustentabilidade da região. Dessa forma adota o equilíbrio entre as construções e o ambiente em que estão inseridas, com formas mais horizontais e baixo adensamento, valorizando áreas verdes com projetos arquitetônicos que favorecem a ventilação cruzada, o aproveitamento da iluminação natural, o uso racional de água e energia. Além disso, a infraestrutura de lazer condominial, desvinculada das edificações privadas, preserva a privacidade e promove um conforto ambiental e visual diferenciados”. (<https://www.reservadopaiva.com.br>).

Figura 1 - Situação geográfica do Empreendimento Imobiliário Reserva do Paiva, Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco.



Fonte: <http://site.cuidamosdopaiva.com.br/a-reserva/> e Pereira, Salinas e Prado (2021).

Em entrevistas com os técnicos municipais, observa-se que na fase de aprovação dos projetos e de concessão das licenças, os empreendedores buscam estratégias para superar as limitações do zoneamento e da lei de uso do solo para elevar as taxas de construção, aumentando o índice de aproveitamento do solo. Todavia, instituídas por limitações legais, a manutenção das formas naturais e das reservas verdes são obrigatórias. Frente às imposições, revertem-se as estratégias e passa-se a anunciar as feições naturais como composição diferencial do produto imobiliário, inclusive quando esse tem funções turísticas e de lazer.

No projeto do Aquiraz Riviera, entre o campo de Golfe e o loteamento, foi mantida uma reserva de 58 hectares nas dunas, transformada em Reserva Particular do Patrimônio Natural (**Figura 2**). Diferente do apelo preservacionista que a manutenção da reserva deixa transparecer, o complexo turístico, fruto da parceria entre investidores nacionais e portugueses, na fase de instalação foi interpelado pelo Ministério Público em virtude de ações em desconformidade às leis ambientais (Silva, 2021). Fato a demonstrar que a in-

incorporação de áreas preservadas ao *masterplan* dos projetos é muito mais fruto das imposições das leis do que uma redefinição do comportamento empresarial. Mesmo assim, a manutenção do espaço preservado permanece como um bônus aos que, por seu poder de compra, têm capacidade de adquirir imóveis nessas condições socioambientais excepcionais.

O terceiro caso, o conhecido loteamento dos anos 1980, no qual anos depois se instalou o Parque Aquático Beach Park, corresponde ao Porto das Dunas e ao seu complexo de resorts (**Figura 2**). A situação geográfica do loteamento é devesas, potencializada por todo o conjunto ambiental da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Pacoti.

Figura 2 - Reserva naturais nos empreendimentos Aquiraz Riviera e na praia do Porto das Dunas, em Aquiraz – Ceará.



Fonte: GoogleEarth e OpenStreetMap.

Semelhante à geomorfologia do Reserva do Paiva, o Porto das Dunas se serve da paisagem composta pelo polígono da APA do Rio Pacoti. A foz do rio, as suas dunas e a sua planície fluviomarinha, protegidos pelo código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012), criam um “cinturão” a emoldurar as zonas de praia e pós-praia ocupadas pelos empreendimentos turísticos e por segundas residências.

Como resultado econômico-imobiliário, os elementos naturais da configuração territorial da planície litorânea contribuem diretamente para que, mesmo localizados em zonas de franja metropolitana, tais empreendimentos se encontrem na lista dos maiores preços médios por metro quadrado oferecidos no mercado residencial em seus respectivos estados (Pereira; Silva; Arreortua, 2021; Rufino, 2015; Barbosa, 2016).

b) A natureza como barreira aos usos e/ou agentes indesejados

A segunda estratégia socioambiental de uso e domínio do território percebida se institui à medida que aspectos naturais são utilizados como barreira aos usos e aos agentes indesejados. Ao passo que se mencionou a importância das paisagens naturais litorâneas como item complementar a excepcionalidade dos empreendimentos postos à venda, não é menos decisivo utilizar-se de táticas de controle para limitar formas de apropriação desses espaços por grupos sociais cujas condições socioeconômicas não os possibilitam comprar imóveis ou pagar por serviços hoteleiros.

Como exemplo, pode-se destacar situações verificadas nas praias do Paiva (Cabo de Santo Agostinho – PE), Muro Alto (Ipojuca – PE) e em Itacimirim (Camaçari – BA). Na primeira e na terceira, há forte concentração de condomínios de praia basicamente de uso sazonal, com a ocupação estabelecida na estreita faixa territorial linear e paralela à zona de praia. No segundo caso, com morfologia urbana semelhante, são verificados resorts reconhecidos nacionalmente (Marulhos Resort e Nannai Residence Vilas, por exemplo).

Em todas as situações, os elementos construídos e a base natural do território são utilizados como elementos de retenção de fluxos de usuários em massa. Na primeira situação, pode se enquadrar o contexto da Praia do Paiva, onde está o Reserva do Paiva. Apesar do empreendimento divulgar sua modernidade fundamentada em urbanismo sustentável e no contato com a natureza, os acessos à praia, onde não há empreendimentos, são “rústicos” e com impedimentos para transportes automotores (Figura 3).

Apesar de aparentar intenção de gerar menor impacto aos ambientes à beira-mar, a estratégia de limitação de acesso, mesmo para o espaço público da praia, corresponde à ação deveras utilizada em balneários turísticos litorâneos (Silva, 2013). Em complementação, para o caso específico do Reserva do Paiva, é preciso lembrar que a rodoviária estadual que liga o empreendimento à Recife (PE-024) é via construída através de parceria público-privada, concedida à Concessionária Rota dos Coqueiros, e, por isso, sua utilização se faz por meio de pagamento de pedágio.

Ao chegar à praia, o caminhante se depara com placas informativas das interdições de uso. São lembrados aos visitantes que há risco de ataques de tubarões e que o mar representa perigo a afogamentos (**Figura 3**). Sem vias para acesso e estacionamento, o uso da praia passa a ser limitado à contemplação, mais especificamente para os proprietários dos imóveis construídos no modelo “pé na área”, ou seja, aqueles com acesso direto às áreas da praia, sem barreiras.

Como demonstram as entrevistas com os corretores de imóveis para segunda residência, os metros quadrados residenciais construídos nessa localização são os que alcançam preços mais robustos em comparação aos imóveis mais continentais, pois permitem a exclusividade da paisagem natural e, principalmente, sem usuários estranhos aos proprietários.

Figura 3 - Barreiras ao uso no litoral das regiões metropolitanas de Recife e de Salvador.**LEGENDA:**

A e B – Acessos à Praia no empreendimento Reserva do Paiva, Cabo de Santo Agostinho, PE; C – Zonas de praia em Muro Alto, Ipojuca, PE; D – Imagem de satélite do litoral de Camaçari, Bahia.



Fonte: Banco de Fotografias do autor e Google Maps.

A segunda situação corresponde ao exemplo do uso da geomorfologia litorânea na criação de obstáculos, sobretudo, impedindo construções que fujam dos padrões dos condomínios e dos resorts de praia. Em Muro Alto, descrito o perfil do continente para a praia, a ocupação apresenta a seguinte sequência: grande gleba utilizada como fazenda de coqueiros, estreita via de acesso pavimentada, mega lotes ocupados por resorts paralelos à praia, à zona de praia, aos arrecifes e ao mar aberto. A localização dos empreendimentos, além das características de acesso e da ausência de espaços públicos (praças, calçadões e calçadas), faz das piscinas naturais e dos arrecifes atrativos praticamente exclusivo aos hóspedes e proprietários dos empreendimentos próximos aos ambientes marítimos.

Outro caso é registrado durante os trabalhos de campo em Itacimirim, litoral de Camaçari. Neste trecho litorâneo, a geomorfologia e os corpos hídricos são utilizados de tal forma que confinam os condomínios de praia que se localizam na parte mais próxima

ao mar. As áreas de alagamento servem como “um fosso” que circunda a ocupação imobiliária, situação natural cooptada pela morfologia do tecido urbano.

Durante os trabalhos de campo, várias foram as praias com comunicados de proibição (**Figura 4**). Em Itacimirim e Guarajuba (Camaçari/BA), interditam-se fluxos indesejados como os comerciantes que, sendo permitidos, poderiam atrair usuários de outras classes/segmentos sociais não proprietários dos imóveis. Também na praia do Forte (Bahia), houve coincidência entre a localização das placas com as áreas de concentração de condomínios de praia à beira mar.

Figura 4 - Mosaico de placas instaladas no litoral de Pernambuco e da Bahia.



LEGENDA: A – Placas com avisos de segurança e interdição de usos em Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco. B e D – Interdição de usos e de acessos às praias do Forte e Sauipe em Mata de São João, Bahia. C – Proibição de atividades de comércio na praia em Camaçari, Bahia. E – Placas com zoneamento de praia em Porto de Galinhas, Ipojuca, Pernambuco.

Fonte: Arquivos do autor.

Ainda no litoral baiano, próximo ao balneário da Costa do Sauipe, a placa instalada pelo poder público municipal informa aos visitantes sobre a legislação que normatiza o acesso às zonas de praia em Mata de São João quando realizados por excursionistas

transportados por veículos do tipo ônibus ou vans. Sabidamente, essa prática é comumente utilizada por famílias de menor rendimento mensal, sendo que a burocracia estabelecida tende a limitar fortemente sua realização.

Esse segundo grupo de estratégias tende a produzir zonas homogêneas não somente em relação ao padrão imobiliários, mas em virtude da limitação da diversidade de usos populares e/ou massificados. Via de regra, sua execução é respaldada frente ao alibi da preservação dos ambientes diante de possíveis agentes degradadores.

c) O ambientalismo compensatório empresarial diante de usos e/ou ações degradantes

Denomina-se de ambientalismo compensatório empresarial o conjunto de práticas desenvolvidas por corporações tendo a finalidade de relacionar a sua marca à noção de negócio ambientalmente engajado, baseado no cuidado e na preservação dos ambientes. Para isso, são efetivadas medidas mitigadoras, e, mais importante, as ações são publicadas com a intenção de reforçar a imagem positiva do negócio. Atualmente, tais práticas se configuram no conhecido padrão *Environmental, Social and Governance* (ESG), selo do que também ficou público como responsabilidade socioambiental e seus impactos econômicos e publicitários (Saini *et al.*, 2023; Kumar, 2023; Bae, 2022).

No imobiliário-turístico litorâneo, os grupos empresariais, principalmente as redes internacionais e nacionais, implementam agendas consideradas por eles como de sustentabilidade e de responsabilidade social, como são os casos da portuguesa Vila Galé (Machado, 2019) e a cearense Beach Park (Rodrigues, 2016).

Nesse último caso, o CEO do grupo, em entrevista registrada pelo podCast Conta Bem², enfatizou as medidas sustentáveis tomadas pela companhia, principalmente, em relação ao reaproveitamento da água, do tratamento dos resíduos sólidos, do cuidado com as tartarugas, do Selo Carbono Neutro (compensação da emissão de CO₂) e do ISO

² Para acessar, utilizar o endereço eletrônico para a plataforma youtube: <https://youtu.be/YYcl6-XUAYk>.

14001. As práticas dessa natureza têm impacto direto na atratividade de visitantes e, inclusive, têm sido consideradas como pré-requisitos importantes na captação de investidores e parceiros comerciais. Há, no entanto carência de pesquisas a verificar o nível de eficiência e, principalmente, de justiça socioambiental de tais ações certificadas.

De responsabilidade dos condomínios de praia ou dos complexos turísticos, durante as atividades de pesquisa em campo, foram registradas tentativas de recuperação ambiental do território (**Figura 5**).

A primeira, situada no litoral de Cabo de Santo Agostinho, corresponde à preservação da vegetação rasteira do pós-praia, e com retaguarda preenchida por plantação arbitrária de coqueiros (*cocos nucifera*). Essa composição emoldura o acesso à praia junto aos condomínios construídos nas proximidades.

Em relação à segunda, cita-se a situação de condomínios que demarcam zonas de trânsito de pedestres, cujo objetivo seria recompor a vegetação de dunas. Em comparação à área ocupada pelos condomínios em Praia do Forte, os espaços para a recuperação ambiental são visivelmente limitados e, por isso, sua eficiência na recuperação dos fluxos costeiros é contestável. A manutenção das placas e o cercamento do pequeno trecho de vegetação próxima à praia aparenta estratégia parcial e de cunho estético - um ajardinamento das bordas litorâneas -, haja vista a complexidade de medidas necessárias em caso de recomposição das paisagens litorâneas erodidas ou de ocupação intensa em dunas e faixa de praia (Paula *et al.*, 2021).

Figura 5 - Exemplos de medidas de recuperação de ambientes no litoral de Pernambuco e da Bahia próximas a condomínios de praia.



Fonte: Arquivos do autor.

A última das práticas identificadas refere-se à ação de proteção à fauna, no caso, as tartarugas. Na praia do Forte existe um dos oito centros de visitação da Fundação Projeto Tamar, que, por si só, representa uma atração turística, posto permitir a visitação para fins de conhecimento de espécimes marítimas, principalmente as tartarugas. A Fundação, inegavelmente, desenvolve atividades e práticas essenciais à proteção da fauna, contudo são os empreendedores imobiliários que se aproveitam das restrições para tornar os espaços públicos próximos aos condomínios mais inacessíveis a usuários da praia, sem abdicar da intensificação das construções nas áreas particulares, mesmo que sejam tão vulneráveis como as demarcadas pelas placas.

A medida adotada pelos empreendedores imobiliários em relação às tartarugas, deu-se na criação de corredores entre os limites das glebas, exclusivamente para ação dos integrantes da Fundação, e com o objetivo de dar suporte ao cuidado no momento de reprodução dos répteis marinhos. Entre os condomínios, os ninhos e o nascimento desses animais tornam-se espetáculo aos turistas e visitantes, sendo que a importância

no cuidado com as tartarugas se transfigura, para os empreendedores, como ação mitigadora de caráter ambientalmente educativo.

Esse modelo de empreendimento em simbiose com a paisagem natural é a aposta dos gestores públicos e dos empreendedores turístico-imobiliários. Sobre isso, em entrevista com gestores municipais da Prefeitura de Mata de São João, foi mencionado pelos entrevistados que a meta é convencer os novos negociantes a produzir menor número de unidades e associá-las ao entorno, à flora e à fauna. A proposta se baseia na ideia de que, com isso, os próprios empresários podem alcançar melhores preços por seus imóveis e serviços, haja vista a atração de clientes dispostos a pagar mais por esse modelo de turismo e de imobiliário.

Conclusões

415

O presente texto partiu inicialmente da seguinte questão: quais são as ações e as estratégias utilizadas pelos promotores imobiliários e/ou grupos hoteleiros para aproveitamento das características naturais dos territórios e ambientes costeiros na valorização socioeconômica dos seus empreendimentos? No transcorrer da pesquisa e, sobretudo, após sistematização das informações e análises, chegou-se a conclusões destacáveis.

O modelo de ocupação dos espaços litorâneos, com predominância dos usos de lazer e turismo, apresenta variações urbanísticas, mas geralmente se concretizam em complexos turísticos e em condomínios de praia. Nesses, foi possível destacar padrão de estratégias de incorporação da ecologia litorânea ao modelo de negócio (estilo das construções, dos preços e dos potenciais clientes).

As estratégias socioambientais geram quatro efeitos: i. exclusivismo espacial, com controle territorial e domínio socioambiental; ii. segregação de usos como imperativo frente às restrições ambientais; iii. mercantilização dos fluxos e das paisagens naturais e dos serviços ecossistêmicos a elas relacionadas; e iv. valorização econômica dos terrenos

derivada da criação de raridades (associação entre espaço construído e situação geográfica).

Por sua vez, a pesquisa aponta para um quadro de evidências, como também tendências. Enquanto virtualidades, identifica-se o fortalecimento das ações baseadas no controle ambiental e modelização de um setor turístico-imobiliário galgado em práticas autodenominadas de responsabilidade socioambiental. Mesmo com a evidência de impactos e conflitos, como os verificados pelo monitoramento da FIOCRUZ, essa tende a ser cada vez mais utilizada pelos grupos empresariais com a finalidade de potencializar seus negócios turístico-imobiliários através do alibi conservacionista. Nesse contexto, a ideia de proteger uma espécie – como é o caso das tartarugas – sendo uma imposição da legislação ambiental, é transformada em atração turística, não necessariamente respeitando os limites técnicos indicados.

Entre as leis que regulam o uso do solo e o interesse do setor imobiliário-turístico, nos trechos do litoral estudado, verificou-se a justaposição entre zonas/áreas de proteção ambiental (restingas, florestas, morros, manguezais, dunas) e o espaço construído para empreendimentos e para as práticas sociais do turismo e do lazer.

A estratégia selecionada pelo setor imobiliário e as municipalidades foi promover ocupações de baixa densidade demográfica e com uso sazonal controlado pelas corporações e que, por sua vez, ofertam os imóveis por preços diferenciados em função da raridade e da exclusividade socioambientais. Da forma como se aplicam as leis e normas, conduzido ao sabor das empresas imobiliárias-turísticas, há insucesso tanto na proteção ambiental como na justiça social. Em primeiro lugar, porque os grandes empreendimentos turístico-imobiliários continuam sendo construídos nessas áreas; e, em segundo lugar, em virtude da homogeneidade social dos proprietários dos imóveis, marcada pelas leis de mercado.

Entre as limitações e as possibilidades do estudo, pode-se apontar: primeiro, a necessidade de um acompanhamento espaço-temporal da consolidação dos empreendimentos e, conseqüentemente, das mudanças socioambientais promovidas seu entorno,

considerando do mesmo modo as alterações nas legislações de uso e ocupação do solo urbano; segundo, enquanto objetivos futuros de pesquisa, através de instrumentos qualitativos, é prudente compreender a percepção dos consumidores de imóveis em relação ao estado de adaptação e proteção ambiental em zonas de praia onde se consolidam esse modelo de ocupação turística e imobiliária.

Por fim, concluiu-se também que os zoneamentos ambientais na escala dos municípios são peças cuja ação dos empreendedores tem capacidade de flexibilizar, dando a eles condições mais favoráveis. Isso se aplica também quando são avaliados os regramentos locais que detalham as restrições de certos usos.

Agradecimentos

O autor agradece ao Proex/CAPES pelos trabalhos de campo, à FUNCAP por auxílio à Pesquisa e ao CNPq pela concessão de bolsa de Produtividade em Pesquisa.

417

Referências

- BAE, Jun-Ho. Developing ESG Evaluation Guidelines for the Tourism Sector: With a Focus on the Hotel Industry. **Sustainability**, v. 14, nº 24, pp. 1-17, 2022.
- BARBOSA, Adauto Gomes. O marketing imobiliário à luz da estética da mercadoria. **Mercator**, v. 16, nº 3, pp. 1-13, 2017. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1683>>. Acesso em 25/01/2024.
- BARBOSA, Adauto Gomes. Planejamento urbano empresarialista em complexos imobiliários, residenciais e de serviços: A Reserva do Paiva em análise. **Cadernos Metrôpole**, PUCSP, v. 18, nº 37, pp. 785-802, 2016.

- BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Apropriações dos objetivos do desenvolvimento sustentável pelo mercado imobiliário na produção do espaço urbano. **Scripta Nova**, v. 26, nº 1, pp. 185-205, 2022.
- BECK, Ceres Grehs. Luxos verdes na publicidade imobiliária de João Pessoa/PB. ESPM-Rio, **Diálogo com a Economia Criativa**, Rio de Janeiro, v. 5, nº 13, pp. 124-141, 2020.
- BLÁZQUEZ, Macià. Los espacios naturales, “el mango de la sartén va al outro lado”. **Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, v. 11, nº 37, pp. 245, 2007.
- BOYER, Marc. **Les villegiatures du XVIe au XXIe siècle**. Paris: Éditions Ems, 2008.
- CHEN, Ning; HALL, Michael; KANGKANG, Yu; QIAN, Cheng. Environmental Satisfaction, Residential Satisfaction, and Place Attachment: The Cases of Long-Term Residents in Rural and Urban Areas in China. **Sustainability**, v. 11, nº 22, pp. 1-20, 2019.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Maritimidade nos Trópicos**. 3. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2019.
- ERICSSON, Birgitta; ØIAN, Hogne; SELVAAG, Sofie Kjendlie; LERFALD, Merethe; BREIBY, Monica. Planning of second-home tourism and sustainability in various locations: Same but different? **Norsk Geografisk Tidsskrift – Norwegian Journal of Geography**, pp. 209-227, 2022.
- FUNÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Mapa dos Conflitos**. São Paulo: FIOCRUZ, 2024. Disponível em: <<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>>. Acesso em 08/08/2024.
- GARCÍA-LAMARCA, Melissa; ANGUELOVSKI, Isabelle; COLE, Helen V.; CONNOLLY, James T.; PEREZ-DEL-PULGAR, Carmen; SHOKRY, Galia; TRIGUERO-MAS, Margarita. Urban green grabbing: Residential real estate developers discourse and practice in gentrifying Global North neighborhoods. **Geoforum**, v. 128, pp. 1–10, 2022. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0016718521003043>>. Acesso em 14/07/2024.
- GIL DE ARRIBA, Carmen. Del turismo inmobiliario al turismo de naturaleza ¿Cambio de modelo o cambio de discurso? El caso de Noja, un municipio en la costa cantábrica. **Cuadernos de Turismo**, nº 43, pp. 301–324, 2019. Disponível em: <<https://revistas.um.es/turismo/article/view/374801>>. Acesso em 11/05/2024.
- HALL, Colin Michael; SEYFI, Siamak; NADERI, Sara. Politics and the Sustainable Development Goals: Tourism Agenda 2030 Perspective article. **Tourism Review**, 2022.

- HALL, Colin Michael; WOOD, Kimberley J. Demarketing Tourism for Sustainability: Degrowing Tourism or Moving the Deckchairs on the Titanic? **Sustainability**, v. 13, nº 3, pp. 1-15, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/su13031585>>. Acesso em 11/06/2024.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HENRIQUE, Wendel. A cidade e a natureza: A apropriação, a valorização e a sofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, nº 20, pp. 65-77, 2006.
- HENRIQUE, Wendel. Mercado imobiliário e mercantilização da natureza em Salvador e região metropolitana. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 10, nº 21, pp. 63-80, 2011.
- KUMAR, Dilip. Economic and political uncertainties and sustainability disclosures in the tourism sector firms. **Tourism Economics: The Business and Finance of Tourism and Recreation**, v. 29, nº 6, pp. 1694-1699, 2023.
- MACHADO, Suellen Barbosa. **Responsabilidade social e turismo**: A relação entre a comunidade e a rede de resorts vila galé no nordeste brasileiro. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.
- PAULA, Davis; LIMA, Jailson C.; BARROS, Eduardo L.; SANTOS, Jader de O. Coastal erosion and tourism: The case of the distribution of tourist accommodations and their daily rates. **Geography, Environment, Sustainability**, v. 14, nº 3, pp. 110-120, 2021. Disponível em: <<https://ges.rgo.ru/jour/article/view/2062>>. Acesso em 12/06/2024.
- PAULA, Davis Pereira; VASCONCELOS, Yan Gurgel; SOUSA, Francisco Rodrigo Cunha. Effects of beach width variability on recreational function: A case study of NE Brazil. **Regional Studies in Marine Science**, v. 51, nº 4, pp. 102-182, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/358113588_Effects_of_beach_width_variability_on_recreational_function_A_case_study_of_NE_Brazil>. Acesso em 11/05/2024.
- PEREIRA, Alexandre Queiroz; ABREU, Luciano Muniz. Gestão de áreas urbano-litorâneas e os complexos turísticos e imobiliários no Nordeste do Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 42, pp. 1-30, 2022.

- PEREIRA, Alexandre Queiroz; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro; LAURENT, François. Les conflits socio-environnementaux dans les espaces touristiques littoraux des États de Bahia et du Ceará au Brésil. **CYBERGEO**, Paris, pp. 1-23, 2021. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cybergeog/37408>>. Acesso em 11/07/2024.
- PEREIRA, Alexandre Queiroz; GOMES, Iara Rafaela. Lazer, imobiliário e infraestrutura urbana do litoral cearense no século XXI. **Caminhos da Geografia**, UFU [Online], pp. 109-225, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/39776>>. Acesso em 04/06/2024.
- PEREIRA, Alexandre Queiroz; PAIVA, Ricardo Alexandre. Urbanización turística, vulnerabilidades y producción de asentamientos precarios en destinos turísticos costeros de la Región Metropolitana de Fortaleza/CE, Brasil. In: ORTIZ, Guadalupe; ALEDO Antonio; DOMÍNGUEZ-GÓMEZ, José Andrés (orgs.). **Impacto Social y Desarrollo: Contribuciones y retos desde la experiencia iberoamericana**. 1. ed. Alicante: Publicacions de la Universitat d'Alacant, 2022, pp. 283-338.
- PEREIRA, Alexandre Queiroz; SILVA, Nayrison de Jesus Prado; ARREORTUA, Luis Alberto Salinas. Configuración territorial y complejos turísticos en el noreste de Brasil. **Ciudad y Territorio Estudios Territoriales**, v. 53, n° 208, pp. 481-502, 2021. Disponível em: <<https://recyt.fecyt.es/index.php/CyTET/article/view/79325>>. Acesso em 18/06/2024.
- PEREIRA, Alexandre Queiroz. **Coastal Resorts and Urbanization in Northeast Brazil**. 1. ed. Basel, Switzerland: Springer International Publishing, 2020.
- QUEIROZ, Luciana de Souza; ROSSI, Sergio; CALVET-MIR, Laura; RUIZ-MALLEN, Isabel; GARCIA-BETORZ, Sara; SALVA-PRAT, Julia; MEIRELES, Antônio Jeovah. Neglected ecosystem services: Highlighting the socio-cultural perception of mangroves in decision-making processes. **Ecosystem Services**, n° 26, pp. 137-145, 2017.
- RODRIGUES, Frederico do Nascimento. **Turismo e meio ambiente: Da inserção dos resorts à (in) sustentável gestão ambiental no Porto das Dunas, Aquiraz/CE**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- RUFINO, Maria Beatriz Cruz. O imobiliário como frente de expansão da metrópole: Contradições na produção do espaço do Porto das Dunas. **Revista EURE**, [S.l.], v. 41, n° 124, pp. 69-90, 2015.

SAINI, Mohit; AGGARWAL, Vaibhav; DHINGRA, Barkha; KUMAR, Pankaj; YADAV, Mahender. ESG and financial variables: A systematic review. **International Journal of Law and Management**, v. 65, n. 6, pp. 663-682, 2023.

SILVA, Kelson de Oliveira. A territorialização da residência secundária no litoral de Nísia Floresta (Rio Grande do Norte, Brasil). **Turismo e Sociedade**, Rio Grande do Norte, v. 6, pp. 58-78, 2013.

SILVA, Nara Gabrielle de Sousa. **Complexos turísticos imobiliários e governos locais: Uso corporativo do território e governança no litoral metropolitano do nordeste brasileiro, no início do século XXI**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, nº 4, pp. 25-44, 2016.

SWYNGEDOUW, Erik. Cidades, coesão social e o meio ambiente: justiça urbana ambiental ou ecologia política? In: CASTRO, José Esteban; CUNHA, Luis Henrique; FERNANDES, Marcionila; SOUSA, Cidoval Moraes (orgs). **Tensão entre justiça social e justiça ambiental na América Latina**. Campina Grande: Eduespb, 2017, pp. 67-114.

421

TEIXEIRA, Arthur Felipe de Melo; CASTILHO, Cláudio Jorge Moura. A dialética da relação sociedade-natureza e a reprodução do capital imobiliário no ambiente urbano. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v. 8, nº 4, 212-224, 2020.

URBAIN, Jean-Didier. **Sur la plage**. Paris: Éditions Payot, 1996.

Alexandre Queiroz Pereira é Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), e Professor Associado no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). **E-mail:** aqpereira@ufc.br

Artigo enviado em 19/02/2024 e aprovado em 12/02/2025.

Artigo

Movimentos sociais e enfrentamento à crise ambiental no século XXI: Considerações sobre a intersecção entre ambientalismo e combate às desigualdades sociais a partir de dois casos

Giuliana Franco Leal

Matheus Thomaz da Silva

422

Resumo

A crise ambiental vivida no século XXI, perpassada pelas desigualdades na forma como é vivida, dá espaço à junção entre lutas ambientais e combate às desigualdades sociais. Neste artigo, propõe-se como objetivo geral compreender as intersecções entre os temas ambientalistas e as lutas contra as desigualdades territoriais, de raça e classe, em termos teóricos e na prática de dois movimentos sociais ligados a pautas alimentares, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o *Slow Food* Brasil. A pesquisa foi feita com revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas com membros do segundo movimento. Percebeu-se que o MST, com quatro décadas de existência, ambientalizou-se ao longo do tempo, ao incorporar a agroecologia à luta de classes, e aproximou-se assim de saberes camponeses. O *Slow Food* Brasil já foi fundado, na Itália, com preocupações ambientais em seus temas, mas no período em que chegou ao Brasil, incorporou mais intensamente preocupações com a igualdade social e aproximou-se de lutas de classe e pautas decoloniais. Ambos os processos confirmam o ganho em potência ao se pensar a questão ambiental junto com a da igualdade social, sob uma perspectiva decolonial.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra; *Slow Food* Brasil; Lutas ambientais; Ativismo alimentar; Luta de classes.

Social movements and confronting the environmental crisis in the 21st century: Considerations on the intersection between environmentalism and the struggle against social inequalities based on two cases

Abstract

The environmental crisis experienced in the 21st century, permeated by inequalities in the way it is experienced, gives space to the junction between environmental struggles and the fight against social inequalities. In this paper, the main objective is to understand the intersections between environmentalist themes and the struggles against territorial, race and class inequalities, in theoretical terms and with empirically with help of the practice of two social movements involved with food issues, the Landless Rural Workers Movement (MST) and Slow Food Brasil. The research was carried out with a bibliographical review, documentary analysis and interviews with members of the second movement. It was noticed that the MST, with four decades of existence, environmentalized itself over time, by incorporating agroecology into the class struggle, and thus became closer to peasant knowledge. Slow Food Brazil was founded in Italy with environmental concerns in its themes, but in the period in which it arrived in Brazil, it more intensely incorporated concerns with social equality and became closer to class struggles and decolonial agendas. Both processes confirm the potential gain when thinking about the environmental issue together with that of social equality, from a decolonial perspective.

423

Keywords: Landless Rural Workers Movement; Slow Food Brazil; Environmental struggles; Food activism; Class struggle.

Los movimientos sociales y el enfrentamiento a la crisis ambiental en el siglo XXI: Consideraciones sobre la intersección entre ambientalismo y el combate a las desigualdades sociales a partir de dos casos

Resumen

La crisis ambiental vivida en el siglo XXI, permeada por desigualdades en la forma de vivirla, da espacio al cruce entre las luchas ambientales y la lucha contra las desigualdades sociales. En este artículo, el objetivo general es comprender las intersecciones entre la temática ambientalista y las luchas contra las desigualdades territoriales, raciales y de clase, en términos teóricos y en la práctica de dos movimientos sociales vinculados a la problemática alimentaria, el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin-Tierra (MST) y Slow Food Brasil. La investigación se realizó con una revisión bibliográfica, análisis documental y entrevistas a

integrantes del segundo movimiento. Se observó que el MST, con cuatro décadas de existencia, se ambientalizó con el tiempo, al incorporar la agroecología a la lucha de clases, y así se acercó al saber campesino. *Slow Food Brasil* fue fundado en Italia con preocupaciones ambientales en sus temas, pero en el período en que llegó a Brasil incorporó más intensamente preocupaciones por la igualdad social y se acercó a las luchas de clases y a las agendas decoloniales. Ambos procesos confirman la ganancia potencial de pensar la cuestión ambiental junto con la de igualdad social, desde una perspectiva descolonial.

Palabras clave: Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra; *Slow Food Brasil*; Luchas ambientales; Activismo alimentario; Lucha de clases.

Introdução

A crise ambiental torna-se a cada dia mais urgente e ameaça a sobrevivência e a qualidade de vida da humanidade (Saito, 2021; Ploeg, 2008), mas de forma desigual de acordo com categorias como classe social, raça, gênero, relação com território e com a natureza (Alier, 2007). Frente à premência do problema no século XXI, faz sentido que lutas contra desigualdades de classe, território e raça se mesclam com lutas ambientais, as quais ganham cada vez mais espaço, mesmo em alguns movimentos sociais que antes não as contemplavam.

As ideias expostas acima serão desenvolvidas e discutidas ao longo deste texto, com embasamento teórico e com olhar voltado para dois movimentos sociais bastante diferentes que, segundo defendemos, têm vivido o intercruzamento entre processos de ambientalização de suas pautas e de incorporação de lutas e estratégias contra as desigualdades de classe e raciais/territoriais-coloniais.

Nossos objetivos são: (1) compreender as intersecções entre os temas do ambientalismo e das lutas contra desigualdades territoriais, de raça e classe, em movimentos sociais que não tem o enfrentamento à crise ambiental como pauta central, mas a incorporam em pautas agrárias e alimentares; (2) pensar como e por que aqueles temas passam cada vez mais a tomar conta de boa parte de suas pautas. Isso será feito a partir da

literatura e do acompanhamento dos processos vividos por dois movimentos sociais brasileiros de amplitude nacional que (segundo defendemos) interseccionam cada vez mais em suas pautas os temas ambientais e das lutas decoloniais/antirracistas e de classes, partindo, porém, de origens e características diferentes.

Um deles já surge com bases populares, formado por trabalhadores rurais em luta por reforma agrária na década de 1980, e nos anos 2000 incorporou a agroecologia como elemento central de sua luta. O outro chegou ao Brasil na primeira metade da década de 2000 como uma expansão de um movimento internacional de origem europeia, em luta por alimentos bons, limpos e justos; mesmo com origem elitista, adotou elementos decoloniais em suas ideias e atuação na América Latina, com uma perspectiva ambiental relevante. Trata-se, respectivamente, do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e do *Slow Food* Brasil.

Após a apresentação das estratégias de pesquisa, traremos apontamentos teóricos sobre desigualdades de classe (Marx, 1988), colonialidade/raça (Quijano, 2005; Gomes, 2012), gênero (Federici, 2017) e território (Santos, 2008), estabelecendo relações desses temas entre si e com questões ambientais (Saito, 2021; Svampa, 2019). Em seguida, a partir de pesquisa bibliográfica e empírica, discutiremos como essas relações se dão nos movimentos acima citados.

1. Estratégias de pesquisa

Foi realizada discussão bibliográfica com base em obras seminais e outras escolhidas pelos autores como centrais para a discussão proposta. Além disso, houve uma revisão da bibliografia produzida sobre o tema nos últimos dez anos nas bases Scielo e Periódicos Capes; na primeira etapa, usou-se apenas o descritor “*Slow Food*” nos títulos e palavras-chave; na seguinte, usaram-se os descritores “Movimento dos Trabalhadores Ru-

rais Sem-Terra” e “questão ambiental” ou “ambientalismo” ou “agroecologia”, e selecionou-se, pela leitura dos resumos, os artigos mais adequados para uso na pesquisa. Além disso, foi feita uma pesquisa dos documentos disponibilizados publicamente pelos dois movimentos em seus sites, com seleção daqueles que melhor contribuem ao tema aqui proposto. No caso do MST, a documentação e ampla bibliografia sobre o tema foram suficientes para a pesquisa. No caso do *Slow Food* Brasil, bem menos estudado, houve entrevistas semiestruturadas com seis membros da diretoria entre 2021 e 2022, versando sobre a história do movimento, suas ações, conquistas e dificuldades.¹

2. A aproximação da questão ambiental e intersecções de lutas por igualdade de classe, raça, gênero e decolonialidade: aportes teóricos

A modernidade se constrói sobre a base do capitalismo industrial, aliado ao patriarcado e ao colonialismo, por sua vez fundado na racialização das pessoas e hierarquização das raças. Isso se mostra na teoria social que se constrói em relação com a realidade concreta. Para que ocorra a exploração dos trabalhadores e dos recursos naturais, alguns processos históricos são fundamentais: a acumulação primitiva (Marx, 1988); a conquista de novos territórios, com subjugação de seus povos (Grosfoguel, 2016); a separação entre ser humano e natureza (Saito, 2021). Veremos sinteticamente como esses processos acontecem e se entrelaçam.

O processo histórico de separação entre produtor e meio de produção é descrito por Marx (1988) com o nome de acumulação primitiva. Cria-se, assim, a circunstância necessária para a transformação de dinheiro, mercadorias e meios de produção em capital:

¹ Os entrevistados foram escolhidos pelas posições que ocupavam no *Slow Food*. Todo o processo foi aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP/CONEP). As entrevistas foram feitas de forma remota, pela plataforma *Google Meet*, e duraram de 45 minutos até cerca de duas horas. Em cada uma delas, foi pedido que a pessoa entrevistada falasse sobre os temas de interesse da pesquisa (história, ações, conquistas e dificuldades do *Slow Food*), a partir de suas experiências. Essas entrevistas foram transcritas e a transcrição foi enviada aos entrevistados e entrevistadas, para que pudessem ter ciência dela e, se fosse o caso, corrigir eventuais erros.

de um lado, a existência de possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência que terão sua soma-valor valorizada a partir da compra e uso da força de trabalho de outrem; de outro lado, trabalhadores livres por não pertencerem aos meios de produção (tais como pertencem os escravizados e servos) nem possuírem meios de produção, estando livres e necessitados o suficiente para venderem sua força de trabalho. A retirada dos meios de subsistência de massas da população tem como base, segundo Marx (1988), a expropriação do povo camponês de sua base fundiária, entre os séculos XV e XVI. O autor descreve como caso clássico a formação do proletariado inglês, com a dissolução dos séquitos feudais. Transforma-se, assim, a relação entre os seres humanos e a terra.

Saito (2021) indica que a unidade “humanidade e natureza”, para Marx, tem como ponto de mediação metabólica o trabalho. A separação e a mercantilização da natureza (incluindo a terra) é um ponto decisivo para a formação da sociedade moderna, significando uma ruptura das condições objetivas naturais para a interação metabólica dos humanos com a natureza.

Não é a unidade do ser humano vivo e ativo com as condições naturais, inorgânicas, da sua interação metabólica com a natureza e, em consequência, a sua apropriação da natureza que precisa de explicação ou é resultado de um processo histórico, mas a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, uma separação que só está posta por completo na relação entre trabalho assalariado e capital (Marx *apud* Saito, 2021, p. 89).

Para compreender esse processo, não se pode esquecer também que a ascensão do capitalismo é precedida historicamente da invasão da América por europeus. Essa tomada do território latino-americano traz como aspectos centrais importantes para nossa linha de raciocínio: a aplicação do extrativismo, com subjugação da natureza expandida para além da Europa, e a subjugação colonial de novos povos, que precisou aliar dimensões econômicas e culturais, politicamente costuradas.

Na dimensão material, o extrativismo de matérias da natureza faz parte do acúmulo de forças, insumos e energia que foram base de sustentação para o salto produtivo

do modo de produção capitalista. Ele causa alterações nos ciclos naturais do planeta (Araóz, 2017), sobre as quais voltaremos a escrever mais à frente.

Junto com a dimensão material do extrativismo, vem uma dimensão política e cultural de deslocamentos forçados (tais como na diáspora africana, entre os séculos XVI e XIX) e extermínio de povos e, associadamente, os epistemicídios. Grosfoguel (2016) descreve quatro extermínios associados a epistemicídios, entre os séculos XV e XVI, contra: os judeus e mulçumanos em Al-Andalus, sob o argumento da “pureza de sangue”; os povos indígenas das Américas; os africanos levados à força de seus territórios para serem escravizados; por fim, as mulheres que praticavam e transmitiam conhecimentos sobre os corpos e a natureza na Europa, acusadas de bruxaria. Esses quatro genocídios são os alicerces que constituem o privilégio da supremacia dos homens brancos ocidentais.

Esses processos configuram elementos que vão atravessar as relações internacionais, nestes séculos e nos seguintes, como alerta Quijano (2005). Em suas palavras, “o que começou a se formar a partir da [invasão da] América [pelos europeus] possui em comum três elementos centrais que afetam a vida cotidiana da totalidade da população mundial: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo” (Quijano, 2005, p. 54).

Para além do tempo de duração do colonialismo, permanece a colonialidade, como padrão de poder que coloca uma hierarquia no trabalho, no conhecimento, na autoridade e nas relações intersubjetivas, via mercado capitalista mundial, no qual o Sul global está subordinado e explorado pelo Norte, e via hierarquização das raças (Oliveira; Candau, 2010).

Nesse contexto, de acordo com Gomes (2012), raça, racialização e racismo se constroem nos processos de colonização, criando hierarquias que procuram justificar a dominação. Usando Hall (2003) como referência, a autora lembra que o racismo é um sistema de poder socioeconômico de exploração e exclusão baseado na categoria discursiva da raça.

Nos processos de colonização, a produção e reprodução das desigualdades territoriais também estão presentes. Ao escrever sobre território, adotamos a definição de Santos (2008):

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (Santos, 2008, p. 47).

Ao discorrer sobre o contexto do mundo globalizado, Santos (2008) ressalta que a eficácia das ações tem relação direta com a sua localização; os territórios considerados como os melhores são reservados aos mais poderosos; em contrapartida, as coletividades, sob um processo de fragmentação dos territórios com os quais têm relação de pertencimento, não possuem o comando de seus destinos.

Tudo isso nos leva a ressaltar a importância de pensar as desigualdades territoriais, aqui compreendidas como aquelas desigualdades relacionadas aos territórios de cada coletividade. Por exemplo, comunidades e povos que vivem em florestas ou no campo estão submetidos a decisões que se dão em grandes cidades, além de terem menos acesso a direitos relacionados à infraestrutura, saúde e educação formal.

Há que se considerar também que, como Saquet (2018) escreve, o território tem sua identidade distintiva que está na origem de sentimentos de pertencimento e partilha, relacionadas à definição de interesses e objetivos comuns. Além disso, território contém as relações entre sociedade e natureza que os sujeitos vivem cotidianamente como síntese e “significa, num primeiro nível, espaço de (in)formação, mobilização, luta e resistência aos agentes do capital, além do objeto de estudos e orientação conceitual na análise e interpretação científica” (Saquet, 2008, p. 483). As observações deste autor nos levam a ressaltar a importância de considerar como as desigualdades territoriais se combinam com as demais, para pensar quaisquer lutas por igualdade.

No modo de produção capitalista, desde suas origens, também é parte fundamental a exploração do trabalho feminino. Silvia Federici (2017) indica que a ordem patriarcal se reorganizou no advento do capitalismo, afirmando uma divisão sexual do trabalho em que às mulheres fica reservado o trabalho reprodutivo necessário à constante geração de trabalhadores (no caso dos homens, assalariados). O trabalho reprodutivo das mulheres é superexplorado ao não receber remuneração. Mais tarde, em momentos de necessidade do capitalismo, elas são incorporadas ao mercado de trabalho, em geral com salários bem mais baixos que os dos homens. Não trataremos especificamente do tema gênero neste artigo, pelo recorte de objetos e objetivo adotado, mas não podemos deixar de enfatizar que também é um tema atrelado às questões ambientais e sociais aqui tratadas.

Gênero e raça não se resumem a isso, mas sob o capitalismo servem à dominação de classe. Há que se ressaltar também que como estrutura de dominação, a colonialidade sustenta o capitalismo. Ainda quando o capitalismo se transforma, entre fins do século XX e meados do século XXI, permanecem em suas bases a exploração do trabalho e da natureza. Além disso, a maneira como se explora o trabalho está ligada à forma como a natureza é explorada.

Isso se torna um problema para a humanidade e para os seres vivos em geral, de modo ainda mais definitivo no século XXI. Mas desde os primórdios do capitalismo, já se colocava como um problema para este modo de produção, porque os limites da reprodução da natureza colocam-se como limites para a produção material, fato escamoteado dentro da ideologia capitalista do crescimento constante, que cobra seu preço ecológico e humano, nos períodos mais recentes da história.

A tendência histórica geral do capitalismo: o capital sempre tenta superar suas limitações pelo desenvolvimento de forças produtivas, novas tecnologias e do comércio internacional, mas, precisamente como resultado de tais tentativas contínuas de expandir sua escala, ele reforça a tendência de explorar as forças naturais (incluindo a força de trabalho humana) em busca de matérias-primas e matérias auxiliares, alimentos e energia mais

baratos em escala global. Esse processo aprofunda suas próprias contradições, como no desmatamento massivo da região amazônica; a poluição da água, do solo e do ar pela indústria extrativa na China; no derramamento de óleo no Golfo do México; e a catástrofe nuclear em Fukushima (Saito, 2021, p. 127).

Daí decorre que o enfrentamento ao capital é uma luta ambiental e vice-versa. Assim, a luta ambiental não está dissociada da luta de classes. Quanto a esta, cabe salientar que, na teoria de Marx (2008), refere-se a uma relação social antagônica e dialética entre as classes opostas pela posse (ou não posse) dos meios de produção, a qual permite explorar/ ter explorada a força de trabalho. Embora uma negue a outra, a existência de ambas está condicionada uma à outra. Dessa forma, originalmente em termos econômicos, destaca-se a contradição entre capital e trabalho como a contradição/conflito entre as forças produtivas e as relações de produção. Os sujeitos coletivos constroem o autorreconhecimento nessa luta.

Por tudo que foi exposto, chamamos atenção para o quanto classe, raça e gênero estão presentes de maneira intrincada em qualquer luta que envolve transformações do capitalismo e para além dele. Tais transformações são fundamentais quando se deseja ou se necessita enfrentar problemas ambientais. E estes se tornam tão centrais no mundo contemporâneo que movimentos sociais, que inicialmente não eram voltados especificamente para questões ambientais, cada vez cada vez mais tendem a incorporá-los em suas lutas.

Nas palavras de Acselrad (2010, p. 103), ambientalização “pode designar tanto o processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc.”. Nos casos que acompanhamos, a ideia de ambientalização vai além: ela diz respeito à incorporação de pautas ambientais de luta e de práticas ambientalmente orientadas na práxis dos movimentos.

Ainda que a relação entre seres humanos e natureza esteja presente em todas as relações de produção material, algumas formas de produção são mais direta e claramente ligadas às questões ambientais. É o caso da produção de alimentos, ligada visceralmente a elementos naturais como a terra e a água. Uma crise ambiental global é inevitavelmente uma crise na produção agrícola (Ploeg, 2008). Além disso, como veremos, uma forma alternativa de produzir, circular e consumir alimentos está na base de propostas transformadoras da sociedade, inclusive por ser parte necessária de qualquer processo profundo e duradouro de redistribuição das riquezas e de promoção do acesso mais igualitário ao direito básico à alimentação.

Trataremos aqui de dois casos, que nos ajudam a compreender relações entre luta ambiental e lutas por igualdade, e avançar em uma reflexão crítica.

3. MST: Da luta por reforma agrária à transição agroecológica

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é lido aqui como um movimento social que se ambientalizou, no sentido exposto no item acima. Ele surgiu em 1984 com a bandeira da reforma agrária, como parte de uma luta dos trabalhadores contra o capitalismo, e ideias de defesa do ambiente foram crescendo no movimento nas décadas seguintes, até a incorporação da proposta de agroecologia no ano 2000, que iria se expandir na prática dos anos seguintes (Borsatto; Castro, 2013; Barcellos, 2014; Silva; Balestrin; Bradenburg, 2018).

A luta de classes como eixo de suas ações (em especial as ocupações de terras improdutivas) sempre esteve presente no movimento: de acordo com Aliaga e Maranhão (2021), o MST se constituiu com a proposta de assumir a função organizativa e de direção política de classe – no sentido gramsciano – para todos os trabalhadores rurais sem-terra, expandindo seus interesses específicos para os demais trabalhadores rurais e urbanos.

Nos anos que se seguiram ao seu surgimento, o MST preconizava para os seus assentamentos um modelo de produção em moldes produtivistas com uso intensivo de tecnologia, incluindo o uso de agrotóxicos (Borsatto; Castro, 2013). Neste modelo, que compartilhava as bases produtivas da revolução verde ocorrida nos anos 1970 em latifúndios brasileiros, os assentados dependiam do mercado para aquisição de insumos de sua formação de preços para venderem suas *commodities* (Borsatto; Castro, 2013).

As ideias que embasavam a forma de organização proposta vinham de Kautski (1980): a agricultura camponesa seria economicamente inferior à agricultura em larga escala; daí derivava a proposta de organização em cooperativas, com forte divisão do trabalho, especialização e mecanização para produção em larga escala (Borsatto, Castro, 2013). Assim, cada assentamento deveria ter uma cooperativa de produção agropecuária, com posse coletiva da terra e dos demais equipamentos, promovendo um processo de agroindustrialização dentro do assentamento.

No entanto, essa forma de organização produtiva passou por muitos problemas, indicados por vários pesquisadores: resistência dos assentados que se identificavam com práticas camponesas (Borsatto; Castro, 2013; Pinto, 2015) e consequentes conflitos organizativos internos (Pinto, 2015); dependência do mercado de insumos e agrotóxicos (Borsatto; Castro, 2013; Pinto, 2015; Aliaga; Maranhão, 2021); insuficiência de créditos e subsídios (Aliaga; Maranhão, 2021).

Estes últimos quatro autores citados consideram que frente ao pouco êxito da forma de organização produtiva proposta para os assentamentos na primeira década e meia do MST, o movimento encontrou na agroecologia uma alternativa para mudança. Contribuíram também para a ascensão da alternativa agroecológica: as consequências negativas para a saúde dos assentados do MST, que lidavam diretamente com os agrotóxicos (Pinto 2015); o crescimento do número e expressão dos militantes das causas ecológicas no Brasil (Borsatto; Castro, 2013) e a aproximação de movimentos internacionais que já tinham incorporado a questão agrária em suas pautas, como a Via Campesina (Borsatto; Castro, 2013; Pinto, 2015; Aliaga; Maranhão, 2021).

Desde o III Congresso Nacional do MST, em 1995, o Movimento intensificava as menções à sustentabilidade em seus discursos (Borsatto, 2014). Mas foi no ano 2000, no IV Congresso Nacional do MST, que a agroecologia foi incluída pelo MST em seu programa político (MST, s/d). Desde então, ela foi fomentada nos assentamentos (com diferenças em nível estadual); iniciaram-se em 2002 as jornadas de agroecologia, encontros anuais em parceria com outras associações; o conhecimento camponês foi incorporado na prática e no discurso (Borsatto; Castro, 2013); criaram-se centros de formação e capacitação técnica em agroecologia (Borsatto; Castro, 2013), inclusive com cursos técnicos e parcerias com universidades (Silva; Balestrin; Bradenburg, 2018); estimulou-se a produção independente de sementes (Borsatto; Castro, 2014).

Segundo o próprio MST, é seu compromisso “difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno” (MST, s/d).

A agroecologia é um movimento político e social que dá centralidade à produção camponesa (Gomes, 2005), em oposição à agricultura convencional hegemônica na modernidade. Luzzi (2007) ressalta que além de uma agricultura saudável e que respeita o meio ambiente, a agroecologia incorpora outras questões como igualdade de gênero, preservação cultural, segurança alimentar e democratização dos recursos naturais.

De acordo com Barcellos (2014), a apropriação do discurso agroecológico pelo MST significa a adesão a preceitos de preservação do meio ambiente, mas também o debate, por meio de uma pauta socioambiental ampliada, de suas relações com o modelo de desenvolvimento brasileiro, que inclui questões como a apropriação dos recursos naturais pelo agronegócio e pelas indústrias transnacionais.

Dessa forma, entendemos que o MST atualiza a sua luta de classes, que em sua essência permanece a mesma: continua sendo uma luta da classe trabalhadora contra os grandes capitalistas proprietários das terras, como era desde o início; porém, a luta incorpora questões ambientais que se tornaram evidentes e centrais, ao mesmo tempo em

que incorpora outros eixos de desigualdade, como gênero e raça/etnia. Neste sentido, nas últimas décadas o MST cria, entre seus novos setores, o de gênero e o de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) e coloca entre suas bandeiras a diversidade étnica.

No que diz respeito à relação entre produção agrícola e meio ambiente, o uso da terra como recurso natural e as consequências ambientais da forma como ela é usada são um tema mais premente que nunca. Ploeg (2008) destaca que a forma dominante como se produzem e comercializam alimentos contemporaneamente é causa de uma crise agrária que está conectada a uma crise ambiental. Crises agrárias acontecem quando há desarticulação mais ou menos crônica da agricultura com a natureza, com a sociedade e/ou com as perspectivas e interesses diretamente envolvidos na agricultura. Na explicação do autor, tudo isso acontece com a ascensão do Império, que é “modo de ordenamento [que] reorganiza progressivamente grandes domínios do mundo social e do mundo natural, sujeitando-os a novas formas de controle centralizado e de apropriação massiva” (Ploeg, 2008, p. 6). Nele, estão inseridos os impérios alimentares, que têm como características o expansionismo, o controle hierárquico e a criação de novas ordens materiais e simbólicas.

A ascensão do Império, como princípio orientador que cada vez mais governa a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos, está contribuindo para o avanço do que parece ser uma crise agrária inevitável. Isso também acontece porque o Império atua através de uma exploração ecológica e socioeconômica descuidada, se não mesmo através da degradação da natureza, dos agricultores, dos alimentos e da cultura. A industrialização implica a destruição do capital ecológico, social e cultural. Além disso, as próprias formas de produção e organização que são introduzidas acabam por ser extremamente frágeis e dificilmente adequadas para confrontar as condições intrínsecas à globalização e à liberalização. Assim emergem contradições novas e imanente (Ploeg, 2008, p. 28).

Quem está na direção dos impérios alimentares são as grandes empresas do ramo da alimentação, em redes das quais faz parte o agronegócio. Este argumento vem reforçar a ideia defendida no primeiro item deste artigo, de que a luta ambiental essencialmente transformadora é também uma luta de classes.

Nessa luta, ao incorporar as diretrizes agroecológicas, o MST reconhece que os conhecimentos locais sobre os ecossistemas são fundamentais para a produção. Pela relação necessária entre a agroecologia e os saberes tradicionais, promove a integração de conhecimentos científicos com saberes de camponeses, quilombolas e indígenas (SILVA; BALESTRIN; BRANDENBURG, 2018). Desta forma, enfrenta o apagamento colonial dos saberes de povos e comunidades que são vítimas históricas do racismo.

Além disso, a pauta ambiental e da produção saudável de alimentos acaba por angariar apoio de pessoas de classe média, que não necessariamente apoiariam o MST apenas pela bandeira da reforma agrária. Na fala de um dos principais intelectuais orgânicos do Movimento:

A nossa estratégia [do MST] é produzir comida boa. Agora nós percebemos que umas das consequências [...] [é] essa juventude que está usando o nosso boné, é porque enxergaram em nós isso: esse é o povo que planta árvore, que cuida da natureza, que está preocupado com o bem comum, que está preocupado com o planeta, que é contra o trabalho escravo. [...] Então a classe média se aproximou de nós, a juventude se aproximou de nós por esse tema, dos alimentos saudáveis, da agroecologia, da defesa da natureza (Stedile, 2023).

Vemos, assim que a pauta ambiental não apenas ganha espaço dentro da luta pela justiça social que o MST empreendia, como também o aproxima de novos aliados em um espectro maior de classe social.

4. *Slow Food* Brasil: Ativismo alimentar, ambiente e giro decolonial

A origem do *Slow Food* é bem diferente daquela do MST. O movimento começou na Itália com uma manifestação contra a inauguração de uma lanchonete de uma cadeia internacional de *fast food* em Roma, em 1988. Em perspectiva mais ampla, a oposição dos manifestantes era contra um modelo padronizante de alimentação (*Slow Food* Brasil, s/d-a). No ano seguinte, o grupo liderado por Carlo Petrini lançava um manifesto, cujo teor é bem representado pelo trecho abaixo:

O nosso século, que se iniciou e tem se desenvolvido sob a insígnia da civilização industrial, primeiro inventou a máquina e depois fez dela o seu modelo de vida.

Somos escravizados pela rapidez e sucumbimos todos ao mesmo vírus insidioso: a *Fast Life*, que destrói os nossos hábitos, penetra na privacidade dos nossos lares e nos obriga a comer *Fast Food*. [...]

Em nome da produtividade, a *Fast Life* mudou nossa forma de ser e ameaça nosso meio ambiente. Portanto, o *Slow Food* é, neste momento, a única alternativa verdadeiramente progressiva.

A verdadeira cultura está em desenvolver o gosto em vez de atrofiá-lo. Que forma melhor para fazê-lo do que através de um intercâmbio internacional de experiências, conhecimentos e projetos?

Slow Food garante um futuro melhor (Portinari, 1989, p. 59).

A manifestação partia do ponto de vista de consumidores de alimentos e cidadãos que miravam principalmente no prazer de desfrutar o sabor e a convivialidade no ato de se alimentar, na defesa das especificidades culturais dos países e regiões e, ainda, dos problemas ambientais gerados pelo modelo padronizante de alimentação. Segundo Leitch (2013), o movimento era formado por uma camada social privilegiada, tendo uma perspectiva elitista, com uma visão corporativa do alimento como mercadoria.² Porém,

² Consideramos que o *Slow Food* tem as características que classicamente definiram os movimentos sociais, como expostas por Touraine (1989): identidade (ainda que com heterogeneidades internas), oposição a sujeitos coletivos (promotores da alimentação padronizada) e um projeto de vida causador de transformações sociais (promoção de formas mais saudáveis e conviviais de produção, circulação e consumo de alimentos). Juridicamente, porém, o *Slow Food* se estruturou como organização não-governamental, hoje renomeada no Brasil como organização da sociedade civil.

conforme o *Slow Food* crescia, internacionalizando-se, suas pautas e modos de ação iam se ampliando.

Atualmente, os principais modos de atuação do *Slow Food* incluem: promoção de eventos para educação do gosto e para divulgação e debate de temas envolvendo suas principais bandeiras, e desenvolvimento de projetos de catalogação de alimentos locais e formas diversas de apoio à agropecuária camponesa e agroecológica (desde a troca de sementes crioulas, até a capacitação, passando por organização de circuitos curtos de comercialização de alimentos e outras ações). O movimento também participa de campanhas e ocupa representações em espaços públicos (conselhos, por exemplo) em que pode defender suas causas.

Foi em 1989 que o *Slow Food* se tornou oficialmente uma associação internacional, com 15 países. Desde então, continuou crescendo em número de membros e países associados. No Brasil, o movimento chegou na primeira década de 2000 e logo participou de um convênio do governo federal, sob gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), em um projeto nacional de combate à fome (Ribeiro, 2019).

Provavelmente foi dessa experiência que resultou o convite que o então diretor da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e ex-ministro brasileiro, José Graziano da Silva, dirigiu à Associação Internacional do *Slow Food* em 2013, para colaboração oficial no combate à fome em nível internacional. O tema do alimento como direito entraria nesse período em documentos oficiais do *Slow Food* Internacional (Petrini, 2015), a partir de um movimento de diálogo e trocas entre a associação internacional e a brasileira.

Desde 2004, com o marco do evento internacional Terra Madre daquele ano, o tema da justiça social vinha ganhando espaço crescente dentro do *Slow Food*. Seu crescimento no Brasil, nesse período, já carregava essa marca. Ribeiro (2019) narra como discussões novas eram incluídas de modo ascendente, como por exemplo, o desperdício alimentar.

Faz sentido propor a explicação de que esse processo está ligado à diversificação dos membros do *Slow Food* Brasil. Em entrevistas com membros de sua direção, em 2021, cinco dos seis entrevistados afirmaram que o movimento permanece majoritariamente formado por pessoas de classe média, porém tem ampliado a participação de agricultores, pescadores etc., o que é, aliás, uma diretriz da associação internacional nos anos 2010, segundo o fundador Petrini (2015). Mesmo a direção do *Slow Food* Brasil tem como presidenta, na gestão iniciada em 2021, uma mulher, Maria Conceição Oliveira, que na entrevista concedida nesta pesquisa, se identifica como “preta, filha de empregada doméstica”. Essa atualização do perfil do movimento e de sua direção condiz com o passo de incluir as palavras “e para todos” à frente do slogan “alimento bom, limpo e justo”, a partir de 2012.

Sobre esse tema, é importante destacar que no movimento de expansão do *Slow Food*, as alianças se ampliaram – incluindo até o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra – e com isso novas questões foram sendo inseridas em seu rol de lutas, como a defesa de comunidades tradicionais e de povos originários.

Em artigo publicado em 2023 (Leal; Riedmann; Truta, 2023), defendemos que a aproximação dessas comunidades possibilitou ao *Slow Food* Brasil um salto qualitativo, pela promoção do diálogo entre saberes e disciplinas, com valorização de saberes locais e elaboração de um saber especializado que independe e vai além de discursos dominantes. Essas características aproximam o *Slow Food* Brasil do que Maristela Svampa (2019, p.81) chama de giro decolonial, que é “uma tendência que percorre e informa lutas”, referindo-se a marcos de ação coletiva, com capacidade de mobilização, definição de novos temas no debate e produção de uma subjetividade comum na América Latina.

Svampa (2019) destaca que, por meio dessa articulação, os diversos movimentos e organizações elaboram diagnósticos comuns, expandem seus discursos para além das dimensões locais e nacionais e tornam as estratégias de luta mais diversas. Movimentos sob a perspectiva do giro ecoterritorial, segundo a autora, atuam no sentido de produzir

alternativas para uma crise ambiental, para a qual as tentativas de soluções paliativas, como o desenvolvimento sustentável, não têm sido eficientes para reverter.

As alianças com comunidades tradicionais e povos originários estão fortemente ligadas ao próprio eixo de luta do movimento, da defesa da comida boa, que passa pela biodiversidade apenas garantida pelo cuidado local com os ecossistemas.

O tema ambiental já estava presente desde os primórdios do *Slow Food* na Itália na década de 1980, segundo o fundador Petrini (2015), na defesa de salvaguardar a biodiversidade como parte de uma alimentação tanto saudável como prazerosa. Mais tarde, em 2001, ele diria em um congresso internacional: “Um gastrônomo que não é um ambientalista é certamente um estúpido, mas um ambientalista que não é um gastrônomo é triste!”.

O slogan inicial do *Slow Food* no mundo todo, criado em 2005 (e depois acrescido do “para todos”), engloba aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais:

BOM: Alimento de boa qualidade, fresco, agradável, saboroso e saudável. É fruto da biodiversidade local, da cultura alimentar e do trabalho de agricultores, artesãos e cozinheiros. Não é bom se for ultraprocessado.

LIMPO: Proveniente de uma produção que contribui para a resiliência (melhor resistência às adversidades e maior capacidade de regeneração) do sistema alimentar e por isso não utiliza métodos que ameacem os ecossistemas e a fertilidade dos solos e não exige da natureza mais do que ela pode oferecer. O alimento não promove a erosão cultural e genética, é livre de agrotóxicos, de engenharia genética e de patentes. É livre de antibióticos e hormônios. É da estação, local e regenerativo, sendo produzido em respeito à terra e território, por meio de práticas sustentáveis de agricultura, de manejo animal, de processamento, mercado, consumo e descarte.

JUSTO: Agricultores e produtores artesanais merecem ter condições dignas e seu trabalho deve ser reconhecido por meio de justa remuneração. Ao mesmo tempo, o alimento justo é acessível para o coprodutor, que o adquire da forma mais direta possível. Faz parte da cultura, das tradições, dos saberes populares e da experiência de diversos grupos. Não provém de produção industrial massiva, padronizada, nem da monocultura extensiva pobre em biodiversidade. Para que o alimento justo exista, é essencial a distribuição justa de terras, garantindo o direito de todos de trabalhar pelo seu próprio sustento e promover a soberania alimentar – direito de decidir o que cultivar, produzir, o que guardar e o que comer.

PARA TODOS pois alimentação de qualidade é antes de tudo um direito humano da qual ninguém deveria ser privado, que não pode ser exclusivo de uma elite econômica e sim amplamente democratizado (*Slow Food Brasil*, s/d-b).

A partir dessa “filosofia”, o movimento considera que suas missões seguem três linhas: (1) defesa da biodiversidade; (2) promoção da “educação do gosto”, pelo despertar e treino dos sentidos para apreciar alimentos; (3) estabelecimento de laços entre consumidores e produtores de alimentos produzidos e comercializados segundo os princípios do *Slow Food* (*SLOW FOOD*, s/d-b).

Como vimos, o *Slow Food* foi um movimento inicialmente de países do Norte global, que em seu movimento de expansão que incluiu também países do Sul, foi incorporando questões de classe e decolonialidade. Quando o *Slow Food Brasil*, especificamente, foi fundado, algum grau de justiça social esteve sempre presente na sua pauta, na ideia das condições justas de produção e venda, e se ampliou com a ideia do alimento para todos. A conservação ambiental, por sua vez, já tinha presença forte. Não se trata, portanto, de um movimento social que se ambientalizou, mas que intensificou e ampliou as questões de classe e raça/decolonialidade em sua atuação (por exemplo, nas alianças com o MST e com comunidades tradicionais), entrelaçando-as com questões ambientais.

Considerações finais

De modo geral, a questão ambiental se revela como um dos temas centrais para pensar o mundo contemporâneo, já que atualmente a vida humana se encontra à mercê das mudanças ambientais do modo mais urgente desde a emergência da modernidade. Neste artigo, trouxemos argumentos para a defesa da tese de que essa crise ambiental deve ser pensada sob o plano da crise do modo de produção capitalista e das formas de poder que fazem parte dele de modo hegemônico. A classe social, a raça e o gênero são

categorias centrais nessa discussão, em que a ascensão, expansão e funcionamento do capitalismo estão essencialmente conectados aos processos coloniais de dominação. Assim, a questão ambiental não deve ser pensada separadamente da perspectiva (de)colonial que entrelaça visceralmente as categorias de raça, gênero e classe social.

O tema da produção, circulação e consumo de alimentos/comida, em especial, está totalmente ligado aos processos de degeneração (e potencialmente também aos processos de regeneração) ambiental, em nível global. Os dois movimentos pesquisados têm em seu eixo esse tema da produção de alimentos, bem como de sua circulação. Isso parcialmente explica como o tema da defesa do ambiente aparece em ambos.

No MST, houve um processo de ambientalização crescente e o tema ambiental se juntou ao da luta de classes, presente desde sua formação como parte orgânica do movimento. Explicações para isso podem ser encontradas: na aproximação com movimentos camponeses internacionais e novas possibilidades de apoios e alianças; na consideração de características e histórias de vida de membros camponeses; na necessidade de readaptação ao mercado em novas bases; na reconsideração das características do capital agrário que deveriam ser combatidas.

Já no *Slow Food* (com ênfase ao movimento no Brasil), foram os temas relativos à classe e as pautas decoloniais de defesa e aliança com comunidades tradicionais e povos indígenas que cresceram com o tempo e se aliaram progressivamente ao tema ambiental, na medida em que novos segmentos da classe trabalhadora e questões do Sul Global passavam a ser contemplados pelo movimento.

A agroecologia, presente em ambos os movimentos, é uma pauta que une setores das classes populares e das classes médias, podendo promover alianças nas próprias ações de um movimento - como aconteceu no *Slow Food* Brasil - e angariar apoio de frações das classes médias para as populares - como pode ter acontecido no MST. De qualquer forma, o eixo do combate às desigualdades de classe (indissociáveis das desigualdades raciais/territoriais), ao se cruzar com o eixo da defesa ambiental, potencializa ambas as lutas que, no fundo, são uma só.

Agradecimentos

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pelo auxílio à pesquisa (modalidade APQ1) que fomentou parte desta investigação.

Referências

- ACSELRAD, Henri. A ambientalização das lutas sociais - O caso do Movimento por Justiça Ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, nº 68, pp. 37-55, 2010.
- ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres**: Conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.
- ALIAGA, Luciana; MARANHO, Fernanda. O MST e a agroecologia: Entre autonomia e subalternidade. **Revista Katálisis**, v. 24, nº 3, pp. 576-584, 2021.
- ARÁOZ, Horácio Machado. “América Latina” y la ecología política del sur. Luchas de re-existencia, revolucion epistémica y migracion civilizatória. In: ALIMONDA, Hector; PÉREZ, Catalina Toro; MARTÍN, Facundo (coord.) **Ecología política latinoamericana**: Pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica; Tomo II. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México :Universidad Autónoma Metropolitana; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017, pp. 193-224.
- BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões. **A apropriação do discurso da agroecologia pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)**. Disponível em:
<https://uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_6/sessao_6A/01_Ricardo_Borsatto.pdf>. Acesso em 21/11/2023.
- BORSATTO, Ricardo Serra; CASTRO, Maristela Simões. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, nº 4, pp. 645-660, 2013.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

- GOMES, Jose Carlos Costa. Bases Epistemológicas da Agroecologia. In: AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. (ed. téc.) **Agroecologia: Princípios e Técnicas** para uma agricultura orgânica sustentável. 1. ed. Brasília, DF. Embrapa Informação Tecnológica, 2005, pp. 70-99.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: Ressignificando e politizando raça. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 33, nº 120, pp. 727-744, 2012.
- GROSFOEGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: Racismo/sexismo epistêmico os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XX. **Sociedade e Estado**, v. 31, nº 1, pp. 25-44, 2016.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta, 1980.
- LEAL, Giuliana Franco; RIEDMANN, Luane do Nascimento; TRUTA, João Pedro. Potenciais e limites de movimentos sociais com foco em ativismo alimentar: Reflexões a partir do estudo de caso do Slow Food Brasil. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v.34, nº 1, pp. 01-22, 2023.
- LEITCH, Alison. Slow Food and the politics of ‘virtuous globalisation’. In: INGLIS, David; GIMLIN Debra (ed.) **The Globalization of food**. Oxford: Berg. 2009, pp. 45-64.
- LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: Uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Tese (Doutorado) – Rio de Janeiro: ICHS/CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.
- MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política**. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- MST. Quem somos. **Nossa história**. Disponível em: <<https://mst.org.br>>. Acesso em 10/10/2023.
- OLIVEIRA, Luiz Fernando de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, v. 26, nº 1, pp. 15-40, 2010.
- PETRINI, Carlo. **Comida e liberdade: Slow Food, histórias de gastronomia para a libertação**. São Paulo: Senac, 2015.

- PINTO, Lucas Henrique. Procesos de ambientalización y transición agroecológica en el MST: Reforma agraria popular, soberanía alimentaria y ecología política. **Intexto**, nº 34, pp. 294-321, 2015.
- PLOEG, Jan Dowe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PORTINARI, Folco. **Manifesto Slow Food**. 1989. Disponível em: <<https://slowfoodbrasil.org.br/2007/07/manifestoslowfood>>. Acesso em 26/11/2023.
- RIBEIRO, Maria João Alves. **Um alimento político e uma política que alimenta: O ativismo do Slow Food Brasil**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social/PPGDS) – Unimontes, Montes Claros, 2019.
- SAITO, Kohei. **O Ecosocialismo de Karl Marx: Capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro, Record, 2008.
- SAQUET, Marcos Aurélio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, nº 3, pp. 479-505, 2018.
- SILVA, Silvana Aparecida; BALESTRIN, Nádia Luzia; BRANDENBURG, Alfio. A agroecologia como um projeto em construção no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **Revista GeoPantanal**, v. 13, nº 24, pp.85-98, 2018.
- SLOW FOOD. **Movimento Slow Food**. Disponível em: <<https://slowfoodbrasil.org/movimento/>>. Acesso em 07/06/2021.
- SLOW FOOD. **Filosofia**. Disponível em: <<https://slowfoodbrasil.org/movimento/>>. Acesso em 07/06/2021.
- STEDILE, João Pedro. **Uol entrevista**. Entrevista concedida a Fabiola Cidral, Leonardo Sakamoto e Chico Alves. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/play/videos/noticias/2023/05/25/joao-pedro-stedile-fala-de-cpi-do-mst-relacao-com-lula-e-mais--uol-entrevista.htm>>. Acesso em 29/11/2023.
- SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

TOURAINE, Alain. Os novos conflitos sociais: Para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**, nº 17, pp.5-18, 1989.

Giuliana Franco Leal é doutora em Sociologia, tendo e pós-doutorado em Ciências Sociais na Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É professora no Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação da Universidade Federal do Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: giulianafrancoleal@yahoo.com.br

Matheus Thomaz da Silva é doutor em Ciências Ambientais e Conservação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes/RJ. E-mail: mattseso@gmail.com

446

Artigo enviado em 09/04/2024 e aprovado em 09/04/2025.

Direto da Luta

Nosso marco é ancestral: Direito à luta territorial e à preservação ambiental no Território Indígena de Taunay/Ipegue

Depoimento colhido por

Marcos Mondardo

447



Foto 1 - Paulo Baltazar, do povo Terena, é geógrafo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1992) com Mestrado em (Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010) e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (2022). Atualmente, é professor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Aquidauana, onde é coordenador do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena. Foi agraciado com menção honrosa no Prêmio Maurício Almeida Abreu de Tese 2023, durante o XV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Palmas/TO. Na imagem, junto à nascente “Hopunó’evoti úne” da Água Branca. Por isso, Aldeia Água Branca.

“Direto da Luta” é uma seção de **AMBIENTES** criada para ajudar a “dar voz” a pessoas envolvidas com lutas populares e iniciativas coletivas em prol da justiça ambiental e, mais amplamente, da defesa de valores e práticas socioecologicamente emancipatórios. São depoimentos breves, que contam um pouco da trajetória, do trabalho realizado e das perspectivas de atuação da pessoa e de seu movimento/organização.

Paulo Baltazar: sou professor, Terena, falante da língua, nascido na aldeia União, no município de Miranda/MS. A minha trajetória como professor indígena teve início depois da minha graduação em geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul em 1992. Em 1998 me tornei diretor na Escola Indígena Feliciano Pio, na aldeia Ipegue, no município de Aquidauana.

Durante a minha vivência na escola e na comunidade fui ampliando a minha experiência e os meus conhecimentos culturais, como, por exemplo, em educação escolar indígena, em educação indígena, no território, na ancestralidade e no meio ambiente indígena.

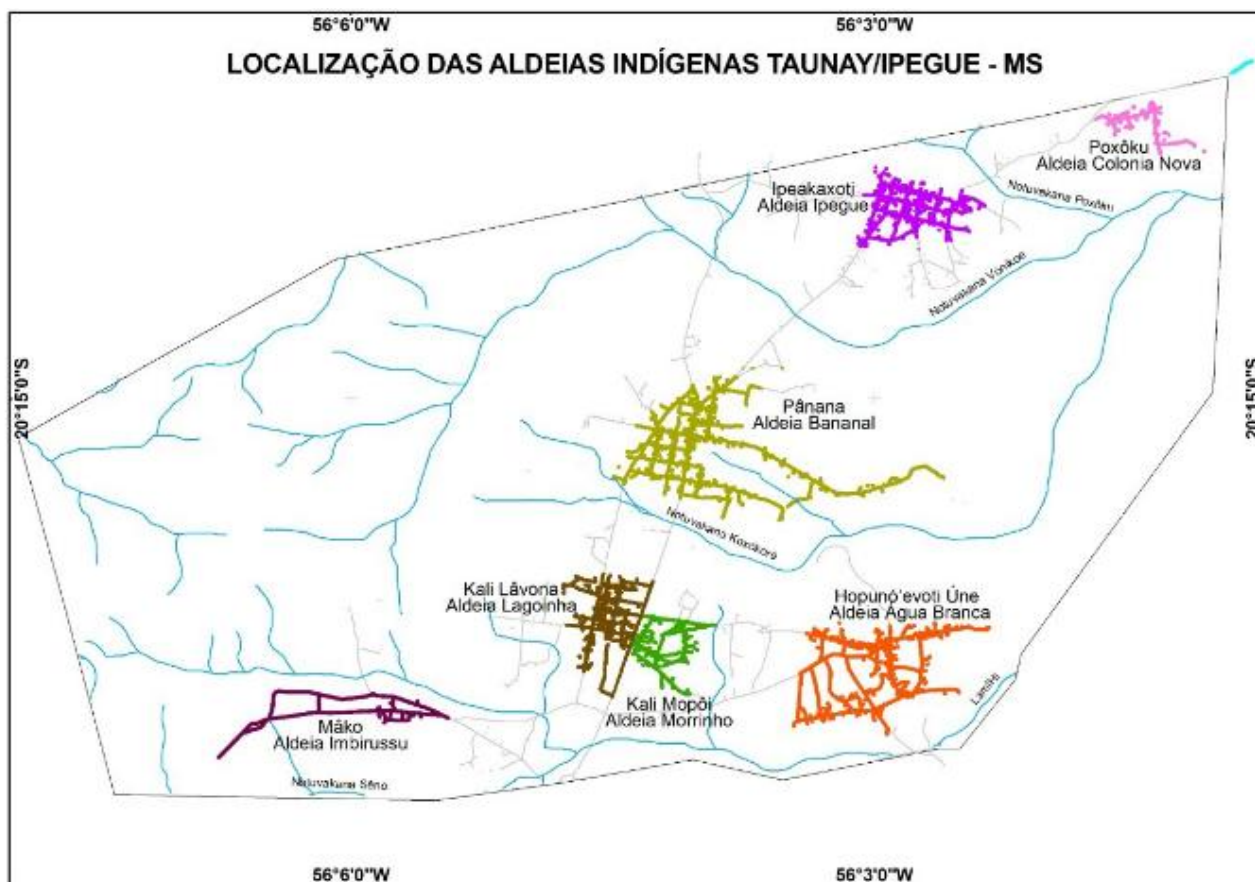
Quando se trata de um povo originário, as dificuldades são muitas, a começar pela escola onde as crianças são alfabetizadas na outra língua. A língua portuguesa foi, e, ainda é, uma luta para implantar e continuar nesse método de al-

fabetização, mesmo com resultados positivos.

Diante das dificuldades, o mais importante para os povos indígenas é a questão territorial e ambiental, uma vez que a minha ancestralidade sempre pautou no aprendizado, no respeito, e no conhecer a natureza, não para dominar, mas, para assegurar a sustentabilidade, o bem viver Terena, a transmissão de conhecimentos tradicionais, a afirmação da língua, a continuidade da dieta alimentar e a prática do xamanismo.

O Território Indígena de Taunay/Ipegue possui 6.461 hectares, onde a minha ancestralidade sobreviveu e soube organizar o diminuto espaço territorial, de acordo com a natureza, e com os lugares afetivos, de pesca, do sagrado, do histórico, do mito, da fauna e da flora ambiental.

Mapa 1 – Localização das aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue – Aquidauna/MS (Fonte: Biomapas)



2020. Paulo Baltazar, janeiro de 2022).

O Território Indígena remete à construção de vivências, culturalmente variáveis, da relação entre um povo indígena, específico, e da sua base material, que diz respeito ao espaço físico que é parte da vida social, política, cosmológica, e que envolve diversos elementos míticos, como, por exemplo: *koxókore*, a mãe d'água, conhecida pelos Terena; *yovîrekoe*, o lugar de lobos, um animal dotado de misticismo; lugar das monta-

nhas, rios, córregos, com seus misticismos; além da caça e da pesca; Cerrado ou mato, lugar de iniciação xamânica, e, também lugar de plantas medicinais, de vegetais e de alguns animais; lugar de subsistência; lugar de transmissão de conhecimentos tradicionais; lugar de escola viva, onde se aprende diretamente no território com meios de aprendizagem lúdica que a natureza oferece. Por isso, o território é vida para os povos indígenas.

Um dos exemplos emblemáticos de lugar afetivo foi o “Yûxu”, pilão, que é um lugar de memória e de afetividade que foi repassado de geração a geração entre os Terena moradores da aldeia

Ipegue e da Colônia Nova, que estão ligados diretamente, indo além do amor pelo lugar, mas de respeito com a água, com a mãe d’água, que se encontra no “Yûxu”.



Foto 2 – Yûxu (Fotografia registrada por Paulo Baltazar, na aldeia Ipegue, em 2022).

Quando realizei o trabalho de campo na aldeia Ipegue, no dia 08 de fevereiro de 2022, fui ao “Yûxu”, e surpreendi-me com cercas com mais de cem metros de raio em torno do “olho da água”. Para os olhos de quem protege a natureza, imaginei que estavam protegendo com cerca de quatro fios de arame liso para que não entrasse ne-

nhum animal, mas, foi puro engano, tinha outra finalidade. O objetivo era o de excluir o povo Terena que se beneficiava da água saudável, em detrimento do gado, do então proprietário da Fazenda Esperança.

Mas na cosmovisão Terena, em relação à natureza, vai além do “Yûxu”, é mais ampla, pois, não é qualquer natu-

reza, mas lugar de moradia dos espíritos, do mito da água que está presente. Por isso, as crianças foram ensinadas, desde pequenas, a respeitar o “Yûxu”, não

sendo permitido lavar as mãos, lavar o rosto, colocar o pé dentro dessa mina d’água.



Foto 3 – Árvore – Jatobá (Fotografia registrada por Paulo Baltazar, na aldeia Ipegue, em 2022).

Mas com o passar dos anos o território ficou pequeno devido ao crescimento populacional e a falta de espaços para a prática da agricultura tradicional. Os mesmos tiveram que resolver as necessidades sociais, territoriais, econômicas e culturais. Entretanto, esse processo levou a outra frente de

luta, que é a retomada das terras tradicionais indígenas.

Neste sentido, os povos Terena lutam pela retomada das terras tradicionais. Uma destas lutas de retomada aconteceram no amanhecer do dia 31 de maio de 2013, na Fazenda Esperança, território tradicional indígena, onde estavam presentes homens, mulheres, jovens e crian-

ças, que vibraram com cânticos de exaltação das anciãs terena, falando palavras de ordem: “*Poké’exa ûti, Poké’exa ûti*”,

nossa terra, nosso território, a terra é nossa”.



Foto 4 – Retomada dos Terena (Fotografia registrada pelo autor em 08 de junho de 2013).

De fato, esses territórios tradicionais também são lugares afetivos da nossa ancestralidade, onde existia aldeamento antes da “Guerra da Tríplice Aliança” (1864 – 1870), conhecida como aldeia “*Naxe Daxe*”, na língua Kadiwéu, e “*Natakaxe*” na língua terena, atualmente reterritorializada como aldeia *Natakaxe*.

Com certeza, os nossos ancestrais fizeram a prática cultural de “enterrar o útero – umbigo” da criança, ação que é feita pela mulher Terena. Assim, quando o umbigo se separa da criança, a mãe o enterra perto da casa, indicando o vín-

culo com a terra e o território, e com esperança de que um dia, no final da sua vida, o filho voltará ao território, e o corpo físico será sepultado em sua terra natal.

Hoenaxovope Voxú'ikene: Kaxunákovoti ya Poké'exa ûti motovâti vitópea yoko kátarakeano ra Poké'exa Tone/Ipeakaxoti

Paulo Baltazar: undi ihíkaxoti têrenoe, koyuhó ngoe, União imbúhikea, Mirandake/MS. Unzexone inzikauvo geografia ya 1992 UFMSke, inatimó ndurixóvo ínzikaxea. Nzupixókonoti indukeovo diretorna Escolana kopénatihiko Feliciano Pio ya Ipéakaxoti municípionake Quidâvana yaneko xoinae 1998.

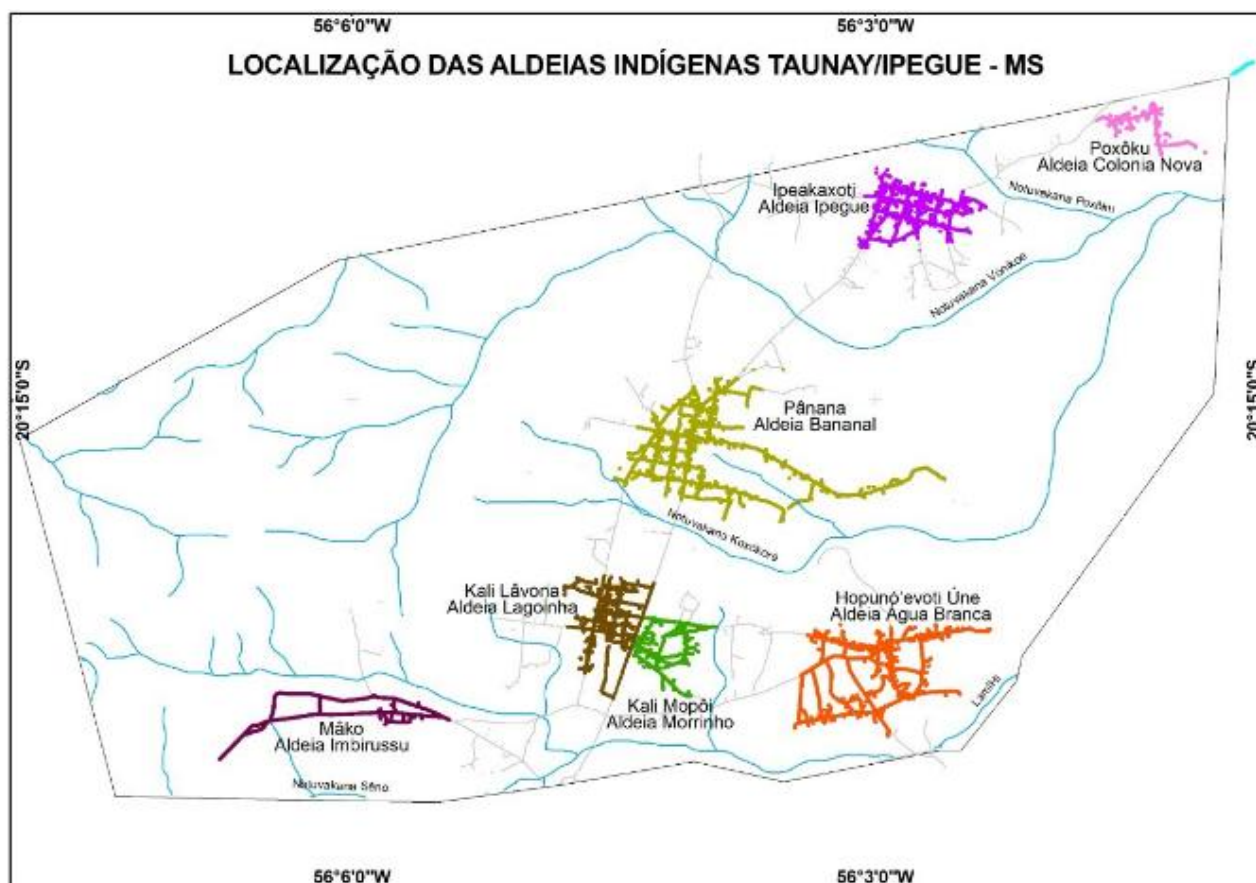
Koeku ónvea ra escolake koane xapákuke vípuxovoku koane enóiyea énjone kixoku vitúkeovo, kuteâti koeku, ihíkauvoti, poké'exa ûti, voxúnoe yoko ra kúveu mêum.

Vitukinoa vissóneu eneporá viyénoxapa, êno konokinovâti, turixeôvoti ya escolake, óvoku íhikaxeovo ne kalivónohiko ya emóuke purútuye. Eneporá emóu purútuye énomone íhikaxeokono nóvoke ne kalivónohiko, po'ínunemaka yumóixeovone ûti motovâti

íhikaxeokono ne kalivôno ya têrenoeke, vo'ókuke únati píhea éxea ne íhikaxeovo.

Noixoa ûti ra êno nokonéti, inúxoti koati yuixovone ûti énomone ra poké'exa ûti yoko ovâti kúveuke ra inuku poké'é. Vo'ókuke énomone kixoa voxú'ikene ákoyea omótova okóvo, motovâti éxea emóu ra mêum, maka aunatine kátarakea. Énomonemaka veyóponea kúxoti exóneti, kaxunókoti vemóu, koane úkeakune nika ûti yoko óvokunemaka íhikaxeovo ne inámiti ko'éxoneti ohókoti.

Eneporá poké'exa ûti Toné/Ipeakaxoti ako apáyaina pohú 6.461 koe itóvoku, óvohikokune novo ne voxú'ikena, koane énome katarákoa ra poké'e itukínoa iháhiko ne ovâti kutêati koeku: numíkuxokuti, óvoku teyonéti, koane óvohikoku hó'openo yoko óvohikoku ipixáti.



Mapa 1 – Óvohikoku vípuxovoku poké'exa ũti Toné/Ipeakaxoti - Quidãvana - MS (Biomapas 2020. ìtuke Pôulu. Janeruke 2022).

Itea ra poké'exa ũti énomone óvohiko kaxunákoti kixoku vitúkeovo, énomone teinoa ũti, koane énome ákoino omótova vokóvo, vo'oku énome óvohiko ne viyeno xapa, koane kixoku ko'ísonoyea ákoti tôpi koeku kuteâti koeku: *koxókore*, enoun úne; *yovîrekoe*, óvohikoku *yovîre*, ákoti topi koeku éxetina; óvohikoku *mopô*; *huvêo*; *nótuvaka*; ovohikoku hó'openo yoko óvohikoku *numikuxokuti*; *hôi* óvoku *ihikaxovoku* ohókoti; óvohikoku *ipixáti*;

koane hó'openo poréxoti *ipixáti*; úkeaku nika ũti; óvoku *ihikaxoviku* voxúnoe; koane ra poké'exa ũti óvokuné úha koeti nókone véxea. Énomone itukinovo únati vóvea ya poké'exa ũti.

Yokómomapihi koeku ne “Yûxu”, óvoku kaunaeti exetínati yoko téyone voxúnoe, êno éxetina tuku koeti kó'oyene. Énemone itúkinovi xêti ne voxú'ikene motovâti véxea koeku éxetina mekúke. Énepone ko'óvokutihiko íhae Ipeakaxoti yoko

Poxôku ako omôtova ókovohiko, koane téyôa vo'óku anêkoti enoun úne ovâti ne “Yûxu”.



Foto 1 – Yûxu (Nonêti véone Pôulu ya vípuxovokuke Ipeakaxoti).

Inâ ndurixoa nyonea ya poké'exake Ipeakaxoti yaneko oituna kóhea sevêreru 2016, mbiho xoko “Yûxu”, ngonokoi noinjôa hánaiti konúxeovo ne uke úne. Noinjoa íngutixa katarákokonoti vo'oku ápeyêa ârame kunuxôati motovâti ákoyêa úsaixapu hó'openohiko. Itea haina koe, eneponé kunúxeovo pó'iti itúkovoke. Ápeinoke ne kunuxóvoti motovâti ákoyêa tarú'uxa viyénoxapa têrenoe yoko motovâti

unátiyêa koêku ne vakánahiko ne ko'óyonokuti énoyeovo úne xoko “Yûxu”.

Itea isóneuke ne viyenoxapa eneporá “Yûxu” haina apéhi koeti, teyokono vo'oku itúkeovo óvoku enoum úne. Énomone íhikaxinokono ne kalivôno téyêa ne “Yûxu”, ako omótova kipóvouxêova, kipunoneova, koane kipóhevêxêova ne uke úne.



Foto 2 – Xúve – Vâma (Nonêti ítuke Pôulu – 23 na sevêreru 2022).

Koeku píhea xoenahiko koana ákoyea apáyaina ra poké'exa ûti vo'óku énotine xanéhiko, koane ákone axúina óvoku isáne. Yane'é opósikone koekuhiko ne voxúnoe motovâti ápeyea óvokuhiko, koane óvoku nóne, óvoku kixoku káxunakopeovo kixoku vitúkeovo kopénoti. Énomone kutí'inoke turixovoti opósikopeahiko kúxoti poké'exa ûti. Turixóvotinemo hú'uxopeahiko kuxoti poké'exa ûti.

Inúxoti hu'uxoponeti poké'e énomone ne óyonoku peransa, yaneko kaxena 31 na mayo 2013, kúxoti poké'exa ûti. Êno xânehiko yaneko káxe; hóyeno, sêno, ârunoe, homôehou yoko kalivono. Váukexonehiko elóketi okóvo itopâne ne poké'e koane imókeovo ne hóvenoenohiko. “Poké'exa ûti, Poké'exa ûti”, koene emóuhiko.



Foto 3 –Hu'uxóponeti oyonókuti ituke têrenohiko (Nonêti ítuke Pôulu 2013).

Eneporá kúxoti poké'exa ûti ako omótova okóvohiko voxúnoe, koane ápe nóvoke kúxoti ípuxovokuhiko viyénoxapa tumúneke “Isukókoti Kaxeono” (1864 - 1870), “Naxe Daxe” íhaxea vayúkuluti, itea “Natakaxe” íhaxopea têrenoehiko. Kó'oyene anêkopone viyénoxapa opâti ra inámati vípuxovoku koahati “Natakaxe”.

Eneponehiko kúxoti vosénoe ekóxopa ûro ne inámati kalivôno ipúhikoti, kixo'ekoti homóxea ipúhikeaku, ákoyea ahíkuxeapa ne poké'e, vo'oku koekuti káxe énomonemo ekóxopovo ivakápu.

Resenha

Fronteiras e águas transfronteiriças na Bacia do Prata

Pedro César Nogueira Marques

BARBOSA, Flávia Darre; RIBEIRO, Wagner Costa. *Fronteiras e águas transfronteiriças na Bacia do Prata*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP), 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/9788575064740>. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1151>.

458



“Na Bacia do Prata, não é preciso criar novas instituições. Basta reorganizar as existentes e dotá-las de diretrizes públicas, que devem ser elaboradas com mais participação popular e de universidades dos países que a integram” (Ribeiro, 2023, p. 10).

Este trecho, presente no capítulo introdutório “Bacia do Prata: fronteiras e conflitos”, de Wagner Costa Ribeiro, que abre a coletânea *Fronteiras e águas transfronteiriças na Bacia do Prata*, organizada por Flávia Darre Barbosa e Wagner Costa Ribeiro, é uma síntese completa das discussões presentes na obra. Debruçando-se sobre diversos assuntos relacionados à Geografia Política dentro da Bacia do Prata, a obra é o resultado de uma série de pesquisas realizadas no Laboratório de Geografia Política (GEOPO) da Universidade de São Paulo (USP), sob a linha Geografia Política, Planejamento e Recursos Naturais, espaço coordenado pelo já citado organizador do livro.

Visando não apenas reconhecer a Bacia do Prata como um corpo d’água transfronteiriço de extrema importância no âmbito sul-americano, ao longo de

seus nove capítulos, a obra resgata as particularidades da mesma em diferentes escalas territoriais. As temáticas analisadas são: Gestão de águas transfronteiriças, educação ambiental, políticas territoriais de integração, geração de energia, crise hídrica, mudanças climáticas, soberania nacional, conflitos pelo uso da água e formação territorial.

Ainda que a Bacia do Prata seja um objeto de pesquisa bastante abrangente, a organização da obra é cuidadosa a ponto de evitar repetições excessivas ao longo de seus capítulos. É notável a capacidade de cada trabalho em resguardar e desenvolver a sua temática de forma independente, sem remeter sempre a aspectos já apresentados ou discutidos anteriormente, ainda que todos mantenham um objeto de pesquisa em comum.

Outro ponto a se destacar são as boas referências que a obra apresenta, mesmo o foco sendo a Bacia do Prata, a quantidade de informações disponibilizadas, representam abordagens metodológicas para os estudos de outras bacias pelo mundo, já que, como apontado no próprio livro, existem 310 bacias hidro-

gráficas transfronteiriças no mundo, onde aproximadamente vivem 2,8 bilhões de pessoas (Oregon State University, 2022).

Consciente da importância fundamental que as instituições possuem, a obra apresenta o Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC), como o grande ator no processo de gestão transfronteiriça dos recursos hídricos entre os cinco países compreendidos pela extensão da bacia: Brasil, Paraguai, Argentina, Bolívia e Uruguai. Além de detalhar a atuação do CIC nos processos de uso equitativo dos recursos hídricos compartilhados e centralizar as normas para práticas de sustentabilidade, é perceptível uma série de críticas pertinentes à atuação da instituição. Por um lado, podemos apontar as assimetrias governamentais que dificultam a harmonização dos processos de gestão, por outro, temos um enfraquecimento da instituição no que diz respeito a se aproximar das escalas mais locais e dos usuários do recurso hídrico.

Como já foi apontado anteriormente, a obra está dividida em uma cole-

tânea de nove artigos. Embora cada trabalho trate de temáticas diferentes dentro da Bacia do Prata, os mesmos podem funcionar como uma espécie de linha do tempo detalhada para se explicar a importância da bacia hidrográfica. Para isso, podemos agrupar os trabalhos em três grupos de três artigos cada.

O primeiro grupo estaria concentrado na formação territorial dos países que compõe a bacia e no reconhecimento dos potenciais hidrelétricos e de abastecimento que a mesma possui. O segundo grupo concentra as análises sobre a gestão do recurso hídrico transfronteiriço, passando por discussões como educação ambiental, soberania nacional e integração. E o terceiro e último grupo estaria voltado para as políticas territoriais e suas atribuições, conflitos pelo uso da água e segurança hídrica.

No primeiro capítulo, escrito por Luís Paulo Batista da Silva, o principal foco está na formação territorial dos países que compõem a Bacia do Prata onde os cursos d'água adquiriram uma importância fundamental na delimitação dos territórios e fronteiras, onde também a

água passou a compor as primeiras possibilidades de uso para fomento do desenvolvimento econômico seja através da navegação fluvial ou do potencial hidrelétrico da bacia. Devemos destacar ainda o grande peso diplomático que a navegação fluvial na Bacia do Prata esteve envolvida, situação somente superada após uma série de conflitos entre as províncias argentinas, a República do Uruguai e o Império do Brasil, além de países europeus como França e Inglaterra, eventos que foram um marco para o início da guerra do Paraguai.

Em seguida, com o potencial hidrelétrico da Bacia do Prata já reconhecido e estabelecido, o capítulo dois discorre sobre o nexos água-energia, apresentando discussões sobre a interdependência entre os setores hídricos e energéticos na bacia hidrográfica. Desenvolvido por Fernanda Mello Sant'Anna e Pillar Carolina Villar, o enfoque do capítulo está debruçado no contexto de que o nexos água-energia está moldado em uma economia mais sustentável, logo se faz necessário investigar se as organizações estabelecidas na bacia estão de acordo com essas

diretrizes, que são responsáveis ainda por resolver eventuais conflitos e fortalecer ações para adaptar as atividades das usinas hidrelétricas as mudanças climáticas.

No terceiro capítulo, de autoria de Maria Luísa Telarolli de Almeida Leite, é abordada a importância dos aquíferos transfronteiriços, especificamente o sistema Aquífero Guarani, e seus estudos e projetos ainda em fase de desenvolvimento para conhecimento, gestão e proteção do corpo hídrico. Destacam-se os desafios que ainda carecem de efetividade no processo de gestão do aquífero, principalmente no âmbito transfronteiriço, algo facilmente notável devido ao baixo número de projetos formais dedicados especificamente aos aquíferos, onde o Aquífero Guarani é a única exceção à regra.

O quarto capítulo, escrito por Fabiana Pegoraro Soares, traz uma reflexão sobre a importância da educação ambiental como capacitação aos processos de gestão do recurso hídrico em toda a Bacia do Prata, onde inicialmente temos um resgate histórico em relação ao reconhe-

cimento da importância da água ao longo das conferências internacionais. Tal reconhecimento mostrou a necessidade de uma educação ambiental e hídrica, especialmente em países em desenvolvimento. No caso específico da Bacia do Prata, é apontada ainda a dificuldade de se implementar uma capacitação para um corpo hídrico transfronteiriço dividido entre 5 países, necessitando diretamente de uma cooperação internacional e amplo envolvimento de todos os Estados. Portanto, é necessária a criação de novos projetos e o fortalecimento dos já existentes para estimular uma mudança rumo à sustentabilidade.

O capítulo número cinco, de autoria de Flávia Darre Barbosa, traz uma importante análise sobre os conceitos de soberania e governança da água dentro da Bacia do Rio Paraguai, uma vez que a mesma está compreendida entre os territórios de Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina. A começar pela conceituação de cada um dos termos trabalhados, é mostrado o quanto ambos foram sendo introduzidos nas agendas internacionais, vale apontar a crítica sobre a água ser vista

em todas essas conceituações apenas como valor econômico, como um processo que no fim, busca apenas a privatização da mesma. É discutido ainda as ideias de soberania, onde o Estado é reconhecido como o ator principal dentro do território e possui o controle sobre os recursos que nele estão. As ainda grandes assimetrias entre os Estados sul-americanos em relação à gestão hídrica ainda permanecem com um embrolho na busca pelo desenvolvimento de uma gestão cada vez mais integrada.

A cooperação transfronteiriça é o tema do capítulo seis, desenvolvido por Mayara Pecora de Araújo Vieira, tendo como recorte a gestão dos recursos nos parques nacionais de Iguaçu (lado brasileiro) e Iguazú (lado argentino). A relação com o capítulo anterior está inserida na discussão de duas soberanias distintas, presentes em uma mesma região de fronteira entre Estados, soma-se ainda os territórios serem de extrema importância pela sua abundância de biodiversidade e recursos hídricos, fundamentais para o desenvolvimento da região. Logo, o capítulo está envolvido nas legislações

de cada país em relação à gestão de áreas de conservação ambiental e bacias hidrográficas para identificar os caminhos tomados para uma gestão integrada entre os dois parques nacionais e incentivar o seu desenvolvimento.

No capítulo sete, os conflitos hídricos agrários são analisados especificamente na Bacia do Quaraí (fronteira entre Brasil e Uruguai). Henrique Castro Barbosa discute mais um caso em que o fortalecimento da cooperação internacional representa um avanço importante na resolução de conflitos por água, temos o programa Marco do CIC, um projeto que visa criar projetos binacionais e engajar a população dos dois lados da fronteira na resolução de eventuais disputas e desafios. Um recorte específico é o projeto Trabalhadores do Rio Cuareim/Quaraí, um projeto criado para mediar o diálogo populacional entre os dois países e suas demandas, o que indiscutivelmente representa um avanço importante dentro da gestão da Bacia do Quaraí, mas que evidencia a necessidade de mais vozes serem trazidas para dentro dos processos decisórios do corpo hídrico.

No oitavo capítulo, escrito por Carolina Micheli Tomaz Pereira, temos uma importante discussão a respeito da Hidrovia Paraguai-Paraná e sua importância dentro da Bacia do Prata. A análise passa por toda a institucionalização da hidrovia e suas fragilidades. A crítica aqui está voltada à baixa atuação do CIC frente aos Estados Nacionais que centralizam as decisões em relação à hidrovia, estando a mesma já prejudicada pelos danos ambientais como as secas extremas que assolam o continente sul-americano.

Por fim, o capítulo nove, de autoria de Isabela Battistello Espindola e Wagner Costa Ribeiro, nos apresenta a relação entre a gestão de águas transfronteiriças e as mudanças climáticas que assolam o planeta, além dos desafios que essas mudanças representam para a segurança hídrica da Bacia do Prata. Deve-se destacar o caminho político que a gestão transfronteiriça percorre, desde tratados, protocolos e acordos bilaterais. Segundo os autores, existe uma escassez hídrica cada vez mais agravada pelas mudanças climáticas e pela infraestrutura de distribuição precária que pode gerar ainda mais con-

flitos. Para evitar que as tensões em torno do recurso hídrico aumentem ainda mais, a prioridade deve ser o abastecimento humano.

Fronteiras e águas transfronteiriças na Bacia do Prata se mostra uma obra importante para aproximar o leitor das muitas realidades da bacia hidrográfica. O campo da Geografia Política oferece uma gama bastante grande de temas que, nesse caso, estão atrelados a uma bacia já bastante plural. Nesse aspecto, seria impossível abarcar tantas temáticas em uma mesma coletânea de artigos. No entanto, a obra cumpre com êxito a sua proposta ao leitor de construção de análises sobre as muitas realidades da Bacia do Prata, seja em relação aos seus muitos

conflitos, as suas dificuldades de fortalecimento de suas instituições frente aos governos centrais, ou a sua extrema importância hídrica e energética dentro da América do Sul, a conclusão é sempre a de que é necessário fortalecer as instituições da Bacia do Prata.

Ao final da leitura, temos uma coletânea que se desdobra para o leitor como um feixe de possibilidades, estimulando bastante as nossas reflexões acerca de novas intervenções que poderiam ser realizadas junto aos processos de gestão da bacia hidrográfica. Nesse sentido, a obra pode muito bem servir como ponto de partida para novas pesquisas e novas abordagens na Bacia do Prata.

Referências

- OREGON STATE UNIVERSITY. **Program in Water Conflict Management and Transformation.** [S.l, s.n], 2022.
- RIBEIRO, Wagner Costa. Bacia do Prata: fronteiras e conflitos. In: BARBOSA, Flávia Darre; RIBEIRO, Wagner Costa (orgs.): *Fronteiras e águas transfronteiriças na Bacia do*

Prata. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2023. DOI: <<https://doi.org/10.11606/9788575064740>>. Disponível em: <<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1151>>. Acesso em 03/07/2024.

Pedro César Nogueira Marques é doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). **E-mail:** pedroc@usp.br.